



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
PABLO NUNES PEREIRA

***OS ALMIRANTES DOS RIOS: RELAÇÕES SOCIAIS, PODER E COMBATE NA
AMAZÔNIA (1868-1924)***

BELÉM

2020

PABLO NUNES PEREIRA

**OS ALMIRANTES DOS RIOS: RELAÇÕES SOCIAIS, PODER E COMBATE NA
AMAZÔNIA (1868-1924)**

Tese apresentada como requisito final para obtenção do título de
Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História
Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. William Gaia Farias.

Banca:

Prof. Dr. William Gaia Farias – Orientador e Presidente.

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto – Examinador Externo.

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues – Examinador Externo.

Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – Examinador.

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA).

Prof. Dr. Karl Heinz Arenz – Examinador.

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

P436a Pereira, Pablo Nunes.
Os almirantes dos rios : relações sociais, poder e combate na
Amazônia (1868-1924) / Pablo Nunes Pereira. — 2021.
443 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. William Gaia Farias
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2021.

1. Amazônia. 2. Marinha de Guerra. 3. Tenentes. 4.
Flotilha do Amazonas. 5. Canhoneiras. I. Título.

CDD 981

AGRADECIMENTOS

A escrita dos agradecimentos é uma escrita sentimental. É a história do afeto, do amor traduzido por tantos atos de carinho sem os quais este e nenhum trabalho de fato existiria. Escrita feita sob o som da memória de cada etapa nessa jornada; sob a luz da esperança que as linhas desta obra colaborem à reflexão crítica e luta por uma sociedade mais igual, justa e feliz; sob muitas lágrimas de alegria pela oportunidade de estar na vida de cada pessoa, a cada agente histórico que, de alguma forma, tornou tudo isso possível.

Dedico esta tese à minha mãe, Maria Del Carmen Duarte Nuñez. Obrigado por ser meu primeiro e maior referencial de amor. Obrigado por me fazer acreditar, desde criança, que poderia lutar por tudo isso. Obrigado por ter me dado o privilégio de estudar e me dedicar com toda a empolgação e carinho. Obrigado por insistir em mim mesmo nos momentos mais difíceis que vivi e que você esteve ao meu lado. Obrigado por ser meu exemplo de caráter, por ser a mulher, trabalhadora, forte, sensível e carinhosa, constelação que guia o meu caminho.

Esta tese certamente não aconteceria sem o apoio, a insistência apaixonada e generosa de meu orientador William Gaia Farias, com quem tenho o afeto e o amor de um filho. Obrigado por ser meu norte, por ser o historiador que espero um dia me tornar. Obrigado por me fazer compreender o amor que um professor deve ter por seus alunos e orientandos. Obrigado por me permitir admirar no seu exemplo o horizonte onde teoria, prática e paixão por uma sociedade mais justa se cruzam.

Agradeço à minha família, meu querido avô Luís Basílio Bouzas Nuñez, migrante, trabalhador e referencial de amor paterno com quem tive o privilégio de me sentir protegido, inspirado, hoje desencarnado; à minha avó Maria Aurélia Duarte Nuñez e meu tio, Luís Basílio Bouzas Nuñez Júnior. À Daniel Silva, Wellyne Dífane, Caroline Lima e Brenda Silva, pessoas queridas que em particular estiveram presentes nos últimos anos e meses, nos momentos árdios na construção desta tese, me aconselhando, ouvindo, se preocupando e me permitindo sentir carinho, afeto e amor. À minha gatinha, Chiquinha, companheira amável e carinhosa de todas as pesquisas.

Às minhas irmãs e irmãos em armas do Grupo de Pesquisas Militares, Política e Fronteiras na Amazônia Sueny Souza, Alexandre Vilhena, Lucas Cardoso, Raí Silva, Deyvi Machado, Luana Rosário, Sarah Coutinho, Jesiane Vale, Admarino Júnior, Daniela Moura, Alan Christian, Diego Filgueiras, Tiago Ferreira, Alan Dias, Eduarda Alves, Elis Monteiro,

Felipe Saul, Gabriel Velloso, Matheus Lima, Maria Vitória e Victória Prado pelo convívio, por serem minha família no universo acadêmico e queridos amigos que me ensinam todos os dias. Sigamos firme e lutando pela Ciência.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela oportunidade de financiamento de estudos. À Universidade Federal do Pará (UFPA) por ser minha mãe enquanto historiador e por tantos anos de aprendizado. A todos os professores que são minha inspiração enquanto docente, em especial Maria de Nazaré Sarges, Franciane Gama Lacerda e Geraldo Mártires Coelho na UFPA e a Rodrigo Dornelles, que no ensino fundamental me inspirou a escolher o curso de História.

A todas as pessoas que lutaram por um país melhor, a todas as histórias que me inspiraram nas páginas dos documentos que foram a base desta tese, em particular a João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, líder da revolta dos marinheiros de 1910, a história que mais me inspirou na história da Marinha de Guerra brasileira. Embora esta pesquisa não seja diretamente sobre o mestre-sala dos mares, sua vida todos os dias me motivou a persistir escrevendo sobre os militares e sobre os processos a que apresentei. Glória a você e “a todas as lutas inglórias que através de nossa história não esquecemos jamais”.

RESUMO: Esta pesquisa se ocupa do comportamento profissional e sociopolítico dos militares na Amazônia através da atuação dos oficiais subalternos da Marinha de Guerra. Defendo a tese de que os tenentes foram os agentes centrais da Marinha na Amazônia, os quais promoveram as transformações da instituição e do comportamento dos militares no Brasil. O recorte cronológico é demarcado pela criação da Flotilha do Amazonas, primeira unidade militar da era do vapor na região em 1868 e pela revolta tenentista de 1924 no Amazonas e Pará. As relações militares foram estudadas através das ações parametrizadas em cinco categorias: combativa, política, burocrática, intelectual e insurgente. Enveredo pelo estudo do poder simbólico e da representatividade da autoridade desses militares quando da atuação da força naval. Discuto o desenvolvimento da autoridade burocrática federal dos tenentes tanto no preenchimento das lacunas de autoridades e forças militares nas áreas de menor ocorrência destas como no aperfeiçoamento da autoridade na mobilização e combate. A ação intelectual foi discutida pela análise das funções de produção, circulação e divulgação do conhecimento técnico, doutrinário e científico na Revista Marítima Brasileira e nas ideias apresentadas pelos oficiais subalternos para mudanças na instituição. Discuto a insurgência como apreensão da guerra revolucionária em 1924 por eles e como dimensão prática do intervencionismo militar para o século XX. Adotei um recorte multigeracional dos sujeitos de modo a estudar ações de diferentes tenentes no período analisado, realizando levantamentos quantitativos para ponderar os impactos da análise sobre a Marinha como um todo. Comparando os tenentes da Amazônia aos almirantes do Rio de Janeiro pelas especificidades e centralidade das funções desempenhadas, defendo que a realidade amazônica foi um laboratório para as camadas de subalternos da Marinha.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Marinha de Guerra; Tenentes; Flotilha do Amazonas; Canhoneiras.

ABSTRACT: This work aims to study the professional and socio-political behavior of the military in the Amazon through the performance of subordinate officers (lieutenants) of the Navy. I defended the thesis that lieutenants were the central agents of the Navy in the Amazon, which promoted transformations in the behavior of the military in Brazil. The chronological outline is demarcated by the creation of the Flotilla do Amazonas, the first military unit of the steam era in the region in 1868 and by the 1924 lieutenant revolt in Amazonas and Pará. Military relations were studied through parameterized actions in five categories: combative, political, bureaucratic, intellectual and insurgent. In combative terms, I propose the history of the professional development of the Navy in the region due to the command and organization skills of the ships. Politically, I proposed the study of the symbolic power and the representativeness of these soldiers' authority when the naval force acted. The development of the federal bureaucratic authority of the lieutenants was discussed, both in filling the gaps of military authorities and forces in the areas with the lowest occurrence of these and in the improvement of the authority in the mobilization and combat. Intellectual action was discussed by analyzing the functions of production, circulation and dissemination of technical, doctrinal and scientific knowledge in *Revista Marítima Brasileira* and in the ideas presented by junior officers for changes in the institution. I discussed the insurgency as an apprehension of the revolutionary war in 1924 by them and as a practical dimension of military interventionism for the 20th century. I adopted a multigenerational cut of the subjects in order to study the actions of different lieutenants in the analyzed period, making quantitative surveys to weigh the impacts of the analysis on the Navy as a whole. Comparing the lieutenants of the Amazon to the admirals of Rio de Janeiro due to the specificities and centrality of the functions performed, I argued that the Amazonian reality was a laboratory for the Navy underlings.

KEYWORDS: Lieutenants; Amazon; Brazilian Navy; Flotilla do Amazonas; Gunboats.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo estudiar el comportamiento profesional y sociopolítico de los militares en la Amazonía a través del desempeño de los oficiales subordinados (tenientes) de la Armada. Defendí la tesis de que los tenientes eran los agentes centrales de la Armada en la Amazonía, lo que promovió transformaciones en el comportamiento de los militares en Brasil. El trazo cronológico está demarcado por la creación de la Flotilla do Amazonas, la primera unidad militar de la era del vapor en la región en 1868 y por la revuelta de tenientes de 1924 en Amazonas y Pará. Las relaciones militares se estudiaron a través de acciones parametrizadas en cinco categorías: combativa, política, burocrática, intelectual e insurgente. En términos combativos, propongo la historia del desarrollo profesional de la Armada en la región debido a la capacidad de mando y organización de los buques. Políticamente, propuse el estudio del poder simbólico y la representatividad de la autoridad de estos soldados cuando actuaba la fuerza naval. Se discutió el desarrollo de la autoridad burocrática federal de los tenientes, tanto para llenar los vacíos de autoridades y fuerzas militares en las áreas con menor ocurrencia de éstas, como para mejorar la autoridad en movilización y combate. La acción intelectual se discutió analizando las funciones de producción, circulación y difusión del conocimiento técnico, doctrinal y científico en la Revista Marítima Brasileira y en las ideas presentadas por los oficiales subalternos para cambios en la institución. Hablé de la insurgencia como una aprehensión de la guerra revolucionaria en 1924 por ellos y como una dimensión práctica del intervencionismo militar para el siglo XX. Adopté una visión multigeneracional de los sujetos con el fin de estudiar la actuación de los diferentes tenientes en el período analizado, realizando levantamientos cuantitativos para ponderar los impactos del análisis en la Armada en su conjunto. Comparando a los lugartenientes del Amazonas con los almirantes de Río de Janeiro por las especificidades y centralidad de las funciones desempeñadas, sostuve que la realidad amazónica era un laboratorio para los subordinados de la Armada.

PALABRAS-CLAVE: Tenientes; Amazonas; Armada; Flotilla Amazónica; Cañoneras.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 RELAÇÃO TENENTES / TOTAL DE OFICIAIS, 1868-1896.....	44
FIGURA 2 RELAÇÃO PERCENTUAL TENENTES / TOTAL DE OFICIAIS, 1897-1923.....	45
FIGURA 3 - CANHONEIRA TRARIPE.....	95
FIGURA 4 - CANHONEIRA FLUVIAL ACRE.....	96
FIGURA 5 - CANHONEIRA CABEDELLO.....	106
FIGURA 6 - ÁREA DO CANAL DE BRAGANÇA ONDE A BARCA-FAROL SITUAVA-SE.....	109
FIGURA 7 - IMAGEM PUBLICADA NA CAPA DO JORNAL DO COMMERCIO DO AMAZONAS EM 22 DE ABRIL DE 1906, REPRESENTANDO A CANHONEIRA PÁTRIA.....	132
FIGURA 8 - MESA DO BANQUETE OFERECIDO PELA INTENDÊNCIA DE MANAUS À OFICIALIDADE DA CANHONEIRA PÁTRIA.....	136
FIGURA 9 - THEODORA E LAURO SODRÉ COM O COMANDO DO NAVIO-ESCOLA BENJAMIN CONSTANT, 1917.....	150
FIGURA 10 - CONTATO DO GOVERNADOR LAURO SODRÉ COM OFICIAIS DO NAVIO-ESCOLA BENJAMIN CONSTANT, 1917.....	151
FIGURA 11 - FOTO DO HMS GLASGOW EM BELÉM, 1913.....	155
FIGURA 12 - RECORTE DA ÁREA HIDROGRÁFICA DO RIO PURÚS COM ESPAÇO DELIMITADO DE PATRULHAMENTO PELA LANCHAS DA FLOTILHA ENTRE 1882-1883.....	182
FIGURA 13 - SINAIS BÁSICOS DO CÓDIGO INTERNACIONAL DE SINAIS DE 1882.....	189
FIGURA 14 - DIAGRAMA DA ORDEM DAS COLUNAS DA REVISTA NAVAL DE 1901.....	195
FIGURA 15 - RETOMADA À FORMAÇÃO DE LINHA APÓS A FORMAÇÃO EM COLUNAS DA ESQUADRA DURANTE OS EXERCÍCIOS DE EVOLUÇÕES DE 1901.....	197
FIGURA 16 GRÁFICO DE COLABORADORES DA REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA ENTRE 1881-1921.....	253
FIGURA 17 GRÁFICO PERCENTUAL DE COLABORADORES POR CATEGORIA.....	254
FIGURA 18 PRODUÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, 1881-1921.....	260
FIGURA 19 PERCENTUAL DE ARTIGOS POR CATEGORIA.....	261
FIGURA 20 - SÍNTESE DA CONFERÊNCIA DE LIBERATO BITTENCOURT SOBRE SALDANHA DA GAMA, 1913.....	263
FIGURA 21 - AVISO AJURICABA.....	353
FIGURA 22 MAPA DAS ESTAÇÕES TELEGRÁFICAS DO BRASIL, CENTRALIZANDO A ÁREA HIDROGRÁFICA DO PARÁ, 1917.....	359
FIGURA 23 MAPA DAS ESTAÇÕES TELEGRÁFICAS DO BRASIL CENTRALIZANDO A ÁREA HIDROGRÁFICA DO AMAZONAS, 1917.....	360
FIGURA 24 MAPA DAS ESTAÇÕES TELEGRÁFICAS DO BRASIL CENTRALIZANDO A ÁREA DE TELÉGRAFOS EM PROJEÇÃO SOBRE O ACRE, 1917.....	360
FIGURA 25 ESBOÇO CARTOGRÁFICO DA REDE GERAL DE RADIOTELÉGRAFOS DO BRASIL, 1913.....	368
FIGURA 26 POSIÇÕES INICIAIS DA BATALHA DE BELÉM.....	384
FIGURA 27 CROQUIS DE ORLANDO REGO SOBRE A BATALHA DA COLUNA DA ESQUERDA COM OS TENENTES.....	391

FIGURA 28 PERSPECTIVA DO PLANO DE ATAQUE DA FLOTILHA INSURGENTE E DEFESAS INICIAIS DAS FORÇAS LEGALISTAS.	396
FIGURA 29 MARCHA DO 1º BATALHÃO DE CAÇADORES NA AVENIDA RIO BRANCO (RJ) PARA O EMBARQUE NO DESTACAMENTO DO NORTE	400
FIGURA 30 CHARGE SATÍRICA REPRESENTATIVA DA EXPEDIÇÃO DO DESTACAMENTO DO NORTE CONTRA OS TENENTES NO AMAZONAS	403
FIGURA 31 "ASPECTO DA MANIFESTAÇÃO AO TENENTE RIBEIRO JUNIOR, PRISIONEIRO"	410
FIGURA 32 "O GENERAL MENNA BARRETO E O GOVERNADOR MILITAR DO ESTADO, CORONEL RAYMUNDO BARBOSA, AGRADECENDO UMA MANIFESTAÇÃO POPULAR NO PALÁCIO RIO NEGRO".	411

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 EFETIVO DOS CORPOS DA MARINHA, 1868-1923.	39
TABELA 2 EFETIVO DO CORPO DA ARMADA NA AMAZÔNIA, 1885-1900.	50
TABELA 3 CAPITÃES DE FRAGATA EM 1891.	54
TABELA 4 HIERAQUIA COMPARADA DO CORPO DA ARMADA, 1841-1906.	56
TABELA 5 COMPARATIVO DE VENCIMENTOS E GRATIFICAÇÕES DE OFICIAIS DE EXÉRCITO E MARINHA.	58
TABELA 6 COMANDANTES DOS NAVIOS DA MARINHA, 1861.	60
TABELA 7 IDADES DE REFORMA NA MARINHA	69
TABELA 8 COMPARATIVO DE CANHONEIRAS DA PRIMEIRA GERAÇÃO.	92
TABELA 9 CARACTERÍSTICAS DA LANCHA A VAPOR DO SISTEMA TRAJANO, 1878.	101
TABELA 10 PROGRAMAÇÃO DE REGATAS NOS FESTEJOS DE RECEPÇÃO DA CANHONEIRA PÁTRIA.	138
TABELA 11 - ORGANIZAÇÃO DA ESQUADRA NA REVISTA NAVAL DE 1901.	192
TABELA 12 - DIVISÃO FLUVIAL EM EXERCÍCIO, 1906.	204
TABELA 13 PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS PERMUTADAS COM A REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA.	250
TABELA 14 RELAÇÃO DE AUTORES E NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 1881-1921.	256
TABELA 15 CABOS COM FUNÇÕES DIFERENTES DO SEU NÍVEL HIERÁRQUICO NA FLOTILHA DO AMAZONAS.	275
TABELA 16 GÊNEROS DISTRIBUÍDOS NO QUARTO DE ACHA NA FLOTILHA DO AMAZONAS.	280
TABELA 17 ALMOÇO DA FLOTILHA DO AMAZONAS.	284
TABELA 18 JANTAR NA FLOTILHA DO AMAZONAS.	286
TABELA 19 CEIA NA FLOTILHA DO AMAZONAS.	289
TABELA 20 ROTINA DE BORDO DOS NAVIOS DE GUERRA.	290
TABELA 21 VENCIMENTOS DO CORPO DE MARINHEIROS NACIONAIS.	304
TABELA 22 - CARGOS DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DO AMAZONAS.	329
TABELA 23 EQUIVALÊNCIAS ENTRE A MARINHA MERCANTE E A DE GUERRA PELA RESERVA NAVAL	342
TABELA 24 COMPARATIVO DE LINHAS TELEGRÁFICAS TERRESTRES NO BRASIL, 1921.	361
TABELA 25 PROPOSTA DA REDE RADIOTELEGRÁFICA NACIONAL DE MARIO DE ANDRADE RAMOS, 1912.	366

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - AMAZÔNIA: O LABORATÓRIO DOS TENENTES.....	30
1.1. A condição de tenente e o pessoal da Marinha.	32
1.2. Papéis desempenhados pelos tenentes na carreira militar.	55
CAPÍTULO 2 – O TEMPO DAS CANHONEIRAS: TECNOLOGIA E PODER NA AMAZÔNIA.....	74
2.1. Guerra, poder militar e a Amazônia.....	77
2.2. O tempo das canhoneiras: caracterização do recorte tecnológico da Marinha na Amazônia.....	86
2.3. Poder simbólico nos rios: navios de guerra, flotilhas de recepção e festejos	113
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE BUROCRÁTICO-MILITAR, ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA FLOTILHA DO AMAZONAS	162
3.1. Experiências das décadas de 1860 e 1880	166
3.2. Vias de construção da profissionalização organizacional	190
3.3. A missão profissional e a autoridade burocrática federal a partir da década de 1890. 	215
CAPÍTULO 4 – AÇÃO INTELLECTUAL: HIERARQUIA, DISCIPLINA E VIDA A BORDO.....	239
4.1. Tenentes e o conhecimento técnico, científico e doutrinário na Marinha	241
4.2. A vida a bordo pela perspectiva dos tenentes	271
4.3. Marinheiros na concepção intelectual dos tenentes.....	291
CAPÍTULO 5 - AÇÃO INSURGENTE: A REVOLTA DOS TENENTES DE 1924	309
5.1. A revolta em Manaus e a perspectiva das forças revoltosas na Amazônia	321
5.2. A Flotilha insurgente e o Fantasma Negro	337
5.3. A comunicação como elemento estratégico	358
6. A DERROTA DA INSURGÊNCIA, A VITÓRIA DA INTERVENÇÃO.....	376

6.1. A batalha de Belém.....	379
6.2. O (auto)bloqueio fluvial e a derrota da Flotilha	394
CONCLUSÃO.....	414
LISTA DE FONTES.....	423
Referências bibliográficas	438

INTRODUÇÃO

Posso situar o percurso da pesquisa que resultou nesta tese desde, pelo menos, 2013, quando iniciei bolsa PIBIC com meu orientador, professor William Gaia Farias, no projeto de pesquisa “Registros de bordo: relações sociais, impressões, controle e vigilância da Amazônia a partir dos navios da Marinha de Guerra no alvorecer republicano (1889-1910)”, sendo responsável pelo desenvolvimento do plano de trabalho situado entre 1900 e 1910 orientado para as questões de segurança, vigilância e defesa dos rios amazônicos pela força naval.

O primeiro passo que procurei dar naquele momento foi compreender a estrutura administrativa da instituição, bem como o “material flutuante”, como eram designados nos relatórios ministeriais os navios de guerra armados ou não. Da compreensão dos corpos, quadros, órgãos, do efetivo completo por ano e das listas contendo cada navio de acordo com sua classificação e lugar, pude estabelecer alguns padrões, como o fato da Marinha se situar predominantemente no Rio de Janeiro, aliás, o único lugar onde havia (e ainda há) uma esquadra completa.

A dispersão da Marinha por outras áreas do Brasil se dava através de flotilhas, unidades menores com navios sem uma configuração do que passou a se chamar “esquadra de evoluções” no final do século XIX e instituído na Marinha em 1884 em substituição aos distritos navais que existiam desde 1867, que centralizou o comando de todos os navios na então capital do Império.

As flotilhas convencionalmente tinham navios permanentes que não compunham a esquadra, especialmente as canhoneiras e os avisos fluviais, mesmo porquê, das existentes naquele momento, apenas uma era oceânica: a do Rio Grande do Sul. As demais, do Amazonas, Mato Grosso e Alto Uruguai eram fluviais.

Uma questão importante que guiou a maior parte dos esforços durante os dois anos em que fui bolsista era compreender qual diferença havia na Marinha na Amazônia e em outros lugares no Brasil (particularmente, no Rio de Janeiro, onde a maior parte da sua estrutura estava). Tratava-se, a rigor, da mesma instituição, ou seja, não havia uma Marinha em uma parte ou outra, mas sim uma instituição nacional com jurisdição sobre todo o território brasileiro. Isso significava, também, que a mesma perspectiva de carreira, a mesma cadeia de comando e, portanto, ela deveria cumprir a mesma missão.

Embora a missão da Marinha nas diferentes regiões fosse a mesma, pude perceber uma prática diferente. Primeiramente, por conta das especificidades da navegação nos rios. Essa questão, no entanto, me parece ter tido maior abrangência no momento em que as transformações técnicas se tornaram mais significativas e que as especificidades tornavam diferentes as capacidades de atuar em determinadas áreas da bacia amazônica, como no período da vazante dos rios, conforme apontado pelo contra-almirante Júlio Cesar de Noronha¹, especialmente pensando o desenvolvimento dos programas navais pelo referido e por Alexandrino Faria de Alencar, que resultaram na aquisição de quatro canhoneiras-fluviais (Acre, Amapá, Juruá e Missões), inspiradas na canhoneira inglesa Melik, a serviço no Egito.

Dessa questão, resultou artigo publicado na revista *Navigator*² que tratava a Amazônia como privilegiada no planejamento da Marinha por ter sido a única área de flotilhas que recebeu navios novos desenhados para a finalidade fluvial. Das demais, até 1908, somente a do Mato Grosso permaneceu com material flutuante que saiu das flotilhas extintas do Rio Grande do Sul e Alto Uruguai.

Pude perceber que as diferenças práticas de atuação também se estendiam à forma de combate. Daí compreendi a necessidade de adentrar o âmbito da tecnologia e estratégia, buscando, no final do XIX até a Primeira Guerra Mundial, as características de um “fazer a guerra” ou, como chamei àquele momento, de uma arte da guerra naval. Nessa etapa, foi fundamental a leitura do livro *The influence of sea power upon history*, de Alfred Thayer Mahan, publicado em 1890.

Achei interessante que a obra de Mahan ganhou ampla repercussão entre forças navais da América do Sul, sendo traduzida e publicada em partes na Revista Marítima Brasileira na década de 1890. Essa obra constituiu, a meu ver, um duplo esforço: do ponto de vista técnico, o de demonstrar as variáveis envolvidas no que denominou poder naval (*sea power*), e, assim, os caminhos que países deveriam tomar para desenvolvê-lo, cuja ideia foi pautada em uma argumentação histórica com os exemplos dos países preponderantes em diversos tempos: gregos e romanos na antiguidade com a conquista do Mediterrâneo; espanhóis, ingleses, holandeses, portugueses e americanos na conquista do Atlântico. Daí, o segundo componente menos evidente: uma proposta de proeminência intelectual dos oficiais de Marinha.

¹ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, p. 10.

² FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do XX). **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 55-69, 2014.

Essa questão me pareceu convergir com um processo e projeto histórico resultantes da modernização das embarcações de guerra na transição dos modelos do “veleiro”, proposto por Mahan e associado à pólvora, ao tempo das Grandes Navegações, e o “vapor”, representante da era industrial, da independência da navegação em relação à natureza.

Pelo desenvolvimento dos navios de ferro e aço e dos canhões de calibres muito maiores, de uma nova configuração do combate naval, onde a guerra nos mares assumiu tanta importância quanto os combates terrestres. Entendo que Mahan escreveu sinalizando a mudança das marinhas de forças de apoio para forças com importância única e em relação de igualdade aos exércitos: a conquista dos mares foi, para ele, o elemento teleológico de ampliação do sentido da guerra.

Segui essa premissa durante o mestrado: no final do século XIX, com os encouraçados, cruzadores, submarinos, contratorpedeiros e demais navios combatentes uma arte da guerra naval surgiu e o objetivo das forças navais era produzir navios com capacidade de sustentação de combate prolongado, com poder de destruição suficiente para destruir todos os navios, cidades e territórios inimigos.

Analisando os que foram designados para serviço permanente na Amazônia, pude estudar a ação de combate especialmente a partir da revolta de 11 de junho de 1891 no Pará. A revolta, enquanto objeto, é muito interessante por ser debatida apenas recentemente pela historiografia. O primeiro trabalho a dedicar-se sobre ela foi a tese de doutorado de William Gaia Farias, seguido das dissertações de Raimundo Nonato da Silva, abordando a trajetória de Francisco Xavier da Veiga Cabral no processo político do final do XIX e início do XX, bem como de sua participação na revolta, Tiago Barros Ferreira, no processo de “interiorização da República” no Pará e Anderson Alexandre Cruz Vilhena, no processo de formação e transformações do Corpo Militar de Polícia, um dos protagonistas da referida revolta.

A produção deles é significativa não somente pela temática, mas também porque compõem um eixo de cooperação essencial no grupo de pesquisas o qual fazemos parte, Militares, Política e Fronteiras na Amazônia. Além das contribuições teóricas, o trabalho em grupo coletou um conjunto expressivo de documentos da Marinha no Arquivo Nacional, o que permitiu olhares tão diferentes sobre o objeto.

Em especial, os livros de bordo da canhoneira Guarany, principal embarcação usada naquele momento para combate aos revoltosos. Os livros permitiram o contraponto de fontes produzidas de forma cotidiana: os jornais e o olhar interno da embarcação, com as orientações estratégicas direcionadas mediante o conflito foi se desenvolvendo. Assim, foi possível delinear, como objeto principal defendido na dissertação, o que seria uma “arte da guerra dos

rios”, já que todo o esforço de desenvolvimento naval das últimas décadas do XIX e início do XX de fato não alcançasse a complexidade de navegação das bacias hidrográficas. Os grandes encouraçados não tinham eficiência nos meandros amazônicos.

A adaptação ao ambiente fluvial, a capacidade de movimentação, o patrulhamento de alguns pontos estratégicos na convergência dos afluentes mais estreitos e o uso do armamento foram os principais aspectos estudados. Embora a Guarany tivesse dimensões muito mais coerentes, o seu uso foi interessante porque não explorou, a rigor, todo o seu armamento e táticas, já que, por exemplo, seus canhões não foram nem poderiam ser usados: os revoltosos se escondiam nas matas ciliares aos rios ou em canoas cujas dimensões eram inferiores à linha de disparo dos canhões pela proximidade e sem precisão.

Parte do combate se deu com a tripulação da Guarany usando as carabinas dela. O armamento das canhoneiras foi mais útil com o uso das metralhadoras e canhões da canhoneira Cabedello em terra, já que a mesma se encontrava com as máquinas danificadas e, portanto, só poderia ficar estacionada. Ainda assim, o contraponto das dificuldades da Marinha era o fato dos revoltosos não terem um armamento suficientemente forte para destruir os navios de guerra. A vitória do governo provisório republicano sob gestão do capitão-tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes foi conquistada por um conjunto articulado de táticas que envolveu o controle dos rios.

Quando iniciei o projeto para o doutorado, minha ideia inicial era dar sequência à análise da Marinha na região sob dois olhares: o primeiro, voltado a compreender de que maneira essa arte da guerra fluvial foi aperfeiçoada e desenvolvida; o segundo, ciente da originalidade das ações da força no teatro hidrográfico, explicar o que significava ser militar da Marinha nele.

A essa proposta, lancei o olhar inicial para o período posterior, delimitando 1919-1964 como recorte. Buscava associar as influências do final da Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento dos planos de modernização dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial e ao ano de 1964, duplamente emblemático porque demarcou dois movimentos distintos: a revolta dos sargentos e o golpe civil-militar. Entendia que a noção de guerra e segurança acompanhariam transformações aparentes no comportamento dos militares com relação à política.

Também deveriam acompanhar, assim, significados distintos ao ser militar da Marinha. À época, construí duas categorias de análise para esse fim. Baseado em um editorial da Revista Marítima Brasileira de 1906 sobre o desastre do encouraçado Aquidaban chamado “Aos

martyres da nossa palingenesia thalassocractica”³, percebi que os editores se referiam a uma espécie de razão de ser, de significados do ofício de marinheiro. Ocorre que, diante do prefixo tálassa, que se referia ao mar, vislumbrei a possibilidade de uma palingenesia limnocrática (de limno, relativo aos rios).

Havia, portanto, um trinômio que norteava minhas investigações. Procurava compreender profissionalização militar, comportamento sociopolítico e as especificidades da Amazônia nesse processo. O recorte cronológico não tornava clara a compreensão de como eles se inter cruzavam, principalmente porque havia julgado que o período anteriormente estudado, 1890-1918, já tinha sido satisfatoriamente analisado.

O ponto de inflexão veio quando tive os primeiros contatos com a revolta dos tenentes de 1924 através do relatório do Ministério da Marinha publicado em 1925. Sob o título de “movimentos subversivos”, o almirante Alexandrino Faria de Alencar fez um apanhado de como a Armada participou da repressão aos tenentes principalmente nos teatros do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Amazonas.

O último local me chamou atenção porque não se referia à revolta em Belém, liderada pelo capitão Augusto Assis de Vasconcelos, mas em Manaus, envolvendo a Flotilha do Amazonas. Desconhecia o envolvimento sistemático de tenentes da Marinha no movimento como um todo e, em especial, nas águas do norte.

Investigando a revolta, que teve a participação de oficiais subalternos das canhoneiras que guarneciam a Flotilha na capital amazonense, terminei por questionar todo o rumo do que conduzia. Por que na Amazônia, os militares da Marinha foram protagonistas do processo? Quais elementos eu poderia utilizar para explicar o motivo da Flotilha ter se revoltado e outras unidades navais, com algumas exceções, não? Havia algo em comum com o fato de ser justamente a Marinha no espaço geográfico e social que eu estudava com a revolta?

Curiosamente, a primeira resposta que tive a essa pergunta foi que na Amazônia, eram os próprios tenentes que comandavam os meios pelos quais a revolta foi feita, isto é, as canhoneiras. Eles eram tenentes e eram também os almirantes daqueles rios. Ainda que a instituição fosse federal e que houvesse oficiais superiores que comandavam a própria Flotilha, o Arsenal de Marinha do Pará e por vezes, as capitâncias, quem conduzia os exercícios, a disciplina, quem representava a autoridade militar naval ante autoridades civis em festejos ou

³ Do qual analisei em PEREIRA, Pablo Nunes. O naufrágio do encouraçado Aquidaban: à palingenesia thalassocractica (1906). In: SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; FARIAS, William Gaia (orgs.). **Militares, Poder e Sociedade na Amazônia**. Belém: Açaí, 2017, p. 135-162.

banquetes, em suma, quem exercia cotidianamente o comando das funções e ações militares eram de fato os tenentes, nem almirantes, nem ministros.

Esse raciocínio me fez perceber que se os tenentes se tornaram proeminentes em 1924, é igualmente verdade que em várias décadas anteriores, poderíamos também notar essa proeminência. O caso da revolta de 1891, por exemplo, colocou o governador e chefe de operações na figura de um tenente. É importante notar que Bacellar não era o oficial mais graduado do Pará naquele momento, mesmo assim, foi o responsável pela ação militar e pela ação política da conjuntura. Ele tinha a condição prática de um oficial subalterno, embora fosse capitão-tenente, pois suas funções não seriam diferente as de um primeiro ou segundo-tenente que tantas vezes foi a patente do comandante das mesmas canhoneiras.

Por que os subalternos exerciam essas funções de fato se havia oficiais superiores na Amazônia? A resposta a essa questão me parece relacionada à noção de comando, que explicarei ao longo da tese. O comando no sentido amplo das forças navais precisaria ser sempre mais abrangente que o comando operacional e de momentos em que a autoridade militar federal precisaria estar presente.

Essa resposta é, no entanto, mais filosófica que histórica. Não porque os capitães de fragata e mar e guerra de outrora não tivessem essa concepção, mas porque há outro elemento que, no decorrer da investigação, me pareceu claro: os tenentes tiveram um papel intelectual fundamental nas transformações da Marinha em termos institucionais entre o XIX e o XX. E, como sempre deixarei claro, os tenentes de um tempo eram os almirantes de outro, portanto, como a subalternidade era encarada no oficialato pareceu-me um aspecto fundamental.

O objeto da pesquisa de doutorado passou a ser, dessa maneira, a categoria dos militares por meio sobretudo dos tenentes através das relações estabelecidas entre os próprios militares e a sociedade civil da qual faziam parte. A operação investigativa passou de uma espécie de essência abstrata de um grupo (razão de ser) para as relações concretas estabelecidas em diferentes níveis. E por isso mesmo, pautada em ações.

O problema da temporalidade permaneceu na medida em que nem 1924 se tornou o ano final e 1890 não me parecia suficiente para a análise. Daí, defini duas categorias para pensar desde quando poderia estender a investigação. Primeiramente, precisava considerar na atividade-fim da instituição, a guerra, como um fio condutor para a compreensão das relações profissionais. Com os levantamentos que realizei das embarcações que serviram à região, pude perceber que havia um padrão em torno do que normalmente se tratava por canhoneiras, havia, por assim dizer, um “tempo das canhoneiras”, onde o poder naval (ou fluvial) foi exercido.

Em segundo lugar, havia um outro elemento mais geral em torno da tecnologia naval: o vapor. Foi a navegação a vapor que transformou os transportes, a ocupação, a infraestrutura e a própria dinâmica de circulação de pessoas e ideias na região amazônica desde a metade do século XIX⁴. Assim, estabeleci o recorte para o ano de 1868, ano de criação da Flotilha do Amazonas, em Manaus, a primeira unidade militar moderna da era do vapor.

As circunstâncias de criação da estrutura administrativa da Marinha na Amazônia da era do vapor dizem respeito a duas perspectivas, a que serão discutidas no capítulo 2: como desdobramento da Guerra do Paraguai e como resultado das preocupações com problemas de fronteiras sobretudo com o Peru. Elas demarcaram, para esta tese, o ponto de partida de uma nova experiência histórica dos militares da Marinha na região, com atuação permanente e uma missão derivada: proteção da bacia hidrográfica do Amazonas com o desenvolvimento das estratégias de vigilância dos rios, a construção naval para esse fim e as relações sociais e hierárquicas.

O recorte social mais estrito, isto é, os tenentes, foi pensado em dois níveis. Por um lado, eles eram o ponto de conexão mais direta entre o oficialato superior (o comando da própria força) e os praças. Em termos sincrônicos, isso significa que em cada momento de análise, eles eram os elementos mais diretos das tensões existentes com a hierarquia e a própria concepção institucional do serviço militar e do papel dos marinheiros como de tensões com a hierarquia superior.

A diferença categórica entre as duas residia no fato de que as ideias divergentes ou concepções dos rumos que a Marinha deveria tomar em uma geração poderiam se tornar ideias do comando em outra, já que a carreira militar implicava necessariamente na progressão e, portanto, o olhar diacrônico sobre diferentes gerações de tenentes permitiu-me compreender também o impacto deles nessas transformações.

Uma das linhas que segui para o recorte social foi quantitativa. Tratava-se de definir quantos tenentes serviram na Amazônia e o que isso representava em termos práticos para a instituição. Se os tenentes foram os atores e comandantes das funções institucionais na Amazônia, quantos experimentaram essas relações?

Ao realizar esses estudos, surpreendi-me com o fato de que a maioria dos oficiais subalternos (capitães-tenentes, primeiros-tenentes e segundos-tenentes) serviu em algum momento na área jurisdicional da Flotilha do Amazonas (Amazonas, Pará e Maranhão).

⁴ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. **Paper do Naea**, Belém, nº 170, p. 1-25, 2004.

Portanto, se inicialmente buscava especificidades, pude concluir que elas serviram como uma espécie de laboratório, onde os tenentes experimentavam uma gama enorme de relações.

Tomados os dois limites temporais e o recorte social, passei a analisar os tenentes através de um conjunto de ações que considerei cruciais. O pressuposto básico era pensar onde as relações sociais de militares importavam diretamente para a defesa da tese. Isso demandou compreender algumas dimensões diferentes e que permitissem a escrita através de um olhar minucioso sobre elas sem que a escrita fosse apenas uma sequência cronológica linear, mas também diferentes faces de um mesmo processo.

Primariamente, os militares entre a segunda metade do XIX e as primeiras décadas do XX, agiram como o braço armado do Estado e, portanto, incumbidos das especificidades do serviço do uso da violência para a defesa externa e a repressão interna. A primeira forma de ação é combativa e, por isso, atentei-me para como as formas de cumprir a missão básica das forças armadas era feita.

A vigilância dos rios, ponto de partida, implicou na construção de uma organização institucional e estratégica desenvolvida paulatinamente com as mudanças tecnológicas. Esse processo, aliás, coincide com o que Alain Rouquié tipificou como a primeira fase da história das forças armadas na América Latina, a partir dos anos 1860, com o advento dos “exércitos” modernos⁵.

A ação combativa é uma análise de como os militares se aperfeiçoaram em estratégia e tática e, portanto, em como aprenderam a fazer a guerra nas circunstâncias previstas e já citadas de conjunturas internas e externas. É uma história do processo de construção da linguagem militar das armas, do combate, da hierarquia e do comando nos rios. Em como se relacionaram contra inimigos reais ou virtuais por força da coerção e da organização estratégica.

A segunda dimensão dos militares aqui pensada é enquanto burocratas. Ainda que fossem burocratas específicos, eles eram também, em última análise, autoridades federais em exercício nas cidades da Amazônia. Seguindo uma lógica weberiana do poder estatal em torno da burocracia presente em parte da bibliografia utilizada (como em José Murilo de Carvalho e Alain Rouquié), os militares exerciam parte do poder do Estado de forma especializada e com um nível de independência da vida política.

A rigor, os militares não precisavam ser de partidos políticos ou de grupos políticos específicos para exercer a autoridade. A ação da autoridade burocrática abrange as relações de um poder permanente sobre o poder político transitório em sentido sociológico nesta

⁵ Vd. ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.

investigação. Por outro lado, isso também quer dizer que os tenentes eram autoridades disponíveis e, por isso, exerceram funções importantes, inclusive sob ponto de vista político, policial e diplomático.

Quando o poder bélico de outros países transitava pelos rios e visitava cidades nas visitas de navios de guerra por Belém e Manaus, os tenentes eram a autoridade federal que os militares estrangeiros primeiramente respondiam. Quando da mobilização e prontidão em casos de conflitos, como em 1907 com o Peru e durante a Primeira Guerra Mundial, eram as autoridades responsáveis pelo controle do teatro de operações.

A história da construção da autoridade burocrática militar na Amazônia era também uma história de militares que ocupavam e interviam em cidades nesses casos e que realizavam pactos litúrgicos com milícias armadas de coronéis para serviço do Estado brasileiro em uma época onde o seu braço armado, embora existente, não era numericamente suficiente para as suas funções.

A terceira dimensão dos militares é enquanto atores políticos. Ela é complexa porque envolve dois entendimentos historiográficos distintos do militarismo. A ação individual de militares que, principalmente com a República, se projetaram no cenário político e a sobreposição das instituições militares sobre a própria política. Nesses entendimentos, as relações com a política estrita aumentaram com o golpe republicano de 1889, mas as relações com o poder político permearam um processo maior.

A ação política dos tenentes que investiguei é principalmente a história de como eles se relacionaram com a elite política e as diversas partes da sociedade amazônica principalmente pela construção de três elementos fundamentais: o poder simbólico das canhoneiras, projetando-se a tecnologia; a sociabilidade dos militares com a classe política na região e a sociabilidade com a população principalmente em momentos de festejos, mas também nas relações com a marinha mercante e com reservistas navais. Ela é também uma das faces da conformação dos militares como força política.

A diferença entre a análise política propriamente dita e o poder parece-me mais interessante por pressupor que o poder não é restrito ao Estado ou ao controle dos cargos mais importantes da administração. A relação dos militares com o poder os caracterizou, assim, como grupo social com interesses próprios sob a ótica institucional, embora eles não fossem a parte das tensões sociais. A luta de classes também acontecia no ambiente castrense, embora esse não seja objeto desta pesquisa.

Devo notar, entretanto, que os militares experimentaram um aumento expressivo na autonomia institucional e na ação política com a República. São variadas as razões para isso,

sendo uma delas o fato de os militares terem sido ativos na derrubada da monarquia. É também notável observar que a intervenção federal na administração dos entes criados com a República (estados e municípios) processou-se com frequência nos primeiros anos e em alguns momentos do recorte.

Os governos provisórios de Amazonas, Pará e Maranhão tiveram tenentes nomeados pelo governo federal em algum ponto. Respectivamente, o tenente do Exército Eduardo Ribeiro (1890-1891), o capitão-tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes (1891) e o primeiro-tenente da Marinha Manuel Ignácio Belfort Vieira (1890) conduziram os trabalhos de elaboração das primeiras constituições estaduais. Em todos os casos, repito que eles não eram os oficiais mais graduados nas respectivas capitais, mesmo assim, foram os atores que mesclaram a ação combativa à ação política em sentido mais estrito no caso.

A quarta dimensão dos militares é voltada à ação intelectual. Primeiramente, os oficiais de Marinha eram profissionais cuja atuação dependia de um processo de formação realizado pela Escola de Marinha / Escola Naval. Diferentemente do Exército, não havia entre eles diferenças entre “tarimbeiros” e “bacharéis”, aliás, todo oficial da Armada era um bacharel em última análise, já que os fundamentos da profissão militar naval não eram voltados ao manejo das armas em si, mas de navios.

Essa característica é interessante porque, se para o Exército, as mocidades militares da Praia Vermelha, os jovens que estudaram na Europa e o culto à ciência foram aspectos importantes no processo de desenvolvimento da instituição, como o pensar na Marinha? Se todos os oficiais eram bacharéis, então todos participaram do processo?

A ação intelectual assumiu três formas principais a meu ver. O primeiro é mais estritamente ligado à escrita, produção e circulação de ideias. Os militares do XIX desenvolveram uma grande quantidade de periódicos voltados a debates que versavam sobre as instituições, à política, às ciências e à guerra. Apesar dos jornais e revistas terem sido variados, há dois de maior permanência: no Exército, a revista A Defesa Nacional, criada em 1913 e na Marinha, a Revista Marítima Brasileira, cujas feições foram definidas em 1881.

Ao perceber a abrangência do periódico da Marinha, questionei-me quem eram seus idealizadores, redatores, a quem ela era direcionada e quem para ela escrevia, qual conteúdo e a finalidade. Novamente, os principais agentes responsáveis por ela eram oficiais subalternos. A guinada ao olhar intelectual me fez perceber que havia uma história de ideias sobre os assuntos ligados à força naval que refletiam as mudanças ocorridas e que vieram a ocorrer na instituição ao longo do XIX e XX.

Essa discussão dá conta também de um aspecto das ações de subalternos em todo Brasil, isto é, eles assumiam a responsabilidade pela circulação de ideias de maneira escrita e também por um amplo processo de instrução a praças e outros oficiais. A Revista, aliás, ganhou maior volume de números e artigos publicados progressivamente, portanto, as gerações de tenentes que conviveram com ela também alimentaram as funções intelectuais dos oficiais de Marinha.

A quinta e última dimensão é mais direcionada à revolta de 1924, o que demandou um olhar mais atento e específico. Compreendo que no movimento, os tenentes realizaram um processo generalizado de uso da guerra para fins revolucionários. Ela foi o amálgama mais claro de todas as ações que estudei sob a insurgência.

A máxima do uso da guerra para fins políticos denotou, a partir de 1924, uma nova linguagem dos militares como força política atuante. O comportamento sociopolítico das forças armadas incluiu com mais clareza os aspectos de suas próprias ferramentas profissionais. Não quero com isso dizer que houve uma ruptura completa da história escrita até aquele momento nem que a insurgência de 1924 fosse o produto natural da experiência dos tenentes nas décadas anteriores.

A reflexão que proponho nesse caso é crítica na medida em que parece-me haver na historiografia uma tendência de identificação na profissionalização das décadas de 1910 e 1920 a principal razão de identificação dos militares com o intervencionismo. O arquétipo dos jovens turcos seria, assim, uma tônica dominante que passou a vislumbrar não mais movimentos de militares organizados, mas da própria instituição sobre a política.

Contraponho, assim, dois aspectos do grupo social em questão: eles já constituíam, se não uma força política, agentes políticos com especificidades da autoridade burocrática e do serviço das armas, portanto, o que demarcou a originalidade de formas de ação com a insurgência? Se a resposta a essa questão for o entendimento e as tensões institucionais ou as propostas políticas do tenentismo, creio que a relação de continuidade só é satisfeita tomando-se o tenentismo como ideologia, isto é, como a característica do intervencionismo militar republicano.

A ideia de um poder desestabilizador, tutelar ou de uma força pretoriana da qual quaisquer grupos políticos precisariam pactuar ou negociar para garantir a estabilidade política é a premissa que mais diretamente conectaria os dois aspectos. Entendo, no entanto, que há uma outra maneira de ponderar isso: tomando-se 1924 como uma guerra civil entre as forças legalistas regulares e os tenentes insurgentes em um mesmo território, ambos buscando o apoio civil e a legitimidade de seus próprios atos, a análise de como as estratégias, táticas e da relação entre guerra e política se deu nos permita compreender que, de uma forma ou de outra, o

processo insurgente forjou o intervencionismo por uma linguagem nova, não da simples revolta contra a ordem, mas da vitória total pelas armas, da imposição de instituições profissionais em uma arte da guerra que pensava a política como dimensão central.

Reflito a ação, o agir como o âmbito das relações sociais que me permitiu estabelecer a tese de que os tenentes foram os agentes de transformação do comportamento profissional e sociopolítico da Marinha na Amazônia e representativamente, dos militares no Brasil. Hannah Arendt, em “A condição humana”, delineou seus componentes a partir das noções de trabalho, obra e ação. O trabalho é “processo biológico humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital”⁶

A obra “dentro de suas fronteiras é abrigada a cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas elas”⁷. O agir, em Arendt assumiu a tensão entre o demonstrar da originalidade e unicidade de cada indivíduo na mesma medida em que ele se relaciona com o outro. É um espaço de iniciativa, pioneirismo e governo de si e da relação com o outro⁸. Sendo a única interação exclusiva entre humanos, ela também seria racional, intelectual e cognitiva.

Embora considere importante a noção preliminar de ação, não partilho da mesma percepção sobre o tempo histórico na filosofia da autora, isto é, a condição de originalidade que poderia existir em sentido pleno, sendo uma das características das revoluções, além da ruptura com uma conjuntura histórica anterior⁹. A relação dialética, assim, é complexa, já que pensar a tensão entre a realidade vivida e as possibilidades e estratégias pensadas contemplam tanto o universo do novo como daquilo que já existia e, portanto, é difícil dimensionar o quanto um processo histórico pode romper com aquilo que ele se relaciona. O problema, em meu entendimento, é que a dimensão individual na concepção de Arendt é maior que coletiva.

Alinho a reflexão às ideias de agência em Edward Thompson no que diz respeito à formação da classe operária inglesa¹⁰. Não se trata, no entanto, de visualizar os militares enquanto classe, mas de pensar em que medida as ações coletivas de uma categoria ou grupo social específicos leva em consideração não somente as ações individuais, mas as especificidades do próprio coletivo.

⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017, p. 9.

⁷ Idem.

⁸ Ibid., p. 219.

⁹ ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Nova York: Penguin Books, 1963.

¹⁰ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** vol. 3, A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A ação, nesse caminho, é intimamente relacionada à consciência e o processo de profissionalização e configuração sociopolítica dos militares no Brasil também acompanhou a consciência institucional presente nas relações com a experiência de atuação nos rios. O agir é uma das bases da dialética na metodologia thompsoniana e marxista. Não se trata da captação de uma essência preexistente, mas nas estratégias reais ante as dimensões concretas do cotidiano e dos processos históricos.

A categoria de ação política em Celso Castro, ao analisar a mocidade militar da Escola Militar da Praia Vermelha¹¹, a partir do olhar cultural sobre a formação e o ethos dos alunos é também interessante nesse sentido. O cotidiano e a rotina formavam alguns dos principais elementos para a definição do ser militar na juventude do final do século XIX pelo Exército, em especial a partir da agência política e do caráter cientificista de sua ação. Compreendo a obra de Castro num viés da história social advindo do marxismo cultural, percebendo exatamente o ser pelas vias seja da sociabilidade, seja do exercício efetivo das funções e do trabalho, mas também cujo sentido se dava pela agência articulada entre o indivíduo e o coletivo – entre o agir autônomo e o agir coletivo.

A escrita da tese foi organizada em seis capítulos. A principal inspiração para a forma de encadeamento das ideias e construção dos capítulos foi Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*. O digo porque, de maneira simples, o autor estabeleceu o seu corte epistemológico sobre o tema da colonização portuguesa no Novo Mundo buscando a compreensão do sentido da colonização pela exploração no sistema colonial.

Na escrita de Prado Jr, “A ordem dos capítulos não importa, pode ser qualquer uma. É a relação da parte com o todo o que de fato interessa reter. O todo é a síntese das partes e não a sua soma”¹². O autor, grande historiador marxista, assim como Eric Hobsbawm, definiu sua forma de análise pelas dimensões apontadas de Novais de reconstituição e explicação do conhecimento histórico em questão.

Na obra de Prado Jr, a apreensão marxista do objeto se deu pela definição de uma realidade histórica concreta em direção à compreensão do sentido que permeava as relações das sociedades colonizadas. A explicação das relações entre camponês e agricultor, do escravo e do proprietário, do político e do militar em medidas distintas o próprio mundo das relações de colonização de acordo com as próprias realidades. Assim, a atuação dos tenentes seguindo a

¹¹ CASTRO, Celso. **Os Militares e a República** – um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995.

¹² Entrevista com Fernando Novais. In: PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 415.

lógica das transformações profissionais e sociopolíticas está presente em todos os capítulos desta tese.

No Capítulo 1, analisei o alcance explicativo da tese sob a ótica do recorte social dos tenentes em relação à Marinha, discutindo o conceito de profissão militar, a condição de tenente na conjuntura analisada e as funções profissionais de acordo com a carreira militar, estabelecendo umnexo comparativo entre as transformações nesta e o âmbito prático analisado nos capítulos seguintes.

Pelos estudos quantitativos realizados, o horizonte social, isto é, o quando eu poderia explicar da realidade dos militares da força naval no Brasil a partir dos tenentes da Marinha na Amazônia permitiu-me defender a ideia de que a experiência deles na região funcionou como um laboratório tanto para a ação dos mesmos na Marinha como um todo como um laboratório de transformações da instituição no processo histórico analisado.

No capítulo 2, assim como no seguinte, as ações combativa, intelectual e burocrática foram estudadas. O objeto central desse capítulo gira em torno do conceito de “tempo das canhoneiras”, o nexomaterial do desenvolvimento das ações pelos meios de guerra e seus usos prático e simbólico na região e, por isso mesmo, das especificidades da arte da guerra fluvial desenvolvida com as transformações tecnológicas da era do vapor.

A tecnologia foi o principal fator que alinhou essas transformações a um processo maior de desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial centrada no vapor e, sob a ótica do poder militar, num processo de corrida armamentista imperialista da qual diferentes países participaram. O recorte tecnológico é, assim, o sentido das relações modernas de poder em torno do símbolo das armas pelas belonaves, da própria arte da guerra que Mahan tratou e também do quanto a estética e o simbolismo da tecnologia se desenvolveram como uma das faces de poder no mundo capitalista.

No capítulo 3, analisei de forma mais detalhada a atuação das canhoneiras em comissões específicas e na organização cotidiana das estratégias de uso delas. É o capítulo mais detalhadamente dedicado à dimensão prática do desenvolvimento profissional dos tenentes na Amazônia e da própria noção de autoridade burocrática militar na região pela experiência em operações, exercícios militares e na mobilização para conflitos.

A profissionalização da Marinha, assim, foi estudada através do modo como os militares agiram no aperfeiçoamento das formas de combate e concepção dos elementos estratégicos da guerra, ainda que na dimensão prática, a força naval, assim como a terrestre, tenha sido muito mais utilizada para conflitos internos. O fator organizacional, seja da construção da cadeia de comando pelas formas de organização dos navios e procedimentos de treinamento e

operacionalidade foi central para compreendermos como uma força militar moderna se tornou profissional em suas atribuições e em como a guerra assumiu também um papel importante na concepção política, seja pelo controle social, seja pela projeção ante ameaças externas reais ou virtuais.

No capítulo 4, analisei de forma mais específica a ação intelectual dos tenentes. O recorte espacial desse capítulo não é somente a Amazônia, mas o espaço de circulação de ideias e de concepções dos oficiais de Marinha. São apresentadas três dimensões da ação intelectual: em sentido estrito, da produção da Revista Marítima Brasileira e seus impactos à Marinha; as concepções dos tenentes sobre a vida a bordo, a disciplina, a hierarquia e, de uma forma geral, o próprio ofício; e as concepções mais especificamente voltadas aos marinheiros, acompanhando as transformações nas noções de recrutamento e serviço militar.

Os capítulos 5 e 6 são a análise detalhada da insurgência de 1924, constituindo o evento de maior impacto no processo histórico estudado pelas dimensões assumidas da força naval na Amazônia, seja pela liderança de tenentes das duas forças militares, seja pelas estratégias definidas por ambos os lados.

No capítulo 5, direciono-me à caracterização da insurgência em si, analisando os elementos constituintes da guerra revolucionária proposta pelos tenentes tomando como base a revolta em Manaus de 23 de julho; a composição do governo revolucionário e ações política e intelectual executadas; a composição da força insurgente com a Flotilha do Amazonas, a tropa terrestre, a fortaleza de Óbidos tomada e as articulações com os reservistas, assim como o elemento simbólico das táticas usadas.

O papel decisivo das comunicações foi estudado porque considero que o controle sobre a radiotelegrafia e a comunicação à distância, bem como sobre a imprensa, permitiu que os tenentes efetivamente constituíssem um território ocupado e um ponto de resistência. Em perspectiva histórica, esse fator foi igualmente importante porque parte da profissionalização dos oficiais de Marinha foi direcionada à utilização da radiotelegrafia e à compreensão estratégica das comunicações em tempos de guerra.

No capítulo 6, estudo a derrota da insurgência e a atuação das forças legalistas na batalha de Belém, decisiva para os rumos do processo, e do Destacamento do Norte formado para combatê-los. As mesmas ferramentas interpretativas que utilizei para a compreensão da ação insurgente foram operadas para as ações do Destacamento. Pretendi com isso demonstrar que mesmo com a derrota do tenentismo, a guerra civil provocou a compreensão às instituições e aos militares enquanto categoria a compreensão mais clara do uso revolucionário da guerra na política.

CAPÍTULO 1 - AMAZÔNIA: O LABORATÓRIO DOS TENENTES

Introdução

Uma preocupação metodológica desta tese diz respeito ao alcance explicativo das fontes, dos argumentos, do objeto, do tempo e do espaço analisados. Considerando que a pesquisa em si tem um recorte cronológico, espacial e dos sujeitos, o quanto posso explicar da realidade histórica em questão?

Em termos cronológicos, o ano de 1868 teve como evento fundamental para esta tese a criação da Flotilha do Amazonas, unidade militar fixa de comando de embarcações de guerra. É igualmente importante destacar que os oficiais a serviço na região durante esse e os anos anteriores tiveram entrada na Marinha no máximo em duas décadas anteriores, considerando que a carreira nos postos de segundo-tenente, primeiro-tenente e capitão-tenente poderia levar essa duração. Os militares que serviram à Marinha na Amazônia no final dos anos 1860 ingressaram, portanto, entre o final da década de 1840 e, no caso dos guardas-marinha recém-formados, até o ano de 1868, havendo, pois, um aspecto geracional que colocava diferentes visões sobre a prática e o serviço militar.

Durante esse período anterior ao recorte, houve alterações na carreira e organização do pessoal nos diversos setores, como o Corpo de Saúde da Armada (1851), Corpo de Fuzileiros Navais, transformado em Batalhão Naval (1852), Corpo de Imperiais Marinheiros (1854), Corpo de Oficiais Marinheiros (1858 e 1863), Corpo de Maquinistas Navais (1863) e Corpo de Fazenda da Armada (1868); a estrutura administrativa recebeu mudanças profundas com a criação do Conselho Naval (1856), reforma da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha (1859 e 1868) e criação do Quartel General da Marinha (1860); e houve ainda alteração nas funções, regulamento e prática de órgãos como a criação das Capitânicas dos Portos (1845), nos Hospitais da Marinha (1852), Arsenais de Marinha (1860) e Contadoria da Marinha (1868). Os militares do início do recorte desta tese vivenciaram, portanto, as primeiras transformações da Marinha enquanto instituição durante o período político do Segundo Reinado.

Quanto ao período posterior a 1924, o mesmo raciocínio é relativamente válido, tendo a geração de tenentes servido por duas ou três décadas após esse ano e, assim, as experiências de formação na Marinha e de insurgência com o tenentismo foram significativas para a atuação em período posterior. Aliás, as décadas de 1920 a 1930 foram o período de amadurecimento do tenentismo de movimento conspiratório a governo. Assim como a insurgência é, para mim,

produto da experiência de atuação, as etapas seguintes dos militares como atores políticos nas décadas seguintes do século XX foram influenciadas por esse processo.

A maior parte dos oficiais da Armada serviu em algum momento na região amazônica. O efetivo dos navios e da instituição era baixo e, portanto, a rotatividade em diferentes embarcações e espaços era necessária para manter a vigilância nas áreas onde a Marinha estava presente. Contraditoriamente, embora o efetivo da Marinha nunca tenha superado dezenas de milhares de militares por ano até 1924¹³, a distribuição em um número pequeno de navios de guerra em comparação a outras marinhas referenciais para a brasileira, como a da Inglaterra, era bastante desproporcional. O encouraçado Minas Gerais, por exemplo, ao chegar ao Brasil em 1910, tinha uma quantidade de oficiais muito maior que o navio do qual fora modelo, o HMS Dreadnought inglês¹⁴.

Entendo que a Amazônia não pode ser considerada apenas um dos lugares de atuação da Marinha, mas também uma espécie de laboratório para os oficiais que serviram nela. Considerando os levantamentos quantitativos que apresentarei, percebi que a maior parte dos oficiais da Marinha serviram em algum momento na região, dessa forma, estudar a Amazônia permite a compreensão não somente de ação específica dos militares nela, mas também dos impactos dessa atuação no percurso das instituições militares, pois, a experiência desenvolvida na região era única e promovia um maior protagonismo entre os oficiais subalternos, que representavam quase a totalidade dos oficiais a serviço na região exceto os comandantes do Arsenal de Marinha do Pará e da Flotilha do Amazonas.

Também considero os oficiais subalternos estudados (segundos-tenentes, primeiros-tenentes e capitães-tenentes) o foco principal de análise. Em primeiro lugar, porque, não estando preso a uma geração apenas, a geração de tenentes de um período se tornava a geração de oficiais superiores de outro período. Não há um antagonismo entre os grupos de oficiais, mas um momento específico de uma condição específica (a de tenente) que era fundamental para as outras etapas da carreira. Não quero com isso dizer que o estudo da experiência como tenente fosse suficiente para compreensão de toda a vida militar do oficial de Marinha no período, mas que essa condição teve especificidades que marcaram, na prática as principais mudanças no sentido da profissionalização e consolidação da instituição, já que, em termos quantitativos, a maior parte dos oficiais da Marinha estava nessa condição e os problemas relativos à carreira

¹³ Baseado nas leis de fixação do contingente da força naval elaboradas anualmente.

¹⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. **A Marinha brasileira na era dos encouraçados**, 1895-1910. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 177.

militar, como apresentarei no tópico 1.2, também estiveram, na prática, centrados na condição de tenente.

Metodologicamente, realizei uma série de levantamentos quantitativos ao longo da pesquisa neste capítulo. São dados de efetivos da Marinha no Brasil e na Amazônia em particular, além da relação entre comandantes de navios e os postos, a proporção de tenentes em relação aos oficiais e a proporção de oficiais que serviram na Amazônia dentre todos os oficiais da armada. Considero importante a utilização e reflexão em torno desses dados porque ajudam a solidificar a argumentação da tese, uma vez que me permitem afirmar com maior precisão o quanto, de fato, os recortes mencionados podem alcançar em termos da história da Marinha e dos militares no Brasil.

1.1. A condição de tenente e o pessoal da Marinha.

O estudo de uma instituição militar é interessante por compreender que as distinções organizacionais dos seus militares não apenas é uma de suas características mais visíveis como também dá sentido a uma série de circunstâncias a serem analisadas. Nesse sentido, retomo a interpretação de Celso Castro sobre o espírito militar já mencionada como base para esse ponto e, portanto, a descrição comparativa entre as conclusões levantadas por ele e a análise das especificidades históricas desse aspecto precisam ser levadas em consideração.

A primeira diferenciação clara para as instituições militares diz respeito aos militares “combatentes” e “não-combatentes”, isto é, entre os que se engajavam diretamente às funções armadas das forças e os que cumpriram papéis complementares a eles. Além dela, há um conjunto de pelo menos três significados ou desdobramentos das diferenciações entre militares no recorte. Inicialmente, poderia apontar que, em termos administrativos, os militares combatentes e os não-combatentes do Exército e Marinha desde o início do recorte desta tese, estiveram separados, não compondo o mesmo “corpo”, “quadro”, “arma” ou “serviço”.

Para o Exército, em termos historiográficos, provavelmente a principal dicotomia diz respeito à diferença entre o grupo dos “tarimbeiros” e dos “bacharéis” de oficiais. A separação da Academia Real Militar em 1858, entre o ensino da engenharia e o ensino propriamente militar, acrescido da entrada do positivismo no Brasil deu sentido a um conjunto expressivo de oficiais formados no final do século XIX, especialmente tendo sido alunos de Benjamin Constant, na Escola Militar da Praia Vermelha. Tais oficiais, a “Mocidade militar da Praia Vermelha”, dos quais a inclinação bacharelesca deu maior sentido em relação aos oficiais mais

antigos (muitos dos quais não passaram por cursos de formação) e com maior prática de combate em si (tarimbeiros)¹⁵.

O trabalho já citado de Celso Castro sobre a Escola tratou de forma interessante da sociabilidade e da formação do ethos desses oficiais. Os dois elementos cruciais para o surgimento dos oficiais bacharéis foram o cientificismo e o positivismo. A crença na redutibilidade da realidade em princípios explicativos racionais, por outro, a crença político-filosófica na razão como teleologia histórica e força motriz do progresso humano. Em termos práticos, o “espírito militar” dos bacharéis se dirigiu muito mais à ideia de soldado-cidadão e, de uma forma abrangente, considero que o preparo para o acúmulo de funções civis e políticas do Estado em grande medida foi possível pela formação e orientação deles.

Para José Murilo de Carvalho, a ideia de um “espírito de corpo” propriamente dito tendia mais ao lado dos militares tarimbeiros, especialmente devido às experiências no teatro de operações da Guerra do Paraguai. Aliás, dialogando com a perspectiva de experiência dos militares, é possível considerar o surgimento de uma ideia de espírito militar no Brasil justamente a partir do conflito. A Questão Militar foi essencialmente conduzida por tarimbeiros, o que me parece indicar a existência de dois olhares diferenciados: dos bacharéis, de dentro do Exército direcionando-se ao todo da “nação” e dos tarimbeiros, de dentro para dentro do próprio Exército, portanto, dois olhares que movimentaram, de certa, forma a instituição em âmbitos distintos e, por isso, o relativo sucesso dos bacharéis no campo político de atuação das forças armadas.

José Murilo de Carvalho afirmou que assim, fora criado “[...] o ambiente para a aceitação da ideia do soldado-cidadão que desde a proclamação da República passou a integrar a ideologia das intervenções militares no Brasil”¹⁶, mas por outro lado, é coerente pensar que o direcionamento sociopolítico de atuação também restringiu até os anos 1920, no caso do Exército, certos aspectos da própria carreira militar. O tenentismo, visto em parte como um movimento de insatisfação do Exército em relação a ele, é em parte explicado pelo próprio autor devido ao longo tempo de permanência nas etapas mais baixas do oficialato: os tenentes poderiam levar décadas para saírem da condição de oficiais subalternos.

Essa perspectiva teve contornos diferentes para a Marinha de Guerra. A ideia do combate não pode ser pensada exclusivamente pelo manejo das armas, especialmente

¹⁵ Para uma discussão sobre, Vd. CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: **Forças Armadas e Política no Brasil**. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Todavia, 2019.

¹⁶ Idem, pos. 469.

considerando que a introdução da navegação a vapor a partir da metade do século XIX, mudou justamente o “guerrear” naval, como propôs o almirante Alfred Thayer Mahan no livro *The influence of sea power upon history*: a transformação do navio em arma dedicada e exclusiva do combate naval alterou também a relação entre embarcados.

O comando, e não o manejo com as armas, é mais próximo a essa dicotomia. A princípio, todos os oficiais de marinha eram, de uma forma ou de outra, ligados à formação técnica. Não havia, desde o início do recorte da tese, uma geração de oficiais comandantes e imediatos de navios que não tivesse passado pela Escola Naval, diferentemente da força terrestre, que teve mais de um núcleo de formação.

A obrigatoriedade da formação dos oficiais da armada e a institucionalização do ensino militar na Marinha acompanharam um processo mais longo do que o Exército. A formação e a não formação, portanto, não foram elementos passíveis de conflito entre os oficiais da força naval. Os primeiros contornos da institucionalização da formação e a profissionalização ou sua tentativa na Marinha podem ser considerados a partir da década de 1830. A Academia de Marinha, após mudanças regimentares nessa década, passou a incluir o aquartelamento dos alunos, com a definição do internato como base, propiciando o cruzamento na definição de dois vieses da profissão: o militar e o naval¹⁷.

Carlos Silva dialogou com duas perspectivas diferentes para o que definiu como “ensino militar-naval” e a profissão decorrente que os guardas-marinha da academia vivenciaram. No que diz respeito à “profissão militar”, em diálogo com Samuel Huntington e Abraham Flexner, são três aspectos que a tipificariam e caracterizariam: a responsabilidade, a corporatividade e a especialização. A responsabilidade é a consciência da essencialidade do serviço prestado pelo profissional, a capacidade para realização e o direito de seu exercício. A corporatividade é a autoconsciência ou organicidade dos profissionais sobre o próprio dever e do lugar ocupado na sociedade. A especialização, elemento considerado mais importante para as instituições militares, “é a referência que engloba os padrões objetivos de competência profissional esperados para a realização de determinada atividade consolidada como profissão”¹⁸.

A coexistência dos elementos da profissão com elementos da função militar no Antigo Regime, com requisitos de nobreza aproximava os guardas-marinha em formação ao conceito de “profissão naval” utilizado por Norbert Elias para a Inglaterra, da qual ela surgiu fruto da

¹⁷ A discussão é central em SILVA, Carlos André Lopes da. **A Real Companhia de Academia dos guardas-marinha**: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

¹⁸ Idem, p. 225.

complexidade crescente da guerra naval em um contexto onde apenas nobres – *gentlemen* – exerciam comandos militares, entretanto, não nobres, como corsários, haviam tido experiências bem-sucedidas e forçaram o convívio entre duas realidades: a dos nobres prestigiosos e de não nobres com conhecimentos.

Para Elias, o problema central dizia respeito ao momento desse surgimento: o tempo das marinhas a vela (a partir do século XVI, no caso tratado), cujo nível de conhecimento técnico tornava essa relação conflituosa. “Diz-se que o comando de um navio moderno, com seus equipamentos técnicos elaborados, requer uma mente cientificamente treinada. O comando de um navio a vela requeria a mente de um artesão. Apenas pessoas iniciadas em tenra idade na vida no mar poderiam esperar dominar essa técnica”¹⁹. O fato, no entanto, da Inglaterra ter convivido com os dois modelos de oficiais, permitiu o desenvolvimento de uma marinha com maior grau de profissionalização das demais (que apenas séculos depois iniciaram o mesmo processo).

A década de 1830 foi, assim, o momento de unificação da formação dos guardas-marinha em um único estabelecimento, a utilização do regime de formação militarizado (aquartelado e em internato) e padronização de conhecimentos necessários à formação do oficial de marinha. Entendo que isso reforça o fato de que os oficiais de marinha não se distinguiram entre combatentes e não combatentes. Todos os oficiais de marinha tiveram, a partir daí, a mesma origem militar.

A distinção mais importante que verifiquei durante no recorte era de outra natureza: os “oficiais de marinha”, a que me refiro, eram oficiais do “corpo da armada”, ou seja, de uma parte do conjunto maior da categoria: em linhas gerais, os regulamentos, o pagamento e a carreira de todos os outros oficiais eram baseados neles.

Antes de ponderar mais especificamente sobre as implicações dessa distinção, convém esclarecer que o único embate que observei ao longo da pesquisa e presente na historiografia diz respeito aos oficiais de máquinas. Curiosamente, o desenvolvimento da navegação a vapor limitou os conhecimentos técnicos dos oficiais do corpo da armada na medida em que eles não dominavam a condução de máquinas a vapor. Os primeiros maquinistas foram contratados da Marinha mercante, mas diferente de outros sujeitos contratados, detinham um conhecimento técnico indispensável ao navio²⁰.

¹⁹ ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, Rio de Janeiro, 7(1), 2001, p. 92.

²⁰ Para uma discussão sobre o tema, Vd. CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. **Disciplina na Armada Imperial a partir da corveta “Trajano”**: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873 e 1879. 2013. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Diferentemente de criados, taifeiros, camareiros e cozinheiros, que constituíam grande parte dos contratados em navios de guerra, os maquinistas exerciam função central nos navios com máquinas a vapor, o que permitiu com que eles tivessem certos privilégios em relação aos oficiais de marinha, uma vez que as eventuais punições aplicadas em casos de indisciplina comprometiam a locomoção dos navios o que resultou na criação de um corpo específico e da formação dos mesmos na Escola Naval.

A segunda diferenciação organizacional, decorrente especialmente da distinção do corpo da armada em relação aos demais era de ordem hierárquica. Durante todo o período estudado, a Marinha possuiu cinco corpos principais de oficiais: da armada, de saúde naval, de maquinistas navais (ou engenheiros-maquinistas), fazenda da armada (ou comissários navais) e engenheiros navais. O corpo da armada foi o único com almirantes e, juntamente com o corpo de saúde, os únicos com oficiais superiores durante o século XIX. Para além da hierarquia central, havia hierarquia entre os corpos, tendo o da armada maior precedência funcional sobre os demais.

A terceira diferenciação diz respeito aos círculos hierárquicos os quais Celso Castro se referiu no caso da AMAN e que também encontra sentido no período em questão para a Marinha. Eles compõem duas a três linhas principais de acordo com nível de equivalência de funções entre as patentes: os oficiais-generais, comandantes das forças e das principais repartições e unidades das instituições militares; os oficiais em si, compondo as funções mais geralmente ligadas à liderança e comando; e os praças, de forma mais abrangente as patentes mais baixas das forças.

Uma grande quantidade de trabalhos tendeu a considerar apenas o grupo de oficiais dotados de espírito militar, profissionalismo com todos os critérios já mencionados e agência política no que diz respeito às demandas da instituição. Nessa mesma linha, os praças foram quase sempre parte de um processo de dominação e controle social de classes consideradas perigosas a algum momento. Parece-me coerente que a profissionalização, como processo em construção, se deu muito mais no âmbito dos oficiais no século XIX.

O processo de substituição das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, centradas na punição e, diretamente, do controle social de menores infratores a serem tutelados e civilizados pelo Estado através da formação militar, em Escolas de Aprendizes-Marinheiros entre o final

do século XIX e início do século XX demarcaram, para a Marinha, um processo de modernização das formas de entrada e seleção mudaram o perfil dos praças²¹.

Dessa forma, diversos trabalhos consideram a Revolta dos Marinheiros de 1910 como uma luta pela modernização de pessoal. Se o material já havia sido modernizado com os principais equipamentos desenvolvidos, os maus tratos e castigos físicos eram uma contradição a isso.

Considero importante esse esclarecimento porque oficiais e praças viveram processos diferentes de profissionalização no século XIX e uma parte do século XX, ambos tendo se formado enquanto forças políticas relativas, embora com demandas nem sempre convergentes.

Os círculos hierárquicos, assim, não podem ser pensados como elementos de distinção dicotômicas totais nas forças armadas. Os círculos tendiam a frequentar os mesmos espaços de alimentação e os mesmos ambientes de sociabilidade. Dessa forma, existiria uma espécie de solidariedade ou identificação que tendia a ligar militares do mesmo círculo e a distanciar militares de círculos diferentes.

Os oficiais de uma canhoneira, de um modo geral, compartilhavam alojamentos semelhantes; os marinheiros dormiam em um mesmo espaço em macas; as praças d'armas onde se faziam refeições não eram as mesmas para oficiais e marinheiros; a alimentação não era idêntica entre os dois grupos; eventos sociais e festejos quase sempre tinham a participação de oficiais. Os espaços de sociabilidade na Marinha eram diferentes entre essas categorias.

Os círculos na Marinha, entretanto, não eram totalmente iguais aos ponderados por Celso Castro para o Exército no presente. A hierarquia da Marinha, conforme indicou Pierre Paulo da Cunha Castro, era em alguns momentos mais funcional do que propriamente centrada no conjunto de patentes da força. Havia assim três categorias funcionais: oficiais; marinheiros e batalhão naval conjuntamente e marinhagem.

Os oficiais eram compostos pelos propriamente ditos e mais outros que exerciam certa autoridade a bordo, como os enfermeiros, fiéis e escreventes, indicando que, embora o primeiro grupo fosse hierarquicamente superior, as distâncias hierárquicas eram menores. No caso do Corpo de Marinheiros Nacionais e Batalhão Naval, os espaços seriam os dos militares do próprio corpo, e da marinhagem compondo, de um modo geral, os taifeiros da guarnição, foguistas e carvoeiros contratados. Essa divisão tem um sentido interessante, embora

²¹ Para uma discussão, Vd. ALMEIDA, Silvia Capanema de. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 147-169, 2010.

considere que a possibilidade de identificação de praças fosse relativamente maior e sem fronteiras tão grandes entre marinheiros e infantas do batalhão naval ou foguistas e carvoeiros.

Considero importante destacar as três formas de distinção do ponto de vista teórico-metodológico qualitativo como pontos de partida para a discussão sobre o alcance explicativo da tese, isto é: os militares da Marinha entre 1868-1924 não representavam um bloco único e homogêneo. A essa discussão, acrescento: essas relações também não se davam da mesma forma em todo o país.

Precisaremos considerar três pressupostos: os oficiais constituíram, no século XIX, mais elementos de consolidação institucional que os praças na Marinha; os efetivos da força naval e a relativa falta de oficiais superiores também foram elementos fundamentais para que o acúmulo de funções militares e civis fosse feito majoritariamente por tenentes durante o período analisado; alta rotatividade entre oficiais motivada pela desproporção entre o pessoal e um pequeno número de navios de guerra, isto é, um tempo pequeno de permanência em uma mesma embarcação ou estabelecimento terrestre.

A Marinha das décadas de 1860 a 1910, pelo menos, foi uma “Marinha de tenentes”, tanto pela predominância quantitativa como pela variedade de funções por eles tomadas. Analisando ainda os oficiais que serviram na Amazônia, percebi ainda que a maior parte do grupo serviu em algum momento na região, onde, conforme defendo nesta tese, os tenentes assumiram um tipo de protagonismo diferenciado, configurando, a Amazônia, assim, o laboratório que os tenentes tiveram para consolidação dos elementos de profissionalização institucional da Marinha e agência política, inclusive insurgente.

Tabela 1 Efetivo dos Corpos da Marinha, 1868-1923.

Ano	Corpo da Armada					Corpo de Saúde					Corpo de Fazenda					Corpo de Maquinistas					Corpo de Engenheiros				
	2T	1T	CT	Of	TEN	2T	1T	CT	Of	TEM	2T	1T	CT	Of	TEN	2T	1T	CT	Of	TEN	2T	1T	CT	Of	TEN
1868	37	138	70	312	245	17	15	5	50	37	28	16	10	54	54	13	0	0	13	13	0	0	0	0	0
1869	51	131	56	292	238	8	17	9	45	34	28	15	5	93	48	13	0	0	13	13	0	0	0	0	0
1870	37	112	69	269	218	11	19	9	48	39	26	15	4	78	45	12	0	0	12	12	0	0	0	0	0
1871	57	98	59	274	214	16	19	8	52	43	25	15	4	84	44	11	0	0	11	11	0	0	0	0	0
1872	16	128	66	252	210	19	18	8	66	45	25	13	4	87	42	15	0	0	15	15	0	0	0	0	0
1873	65	119	60	308	244	39	17	7	63	63	25	13	4	91	42	14	0	0	14	14	0	0	0	0	0
1874	51	163	66	340	280	36	18	7	67	61	30	15	5	74	50	13	0	0	13	13	0	0	0	0	0
1875	56	160	60	337	276	45	18	6	78	69	30	14	5	94	49	12	0	0	12	12	0	0	0	0	0
1876	56	160	60	337	276	45	18	6	78	69	30	14	5	94	49	12	0	0	12	12	0	0	0	0	0
1877	89	154	63	368	306	43	19	6	77	68	20	15	5	89	40	30	20	0	50	50	0	0	0	0	0
1878	92	155	60	350	307	40	17	5	66	62	26	13	4	88	43	28	20	0	48	48	0	0	0	0	0
1879	90	145	55	365	290	43	20	6	72	69	29	15	5	98	49	27	16	0	43	43	0	0	0	0	0
1880	75	160	60	416	295	44	20	5	73	69	43	30	15	88	88	26	15	0	41	41	0	0	0	0	0
1881	121	160	60	427	341	44	20	5	73	69	50	29	13	92	92	24	11	0	35	35	0	0	0	0	0
1882	121	159	58	398	338	44	20	5	73	69	48	20	14	82	82	24	10	0	34	34	0	0	0	0	0
1883	121	159	58	398	338	44	20	5	73	69	48	20	14	82	82	24	10	0	34	34	0	0	0	0	0
1884	116	160	60	397	336	44	20	5	73	69	39	30	15	84	84	30	19	0	49	49	0	0	0	0	0
1885	116	160	60	397	336	46	23	4	77	73	35	30	14	79	79	30	20	0	158	50	0	0	0	0	0
1886	119	160	60	400	339	47	20	5	79	72	32	30	15	77	77	29	20	0	154	49	0	0	0	0	0
1887	140	160	60	420	360	44	23	6	76	73	36	30	15	81	81	30	20	0	153	50	0	0	0	0	0
1888	147	160	60	428	367	43	23	6	84	72	29	15	0	84	44	30	20	0	147	50	0	0	0	0	0
1889	146	159	59	424	364	47	23	5	78	75	30	15	0	86	45	29	18	0	151	47	0	0	0	0	0
1890	146	159	59	424	364	47	23	5	78	75	30	15	0	86	45	29	18	0	151	47	0	0	0	0	0
1891	160	175	60	456	395	4	57	8	78	69	30	15	0	86	45	35	20	1	136	56	6	6	6	32	18

1892	21	174	59	287	254	0	48	9	66	57	35	16	6	88	57	33	16	4	136	53	6	6	6	32	18
1893	26	161	60	354	247	4	24	11	50	39	35	17	6	83	58	33	16	4	125	53	6	6	6	32	18
1895	8	62	60	175	130	4	24	11	50	39	31	17	6	87	54	32	16	4	126	52	6	6	6	32	18
1896	9	62	87	240	158	12	22	11	56	45	35	17	6	90	58	34	16	4	58	54	6	6	6	32	18
1897	26	67	73	255	166	14	23	11	58	48	31	19	5	87	55	33	13	4	129	50	6	6	6	32	18
1898	49	99	74	318	222	15	27	11	65	53	35	17	6	96	58	35	16	4	137	55	6	6	6	32	18
1899	50	123	74	360	247	21	26	11	71	58	35	17	6	98	58	33	16	4	135	53	6	6	6	32	18
1900	74	147	86	368	307	18	24	11	66	53	35	17	6	96	58	33	16	4	136	53	7	7	7	33	21
1901	81	160	80	394	321	20	23	11	66	120	35	17	6	97	58	33	16	3	135	52	7	7	6	32	20
1902	122	160	80	435	362	14	23	20	68	125	35	17	6	95	58	32	14	3	125	49	7	6	6	31	19
1903	150	160	80	463	390	23	23	20	79	145	35	17	6	96	58	50	17	4	154	71	7	6	6	31	19
1904	150	160	80	463	390	23	23	20	79	145	34	16	6	140	56	50	18	6	156	74	7	6	6	36	19
1905	150	160	80	463	390	23	23	20	79	145	37	16	5	85	58	47	18	6	154	71	7	6	6	30	19
1906	233	150	160	696	543	3	22	22	77	124	28	40	20	108	88	75	45	17	145	137	0	3	0	14	3
1907	233	150	160	696	543	3	23	23	79	128	30	40	20	108	90	80	50	18	156	148	0	3	0	14	3
1908	192	150	160	655	502	3	23	23	79	128	30	40	20	108	90	80	50	18	155	148	0	0	8	29	8
1909	151	200	200	704	551	3	19	21	71	114	30	40	20	108	90	77	48	18	151	143	0	0	8	23	8
1910	175	200	200	728	575	3	23	23	78	127	40	40	20	111	100	80	50	18	156	148	0	0	8	23	8
1913	110	200	200	662	510	3	23	23	78	127	40	40	20	111	100	80	50	18	286	148	0	0	8	23	8
1914	150	200	200	702	550	3	23	23	79	128	40	40	20	111	100	80	50	18	296	148	0	0	8	23	8
1915	61	200	200	613	461	3	23	23	79	128	40	40	20	111	100	80	50	18	296	148	0	0	8	23	8
1916	70	200	200	622	470	14	22	23	90	149	40	40	20	111	100	80	50	18	296	148	0	0	8	23	8
1918	95	200	200	647	495	15	18	23	86	142	40	40	20	111	100	123	50	18	199	191	0	0	8	23	8
1919	75	200	201	626	476	15	18	23	86	142	40	40	20	111	100	123	50	18	195	152	0	0	8	23	8
1920	66	209	201	642	476	15	18	23	86	142	40	40	20	111	100	123	50	18	195	191	0	0	8	25	8
1921	63	207	208	630	478	17	18	23	94	58	40	40	20	111	100	123	50	18	195	191	0	0	8	25	8
1922	23	150	250	606	423	17	18	23	94	58	40	40	20	111	100	0	50	18	76	68	0	0	8	25	8

1923	41	150	249	621	440	9	34	31	112	186	39	38	19	106	96	70	45	12	136	127	0	0	8	25	8
------	----	-----	-----	-----	-----	---	----	----	-----	-----	----	----	----	-----	----	----	----	----	-----	-----	---	---	---	----	---

Fonte: Relatórios do Ministério da Marinha.

Quando me refiro a uma Marinha de tenentes, não quero com isso apresentar uma relação antagônica deles com os demais militares da força naval, o que seria incoerente inclusive pensando que a perspectiva de uma carreira com postos diferentes fazia (e faz) com que tenentes de um momento sejam os oficiais superiores e almirantes de outro momento.

Há, no entanto, uma consideração histórica pertinente a se fazer: as gerações de tenentes estudadas aqui cumpriram um papel fundamental que certamente modificou a forma com que eles assumiram papéis superiores em décadas seguintes. É, portanto, coerente afirmar que os oficiais superiores de uma geração não agiram da mesma forma que os da geração seguinte pelas experiências próprias vivenciadas por eles desde os primeiros degraus da carreira de oficial.

Para todos os casos nesta tese, quando me referir a “tenentes”, de forma abrangente e sem uma patente específica, utilizarei o grupo que é objeto central desta tese, composto em essência por segundos-tenentes, primeiros-tenentes e capitães-tenentes. Esse recorte de sujeitos da força naval para o período mais coerente com a condição funcional desempenhada de forma semelhante, isto é, especialmente o comando das canhoneiras que serviram à Marinha na Amazônia. Dessa forma, a condição de subalternidade em termos hierárquicos dentre os oficiais, assim como a convivência em todas as embarcações estudadas e de auxílio aos comandos de unidades, bem como a sociabilidade e a atuação particulares à Amazônia formam o que considero como sentidos para entender “tenentes” na região.

No quadro, há a quantidade de segundos-tenentes (2T), primeiros-tenentes (1T), capitães-tenentes (CT), número total de oficiais do corpo (Of), número total de tenentes do corpo (2T + 1T + CT) distribuídos de forma anual. Utilizei cores diferentes para fins didáticos de melhor distinção visual dos dados do quadro. Os dados foram obtidos dos relatórios ministeriais da Marinha. Os relatórios explicavam períodos de atividades normalmente situados no ano anterior, mas os efetivos citados diziam respeito ao ano de publicação, que nem sempre era o mesmo.

Nos relatórios, de um modo geral, o efetivo era distribuído em várias categorias: “promptos” ou em prontidão, para a quantidade total de militares em disponibilidade de uso imediato; “em disponibilidade”, para os que não estava cumprindo nenhum cargo ou função; “licenciados” para os que cumpriam licença para tratamento de saúde, estudo ou outras situações, e que não constituíam o quadro de militares em prontidão, mas ainda

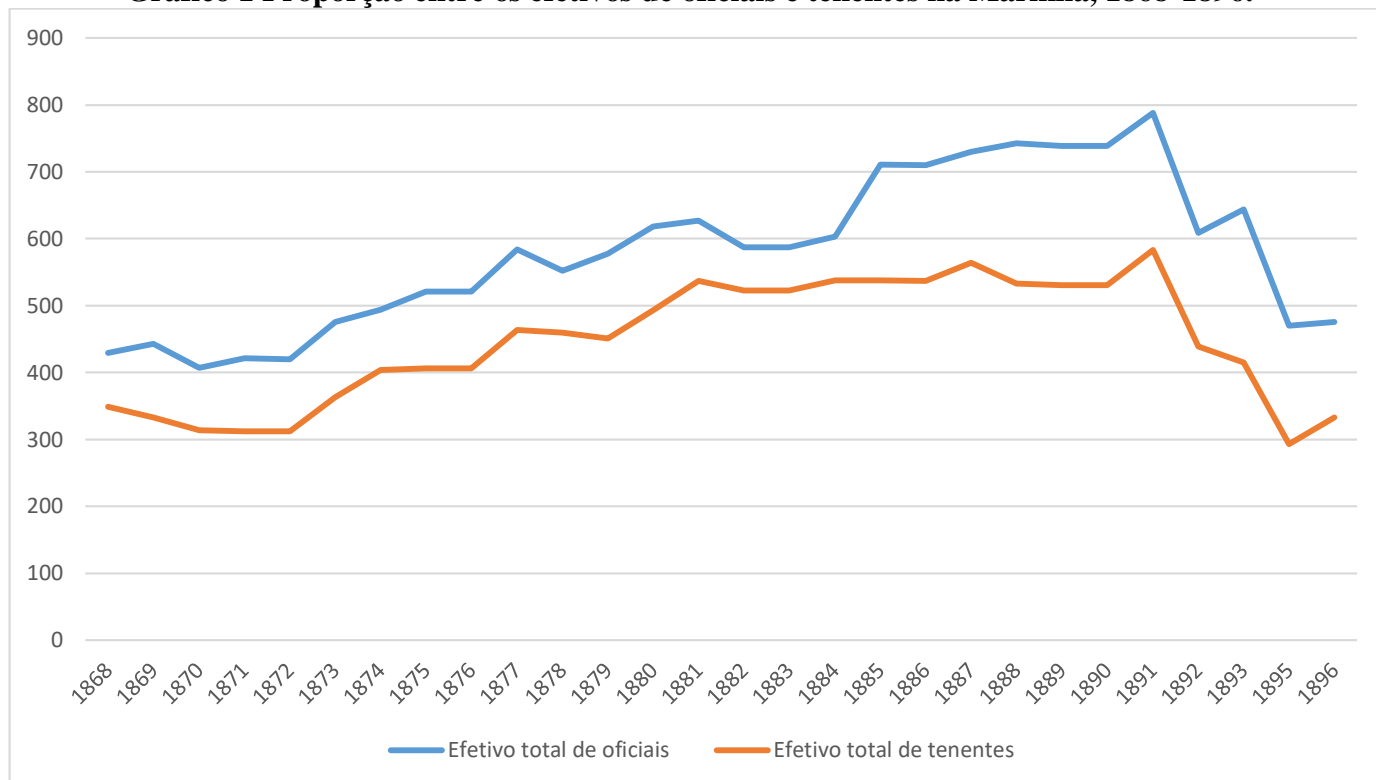
recebiam os soldos e poderiam ser nomeados para cargos ao fim da licença; “reserva”, “reformados” ou “em asylo” para os que não compunham o quadro ativo; “quadro extraordinário”, “extranumerários”, “contractados”, “anexos ao quadro”, “em comissão” para os que, na maioria das vezes, não eram militares efetivos, mas contratados para desempenhar funções a bordo de navios, geralmente como maquinistas, ou, em casos mais raros, como tenentes de comissão, contratados apenas como oficiais para missões específicas, casos que só verifiquei até por volta da década de 1880; “estado effectivo”, como a soma de todos os militares disponíveis na ativa e da reserva que exercessem alguma função; “estado completo” para as vagas previstas em lei, não correspondendo necessariamente ao número real de militares dos corpos; “falta completar” ou “excedem” para as diferenças.

Optei por utilizar os dados do “estado effectivo” de cada corpo, já que, no desempenho de suas funções, o exercício efetivo era o que realmente os caracterizava na prática profissional.

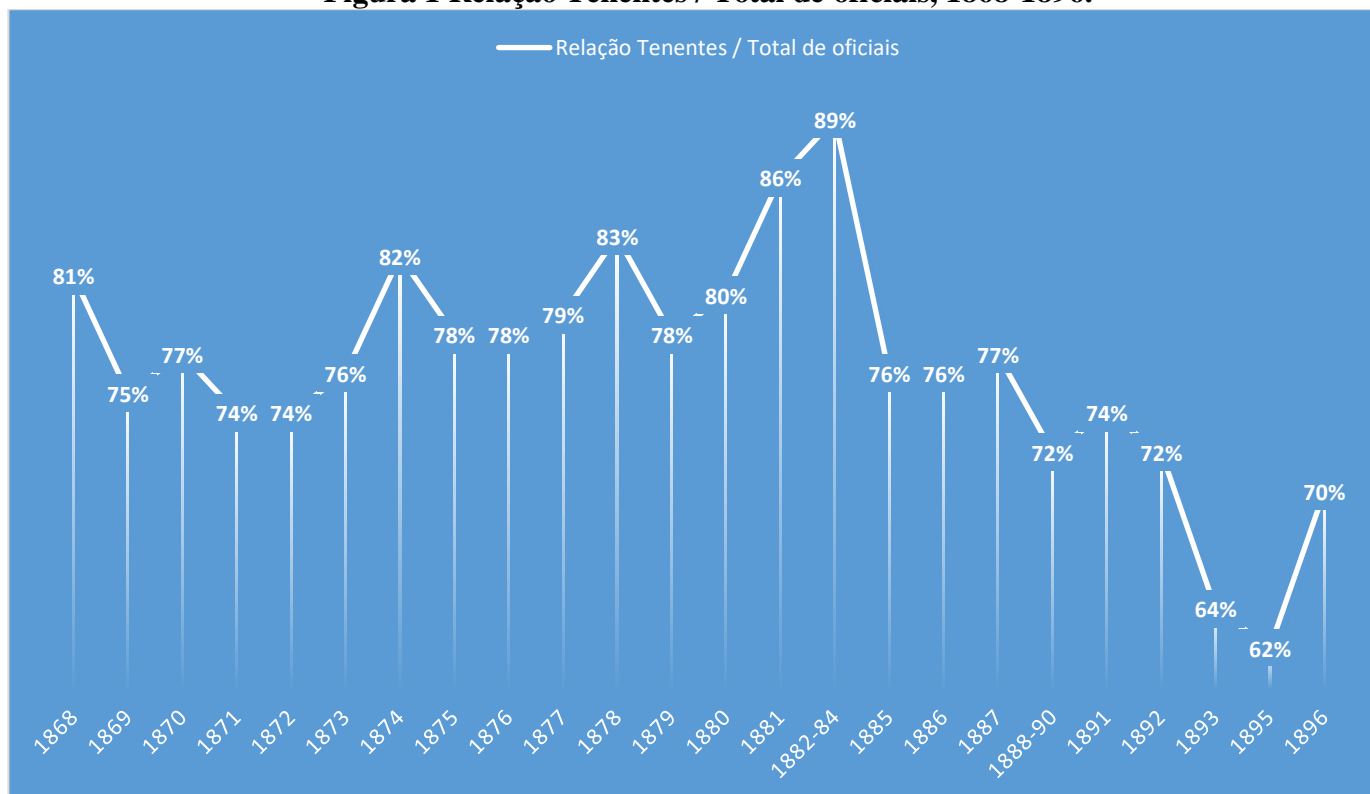
Em alguns anos, o relatório ministerial não apresentou os dados de um ou outro corpo, o que, na maior parte dos casos, ocorreu por não haver alterações no efetivo. Nesses casos, extrapolei os mesmos dados dos anos anteriores ou dos valores mais próximos, estando destacados em vermelho porque não houve eventos que me indicassem alterações significativas nesses valores.

Suprimi alguns anos do quadro por não haver relatório ou dados disponíveis para os referidos e por não ser prudente, nesses casos, extrapolar dados. São os anos de 1894, 1911, 1912 e 1924. Esses períodos são interessantes porque, presumo, em todos os casos, houve um evento significativo que tenha modificado o efetivo total da força naval: a influência da Revolta da Armada (1893), Revolta da Chibata (1910) e da própria revolta tenentista (1924).

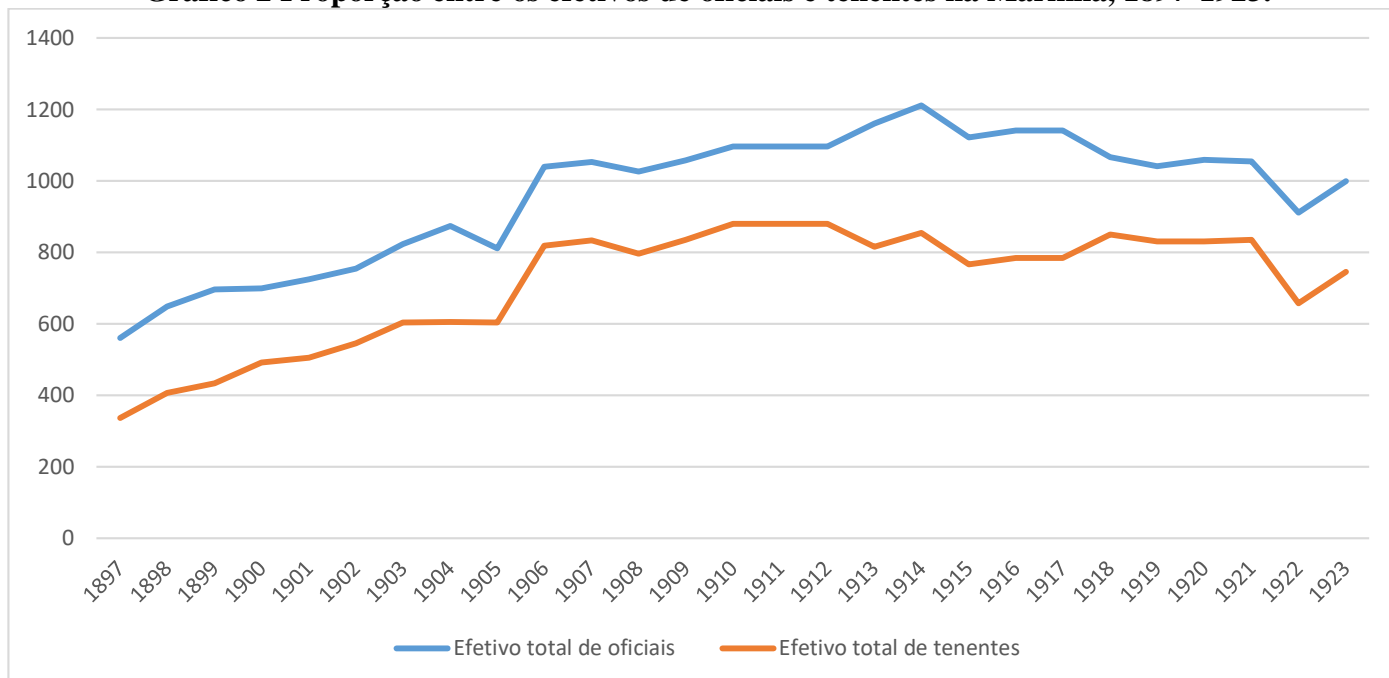
Metodologicamente, proponho considerar a trajetória e as mudanças dos referidos corpos com o olhar sobre os efetivos e suas proporções. Para tal, um aspecto importante a ser considerado é que quantitativamente, os tenentes foram a maior parte do efetivo dos oficiais na Marinha. Conforme os gráficos a seguir, durante o período, a proporção dos tenentes foi, no mínimo, de 60% e, no máximo, de 89% em relação ao número total de oficiais da Marinha.

Gráfico 1 Proporção entre os efetivos de oficiais e tenentes na Marinha, 1868-1896.

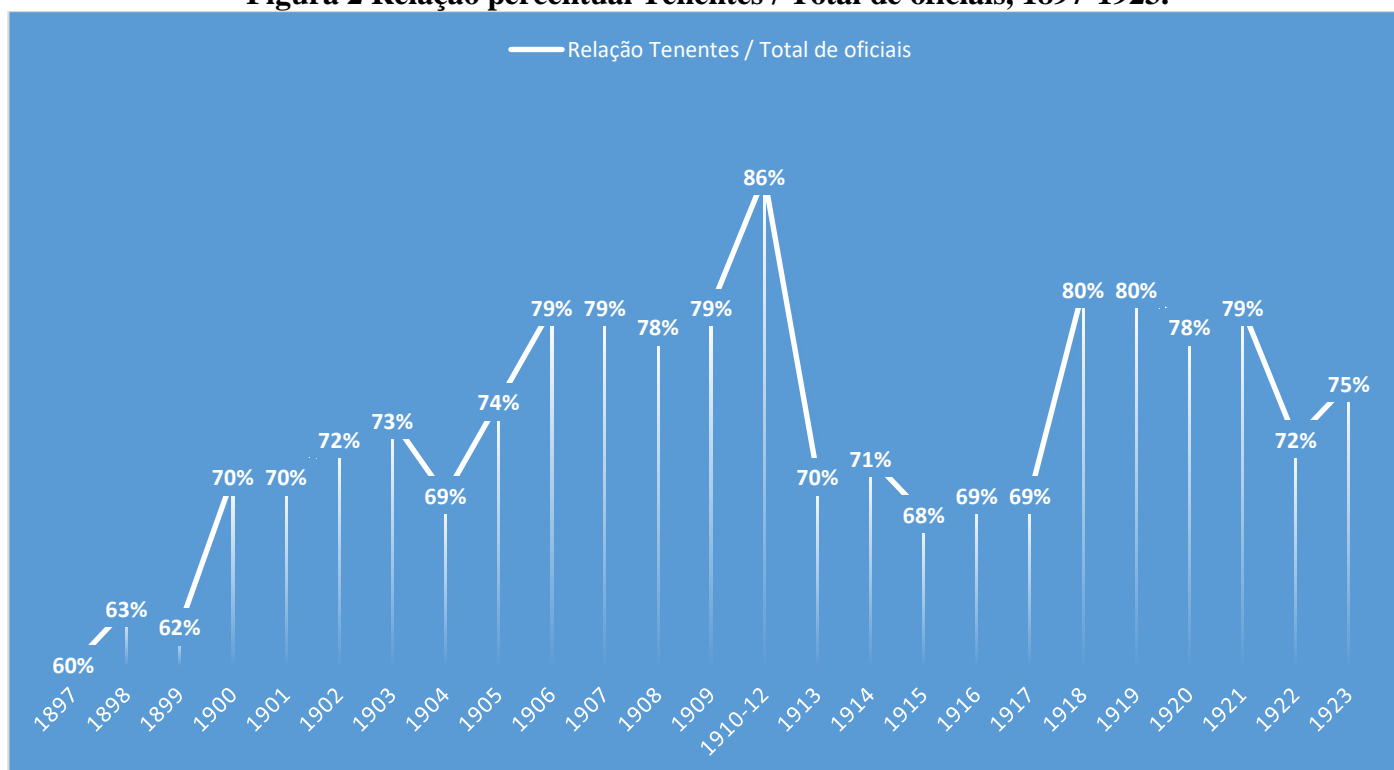
Fonte: Relatórios do Ministério da Marinha.

Figura 1 Relação Tenentes / Total de oficiais, 1868-1896.

Fonte: Idem.

Gráfico 2 Proporção entre os efetivos de oficiais e tenentes na Marinha, 1897-1923.

Fonte: Relatórios do Ministério da Marinha.

Figura 2 Relação percentual Tenentes / Total de oficiais, 1897-1923.

Fonte: Relatórios do Ministério da Marinha.

Em relação a esses dados quantitativos, há uma série de pressupostos os quais condizem à problemática inicial do alcance explicativo. A opção que fiz por estudar os tenentes como recorte analítico de um grupo (oficiais da Marinha) em relação a uma totalidade social vinculada à instituição (os militares da Marinha) é dupla na medida em que a condição de tenente tanto era uma etapa temporária, ou seja, dentre os tenentes, saíam os oficiais superiores e, por outro lado, serem eles os sujeitos do oficialato mais próximos entre as duas grandes categorias, isto é, entre praças e oficiais.

É coerente pressupor, por isso, que a atuação dos almirantes em si, por exemplo, fosse mais distante da convivência com marinheiros. Dessa forma, o momento de atuação como tenente era o momento mais importante na experiência dos oficiais por refletir o aprendizado dos aspectos mais característicos às funções do corpo da armada, isto é, o exercício da hierarquia, o serviço a bordo dos navios de guerra (embarque) e o comando.

A alta proporção de tenentes, que em alguns momentos representou quase a totalidade do quantitativo de oficiais da Marinha tem explicação em duas problemáticas distintas. A primeira delas é o grande tempo de permanência nas etapas mais baixas do oficialato, decorrente em parte da quantidade pequena de vagas para oficiais superiores.

Muitos primeiros-tenentes e capitães-tenentes foram reformados principalmente até o final do século XIX por não haver número suficiente de vagas no posto de capitão de fragata. Alguns deles continuaram trabalhando em repartições terrestres da Marinha. Em 1906, a introdução do posto de capitão de corveta, posto de oficial superior, aumentou expressivamente o número de vagas de capitães-tenentes como uma condição intermediária para promoção, absorvendo nos primeiros anos diversos oficiais, alterando de 80 para 160.

O vice-almirante Julio Cesar de Noronha, ressaltou a existência de 233 segundos-tenentes, número que considerou elevado justamente devido à existência do problema da permanência por longos períodos nos postos de tenente, ao que propôs uma redução no número de matrículas na Escola Naval:

“Preocupado com a existência de 233 segundos-tenentes, indica o chefe do estado-maior, como meio de evitar que esses jovens officiaes atinjam ao posto de capitão-tenente com 41 annos, o que é uma triste perspectiva, o encerramento da matrícula na escola naval.

O alargamento exagerado das matriculas em tempo anterior ao presente quadriênio, explica a avultada produção da escola naval.

A este mal me hei referido em relatórios anteriores e para provel-o de remédio, sem recorrer á medida radical do encerramento das matriculas, consegui reduzir o numero de aspirantes de 120 a 80.

Ainda esse numero decrescerá a 70, se, como presumo, for aceita a proposta para a fixação da força naval, que será brevemente apresentada ao Congresso Nacional. D'ahi decorre, pois, que a suppressão proposta neste quadriênio foi de 50 aspirantes. Não me era licito propor-vos maior redução sem prejudicar direitos adquiridos, nem trancar a porta a justas aspirações”²².

Observando as linhas referentes aos anos de 1906-1907, onde a quantidade de segundos-tenentes do corpo da armada foi de 233 e os anos posteriores, a redução do número de vagas na Escola Naval resultou na redução progressiva do número de oficiais desse posto, atingindo valores menores até se manter na casa de algumas dezenas nos anos 1920. Dessa perspectiva, alinhando uma nova etapa na carreira e diminuindo a quantidade de novos oficiais, a partir dos anos 1910 houve uma presença maior de oficiais intermediários e superiores nas diversas funções antes desempenhadas por primeiros-tenentes e capitães-tenentes.

Uma das consequências diretas dessa mudança de perfil foram as discussões sobre pós-formação de oficiais. Até a criação da Escola Naval de Guerra (1914), a Escola Naval era o único momento de estudo oficial que os oficiais tinham, complementado apenas por cursos realizados individualmente quase sempre na Europa e pelos estudos publicados na Revista Marítima Brasileira.

Tomando por base todos os anos estudados, a Marinha teve 75% do total de seus oficiais composto por tenentes. Considerando apenas do corpo da armada, a média sobe para 79%. Ratifico, assim, que a Marinha de Guerra brasileira foi uma Marinha de tenentes, o que decorreu tanto do já mencionado grande tempo de serviço no oficialato subalterno e do pequeno número de vagas para oficiais superiores.

A afirmação, no entanto, não é apenas quantitativa quando me refiro ao pressuposto mais geral sobre a Amazônia: eles desempenharam a centralidade das funções da Marinha na região em todo o período, convivendo com um número muito baixo de oficiais superiores que só fora aumentado em alguns momentos pontuais como durante as operações da Divisão Naval do Norte (1902-1905) e do Destacamento do Norte (1924-1925).

O acúmulo de funções superiores da Marinha, situadas a maior parte no Rio de Janeiro, também levou ao acúmulo de outras funções desempenhadas pelos militares na Amazônia pelos tenentes, uma vez que os poucos oficiais superiores exerciam apenas o

²² BRASIL. Ministério da Marinha. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 18.

comando da Flotilha do Amazonas e a inspetoria do Arsenal de Marinha do Pará. Os navios de guerra eram todos comandados por tenentes.

Disso é necessário ponderar se a Amazônia era um destino de muitos tenentes da Marinha. Para responder tal questão, verifiquei os efetivos na região, demandando o conhecimento das lotações dos navios e dos estabelecimentos terrestres. Para fins de análise e para os argumentos da tese, considerei apenas o corpo da armada, uma vez que militares de outros corpos compunham um número bastante pequeno (e grande parte era contratada) e cujas funções não foram centrais para a análise em si.

As lotações, a princípio, foram insuficientes na medida em que tais dados suscitaram dois problemas: havia variações na lotação formal de militares nos navios de guerra, com um número real quase sempre extrapolado; as vagas formais apenas significavam o número de oficiais por vez, mas não necessariamente quantos assumiam a mesma vaga (de comandante, imediato, oficial de quarto) durante um ano, de modo que a rotatividade dos militares precisaria ser levada em conta.

Analisando os livros de bordo da canhoneira *Guarany*, pude extrair nomes de oficiais e praças que serviram na embarcação cruzando com dados extraídos de jornais no mesmo período no Pará, Amazonas e no Rio de Janeiro, obtendo 165 nomes diferentes, distribuídos entre oficiais, praças e contratados entre 1885 e 1900. Desses, identifiquei 14 capitães-tenentes, 27 primeiros-tenentes, 22 segundos-tenentes e 1 primeiro-tenente que foi promovido enquanto comandava a embarcação, totalizando 63 tenentes diferentes nos 15 anos. A *Guarany* tinha sempre cerca de 5 oficiais do corpo da armada, sendo um comandante, um imediato e três oficiais de quarto.

O número médio de tenentes do corpo da armada que a Marinha teve durante o tempo de serviço da *Guarany* foi de 290. Verificando a proporção do número total de oficiais do corpo da armada que serviram na *Guarany* (63) e o número médio de tenentes que a Marinha teve no período, pude estimar que cerca de 21,7% de todos os tenentes da Marinha nesse período serviram em algum momento na canhoneira. Ocorre que, embora a *Guarany* devesse ter entre 4²³ e 5²⁴ oficiais do corpo da armada por vez, a rotatividade desses oficiais era considerável.

A *Guarany* tinha cerca de um ou dois capitães-tenentes por ano, os quais deveriam ocupar a função de comandante. O número de primeiros-tenentes que exerciam ou a função de comandante ou de imediato por ano era exercido pelo menos por dois oficiais,

²³ Lotação de embarcações semelhantes, como a canhoneira *Traripe*.

²⁴ Quantidade encontrada nos livros de bordo.

mas, por exemplo, em 1887, serviram na Guarany os primeiros-tenentes Henrique Cristiano Brann, João Antonio Soares Dutra e Pedro Paulo de Oliveira Santos. Em média, a Guarany tinha cerca de 3 oficiais de quarto segundos-tenentes, mas por ano, identifiquei até 7 oficiais diferentes exercendo tal função, como em 1885.

Considerando que o quantitativo levantado provavelmente é menor que o número total de militares que serviram na Guarany por omissão nas fontes, estimei como índice de rotatividade em todas as funções exercidas por oficiais do corpo da armada 3, isto é, para cada função individual, 3 militares diferentes a exerciam por ano.

Dessa forma, acrescento o número de oficiais estimados que serviram nas outras embarcações e nos estabelecimentos terrestres e adicionando esse índice de rotatividade, pude estimar o percentual total de tenentes que serviram na Amazônia por ano cruzando com os dados do quadro de efetivos, excetuando, para a Flotilha do Amazonas e o Arsenal de Marinha do Pará, os postos mais altos:

Flotilha do Amazonas	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Escola de Aprendizes-Marinheiros do Pará	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Escola de Aprendizes-Marinheiros do Amazonas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Capitania do Porto do Pará	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Capitania do Porto do Amazonas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Oficiais do Corpo da Armada	35	35	40	32	32	39	49	66	66	61	55	43	50	50	50	57
Índice de rotatividade anual	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Tenentes na Amazônia (TA)	105	105	120	96	96	117	147	198	198	183	165	129	150	150	150	171
Tenentes na Marinha (TM)	336	339	360	367	364	364	395	254	247	-	130	158	166	222	247	307
Proporção (TA/TM)	31%	31%	33%	26%	26%	32%	37%	78%	80%	-	127%	82%	90%	68%	61%	56%
Dados de renovação nos quadros de tenentes da Marinha																
Guardas-Marinha promovidos a 2º TEN	14	31	27	11	-	-	6	8	0	3	9	23	19	27	40	-
Capitães-tenentes promovidos a CF	2	1	6	1	-	5	6	11	16	4	6	1	2	1	1	-
Reformados, demitidos ou falecidos	11	11	10	4	-	6	6	0	31	5	12	6	4	4	9	-
Total	27	43	43	16	0	11	18	19	47	12	27	30	25	32	50	-
Mesmos tenentes do ano anterior	-	312	317	324	348	364	384	236	228	-	118	131	136	197	215	257
Percentual de manutenção	-	92%	88%	88%	96%	100%	97%	93%	92%	-	91%	83%	82%	89%	87%	84%

Fonte: Relatórios do Ministério da Marinha, livros de bordo da Guarany e jornais.

Considerei como zero as lotações de navios em anos que não eram ativos. A lotação da maioria dos citados constou em alguns mapas anexos ao relatório ministerial apresentado por Luiz Filipe de Souza Leão em 1885²⁵. Nele, praticamente todos os navios da Marinha continham efetivo de “officiaes combatentes” (corpo da armada) acima da lotação prevista nos próprios quadros.

Dessa forma, acrescentei às lotações mais 2, já que, para os navios menores, era o valor mais comum de extrapolação dos efetivos em relação à lotação. Não o fiz para as lanchas da Flotilha porque o número não excedia a lotação, o que provavelmente ocorria devido às proporções pequenas, onde cada uma deveria comportar apenas um oficial e entre 7 e 8 praças. O único caso de 127% indica que, no mesmo ano, alguns tenentes serviram mais de uma vez em momentos diferentes da mesma função.

Nas proporções que estimei, em um mesmo ano, a quantidade de oficiais que serviram na Flotilha do Amazonas variou bastante, principalmente quando embarcações como a canhoneira Braconnot ou o aviso Lamego estiveram durante vários meses no Arsenal de Marinha do Pará em manutenção ou no caso do cruzador Tiradentes, que deu suporte à missão diplomática brasileira durante o contestado franco-brasileiro no Amapá.

Considerei como dados de renovação os três aspectos mais regulares que tiravam ou acrescentavam tenentes na Marinha: os guardas-marinha que eram promovidos a segundos-tenentes, o que não significava todos os guardas-marinha que concluíam o curso da Escola Naval, já que alguns aguardavam até um ano para serem promovidos; os capitães-tenentes que eram promovidos a capitães de fragata e os tenentes que eram reformados, demitidos ou os tenentes do quadro ativo que faleciam em serviço²⁶.

As promoções de segundos para primeiros-tenentes e destes para o posto imediatamente superior não foram consideradas porque, para todos os efeitos, continuavam sendo tenentes e poderiam exercer as funções que analisei nesta tese na Amazônia.

Também havia outros dois dados irregulares que alteravam o quantitativo de tenentes: a promoção de pilotos a segundos-tenentes e a reversão ao quadro ativo, particularmente presente a partir da anistia às revoltas de 1891 e 1893, mas que se referiram a tenentes que já fazem parte dos dados quantitativos de anos anteriores.

Os dados de renovação coletados dos relatórios ministeriais com os efetivos apresentados no quadro anterior, é possível estimar quantos tenentes de um ano continuavam

²⁵ Vd. BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

²⁶ Não considerei os tenentes reformados falecidos porque já os tinha levado em consideração no número de reformas.

sendo no ano seguinte ou o eram no anterior. Por exemplo, em 1886, cerca de 92% dos 339 tenentes do corpo da armada eram os mesmos de 1885, 312 do total, já que, durante o ano de 1885, aconteceram 27 variações dentro dos parâmetros. Considerando os dados irregulares, o número provavelmente não seria muito diferente.

Dessa forma, em perspectiva acumulativa, isso quer dizer que, somando os anos de 1885 e 1886, até 210 tenentes diferentes serviram na Amazônia. Relacionando aos 312 tenentes que se mantiveram na Marinha, isso quer dizer que, nesse período, cerca de 62% deles o fez na mesma região. E verificando o período de 1885 a 1887, foram até 330 oficiais subalternos, o que, partindo do total em 1887, 360, e variando os 70 entrados nos dois anos anteriores, indica que 100% em relação ao número dos mesmos 290 que se mantiveram em postos de tenente durante esse período mais pelo menos 40 novos.

Essas estimativas me permitiram pensar que, para além da ideia de que provavelmente a maioria dos oficiais da Marinha serviram em algum momento da carreira na Amazônia no período em questão, as especificidades da ação dos tenentes na região também a caracterizaram como um verdadeiro laboratório: a experiência e as unicidades adquiridas nela foram essenciais no desenvolvimento da Marinha enquanto instituição profissionalmente definida no Brasil. A Amazônia foi, pois, o laboratório dos tenentes.

Em outra análise, utilizei o Almanak Laemmert que, disponível a partir de 1891 na Hemeroteca Digital Brasileira, fornecia os nomes dos oficiais de cada posto do corpo da armada para verificar se, entre os capitães de fragata, posto imediatamente superior ao de capitão-tenente, essas proporções e estimativas se mantinham.

O ano de 1891, pode ser considerado adequado para o recorte analisado pois dentre os capitães de fragata em 1891, há os que iniciaram o serviço na Marinha como segundos-tenentes, no máximo, na década de 1860²⁷ e os que concluíram o serviço como almirantes até a década de 1910 pelo menos.

Dessa forma, há uma possibilidade segura de que eles representassem bem as proporções anteriores. Dos 29 capitães de fragata listados, sendo um deles graduado, 22 serviram em algum momento da carreira na região amazônica, conforme verifiquei cruzando seus nomes com os bancos de dados que possuo ou nos jornais do Pará, Amazonas ou Rio de Janeiro, conforme o quadro a seguir:

²⁷ Buscando notícias de entrada dos mesmos em jornais.

Tabela 3 Capitães de Fragata em 1891.

Nome	Serviu na Amazônia?	Quando?	Onde?	Como?
Afonso de Alencastro Graça	Sim	1871	3º Distrito Naval	2º TEN
Alvaro Nunes Ribeiro Belfort	Sim	1879	3º Distrito Naval	1º TEN
Antonio Francisco Velho Junior	Sim	1872	Canhoneira Felipe Camarão	1º TEN
Eliezer Coutinho Tavares	Sim	Dec. 1870	Canhoneira Araguay	CT
Eusebio de Paiva Legey	Não	-	-	-
Felinto Perry	Sim	Dec. 1870	Canhoneira Henrique Dias	1º TEN
Fernando Xavier de Castro	Sim	1890	Inspetor do arsenal	CF
Francisco Calheiros da Graça	Sim	1889	Canhoneira Guarany	CT
Francisco Forjaz de Lacerda	Sim	1890	Arsenal de Marinha do Pará	CF
Frederico Guilherme de Souza Serrano	Sim	1874	Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Pará	1º TEN
Gaspar da Silva Rodrigues	Sim	Dec. 1860	3º Distrito Naval	1º TEN
Henrique Messeder da Rocha Freire	Sim	Dec. 1880	Canhoneira Affonso Celso	CT
Henrique Pinheiro Guedes	Sim	1872	Canhoneira Henrique Dias	1º TEN
João Justino de Proença	Não	-	-	-
Joaquim Marques Baptista de Leão	Sim	Dec. 1900	Divisão Naval do Norte	C-Alte
José Carlos Palmeira	Não	-	-	-
José Ignacio Borges Machado	Sim	1892	Flotilha do Amazonas	CF
José Porphirio de Souza Lobo	Não	-	-	-
Manoel Augusto de Castro Menezes	Sim	Dec. 1880	Capitania do Porto do Maranhão	CT
Manoel Lourenço de Castro Rocha	Sim	Dec. 1880	Canhoneira Pedro Affonso	CT
Manoel Marques Mancebo	Não	-	-	-
Manoel Pereira Pinto Bravo	Sim	1876	Canhoneira Pedro Affonso	1º TEN
Miguel Antonio Pestana	Sim	Dec. 1880	Capitania do Porto do Maranhão	CT
Pedro Lopes da Conceição	Sim	Dec. 1870	Canhoneira Pedro Affonso	CT
Pedro Nolasco Pereira da Cunha	Não	-	-	-
Quintino Francisco da Costa	Não	-	-	-
Rodrigo Antonio de Lamare	Sim	1894	Capitania do Porto de Manaus	CF
Rodrigo José da Rocha	Sim	1868	3º Distrito Naval	2º TEN
Theotônio Coelho Cerqueira de Carvalho	Sim	Dec. 1870	Canhoneira Ivahy	1º TEN

Fonte: Almanack Laemmert e jornais.

A maioria dos capitães de fragata, portanto, serviram na Amazônia e, deles, grande parte como comandantes ou imediatos de navios de guerra na região. Considerei também a Capitania do Porto do Maranhão como parte da região uma vez que ela estava sob influência direta do 3º distrito naval sediado em Belém, inclusive com trânsito de navios de guerra de Belém para São Luís em casos de comissão. Alguns serviram já como capitães de fragata depois de 1891, mas considerei da mesma forma para a sustentação do argumento de que a maior parte dos oficiais da Marinha serviu na região.

Assim, tanto pela distribuição quantitativa dos efetivos e as estimativas realizadas como pela análise particular da carreira de oficiais superiores, é prudente afirmar que a Amazônia foi um laboratório importante para os oficiais da Marinha, onde os tenentes, conforme tratarei nos capítulos seguintes, puderam experimentar o comando de uma forma diferenciada do que o faziam na esquadra, no Rio de Janeiro e, obviamente, desde a formação da Flotilha do Amazonas, primeira unidade militar da Marinha na era do vapor e no contexto de consolidação do Estado brasileiro pós-Guerra do Paraguai, a perspectiva da carreira dos tenentes que serviram à Amazônia certamente os colocou como oficiais superiores com uma trajetória diferente dos outros, fato que considero essencial para a compreensão do desenvolvimento da Marinha como instituição militar moderna no século XX.

1.2. Papéis desempenhados pelos tenentes na carreira militar.

Considerando as divisões organizacionais dos militares da Marinha, passo ao detalhamento de atribuições dos sujeitos analisados. O primeiro corpo a ser tratado é o da armada, cujo efetivo, conforme dados do quadro, foi o maior em relação a todos os outros de oficiais em todo o período estudado. O corpo da armada também foi parâmetro para organização para outros corpos, inclusive relacionadas à benefícios (como gratificações) e vencimentos.

O corpo da armada foi a primeira estrutura organizacional formada por oficiais da Marinha a ter definições conceituais claras de suas formas de preenchimento, carreira, hierarquia e funções. Funcionou como corpo autônomo até os anos de 1910, quando foi fundido com o corpo de engenheiros maquinistas e passou a compor um quadro (Quadro de Oficiais – Q.O.) do Corpo de Oficiais da Marinha. Funcionalmente, o corpo da armada foi o único do qual seus integrantes poderiam comandar navios de guerra armados ou desarmados pertencentes à instituição. Não eram os únicos a comandar estabelecimentos terrestres.

Foi o único corpo a ter os oficiais de mais alta patente da força naval e, durante o período estudado, o único a ter as patentes de vice-almirante e almirante, as duas que ocupam o todo da hierarquia militar da Marinha em todo o período. Em termos hierárquicos, o corpo da armada teve três estruturas diferentes no período estudado, a saber:

Tabela 4 Hierarquia comparada do Corpo da Armada, 1841-1906.

<i>Círculo hierárquico</i>	<i>1841</i>	<i>1889</i>	<i>1906</i>
<i>Oficiais-generais</i>	Almirante	Almirante	Almirante
	Vice-almirante	Vice-almirante	Vice-almirante
	Chefe de esquadra	Contra-almirante	Contra-almirante
<i>Oficiais superiores</i>	Chefe de divisão	-	-
	Capitão de mar e guerra	Capitão de mar e guerra	Capitão de mar e guerra
	Capitão de fragata	Capitão de fragata	Capitão de fragata
	-	-	Capitão de corveta
<i>Oficiais subalternos</i>	Capitão-tenente	Capitão-tenente	Capitão-tenente
	Primerio-tenente	Primeiro-tenente	Primeiro-tenente
	Segundo-tenente	Segundo-tenente	Segundo-tenente
<i>Alunos / Oficiais subalternos</i>	Guarda-marinha	Guarda-marinha	Guarda-marinha

Fonte: Relatórios do Ministério da Marinha.

Considero que três aspectos parametrizaram todas as mudanças ocorridas na carreira no corpo da armada: o efetivo de oficiais, cujas vagas por patente eram preenchidas conforme valores estabelecidos em legislação e fixados anualmente pelas leis que determinavam os contingentes da Marinha, sendo interessante verificar que em diversos momentos o tempo de permanência em postos específicos, sobretudo subalternos, poderia durar décadas, uma vez que não havia vagas suficientes para promover todos; os conceitos de embarque e comando.

O conceito de embarque, para os militares da Marinha, dizia respeito à servir a bordo de um navio de guerra, embora traduzido de formas distintas conforme cada regulamento. O tempo em que se servia embarcado foi, durante a maior parte do período, uma das condições básicas para promoção a postos superiores e também para nomeação em cargos de comando. O conceito de embarque, para os oficiais, poderia se desdobrar em três categorias práticas: o serviço comum de embarque, geralmente referido à função de oficial de quarto; a imediata, função de

imediate ou segundo comandante e o comando, função hierarquicamente mais alta de uma embarcação ou estabelecimento terrestre.

A organização mais abrangente do corpo da armada que predominou durante quase todo o século XIX, foi realizada entre 1841, com as regras de organização, e 1842, com as vagas para cada patente. Pelo decreto 185 de 1842, o quadro de oficiais de Exército e Marinha deveria ser o quantitativo fixado em lei por posto e distribuído em quatro classes: na primeira, os “oficiais efetivos”, definidos como aqueles “capazes de todo o serviço de paz e de guerra”; na segunda, os “oficiais agregados”, os quais deveriam estar na mesma categoria dos primeiros, mas excedendo o limite do primeiro quadro; a terceira classe constituiria os “oficiais avulsos”, definidos como “os que puderem ainda prestar serviço moderado ou não estiverem em circunstâncias de obter reforma”; e a quarta e última, a dos “oficiais reformados”, aqueles em situação de reserva.

A classe de oficiais agregados era composta pelos de primeira classe que fossem, por decreto, deslocados para ela mediante três critérios: estar empregado em serviço alheio há mais de um ano; estar com doença que o impossibilitasse assumir suas funções por mais de um ano ou ser prisioneiro de guerra por mais de um ano.

As classes de avulsos e reformados não poderiam ascender à 1ª ou 2ª, sendo, portanto, condições funcionais diferentes. Os militares eram declarados avulsos se tivessem doenças consideradas incuráveis por “Junta de Facultativos” ou cometessem faltas graves em serviço ou contrárias à disciplina que resultassem em prisão de tempo superior a um ano.

O preenchimento dos quadros no caso das promoções deveria respeitar a lotação de cada patente, mas havendo oficiais agregados prontos ao retorno do serviço, eles teriam prioridade. A distinção das duas primeiras classes às duas seguintes não se dava pela possibilidade de exercer trabalho em repartições militares, pois o mesmo regulamento previu que reformados ou avulsos que fossem reformados, mantivessem o próprio soldo, mas poderiam receber gratificações caso exercessem trabalhos nas referidas repartições.

A divisão, portanto, se dava no encontro dos dois conceitos: oficiais reformados não tinham direito a embarque e não exerceriam comando, portanto, de nenhum navio de guerra. O mesmo decreto previu os vencimentos e gratificações incluindo uma específica chamada “maioria de embarque”, para os primeiros, superior à gratificação adicional dos oficiais do Exército:

Tabela 5 Comparativo de vencimentos e gratificações de oficiais de Exército e Marinha.

Exército	Marinha	Soldo	Gratificação EB	Maioria de embarque
Marechal do Exército	Almirante	250\$000	50\$000	300\$000
Tenente-general	Vice-almirante	200\$000	30\$000	200\$000
Marechal de campo	Chefe de esquadra	150\$000	30\$000	150\$000
Brigadeiro	Chefe de divisão	120\$000	30\$000	120\$000
Coronel	Capitão de mar e guerra	100\$000	20\$000	70\$000
Tenente-coronel	Capitão de fragata	80\$000	20\$000	60\$000
Major	Capitão-tenente	70\$000	20\$000	50\$000
Capitão	Primeiro-tenente	50\$000	10\$000	30\$000
Tenente ou Primeiro-tenente	Segundo-tenente	35\$000	10\$000	25\$000
Alferes ou Segundo-tenente	-	30\$000	10\$000	-

Fonte: Decreto nº 185, de 20 de junho de 1842.

O embarque não apenas era um elemento de distinção funcional, mas também econômica dentro da própria força naval, como também distinguia os oficiais da Marinha em relação aos do Exército pelos valores expressivamente mais altos de gratificações básicas que recebiam.

O conceito de embarque também incorporou a possibilidade de serviço em navios que não fossem da Marinha a partir dos anos 1840. Essa ideia pareceu comum ao início do século XX sob o mesmo argumento: o embarque em navios mais modernos permitiria ampliar o leque de conhecimentos dos oficiais subalternos da Marinha.

Há dois casos em que verifiquei tal permissão de forma mais explícita. O decreto 379 de 1844 permitiu o embarque em navios de guerra estrangeiros. Dois dias depois, os segundos-tenentes José da Costa Azevedo e Francisco Cordeiro Torres e Alvim e os guardas-marinha Mamede Simões da Silva e José Avelino da Silva Jacques embarcaram em navios de guerra americanos, segundo o relatório ministerial²⁸, alocados na fragata Raritan, estando responsável por eles o Comodoro Turner²⁹.

O segundo caso diz respeito a cerca de 40 oficiais que pediram afastamento da Marinha em 1902 para servir em navios do Lloyd Brasileiro sob a argumentação de ter maior contato prático com equipamentos mais modernos das embarcações a vapor, “principalmente nas

²⁸ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845, p. 38.

²⁹ JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1844, p. 1.

longas viagens empreendidas como, por exemplo, de Manaus, no Estado do Amazonas, a Rosário, na Argentina”³⁰.

Em ambos, o argumento da aquisição de conhecimentos em navios mais modernos que os da esquadra também foram importantes alicerces para progressão na carreira desses oficiais. Os dois tenentes que serviram em navios da Marinha americana retornaram ao Brasil em 1846³¹. No mesmo ano, José da Costa de Azevedo foi nomeado comandante do vapor de guerra Correio Brasileiro em comissão de salvamento de um vapor naufragado no Rio Grande do Sul³², e comandante do vapor de guerra Urania em 1847³³ ainda como segundo-tenente.

É interessante destacar que em 1844, Azevedo era guarda-marinha, ou seja, assim que fora promovido a segundo-tenente, embarcou em navio estrangeiro e, ao regressar assumiu postos de comando. Já Francisco Alvim fora promovido em 1849 a primeiro-tenente e, da mesma forma que José Azevedo, assumiu um posto de comando no brigue-escuna Éolo no mesmo ano³⁴, tendo, três anos depois, assumido o comando do brigue Calíope³⁵, enquanto boa parte dos oficiais em iguais condições serviram como imediatos ou oficiais de quarto de embarcações.

O embarque, portanto, além de elemento necessário à promoção, também poderia ser relativo: onde embarcar certamente influenciava as funções decorrentes dos postos do oficialato, em especial, nesse caso, tenentes. Esses casos também evidenciam que eles eram os responsáveis diretos pela experiência e difusão de novas técnicas de navegação, funcionamento de equipamentos e da própria organização a bordo.

Até 1860, não havia regras que estabelecessem quais navios poderiam ser comandados por oficiais de postos específicos, realizado somente com a lei 2.709. O comando de navios à vela ou híbridos com “força superior a 24 peças [de artilharia], e de vapor de mais de 350 cavallos” seria de um oficial não inferior a capitão de mar e guerra. Em 1861, quando entrou em vigor, o Brasil tinha 16 capitães de mar e guerra no corpo da armada, nenhum navio com mais de 350 cavalos de potência e apenas um com mais de 24 peças de artilharia, a fragata Constituição³⁶, que era comandada pelo capitão de fragata José Segundino Gomensoro³⁷.

³⁰ FARIAS, PEREIRA, Op. Cit., p. 57.

³¹ JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 14 de março de 1846, p. 4.

³² Idem, 21 de outubro de 1846, p. 1.

³³ Ibid., 6 de abril de 1847, p. 1.

³⁴ Ibid., 18 de abril de 1847, p. 1.

³⁵ Ibid., 15 de janeiro de 1852, p. 1.

³⁶ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861, mapas anexos n. 3 e 17.

³⁷ HARING, Carlos Guilherme. **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1861, p. 233.

Dos capitães de mar e guerra, somente Francisco Pereira Pinto era comandante de embarcação, a corveta à vela Bahiana, de 22 peças de artilharia. Todos os demais que não estavam afastados cumpriam funções administrativas ou comandos terrestres: Pedro Cunha, capitão do porto do Pará; Francisco Vieira Leitão, capitão do porto da Paraíba; Manoel Francisco da Costa Pereira, capitão do porto de Santa Catarina; Antonio Félix Corrêa de Mello, capitão do porto do Rio de Janeiro; Raphael Mendes de Moraes e Valle, comandante geral do corpo de imperiais marinheiros e membro do Conselho Naval; Francisco Xavier de Alcântara, inspetor do Arsenal de Marinha da Bahia; Elzeário Antonio dos Santos, inspetor do Arsenal de Marinha de Pernambuco; Lourenço da Silva Araújo Amazonas, comandante da Estação Naval de Mato Grosso; Augusto Wenceslau da Silva Lisboa, capitão do porto da Bahia; Benjamin Carneiro de Campos, comandante da Fortaleza da Ilha das Cobras e diretor do Hospital de Marinha da Corte; José Maria Rodrigues, vice-diretor da Escola de Marinha e Pedro Paulo Boutrouelle, capitão do porto do Rio Grande do Norte³⁸.

Os navios à vela ou híbridos “de força entre 14 e 24 peças, e de vapores de 200 a 350 cavalos” deveria ser comandados por oficial de posto não inferior a capitão de fragata. No mesmo ano, havia 30 capitães de fragata e 8 navios que atendiam a esses requisitos, dos quais 6 tinham o oficial correspondente.

No caso de navios à vela ou híbridos “de força de 5 a 14 peças, e de vapores de 100 a 200 cavalos”, seriam capitães-tenentes, e as demais embarcações militares com valores inferiores poderiam ser comandadas por primeiros-tenentes. Considerando as embarcações disponíveis em 1861, os respectivos comandantes e, aplicando-se o critério estabelecido por lei, o posto mínimo para comando, observemos a seguinte tabela:

Tabela 6 Comandantes dos navios da Marinha, 1861.

Navio	Peças	Cavalos	CMTE	Mínimo
Brigue Maranhão	12	0	CT Joaquim Rodrigues da Costa	CT
Brigue-Barca Itamaracá	12	0	CF José Gomes de Aguiar	CT
Brigue-Escuna Éolo	3	0	1 TEN Pedro Cordeiro de Araújo Feio	1 TEN
Brigue-Escuna Fidelidade	3	0	CT Bonifácio Joaquim de Santana	1 TEN
Brigue-Escuna Tonelero	4	0	1 TEN Luiz Maria Piquet	1 TEN
Brigue-Escuna Xingu	3	0	1 TEN Joaquim Nolasco da Fontoura Pereira da Cunha	1 TEN
Canhoneira Araguahy	6	200	CT Ignacio Accioli de Vasconcellos	CF
Canhoneira Araguay	6	80	CT Pedro Thomé de Castro e Araujo	CT
Canhoneira Ibicuhy	6	80	1 TEN Manoel Rodrigues de Almeida	CT

³⁸ Idem, p. 232.

Canhoneira Iguatemy	6	80	1 TEN Domingos Joaquim da Fonseca	CT
Canhoneira Itajahy	7	80	1 TEN Ignacio Joaquim da Fonseca	CT
Canhoneira Ypiranga	7	70	1 TEN Francisco Leopoldo Cabral do Canto e Teive	CT
Corveta Bahiana	22	0	CMG Francisco Pereira Pinto	CF
Corveta Berenice	14	0	CT João Carlos Tavares	CF
Corveta D. Januária	16	0	CT José Antonio de Faria	CF
Corveta Dois de Julho	20	0	CT Bernardo Antonio Loureiro	CF
Corveta Imperial Marinheiro	14	0	CF Francisco Cordeiro Torres e Alvim	CF
Corveta União	14	0	CF José Maria Galhardo	CF
Escuna Lindoya	-	-	1 TEN Manoel Martins de Araujo Castro	1 TEN
Fragata Constituição	28	0	CF José Segundino Gomensoro	CMG
Galeota Imperial	-	-	CF Cândido José Ferreira	-
Iate Capiberibe	2	0	1 TEN Álvaro Augusto de Carvalho	1 TEN
Iate Rio Formoso	2	0	1 TEN Manoel Carneiro da Rocha	TEN
Vapor Maracanã	2	80	1 TEN João Baptista de Oliveira Montauray	1 TEN
Patacho Iguassú	8	160	CT Joaquim Francisco Chaves	CT
Transporte Jaguaribe	0	0	1 TEN Justino José de Macedo Coimbra	1 TEN
Transporte Tapajós	2	0	CT Antonio Alves dos Santos	1 TEN
Vapor Amazonas	6	200	CT Theotonio Raymundo de Brito	CF
Vapor Amélia	1	25	CF Francisco Cândido de Castro Menezes	1 TEN
Vapor Anhambay	2	40	1 TEN Balduino José Ferreira de Aguiar	1 TEN
Vapor Beberibe	0	120	1 TEN Manoel Benício Furtado de Mendonça	CT
Vapor Belmonte	7	120	1 TEN Antonio Carlos de Mariz e Barros	CT
Vapor Camacuaã	3	90	1 TEN Jacintho Furtado de Mendonça	1 TEN
Vapor D. Pedro	2	40	1 TEN Carlos Ramel	1 TEN
Vapor Fluminense	1	24	CT Manoel Luiz Pereira da Cunha	1 TEN
Vapor Ivahy	6	100	1 TEN Guilherme José Pereira dos Santos	CT
Vapor Jaurú	0	12	1 TEN Antonio Luiz da Silva Souto	1 TEN
Vapor Magé	7	120	1 TEN Francisco Manoel Alvares de Araujo	CT
Vapor Mearim	6	160	1 TEN Francisco Freire de Borja Salema Garção	CT
Vapor Paraense	4	220	CT Delfim Carlos de Carvalho	CF
Vapor Paraná	0	40	1 TEN Felipe Orlando Short	1 TEN
Vapor Parnahyba	7	120	1 TEN Aurélio Garcindo Fernandes de Sá	CT
Vapor Pirajá	0	40	1 TEN Francisco Gomes da Silva	1 TEN
Vapor Recife	0	150	1 TEN José Maximiano de Mello e Alvim	CT
Vapor Tamandaty	0	16	1 TEN Augusto Netto de Mendonça	1 TEN
Vapor Thetis	3	70	1 TEN Francisco José Coelho Netto	1 TEN
Vapor Viamão	7	120	1 TEN Mamede Simões da Silva	CT
Escuna Tibagi	4	0	-	1 TEN
Vapor Pedro 2º	2	220	-	CF

Vapor Apa	2	40	-	1 TEN
Escuna Bojurú	3	0	-	1 TEN
Vapor Jequitinhonha	7	120	-	CT
Corveta D. Francisca	0	0	-	1 TEN
Brigue Itaparica	0	0	-	1 TEN
Patacho Activa	0	0	-	1 TEN
Vapor Tietê	0	100	-	CT
Vapor Japorá	0	80	-	1T
Vapor Urania	0	70	-	1T
Vapor Jaguarão	0	120	-	CT
Vapor Chuhy	0	40	-	1T

Fonte: Relatório do Ministério da Marinha, legislação e jornais.

Das 47 embarcações da Marinha, 19 eram chefiadas em postos inferiores do previsto. Desse fato, ratifico que a maioria dos oficiais superiores da armada estava envolvida no comando de repartições ou unidades terrestres, de modo que nenhum oficial acima de capitão de mar e guerra se encontrava embarcado exceto o comandante da corveta Bahiana.

Uma das características persistentes da Marinha ao longo do século XIX foi o preenchimento dos cargos de direção e comando de quase todas as repartições superiores da Marinha pelos oficiais gerais e superiores. Disso decorreu que a maior parte dos comandos de navios de guerra era preenchido por tenentes.

Das 60 embarcações listadas, 19 deveriam ser comandadas, no mínimo, por um capitão-tenente, e 30, por um primeiro-tenente. Ao todo, 82% dos navios de guerra deveriam estar sob o comando de tenentes considerando o panorama até o início efetivo do recorte da tese. A noção de comando significava de embarcações nos primeiros degraus da hierarquia e estabelecimentos terrestres, para as superiores.

O comando em um navio de guerra ou estabelecimento não poderia ultrapassar 3 anos. Teoricamente, a legislação também estabelecia particularidades aos primeiros-tenentes. A primeira delas é que o Quartel-General da Marinha apresentasse anualmente ao ministro a relação com os nomes de todos os em aptidão para comandar, isto é, que tenham tido pelo menos 4 anos de embarque como “official a bordo de navios armados em guerra ou em transporte” ou “comandado por dous annos os mesmos navios” em ordem de antiguidade.

A ideia de antiguidade é um desdobramento da hierarquia nas instituições militares. No trabalho de Celso Castro, a antiguidade é tratada como uma espécie de hierarquia transversal. A hierarquia geral é tratada como antiguidade, de forma que ela se confunde com o posto, por exemplo, a precedência hierárquica de um capitão de fragata sobre um primeiro-tenente era tratada como antiguidade daquele sobre este.

Mas dentro de um mesmo nível hierárquico, a antiguidade também existia tanto na Marinha dos séculos XIX e XX como nas forças armadas contemporâneas: é como se os militares formassem uma longa fila indiana, tendo o primeiro colocado do posto maior precedência, uma vez que ele seria promovido primeiro e também teria, como no caso do decreto de 1860, prioridade para nomeação enquanto comandante de embarcação.

Em 1873, foram definidas as regras para promoções de oficiais da Armada onde a antiguidade e o merecimento eram critérios-chave. Pela lei 2.296, os guardas-marinha não seriam tratados como posto, mas sim como alunos da Escola de Marinha e, assim que fossem aprovados no 4º ano de curso, seriam promovidos a segundos-tenentes. Considerando o baixo número de guardas-marinha promovidos da Escola, é possível observar que o número de segundos-tenentes efetivos do corpo da armada no quadro era muito baixo em relação ao efetivo total dos oficiais do corpo.

Por essa razão, também podiam ser promovidos a segundos-tenentes pilotos da armada “habilitados [...] se contarem nesta qualidade tres annos de embarque em navios de guerra e exhibirem provas praticas de observações astronômicas, e manobra de artilharia, tendo bom procedimento civil e militar” ou pilotos habilitados que “tiverem embarque em navios do Estado cinco annos; sendo tres em navios de guerra”.

É interessante que a referida lei me parece a única de todo o período estudado que permitia, de forma indireta, que praças se tornassem oficiais sem acesso pela Escola de Marinha, indicando no mesmo artigo que pilotos da armada que tivessem sido mestres de 1ª classe também se tornassem segundos-tenentes se tivessem três anos de embarque como pilotos e quatro em navios de guerra como mestres. Neste caso, porém, o militar só poderia ser promovido até primeiro-tenente.

Os 3 anos de embarque no posto em que se encontravam não constavam na legislação anterior, não necessários apenas entre os postos de oficial-general. A lei tornou o conceito de embarque mais específico, na medida em que ele “não poderá ser supprido por outro serviço de qualquer natureza”, conforme o §6º do art. 1º. Além disso, pelo art. 8º, o serviço a bordo de navios desarmados ou que não pudessem navegar não seria considerado embarque. O embarque em navios de transporte da Marinha deveria ser contado pela metade. Lentes e professores da Escola de Marinha teriam tempo de serviço contabilizado, mas não como embarque.

Em navios mercantes, de correio ou de linhas subvencionadas, a partir de 1873, só poderia ser feito após o tempo mínimo de 8 anos de embarque nos navios da Marinha. O tempo de embarque em navios mercantes ficou fixado em 4 anos no máximo e após, tempo de licença passível de transferir o oficial da 1ª para a 2ª classe. Para o emprego nos Arsenais de Marinha,

nos Corpos de Marinha (como comandantes, ajudantes, secretários, diretores e outras funções) e “em quaisquer outras commissões estranhas ao serviço naval activo”, os oficiais também deveriam ter preenchidas as condições de embarque mínimas ao seu próprio posto.

A partir de 1878, os navios “que não pudessem navegar” deveria ser definida para o casos dos que precisassem de obras de reparos ou reformas que ultrapassassem o tempo total de 30 dias. Para tanto, seria necessário uma declaração periódica do estado de conservação do navio e, no momento em que fosse declarada a necessidade de reparos, havia um prazo de até 30 dias também para o início das obras, ao que, independente da duração das mesmas, o navio seria considerado sem condições de navegar e, portanto, o tempo de embarque não seria mais contado.

As noções de antiguidade e merecimento passaram a ser regras efetivas para promoção dos oficiais nas seguintes proporções: as vagas de primeiros-tenentes deveriam ser preenchidas em três quartos por antiguidade e um quarto por merecimento; as vagas para capitães-tenentes, capitães de fragata e capitães de mar e guerra deveriam ser supridas com metade por antiguidade e metade por merecimento; as vagas superiores a essas deveriam ser preenchidas apenas por merecimento.

O merecimento foi parametrizado em 8 critérios em ordem decrescente: 1. Inteligência, zelo, valor, instrução e disciplina; 2. Bons serviços prestados; 3. Apresentação de trabalhos científicos ao aperfeiçoamento da Marinha; 4. Tempo de comando; 5. Tempo de imediate; 6. Tempo de embarque; 7. Tempo de administração e 8. Reconhecimento de economia de despesas.

Dos oito, metade tinham relação com o serviço embarcado e a outra metade poderia também ser atingida durante o serviço de bordo. Os critérios de 4 a 7 dizem respeito a funções diferentes, embora não necessariamente distintas, relacionadas ao serviço de oficiais em navios de guerra, dos quais, em ordem hierárquica, indicavam o comando, imediate ou composição de estados-maiores e tempo de serviço em geral embarcado.

É conveniente esclarecer que os critérios 6 e 7 só tinham diferença para os navios maiores da Marinha. Todas as canhoneiras estudadas nesta tese tinham, no estado-maior, todos os oficiais do corpo da armada embarcados. Em navios maiores, no entanto, alguns desses oficiais poderiam não fazer parte. As atribuições dos estados-maiores se relacionavam a uma espécie de conselho do qual certas decisões seriam tomadas não apenas pelo comandante, como por exemplo, nos conselhos de guerra estabelecidos a bordo, em que os oficiais de estado-maior participavam como membros. Os estados-maiores eram aspectos da hierarquia que

aproximavam as atribuições entre o comandante hierarquicamente superior e os oficiais a ele subordinados.

Chamo ainda atenção ao fato de que a ação intelectual era um dos critérios de merecimento para promoção na Marinha. É interessante, uma vez que considero que ela foi justamente uma das faces de atuação mais características dos tenentes destacada durante o período com a Revista Marítima Brasileira a partir de 1881.

O agir intelectual teve também relação com o serviço de bordo mencionado. Nas embarcações menores, que deveriam ser comandadas por tenentes, a disciplina a bordo estava sob responsabilidade deles, o que, em grande medida, considero um fator essencial para o desenvolvimento da ação intelectual deles na força naval, inclusive considerando que, dos diversos trabalhos publicados na Revista, vários foram feitos por tenentes sobre o tema.

Ainda sobre a antiguidade do tempo de serviço, o mesmo não poderia ser computado em: tempo de licença registrada, cumprimento de sentença condenatória, serviço “estranho à repartição da marinha” ou o excedente de um ano em que um oficial passasse na 2ª classe para tratamento de saúde (exceto por ferimentos de guerra).

Chamo atenção às exceções a essa regra, seriam considerados tempo de serviço (embora não de embarque): ser ministro ou conselheiro de Estado, senador ou deputado geral, presidente de província, membro de missão diplomática extraordinária ou ainda os trabalhos em comissões com afinidade à Marinha (hidrográficos, de construção naval ou hidráulica). Cargos políticos não eram estranhos ao serviço dos oficiais de Marinha.

Essa característica das regras de promoção dos oficiais não foi uma exclusividade do cenário Imperial. A República reiterou o tempo de serviço político para os militares: pelo decreto 1.388 de 1891, os oficiais do Exército “contarão, para todos os efeitos, o tempo decorrido no desempenho de mandato legislativo no Congresso Federal, de missão diplomática ou reservada no interior [...]”, apenas limitando esse tempo de serviço ao desempenho das funções legislativas; estendendo para a Marinha o mesmo benefício pelo decreto 34, de 1892.

Interpreto por três vias diferentes essa perspectiva: de um lado, a exigência do tempo de embarque para promoção, mesmo que o tempo de serviço fosse considerado em cargos de natureza política restringiu um nicho de atuação profissional estrita como critério de promoção na Marinha, distanciando parcialmente a carreira dos oficiais da trajetória estranha às funções específicas da própria força naval, atuando como uma espécie de contenção; por outro lado, não considerou como estranhas ao serviço como um todo, inclusive como critério hierárquico da antiguidade, o desempenho das funções políticas.

Essa relação entre a profissionalização estrita e a atuação política não podem ser vistas como completamente antagônicas. Em termos históricos, a correspondência entre as funções para a carreira dos oficiais nas forças armadas em geral é interessante justamente por complementar as duas perspectivas e uma grande quantidade de militares fez parte dos poderes Executivo e Legislativo principalmente após 1889.

A República retirou, na prática, a contenção na Marinha e atenuou o conceito de embarque. O decreto 640-B de 1891 reduziu o tempo mínimo de embarque em cada posto para promoção dos oficiais da armada de 3 para 2 anos, inclusive o exigido para a promoção a contra-almirante e estendeu à Marinha o disposto no art. 13 do decreto 1.351 do mesmo ano, que considerou que “Actos de bravura, assim considerados pelo commando em chefe do Exército, em operações activas, dão direito à promoção, que será feita pelo mesmo commando em chefe, independentemente dos princípios acima estabelecidos” princípios esses que regeram, para o Exército, os critérios de promoção também centrados na antiguidade e no merecimento para o preenchimento das vagas e interstício.

Do ponto de vista historiográfico, o problema diz respeito ao papel da burocracia estatal sobre a política e as relações de poder. Pensar o papel dos militares como parte dessa burocracia é pertinente, embora para os dois contextos, há particularidades a serem consideradas sobre a relação da carreira com a política, embora o lugar-comum foi a não negação dela para o militar.

Em Raymundo Faoro³⁹, o papel da burocracia estatal assumiu um status próprio que a elevou à condição de estamento e de alargamento do papel do Estado no desenvolvimento capitalista brasileiro, inclusive das suas expressões de poder e política. Nessa perspectiva, há o pressuposto de que a diretividade do Estado, através de uma burocracia técnica, foi um dos vetores modernos de desenvolvimento do sistema capitalista mais contemporâneo ao Brasil independente.

No entanto, a apropriação dos conceitos weberianos em Faoro partiu também do pressupostos de que “O capitalismo não brota espontaneamente da sociedade, mas vicia-se no estímulo e na tutela estatal: tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco ou nada sobrará”⁴⁰. A elevação do papel burocrático, especificamente relacionada aos militares em Faoro tem duas perspectivas diferentes considerando a transição entre a Monarquia e a República, expostas no capítulo “As tendências internas da República Velha”.

³⁹ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2012.

⁴⁰ CAMPANTE, Rubens Goyatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 1, 2002, p. 154.

Por um lado, a presença dos oficiais nos cargos políticos predominantes durante o Império foi um “fato natural”, decorrente do papel burocrático desempenhado pelos militares em um Estado de forte teor patrimonialista, cuja noção em Faoro representa a fusão da dominação e a necessidade de administração diluindo o poder no aparelho burocrático do Estado.

Evidentemente, a Questão Militar e as características da década de 1880 principalmente conduziram a uma ambiguidade aparente e ao agravamento das relações entre os militares e o próprio Estado: a tentativa da gestão do Barão de Cotegipe de afastar os militares dos cargos políticos mais centrais, inclusive pela presença de civis na pasta da Guerra e da Marinha, é um dos principais argumentos trabalhados por Faoro no acirramento dessas relações. O autor, no entanto, centrou o Exército nesse debate na medida em que o papel aristocrático da instituição teria sido paulatinamente abandonado desde a década de 1840, sendo a presença de aristocratas prioritária na Guarda Nacional e na Marinha⁴¹.

Nesse caso, se a presença de oficiais em cargos políticos não foi em si algo diferente entre os dois regimes, para Faoro, a contestação e aumento do ativismo político do Exército alterou a natureza dessa presença, considerando assim uma afronta à ordem política imperial. Na mesma perspectiva apontada por José Murilo de Carvalho, a expressão ideológica⁴² do cidadão de farda ou soldado-cidadão conduziria a uma outra forma de comportamento das forças armadas em relação à política.

A crítica de Carvalho em “A construção da ordem” centrou-se justamente no perfil da burocracia em Faoro. Ela não constituiu um estamento em si na sociedade brasileira ou, conforme a crítica feita por Campante, o conceito weberiano de estamento em Faoro é problemático na medida em que Weber considerou estamento uma forma de estratificação social independente da divisão da sociedade em classes e pautada em distinções de cunho social mais do que em cunho econômico, mas sempre visto como plural (estamentos e não a existência de um único estamento).

José Murilo de Carvalho também o criticou na medida em que pluralizou essa burocracia, da qual os militares faziam parte, apontando as distinções socioeconômicas nela

⁴¹ Em termos historiográficos, esse argumento é bastante difundido, embora considere parcialmente válido pensando que o processo paulatino de profissionalização da força naval já trabalhado aqui justamente contrarie o pressuposto decorrente de que a vocação aristocrática seja sustentada por uma baixa profissionalização.

⁴² Quando me referir, nesta tese, à “expressão ideológica”, não pretendo tornar sinônimo de ideologia por considerar que ela é mais pertinente a um viés macro do sistema capitalista. Não tratarei como ideologias no plural, mas como expressão ideológica pela possibilidade de fazer parte de algo maior. Não será objeto da tese tal discussão por considera-la abrangente demais para o objeto aqui trabalhado, mas o esclarecimento é importante por ter pressupostos teórico-metodológicos.

presente e o problema da descentralização característica de um Estado que tinha dificuldades de atingir as suas próprias periferias, caracterizando-o em uma administração litúrgica de convergência de interesses com proprietários privados, como ocorria com a Guarda Nacional.

Em Carvalho, a burocracia foi um dos suportes indispensáveis à elite política e à diretividade do Estado imperial, embora não fosse seu centro hegemônico. A linha de tensão entre Estado burocrático e sociedade civil é, portanto, bastante relativa e a luta de classes é um elemento que também compõe o aparelho burocrático.

Em termos práticos, os cargos que constituíam exceção à não contagem do tempo de serviço para funções estranhas à Marinha incluíam predominantemente cargos de administração política (ministros, conselho de Estado, presidente de província e missões diplomáticas) próprios da forma de administração monárquica, daí concordar com a “naturalidade” aparente dos militares nos cargos do Estado: pela configuração administrativa, esses cargos não eram passíveis de eleição no sentido mais amplo.

Na República, a diluição da administração dos estados não por indicação do poder central, mas por eleições diretas modificou a relação entre a carreira e os cargos políticos na medida em que, exceto nos casos da transição à conjuntura constitucional e de intervenção direta, os demais fossem predominantemente relacionados às vias eleitorais. A constituição dos militares, nesse caso, como força política que também se organizava através dos partidos existentes e concorria em eleições foi diferente daquela prevista como mais comum no caso do Império. Ratifico que os cargos políticos não eram elementos estranhos à carreira militar.

O tempo de serviço e para reforma foi um dos primeiros assuntos dirigido pela legislação no final do XIX e início do XX. O decreto 108-A, de 1889 alterou o quadro de oficiais da armada, mudando algumas classificações e estabelecendo a idade para reforma. O posto de chefe de divisão foi extinto (juntamente com o de chefe de esquadra, que foi transformado em contra-almirante) e os oficiais da armada passaram a ser classificados quanto à situação em: atividade, “quando em serviço activo no mar ou em terra”; disponibilidade, “si estiverem desempregados por motivos alheios às suas vontades e promptos para o serviço”; inatividade, “quando prisioneiros de guerra, cumprindo sentença, inactivos por medida disciplinar decretada em conselho, ou licenciados para tratar de saúde, si a licença não exceder ao prazo de um anno”; reserva, incluindo os licenciados por mais de um ano a pedido ou a mais de dois anos ou reformados, “situação a que chega o official dispensado de todo o serviço ou por incapacidade physica ou por ter atingido á idade limite de que tratar o art. 5º, ou finalmente por máo comportamento habitual provado em conselho [...]”.

A contagem de tempo de serviço foi ampliado de acordo com a situação dos militares: os ativos teriam o tempo contado normalmente e receberiam soldo e todas as gratificações; em disponibilidade, receberia apenas a gratificação geral do próprio posto, mesma situação para os casos de inatividade; na reserva, poderiam ou não ter o tempo de serviço contado e receber seus vencimentos⁴³. Todo oficial que contasse 25 anos de serviço poderia requerer reforma. A idade para reforma compulsória foi modificada em 1918, fixada conforme a idade e o tempo de serviço da seguinte forma:

Tabela 7 Idades de reforma na Marinha.

Posto	Reforma voluntária	Reforma compulsória		Gratificação adicional anual
		1889	1918	
Almirante	67 anos	70 anos	68 anos	160\$000 x o número de anos que excedessem 30 anos de serviço
Vice-almirante	65 anos	68 anos	66 anos	
Contra-almirante	63 anos	66 anos	63 anos	
Capitão de mar e guerra	57 anos	62 anos	60 anos	120\$000 vezes o número de anos que excedessem 25 de serviço
Capitão de fragata	52 anos	58 anos	58 anos	
Capitão de corveta	-	-	54 anos	
Capitão-tenente	46 anos	52 anos	50 anos	80\$000 vezes o número de anos que excedessem 25 de serviço
Primeiro-tenente	40 anos	46 anos	46 anos	
Segundo-tenente	35 anos	40 anos	43 anos	

Fonte: Decretos 108-A/1889 e 12.801/1918.

Em termos transitórios, o decreto permitiu que os chefes de divisão pudessem requerer a reforma remunerada aos 64 anos de idade, além do mais, considerou o caso específico do Marquês de Tamandaré, resolvendo que “não lhe seja extensiva a reforma compulsória e o conserve em serviço extraordinariamente, e sem prejuízo do quadro, que terá sempre outro almirante effectivo”.

Além dessas regras, o decreto 29 de 1892 passou a considerar que deveriam ser reformados no mesmo posto, com graduação superior, os oficiais que tivessem mais de 40 anos de serviço. Nesse caso, passariam a receber a remuneração do posto superior. Essa disposição foi alterada apenas em 1910, mantendo 25 anos mínimos de serviço e modificou as tabelas de

⁴³ O decreto 3.417, de 1899, estabeleceu que durante dois anos todos deveriam receber o solto e contagem de tempo, mas passados, receberiam meio soldo e seria computado metade do tempo de serviço.

vencimentos mensais (soldo e gratificação) comuns aos militares da ativa e da reserva e equiparando dos militares do Exército e da Marinha.

Os critérios de comando foram parcialmente modificados com a República. A principal mudança apresentada nas duas modificações que verifiquei diziam respeito à ampliação de funções consideradas como comissões por tempo determinado ou indeterminado e, conseqüentemente, o tempo das mesmas, o que foi em grande medida decorrente do aumento na quantidade de repartições da Marinha.

Em termos comparativos, o decreto 10.385, de 1889 e o 3.238, de 1899 eram bastante parecidos, divergindo nas comissões por tempo determinado. Em 1899, fora determinado que cargos de comissões por tempo determinado seriam comandos de navios armados ou desarmados e transportes; comandos de corpos e fortalezas; comando de escolas de aprendizes-marinheiros; embarque de oficiais; vice-inspetorias, ajudantes, médicos e comissários empregados em Arsenais de Marinha; médicos em hospitais e enfermarias; chefes e subalternos de Capitânicas e delegacias navais e ainda de oficiais de escolas de aprendizes-marinheiros. O regulamento de 1889 estendia para praticamente dos os cargos adjuntos aos comandos e de ajudantes. Em ambos os casos, o tempo de duração não poderia ser superior a 3 anos.

É interessante notar que em 1899, o tempo máximo de comando nas flotilhas em especial, era diferente dos demais, reduzido a 2 anos. Isso se relaciona a uma reclamação presente em alguns relatórios do ministério da Marinha sobre as dificuldades de manutenção do serviço na Amazônia e no Brasil central, sobretudo, já que poucos anos após esse decreto, havia apenas flotilhas no Amazonas e Mato Grosso.

O comando dos navios foi organizado em classes. Navios de 1ª classe deveriam ser comandados por capitães de mar e guerra; de 2ª, por capitães de fragata; de 3ª, por capitães-tenentes e de 4ª, por primeiros-tenentes. A esquadra ou forças navais eventualmente criadas somente poderiam ser comandados por um oficial-general; divisões navais, oficiais-generais ou capitães de mar e guerra e flotilhas, capitães de mar e guerra ou de fragata.

Diferente da legislação de 1860, os dois decretos não trataram de postos mínimos. Capitães-tenentes só poderiam comandar se desempenhassem a função de imediato em navios de 2ª e 3ª classes por pelo menos um ano e primeiros-tenentes deveriam ter 2 anos de embarque e pelo menos um como imediatos.

A maioria dessas mudanças que relacionaram o tempo de serviço, a idade mínima para reforma, a inserção do posto de capitão de corveta, o aumento no número de vagas do efetivo e a diminuição do tempo de embarque, o argumento dos ministros de que os quadros de oficiais da armada se mantinham com idade bastante elevada foi uma constante.

Assim, entre 1912 e 1913, o tempo de embarque foi relativizado como critério para promoção de oficiais do corpo da armada, sendo suspenso o tempo de embarque de 20 março do referido ano até 2 agosto de 1913, quando sua execução foi suspensa segundo a argumentação proposta pelo ministro Manoel Ignacio Belfort Vieira:

“Considerando que de há muito os Poderes Publicos da Nação cogitam da necessidade urgente e inadiável de rejuvenescer os quadros da Armada, desde a promulgação do decreto n. 108A, de 30 de dezembro de 1889, instituindo a reforma compulsória e creando o quadro extraordinário, até a recente lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, que facilitou a reforma voluntaria, principalmente aos officiaes de postos superiores;
[...] Considerando que o requisito do tempo de embarque, actualmente exigido para a promoção dos officiaes, nas circumstancias especiaes em que se encontra neste momento a Armada Nacional, está a prejudicar tanto aquella providencia considerada urgente e inadiável, como a embaraçar o Governo no desempenho do seu dever de dar promoção aos officiaes, desde que as vagas ocorram, preenchendo devidamente os quadros taes como os fixou o Congresso Nacional; Considerando que ordinariamente, a falta do alludido requisito não corre por conta dos officiaes, sinão do próprio Governo, que não dispõe dos meios indispensáveis para proporcionar a todos, como aliás lhe cumpre, o ensejo de observar as exigências legaes para o seu accesso;
Considerando ainda que os Poderes Publicos, em mais de uma circumstancia e com fim de facilitar o preenchimento e rejuvenescimento dos quadros, teem dispensado o tempo de embarque [...]”.

Enumerando todas as exceções colocadas durante o governo republicano, além da inclusão do tempo de curso no Colégio Naval e Escola Naval como tempo de serviço, o tempo de serviço no Supremo Tribunal Militar e no magistério militar, a suspensão do tempo de embarque foi considerada, para todos os oficiais, como tempo efetivo embarcado.

Considerarei necessário pontuar as mudanças que mais impactaram a perspectiva de carreira dos oficiais da Marinha partindo de um duplo pressuposto: em primeiro lugar, que a carreira foi um dos pontos mais discutidos e abordados no âmbito da instituição, seja nos relatórios ministeriais, seja na produção da Revista Marítima Brasileira, seja no número de decretos e regulamentações que estabeleceram ou modificaram partes da carreira; em segundo lugar, que o desenvolvimento e aperfeiçoamento da estrutura da carreira militar é um dos pontos essenciais tanto da consolidação das instituições militares como no aumento de poder dessas instituições.

Nessa perspectiva, José Miguel Arias Neto, dissertando sobre as influências das duas Revoltas da Armada na Marinha, argumentou que a profissionalização da Armada por meio do melhoramento dos navios de guerra, dos critérios de recrutamento e da formação de oficiais e

praças foram uma das motivações mais interessantes colocadas pelo almirante Custódio de Mello no seu livro póstumo sobre o tema⁴⁴.

O autor criticou a ideia das revoltas com viés puramente reacionário ou monarquista na medida em que elas, independente do teor das reivindicações, representaram justamente o ativismo político da Marinha e a consciência das demandas necessárias à consolidação da carreira militar e autonomia dessa carreira. Mesmo as críticas feitas posteriormente por movimentos civilistas a esse ativismo político também consideraram a profissionalização da Marinha como uma solução importante para o problema do militar-cidadão e também para as pretensões da Marinha.

Como João Roberto Martins Filho⁴⁵ e Silvia Capanema de Almeida⁴⁶ apontaram, houve um interesse da classe política e a união em torno da modernização dos meios de guerra da esquadra na década de 1900 que projetava, em grande medida, as aspirações políticas da República e de uma projeção do país enquanto potência marítima no cenário internacional, materializados pela recepção ao encouraçado Minas Gerais, em 1910, proposto como maior navio de guerra do mundo àquela altura.

A questão que coloco em relação ao consenso da carreira como um dos pontos centrais para o estudo do desenvolvimento das instituições militares é perceber como, embora os parâmetros de promoção, reforma, comando, embarque e afins afetassem todos os oficiais da Marinha, os tenentes, na prática, representaram o maior problema em todos os casos.

O longo tempo de permanência nos postos subalternos, caracterizando não uma etapa (uma patente em si), mas uma condição prolongada mesmo com promoções (já que as promoções a primeiros-tenentes e a capitães-tenentes pouco alteravam nessa condição) que, como afirmado de forma referente pelos ministros, desencorajava a perspectiva dos oficiais pela carreira.

A relação do tempo de carreira com o embarque, assim, se tornou um problema ainda mais específico, já que, reitero, os efetivos de tenentes, maioria absoluta dos oficiais, eram muito superiores às lotações dos navios. Nesse sentido, os oficiais superiores, em sua maioria, assumiam paulatinamente funções administrativas ou de comando em estabelecimentos terrestres e, portanto, o tempo de serviço em si deixava de ser um problema pela existência de

⁴⁴ ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um _fato construído. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

⁴⁵ Op. Cit..

⁴⁶ ALMEIDA, Silvia Capanema de. A modernização do material às vésperas da revolta dos marujos de 1910. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, janeiro-julho de 2010.

cargos suficientes para mudanças, além do que, no caso dos oficiais-generais, o tempo de embarque deixava de ser uma exigência de promoção.

A profissionalização mencionada pela historiografia no que diz respeito à carreira militar e as mudanças que tratei neste capítulo, não foram um problema apenas generalizado, mas centrado nos sujeitos que são objeto desta tese: os tenentes. E em grande medida, os problemas decorrentes da permanência na condição de tenente foram, justamente, o que permitiu um amadurecimento de suas funções e um protagonismo diferenciado especialmente onde a Marinha praticamente só possuía oficiais subalternos, como a Amazônia.

CAPÍTULO 2 – O TEMPO DAS CANHONEIRAS: TECNOLOGIA E PODER NA AMAZÔNIA

“[...] muito mais do que um ensaio de combinação dos materiais, a própria *exhibitio* universal da civilização burguesa – didática em sua taxionomia dos produtos do trabalho humano, magnífica em seu mosaico ilusionista de curiosidades nacionais, insuperável na construção de santuários destinados ao fetiche-mercadoria”⁴⁷
(Francisco Foot Hardman)

Introdução

A epígrafe acima, extraída da obra “Trem-Fantasma”, de Francisco Foot Hardman, foi uma percepção da expressão ideológica da fase imperialista da burguesia que encontrou no desenvolvimento industrial e no progresso tecnológico o elemento necessário à composição de uma estética universalista para o capitalismo e o ideal de civilização pretendida através das exposições internacionais analisadas pelo autor como cenário onde a estrada de ferro Madeira-Mamoré fora concebida e desenvolvida.

As construções modernas, como a enorme cidade construída para a Exposição Universal de Chicago, de 1893 conformaram parte desse viés estético. Enquanto linguagem, ele pretendia produzir, através do fascínio, os ideários de grandeza e pujança capazes de serem alcançados em um dos momentos de maior projeção da modernidade enquanto comportamento social.

Enquanto característica, a estética foi desenvolvida também como espaço de expressão política, de poder e dominação. Mais ainda considerando um país que não compunha o círculo principal das potências hegemônicas do capitalismo internacional, como o Brasil. A estética política, que ganhou contornos ideológicos amplamente voltada às armas com a corrida armamentista, fora um dos aspectos sobre os quais o poder militar, entendido como a capacidade de uso das armas e veículos estrategicamente para vitória nas batalhas, encontrara o poder político-econômico em um plano simbólico, isto é, provido de rituais, formas e experiências sensoriais que trabalhavam o imaginário social na mesma proporção em que estremeciam a cultura de praticamente todos os cantos do mundo.

⁴⁷ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma** – a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 62.

Eric Hobsbawm tratou de um dos contrastes mais evidentes do período que caracterizou como Era dos Impérios (1870-1914): as artes entraram em um processo de crise identitária⁴⁸. A apropriação revolucionária das artes alterou significativamente as linhas que dividiam uma arte pretensamente erudita com uma cultura “popular”. A tecnologia igualmente transpôs a fronteira entre a ciência e as artes e passou a conjugar em um só ponto, ambas as perspectivas. Assim, se as máquinas antes eram encapsuladas dentro de prédios e construções, mas máquinas gigantes produzidas neste período saíram dos prédios, se tornando monumentos ainda maiores.

Compreendo, que a popularização da produção estética e artística conduziu, no desenvolvimento do exibicionismo burguês, ao envolvimento direto da tecnologia bélica com a estética do capitalismo industrial. As armas foram um ofício que se tornou exclusivo das indústrias e, a sua maior expressão, os navios de guerra, se tornaram fortalezas flutuantes capazes de levar não apenas a ostentação da capacidade de destruição, mas também o fascínio de suas inovações.

A República no Brasil apropriou-se da estética como uma de suas expressões ideológicas para o trabalho no imaginário social de um país que tivera seu regime político transformado sem a participação do povo, conforme José Murilo de Carvalho trabalhou em “A formação das almas”⁴⁹. A República tratou de construir uma mitologia de suas tradições, heróis, marcos e símbolos que foram transpostos dos círculos de elite para a população em um sentido mais amplo a partir de festas cívicas e símbolos.

É prudente convir que a autonomia dos estados nascida com a República também produzira expressão ideológica dos símbolos republicanos com os seus próprios mitos e tradições, seja no calendário republicano, seja nas instituições militares estaduais (que passaram a compor atores militares importantes), seja pelas simbologias construídas em torno dos ritos políticos na Amazônia, conforme os trabalhos de William Gaia Farias⁵⁰ e Daniella de Almeida Moura⁵¹ o apontaram.

Compreendo que os navios de guerra, sendo um dos elementos tecnológicos da estética capitalista industrial, foram igualmente instrumentos de poder dos quais ritos simbólicos foram desenvolvidos para dialogar com esse poder. Assim, do ponto de vista tecnológico, este período foi expresso na Amazônia por embarcações de menor porte em comparação aos grandes

⁴⁸ Vd. HOBBSAWM, Eric. Capítulo 9 – As artes transformadas. Op. Cit., 2002.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁵⁰ FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Açáí, 2017.

⁵¹ MOURA, Daniella de Almeida. **A República paraense em festa (1890-1911)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

encouraçados, funcionando como fortalezas compactas onde as invocações tecnológicas singravam os rios amazônicos, caracterizando o período como “tempo das canhoneiras”, por essa preponderância.

Neste capítulo, analisei o desenvolvimento dos ritos simbólicos envolvendo navios de guerra e igualmente os ritos construídos com embarcações na região amazônica. Entendo que os navios militares se tornaram parâmetros da experiência de atuação militar e simbólica, uma vez que a marinha mercante fora utilizada em muitos dos rituais de recepção a autoridades organizadas à semelhança de unidades navais como “flotilhas de recepção” que desempenhavam exercícios de tiros, continências e locomoção comandados, na maioria das vezes, por um navio capitânia que era parte da Flotilha do Amazonas.

Com a República, a simbologia dos banquetes, festejos e comemorações ganhou mais força, uma vez que o Império não valorizava tais atos. A experiência republicana com os navios a vapor nos rios foi também um processo de construção de um poder simbólico a partir dos rios.

No tempo em que os rios desempenharam parte significativa da vida, das disputas de poder, da sociabilidade e do desenvolvimento das sociedades na Amazônia, os navios foram ambientes onde essas ações repercutissem a partir das particularidades da vida a bordo e do ambiente fluvial.

Compreendo também que o poder não pode ser considerado como o exercício único de uma dominação repressora verticalizante, mas também como um espaço de expressão de diversos grupos e que, por isso mesmo, representa as tensões sociais de um determinado tempo. Assim, o poder que envolvia os navios não era propriedade de um grupo, mas espaço de disputas tanto das elites, que promoviam banquetes e festejos de recepção, como de grupos e colônias estrangeiras no Brasil, como portugueses e ingleses que trouxeram navios de guerra de seus países para visita nos portos da Amazônia e mesmo de trabalhadores, que encontravam espaços nos luxuosos festejos tanto para o lazer e sociabilidade como para expressar suas próprias concepções de mundo.

E nesse mesmo sentido, considero que o poder que envolvia os navios também envolvia seus oficiais e praças, que permeavam os ritos simbólicos seja na participação dos oficiais em banquetes, seja organizando formas próprias a partir do comando das canhoneiras, de exercício de tais ritos. E como parte da reflexão proposta com a tese, chamo a atenção ao fato de que, se nos mares, os grandes cruzadores e encouraçados eram o símbolo exibicionista do capitalismo comandados por almirantes e oficiais superiores, nas fortalezas compactas, os tenentes mediavam tal expressão do capitalismo internacional.

2.1. Guerra, poder militar e a Amazônia

A Guerra do Paraguai representou à Marinha Imperial brasileira profundas transformações, seja no aspecto técnico, com um aumento exponencial no número de navios de guerra do país, chegando a contar com o maior número de encouraçados produzidos até então, seja pela primeira experiência real de uma guerra naval, seja pelo próprio fato de tal guerra ter se dado em uma bacia hidrográfica, não nos mares. No âmbito político, a Guerra do Paraguai foi um evento importante e definidor no processo de conformação dos Estados nacionais na América do Sul.

O sentido de experiência da Guerra é o que chamarei mais atenção aqui, pois se inseriu em um plano maior: embora a Marinha já existisse como instituição há décadas, no Paraguai construiu diversos parâmetros práticos, como estratégias, táticas e manejo de tipos novos de embarcações, da mesma forma que forneceu os elementos simbólicos à consolidação da Armada para heróis e tradições militares evocadas até os dias atuais, como a Batalha naval do Riachuelo enquanto evento máximo, o almirante Barroso como grande herói institucional e exemplo formador do espírito militar dos oficiais, assim como Marcílio Dias enquanto marinheiro inspirador aos demais. De uma forma ou de outra, a Marinha pós-Guerra do Paraguai fora diferente.

Mais do que isso, concordo com a perspectiva historiográfica debatida por Francisco Doratioto⁵² acerca da Guerra como um processo paulatino de construção e desenvolvimento das forças armadas no Brasil, bem como de um modo de pensamento e atuação militar no que diz respeito à guerra.

Para o autor, depois dos combates de Uruguaiana e da Batalha Naval do Riachuelo, o Paraguai não tinha mais chances de vencer a guerra, mesmo assim, ela se estendeu até 1870. A principal razão: o desconhecimento das forças de mar e terra sobre o território paraguaio e a falta de uma doutrina militar capaz de nortear o teatro de operações. Ao final da Guerra, a Marinha e o Exército tinham os elementos necessários para iniciar formas de organização de forças armadas efetivamente forjadas no combate.

Francisco Eduardo Alves de Almeida, em artigo publicado no dossiê “150 anos da Batalha Naval do Riachuelo”, na Revista Navigator⁵³, analisou em que medida a batalha fora

⁵² DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁵³ ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Riachuelo: uma batalha de controvérsias. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, 2015, pp. 54-73.

decisiva para os rumos da guerra em si. Apoiado na concepção de Alfred Mahan e do almirante inglês Lord Nelson, levantou a questão da vitória como elemento essencial para a “aniquilação do inimigo”, o que relaciono à perspectiva do general prussiano Karl von Clausewitz no tratado *Da Guerra*⁵⁴, onde lançara alguns dos elementos fundamentais ao que posteriormente Hobsbawm denominou “Era da Guerra Total”⁵⁵, onde a política, a guerra, o espírito das armas, se misturariam na premissa de que a própria existência do inimigo seria um elemento de risco à existência de si próprio. Sobre o Riachuelo, Almeida concluiu que a vitória fora decisiva não por decidir os rumos da guerra em si, mas pelo que a esquadra paraguaia pôde fazer a partir daquele momento, isto é, muito pouco, já que teria perdido quase 50% de toda a sua capacidade combativa.

Johnny Santana de Araújo analisou alguns pontos no processo de desenvolvimento da Marinha Imperial entre 1850-1865. O autor dialogou com o conceito de dissuasão em diversos pontos da análise para nortear os sentidos do desenvolvimento de políticas para a Marinha. Nesse sentido, identificou como um dos primeiros esforços de organização da Marinha no início da década de 1850 com a tentativa de unificação do calibre dos canhões dos navios de guerra pelo Joaquim José Torres Rodrigues⁵⁶.

A vitória nas operações navais contra a Argentina em 1851 fora um momento fundamental considerando as diferenças na composição da esquadra brasileira antes e após o conflito. Ressalto ainda que o autor apontou o envio do oficial Napoleão Batista Level à França para estudo da organização da Marinha francesa pelo ministro Raimundo de Lamare como um momento crucial, considerando a atitude de enviar adidos navais para o estudo de conflitos e organizações, como também ocorreu com o capitão-tenente Antônio Julio de Oliveira Sampaio, enviado em 1903 para o Japão com a finalidade de acompanhar a guerra russo-japonesa⁵⁷.

O conceito de dissuasão, largamente utilizado como princípio de que a existência de um poder militar superior desencoraja os inimigos a se engajarem em um conflito bélico é aplicável em muitas dessas situações, embora compreendo que é necessário pensar com certas ressalvas. Em primeiro lugar, porque há certo anacronismo envolvido no conceito. O elemento dissuasório como uma das bases da teoria da guerra e dos instrumentos políticos da guerra é mais característico a partir do marco de 1945, quando do surgimento das armas nucleares.

⁵⁴ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra** [tradução Maria Teresa Ramos] – 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (Clássicos WMF).

⁵⁵ HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵⁶ ARAÚJO, Johnny Santana de. Entre a vela e o vapor, entre a madeira e o ferro: a transição, a construção e a ação dos Ironclads na Marinha Imperial Brasileira 1850-1865. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, 2015, pp. 9-22.

⁵⁷ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 15.

Sobre o tema, Héctor Saint-Pierre pontuou que o nascimento das armas nucleares colocou duas questões diferentes sobre a relação entre política e guerra: por um lado, a relativização da ideia de vitória, uma vez que o advento das armas de destruição em massa propiciaram a noção de que qualquer dos lados envolvido teria perdas profundas.

A viabilidade da guerra passou a ser um problema, uma vez que a possibilidade de destruição completa do inimigo retirou a possibilidade de impor a vontade de uma das partes; por outro lado, a posse dessas armas e o amplo desenvolvimento delas em si caracterizaria maior possibilidade de imposição das vontades, daí o elemento dissuasório claro como instrumento de poder e política⁵⁸.

O anacronismo, pois, se dá justamente no fato de que a imposição do poder bélico como ferramenta de barganha ser claro aos dias atuais pelo reconhecimento do poder de destruição das armas nucleares após terem sido usadas em 1945 e outros testes terem sido realizados ao longo do século XX. Antes de 1945 é possível, assim, falar em dissuasão, pelo menos nos mesmos termos?

O conceito de guerra total mencionado por Hobsbawm e já citado aqui, é interessante por incluir, antes do advento das armas nucleares, uma das bases de sustentação da dissuasão como estratégia política e, para fins de pesquisa, metodológica para se explicar o impacto da tecnologia militar sobre os países envolvidos.

A guerra tornou-se total no século XIX e início do século XX pela ampla capacidade de destruição provocada pelos avanços das armas sobretudo na artilharia dos Exércitos, na artilharia dos navios de guerra e também pelo posterior uso de armamentos químicos, como gases usados na Primeira Guerra Mundial, dessa forma, os conflitos passaram a impactar muito mais as populações civis em relação às guerras anteriores.

As guerras mundiais foram o ápice da “era da guerra total”. Há dois elementos principais argumentados pelo autor que me parecem indicar incongruência para a ideia de dissuasão como elemento fundamental da modernização. O primeiro deles é o fato de uma guerra generalizada, em sentido estrito, não ter sido esperada, de fato.

Segundo Hobsbawm, “Uma fórmula seria com certeza encontrada, como tantas vezes no passado. Os que se opunham à guerra também não podiam acreditar que a catástrofe há tanto tempo predita por eles chegara”⁵⁹, o que derivou em grande medida, da ausência de guerras entre as potências europeias desde pelo menos a metade do século XIX.

⁵⁸ SAINT-PIERRE, Héctor Luís. **A política armada**: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

⁵⁹ HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios, Op. Cit., p. 420.

O fator inesperado da guerra não foi, entretanto, a não consciência da possibilidade de um conflito, mas a ação para evita-lo até onde fosse possível. Hobsbawm, nesse ponto, criticou inclusive a ideia de que a guerra pudesse ser explicada pelo armamentismo ou como conspiração de indústrias bélicas. A guerra, de uma forma ou de outra, seria e foi prejudicial em termos humanos, econômicos e sociais a todas as partes envolvidas e o conhecimento do poder de destruição certamente seria um dos elementos.

Ao discutir as causas que levaram à Primeira Guerra Mundial, Hobsbawm situou muito mais a conjuntura do sistema internacional no cenário europeu, o desenho militar do sistema de alianças e, sobretudo, o antagonismo anglo-germânico que introduziu a Grã-Bretanha no sistema de alianças.

Para Hobsbawm, o elemento fundamental desse antagonismo residiu, de forma material, na construção de uma esquadra alemã poderosa o suficiente dentro de uma proposta consciente ou não de hegemonia global a partir da Alemanha unificada: uma marinha global que conseguia “representar não os velhos estados alemães, mas exclusivamente a nova Alemanha unificada, com um oficialato que representava não os *junkers* prussiano ou qualquer outra tradição guerreira aristocrática, mas a nova classe média, ou seja, a nova nação⁶⁰”.

E dessa perspectiva, ela representou uma ameaça real à pretensão britânica de “ser mais forte que as duas outras maiores marinhas, combinadas”⁶¹. A ideia da marinha e dos exércitos modernos, profissionais e em termos ideológicos alinhados à perspectiva do nacionalismo expansivo do século XIX parece ter alinhado, assim, um tipo específico de identidade e consciência nacionais que tornaram também favoráveis a iminência de uma guerra, como o autor trabalhou em “Nações e nacionalismo desde 1780”⁶².

Hobsbawm diferenciou, assim, o nacionalismo da era liberal e da era imperialista, definindo três elementos para tal: a eliminação da ideia de um “ponto crítico” do qual o sentimento de nação surgiria em países de um “certo grau de desenvolvimento”, alcançando a maturidade depois de séculos e expressando, assim, uma consciência de força e destino histórico. Na era dos impérios, qualquer corpo de pessoas que se considerasse uma nação demandaria o direito à autodeterminação, o que significava, em última análise, o direito a um Estado independente soberano separado para seu próprio território.

⁶⁰ Idem, p. 440.

⁶¹ Ibid., p. 441.

⁶² HOBBSAWM, Eric. As transformações do nacionalismo: 1870-1918. In: **ações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 125-158.

O segundo elemento é a centralidade dos critérios de língua e etnicidade como fator decisivo à existência de uma nação potencial, produto igualmente do desenvolvimento de “nações não-históricas”, mas potencializado pelo terceiro ponto de mudança que afetou tanto os movimentos nacionais não estatais, mas também dentro dos Estados-nações estabelecidos: o direito político a nação e bandeira para qual o termo “nacionalismo” foi inventado na última década do século XIX, indicando a apropriação que diversos grupos tiveram sobre a “questão nacional” presente pelo menos nas quatro décadas anteriores a 1914, e expresso em movimentos de direita que surgiram no período, na xenofobia política que tomou diversas formas como o antissemitismo ou mesmo pela esquerda.

É necessário considerar diferenças na história do Brasil considerando que o objeto de Hobsbawm foi, principalmente, a partir da Europa, mas não deixa de ter sentido considerando o paralelismo de diversos argumentos, sobretudo na apropriação da questão nacional como problema no país desde a segunda metade do XIX e a relação, que proponho considerar, com a guerra como elemento.

Mesmo que os conflitos fossem indesejados, a euforia da mobilização militar foi um lugar-comum, seja em conflitos que ocorreram nessa época, seja na Primeira Guerra Mundial, identificada com elementos do discurso nacionalista da época e de apropriação, dos quais remeterei a reflexão a dois casos distintos, mas onde tal expressão parece ter estado presente: o caso da participação da Polícia Militar do Pará na Guerra de Canudos e a mobilização em 1907, no Amazonas, para um possível conflito contra o Peru.

Ao analisar a trajetória da Polícia Militar do Pará, William Gaia Farias⁶³ apontou, como um dos pontos fundamentais na constituição da força militar estadual do Pará a invenção das tradições relacionadas à Guerra de Canudos. A Primeira República, nessa perspectiva, foi um momento importante de reestruturação das organizações militares e fortalecimento das que eram frágeis.

No Pará, a reorganização da Polícia praticada por Lauro Sodré, oficial formado na Escola Militar da Praia Vermelha, seguiu a linha do federalismo implantado com a República e a autonomia das forças estaduais foi utilizada por ele como um princípio-base de reestruturação que perpassava na transformação em seus princípios, funções e imagens, com a criação de novos cargos e ampliação do efetivo.

⁶³ FARIAS, William Gaia. Do Corpo de Polícia ao Regimento Militar: reorganizações, condições materiais e conteúdos simbólicos – dos anos finais do Império a Guerra de Canudos. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 6, n. 1, p. 207-233, jan.-jun. 2013.

As mudanças, Farias considerou como parte da própria compreensão dos militares que proclamaram a República, chegando a seu estado mais avançado em 1897 com a mudança da estrutura militar (inclusive de carreira) e o alargamento da atuação territorial, especialização dos tipos de policiamento, criação da banda de música e maior acúmulo de funções.

Nesse ambiente de uma instituição transformada, a notícia da derrota da 3ª expedição em Canudos, acrescida do discurso intelectual de enfrentamento a Canudos como “uma guerra de todo o Brasil” e a compreensão da extensão do papel político dos militares e da guerra, foi feita a proposta de envio de uma expedição militar do Pará em 1897 que fora aceita após a derrota da expedição.

A vitória sobre Canudos com a participação da Polícia do Pará representou, no contexto político do estado, o marco fundamental sobre o qual as tradições da polícia foram construídas, com a construção dos heróis, símbolos e marcos “para identificar a atuação da corporação a um “porvir de glórias” iniciada naquele momento de comunhão entre soldados, políticos, intelectuais e, por fim, o povo”⁶⁴.

É interessante ressaltar a apropriação da questão nacional, a qual estava a cargo primário do Exército e da Marinha, pela força estadual e a consequente apropriação, por ela, de memórias sobre o evento inclusive como sua guardiã. Há um paralelismo metodológico interessante dessa forma de uso da guerra e da mobilização para ela a partir de uma parte específica da expressão política nacional, da expressão do discurso republicano e nacional envolvida a partir de uma instituição cuja modernização foi parte de um processo maior em curso no mundo.

O outro caso diz respeito a uma questão amplamente noticiada em Manaus, em 1907, da prisão de dois juizes do Amazonas por um capitão-tenente da marinha peruana, na região de Letícia dentro de disputas de poder local, que provocou uma mobilização militar da qual analisarei no tópico 2.3 de forma aprofundada, mas cujos elementos se coadunam com o exposto aqui, particularmente ao fato de que, juntamente à força federal composta pelos navios da Flotilha do Amazonas, além do envio de dois cruzadores e uma expedição do Exército, os quais foram direcionados ao Forte de Tabatinga, houve a exaltação, por parte do Jornal do Commercio do Amazonas à guerra pelo lado brasileiro, além do envio de forças do Regimento Militar estadual.

Em 10 de novembro de 1907, sob o título de “*Casus Belli*”, o Jornal do Commercio publicou uma coluna indicando que o Estado brasileiro não deveria demonstrar fraqueza ante o que chamou de “invasão” do território brasileiro pelos peruanos:

⁶⁴ Idem, p. 232.

“Nesta columna temos propugnado pela paz e pelo accordo politico com os nossos visinhos. Com a mesma franqueza somos neste momento pela expulsão dos estrangeiros audaciosos que violaram, á mão armada, o nosso território, e se apossaram, após um tiroteio a Mauser, duma fortaleza brasileira.

Trata se dum casus belli perfeitamente caracterizado. Não póde ser outra cousa a violência que o Brasil acaba de sofrer. Não há precedente que a qualifique. Foi uma afronta que devemos vingar.

Não é só a expulsão dos invasores o que o nosso governo tem de fazer sem demora. Precisa exigir igualmente a reparação moral ao governo peruano e á altura do insulto.

Nestes assumptos a doutrina acceta é a de que o Estado é sempre responsável pelos damnos que seus funcionários causam a qualquer.

Na violência de Tabatinga há crime maior e mais grave. É uma fortaleza brasileira, de que os estrangeiros tomam conta sem respeito pela bandeira que ali assim fluctuava, symbolizando, é claro, a nossa nacionalidade.

Já é tempo de olharmos com todo o cuidado para as nossas fronteiras. Si temos de afirmar mais tarde a nossa hegemonia militar e politica cis-andina, affirmemol-a desde logo e de modo que não se repitam mais factos como aquelle de que nossa fronteira com o Perú acaba de ser teatro. Um governo póde e deve ceder em muitos pontos. É até louvável o excesso de prodencia, maximé se nella predomina a superioridade de força. Mas uma longanimidade como a nossa, como a que temos tido vae, para vinte annos, é prejudicial e nociva. Chega a produzir, como se vê, um acto de verdadeiro vandalismo e menosprezo a um paiz amigo, e de que o Perú só tem recebido as provas mais inequívocas de lealdade e proteccionismo.

Em 1899 forças peruanas balearam dentro do Içá uma lancha que navegava com bandeira brasileira. A União calou-se e deixou impune esse procedimento aggressivo. Naturalmente o Perú suppoz que o nosso silencio era um symptoma de fraqueza e de medo.

Convém agora tiral-os dessa ilusão, reagindo de maneira a lhes tirar a vontade de repetirem outra vez os seus assomos belicosos”.

Do escrito, três aspectos de apropriação da “questão nacional”: a apropriação de uma terminologia do direito internacional para legitimação de uma eventual guerra justa; a “agressão” não apenas contra a fortaleza material, mas também contra um símbolo identitário e, portanto, da “nacionalidade”, que opunha dois povos diferentes; e a consciência do uso da guerra como finalidade de afirmação política do poder, onde a ideia de uma hegemonia militar e, conseqüentemente, política, sobre não somente o Peru, mas o que chamou de região “cis-andina”.

No dia 14 de novembro, o mesmo jornal, na sessão destinada às notícias sobre o caso, “Factos gravíssimos”, descreveu a saída da primeira expedição em direção a Tabatinga pelo Regimento Militar estadual:

“Ás 2 horas da tarde de hontem chegou ao quartel do Regimento Militar o sr. Dr. Constantino Nery, digno governador do Estado acompanhado de seu ajudante de pessoa tenente-coronel Carlos Sá.

S. exc. foi ali recebido com todas as honras a que tem direito pelo coronel Emygdio Pinheiro commandante daquella corporação, achando-se presente toda a officialidade.

Poucos minutos depois formou a força que tinha de seguir para Tabatinga, composta de cem praças sob o commando do major Adolpho Cavalcante.

O dr. Governador procurou então revistar á tropa e fez uma brilhante e patriótica alocução, depois que se retirou para palacio.

Às 4 horas em ponto formou de novo a força e assumindo o seu commando o major Cavalcante deu a voz de columna de marcha, sahindo a tropa com a banda do 1º batalhão a frente e observando o seguinte itinerário: rua Municipal, rua da Instalação, rua Henrique Antony, Praça da Republica, em volta, passando em frente do palácio em cujas janelas se viam o sr. Dr. Constantino Nery seu secretario dr. Sá Antunes, os representantes da casa militar e muitas pessoas gradas.

A força entrou de novo na rua Municipal e ao passar pelo edifício da Municipalidade foi saudado a columna que prosseguiu sua marcha até a praça 15 de Novembro por onde desceu até o roadway da Manáos Harbour.

Ahi começou o embarque para bordo do Virginia que tinha a reboque um magnifico batelão em que foram alojadas cincoenta praças.

Durante o trajecto da patriótica milícia amazonense, foi ella acompanhada por grande massa de povo, havendo na fluctuante segurantemente cerca de tres mil pessoas.

Depois de acomodadas todas as praças e sua officialidade chegou a bordo o sr. Dr. Constantino Nery com seu secretario dr. Sá Antunes e o seu ajudante de pessoal, tenente coronel Carlos Sá. S. exc. alli manteve-se até ás 6 horas da tarde, interessando-se vivamente para que tudo estivesse em ordem e nada faltasse a expedição.

Estiveram presentes todos os officiaes do Regimento e alguns do Exercito que foram despedir-se de seus camaradas.

Eram sete horas da noite quando o Virginia levantou ferro”.

A apropriação do simbolismo da tropa formada e preparada para a guerra é o ponto fundamental que quero ressaltar aqui. Os jornais ressaltavam a “urgência” da mobilização, urgência essa que parecia contraditória até certo ponto, com os rituais utilizados pelo governador Constantino Nery para o envio do regimento estadual: não se tratava apenas de constituir a força expedicionária, mas também de demonstrar ali o poder da força estadual e do estado do Amazonas, na medida em que foi organizada uma marcha pela cidade, passando por pontos certamente estratégicos da circulação de pessoas, na medida em que a ordem poderia simplesmente ter mandado que a força se organizasse diretamente no porto e embarcasse.

Atrair os cerca de 3 mil pessoas era um fator essencial, na mesma medida em que o tamanho da força chamava atenção: a expedição estadual teve efetivo maior que das forças federais enviadas, conforme o jornal indicara em edições anteriores. Tratava-se de participar diretamente de questões nacionais a partir do poderio estadual, legitimar a força policial modernizada de forma semelhante a do Pará, com parâmetros da polícia militar do Rio de Janeiro: o conceito de dissuasão que parte da historiografia usou para discutir a modernização da Marinha e do Exército na Primeira República pensando na afirmação aos países vizinhos é, a meu ver, relativo para o período.

Da mesma forma que os exércitos e forças coloniais que foram destacados para a Primeira Guerra Mundial marcharam com apoio popular, com discursos nacionalistas inflamados e grande expectativa, militares marcharam de Belém em direção a Canudos e de Manaus em direção a Tabatinga.

Mesmo que a guerra pudesse ser indesejada pelo medo que causava e que era expresso em jornais do Amazonas e mesmo no Rio de Janeiro, onde boatos eram publicados até mesmo sobre a mobilização de reservistas no Peru para um largo conflito, havia grande simbolismo, expectativa e expressões de poder ligados a ela. Mesmo que os Estados se precavessem em evitar a guerra, o estado de beligerância era apropriado pelos diversos grupos que tinham consciência do papel da guerra.

Percebo uma diferença consistente no olhar sobre o armamentismo em duas direções distintas: do ponto de vista retrospectivo e relativamente anacrônico, sabendo das consequências posteriores dos conflitos e das guerras mundiais, o século XX conviveu paralelamente armamentismo com o medo e a necessidade de imposição da política pela construção de armas, assim como as iniciativas de aquisição de meios de guerra mais poderosos, como no final do XIX e início do XX no Brasil pelo Exército, Marinha e forças estaduais o foram.

Pensando, no entanto, a partir da própria realidade da época, onde a experiência de uma guerra total não havia sido vivenciada nos moldes das guerras mundiais e onde a consciência do poder militar como parte da construção do poder político estadual na Primeira República me parecem ter sido mais importantes do que a dissuasão no sentido estrito.

O elemento dissuasório pode ser considerado em termos nacionais pela diplomacia, como Francisco Doratioto ratificou ao lembrar do fato de que o Barão do Rio Branco não descartava o uso do poder bélico do Brasil nos conflitos envolvendo as fronteiras do país, mas evitou uma guerra por saber da possibilidade de intervenção das potências estrangeiras caso o cenário sul-americano se apresentasse conflituoso e, assim, o risco de perda de autonomia por parte dos países era uma realidade a ser pensada⁶⁵, mas não quando consideramos que a “questão nacional” não era um tema exclusivo do governo federal e sim diluído e apropriado pelas problemáticas concretas de partes diferentes do território, como os casos mencionados do Pará e Amazonas.

Metodologicamente, a análise do planejamento de transferência, aquisição ou construção de navios para a Amazônia através dos relatórios ministeriais da Marinha, os discursos e sentidos que tais planos tiveram, as características técnicas das embarcações, com a compreensão do que as mudanças significaram de fato, ajudam a compreender o sentido do ato de “modernizar” em termos militares considerando os usos políticos da guerra e do poder militar.

⁶⁵ DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História do Brasil Nação: a abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 133-171.

Considero que a análise da tecnologia militar enquanto processo específico de instituições militares através da relação com o poder também possa fornecer elementos a uma compreensão mais ampla que não separe a atuação dos militares com o resto da sociedade civil como linhas divergentes, mas daqueles como fração especializada desta no manejo das armas, em sentido estrito, e de uma das expressões estéticas do capitalismo internacional, em sentido amplo. Os militares eram soldados e marinheiros de um mundo que dava maior atenção ao serviço das armas, como artífices de uma estética bélica que provocava fascínios e disputas de poder.

2.2. O tempo das canhoneiras: caracterização do recorte tecnológico da Marinha na Amazônia

O período estudado foi caracterizado pelo predomínio de embarcações militares de pequeno porte em comparação aos demais navios de guerra da esquadra no Rio de Janeiro, quase sempre denominados como “canhoneiras” ou “avisos”. O tempo das canhoneiras é um recorte baseado em duas questões básicas: as funções desempenhadas pelos navios e suas especificidades e características técnicas, inclusive que justificaram a opção da Marinha por manter de forma permanente apenas esses tipos de navios na região.

Esse recorte tecnológico tem sentido a partir das transformações advindas da construção naval, dos armamentos e da introdução da navegação a vapor em sentido amplo, e em sentido estrito, das preocupações do governo brasileiro em manter uma unidade específica de embarcações menores na Amazônia de forma permanente.

Esclareço que houve navios de guerra na Amazônia antes da criação da Flotilha do Amazonas, mas ela representou um marco duplo. Primeiro, porque as flotilhas, diferentes das estações navais, distritos navais ou outro tipo de denominação administrativa que a Marinha utilizava para a lugares onde haviam estabelecimentos terrestres, sempre deveriam ter navios de guerra comissionados com tripulação própria e comando estabelecido de acordo com a legislação apresentada no capítulo anterior. Em todo o nordeste, por exemplo, a Marinha não criou flotilhas até o fim do período estudado e as embarcações que estacionavam nos portos da região apenas o faziam por meses.

As flotilhas não eram criadas como unidades temporárias, mas a maioria delas foi extinta até o início do século XX. Na realidade, enquanto houvesse navios designados, elas existiam. Encontrei, em todo o período, flotilhas no Amazonas, Mato Grosso, Paraná (o rio, não o estado),

Alto Uruguai e Rio Grande do Sul. Delas, entretanto, apenas as duas primeiras continuaram existindo a partir do início do século XX.

A existência de unidades militares com navios permanentes em uma região é um elemento importante de compreensão da profissionalização dos militares que serviam nessas áreas e também da construção de experiências específicas de combate, exercício da autoridade, da hierarquia e estratégias de cumprimento das funções da Marinha.

No caso da Flotilha do Amazonas, fora também a única unidade que encontrei no período que teve sua sede alterada em alguns momentos, transitando entre Manaus e Belém, devido a abrangência muito maior (Amazonas, Pará e Maranhão) com alta rotatividade de navios.

Além disso, a Flotilha do Amazonas foi criada em uma conjuntura mais ampla da tecnologia naval: a era do vapor. As primeiras embarcações designadas para servir nela eram lanchas a vapor. A experiência da Marinha na região com a criação de uma unidade profissional também iniciou influenciada pelo elemento mais moderno da tecnologia militar. Ela foi, pois, criada, dentro de uma Marinha de Guerra brasileira nova, a Marinha da era do vapor.

O período das décadas de 1860 a 1920 foi para América Latina de constituição dos exércitos modernos pela consolidação dos Estados na região e construção dos elementos de modernização através de missões militares, da tecnologia militar comprada de potências estrangeiras e da estruturação das instituições nos moldes dessas potências, para a Marinha, o vapor foi o primeiro dos elementos a delinear a lógica de modernização da própria instituição.

A trajetória da Flotilha do Amazonas e das gerações de canhoneiras, definidas pelo tipo de tecnologia utilizada, é imprescindível para a compreensão da atuação da Marinha na região e do papel da Amazônia nesse processo de constituição da Marinha em uma instituição militar moderna.

A criação da Flotilha do Amazonas, ano após a organização do 3º Distrito Naval com sede no Pará, teve “o fim de policiar a fronteira naval com as republicas vizinhas”⁶⁶, ao que Levy Scavarda considerou como parte das preocupações do governo brasileiro advindas da Guerra do Paraguai⁶⁷.

Teoricamente, a criação da Flotilha dividiu a jurisdição do comando da força naval na Amazônia em duas partes: no lado ocidental, a área da Flotilha do Amazonas em si, e do lado oriental, do 3º Distrito Naval. No entanto, como os distritos navais do século XIX foram

⁶⁶ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, p. 14.

⁶⁷ SCAVARDA, Levy. **História da Flotilha do Amazonas**. Duque de Caxias: Imprensa Naval, 1968.

alterados pouco depois de 1868, sendo citados algumas vezes em anos posteriores na documentação analisada.

Do ponto de vista hierárquico, o oficial de posto mais alto na Amazônia ocidental era o comandante da Flotilha e, no lado oriental, o inspetor do Arsenal de Marinha do Pará, mantendo, quase sempre, a correspondência de mesmo nível hierárquico (capitão de fragata ou capitão de mar e guerra, na maioria das vezes).

A designação de navios para a Amazônia acompanhou a transformação organizacional da esquadra. O decreto nº 667 de 1850, determinou um plano de organização da força naval que incluía a construção de embarcações para a esquadra em tempos de paz, composta de 2 fragatas a vela; 2 corvetas de bateria coberta; 8 corvetas de bateria descoberta; 12 brigues e brigues-barcas; 16 canhoneiras; 4 fragatas a vapor de 300 cavalos de potência; 6 corvetas a vapor de 220 cavalos; 4 vapores de 100 a 160 cavalos; 6 vapores de 48 cavalos além de “lanchões” armados em número indeterminado.

O plano nunca fora implementado. O ministro Affonso Celso de Assis Figueiredo determinou em 25 de outubro de 1866 a formação de uma comissão para estabelecimento de um novo projeto de construção de navios somente a vapor ou de tração mista, considerando os navios à vela já obsoletos, feitos de madeira ou encouraçados e que fossem organizados em três categorias: de maior velocidade, para navegação oceânica; de velocidade média, para navegação na costa e grandes rios e de velocidade pequena, em “condições especiais”, para navegação de rios de pouca profundidade e defesa deles e dos portos.

O plano foi estabelecido pelo decreto nº 4.182 de 1868. A primeira categoria de navios seria composta de navios de maior velocidade para navegação oceânica, formada por 1 fragata encouraçada, 4 corvetas encouraçadas e 4 corvetas não encouraçadas. Os navios deveriam ter marcha de 15 milhas náuticas, a fragata, e 14, as corvetas, além de autonomia para entre 4 e 5 dias de navegação à toda força das caldeiras.

A segunda, de velocidade média para navegação do litoral e dos grandes rios, deveria ser formada por 6 canhoneiras encouraçadas de 1ª classe, 6 canhoneiras não-encouraçadas de 1ª classe e de 1 canhoneira encouraçada de 2ª classe, tendo como marcha 10 milhas náuticas cada e autonomia de combustível de 5 a 6 dias.

A terceira, de velocidade menor para servir nos rios e defesa dos portos, deveria ser formada por 16 canhoneiras encouraçadas de 2ª classe, 8 canhoneiras não-encouraçadas de 2ª classe, 16 transportes fluviais a rodas e um número indeterminado de baterias flutuantes, tendo esses navios marcha variando entre 6 milhas para os primeiros, 8 para os segundos e 9 para os terceiros, além respectiva de 25 horas para as canhoneiras encouraçadas e 3 dias para os demais.

A quarta categoria deveria ser formada por navios a roda para transporte de tropas e lanchas à hélice para transporte e policiamento dos rios, sendo formada por 4 transportes a rodas e 36 lanchas a hélices, com marcha de 12 e 8 milhas e autonomia de 8 dias e 24 horas respectivamente. Os transportes da quarta categoria deveriam ter capacidade para transporte de 500 praças e as lanchas, tripulação de 60 soldados armados, desde que não aumentassem o calado delas.

Há duas questões essenciais para consideração sobre os planos apresentados em 1850 e 1868. Em primeiro lugar, é perceptível que a navegação a vapor assumiu paulatinamente o destaque nas preocupações das marinhas pelo mundo. O impacto do vapor foi tão significativo que o almirante americano Alfred Thayer Mahan considerou que as marinhas autênticas nasceram com o vapor, pois ela marcou seja a “vitória” do homem sobre a natureza, tornando a navegação independente do vento e outros fatores climáticos.

Em consequência, o vapor possibilitou nascimento de marinheiros dedicados exclusivamente ao navio e não ao combate. Sobre as relações a bordo das embarcações, é sintomático também que o vapor alterou inclusive a lógica da hierarquia militar.

Os oficiais do corpo da armada não dispunham de conhecimentos no processo de formação que os permitisse conduzir as máquinas das embarcações e nesse sentido, os primeiros indivíduos designados ao serviço das máquinas não foram formados no âmbito na força naval, mas contratados junto à marinha mercante.

Embora os comandantes das embarcações tivessem precedência hierárquica sobre os maquinistas contratados, punir ou expulsar um maquinista poderia resultar na incapacidade temporária de operar a embarcação. As preocupações da Marinha sobre o que Pierre Castro refletiu sobre o efeito disciplinar⁶⁸, estavam incluídas tanto a criação do curso de máquinas e do Corpo de Maquinistas – corpo de oficiais – formados na Escola Naval como o estabelecimento de critérios de admissão e distribuição em navios de diversas classes.

A segunda questão diz respeito a considerar a organização como processo em construção e de experiências de acordo com a conjuntura e suas problemáticas. Pelo menos dois marcos devem ser considerados respectivamente. O ano de 1850, do primeiro plano naval mencionado, mas também como ponto de partida das preocupações de pensar e adaptar uma força naval capaz de atuar nos rios.

⁶⁸ CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. **Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta Trajano: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873 e 1879**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, RJ, 2013, p. 35.

Affonso de Figueiredo afirmou em 1867 que “A abertura do rio Amazonas crêa novas possibilidades, que é de mister prover. Entre ellas figura na primeira plana dar maior desenvolvimento ao arsenal de marinha do Pará”, ao que corroborou, no ano seguinte, o Barão de Cotegipe:

“Deveis recordar-vos que, ao principiar a guerra, nossas canhoneiras, construídas á pressa na Europa, quando em 1858 receamos um rompimento com o Paraguay, já apresentavam signaes evidentes de estragos consideráveis, como devia esperar-se, desde que, em lugar de serem applicadas á navegação fluvial para que foram encommendadas, empregaram-se em um serviço permanente no oceano, na repressão ao trafico”⁶⁹

O capitão-tenente José Marques Guimarães apresentou relatório em 1869 intitulado “Considerações sobre a locomoção e governo dos navios encouraçados” anexo ao ministerial, analisando a guerra da Criméia (1853-1856) como o primeiro momento em que navios blindados atuaram em mares e regiões fluviais contra fortificações e considerou que a locomoção a vapor de fragatas, corvetas e canhoneiras deveria ser pensada a partir das vantagens específicas do ambiente, indicando o uso de lemes duplos para os mares e hélices para os rios.

Acerca da Guerra do Paraguai, a Batalha Naval do Riachuelo e a de Uruguiana, ambas em 1865, já sinalizaram a incapacidade do Paraguai em vencer a guerra contra os aliados, no entanto, os cinco anos de conflito devem ser atribuídos em grande parte à falta de organização das forças armadas aliadas, à falta de adaptação e conhecimento dos territórios.

A Guerra do Paraguai forjou com todas as dificuldades, das noções de organização de uma esquadra adaptada ao combate marítimo e de divisões para a guerra nos rios à própria ideia de mobilização. Forjou grande parte das tradições militares inclusive sob o ponto de vista das apropriações nas comemorações e na construção dos heróis de guerra. As décadas de 1850 e 1860, portanto, foram significativas da ausência de um nível de consolidação da Marinha brasileira e das forças de terra face questões que demandaram a rápida construção de uma lógica militar / bélica capaz de nortear as ações.

As primeiras embarcações permanentes da Amazônia vieram na década de 1870. Em 1871, o Arsenal de Marinha do Pará fora referido com problemas no que diz respeito à estrutura, mesmo assim, o volume de obras foi acrescido da construção de navios. Segundo Joaquim Delfino da Luz:

⁶⁹ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1869, p. 12-13.

“Os seus trabalhos mais notáveis são: uma lancha a vapor para exploração dos rios Tocantins e Araguaya; fabrico e suprimento completo ao transporte de guerra Marcilio Dias e vapor Pará empregados na comissão de limites com o Perú; oito chalanas para essa mesma comissão; preparo e arranjos no hiate Rio Formozo, que serve de quartel á companhia de aprendizes marinheiros do Amazonas; construcção de um telheiro e picadeiros para uma barca de escavação que ficou prompta para o serviço da província. Foi contractada a construcção de duas alvarengas de ferro para o serviço do arsenal”.⁷⁰

Produzidas no Arsenal e oriundas do plano de 1868 como embarcações de quarta categoria, a Flotilha do Amazonas teve ao todo 12 lanchas de cerca de 15 metros de comprimento ao longo da década de 1870, embora algumas tenham se mantido em serviço até a década de 1890.

Embora elas tenham tido uma importância considerável no serviço na região, elas não eram citadas como navios de guerra na documentação produzida pela Marinha Provavelmente, não havia guarnição que vivesse a bordo, apenas destacada para embarque em comissões. Como mostrado no capítulo anterior, a tripulação dessas lanchas também continha apenas um oficial, que deveria comandá-las, e não havia documentação produzida a bordo, como os livros de bordo, livros de máquinas, anotações de fazenda e ofícios partidos de bordo. Embora elas fossem expressão do poder militar nos rios, não funcionavam totalmente como quartéis flutuantes.

Há três linhas ou gerações de navios que foram designados para servir na Amazônia, sediados tanto em Belém como em Manaus. A primeira linha ou geração de embarcações destinadas à Amazônia foi basicamente composta por navios que serviram durante a Guerra do Paraguai, construídas entre o final da década de 1850 e a década de 1860, caso específico das canhoneiras Mearim (1876), Moema (1877) e Pedro Afonso (1876)⁷¹ e também da Henrique Dias (1872), Ivahy (1872) e Felipe Camarão (1872), sendo as citadas por Scavarda em Manaus e as três últimas em Belém.

Para esta análise, foram considerados em especial os navios armados, os quais teriam como finalidade principal a defesa do território em caso de conflito, já que eventualmente, alguns navios de transporte tenham servido à região. Além disso, navios desarmados não eram considerados para fins de tempo de embarque para oficiais da Marinha, sendo, por isso mesmo, não citados em relatórios ministeriais. Os navios desarmados, quando citados, eram normalmente os navios-escola ou navios que estavam prestes a passar à reserva.

⁷⁰ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1872, p. 20.

⁷¹ SCAVARDA, Op. Cit., p. 48.

Esclareço também que muitos navios mercantes eram armados. Diversos navios mercantes foram adquiridos para fins de comissão, como caso do vapor Cidade de Belém, em 1900, comprado em fevereiro para servir como navio-capitânia para a comissão ao Acre, onde o comando da Flotilha do Amazonas foi sediado em trânsito durante o tempo da comissão⁷². Outro caso significativo foi a aquisição do paquete Cidade de Manaus, rebatizado como aviso Ajuricaba para servir de navio-capitânia na Flotilha do Amazonas a partir de 1923, que, diferentemente do Cidade de Belém, fora armado para servir como navio de guerra permanente.

No caso dessa geração, acrescento que o transporte Rio de Contas, em Belém, e o Rio Negro, em Manaus, fizeram parte do conjunto de navios sem armamento mencionado⁷³. As lanchas armadas não constavam sempre nos relatórios ministeriais, assim como não possuíam nomes específicos.

A geração de canhoneiras que participaram das campanhas no Paraguai também evidencia uma questão importante: apesar da denominação em comum, as características técnicas, as tripulações e o armamento dessas embarcações poderia variar consideravelmente.

A região amazônica não foi a única a receber canhoneiras, mas a região fluvial do Brasil Central (guarnecido pela Flotilha de Mato Grosso), as regiões fronteiriças do rio da Prata (guarnecidas pelas Flotilhas do Alto Uruguai e do Rio Grande do Sul), a Bahia e o comando da esquadra (sediado no Rio de Janeiro) também possuíam embarcações com essa denominação.

Alguns navios foram classificados ou reclassificados enquanto tal, como é o caso da fragata Amazonas, capitânia da esquadra brasileira na Batalha Naval do Riachuelo, além de algumas canhoneiras terem sido reclassificadas como corvetas, como a Belmonte, a Beberibe e a Magé⁷⁴. A seguir, há quadro comparativo entre as diversas canhoneiras do Brasil pertencentes a essa geração, com as dimensões e armamento:

Tabela 8 Comparativo de canhoneiras da primeira geração.

Nome	Guarnição	Construção	Deslocamento e armamento
Araguahy	10 oficiais e 45 praças	1 de abril de 1862	406 toneladas. 44,2 m de comprimento. 2,6 m de calado. 2 peças calibre 32 e 2 de 68
Araguahy ⁷⁵	16 oficiais e 85 praças	25 de fevereiro de 1865	

⁷² Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2491. Livro de Ordens do dia da Flotilha do Amazonas. 1900.

⁷³ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 20.

⁷⁴ MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. A Marinha Imperial – 1870 a 1889. In: GUEDES, Max Justo (Coord.). **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001, v. 4, p. 60.

⁷⁵ Provavelmente, trata-se das canhoneiras Araguaia e Araguay, mas ambas são citadas no mapa dos navios como Araguahy.

Belmonte	11 oficiais e 84 praças	18 de setembro de 1863	602 toneladas. 51,2 m de comprimento. 2,7 m de calado. 4 canhões calibre 32, 2 de 68 e 1 canhão 70
Chuy	9 oficiais e 39 praças	7 de outubro de 1865	1,5 m de calado e 4 canhões
Felipe Camarão	-	-	135 toneladas. 39,4 m de comprimento. 1,3 m de calado. 1 canhão de calibre 32 e 1 de 3.
Greenhalgh	21 oficiais e 119 praças	13 de janeiro de 1866	163 toneladas. 38,1 m de comprimento. 1,4 m de calado. 2 peças de calibre 32
Henrique Dias	-	-	135 toneladas. 39,4 m de comprimento. 1,3 m de calado. 1 canhão calibre 32 e 1 de 3
Henrique Martins	11 oficiais e 28 praças	24 de novembro de 1865	163 toneladas. 38,1 m de comprimento. 1,5 m de calado. Sem informações do armamento
Iguatemy	10 oficiais e 85 praças	25 de fevereiro de 1865	400 toneladas. 44,2 m de comprimento. 2,6 m de calado. 2 peças calibre 32 e 8 de 68
Itajahy	12 oficiais e 99 praças	14 de agosto de 1864	400 toneladas. 45,7 m de comprimento. 4 peças calibre 32 e 2 de 68
Ivahy	12 oficiais e 80 praças	23 de outubro de 1864	400 toneladas. 44,2 m de comprimento. 2,6 m de calado. 2 peças calibre 32 e 8 de 68
Maracanã	11 oficiais e 49 praças	2 de maio de 1864	Sem informações
Mearim	12 oficiais e 93 praças	30 de julho de 1864	415 toneladas. 45,7 m de comprimento. 4 peças calibre 32 e 2 de 68
Parnahyba	14 oficiais e 60 praças	30 de julho de 1864	602 toneladas. 1 canhão de calibre 70 e, 2 de 68 e 4 de 32
Taquary	13 oficiais e 44 praças	27 de abril de 1865	170 toneladas. 39,8 m de comprimento. 1,8 m de calado. 2 canhões
Ypiranga	13 oficiais e 44 praças	27 de abril de 1865	Sem informações

Fonte: Relatórios do Ministério da Marinha e Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira.

O quadro acima foi construído cruzando as informações das canhoneiras da primeira geração que foram designadas à Flotilha do Amazonas com o mapa de navios que serviram durante a guerra do Paraguai entre 1865 e 1867, anexo ao relatório ministerial de 1867 e dados presentes no Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira, de Mario F. Mendonça e Alberto Vasconcelos. O repositório funcionou como uma das principais fontes de características técnicas das embarcações.

Optei por indicar como características técnicas principais o deslocamento, comprimento e o calado, três aspectos centrais para a navegação nos rios que nortearam grande parte dos debates de modernização relacionados à Amazônia no final do XIX e início do XX. Com relação à força que guarneceu esses navios, o efetivo fora indicado para o ano da terceira coluna, onde podemos perceber uma variação e 39 para a menor tripulação, da Henrique Martins até 140 para a Greenhalgh. Essas canhoneiras tiveram um tempo de serviço relativamente curto na região amazônica, sendo desligadas do serviço ativo ou redirecionadas para outras regiões ainda na década de 1870.

Outro aspecto sobre essa geração é a ausência de comissões realizadas: não encontrei, nos jornais e nos documentos ministeriais, menções a missões feitas por elas. Suponho que as características tornassem dificultosa a viagem pela maior parte dos afluentes da bacia amazônica, funcionando elas muito mais do ponto de vista simbólico (como no caso da recepção do cabo telegráfico que tratarei no tópico seguinte) e eventualmente, no caso de um combate no rio Amazonas. Por outro lado, a eficiência das lanchas a vapor para as necessidades da época parece ter sido muito maior, tendo elas desempenhado diversas comissões, incluindo o transporte das guarnições dos fortes mantidos pelo Exército.

A segunda geração diz respeito a navios construídos após a Guerra do Paraguai. Basicamente, incluo navios que foram construídos no final da década de 1870 até os avisos fluviais construídos em 1891. De todas que fizeram parte desta geração, apenas a canhoneira Afonso Celso (1884) não foi construída especificamente para a região amazônica. Situo como marco inicial desta geração a canhoneira Manaus (1880), primeira construída e armada especificamente para a Flotilha do Amazonas, tendo sido substituída em 1888 pela Cabedello⁷⁶.

As duas canhoneiras irmãs Traripe e Guarany foram construídas pelo Arsenal de Marinha da Bahia e armadas no Pará, tendo a primeira passado à reserva ainda na década de 1880 e a segunda exercendo atividades até 1900. Em 1891, foram comissionados os quatro avisos fluviais Teffé, Tocantins, Jutahy e Juruena, construídos na Inglaterra⁷⁷. Avisos e canhoneiras tinham características semelhantes, sendo por vezes indicados pela mesma nomenclatura. Os avisos fluviais tiveram tempo de serviço diversificado, convivendo com a geração seguinte, exceto o Juruena, que naufragou em 1901.

⁷⁶ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 43.

⁷⁷ Idem, 1891, p. 16.

Figura 3 - Canhoneira Traripe.

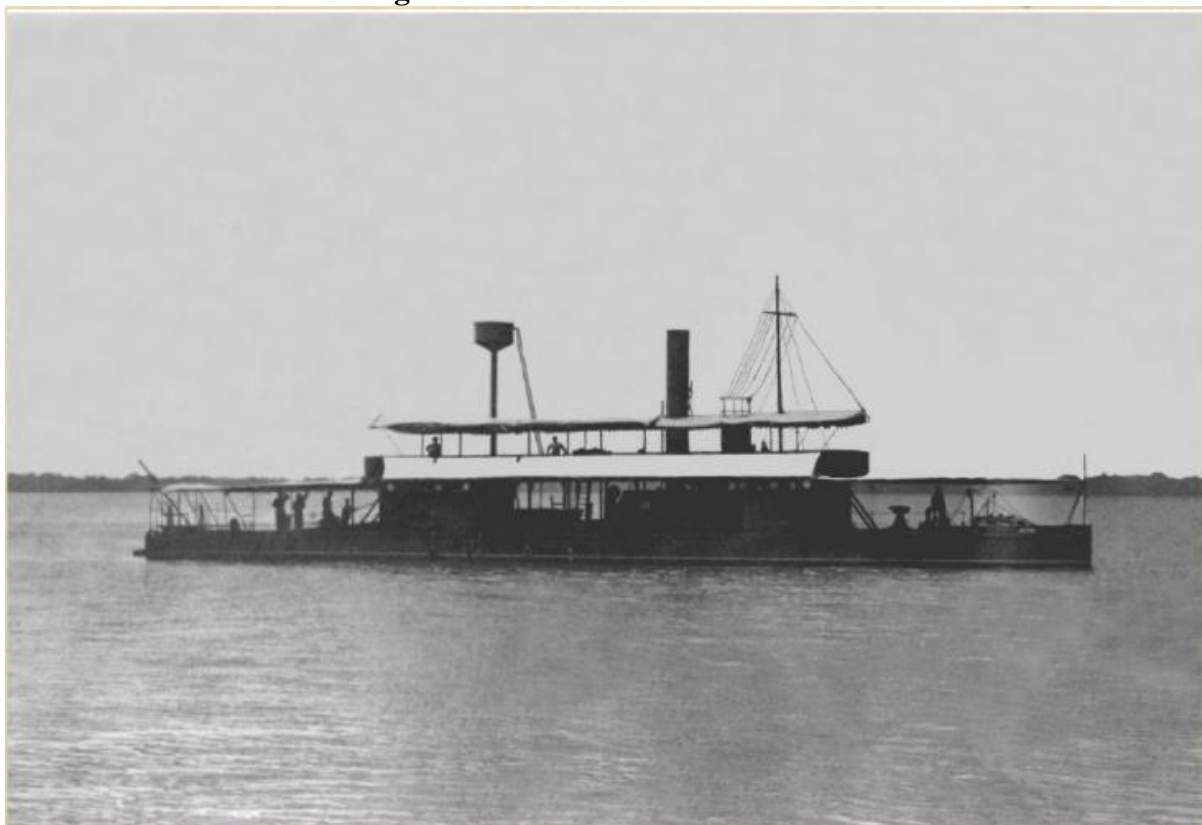


Fonte: Foto de Marc Ferrez. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 1998, vol. 118, n. 4, p. 151.

A terceira geração diz respeito às quatro canhoneiras fluviais irmãs Acre, Amapá, Juruá e Missões, construídas na Inglaterra pela Yarrow Shipbuilders e postas em serviço em 1905⁷⁸, fruto das discussões em torno dos programas navais construído entre 1904, pelo contra-almirante Júlio Cesar de Noronha e 1906, pelo contra-almirante Alexandrino Faria de Alencar em um eixo diferente das discussões dos programas, que tinham como foco cruzadores e encouraçados para a atuação na esquadra.

⁷⁸ Ibid., 1906, p. 14.

Figura 4 - Canhoneira Fluvial Acre.



Fonte: Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

À exceção do aviso Oyapock, transferido em 1909 do Mato Grosso, até a década de 1920, praticamente não houve navios incorporados de fato à Flotilha com destino à defesa dos rios amazônicos. Em 1917, o relatório ministerial apresentado pelo almirante Alexandrino Faria de Alencar apontava que haviam sido incorporados os avisos Caiapó, Pindaré e Mearim⁷⁹, embora eles não tenham sido mais mencionados na documentação posterior. Provavelmente designados para serviço do Arsenal de Marinha do Pará, alfândegas ou das superintendências de Navegação, Hidrografia ou Portos e Costas. Na década de 1920, o aviso Ajuricaba fora incorporado a partir da marinha mercante. As canhoneiras da classe Acre tiveram serviço máximo até a década de 1940.

O processo da segunda para a terceira geração coincidiu com uma maior atuação da Marinha na região, o tempo de serviço e a quantidade de comissões desempenhadas por esses navios foi considerável. As canhoneiras feitas de madeira tiveram o tempo máximo de serviço na canhoneira Guarany, que foi lançada em 1888 ao mar e foi passada à reserva em 1900,

⁷⁹ Ibid., 1918, p. 46.

ficando à disposição até 1904, quando foi transformada em pontão e vendida para a marinha mercante⁸⁰.

Embora essas canhoneiras tivessem tido uma adaptação melhor ao ambiente, o fato do casco ser de madeira provavelmente fez com que a vida útil fosse bem menor que outros. Os avisos fluviais da segunda e as canhoneiras fluviais que compunham a terceira geração, construídos totalmente em ferro e aço, tiveram um tempo de vida útil muito maior, chegando a décadas de serviço e representaram o elemento mais importante de navios que tiveram sucesso na atuação na região tanto pela possibilidade de navegação como combate por um período longo.

As canhoneiras na Amazônia também exigiram uma infraestrutura capaz de realização de reparos e, em alguma medida, do desempenho de uma construção naval adaptada paulatinamente às máquinas a vapor. Nessa perspectiva, o Arsenal de Marinha do Pará teve um papel importante no suporte e reparo às canhoneiras e, até o final do século XIX, inclusive de construção naval.

Nuno Saldanha, em artigo publicado no dossiê já citado⁸¹, estudou a construção da nau Nossa Senhora de Belém e S. José, na década de 1760, como o “maior navio construído” no Arsenal de Marinha do Pará, avaliando que, o momento da construção da referida nau, foi o marco simbólico do início da construção naval no estabelecimento. O ponto central, para o autor, é que havia uma diferença clara entre os estaleiros navais e os arsenais de marinha, estando a construção naval em si destinada aos primeiros e o suporte aos segundos. A construção da referida embarcação foi, assim, uma ruptura e um momento importante para o desenvolvimento do trato com a construção naval.

A partir da nau, o autor contabilizou mais de 30 navios construídos pelo Arsenal, dos quais mais de 10 foram navios armados: uma fragata (sem nome mencionado); a nau Nossa Senhora de Belém e S. José; as chalupas Nossa Senhora do Bom Sucesso e Nossa Senhora da Boa Viagem; o bergantim Barco Macho; as charruas Princesa Real, Nossa Senhora da Boa Esperança, S. Carlos Augusta, Água e S. João o Magnânimo e as fragatas Pérola, Princesa da Beira e Amazona. As dificuldades e aparelhamento do Arsenal se fizeram em paralelo à concorrência direta feita pela Companhia-Geral do Comércio, em São Luís.

⁸⁰ Ibid., 1905, p. 60.

⁸¹ SALDANHA, Nuno. A Nau *Nossa Senhora de Belém e S. José* (1766-1805), de Luís Isidoro de Gouveia, e a Gênese do Arsenal Real de Belém do Pará (Brasil). *Navigador*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 13-27, 2018.

Admarino Gonçalves de Matos Junior, ao estudar a criação e desenvolvimento da companhia de aprendizes-artífices no Arsenal entre 1871 e 1880⁸², pontou que o ano de 1842 foi central para mudanças no desenvolvimento da construção naval no Arsenal. Embora houvesse, como o autor ressaltou, proficiência nos cortes e trato de madeiras, a reorganização da Marinha do ponto de vista da construção, encabeçada sobretudo por Joaquim José Rodrigues Torres, pautou como questões fundamentais a transformação dos arsenais em indústrias e a composição e disciplina do pessoal da Armada especificamente voltados a isso.

Foi durante a primeira leva de navios para a Amazônia, na década de 1870, que tais funções ganharam força, quando as canhoneiras passaram a demandar serviços periódicos de reparação de partes danificadas e mesmo construção de objetos. O período de maior atividade do Arsenal no que diz respeito a construção de embarcações foi entre as décadas de 1870 a 1890.

Uma das características básicas dessas embarcações era serem de madeiras, aliás, sendo um dos pontos mais presentes em jornais da região que mencionaram a construção de embarcações. Identifiquei três linhas de construções de embarcações diferentes, as quais considero que tenham sido projetos pioneiros no domínio de parte da tecnologia naval moderna: a construção de lanchas para serviço das alfândegas e capitânias da região feitas com o sistema Trajano; a construção da canhoneira Manaus e a Barca-Farol Canal de Bragança.

Embora a introdução da navegação a vapor seja, como já mencionado, um dos pontos fundamentais para a compreensão das transformações tecnológicas da Marinha no século XIX, é importante considerar, como elemento específico a esse assunto, duas questões importantes. Em primeiro lugar, na realidade, o binômio vela x vapor é apenas superficial, já que os navios totalmente tracionados a vela não foram completamente modificados em pouco tempo.

Na realidade, durante algumas décadas, o modelo híbrido de armações para vela e máquinas movidas a vapor representou a maior parte dos navios de guerra que o Brasil construiu nas últimas décadas do século XIX. Alguns navios a vela foram adaptados para o modelo híbrido e outros, como a canhoneira Guarany, foram construídos com o sistema híbrido e posteriormente modificados para operar apenas com o vapor.

O sistema híbrido teve uma importância particular à construção naval no Brasil e, como segundo ponto, o papel dos arsenais de Marinha nesse sentido deve ser ressaltado. Sylvio dos Santos Val, investigando a história da Ciência e Tecnologia na força naval, situou o processo

⁸² MATOS JR, Admarino Gonçalves de. **A educação dos meninos desvalidos na companhia de aprendizes artífices do Arsenal de Marinha do Pará (1871-1880)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2018.

de desenvolvimento dessa tecnologia como a peça principal da construção naval no Brasil a partir do século XIX, aliás, período o qual o autor situou como “nucleação aleatória”, indicando o primeiro esforço de desenvolvimento no setor no Brasil, embora sem um projeto robusto a nível nacional.

Val considerou o processo de desenvolvimento de C&T na Marinha na consolidação administrativa e estrutural da força naval a partir da década de 1840, aspecto que considero interessante como instituição de vanguarda no desenvolvimento capitalista do país dentro da segunda revolução industrial e também como parte de um processo de modernização do Estado brasileiro no contexto.

Para o autor, dois elementos consolidaram a autonomia administrativa que possibilitou tal processo: a reforma administrativa produzida em 1842 com o decreto nº 114, que separou a chefia da Secretaria de Estado do comando da esquadra com o auxílio de um Conselho Naval formado por parte dos oficiais mais graduados da força; e a criação das Capitânicas dos Portos em 1845, com o aumento do poder de fiscalização, coerção e policiamento em todas as províncias marítimas.

A ampliação dos poderes e esfera de atuação da força naval foi impulsionada pela expansão das linhas de navegação subvencionada e, portanto, do papel da marinha mercante no país. Além disso, elas também passaram a demandar paulatinamente maiores serviços dos arsenais do Pará, Pernambuco, Bahia, Ladário e do Rio de Janeiro.

Os navios militares movidos a vapor, embora possuíssem maior velocidade e poder de combate, precisavam de portos de apoio para abastecimento imediato, mas também os navios mercantes demandavam pontos de manutenção nas máquinas, os quais não existiam em grande quantidade nas áreas portuárias, aumentando ainda mais os trabalhos dos arsenais de Marinha.

Aliado a esse problema, Val indicou também a não existência de cursos de engenharia naval no Brasil até parte do século XX, tendo o Arsenal de Marinha da Corte se convertido em laboratório importante ao desenvolvimento da técnica necessária. E o ponto de inflexão mais importante do processo discutido pelo autor diz respeito ao projeto da “Carena Trajano”, pelo oficial Trajano Augusto de Carvalho, que supervisionou na Inglaterra e França a construção de navios brasileiros, conhecimento e experiência que permitiram esse projeto de adaptação dos navios a vela em híbridos entre o final dos anos de 1860 e início da década seguinte. É nesse contexto que o Arsenal de Marinha da Corte se constituiu com um “efeito dual” de um parque

militar por “transformar insumos e processos de aplicação militar para a confecção de produtos civis”⁸³.

O sistema foi proposto como uma modificação no fundo das embarcações, alterando a marcha, e, conforme consta no relatório ministerial referente ao ano de 1870, quando da construção de uma canhoneira pelo sistema,

“Segundo afirma o autor, e é de presumir pelo exame dos planos, o novo vaso de guerra, com as inovações concebidas nos riscos até hoje adoptados, póde comportar uma couraça mais espessa, carregar mais forte artilharia e possuir grande marcha, conservadas, entretanto, com relação ao navio moderno, as mesmas proporções de comprimento, boca e tirante d’agua; sendo, além de tudo, a força motora menor, de menos custo, e prometendo assim menor dispêndio de combustível.

As experiências confirmaram as seguintes vantagens náuticas: conservar a marcha com mar pela prôa, sendo o efeito da arfada neutralizado na superfície quase plana da parte posterior do fundo que evita o mergulhar da proa; lutar assim o navio, ao contrario do que se observa, com os temporaes, já pelo governo, já pela marcha, finalmente pela estabilidade”⁸⁴.

O fortalecimento do Arsenal da Corte foi impulsionador de mudanças no Arsenal de Marinha do Pará, que, durante a década de 1870 passou por um processo de reforma física e com novo planejamento de ampliação da sua capacidade de produção, culminando com o início do projeto de construção de uma lancha a vapor no sistema Trajano a partir de 1878⁸⁵, lançada em novembro do referido ano.

Foi construída em madeira, especificamente “piquiá, itaúba e peroba”, tendo a máquina reutilizada de uma das lanchas da Flotilha do Amazonas, com força de “10 cavallos” e sem custos extraordinários. Segundo o jornal O Liberal do Pará, as dimensões da lancha eram as seguintes:

⁸³ VAL, Sylvio dos Santos. **O périplo do Cisne Negro**: Poder, Política e Tecnologia na Marinha do Brasil [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Gramma, 2016, pos. 499.

⁸⁴ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871, p. 19.

⁸⁵ Idem, 1878, p. 52.

Tabela 9 Características da lancha a vapor do sistema Trajano, 1878.

<i>Dimensão</i>	<i>Valor</i>
<i>Comprimento entre perpendiculares</i>	52 pés (cerca de 15 m)
<i>Boca por fora do tabuado na linha d'água</i>	10 pés (3 m)
<i>Pontal do canto superior da quilha ao canto superior da borda</i>	6,16 pés (1,9 m)
<i>Deslocamento</i>	16,41 ton

Fonte: O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 24 de novembro de 1878, p. 2.

A lancha, utilizada em serviço do Arsenal, foi um marco interessante por ter sido uma das primeiras experiências no sistema Trajano e, provavelmente, serviu de base para o início da construção, em dezembro do mesmo ano, da canhoneira Manaus, construída no modelo semelhante ao da canhoneira Henrique Martins⁸⁶. A construção da Manaus foi noticiada regularmente pelo jornal O Liberal do Pará. Na edição de 2 de abril de 1879, o jornal descreveu as dimensões (que, de forma recorrente repetia em outros meses):

“ARSENAL DE MARINHA. – Teve hontem começo a collocação do cavername da canhoneira a vapor mandada construir no arsenal de marinha d’esta província, conforme já tivemos ensejo de noticiar.

Tanto a quilha como as cavernas, roda de prôa e cadarte do navio, aquella de páo d’arco e estas de excelente pequiá, são de madeiras que determinão longa duração do navio.

Hontem mesmo ficarão cavilhadas seis cavernas.

Foi dia de grande enthusiasmo, não só para os operários que trabalham no navio, como para todos os empregados do estabelecimento.

O digno e activo constructor, sr. A. de Abreu Coutinho, pretende realizar um importante melhoramento nos lemes e caixas d’estes.

A canhoneira é de duas prôas, segundo o typo da “Henrique Martins” e “Greenhalgh”, que fazem parte do quadro da nossa armada. Os lemes d’estes navios não têm provado bem, de sorte que hão sofrido algumas modificações.

O sr. Constructor Coutinho apresentou um plano tendente a dobrar a superfície da porta do leme, bem como de uma peça de bronze destinada a travar a roda de prôa cadarte e quilha.

Este melhoramento muito contribuirá para a boa manobra e navegação da nova canhoneira”⁸⁷.

É interessante que a construção da Manaus tenha significado uma mudança no papel do Arsenal de Marinha do Pará justamente por relacioná-lo tanto à função militar como na capacidade de adequação à tecnologia naval moderna, conforme no dia 22 de julho o mesmo jornal escrevera sobre a visita do presidente da província, José Coelho da Gama Abreu ao Arsenal para acompanhar a construção:

⁸⁶ BRASIL, **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879, p. 37.

⁸⁷ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 2 de abril de 1879, p. 1.

“Por falta de tempo nada temos dito acerca da visita que há dias fez o exm. Sr. Presidente da província ao arsenal de marinha. A impressão que recebeu s. exc. n’aquella visita se resume na frase que lhe ouvimos:

Pela primeira vez encontrou este estabelecimento com physionomia de arsenal marítimo.

[...]

Bastante lisonjeiro para o actual inspector d’aquelle estabelecimento é o facto de haver elle introduzido o vapor no trabalho das officinas, que, com quanto faltas ainda de diversos instrumentos, possuem no entretanto outros de subida utilidade.

S. exc. assistiu á fundição de uma peça importante para o fecho da prôa da canhoneira em construcção, e n’esse trabalho, apesar da carência de alguns apparatus, verifica-se que a boa vontade suppre com vantagem a falta dos mesmos apparatus.

O quartel dos artífices do nosso arsenal de marinha deixa actualmente também uma boa impressão a quem quer que o visita: na enfermaria, nos dormitórios, nas aulas, por toda parte emfim, sem haver luxo, há a mais escrupulosa limpeza, o asseio, que é a condição essencial que se deve exigir em instituições d’aquelle gênero.

Todas as officinas, depósitos, casa de risco, gabinetes do constructor e engenheiro, foram visitados pelo presidente da província, que, comparando-os com o que eram no arsenal, há dez annos passados, mostrava-se agradavelmente surpreendido.

A ultima parte da visita do exm. Sr. Dr. Gama e Abreu ao arsenal de marinha foi á secretaria da inspecção e ao navio-escóla dos aprendizes marinheiros: n’aquella, onde também sente-se logo a ausência do luxo no material, verifica-se igualmente o asseio e a ordem que demonstram o cuidado com que ali se cura d’aquella parte importante do mesmo estabelecimento. N’este, o navio-escóla, navio velho que como todos sabem foi pelo digno sr. Inspector Gomes de Farias aproveitado do casco da canhoneira Ivahy para o fim a que hoje se destina, vê-se a disposição militar a par da disposição econômica.

Quem viu a Ivahy armada e quem a vê hoje admira-se certamente da boa praça que ali há para os exercícios de 37 aprendizes marinheiros, todos nimamente satisfeitos, todos revelando disposição náutica e a saúde vigorosa que lhes convém.

Pena é que o triplo ou o quadruplo d’aquellas crianças não vá aproveitar n’aquella instituição altamente patriótica as vistas generosas do governo imperial, e com certeza asseguramos que ali há ainda logar para grande numero d’ellas, atenta á grandeza do quartel, aliado á rigorosa limpeza que por toda parte se observa.

A cerca d’este assumpto, porém, affaga-nos a doce esperanza de ver em breve augmentado o numero dos aprendizes marinheiros, visto como, á reiteradas instancias do digno sr. Inspector actual, o ilustre e honrado administrador da província, dr. Gama e Abreu tem recomendado que sejam mandados para ali pelas autoridades competentes todos quantos meninos estiverem no caso de ali serem aproveitados.

Durou duas horas a minuciosa visita do exm. Administrador da província ao nosso arsenal de marinha, e sabemos que s. exc. retirou-se d’ali agradavelmente impressionado.

Congratulamo-nos com o sr. Capitão de mar e guerra João Gomes de Faria pelos brilhantes resultados em que tem sido fecunda a sua laboriosa administração⁸⁸”.

No mesmo sentido, o relatório apresentado por ele à Assembleia Provincial no ano seguinte apontava a ideia de que o Arsenal estava perto da “decadência”, funcionando efetivamente como um estabelecimento moderno por estarem funcionando todas as oficinas e setores da administração, exaltando ainda a importância dele em uma “província marítima” da qual “pela riqueza de suas mattas poderia ser a fornecedoras de importante parte do material necessário á construcção naval no Imperio”⁸⁹.

O lançamento da canhoneira Manaus, assim, foi tratado como um evento “patriótico” pelo referido jornal e a festa realizada com simbolismo interessante, conforme noticiado:

⁸⁸ Idem, 22 de julho de 1879, p. 1.

⁸⁹ PARÁ. **Relatório da Presidência da Província**. 1880, p. 73.

“Foi hontem dia de festa intima, justa e patriótica, no arsenal de marinha de Belem. Autoridades civis e eclesiásticas, representantes da imprensa e do commercio, artistas, e o povo, enfim, todos alli se reuniram para examinarem de perto a canhoneira Manãos que acaba de ser promptificada nos seus estaleiros e ao mesmo tempo para atestarem o progresso e melhoramento desse estabelecimento que, não obstante a falta de certos recursos, conseguiu inscrever mais uma data gloriosa nos seus respectivos annaes.

Ao meio dia em ponto, como tinha sido anunciado, s. exc. rvdm. Lançou a benção sobre a nova canhoneira. Em seguida bateram-se as ultimas cunhas, e, na occasião oportuna, s. exc. o sr. Presidente da provincia, que, colocado n’um coreto, segurava o laço de fitas uriverde preso ao navio, soltou-o mesmo que começou a deslisar-se sobre sua corrida para a agua. Infelizmente ao aproximar-se d’agua a canhoneira desequilibrou-se da carreira de pão preparada para a sua derrota, sendo baldados todos os esforços empregados para lançal-a ao rio, o que só hoje, se effectuará, segundo nos informam, com a nova enchente da maré.

A canhoneira não soffreu prejuízo algum. De parte esse incidente, todos mostraram-se satisfeitos e foram unanimes em louvar o sr. Constructor da canhoneira, inspector do arsenal de marinha, secretario, mestres das officinas, e operários em geral.

Quatro bandas de musica tocaram alternadamente no arsenal, e, depois das ceremonias prescriptas houve na casa em que reside o inspector um profuso lunch, do qual falaremos mais tarde”⁹⁰.

Há um padrão na cerimônia de lançamento da canhoneira Manaus e a recepção a navios de guerra: a ritualização do processo, que integrava, hierarquicamente, seguimentos representativos da estrutura de poder do regime (no caso da Manaus, da monarquia); a sociabilidade construída com bandas de música, que nesse caso não foram especificadas, mas que na República passaram a ser claramente as bandas militares; os setores da imprensa e do comércio, como um bloco só (inclusive quando das flotilhas de recepção que analisarei durante a República) e o “povo”, colocado de forma genérica aos que compareciam às cerimônias abertas ao público.

Nesse primeiro momento, destaco a presença e atuação de dois dos principais “matizes da ordem”, segundo José Murilo de Carvalho, do regime imperial: a burocracia clerical e a militar⁹¹. É interessante, porém, que, na mesma medida em que o autor considerava que a luta de classes se processava dentro desses setores da burocracia estatal e, portanto, que as distinções também produziam contato diferente com o poder e a elite política, não eram convidados padres comuns às cerimônias promovidas pela Marinha, mas essencialmente os de maior escalão, inclusive quando do lançamento da barca-farol em 1889.

Do lado militar, igualmente, eram apenas oficiais do Exército e da Marinha que estavam diretamente ligados aos banquetes e festas de lançamentos das duas embarcações e recepção de navios, pelo menos até a década de 1910. Há, no entanto, uma ressalva a se considerar sobre isso. Parte dos funcionários civis da Marinha também compartilhavam esse aspecto e

⁹⁰ “O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 18 de novembro de 1880, p. 2.

⁹¹ CARVALHO, Op. Cit, 1996.

representavam inclusive pontes importantes de conexão com a imprensa, os setores do comércio e elite política. No caso da canhoneira Manaus e em praticamente todas as notícias que encontrei sobre o Arsenal de Marinha nessa década, por exemplo, o secretário, que era civil, era o responsável pelas explicações e entrevistas aos jornais. No caso, o secretário do Arsenal era Antônio José de Lemos, que se tornou intendente de Belém durante a República:

“Agora passamos a publicar a descrição da canhoneira e duração do tempo gasto na sua construção, á vista dos circunstanciados apontamentos que forneceu-nos o nosso ilustre colega Antonio José de Lemos, secretario do arsenal de marinha:

‘Começamos os trabalhos preliminares da Manáos em março de 1879, foi batida a cavilha da caverna mestra no dia 31 do dito mez, até que, devia hontem cahir ao rio, se não fora o incidente notado. Já se vê que decorrem 20 mezes, que ficão, entretanto, reduzidos á 14, se abatermos 5 mezes em que esteve interrompida a construcção, sendo 4 em razão de não haver no mercado madeiras curvas apropriadas ao cavername, e 1 por falta de pranchões de itauba.

Releva ainda ponderar que no arsenal não há serraria á vapor, pelo que a serradura é feita a braço, resultando d’ahi não só a morosidade nos trabalhos como a elevação do valor da mão d’obra.

Os planos da canhoneira vieram do arsenal de marinha da corte. A sua classe é igual á das canhoneiras Henrique Martins e Greenhalgh; isto é, de rodas, duas prôas e fundo de prato, systema este de construcção apropriado aos navios que se destinão especialmente a navegação fluvial.

Tem as seguintes dimensões

:

Dimensão	Valor
Comprimento total	130 pés
Comprimento entre perpendiculares	124 pés e 10 polegadas
Boca moldada	22 pés
Boca extrema	22 pés e 5 polegadas
Pontal	7 pés
Calado (médio) carregado	4 pés e 6 polegadas
Deslocamento	161,5 toneladas
Máquina	40 cavalos
Velocidade	10 milhas/h
Armamento	2 peças calibre 32 em rodízio
Tripulação	80

A canhoneira Manáos custa ao governo 80 a 90 contos, exclusivo as machinas e caldeiras que vêm do Rio de Janeiro”⁹²

O domínio das características técnicas da embarcação, descrita de forma minuciosa no processo de construção é um aspecto interessante e relativamente novo nas páginas dos jornais da época considerando ser a canhoneira Manaus o primeiro navio de guerra efetivamente construído na era do vapor pelo Arsenal. Passou a ser também um tema explorado pelos jornais da Amazônia na medida em que a descrição dessas características era feita sempre que novos navios militares chegavam na região ou quando eram noticiados lançamentos em outros países.

⁹² O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 18 de novembro de 1880, p. 2.

Considero, no entanto, que a descrição detalhada também estivesse relacionada à necessidade de demonstrar que o Arsenal do Pará finalmente havia atingido a maturidade de construção naval em acordo com as inovações técnicas, na linha das expectativas construídas desde pelo menos o lançamento da lancha no sistema Trajano, sistema esse também presente na Manaus, uma vez que a menção ao “fundo de prato” e a ideia de que seriam mais adaptados à navegação nos rios foi feita.

Aliás, no que diz respeito à profissionalização do Arsenal de Marinha do Pará na construção, era recorrente a menção ao uso das madeiras com a indicação de sua aplicabilidade, bem como dos trabalhos realizados na colocação dessas madeiras:

“O navio é todo construído de madeira, sendo a quilha de páo d’arco, o cavername de piquiá, os forros interior e exterior de itauba, entrando em outras obras tatauba, angelim e louro, madeiras estas que garantem uma longa duração.

Todos os trabalhos da coberta á ré, concernentes ás accomodações para o commandante e officiaes foram executados com páo amarelo de excelente qualidade (conhecido no sul por páo setim), sendo as guarnições feitas com paxiuba que dá muito realce aos trabalhos.

Para mais solidez no travamento dos cadastes, rodas de prôa e quilha, foi adoptado pelo constructor do navio o sr Antonio de Abreu Coutinho, melhoramento esse que tem merecido elogios de todos os profissionaes que o tem analysado.

Apenas o convéz não foi executado com madeira do paiz, mas, com pinho de viga.

Entre o forro interior e o cavername empregaram-se chapas de ferro 3” x 1,4” em diagonais, para completa solidez do travamento longitudinal e transversal.

Os lemes foram modificados de accôrdo com o melhoramento que já aludimos, do constructor Coutinho; assim também a mastreação, visto ser insufficiente a que dava o plano, tendo-se em vista as dimensões e deslocamento do navio.

[...]

Os contrafeitos contém: á ré dois camarotes, latrina e banheiro para officiaes e casinha para arrecadação dos signaes; á prôa duas cosinhas para officiaes e marinheiros, duas latrinas para as imperiaes e praças, casinhas para recadas, tintas, vassouras etc.

Na coberta, á ré, acham-se colocados os aposentos para o commandante, os quaes constão de câmara, camarotes, banheiro, lavatório, etc. Segue a praça d’armas, com espaçosa câmara e dois camarotes de cada lado. Na ante-praça d’armas estão as dispensas, tanques d’agua para os officiaes etc”.

O elogio aos trabalhos feitos com a madeira pelo Arsenal são mencionados também na dissertação de Admarino Junior, sobretudo em relação à primeira metade do século XIX. A utilização assim, pressupunha a melhor aplicação de madeiras específicas para o contato com a água, inclusive diferenciando a madeira usada na quilha, que promovia o corte da tensão produzida pela água, em pau d’arco e do cavername, maior parte da porção submersa da embarcação, em piquiá. No caso das porções interna e externa que ainda teriam maior contato com o ambiente, a itauba.

Mas é importante ressaltar que o Arsenal dominava igualmente a utilização hierárquica das madeiras, quando Lemos mencionara que as acomodações do comandante e oficiais foram feitas em pau amarelo e da guarnição, em paxiuba. Segundo Boletim do Museu Paraense Emílio

Goeldi de 1909, o pau amarelo (*Euxylophora paraenses*) produzia uma madeira “bela e muito estimada”⁹³, enquanto que a paxiuba (*Iriarteia ventricosa*), era uma espécie relata pelo mesmo como comum, onde a “parte inchada do tronco serve para fazer pequenas canôas”⁹⁴. O desenvolvimento da construção naval, para além da apreensão da tecnologia, também reproduzia e dava sentidos próprios às distinções sociais presentes à época.

Em termos de navios de guerra, a Manaus representou, até o fim do período analisado, o máximo que o Arsenal produziu de forma completa. Dessa forma, o trato com a metalurgia para construção de embarcações foi muito mais limitada e as outras canhoneiras foram construídas em outros lugares do país. É, no entanto, importante considerar que quase todas as embarcações produzidas posteriormente foram armadas no Arsenal, que realizava a montagem das metralhadoras e peças de artilharia. Mesmo assim, o lançamento das embarcações brasileiras também passou a ocupar um papel importante no jornal O Liberal do Pará.

Figura 5 - Canhoneira Cabedello.



Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

⁹³ Boletim do Museu Paraense: de Historia Natural e Ethnographia, Belém, 1909, ed. 2, p. 86.

⁹⁴ Idem, 1904, p. 535.

A construção naval até o início da República manteve-se com força no Arsenal de Marinha da Corte, sendo em 1883 iniciada a construção das canhoneiras Cabedello, Carioca, Cananéa, do mesmo modelo, feitas com ferro, aço e madeira, das quais foram inicialmente designadas para o serviço no Rio de Janeiro, mas anos depois, movidas para as flotilhas, tendo a primeira, como já mencionado, enviada para a do Amazonas:

“Hontem ás 2 horas da tarde, S. M. o Imperador chegou ao arsenal de marinha, sendo recebido pelo sr. Ministro da mesma repartição, inspector e grande numero de officiaes de diversas categorias. Passou entre uma guarda de honra de artífices, dirigindo-se para o estaleiro onde se achava a canhoneira de typo E, alli batida a cavilha, denominou-a Marajó. Depois dirigio-se para outro estaleiro, afim de fazer o mesmo á outra canhoneira, de typo F, a que denominou Cabedello, assistindo em seguida a pregar-se a chapa do fecho da canhoneira Iniciadora, que se acha em construcção adiantada.

S. M. o Imperador, acompanhada dos srs. Ministro da marinha, inspector do arsenal e chefe de divisão Salgado, embarcou então na galeota de remos para a Ilha das Cobras, onde bateu mais duas cavilhas de canhoneiras do ultimo typo, as quaes denominou Carioca e Cananéa.

[...]

Grande concurso de povo affluio a esta festa. Quatro são as canhoneiras de aço com ferro e madeira, que vão ser construídas, sendo tres do typo F. Cabedello, Carioca e Cananéa.

[...]

A canhoneira maior, correspondente ao typo E, tem as seguintes dimensões: comprimento entre perpendiculares 39 metros e 65 centímetros; boca 9 metros e 71 centímetros; pontal 2 metros e 84 centímetros; calado 1 metro e 83 centímetros, força indicada e collectiva das machinas 400 cavalos para velocidade de 9 a 10 milhas; devendo montar em rodizios dous grossos canhões de 6 pollegadas, Armstrong novo modelo, em um recuto á prôa.

As canhoneiras do 1º typo serão armadas a hiate, e a do 2º á escuna. Têm estas canhoneiras todos os melhoramentos introduzidos nos navios da sua classe, podendo lançar torpedos Whitehead.

Todas as machinas motoras, tendo cada uma das ditas canhoneiras duas inteiramente independentes, achão-se já em fabrico nas officinas do arsenal. Os planos para estas construcções são dos srs. Capitão-tenente João Cândido Brazil, na parte da construcção naval, e do sr. Capitão-tenente Manoel José Albes Barbosa, quanto às machinas.

Effectuou-se na mesma occasião o fechamento do costado da canhoneira de aço Iniciadora, cuja construcção vai já adiantada, devendo ser em breve lançado ao mar este navio, o primeiro de aço construído no nosso arsenal⁹⁵.

Além da presença de ferro e aço juntamente a madeira, a canhoneira Cabedello, bem como suas congêneres teve como grande inovação a possibilidade de uso dos torpedos Whitehead, mesmo que, na prática, eles não tenham sido empregados nela quando em serviço na Amazônia.

Os torpedos foram, no final do século XIX, a mudança mais significativa no tipo de projétil utilizado pelos navios em combates navais. A grande vantagem dos torpedos era serem praticamente invisíveis às embarcações por se movimentarem abaixo da linha d'água e atingirem justamente a linha menos espessa da blindagem dos navios de guerra. E até o advento dos sonares, após a Primeira Guerra Mundial, não havia modos de detecção de torpedos, o que

⁹⁵ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 18 de março de 1883, p. 2.

tornava ainda mais perigoso aos navios o combate contra vasos equipados com tubos de lançamento.

Mas para além disso, os torpedos do tipo Whitehead produziram mudanças significativas, conquistando, segundo o tenente Vidal de Oliveira, “universalmente o lugar de honra e impoz-se ás forças marítimas como indispensável garantia para decidir da victoria nas pugnas navaes”⁹⁶. O grande diferencial do Whitehead foi a auto locomoção, não funcionando como um projétil de canhão, mas efetivamente como um explosivo que poderia percorrer de forma autônoma grandes distâncias. Segundo Oliveira, os torpedos convencionais percorriam apenas 13 metros, tendo o Whitehead eficácia no espaço entre 15 e 450 metros.

Embora a vantagem dos torpedos fosse evidente, o tenente não considerava que os navios devessem conter apenas esse tipo de armamento, já que os canhões tinham, em si, menores erros de pontaria, uma vez que as direções em relação aos alvos poderiam ser calculadas com maior facilidade pela visibilidade e pelo conhecimento dos fatores que alteravam a trajetória, sobretudo o vento. No caso do Whitehead, a imersão na água era modificada se percorresse um espaço superior a 50 metros, o que não poderia ser corrigido. Além disso, os fatores que poderiam alterar a trajetória do torpedo, como correntes menores na água, não poderiam ser calculadas.

Como terceiro e último vetor de construção naval do Arsenal de Marinha do Pará, a construção de uma barca-farol para servir no canal de Bragança, com o mesmo nome desse local, e que substituiu uma série de embarcações que serviram temporariamente como barcas-faróis no mesmo lugar nas décadas anteriores, como a canhoneira Lamego (1885). A construção foi iniciada em 1881, embora concluída somente oito anos após.

Dentre todos os faróis da Amazônia, a iluminação da costa de Bragança foi a que demandara maiores esforços e engajamento por parte da Marinha na região, tendo sido, na Amazônia, a única área que tinha uma barca-farol, isto é, uma embarcação com o equipamento de iluminação instalado, sendo para este fim contratados desde navios mercantes às próprias canhoneiras que, por vezes, precisavam servir temporariamente como.

É coerente, entretanto, considerar que tal preocupação se desse justamente pela importância geográfica da área para a navegação: em linhas gerais, todas as embarcações que adentravam o rio Amazonas e passavam por Belém, assim como as que vinham de outras áreas do Brasil, precisavam passar pela região. No mapa a seguir, reproduzido de uma carta náutica da Marinha, aponto a posição da área:

⁹⁶ OLIVEIRA, Vidal de. Breves considerações sobre o torpedo Whitehead. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 8A, vol. III, 1885, p. 205.

Fonte: BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação. Catálogo de cartas e publicações – 12. Ed. Niterói (RJ): Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2011-2015, p. 49.

O primeiro edital feito pelo Arsenal para o fornecimento de madeiras que deveriam ser usadas na construção da Canal de Bragança, previu que fossem providos:

“1 páo d’arco direito, próprio para quilha, com 73 pés ingleses de comprimento, 22 pollegadas de largura e 17 de grossura.

1 páo d’arco com 36 pés ingleses de comprimento, 22 pollegadas de largura e 18 de grossura.

1 curva de piquiá, própria para cadastre, com 13 pés de comprimento em uma das pernas, 20 pollegadas de largura e 16 de grossura.

1 páo curvo de piquiá, próprio para roda de prôa, com 14 pés de comprimento, 20 pollegadas de largura e 16 de grossura.

100 páos curvos de piquiá, próprios para carvenas, com 11 pés de comprimento de ponta a ponta, 19 pollegadas de largura e 6 ditos de grossura.

294 páos curvos de piquiá para braços, com 8 pés de comprimento, 12 pollegadas de largura e 6 ditos de grossura.

100 páos direitos de piquiá, próprios para cabeças, com 9 pés de comprimento, 12 pollegadas de largura e 6 ditos de grossura.

100 páos direitos de piquiá, com 6 pés de comprimento, 12 pollegadas de largura e 6 ditos de grossura.

1 páo direito de maçaranduba, próprio para sobre quilha, com 74 pés de comprimento, 18 pollegadas de largura e 14 de grossura.

1 páo direito de maçaranduba, com 86 pés de comprimento, 18 pollegadas de largura e 14 de grossura.

1 páo curvo de piquiá, próprio para coral de vante, com 15 pés de comprimento, 18 pollegadas de largura e 16 de grossura.

1 páo curvo de piquiá, para continuação daquele, com 10 pés de comprimento, 13 pollegadas de largura e 16 de grossura.

2 cambotas de piquiá, com 13 pés de comprimento, 15 pollegadas de largura e 7 de grossura.

Os proponentes devem apresentar suas propostas na secretaria da inspecção do arsenal de marinha até o meio dia de 1 de dezembro próximo, declarando não só os preços e outras condições como também o mínimo praso dentro do qual se obrigão a apresentar as madeiras acima especificadas.

Secretaria da inspecção do arsenal de marinha do Pará, 22 de novembro de 1881. O secretario, A. J. de Lemos”.⁹⁷

Embora o Arsenal tivesse proficiência no manejo das madeiras, a obra parou durante vários períodos justamente por falta delas, como, por exemplo, afirmou o presidente da província do Pará, Carlos Augusto de Carvalho, em 1885, que ela ficou parada a partir de 1883⁹⁸. Em 1884, a presidência da província autorizou, através de ofício, que o capitão de fragata Antonio Severiano Nunes, inspetor do Arsenal de Marinha, montasse uma comissão com o objetivo de explorar as madeiras nas matas do Acará para o seu prosseguimento⁹⁹, mas segundo os jornais, a obra permaneceu parada até 1885.

⁹⁷ O LIBERAL DO PARA, Belém, 25 de novembro de 1881, p. 2.

⁹⁸ PARÁ. **Relatório da Presidência da Província**. Belém: Typographia de Francisco da Costa Jurno, 1885, p. 146.

⁹⁹ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 23 de janeiro de 1884, p. 1.

A conclusão da barca-farol só foi possível após a inauguração, em 1888, da serraria a vapor no Arsenal, realizada com festejo onde tocaram “bandas de musica” e bênção do cônego da capital. Segundo O Liberal do Pará, a serraria foi inaugurada embora as máquinas estivessem encaixotadas há 3 anos no Arsenal e cuja montagem demandou cerca de 10:000\$000, feita pelo tenente Lavigne¹⁰⁰. A serraria foi proposta em 1883 pelo capitão de fragata Carlos Frederico de Noronha, mas sua montagem foi atrasada em anos. Segundo o jornal,

“Orçado em mais de 47:000\$000 o edificio destinado á serraria, o governo mandou sustar a obra á pretexto de não ter verba; mas, apresentando-se um patriota, *como há muitos*, para montar a serraria, mediante a gratificação mensal de 500\$000, auxiliado por operários *vindos da corte*, o sr. Conselheiro MacDowell aceitou a proposta, visto como o director de machinas declarou, que não podia montal-a por falta de *pessoal idôneo*.

Então o sr. Director de construcção naval Luis Gaston Lavigne e mais pessoal artístico do arsenal de marinha offereceram-se para montar a serraria sem gratificação alguma.

[...]

Abre-se horizonte mais largo ao arsenal de marinha, cuja importância é incontestável; e contamos que o sr. Inspector, auxiliado pelos empregados e operários, não arrefecerá em dar-lhe o impulso desejado, mormente si escaparmos de ministros que nós mandem toros de madeira da corte para forrar a barca-pharol depois de aqui serrados á mão!”¹⁰¹

Nessa perspectiva, o lançamento da barca-farol Canal de Bragança, alguns meses após a inauguração da serraria a vapor, foi feito com a celebração semelhante a feita no caso da canhoneira Manaus:

“No domingo, este estabelecimento vestio-se de galas para celebrar uma festa de summa importância – o lançamento ao mar da barca destinada a pharol no canal de Bragança.

[...]

Ao meio dia em ponto, recebida a impulsão electrica, deslisou a formosa barca com a prestesa da força que o impellira: em menos de dois minutos, ostentava-se garbosa á vista das centenas de espectadores que enchem o Arsenal e imediações.

Construida de madeiras de lei, em que tanto abunda esta província, embora errôneas informações officias, de quem não podia dal-as, a barca offerece a solidez precisa para o fim a que foi destinada.

[...]

Parece que estamos em começo de uma phase de prosperidade para o Arsenal: há pouco foi inaugurada a serraria a vapor, um melhoramento por muito tempo reclamado, e que muito concorreo para a presteza na conclusão da barca, agora o lançamento desta ao mar por um processo novo aqui – a electricidade.

Brevemente, nos informam, será assentada a quilha de um brigue.

Concluída a cerimonia do lançamento, foi na residência do inspector servido um copo d’agua aos seus convidados.

Os operários do Arsenal incorporados offereceram ao inspector um lindo bouquet de flores naturaes, falando em nome d’elles o 1º tenente, sr. Gastão Lavigne, hábil director de construcções navaes.

Votamos pela prosperidade do Arsenal”¹⁰².

¹⁰⁰ Idem, 23 de setembro de 1888, p. 2.

¹⁰¹ Ibid., 24 de setembro de 1888, p. 2.

¹⁰² Ibid., 3 de abril de 1889, p. 2.

Ressalto três pontos que considero fundamentais. Em primeiro lugar, que a construção da barca foi o fator prático essencial para que o Arsenal tivesse uma serraria a vapor que aceleraria o corte das madeiras as quais já tinha proficiência, além de qualificar o seu pessoal em um ritmo de produção industrial que aumentou a quantidade de obras realizadas em embarcações militares e civis.

Do ponto de vista tecnológico, no entanto, ele não acompanhou necessariamente os avanços no campo da metalurgia e siderurgia, não estando, assim, apto a produzir embarcações totalmente de ferro e aço, como os avisos Teffé, Tocantins, Jutahy e Juruema e as canhoneiras fluviais da classe Acre. Logicamente, a rapidez das mudanças tecnológicas também atingiu o Arsenal de Marinha da Corte, cujas últimas construções demoraram cerca de 20 anos para serem entregues – os monitores fluviais Pernambuco e Maranhão, concluídos em 1910 – bem como a construção naval militar no Brasil até, pelo menos, meados do século XX.

Quando o jornal afirmara que o Arsenal “arrasta uma vida inglória, concertando escaleres”, ele fez referência às obras realizadas em diversas embarcações menores e civis, desde reparos simples a construção de canoas e escaleres. Aliás, referência que indicava também a atividade mais cotidiana e constante do Arsenal. Em 1891, por exemplo, as oficinas de máquinas realizaram 119 obras diferentes, as quais analisei em minha dissertação ao considerar os impactos nos corpos dos operários¹⁰³. Não caracterizou, assim, um estabelecimento inerte.

Por que a serraria a vapor caracterizou “glória”, em oposição aos serviços realizados? Por que a construção da barca-farol, diferentemente de obras menores, seria um evento “glorioso”? Creio que a resposta seja o elemento de prestígio e poder relacionados tanto ao domínio da tecnologia, especialmente materializado no domínio do vapor, como a consciência do poder simbólico que as embarcações de guerra ou mesmo as comissionadas pela força naval tinham. Nesse sentido, as inovações tecnológicas no âmbito bélico traduzidas pelos navios militares eram um elemento de poder em trânsito nos rios.

Se o vapor seria a força motriz principal da modernização das cidades amazônicas, principalmente, Belém e Manaus, e constituiria o principal momento da “civilização dos rios”, a construção da infraestrutura necessária para se compatibilizar ao progresso tecnológico também seria um elemento civilizatório expresso, seja na formação de aprendizes artífices e operários aptos ou “idôneos” (para usar a expressão do próprio jornal), seja na forma como as

¹⁰³ PEREIRA, Op. Cit., 2017, p. 118-122.

outras atividades desempenhadas pela mesma instituição seriam consideradas obsoletas e, por isso mesmo, menos prestigiosas.

Nesse caminho, as três experiências mencionadas, como pontos fundamentais de conexão da construção naval na Amazônia com o que havia de moderno no desenvolvimento das potências – o sistema híbrido Trajano e as máquinas a vapor – foram essenciais para que a imprensa amazônica destinasse maior espaço a noticiar os avanços nesses campos.

Foram essenciais também para tratar a vinda de embarcações mais modernas para a região como um elemento de prestígio dela mesma e, por isso, passassem a ser tratados, sobretudo na República, como verdadeiras festas cívicas, comparáveis às principais datas do calendário republicano, ampliando o simbolismo dos ritos, como a constituição de “flotilhas de recepção”, que serão tratadas no tópico seguinte. Os navios de guerra eram instrumentos de poder militar, mas também de apropriação política da imagem do progresso como elemento simbólico de sustentação do poder.

2.3. Poder simbólico nos rios: navios de guerra, flotilhas de recepção e festejos

Como exposto no tópico anterior, a compreensão, quando do lançamento da barca-farol, em 1889, do poder advindo das embarcações militares foi uma das dimensões que caracterizam o período que ora denomino “tempo das canhoneiras”. A experiência de exercício da segurança nacional por canhoneiras na Amazônia gradativamente incluiu uma forma específica de expressão do poder simbólico que vinha dos mares e dos rios.

Considero um dos pontos mais importantes sobre a ação dos oficiais da Marinha na Amazônia a participação, exercício e desenvolvimento do poder simbólico, através de ritos específicos, de reuniões, banquetes, espetáculos e eventos tratados de forma significativa que, muitas vezes, pararam partes da cidade de Belém, por exemplo. Ao tratar desse poder simbólico, considero a experiência com os ritos como parte de afirmação da política não pode ser desvinculada das disputas de poder para além da força naval.

A dimensão simbólica que me refiro não é uma contraposição a dimensões mais materiais de poder, como a repressão, o poder econômico ou o exercício do poder político através do controle do Estado, mas uma forma de expressão do poder. Forma essa que se manifestava de formas bastante diferentes no caso estudado, com os navios de guerra nos rios.

Convém subdividir três recortes distintos quanto às expressões de poder simbólico sobre o poder naval: nas décadas de 1870 a 1880, como um processo mais tímido, que basicamente

representou a primeira experiência efetiva na Amazônia de contato com a tecnologia naval da era do vapor materializada pelas embarcações já mencionadas da primeira e segunda geração de canhoneiras, onde três casos me parecem emblemáticos: a chegada do cabo submarino, em 1873, para o Pará e o lançamento da canhoneira Manaus e da barca-farol, em 1880, embora a primeira de fato tenha tido mais elementos simbólicos que a segunda. No ano de 1889, antes da proclamação da República, também fora constituída uma flotilha para receber o Conde D'Eu em Belém.

Essa prática foi potencializada pela República, que, “inaugurou no Brasil o regime dos banquetes oficiais que o Império não priorizava, já que era despido de fausto e ostentação, não desperdiçando em festas luxuosas, ao contrário do novo regime, que prometeu desde seu início muita pompa e alegria”, conforme argumentou Daniella de Almeida Moura¹⁰⁴.

A dissertação de Daniella Moura é interessante sobre a construção do poder simbólico republicano no estado do Pará ao relacionar alimentação, sociabilidade e poder político em especial nos banquetes realizados pela elite política paraense e serviu de inspiração para diversos dos questionamentos direcionados a este subcapítulo, inclusive porque a autora também mencionou a presença de oficiais de Marinha em alguns casos, como dialogarei aqui.

Analisei, após a proclamação da República, quatro casos emblemáticos na Amazônia nesse processo: a visita da canhoneira inglesa Wilmington (1899), da canhoneira portuguesa Pátria (1905-1906), do presidente eleito Affonso Pena (1906) e do ministro plenipotenciário do Chile (1909).

O terceiro recorte diz respeito à década de 1910, onde a compreensão do poder fluvial parece ter sido generalizada para além da imprensa e da elite política para incluir também algumas associações da sociedade civil, como o Club Naval do Grão-Pará, a prática constante de eventos esportivos relacionados à chegada dos navios de guerra e a utilização dos alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros do Pará e do ensino militar como um novo vetor que passou a figurar tanto na imprensa como nesses festejos como um dos elementos centrais.

É evidente que a participação da Marinha no calendário cívico republicano deve ser considerada, embora, na maioria das vezes, a presença nos festejos da proclamação da República e Independência não fosse diferente de outras autoridades civis e militares, com exceção das comemorações da Batalha Naval do Riachuelo, no dia 11 de junho, onde ela ocupava um papel central e, em alguns momentos, tais cerimônias passaram a incorporar não

¹⁰⁴ MOURA, Daniella de Almeida. **A República paraense em festa (1890-1911)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará. Belém, 2008, p. 86.

somente as festas militares, mas também a participação generalizada da população nas cidades da região.

Duas visitas de embarcações foram bastante significativas: o circuito de visitas do cruzador Benjamin Constant, na década de 1910, quando incluiu a Amazônia como parada constante na viagem de instrução dos guardas-marinha em formação da Escola Naval, especialmente a partir de 1913 e a visita do cruzador inglês HMS Glasgow (1913).

Em todos esses casos, o processo de relação da imprensa, elite política, setores do comércio e militares com o poder fluvial, incluindo os navios de guerra e as temáticas relacionadas à tecnologia naval, ganhou maior lugar e detalhamento nos periódicos, maior quantidade de agentes debatendo a temática e inclusive de iniciativas em diversos âmbitos da sociedade civil em trazer debates sobre.

A relação com a marinha mercante precisa igualmente ser considerada como um dos fatores de poder fluvial e a crescente participação de oficiais da marinha mercante a partir da década de 1910 nas discussões sobre defesa, modernização dos navios de guerra e navegação também devem ser considerados como um dos fatores de amadurecimento profissional e o reconhecimento e influência dele para oficiais militares e mercantes na Amazônia.

O primeiro caso que chamo atenção foi a chegada do cabo telegráfico submarino ao Pará, em agosto de 1873, pelo vapor inglês Hooper. O navio trouxe o cabeamento que permitiria a comunicação do Pará e da Amazônia com Pernambuco e, conseqüentemente, a comunicação telegráfica com a capital federal. Em 24 de agosto, o jornal O Liberal do Pará informou que a canhoneira Henrique Dias fora a responsável pela recepção do vapor Hooper:

“CABO SUBMARINO – Singrou hontem deste porto, á uma hora da tarde, a canhoneira da marinha de guerra nacional Henrique Dias, do commando do sr. 1º tenente Miguel Joaquim Pederneira, que vai pairar na bahia do sól á espera do vapor Hooper, que conduz o fio electrico. Logo que a canhoneira avistar no horisonte o dito vapor, dará trez tiros de canhão; a tatuoca repetira o signal e assim saberemos com muita antecedência a ocasião em que se deveremos reunir-nos para saudar com toda a expensão de jubilo tão faustoso acontecimento. A Henrique Dias, galhardamente embandeirada em arco, fará as honras de companhia ao Hooper, até o encouradouro”¹⁰⁵

A recepção foi feita próximo à fortaleza da Barra, por volta de 11 horas da manhã, onde esta deu 3 tiros de canhão de salvas e a Henrique Dias realizou, além delas, o embandeiramento em arco, em continência à chegada do cabo com honras semelhantes às de autoridades políticas. O Hooper respondeu com 21 tiros de artilharia e foi conduzido até Belém pela Henrique Dias. Após o avistamento da embarcação e aproximação ao porto de Belém,

¹⁰⁵ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 24 de agosto de 1873, p. 1.

“Fecharão-se logo todas as repartições publicas e o commercio. No porto começou o movimento, que era a principal parte da festa. Começarão a acender suas machinas os vapores *Manáos*, *João Augusto*, *Amazonas*, *Augusto*, *Beija-Flor* e *Touro*, enquanto que uma multidão de escaleres embandeirados, navegava entre o caes e os vapores, conduzindo passageiros. Às 11 ½ horas fundeou o *Hooper*, que levantava em seu topo de honra a bandeira brasileira”¹⁰⁶

A flotilha de navios mercantes formada para receber o *Hooper* seguiu um padrão semelhante à recepção, em terra, de autoridades por militares em ordem unida organizada em fileiras, e com a execução de marchas e do hino nacional brasileiro:

“Às 3 horas da tarde embarcou S. Ex. para bordo do *Manáos*, onde ião os convidados pela comissão official. O *Manáos* embandeirava em arco e arvorava no topo grande a bandeira nacional e no mastro de traquetes a bandeira ingleza. Depois suspensei ancora, tocando a musica do Club philarmonico e hymno nacional e outras bandas de musica diversas peças. Salvou o castello e queimarão-se na cidade varias girandolas de foguetes. Seguiu a flotilha, indo na vanguarda o *Manáos*, e seguindo a belonave e sotavento o *João Augusto* e *Amazonas*, que em seus únicos mastros arvorarão a brasileira e suissa, *Beija Flor*, a brazileira e franceza o *Touro*. Em todos estes vapores ião cerca de 4.000 pessoas. Ao avizinhar-se a flotilha da barra salvou esta fortaleza, e ao atracar o *Manáos* ao *Hooper* repetio a salva, que foi correspondida pelo castello. Nessa ocasião todas as pessoas que estavam a bordo saudarão os Inglezes com tríplices *hurrahs* enquanto o Club philarmonico tocava o hymno inglez *God save the Queen*, as outras bandas de música o hymno nacional e em terra e a bordo queimavão-se foguetes”¹⁰⁷.

O *Hooper* fundeou próximo ao Igarapé do Una e lá deveria permanecer até a chegada do Vapor Great North, que trouxe as partes destinadas à fixação do cabo submarino à terra, já que o trabalho do primeiro deveria ocorrer fundamentalmente no canal de Bragança, com a colocação do cabo desde o nordeste, próximo da localização da barca-farol. Nas tripulações dos vapores,

“Conduzia o primeiro [Manáos] s. exc. o sr. Presidente da província, a commissão nomeada para dirigir os festejos e diversos convidados; o *Amazonas* os membros da praça do commercio e as pessoas convidadas pela directoria; o *João Augusto* os acionistas da companhia fluvial paraense; e os outros trez todas as mais pessoas que tomaram parte nas demonstrações de regozijo”.

Havia, portanto, uma hierarquia de autoridades presentes na tripulação da flotilha de recepção que também seguia tal lógica: a Henrique Dias, única embarcação militar, responsável pelas salvas na porção mais distante, representando, juntamente com a fortaleza da barra, as forças militares em recepção a um objeto simbólico que representava a tecnologia vinda da Inglaterra; o vapor Manaus, que continha a autoridade administrativa mais alta da província, o

¹⁰⁶ JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1873, p. 4.

¹⁰⁷ Idem.

presidente, realizou o mesmo embandeiramento da Henrique Dias, mas hasteando simultaneamente as bandeiras do Brasil e da Inglaterra em símbolo de união que uma embarcação militar não poderia desempenhar; em seguida, os navios com embandeiramento brasileiro e suíço, com os representantes dos setores comerciais do estado e, juntamente com os outros, as bandeiras de nações amigas.

Essa hierarquia também era expressa nos *lunchs* servidos nesse e nos demais casos analisados. Neste caso, ele foi feito a bordo do vapor Manaus, e os brindes foram, nas décadas de 1870 e 1880, a manifestação mais importante destacada pelos jornais analisados.

“A bordo do Manáos foi servido um magnifico lunche para o qual foram convidados o director da companhia, os engenheiros e officiaes do *Hooper*. Trocarão-se por essa ocasião varios brindes entusiasticos, que forão igualmente correspondidos. Tambem foram obsequiados com um sumptuoso copo d’agua as pessoas que se achavão a bordo do *Amazonas* e *João Augusto*. Às 7 horas da noute regressavam os vapores trazendo todos os convidados satisfeitos das maneiras atenciosas e affaveis dos distinctos estrangeiros que se achão a testa de tão grandiosa empresa e de todos os officiaes do *Hooper*”¹⁰⁸

Quando do lançamento da canhoneira Manaus, sete anos mais tarde, em novembro de 1880, a prática do “lunch” com o oferecimento de brindes com água também foi realizada. Na ocasião,

“O primeiro foi levantado por s. exc. o sr. Presidente da província ao digno e actual inspector do arsenal, aos cuidados e atividade do qual se achava a obra cuja conclusão se estava festejando. Do sr. Inspector do arsenal ao mesmo presidente que, como particular, ou como agente do poder publico, tem procurado o engrandecimento d’esta província. Do sr. Dr. Chefe de policia á marinha nacional, a essa classe nobilíssima ali dignamente representada pelo sr. Inspector do arsenal e outros officiaes. Do redactor gerente d’esta folha ao inspector, empregados e operários do arsenal de marinha, aos quaes particularmente pertence a honra da festa. Do sr. Albuquerque ao sr. Lemos, como um fervoroso apostolo da imprensa e aos esforços do qual se deve também a realização do factio comemorado. Fazendo um adendo a este brinde, s. exc. o sr. Presidente da província, saudou o sr. Lemos pela sua imparcialidade como escritor. O sr. Lemos levantou um brinde aos ex-ministros da marinha Ribeiro da Luz e Andrade Pinto que dotarão o arsenal do Pará com importantes melhoramentos, ao exm. Sr. Senador Leitão da Cunha que tem advogado no senado os interesses d’esse estabelecimento, e ao sr. Dr. Cantão que, quando deputado geral, advogou a mesma causa. [...]

Do sr. Dr. Samuel ao ilustre prelado paraense, o chefe n’esta província da grande causa do christianismo. Este brinde foi precedido de muitas considerações sobre o acto da benção da canhoneira e sobre a influencia benéfica do espirito religioso nas sociedades. Do sr. Tenente Godinho á imprensa, ali representada pelos drs. Cruz, Samuel e Olympio Braga, e pelos srs. Couto e director d’esta folha. Do sr. Dr. Cyro Varella ao sr. Dr. Samuel, a quem, não obstante os antagônicos princípios políticos que professam, muito aprecia pela sua illustração. [...]

¹⁰⁸ Ibid.

Do sr. Jorge, empregado da companhia do gaz, agradecendo o brinde feito á classe commercial a que elle pertence e levantando outro á provincia do Pará representada na pessoa do presidente da provincia.

[...]

De s. exc. o sr. Presidente da provincia ao conselheiro Lima Duarte, actual ministro da marinha, que muito contribuiu para a construcção da canhoneira Manáos e já autorizou a construcção de outra de maiores proporções.

Do sr. Dr. Samuel aos operários do arsenal de marinha, dos quaes já uma vez elle teve a honra de servir de interprete perante ex-inspector do arsenal do Pará Carneiro da Rocha, a esses homens laboriosos que, com o suor a banhar-lhes as faces e as mãos calejadas pelo trabalho, conquistam a verdadeira probidade e atestam a atividade humana.

Do sr. Jorge Sobrinho ao actual presidente da provincia, character probo, espirito cultivado e administrador honesto e justiceiro, assim como a provincia do Pará, cuja riqueza natural todos admiram, cujas magnânimas aspirações de seus filhos todos aplaudem.

A este brinde do sr. Dr. Chefe de policia adicionou um outro ao Brazil, a pátria que extremecemos, ao grande colosso da America do Sul.

De s. exc. o sr. Presidente da provincia a um vulto eminente que desde a juventude tem sabido manter ileso o credito moral d'esse colosso do qual acaba de fallar-se, pugnado pelo seu engrandecimento, mantido o equilibrio social, necessário para a tranquillidade publica: - á S. M. o Sr. D. Pedro II, Imperador do Brazil.”¹⁰⁹.

A ordem dos brindes, assim como a ordem das embarcações das flotilhas, representavam, também uma hierarquia social presente, embora ela não possa ser, neste caso, a reprodução de tensões e distinções sociais num sentido mais amplo. Ela era um ato entre pessoas com prestígio, mesmo porque, a contraposição possível não seria necessariamente entre os que brindavam, mas em quem estaria presente numa celebração deste tipo e, portanto, quem poderia ou não brindar.

A hierarquia suave (não portadora de um viés mais profundo da luta de classes) do brinde dos convidados para o lançamento da canhoneira Manaus seguia a lógica político-administrativa do Império, isto é, da administração da provincia à maior autoridade militar presente, como autoridades diretamente relacionadas àquele evento e as demais autoridades como suportes à legitimidade da importância do evento. E como prática de poder, os brindes eram também atos reflexivos, onde as autoridades maiores deveriam prestar reconhecimento às menores, em primeiro lugar, e obter o retorno, em segundo.

Um dos fatores que ligou a imprensa paraense à força naval foi o fato do secretário do arsenal de Marinha, Antônio José de Lemos, também ser redator do jornal *O Liberal do Pará*, mencionado inclusive pelo próprio pela “imparcialidade” como escritor. Essa condição de Lemos, inclusive, o colocara em linhas de igualdade com os oficiais de Marinha do estabelecimento, mesmo considerando que, do ponto de vista administrativo, ele responderia a essas mesmas autoridades e não o contrário.

¹⁰⁹ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 19 de novembro de 1880, p. 1.

Da mesma forma, os oficiais da Marinha eram predominantemente tenentes, diferente do que ocorria no Arsenal de Marinha da Corte, onde os oficiais superiores da esquadra ocupariam esses lugares, inclusive nos brindes. A relação entre a sociabilidade política e o poder, na Amazônia, a partir da década de 1870 expôs, assim, os tenentes à condição de oficiais de prestígio, na medida em que os mesmos eventos simbólicos os colocavam em condições iguais ao inspetor do Arsenal de Marinha.

Enquanto comportamento social, a ideia do “lunch” era mais do que uma refeição ou evento social, mas era também a reprodução de comportamentos considerados civilizados dentro dos parâmetros civilizacionais estabelecidos pelo capitalismo em seu processo de internacionalização do século XIX, mesma perspectiva do brinde com água tratada, símbolo da higiene e do higienismo.

Ainda que a potencialização dessas práticas tenha se dado com a República, a década de 1870 no Brasil representou o aumento do fluxo de mercadorias, ideias e pessoas com a Europa e os Estados Unidos. Esse processo acompanhou uma mudança paulatina nos costumes e culturas dos países afetados pelo avanço do capitalismo, acelerando-se até o final do século e tornando reflexivamente “arcaicas” práticas na sociedade.

Segundo Nicolau Sevcenko, nesse contexto, onde também surgiu o Partido Republicano (1870) e uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares “a chamada geração de 70, comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas ossificadas do Império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos”¹¹⁰.

A transformação nas práticas simbólicas, com direcionamento aos comportamentos advindos de nações consideradas civilizadas e a própria reprodução com autoridades estrangeiras foram características do processo chamado de “Belle Époque”, a qual, entretanto, produziu ideias de modernização que também significavam o avanço de uma forma específica de imperialismo sobre os países dependentes, isto é, de harmonização às concepções hegemônicas de cultura, higiene, sociedade e poder. As inovações na tecnologia que vieram pelos rios foram acompanhadas do lento avanço imperialista sobre a consciência, o corpo e a cultura e reproduzida em diversas dimensões da vida, como nessas celebrações.

Aliás, tais hierarquias são interessantes, pois, poucos dias após o “lunch” oferecido às autoridades, o capitão de fragata Manoel Ricardo da Cunha Couto, inspetor do Arsenal, recebeu

¹¹⁰ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 14.

um conjunto de operários do estabelecimento em conjunto com empregados em embarcações mercantes que auxiliaram o lançamento da canhoneira Manaus, os quais ofereceram presentes, mas cuja refeição a que foram convidados foi uma ceia:

“Na noite de 19 do corrente os empregados e operários do arsenal de marinha foram incorporados cumprimentar o chefe do estabelecimento, o sr. Capitão de fragata Manoel Ricardo da Cunha Couto, em satisfação ao lançamento da canhoneira Manáos.

Servio de interprete aos primeiros o nosso ilustre colega Lemos, secretario do arsenal, que depois de proferir um discurso de congratulação, entregou ao sr. Couto os seguintes brindes: por parte dos empregados e operários do arsenal – um bonito aparelho de Christoffe para chá; por parte dos praticantes da barra – um lindo estojo com objetos para escripta.

O sr. Manoel Rodrigues dos Santos entregou também ao mesmo sr. Inspector uma pena de ouro, cravejada de perolas, por parte dos comandantes dos vapores Elias, Arthur, Carapajó, Despique, S. Miguel e Equador.

Os empregados do vapor Carapajó brindarem ao sr. Abreu Coutinho, director de construcções navaes do arsenal, com um anél.

O inspector do arsenal obsequiou os manifestantes com uma ceia profusa”¹¹¹.

Diferente das autoridades, os sujeitos em questão procuraram o inspetor do Arsenal, não foram convidados. Ao distanciamento hierárquico entre as partes, foi indicada a mediação do “intérprete” Antônio Lemos e, da mesma forma, os presentes dados pelos comandantes (uma caneta de ouro cravejada de pérolas) e dos empregados (aparelho para chá e estojo com objetos de escrita) também reproduziu diferenças sociais presentes.

Provavelmente, se os comandantes dos vapores estivessem presentes, essa celebração seria diferente, pois não considero que houvesse uma diferenciação tão clara na condição dos oficiais mercantes e militares na Amazônia, seja porque muitos tenentes serviam nas companhias de navegação, seja porque a sociabilidade nesses festejos os aproximava.

Da mesma forma, os brindes não foram reflexivos, mas dirigidos ao inspetor do Arsenal. Todos os sujeitos sabiam das hierarquias sociais em vigor e as reproduziam em muitas situações. Em grande medida, uma das expressões das mudanças que o imperialismo produziu nas sociedades colonizadas ou dependentes não foi necessariamente a tensão, mas a conciliação e o “equilíbrio social” evocado pelo presidente da província no *lunch*. Isso não excluía, evidentemente, a dominação como uma das formas principais de exercício do poder e do ato civilizador por meio do trabalho e da disciplina no Arsenal.

Aliás, em termos historiográficos, a resistência ao recrutamento e formação militares é amplamente um tema de debates no campo da história militar, inclusive na dissertação citada de Admarino Junior, que analisou as violências e resistências dos jovens recrutados para a companhia de aprendizes artífices, aliando o discurso civilizador de dar formação aos órfãos e

¹¹¹ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 23 de novembro de 1880, p. 2.

desvalidos com o condicionamento do corpo à disciplina do ensino. Entre os mecanismos de disciplina, o encarceramento “acabava produzindo estigmas que dificilmente seriam vencidos por muitos dos que viviam a privação da liberdade como forma de educação dos corpos”¹¹².

Embora a dominação seja um dos âmbitos fundamentais da hierarquia exercida nas instituições militares, há três questões importantes a considerar sobre a relação entre praças (ou equivalentes, como no caso dos operários) e oficiais. A primeira é que as formas de dominação variavam substancialmente para funções e serviços diferentes, portanto, não havendo nem um padrão único nem dois blocos monolíticos que identificavam de uma forma praças e oficiais.

A dominação imperialista como processo de negociação com parte dos dominados, conforme Edward Said pontuou, mantinha na medida do possível o equilíbrio com as sociedades coloniais, ela também dependia de um nível de convivência de parte dos dominados que resultava na não generalização de formas de resistência violentas¹¹³.

A disciplina não necessariamente provocava repulsa dos praças em relação à vida militar. Desse olhar, é tanto provável verificar vínculos de solidariedade que aproximassem os dois grupos como formas de luta que visassem não o fim das instituições, mas a transformação delas, como a relação do marinheiro João Cândido com a Marinha expressa a partir da Revolta dos Marinheiros de 1910. Segundo Silvia Capanema de Almeida, a intenção de João Cândido era justamente transformar e modernizar uma instituição que lhe era importante e cuja carreira, ele não pretendia sair¹¹⁴.

Seguindo essa linha de raciocínio, o olhar sobre os operários, assim como as praças que participavam das celebrações e flotilhas de recepção também eram agentes que buscavam, através desses espaços, participar das formas de poder simbólico aqui envolvidas compreendendo o lugar específico que ocupavam.

Os operários certamente se colocaram não apenas como agentes externos, mas utilizaram as próprias práticas simbólicas por serem parte do processo de construção da canhoneira Manaus e pleitearem, assim, um espaço no desenvolvimento das tecnologias modernas e no poder bélico que o país produzia.

Em junho de 1889, o Conde d’Eu visitou Belém a bordo do paquete Alagoas, e o vice-presidente da província publicou convite a “todas as classes sociaes para comparecerem ao acto de sua recepção e desembarque, dando por esta fôrma publica demonstração das altas atenções

¹¹² MATOS JR, Op. Cit., p. 121.

¹¹³ SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹¹⁴ ALMEIDA, Op. Cit.

e homenagens de que é digno pelos seus merecimentos e elevada posição”¹¹⁵. A flotilha de recepção foi organizada com seis navios divididos em duas divisões e comandados pela canhoneira Guarany, chamada, pelo jornal O Liberal do Pará, de corveta na notícia:

“Capitanea – Corveta Guarany do commando do 1º tenente Belfort Vieira.

1ª Divisão do commando do 1º tenente Travassos da Costa.

N. 1 – Vapor Conde d’Eu.

N. 2 – Vapor Vizeu.

N. 3 – Vapor Bragança.

2ª Divisão do commando do 1º tenente Fernandes de Castro.

N. 4 – Vapor Cameté.

N. 5 – Vapor Acará.

N. 6 – Vapor Pará.

A hora que fôr designada, seguirá a Flotilha em linha de fila, em demanda do fundeadouro do Pinheiro, onde largará ferro ao signal n. 1, conservando a mesma formatura, guardada a conveniente distancia de navio a meio meia marra.

Ao signal n. 2 suspenderá a flotilha e tocará a formatura de linha de frente. Esta evolução se fará quando o paquete tiver montado o Mosqueiro.

Ao signal n. 3 içar-se-há o embandeiramento e far-se-ão as continências que são devidas a pessoa de S. A.

Terminadas as continências, e ao signal n. 4 avançará a flotilha pela contra-marcha a seguir as aguas do paquete.

Executava esta evolução, passará a flotilha, ao signal n. 5 a ordem de fila por pelotões da esquerda, até chegar-se a Fortaleza da Barra, esperando-se pelo signal n. 6.

Ao signal que fica dito retomará a flotilha a formatura de linha de fila.

Com esta formatura, seguirá até o fundeadouro do paquete, graduando convenientemente cada navio a sua marcha.

Fundeadou o paquete, a flotilha ficará sobre vapor. O navio capitanea contra-marchará a tomar B. E. do paquete e ahi deixará o pessoal que conduzir, indo em seguida tomar seu ancoradouro.

Os outros pela contra-marcha irão atracar aos trapiches que se desigear”¹¹⁶.

Diferentemente da que recebeu o cabo telegráfico, teve um componente de manobras navais mais bem desenvolvidas, presentes em dois aspectos: um, pelo uso da sinalização entre os navios, aspecto que evidenciara o treinamento anterior nessa prática e também o uso das evoluções navais, ponto que chamarei atenção para o caso.

Entre a recepção do cabo telegráfico e a visita do Conde d’Eu, a Marinha já havia instituído, em 1884, pelo aviso 1.541A, a “esquadra de evoluções”, o que, segundo Sylvio dos Santos Val, foi criada com objetivo de “aperfeiçoar táticas e treinamento avançado, além de exhibir o poderio naval”¹¹⁷.

Segundo o ministro da Marinha, Luiz Filipe de Souza Leão, “As esquadras de evoluções são para as marinhas o que os campos de manobras são para os exércitos bem organizados: as grandes escolas de disciplina e de instrução prática”¹¹⁸, tendo sido criada para

¹¹⁵ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 27 de junho de 1889, p. 1.

¹¹⁶ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 23 de junho de 1889, p. 2.

¹¹⁷ VAL, Op. Cit., posição 276.

¹¹⁸ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 18.

substituir os distritos e estações navais, que dispersavam navios isolados e impediam, assim, o desenvolvimento de manobras conjuntas. A partir desse ano, todos os navios que não estivessem em flotilhas, fariam parte da esquadra de evoluções e deveriam, por isso, ser sediados apenas no Rio de Janeiro.

“Evolução”, mencionado como característica dizia respeito, basicamente à forma de movimento que os navios movidos a vapor tinham em relação aos navios à vela. Dessa problemática, Santos Val explicou que, em linhas gerais, os navios à vela tinha autonomia de até 6 meses longe da terra considerando que dependiam, basicamente, de água e alimentação para a manutenção da guarnição, enquanto que os vapores, que tinham autonomia maior em relação à velocidade e movimentação independente dos fatores ambientais, tinham autonomia muito menor, sendo dependentes de portos com uma infraestrutura maior e mais capaz de suprir combustíveis, óleos e outros objetos e produtos para manutenção periódica das máquinas. O vapor também inaugurou novas formas de se lidar com o navio e com a alta velocidade produzida por ele.

O problema na organização dos navios de guerra brasileiros nesse sentido foi colocado pelo então capitão de fragata Luiz Philippe de Saldanha da Gama, em 1883, comandando a corveta Guanabara, da 1ª divisão de evoluções em exercício experimental, em relatório ao chefe de divisão João Mendes Salgado¹¹⁹. Segundo Saldanha da Gama, o problema dos exercícios militares das marinhas estava centrado no fato de que os navios treinavam de forma isolada e, quando muito, apenas a artilharia das embarcações.

Ele considerou que o conhecimento da mobilidade dos navios deveria passar à primeira importância para a formação de oficiais e marinheiros. A ideia de uma divisão ou esquadra de divisões, assim, era a ideia de um conjunto de navios que treinavam em conjunto as suas operações, armamento e movimento.

Criticou, pois, os exercícios de navegação que os militares da Marinha aprendiam durante sua formação, justamente porque a especificidade do movimento dos vapores demandava que, em conjunto, a movimentação dos navios passasse a ser ordenada e, por isso mesmo, a movimentação individual de um navio não seria suficiente para manobras coordenadas e capazes, assim, de fornecer resultados mais eficientes no combate naval.

¹¹⁹ GAMA, Luiz Philippe de Saldanha da. Extractos do relatório, que ao chefe de divisão João Mendes Salgado, commandante de 1ª divisão de evoluções, apresentou ao concluírem-se os trabalhos d'essa divisão em Novembro de 1883, o capitão de fragata Luiz Philippe de Saldanha da Gama, então comandando a corveta Guanabara. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, edição 6, 1884, p. 182-188.

O capitão de fragata Saldanha da Gama afirmou que para a Marinha, o maior problema à execução da esquadra de evoluções era a instabilidade das guarnições dos navios, aliás, problema esse que aparentemente se manteve durante todo o recorte analisado nesta tese. Segundo ele:

“[...] em outras palavras, e pelos preciosos resultados, que devem provir da manutenção a bordo dos nossos melhores vasos de um pessoal certo, desde o commandante até o ultimo grumete, por prazo determinado, assim como o ocupar-se seriamente todo esse pessoal com os exercícios inherentes á nossa profissão, e imprescindíveis para o conhecimento e uso das armas de combate com que se acham munidos os nossos próprios navios. É proverbial em nossa marinha de guerra a instabilidade do pessoal embarcado, comandantes, officiaes e praças; por outro lado, não é menos notória a insuficiencia em geral de nossos marinheiros no tocante ao conhecimento dos exercícios, que mais de perto se prendem á profissão do marinheiro-militar. O único exercício, dos do gênero mencionado, que a bordo dos nossos navios se ensina mais ou menos bem e repete-se com maior ou menor frequência, é o da artilharia; mas, esse mesmo em secco por via de regra, e, quando ao alvo, com o navio fundeado em aguas tranquilas, circumstancia esta que não representa as verdadeiras condições do combate naval”¹²⁰.

Para a execução plena desses pontos e do relatório de Gama, seria necessária também a revisão completa da forma de recrutamento na Marinha, com carreira mais bem definida para os praças e marinheiros militares mais bem formados, como ele apontou no mesmo. A questão, no entanto, é que as indicações do oficial significavam que, do ponto de vista tático, os exercícios de evoluções apresentavam resultados muito melhores para o combate, mas exigiam, igualmente, um esforço muito maior, disciplina considerável e um alto conhecimento sobre o funcionamento dos navios de guerra desde a locomoção até o seu armamento.

É nessa perspectiva que considero que a escolha, a partir de 1889, de manobras de evolução por parte das flotilhas de recepção, também significavam um maior desenvolvimento, por parte da Flotilha do Amazonas, dos exercícios militares e do domínio estratégico das manobras em conjunto. Essa competência simbólica certamente foi uma opção dos tenentes da Flotilha quando da apresentação do poderio das embarcações na recepção de autoridades como o Conde d’Eu, membro da família real.

Tais manobras realizadas eram também a demonstração do controle sobre a marinha mercante, uma vez que, da flotilha criada para a recepção do Conde d’Eu, apenas a canhoneira Guarany era um navio efetivamente militar. Esse caso evidenciou bem, que a relação entre a Marinha de Guerra e a marinha mercante na Amazônia era bastante próxima, seja pelo compartilhamento de conhecimentos de navegação na região, seja pela participação em manobras como essa, que nos ajudam a compreender a razão de que, em diversos casos de

¹²⁰ Idem.

mobilização ou combate, navios mercantes foram armados e contratados ou alugados pela Marinha para integrar uma força fluvial. Ou, de outra forma, no caso da revolta tenentista de 1924, navios mercantes foram igualmente armados para compor a flotilha dos tenentes para a ocupação das áreas conquistadas.

À semelhança do poderio exibido pela esquadra de evoluções em 1884, a flotilha de evoluções demonstrava, ao Conde d’Eu, que o poder material dos navios, pelas suas máquinas, seus canhões e metralhadoras, era também o poder de manejo e uso dos mesmos, inclusive em conjunto. Não se tratava apenas da posse de navios modernos, mas também do saber executar das técnicas mais modernas de combate naval.

E de outra forma, a ser considerado a partir do comando dos tenentes nessas embarcações. Notemos que, anos antes, as divisões de evoluções foram testadas com oficiais superiores, enquanto que os exercícios na Amazônia foram executados por tenentes. Sobre esses exercícios, tratarei de forma específica no capítulo seguinte.

A hierarquia das tripulações dos navios continha, em linhas gerais quase toda a estrutura administrativa da província do Pará em diferentes níveis:

“Na capitanea – a canhoneira Guarany, embarcará o Estado-maior general
A disposição dos convidados estarão atracados no trapiche da companhia do Amazonas limitada, as 6 horas da manhã:
Vapor Conde D’eu, para os membros da comissão.
Vapor Cameté, para os membros de Relação, deputados provinciaes, juízes e advogados.
No trapiche da empresa do Marajó – vapor Bragança, para a câmara municipal, clero, médicos e engenheiros.
Vapor Vizeu, para o corpo consular e officiaes de mar e terra e da guarda nacional.
No trapiche Pará e Amazonas – Vapor Araguaya, para a comissão da praça do commercio e membros do commercio.
Vapor Oyapock, para os empregados públicos geraes e provinciaes e demais convidados”¹²¹.

Estavam representadas, na flotilha de recepção do Conde d’Eu, as forças imperiais, o executivo e legislativo estadual e municipal, a burocracia jurídica, a burocracia religiosa, a burocracia civil estadual e municipal, a burocracia diplomática e os setores da elite econômica. Em linhas gerais, o exercício da flotilha de evoluções foi, a um só modo, uma demonstração do poder da Marinha na Amazônia pelos tenentes tanto para o Estado brasileiro, materializado pelo membro da família real, como para as elites econômica, política e a burocracia estadual e municipal. Os setores de maior relação direta com o poder na ordem monárquica no Brasil.

Os setores de sociabilidade do poder com os tenentes, que aprenderam em décadas, na Amazônia, a utilizar o poder das canhoneiras igualmente como um instrumento de diálogo com

¹²¹ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 27 de junho de 1889, p. 1.

o poder em sentido mais amplo e diluído entre os diversos setores que o exerciam, do ponto de vista do Estado (a burocracia e a administração) e que davam suporte a ele, como o clero e as elites econômicas.

Em março de 1899, a canhoneira estadunidense Wilmington visitou Belém e para a oficialidade foi montada uma programação bastante ampla de festejos, incluindo um banquete oficial. Segundo o jornal O Pará, no dia 11 de março,

“Às 6 horas e 10 minutos da tarde, hontem, fundeou em frente á ponte metálica da alfandega, a canhoneira norte-americana Wilmington.

Aos primeiros tiros de seus possantes canhões, salvando á terra, grande quantidade de pessoas correu para o litoral afim de admirar o bello vaso da armada de Washington, ficando o caes apanhado de espectadores.

Tanto que a Wilmington teve arreados os ferros, a bordo, por apitos e clarins foi dado o signal imponente de: - arrear bandeira! Vendo-se em seguida descer, do mastro de popa, a bandeira estrelada da pátria norte-americana.

O magnífico vaso americano que tem tres anos e cinco mezes de construído, possui a força de 1.600 cavallos e é movida a duas hélices, percorrendo 13 nós por hora, mais ou menos; mede 250 pés e 9 pollegadas de comprimento, por 40 de largura e 88 de pontal; desloca 1.500 toneladas; a artilharia de Wilmington consta de 20 canhões, sendo 8 na primeira bateria e 112 na segunda; cala 10 pés.

A officialidade da canhoneira americana consta dos seguintes srs. C. C. Todd, capitão-commandante; J. R. Collins, 1º tenente, immediato; J. P. S. Lawrence, 1º machinista; T. S. Carter, 1º tenente; C. Bailey, 2º tenente; J. V. Klemann, 2º tenente; dr. F. C. Cook, medico; A. Crenshaw, 2º machinista; K. W. Norse, pagador e C. L. Carter, ajudante de pagador.

[...]

O sr. Consul dos Estados-Unidos da America do Norte, esteve hoje, pela manhã, em visita, ao vaso de guerra de sua nacionalidade.

Á ultima hora sabemos que a Wilmington, que anda em viagem de instrucção, deve seguir para Manãos, depois da entrada, de New-York, da Hubert”¹²².

Embora não tenha sido formada uma flotilha de recepção, a viagem de instrução da Wilmington, acompanhada, em Belém, do cônsul norte-americano, durou cerca de uma semana, da qual outro viés foi bastante explorado e também passou a ser um padrão em diversas outras recepções de embarcações: um banquete oficial e a homenagem no Teatro da Paz com a realização de uma peça teatral.

No dia 15 de março, o banquete oficial, promovido pelo governador do Pará, José Paes de Carvalho, foi marcado para o final da tarde, no palácio estadual. Segundo Daniella Moura, um dos aspectos explorados pelo jornal O Pará, quando da descrição do banquete, foi o formato da mesa, em “I”, e nessa perspectiva, a alusão ao formato da mesa era um dos aspectos mais diretamente relacionados às posições de destaque às mesas, isto é, sobretudo às cabeceiras da

¹²² O PARÁ, Belém, 11 de março de 1899, p. 3.

mesa, “seguido em ordem hierárquica por uma série de pares”¹²³, tendo os convites sido numerados e os assentos, pré-determinados, embora não fossem mencionados no jornal.

Além do formato da mesa, Moura também referiu-se à banda, regida pelo maestro Roberto de Barros, cujo programa de execução incluiu 12 músicas diferentes:

- “1ª Marcha americana Colombia – Arrg. De R. de Barros.
- 2ª Marcha Paraense, de A. Cezar.
- 3ª Ainda (grande pot-pouri) – Verdi-Zimmermann.
- 4ª Serénade de Mandolines – Pizzicato de cordas – L. Desormes.
- 5ª Intermezzo da Cavallaria Rusticana – P. Mascagni.
- 6ª Overture – Phantasia Tempestad, Les Emigrants d’Amerique – Por A. Lamotte.
- 7ª My Guiding Star (Romance) – By Harris.
- 8ª Canadian Aire (French Pot-Pourri) Americano – By R. Daase.
- 9ª On Mountain Heghtz – Polonaise du Concert – By Ed Kiezler.
- 10ª Marcha Saudação – De L. Montenegro.
- 11ª Hymno Nacional Brasileiro.
- 12ª Hymno Nacional Americano – The Star Splangled Banner”¹²⁴.

A refeição foi fornecida pelo restaurante Coelho, o qual o jornal afirmara “provar não ter competidor na confecção de iguarias para festas como as de que se trata”¹²⁵, cujo *menu* fora:

“Menú: Potage aux pointes d’asperges, Camorin á la shrimp sance, Jurutys aux petis pois, Filet monté aux champignons.
Coup du milieu – Ice Punch á la Wilmington, Dinde truffé á la Brésilienne, Jambon de York, Fondes d’artichauds au beurre, Salade de laitue.
Custard Pudding – Fromage glacé, Fruist, Café.
Vins – Madére, Haut Sauterne, Chateau La Roze, Rhum do Arapary, Chambertin, Xerez, Champagne e Liqueurs.
Os trabalhos artísticos tanto do programma para a orchestra, como do *menu* são da acreditada photographia e typographia Oliveira, á rua Conselheiro João Alfredo, e por si revelam o bom gosto que presidiu não só na sua escolha como na sua confecção”.

A prática dos banquetes foi um dos desdobramentos do regime de rituais simbólicos oficiais construídos pela República como parte de um processo mais amplo. Em primeiro lugar, relacionado, como já dito, à apreensão de práticas e comportamentos considerados “civilizados” e em concordância com as potências estrangeiras, expresso seja na prática em si, seja na nomenclatura e na própria alimentação. Notemos que o menu fora todo publicado em francês, e certamente, os pratos faziam referência à culinária europeia, dentro das mudanças advindas da Belle Époque em Belém.

A recepção à canhoneira Wilmington teve duas dimensões de atividades: em Belém e Manaus, o banquete efetivamente fora uma atividade restrita aos convidados, enquanto que a

¹²³ MOURA, Op. Cit., p. 87.

¹²⁴ O PARÁ, Belém, 15 de março de 1899, p. 2.

¹²⁵ Idem.

peça no Teatro da Paz, não necessariamente. Em ambos os casos, no entanto, o convite à participação da imprensa tinha, considero, um duplo viés: tanto a imprensa foi incorporada como setor da sociedade civil importante para diálogo político e de poder, como também foi um dos elementos de legitimação dessas práticas, uma vez que os jornais eram de circulação mais ampla.

Mesmo os banquetes podem ser considerados como parte do que José Murilo de Carvalho analisou como os elementos de expressão ideológica da República para construção de um imaginário social republicano no Brasil. Não tendo sido a República realizada com uma ampla participação da sociedade, a preocupação com a construção dos símbolos, dos calendários e das artes foi crucial nos primeiros anos do regime para sua consolidação, aceitação e apreensão para além dos círculos de elite.

O Teatro da Paz passou ser utilizado largamente em recepções da oficialidade de embarcações que visitavam e eram recebidas no mesmo padrão. No caso da Wilmington, foi oferecido um espetáculo no dia 14 de março de 1899, sob responsabilidade da companhia Coniglio e Balla e

“Às 8 horas e 20 minutos chegou ao theatro o sr. Dr. Governador, que ao transpor o peristylo foi saudado pelo majestoso Hymno Nacional, executado pelas bandas militares, postadas aos corredores e no saguão.

S. exc. foi para seu camarote, elegantemente ornado, bem como dois de cada lado, destinados aos officiaes da Wilmington e do Regimento do Estado.

Já havia principiado a execução de uma peça quando deu entrada no espectáculo a officialidade americana, fazendo-se ouvir então o bello hymno dos Estados Unidos, ao qual seguiu-se o Hymno Nacional, ambos ouvidos de pé e delirantemente aplaudidos pelos espectadores.

Estando presentes todas as pessoas, a quem era dedicada a festa levantou o panno para representar-se, da *Filha de Mme Angol*.¹²⁶

A hierarquia dos camarotes, alinhando a principal autoridade do estado, o chefe da força militar estadual e os dois oficiais da Wilmington também evidenciaram uma dimensão interessante de algumas das celebrações após a República: a recomposição de forças criada com o novo regime foi expressa em grande parte pela construção de forças militares estaduais como elementos de poder dos estados, assim, a presença dos comandantes dessas forças foi explorada pelos governadores como um elemento fundamental no exercício de seu poder. Isso não significa um afastamento das forças federais, mas uma perspectiva dupla, a valorização da força estadual e a participação na política estadual de militares da Marinha e Exército, conforme tratarei no capítulo seguinte.

¹²⁶ O PARÁ, Belém, 16 de março de 1899, p. 3.

O Teatro da Paz foi uma construção própria para construção de um círculo de eventos culturais destinados prioritariamente às elites e, como tal espaço, também à ostentação do luxo, pujança e poder a autoridades estrangeiras e oficialidade de navios, que passara a ser um dos públicos frequentadores dos espetáculos.

Essas recepções não eram uma via de mão única. Após partir de Belém, a canhoneira Wilmington seguiu para Manaus em viagem de instrução dos jovens oficiais americanos até Iquitos. Embora em nenhum dos casos haja menção a flotilha de recepção, em Manaus, o governador do estado foi convidado a bordo para assistir a manobras militares realizadas pela canhoneira. Segundo o jornal *A Federação*, “Simulou-se um incêndio e imediatamente foram tomadas a commando superior, as disposições precisas para extinguil-o, simulou-se o um preparo de combate e tudo se pôz a postos”¹²⁷.

Por que apresentar exercícios ao governador de um estado brasileiro? Mesmo que os Estados Unidos fossem um dos parâmetros referenciais das práticas consideradas à época como civilizadas e também do ponto de vista militar a sua marinha fosse referencial em alguma medida às discussões de modernização da Marinha brasileira, a reciprocidade das recepções também deveria ser expressa e, assim, a compreensão do poder naval como elemento de desenvolvimento dos países era um objeto em disputa, ou seja, os brasileiros, ao constituírem flotilhas de recepção e programas de festejos, esperavam, igualmente, que os estrangeiros demonstrassem sua legitimidade para tais homenagens.

É coerente concluir inclusive, que os exercícios de evoluções realizados pela Flotilha do Amazonas e coordenados com navios mercantes quando de recepções também fossem conhecidos por parte dos oficiais da Wilmington. A disciplina e a eficiência militar eram elementos constitutivos das práticas simbólicas de poder.

Mais ainda considerando que em Manaus, a recepção e o lunch oferecido aos oficiais da Wilmington teve participação de um número maior de autoridades estrangeiras. Na descrição dos brindes realizados durante o lunch, participaram os cônsules do Peru, para onde a Wilmington seguiria; da França e dos Estados Unidos. No discurso do comandante da canhoneira, ele se colocara “em nome da Marinha e do Commercio”, compreendendo, igualmente, que a relação de poder entre as marinhas militares e mercante, na prática, eram semelhantes e complementares.

Tanto as elites políticas como a imprensa e os setores do comércio sabiam da importância do contato com essas embarcações e de suas missões. No final de abril, quando a

¹²⁷ A FEDERAÇÃO, Manaus, 28 de março de 1899, p. 1.

Wilmington retornou do Peru em viagem de instrução, o jornal A Federação informou que a missão principal do navio era “*explorar os nossos rios ainda não franqueados á navegação estrangeira*”¹²⁸.

Essa perspectiva também gerou atritos da canhoneira com as instituições militares da região, das quais dois foram brevemente noticiados no processo. O primeiro, quando da partida da canhoneira para Iquitos, em que ela desatracou do porto de Manaus sem autorização da Capitania do Porto e, quando voltou, após passar por Tabatinga, a mesma estacionou em Codajaz, mas “quando o commissario, o interprete e outros tripolantes tentaram saltar em terra, foram impedidos pelo sargento e tres praças da força ali destacada, que os intimaram a voltar a bordo”¹²⁹.

O impedimento se deu justamente porque havia, naquele momento, uma questão diplomática quanto à navegação na região. Segundo o relatório do Ministério das Relações Exteriores do referido ano, os navios mercantes estrangeiros eram permitidos, desde 1866, a navegar até Tabatinga e, pelo rio Madeira, até Borba e Santo Antônio.

Segundo o relatório, apenas em 1878, a legação americana conseguiu autorização de um navio de guerra para navegar até a foz do rio Madeira e, em 1882, o governo brasileiro permitiu que navios de guerra de países amigos entrassem sem restrições a portos marítimos, mas para áreas fluviais, “dependia a sua entrada de concessão especial para cada caso, não havendo convenção em contrario”¹³⁰.

Assim, quando a licença para tal navegação foi emitida pelo Ministério das Relações Exteriores, a canhoneira já havia partido. Comunicado pelos governadores de Amazonas e Pará, o cônsul americano redigiu carta de desculpas onde as intenções da canhoneira foram apresentadas.

Assim, a postura da publicação do jornal, que quando da saída sem licença, caracterizara o caso como “*casus belli*”, mudou ciente das possibilidades de ampliação do comércio fluvial na região e, em 23 de abril, quando entrevistou o oficial Chapman Todd, concluiu pela amizade, “Respondemos [ao oficial Todd] que a novidade mais importante era a chegada da sua bela canhoneira, depois de haver zarpado deste porto sem ao menos nos dizer no sonoro idioma bretão – *Good by!*”.

O papel diplomático das recepções, banquetes e festejos também pode ser verificado em 1905, quando da visita da canhoneira portuguesa Pátria em Manaus. Embora a referida tenha

¹²⁸ A FEDERAÇÃO, Manaus, 23 de abril de 1899, p. 1.

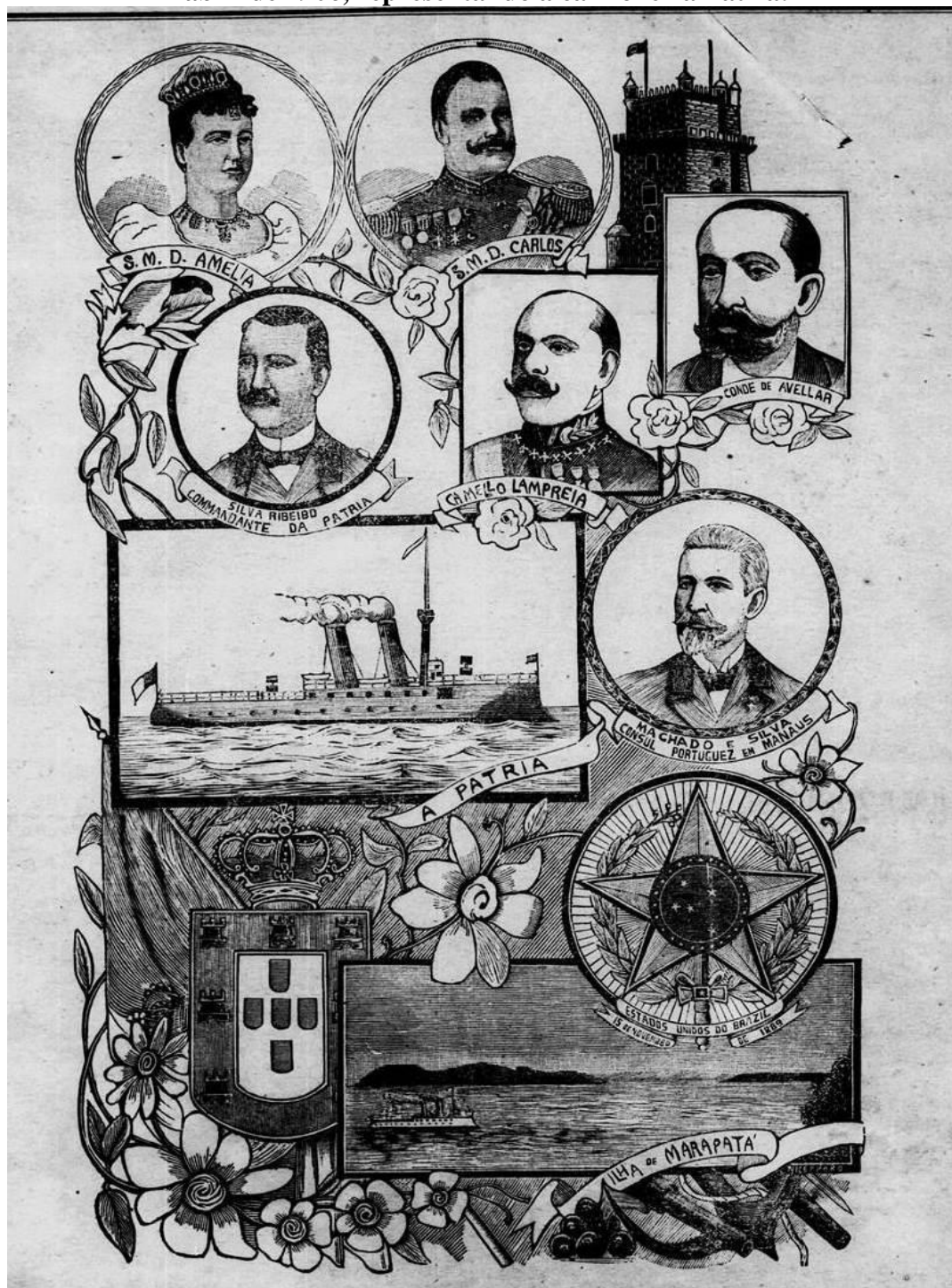
¹²⁹ Idem.

¹³⁰ BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 17.

aportado apenas em agosto, em meses anteriores fora formada uma comissão que periodicamente publicava as informações sobre o programa de festejos que haveria na cidade. Encontrei informações sobre a canhoneira Pátria até mesmo em jornais do Maranhão, onde a sua construção, concluída cerca de um ano antes, também foi descrita com frequência.

A Pátria foi uma das embarcações que gerou maior organização de festejos pelo Brasil quando de seu lançamento, já que a ideia de sua construção partiu da colônia portuguesa no país, e os fundos para a sua construção foram arrecadados de todas as partes, tendo sido formada a primeira comissão geral no Rio de Janeiro composta pelo presidente do Gabinete Português de Leitura, Ernesto Gybrião; presidente da Caixa de Socorros D. Pedro V, o visconde da Veiga Cabral e o presidente da Beneficência Portuguesa, conde de Avellar. Em 13 de julho de 1897, foi feita a “grande subscrição patriótica” na Real Sociedad Club Gymnastico no Rio de Janeiro, que somou 3.558 listas e arrecadou cerca de 900:000\$000. No estado do Amazonas, foram arrecadados 96 contos de réis para essa construção.

Figura 7 - Imagem publicada na capa do Jornal do Commercio do Amazonas em 22 de abril de 1906, representando a canhoneira Pátria.



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 22 de abril de 1906, p. 1.

Em 20 de abril de 1906, foi formada a flotilha formada pelo aviso Cidade de Manaus, da Flotilha do Amazonas, ex-navio mercante que fora comprado e armado pela Marinha, onde estavam “o representante do sr. Dr. Governador do Estado e comissão central dos festejos”; o vapor Rio Javary, “destinado a convidados e a representante da imprensa”; o vapor Inca, “que

receberá convidados”; o vapor Solimões, “franqueado ao povo” e um conjunto de lanchas a vapor chefiadas pela Benjamin Constant, com o representante da Itália e formada pela Hilda, União e Nhamundá, além de “os vapores que se acharem no porto”¹³¹.

O trajeto de Belém a Manaus foi descrito pelo Jornal do Commercio tendo manifestações em diversos lugares do rio Amazonas:

“De Belem a Manáos”:

A Patria sahiu de Belem no dia 16 ás 8 horas e 30 minutos da manhã, após as despedidas do estylo.

Ás 5 horas da tarde navegava no furo Jararaca, recebendo ali, dos moradores, grandes demonstraões de enthusiasmo.

[...]

Ás 17 horas singrava o estreito de Breves, onde os habitantes repetiram as manifestaões que haviam sido feitas em Jararaca.

Ás 7 horas da noite a canhoneira passou por Gurupá, tendo sido cumprimentada pela fortaleza, correspondendo a saudaão.

Trocaram-se signaes semafóricos, sendo tocados em terra foguetes e bombas.

No dia 18 navegava no Amazonas, entre Almerim e Monte Alegre. Quando passou pela villa de Prainha, a intendência levantou no mastro que fica na fachada de seu prédio a bandeira nacional, tendo a população da villa erguido vivas a Patria.

Á 19, pelas 3 horas da manhã a canhoneira parou em Santarem. A parada foi determinada pela necessidade que tinha a canhoneira de receber agua limpa para as caldeiras, visto não se prestar para isso a do Amazonas, que é lamacenta.

De Santarem partiu ás 5 e 30 da manhã.

No mesmo dia á 1 hora da tarde a Patria passou por Obidos, encontrando ancorados ali o vapor Olinda e a canhoneira fluvial Amapá.

Da canhoneira e de terra foram trocados cumprimentos.

[...]

Á 20, pelas 4 horas e 30 minutos da tarde fundeou em Itacoatiara, afim de esperar o dia seguinte para prosseguir a viagem, que vinha muito adiantada.

Meia hora depois de fundeada a canhoneira, foram á bordo duas commissões cumprimentar o commandante e officiaes, sendo, por essa occasião, erguidos brindes a Portugal e ao Brasil. As musicas Eutorpe e 5 de setembro tocaram então os hymnos brasileiro e portuguez, retirando-se depois com os manifestantes.”¹³².

A passagem de navios de guerra pelos rios amazônicos não provocava reações apenas nas duas cidades portuárias principais – Belém e Manaus -, mas também por um conjunto de cidades e ainda por furos de rios, como o caso do furo Jararaca, onde foram lançados foguetes em manifestação.

A cultura fluvial da Amazônia no período, isto é, a vida voltada aos rios e orientada em torno deles, foi um dos elementos centrais para que a relação com as marinhas mercantes e de guerra tivessem especificidades, já que nos festejos de outros pontos do país, não houve manifestações do tipo.

¹³¹ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 20 de abril de 1906, p. 1.

¹³² JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 23 de abril de 1906, p. 1.

A programação dos festejos no Amazonas começava em Marapatá, no dia 22 de abril, onde estavam o vice-consulado português e as autoridades. A Capitania dos Portos do Amazonas concedeu licença a “toda e qualquer embarcação que queira ir ao encontro da canhoneira Patria”¹³³ e quanto à recepção da flotilha, embora pouco descrita pelos jornais, foi, segundo o jornal Correio do Norte, “Às 9 horas, mais ou menos, avistou-se a canhoneira, sendo dada uma salva de três tiros de bordo do Rio Javary, secundado pelos apitos das outras embarcações”¹³⁴.

Embora a salva tenha sido feita pelo referido vapor, o jornal ressaltou que a primeira embarcação a chegar no ponto onde se achava a canhoneira “foi o aviso do Estado, que a contornou, seguindo-se lhe todos os outros que apitavam e de cujo bordos subiam aos ares numerosas girandolas de foguetes”. No porto de Manaus, a Pátria foi recebida pela canhoneira fluvial Acre, então capitânea da Flotilha do Amazonas, que içou “o signal de cumprimento ao qual correspondeu o Patria”.

A programação foi formada com 13 eventos dos festejos em homenagem à canhoneira, do dia 22 de abril ao dia 6 de maio de 1906:

- “Domingo 22) Recepção em Marapatá; visitarão vice-consulado portuguez e as autoridades; Te-Drum na Cathedral, às 7 ½ horas da noite.
- Segunda 23) Continuação das visitas das autoridades de terra e mar. Visitas á imprensa.
- Terça 24) Iluminação e musica na Avenida;
- Quarta 25) Visita á Associação Commercial.
- Quinta 26) Festa na bahia do Rio Negro.
- Sexta 27) Visitas aos edificios públicos.
- Sábado 28) Banquete à officialidade, offerecido pelo coronel Adolpho Lisboa, superintendente municipal.
- Domingo 29) Sessão solemne na Beneficente Portugueza ás 9 horas da manhã; corridas Velodromo Amazonense ás 3 horas da tarde.
- Á noite festa no Ideal Club com a presença dos officiaes da canhoneira.
- Segunda 30) Iluminação e musica na Avenida.
- Terça 1) Pic-Nic offerecido aos marinheiros na chácara Paraiso, na Cachoeirinha.
- Quinta 3) Baile em palácio do Governo, offerecido pelo sr. Dr. Constantino Nery, governador do Estado.
- Sexta 4) Espectaculo de gala no Theatro Amazonas.
- Domingo 6) Regata na bahia do Rio Negro e fogo de artificio na Avenida, ás 9 horas da noite”¹³⁵.

Os eventos ocorreram em pontos importantes de Manaus, sendo alguns dos principais lugares frequentados pelas elites e onde também estavam presentes alguns dos elementos da modernização da cidade, como a iluminação elétrica e a pavimentação. Na programação,

¹³³ CORREIO DO NORTE, Manaus, 21 de abril de 1906, p. 1.

¹³⁴ CORREIO DO NORTE, Manaus, 24 de abril de 1906, p. 1.

¹³⁵ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 21 de abril de 1906, p. 1.

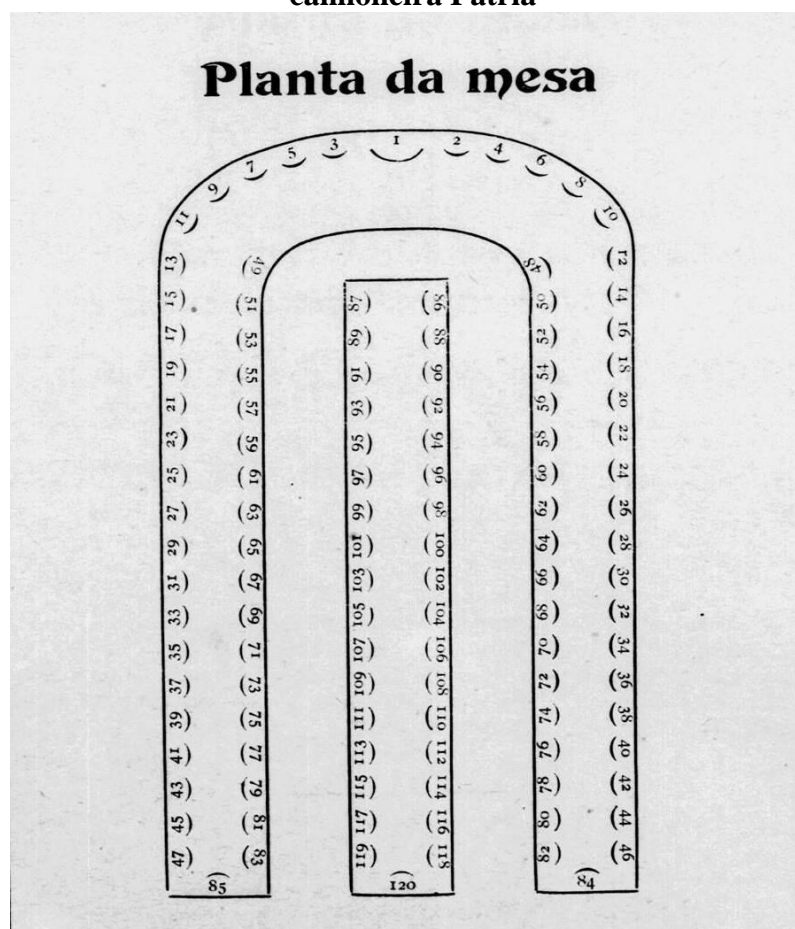
constaram ainda pelo menos duas atividades diretamente relacionadas ao rio Negro: a festa, no dia 26 e a regata em comemoração, no último dia, à partida da canhoneira Pátria.

Um dos aspectos mais importantes do caso da canhoneira Pátria foi o fato de que a colônia portuguesa trouxe ao Brasil um navio de guerra que construía. A ideia da construção, compreendendo, representava dois pontos: em primeiro lugar, a compreensão das marinhas de guerra na exibição do poder das nações e, em segundo, a compreensão desses navios como elementos de distinção na sociedade.

Não se tratava apenas de guarnecer a Marinha portuguesa com um navio moderno, mas de demonstrar, no Brasil, a relevância histórica e o papel político dos portugueses. Na imagem publicada na capa do *Jornal do Commercio*, a canhoneira Pátria foi retratada em suas nuances tecnológicas, com as chaminés das máquinas bem definidas e o momento da chegada a Marapatá ao lado dos retratos das autoridades do Estado português e da torre de Belém, como elemento tanto de poder militar como representativo do Estado. Nessa perspectiva, o poder simbólico dos navios de guerra no Amazonas foi apropriado por um grupo para demonstrar a imagem de seu próprio poder, como o fizeram colônias portuguesas em todo o Brasil, inclusive financiando notícias nos jornais durante anos.

Nos banquetes, os tenentes comandantes das canhoneiras da Flotilha do Amazonas, em particular o primeiro-tenente Francisco Nouguet (comandante da Missões), e o comandante da Flotilha, capitão de fragata Nóbrega de Vasconcellos, participavam ativamente em todos os mencionados, inclusive em relação aos brindes. O principal banquete noticiado pelo *Jornal do Commercio* foi promovido pela Intendência de Manaus no Teatro Amazonas, com 120 convidados e uma mesa extensa em formato de U, conforme a planta:

Figura 8 - Mesa do banquete oferecido pela Intendência de Manaus à oficialidade da canhoneira Pátria



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 28 de abril de 1906, p. 1.

A planta foi publicada no jornal com o objetivo de facilitar a localização dos convidados nos assentos numerados. Embora o jornal não especifique a numeração, presumo que os cinco primeiros assentos, segundo a ordem indicada, eram reservados ao governador do Amazonas, Constantino Nery; ao capitão-tenente Silva Ribeiro, comandante da canhoneira Pátria; ao comendador Machado e Silva, cônsul de Portugal; ao coronel Antonio Bittencourt, vice-governador do Amazonas e ao segundo-tenente Danin Lobo, imediato da canhoneira. No banquete, estiveram presentes os oficiais do Exército, Marinha e Regimento Militar.

Entre os oficiais do Exército e Regimento, todos os citados eram oficiais superiores, em particular majores e coronéis. Os oficiais da Marinha, exceto o comandante da Flotilha e o capitão do porto, capitão de fragata Torres Sobrinho, eram oficiais subalternos, da mesma forma que a oficialidade da canhoneira portuguesa.

Mas além da participação nos banquetes e reuniões mencionadas, os oficiais da Marinha organizaram e promoveram a festa “veneziana” no rio Negro no dia 26 de abril, cedendo para

isso as canhoneiras fluviais Amapá, Acre e Missões, que utilizaram seus holofotes para iluminar a área do rio destinada aos festejos. Segundo o Jornal do Commercio,

“No caes o povo se apinhava e na bahia o conjuncto das embarcações, vistosamente iluminadas, era de um efeito surpreendente e encantador.
Grande numero de botes circulava, tendo todos balões accesos, havendo alguns artisticamente enfeitados, como os de nome Iola, Aurea, Peniche e Manocoré.
Entre as lanchas que tomaram parte no festejo conseguimos vêr as de nome Aranha, Lontra, Maria, Emilia, Acreana, Onça, Diana e Galgo.
Vapores, com illuminação de attrahente efeito, vimos os seguintes: Solimões, Itucuman, Rio Jutahy, Tapanã, Rio Branco, Madeira, Canutama, Inca, Rio Grande, Fluminense, Massypira e outros.
[...]
A bordo do Tapanã e Canutama tocavam as bandas de musica do Regimento do Estado.
Da ponte dos catraeiros foram soltos muitos foguetes e também de outros pontos do litoral.
Nas embarcações que tomaram parte na festa eram tocados fogos de bengala, o que, confundido com a luz dos holophotes, causava um espectaculo magnifico”¹³⁶.

Tendo os rios o papel e a importância na condução da vida nas cidades amazônicas, a organização de festejos neles certamente fora um dos pontos característicos e mais interessantes da sociabilidade fluvial na região. Ainda que tais festejos também fossem um objeto de condicionamento dos parâmetros internacionais, com a denominação da festa em alusão à cidade de Veneza, na Itália, eles movimentavam um grande número de pessoas tanto em pequenas embarcações como no cais e nos prédios ao redor, que produziam também uma iluminação própria.

Eram também o espaço onde as canhoneiras se tornavam monumentos e as embarcações civis, uma verdadeira esquadra de aproximação, onde os botes, lanchas, canoas e outros barcos levavam pessoas para observarem de perto os navios militares. A música e as luzes davam ao rio um ritmo de festejos onde se dançava, comia e celebrava a bordo: dos grandes paquetes e das canhoneiras, a elite política e econômica, os oficiais do Exército e Marinha, os comandantes do Regimento Militar estadual, os redatores dos jornais, o clero e alguns setores do funcionalismo público; e das pequenas embarcações, trabalhadores, operários e praças. Os festejos nos rios eram, assim, lugares de reprodução simbólica de distinções e interações sociais.

No dia 6 de maio, houve o último banquete, a bordo da canhoneira Pátria, de despedida, com a presença da maioria das autoridades mencionadas, com discursos do superintendente de Manaus e do comandante da Flotilha do Amazonas.

Após o banquete, foi realizada uma regata, organizada pelos oficiais da Flotilha, às 3 horas da tarde, organizada em oito páreos, organizados da seguinte forma:

¹³⁶ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 27 de abril de 1906, p. 1.

Tabela 10 Programação de regatas nos festejos de recepção da canhoneira Pátria.

Páreos	Concorrentes
1º Páreo – <i>Marinha Brasileira</i> , com escaleres de 2 remos. Prêmio: objeto de arte ao vencedor.	1. <i>Zazá</i> , 2º tenente Velho Sobrinho; 2. <i>Marinha</i> , 1º tenente Siqueira; 3. <i>Eglantina</i> , 2º tenente Nascimento;
2º Páreo – <i>Contra-almirante Augusto de Castilhos</i> , com canoas de 4 remos de mãos. Mesmo prêmio.	1. <i>Filha do Mar</i> , Francisco B. Cardoso; 2. <i>Cabocla</i> , José Arthur Pinto Ribeiro; 3. <i>Nautilus</i> , F. Boaventura Bittencourt;
3º Páreo – <i>Almirante Barroso</i> , com canoas de 4 remos de mãos. Prêmio: medalha de ouro ao patrão e prata aos remadores.	1. <i>Brasil</i> , Antonio Pedro Teixeira; 2. <i>Portugal</i> , João Pará da Anunciação;
4º Páreo – <i>Flotilha do Amazonas</i> , com “out-riggers e guigas” de 4 remos. Mesmos prêmios.	1. <i>Aurea</i> , Camillo Ramos; 2. <i>Amilade</i> , Alberto Cruz;
5º Páreo – <i>Pátria</i> , com canoras de 4 remos de faia. Mesmos prêmios.	1. <i>Insula</i> , Christiano Cardoso Marques; 2. <i>Cecy</i> , José Chaves Ribeiro; 3. <i>Syrthes</i> , Eduardo Dixo; 4. <i>Republica</i> , Alberto Cruz;
6º Páreo – <i>Estado do Amazonas</i> , com canoas de 4 remos de mãos. Mesmos prêmios.	1. <i>Acre</i> , José Chaves Ribeiro; 2. <i>Ubirajara</i> , Francisco de Assis; 3. <i>Taquara</i> , João O. Seixas; 4. <i>Sararaca</i> , Edmundo Soares;
7º Páreo – <i>Brasil e Portugal</i> , com canoas de 4 remos de faia. Prêmio de objetos de arte.	1. <i>Germana</i> , 2º tenente Campos da Paz; 2. <i>Gladys</i> , 2º tenente Lucena; 3. <i>Acre</i> , 1º tenente Rangel;
8º Páreo – <i>Marinha Portuguesa</i> , com canoas de 4 remos de mãos. Prêmio de medalhas.	1. <i>Relampago</i> , Manoel Cesar; 2. <i>Brasil</i> , Antonio Pedro Teixeira; 3. <i>Portugal</i> , João Pará da Anunciação; 4. <i>Inglaterra</i> , Firmino Lopes da Silva.

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 6 de maio de 1906, p. 1.

Os juízes de partida da regata eram o capitão de fragata Manoel Joaquim da Nóbrega Vasconcellos, Marcio Nery e José Gayoso; os juízes de chegada eram o governador Constantino Nery, os coronéis Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Ricardo Fernandes da Silva, Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa e J. Hermogenes de Oliveira Amaral; os inspetores de raia foram F. J. da Silva Ferraz e Eduardo Simões Ferreira. O regulamento da regata foi formulado pelo capitão do porto, Torres Sobrinho.

O público era dividido em dois tipos: convidados e público em geral. Embarcados: nos vapor Purus, os juízes de chegada; no aviso da Flotilha Cidade de Manaus, os juízes de partida; no vapor Santo Antônio, outros convidados; no vapor Ajuricaba, as “educandas do Instituto Benjamin Constant”; nos vapores Constantino Nery, Huallaga e Jary e em cadeiras na Manaus Harbour, o público poderia assistir, sendo permitido também que estivessem em botes fora da linha das regatas.

No início da regata, “Estavam enfileirados na seguinte ordem estes vapores: canhoneiras Acre e Pátria; Rio Purus, Amapá, Santo Antonio, Luiz Alves, Constantino Nery, lancha Avec, Minerva 2ª, Huallaga e aviso Cidade de Manaus”. O vapor Purus

“Como se sabe, representava papel saliente no torneio, pois era o capitanea; e para esse fim recebera no seu interior irrepreensível aceio e bonita ornamentação.

Ao longo, marginando toda a coberta, desciam sobre a varanda do elegante vapor cortinas feitas de bandeiras; e pelas paredes viam-se, artisticamente colocados, um sem numero de tropheos, escudos e galhardetes, representando os emblemas de Portugal e Brasil.

Ramos de verde folhagem, numa promiscuidade feliz com aquele turbilhão de bandeiras, casando-se com o frescor e a amenidade da tarde, ofereciam um aspecto e um bem estar a todos. Antes das 3 ½ da tarde, já o Purus tinha a seu bordo, em selecionado conjuncto, a elite da nossa sociedade”¹³⁷.

Nas regatas principais, cuja premiação era composta de “objetos de arte”, participaram apenas oficiais da Flotilha do Amazonas, conforme constam no quadro pelas respectivas patentes. O evento foi significativo porque, a partir dele, foram organizadas ainda diversas regatas durante meses em homenagem à regata da canhoneira Pátria, e todas organizadas por oficiais da referida flotilha e com a participação de pelo menos um navio de guerra.

O envolvimento dos militares com os esportes náuticos na Amazônia, especialmente a partir do início do século XX, com a promoção de regatas e, a partir da década de 1910, de partidas de polo aquático, foi uma dimensão interessante e importante da sociabilidade dos oficiais da Marinha em contato com trabalhadores do porto, remadores, canoieiros, além de práticos e outros ofícios que tinham a vida nas proximidades do porto.

No papel simbólico das regatas, a referência a nomes como “Almirante Barroso” ou referências à Batalha Naval do Riachuelo, ao almirante Tamandaré e ao marinheiro Marcílio Dias, eram recorrentes desde o início do século XX. As datas e os eventos marcantes são, nesse sentido, um elemento potencializador do processo de construção das tradições das instituições militares, e, nesse caso, também de construção das tradições fora das instituições, já que as regatas eram abertas ao público e cujos participantes não eram, necessariamente, militares.

Os eventos comemorativos e as festas consequentes foram responsáveis igualmente pela popularização das tradições envolvendo as instituições militares e seus heróis. Um exemplo significativo foi a comemoração da Batalha Naval do Riachuelo em 11 de junho de 1914 em Belém onde fora organizado um “curso e batalha de flores”, em que a cerimônia fora trazida do rio para as ruas da cidade com a construção de alegorias e carros ornamentados de forma temática à semelhança às festas de carnaval. Segundo o jornal Estado do Pará,

¹³⁷ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 7 de maio de 1906, p. 1.

“Tanto no curso, como na batalha de flores, tomaram parte cerca de 400 carruagens, entre as quaes se distinguiam belas alegorias, como as que se referiam a Terra de Santa Cruz e a canhoneira Amapá, criação dos distinctos officiaes da armada.

A idea da construcção da canhoneira Amapá, partiu do capitão de corveta Frederico Villar, que mandou construí-la pelos sub-machinistas, auxiliados pelos operários do Arsenal de Marinha.

A canhoneira repousava sobre uma das carretas do Corpo de Bombeiros Municipaes, gentilmente cedida para esse fim.

Era uma obra prima, verdadeira imagem da nossa canhoneira Amapá, armada com 3 canhões, que vomitavam confetti em profusão.

A ella prestava guarda de honra uma turma de marinheiros nacionaes.

Abria o curso uma banda de clarins do corpo de cavallaria, seguindo-se os corpos de Bombeiros Municipaes e Voluntarios, com os seus respectivos comandantes”¹³⁸.

É o único caso que encontrei em que uma alegoria fora feita à imagem de um navio de guerra, no entanto, é provável que em outras celebrações, o mesmo pudesse ter ocorrido. A mudança no perfil desses eventos, antes restritos apenas aos círculos de elite passando às ruas e aos rios também fora significativo elemento de incorporação, no imaginário social, de elementos diretamente relacionados à narrativa oficial das instituições militares e da própria mitologia republicana do Estado brasileiro.

Os esportes na Primeira República ocuparam um interessante espaço de tensão entre elites e trabalhadores, uma vez que grande parte dos eventos esportivos, partindo das concepções higienistas de culto à saúde e ao corpo e dos comportamentos sociais da Belle Époque europeia, eram prioritariamente destinados a pessoas distintas da sociedade. É coerente, nesse sentido, considerar que os tenentes da Marinha ocuparam esse lugar nas regatas, no entanto, nas mesmas canoas, botes e escaleres, havia remadores cujos nomes não eram mencionados.

Itamar Gaudêncio, ao comparar o surgimento de práticas esportivas em Belém e Manaus no período do que tratou como “Belle Époque esportiva”, afirmou que os eventos esportivos em Manaus foram inicialmente promovidos por estrangeiros em domínios particulares, sendo os igarapés espaços de esportes náuticos e, paralelamente, clubes esportivos foram fundados com o objetivo de construção de viagens de recreios e momentos de lazer entre famílias de clubes fundados por brasileiros¹³⁹.

Nessa mesma perspectiva, os clubes que promoviam outros esportes, como o futebol, eram também clube de regatas, como em Belém o caso do Clube do Remo, o qual promovia

¹³⁸ ESTADO DO PARÁ, Belém, 12 de junho de 1914, p. 1.

¹³⁹ GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. “**Football suburbano e festivais esportivos**”: lazer e sociabilidade nos clubes de subúrbio em Belém do Pará (1920-1952). 2016. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Pará. Belém, 2016, p. 82.

regatas inclusive como evento comemorativo para casamentos, batismos e aniversários entre os sócios.

Victor Andrade de Melo, ao analisar a natação no Rio de Janeiro como parte de um processo de transformações na cidade, entre as décadas de 1850 e 1890, considerou que as mudanças de uso do mar permearam tanto a apropriação da higiene em si como a prática dos exercícios enquanto tônica principal dos discursos promovidos pela imprensa sobre o tema. Nesse contexto, a organização de competições de natação, incluindo o caso das regatas, surgiu como forma de controle e conscientização da vulgarização das práticas de natação na cidade¹⁴⁰.

A primeira agremiação a realizar “regatas de nadadores” foi a Associação Humanitária de Natação, em 1867, objetivando “instruir os sócios na arte da natação, estabelecer corridas públicas, honrar com uma medalha qualquer sócio e gratificar com um prêmio pecuniário qualquer estranho que, na baía do Rio de Janeiro, salvar de afogar-se algum seu semelhante”¹⁴¹. Nesse sentido, a prática organizada de esportes náuticos passaram a ter, também, o sentido de desenvolver utilidade pública.

Embora desde a década de 1860 fossem promovidas regatas no Rio de Janeiro, segundo Melo, foi apenas a partir de 1896, com a criação do Clube de Natação e Regatas que tais eventos começaram a ganhar regularidade e alcançarem um público maior, incluindo festividades com bandas de música, brindes e bailes. É evidente, no entanto, que tais iniciativas se destinavam aos sócios e, portanto, não atingia todos os setores da sociedade.

As regatas constituíam, assim, espaços importantes de visibilidade, prestígio e distinção dos tenentes quanto à prática esportiva na mesma medida em que eram espaços de interação, a partir do lazer, com outros trabalhadores não citados nos jornais.

Quando da passagem da canhoneira Pátria por Óbidos e Santarém, os festejos seguiram um padrão semelhante aos ocorridos em Manaus. Em Óbidos, a recepção da canhoneira foi feita pelo vapor Rio Branco, da Companhia de Navegação do Amazonas, pelo vapor Olinda, do Lloyd Brasileiro, e pela canhoneira fluvial Amapá, da Flotilha do Amazonas. A comissão de Óbidos fora formada antes da chegada da Pátria em Manaus pelo comendador português Ramos Pinto, além do comerciante Vidal e Ezequiel Barros.

Em 10 de maio, a Pátria chegou a Óbidos e a recepção foi feita com “sessão solenne no grupo escolar, sendo a officialidade recebida ao desembarcar por grande massa de povo que

¹⁴⁰ MELO, Victor Andrade de. Enfrentando os desafios do mar: a natação no Rio de Janeiro do século XIX (1850-1890). *Rev. Hist. (São Paulo)*, São Paulo, n. 172, jan.-jul., 2015, p. 299-334.

¹⁴¹ Idem, p. 324.

levantava entusiasticos vivas”¹⁴². Pela noite, foi feito discurso por Alphonse Levi, diretor do grupo escolar sob música da banda do 4º batalhão do Exército, sobre a importância histórica dos portugueses na “raça” brasileira.

No dia seguinte, às 5 horas da manhã, a Pátria chegou a Santarém, onde “foram queimadas muitas gyrandolas de foguetes” e o litoral totalmente embandeirado¹⁴³. A comissão de recepção foi formada por representantes do comércio. Segundo o Jornal do Commercio,

“Em seguida se organizou uma passeata, formada por 600 pessoas. Seguiu pela rua do Commercio que se achava ricamente preparada até a residência do sr. Francisco Paiva, sendo ali os irmãos lusos recebidos fidalgamente por madame Paiva. Depois foram convidados a tomar parte em uma mesa artisticamente adornada, sendo servido chocolate, doces etc. A cabeceira da mesa foi ocupada pelo sr. Commandante, tendo á sua direita o guarda-marinha Inso e nosso representante, e á esquerda o guarda-marinha Souza Junior e madame Paiva. Os restantes logares foram ocupados pelas pessoas mais gradas do logar.”¹⁴⁴

E, na saída da embarcação, igualmente o porto foi preenchido com lanchas e foguetes.

Ainda em 1906, no mês de junho, a visita do presidente Affonso Pena a Manaus também foi marcada por comemorações e pela formação de uma flotilha. No dia 26 do referido mês, o paquete Maranhão, que o trazia, foi recepcionado pelos vapores Antonio Olyntho (capitânia), Mauá, Ajudante e lancha Pensador, em Marapatá. Até a entrada do porto de Manaus, foi conduzido ainda pelo vapor Humaythá e pelas lanchas S. Martin, Canutama, Solimões, Santo Antonio, Luiz Alves, S. Joaquim e Republica¹⁴⁵.

O paquete Maranhão fora conduzido até Paricatuba, onde,

“Às 7 e ¼ da manhã s. exc. chegou a bordo do Maranhão acompanhado do sr. Dr. Constantino Nery e de toda sas pessoas de sua comitiva.

Ao entrar s. exc. no portolá desse navio, uma tenda de musica do Regimento, colocada no tombadilho, executou o Hymno Nacional, religiosamente ouvido de pé por todas as pessôas presentes.

S. exc. demorou-se pouco tempo a bordo do Maranhão, passando-se logo para a canhoneira Missões, acompanhado dos srs. Drs. Governador do Estado, Aarão Reis, Sá Freire e Alvaro Penna, monsenhor Hypollito Costa, tenente Aarão Reis Filho e diversas pessôas.

Às 7 ½ horas o paquete Maranhão desatracou-se do Roadway da Manáos Harbour, seguindo viagem em rumo de Paricatuba, numa marcha serena e vagarosa, com pouca força, afim de ser acompanhado pela flotilha que marchava na seguinte ordem: Acre, Missões, Amapá, Maranhão, Antonio Olyntho, S. Antonio, Mauá e Canutama.

A bordo do Maranhão dansou-se animadamente ao som da banda de musica do 2º batalhão do Estado e a orchestra desse navio fez um agradável concerto, executando magnificas peças.

Às 10 horas em ponto a flotilha chegou a Paricatuba, encontrando ali as lanchas Pensador, Miss, Acre, Alberto Aguiar e Valeria.

¹⁴² JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 12 de maio de 1906, p. 1.

¹⁴³ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 18 de maio de 1906, p. 1.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 28 de junho de 1906, p.1.

Nessa mesma hora s. exc. desembarcou do Maranhão em companhia do sr. Dr. Governador do Estado, superintendente municipal, mais autoridades e os convidados. No caes aguardavam a chegada o reverendo Lous Treben, director do Instituto, da ordem do Espirito Santo, sr. João Vilhena Aguiar, secretario, e os mestres de musica e das officinas de alfaiate e sapateiro”¹⁴⁶.

Durante praticamente toda a passagem de Affonso Pena por Manaus, a canhoneira Missões esteve à disposição como uma espécie de embarcação auxiliar para o presidente. No mesmo dia, a bordo do paquete Maranhão, foi realizado o banquete reunindo as autoridades. É importante ressaltar que o comando do navio era feito por um capitão-tenente da Marinha de Guerra, conforme os regulamentos previam.

“Em frente a Paricatuba realizou-se a bordo do Maranhão o almoço que o capitão-tenente Pacheco, commandante desse navio, offereceu ao sr. Dr. Constantino Nery, governador do Estado.

Era deveras encantador o aspecto do salão onde se realizou o referido almoço, não só pela ornamentação de que se revestia como também pelo grande numero de cavalheiros e famílias que ali se achava.

O ágape correu na mais franca cordialidade, deixando a todos uma impressão agradabilíssima.

No momento preciso levantou-se o capitão-tenente Pacheco e, em palavras repassadas de bondade e gentileza, disse que offerecia aquelle almoço a primeira auctoridade do Estado, como uma prova de gratidão ao acolhimento generoso que havia tido nesta capital e em signal de admiração pelos méritos do sr. Dr. Constantino Nery.

Terminada a oração do capitão-tenente Pacheco, sr. Dr. Governador levantou-se e agradeceu-lhe melhorado a gentileza com que vinha de ser distinguido.

Em seguida fallou o sr. Dr. Affonso Penna, brindando os cavalheiros presentes e a família amazonense, brinde que foi respondido pelo sr. Dr. Rodrigo Costa.

Levando-se depois Raphael Pinheiro e, em nome da imprensa sulista, brindou ao sr. Dr. Constantino Nery, dizendo que interpretava naquelle momento os sentimentos de todos os seus colegas, hypothecando ao sr. Governador do Estado a palavra sincera de gratidão as tantas gentilezas que haviam recebido e confessando que se achava encantadíssimo pela belleza de Manáos, e seus melhoramentos como ambem pela hospitalidade de seu povo, podendo assegurar que todos os seus colegas verificaram com satisfação quão grande é a calumnia levantada contra o Amazonas, para o qual se abre agora um futuro grandioso e invejável”.

A descrição do banquete é significativa também pelo fato de que os mesmos ritos realizados nos palácios, teatros e prédios de associações também se reproduzia a bordo de navios. Nos paquetes, como navios modernos da marinha mercante, divididos em classes e com luxuosas instalações continham os mesmos elementos simbólicos que distinguiam a alimentação e a sociabilidade como atos políticos e de poder, inclusive com cozinheiros e culinárias que produziam “iguarias” semelhantes aos mencionados anteriormente nas cidades. E no caso da viagem de Affonso Pena, é provável que a maioria dos banquetes tenha sido realizada justamente a bordo do Maranhão.

No dia 29 de junho, Affonso Pena embarcou na canhoneira fluvial Acre, onde

¹⁴⁶ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 29 de junho de 1906, p. 1.

“fez uma excursão fluvial, acompanhado pelas canhoneiras Missões e Amapá e uma flotilha composta do Maranhão e mais quatro vapores.

Em Paricatuba assistiu s. exc. á inauguração do instituto Agrícola Industrial. Houve missa celebrada pelo governador do bispado.

Depois do delicado lanche, ao champagne trocaram-se affectuosos brindes. A s. exc. a directoria do instituto offereceu um estojo com caneta e tinteiro de oiro.

Ás 11 ½ embarcamos no Maranhão, onde se realizou um almoço offerecido pelo Lloyd ao governador do Estado, a quem o commandante brindou. Respondendo o sr. Coronel Constantino Nery brindou ao Lloyd. O dr. Affonso Penna ergueu delicado brinde à família amazonense.

Após o almoço, o Maranhão regressou ao ancoradouro da cidade.

As despedidas foram affectuosissimas.

Acompanham o paquete Maranhão até a fronteira do Estado, em Parintins, o governador, seu ajudante de ordens, José Gayoso e Raul de Azevedo, que regressarão dalli no aviso Cidade de Manaus.

Tocaremos em Obidos. Partimos ás 4 ½ da tarde”¹⁴⁷.

Neste caso, como comandante chefe das forças armadas, os ritos de recepção e condução foram realizados pelos próprios navios da Flotilha, haja vista também que a representatividade do poder federal demandava o simbolismo das forças militares federais. Embora não tenha encontrado nos jornais outras visitas de presidentes, é provável que, caso tenham ocorrido, seguissem a mesma lógica. Uma das dimensões do comando dos navios de guerra era, nesse sentido, justamente a ostentação do poder e da autoridade federais.

Outro caso de flotilha de recepção interessante na primeira década do século XX foi a visita do ministro plenipotenciário do Chile, Francisco José Herboso, a Manaus. Em maio de 1909, o diplomata, a bordo do vapor Pará, fora recebido por uma flotilha composta pelo aviso Cidade de Manaus e as lanchas Amazonas, Hércules, Colibri, Macucy, Silvério Nery, Margarida e do rebocador Primor. Esse evento foi um dos que encontrei a maior ocorrência da expressão “flotilha de recepção”.

O aviso Cidade de Manaus conduziu para o ponto de encontro, em Marapatá, com as embarcações em fila, o comandante da Flotilha, o representante do governador e comandante do batalhão militar do Estado, além dos representantes da região militar, Conselho municipal, Lloyd Brasileiro, Intendência Municipal, vapor Commandante Freitas, Sociedade de Tiro, Canhoneira Juruá, Racing Club, Manáos Harbour, um chileno e outras pessoas.

“[...]

Ás 5 e ½ chegou a flotilha a Marapatá, onde estiveram todos os navios sobre machinas, até ás 6 e 15, hora em que se moveram ao encontro do Pará, dando o aviso Cidade de Manáos, uma salva de 17 tiros, com a bandeira chilena em mastro.

Ao passar pelo Pará foram erguidos repetidos e calorosos vivas ao Chile e ao seu ministro.

Feitas as saudações pela flotilha, esta regressou acompanhando o Pará até ao roadway da Manáos Harbour, onde o consul do Chile, e os ajudantes de ordens do coronel governador, do general inspector e do chefe da flotilha, foram levar ao ilustre viajante os cumprimentos do estylo.

¹⁴⁷ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 7 de julho de 1906, p. 1.

Á bordo do Pará, uma comissão da guarnição do Commandante Freitas, offereceu ao ministro Herboso, um artístico bouquet de flores naturaes, falando n'essa ocasião o marinheiro nacional de 1ª classe João Nonato.

O ministro, bastante emocionado com a demonstração que lhe era feita por parte da marinha, agradeceu ás saudações que lhe tinham sido dirigidas, fazendo votos pela prosperidade da armada brasileira.

Ás 7 ½ horas atracou o Pará ao roadway tendo logar, entre ruidosas aclamações, o desembarque do ilustre viajante, sua exma. Esposa e seu secretario.

Deu o braço a mme. Herboso o capitão de fragata De Lamara, commandante da flotilha que, ao saltar, entregou-a ao coronel Antonio Bittencourt, governador do Estado.

Na ocasião em que o ministro diriga para o landay que lhe esperava emfrente ao edificio da Alfandega, cuja praça estava festivamente embandeirada, o povo aclamou delirantemente o Chile e o seu ilustre representante.

[...]

No aviso Cidade de Manãos, capitanea da flotilha de recepção, tocou durante o trajecto a banda de musica do 46º de caçadores.

[...]

Os chefes, comandantes e officiaes da marinha, dos navios e escola, dirigir-se-ão hoje á palácio, afim de cumprimentar o ministro Herboso, tendo á frente o capitão de mar e guerra Belfort Vieira, inspector naval no norte da Republica”¹⁴⁸.

Durante a maior parte dos festejos, o capitão de mar e guerra Belfort Vieira acompanhou o ministro chileno. Em grande parte, o fato de ser a principal autoridade militar da Marinha na região no momento justificava a sua presença. No dia 21 de maio, os oficiais da Marinha foram até o palácio do governo do estado do Amazonas e realizaram brindes:

“Em palácio, a officialidade foi gentilmente recebida pelo ministro e seu secretario, servindo-se n'essa ocasião uma taça de champagne.

O capitão Belfort Vieira, em vibrante alocução, brindou ao Chile na pessoa do dr. Francisco Herboso, dizendo sentir-se possuído de intensa satisfação por ver que o povo amazonense tinha sabido cumprir o seu dever homenageando ao ilustre ministro.

O dr. Herboso, ergueu em seguida uma entusiastica saudação á marinha brasileira, que se tem tornado creadora da estima do Chile, sempre que ás plagas da sua pátria aportam os navios de guerra brasileiros.

Após esses cumprimentos, a officialidade retirou-se, sendo acompanhada até o vestibulo do palacio, pelo ministro Herboso e seu secretario, D. Ovalle Castillo.

Compunha-se a officialidade do capitão de mar e guerra Belfort Vieira, inspector naval, capitão de fragata Jeronymo De Lamare, commandante da flotilha, capitão de fragata e do porto Raymundo Ribeiro Penna, estado-maior da flotilha, commandantes dos navios da mesma e officiaes”¹⁴⁹.

Os brindes e a presença significativa de todo estado-maior e comandantes de embarcações da Flotilha não foi, no entanto, apenas parte da celebração. O contexto da visita do ministro chileno foi marcado pela disputa armamentista, no âmbito da América do Sul, entre Brasil, Argentina e Chile em torno da aquisição dos *dreadnoughts* ingleses especialmente iniciada após o contrato formado entre o governo brasileiro e os estaleiros ingleses para construção do encouraçado Minas Gerais.

¹⁴⁸ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 21 de maio de 1909, p. 1.

¹⁴⁹ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 22 de maio de 1909, p. 1.

Em 10 de setembro de 1908, o Minas Gerais flutuou pela primeira vez em Newcastle, na Inglaterra. À ocasião, o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, segundo Martins Filho, “trouxe detalhes da cerimônia em reportagem de 200 linhas”¹⁵⁰. No mesmo ano, jornais ingleses, como o Illustrated London News, o Daily Graphic e o Times também noticiaram o fato, além da revista francesa Revue Maritime. Segundo o autor, até mesmo a Scientific American trouxe em sua edição de dezembro de 1908 reportagem sobre o Minas Gerais.

O impacto na imprensa internacional derivou do fato de que o Brasil, tendo desistido dos cruzadores e encouraçados menores do programa naval elaborado pelo contra-almirante Julio Cesar de Noronha em 1904 em favor dos *dreadnoughts* do programa de 1906, aproximou-o em parte do poderio naval das principais potências do mundo, que mantiveram considerações semelhantes sobre o futuro dos navios de guerra.

Após 1908, a imprensa internacional passou também a produzir rumores sobre o futuro dos encouraçados brasileiros, indicando, por exemplo, a possibilidade de venda dos navios para o Japão em caso de guerra contra os Estados Unidos, produzido pelo New York Herald e que gerou uma comunicação da embaixada de Washington ao Rio de Janeiro sobre o tema.

Órgãos de imprensa de diversos países acabaram por discutir o papel de um encouraçado daquelas proporções a um país que era considerado uma potência secundária no cenário internacional. E nesse sentido, o autor considerou que a importação dessa tecnologia, a partir do programa naval brasileiro, trouxe instabilidade política à América do Sul, na medida em que produzira um desequilíbrio entre as principais marinhas da região, justamente dos países mencionados.

Em setembro de 1906, o ex-ministro americano William Buchanan procurou o governo britânico para apresentar uma proposta “para a solução do contencioso naval então nascente”¹⁵¹, consistindo na venda de dois dos encouraçados encomendados (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) respectivamente para Chile e Argentina, o que fora rechaçado pelo governo brasileiro após parecer desfavorável do Barão do Rio Branco, então ministro das relações exteriores.

Chile e Argentina viam a aquisição dos encouraçados como uma estratégia de afirmação político-militar do Brasil como potência hegemônica da região. Efetivamente, o poder bélico desses encouraçados era superior a praticamente todos os navios da própria esquadra brasileira. Em 1910, quando da Revolta da Chibata, uma das questões debatidas pelo parlamento brasileiro foi a possibilidade concreta de torpedear o Minas Gerais para contê-la, ao que não havia

¹⁵⁰ MARTINS FILHO, Op. Cit., p. 137.

¹⁵¹ Idem, p. 160.

consenso sobre a eficácia do ataque conjunto de toda a esquadra contra o encouraçado, conforme Edmar Morel e Álvaro Pereira do Nascimento mencionaram em suas obras sobre o tema¹⁵².

Acessando as cartas da diplomacia britânica, Martins Filho afirmou que em 1908, a crise piorou, uma vez que o embaixador britânico em Buenos Aires, Tonwley, relatou ao governo inglês que o chanceler argentino, Zeballos, vislumbrava a aliança do Brasil com os Estados Unidos de modo a produzir uma hegemonia total no continente americano, propondo, em conjunto ao governo chileno, que impusessem uma limitação de armamentos com o governo brasileiro afim de evitar um eventual conflito entre as partes e, caso negativo, os dois governos não aceitariam a postura do Brasil e “a Argentina decretaria mobilização nacional do Exército e da Marinha e daria ao Brasil um prazo de oito dias, ao mesmo tempo que faria gestões na Europa para explicar sua atitude às grandes potências”¹⁵³.

A publicação das intenções de Zeballos levou à sua demissão e, segundo o autor, a amenização do clima de tensão entre os países. Essa retração não pode ser considerada total a partir apenas do chanceler argentino, uma vez que desde o final da década de 1890, há havia, no Brasil, um conjunto de intelectuais que escrevia em jornais do Rio de Janeiro favoravelmente ao armamentismo do Brasil, como nas cartas publicadas por Ruy Barbosa na Revista Marítima Brasileira sobre as lições aprendidas na Inglaterra e no extremo-oriental sobre o papel das marinhas na imposição militar dos países¹⁵⁴.

É nessa perspectiva que tanto a celebração da chegada do ministro chileno a Manaus como a presença amistosa e constante dos oficiais da Flotilha do Amazonas foram também respostas diplomáticas a um processo de crise internacional e que exigira, no plano local, manifestações de autoridades diretamente ligadas ao cerne dos problemas, isto é, de oficiais de Marinha.

Como estratégia de recepção, a visita do chanceler chileno também foi a primeira onde encontrei expressamente a participação de marinheiros no processo. Segundo o Jornal do Commercio,

“O ilustre capitão de fragata Jeronymo De Lamare, digno commandante da flotilha surta no porto, a proposito de um officio que lhe foi dirigido pelo commandante da canhoneira Juruá, baixou hontem a seguinte ordem do dia:

¹⁵² Cf. MOREL, Edmar. **A revolta da chibata**. 6. Ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina** na revolta dos marinheiros de 1910. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

¹⁵³ MARTINS FILHO, Op. Cit., p. 164.

¹⁵⁴ Em minha dissertação, trabalhei essas questões no capítulo 1. Vd. PEREIRA, Op. Cit., 2017.

Commando da Flotilha de guerra em Manaus, 22 de maio de 1909. Com satisfação, faço publico a comunicação que ora me é feita pelo capitão-tenente commandante da canhoneira Juruá, pelo procedimento honroso e humanitário que teve o marinheiro nacional Francisco Paulo de Lima, no porto de Cabedello, quando vinha para bordo do Pará, em uma lancha com o sr. Ministro do Chile, dr. Herboso, elogiando-o pela sua pericia e calma que denotou n'aquella occasião"¹⁵⁵

Em outras ocasiões, na década de 1910, marinheiros apareciam nas notícias dos jornais quando da recepção a navios de guerra e autoridades realizando discursos e conduzindo parte das solenidades de celebração. Sobre isso, considero como um dos aspectos representativos do simbolismo envolvendo esses eventos na década de 1910: o período fora também o momento em que as Escolas de Aprendizes Marinheiros já tinham certa maturidade no desenvolvimento e formação de marinheiros no Brasil. Da mesma forma, a Revolta dos Marinheiros de 1910 também impusera maior papel aos marinheiros considerando-a como parte de um processo de conscientização profissional deles como parte de um exercício da cidadania.

Os anos 1910 foram um momento de mudança, onde a Marinha manteve maior regularidade em suas práticas formativas e do papel profissional dos seus oficiais. Entre 1913 e 1919, o cruzador Benjamin Constant passou a visitar regularmente Belém como parte da viagem de instrução que era a última etapa de formação dos guardas-marinha na Escola Naval.

Em 22 de maio de 1913, o navio-escola Benjamin Constant aportou em Belém, ficando aberto a visitação e sendo noticiado da seguinte forma:

“Aferrou hontem, ás 3 horas da tarde, no Guajará, o navio-escola da armada nacional Benjamin Constant, que está empreendendo uma viagem de instrucção aos novos 2ºs tenentes, guardas-marinhas e aspirantes.

A bellonave de guerra brasileira vem sob o commando do illustre capitão de fragata Barros Barret, cujo nome honra a armada nacional.

Ao atracar o Benjamin Constant no armazém n. 5 da Port of Pará, a correcta banda de musica, que traz a seu bordo, executou a marcha Commandante Perdigão, escripta por um inferior da armada e dedicada ao capitão de corveta Luiz Perdigão, digno immediato do Benjamin Constant. O commandante do garboso vaso de guerra recebeu assim, que o navio atracou, os cumprimentos de boas-vindas do capitão de fragata Cruz Secco, inspector do Arsenal de Marinha; 1º tenente Randolpho Oliveira, commandante da canhoneira Missões; capitão-tenente Antonio de Oliveira, patrão-mór do Arsenal de Marinha; e dos representantes do ESTADO DO PARÁ e Folha do Norte.

O distincto marinheiro recebeu-os no portoló do navio conduzindo-os ao salão de honra, onde se entretiveram em agradável palestra.

O Benjamin Constant passou em Salinas ante-hontem ás 5 horas da tarde, tendo cruzado, durante toda a noite, na costa para dar entrada pela manhã, a meia marcha, procedendo a estudos.

Passou na villa de Mosqueiro ás 12 ½ horas da manhã, diminuindo mais a marcha a fim de dar entrada no quadro ás 2 da tarde

Hontem demos o nome da officialidade do Benjamin Constant e repetimos hoje, devido ter sahido a bordo de algumas alterações feitas na mesma, a ultima hora"¹⁵⁶.

¹⁵⁵ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 23 de maio de 1909, p. 1.

¹⁵⁶ ESTADO DO PARÁ, Belém, 23 de maio de 1913, p. 1.

A viagem de instrução do Benjamin Constant passou a ser um evento de grande prestígio social e distinção, tendo a oficialidade, no mesmo ano sido convidada a percorrer a cidade por meio de bondes oficiais e a visitar diversos estabelecimentos públicos, incluindo os oficiais do Arsenal de Marinha, Capitania do Porto e das embarcações que estavam em Belém no período.

No dia seguinte à chegada do Benjamin Constant, por exemplo, os oficiais foram convidados a conhecerem o bosque Rodrigues Alves e o museu Emílio Goeldi¹⁵⁷. Além disso, o cinema Odeon ofereceu um espetáculo aos oficiais e, no dia 24 de maio, “Em bond especial irá, hoje, pela manhã, ao quartel-general da Região Militar a banda de musica do Benjamin Constant, a fim de tocar alvorada, e amanhã tocará no corêto do parque João Coelho”¹⁵⁸.

Ainda no dia 24 de maio, o inspetor do Arsenal de Marinha do Pará, capitão de fragata Cruz Secco, ofereceu um banquete em sua residência à oficialidade do Benjamin Constant. Segundo o jornal Estado do Pará,

“Á mesa tomaram lugar os srs. Capitães de fragata Barros Barreto, commandante daquella nave de guerra; Frederico Cruz Secco, inspetor do Arsenal de Marinha; Paula Barros, capitão do Porto; tenente-coronel Calheiros de Lima, inspetor da Região Militar; capitão-tenente Ubaldo da Silveira, commandante da Escola de Aprendizes Marinheiros; primeiro-tenente Randolpho de Oliveira, commandante da Missões e, outros officiaes da bellonave brasileira”¹⁵⁹

O comandante do Benjamin Constant, Francisco de Barros Barreto, foi comandante da canhoneira Guarany em 1899, quando capitão-tenente, portanto, ele compreendia e conhecia a relevância da presença de navios de guerra na baía do Guajará, em Belém.

A visita do Benjamin Constant também foi utilizada como parte do processo de formação da Escola de Aprendizes Marinheiros do Pará, que sempre que o cruzador aportava, enviava uma turma para visitação e conhecimento dos instrumentos e aparelhos de bordo.

Em 25 de maio, alunos da Escola visitaram o navio, “trajando uniforme branco com perneiras amarelas, os alumnos, sob o mando do tenente Mario de Almeida, e tendo á frente as respectivas bandas de tambores, cornetas e de música, partiram á uma hora da tarde do edificio da Escola, rumo ao cáes, onde foram recebidos com continências da ordenança”¹⁶⁰.

E como um evento regular, a imagem do Benjamin Constant foi utilizada igualmente por governos estaduais como elemento de poder. Em 1917, quando o Benjamin Constant aportou novamente em Belém em viagem de instrução dos guardas-marinha formados pela

¹⁵⁷ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 24 de maio de 1913, p. 1.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de maio de 1913, p. 1.

¹⁶⁰ ESTADO DO PARÁ, Belém, 26 de maio de 1913, p. 1.

Escola Naval, o jornal Estado do Pará publicou duas imagens retratando o contato dos oficiais com o governador do estado, Lauro Sodré, informando ainda que fora oferecido um chá aos oficiais.

Figura 9 - Theodora e Lauro Sodré com o comando do navio-escola Benjamin Constant, 1917.



Fonte: ESTADO DO PARÁ, Belém, 22 de setembro de 1917, p. 1.

Figura 10 - Contato do governador Lauro Sodré com oficiais do navio-escola Benjamin Constant, 1917.



Fonte: Idem.

Em 1917, a festa foi realizada no Instituto Lauro Sodré, “constituindo um facto de alto relevo social, que dá bem uma idéa frisante do apurado gosto esthetico e elevada distincção que lhe souberam imprimir seus promotores”. A chegada ao Instituto foi feita por um bonde, trazendo, além do governador Lauro Sodré e sua esposa, os oficiais de gabinete, o intendente de Belém, Sousa Castro, o comandante da 1ª região militar coronel Calheiros Lima, o capitão de mar e guerra José Martini, comandante da Flotilha do Amazonas (a qual fora movida para Belém devido à Grande Guerra Mundial) e outras autoridades, além de ser destacado no jornal o primeiro-tenente da Marinha Benjamin Sodré, filho de Lauro Sodré.

Diferente dos banquetes dos primeiros anos da República, Lauro Sodré ofereceu um “chá” à oficialidade do Benjamin Constant sob números musicais e teatrais dos alunos do Instituto Lauro Sodré, com programação também realizada pela banda de música do Instituto.

Esse é o principal elemento novo das celebrações da década de 1910 que envolviam o poder político no Brasil: o ensino como instrumento de civilização e de legitimidade do poder político pelo viés intelectual, expresso, inclusive, no poder fluvial. Por essa razão, a utilização da Escola de Aprendizes Marinheiros em eventos como esse foi um dos instrumentos de diálogo com o poder exercido pela Marinha de Guerra na Amazônia.

No ano de 1913, por exemplo, quando da comemoração da proclamação da República, a Escola de Aprendizes Marinheiros do Pará foi o local onde tais celebrações aconteceram por parte da Marinha:

“Na Escola de Aprendizes Marinheiros

Teve comemoração condigna neste estabelecimento de instrução a data gloriosa da proclamação da Republica.

Às 5 am foi dado o toque de alvorada sendo o pavilhão auri-verde hasteado às 6 horas, formando toda a Escola em continência aos sons patrióticos e vibrantes do Hymno Nacional e marcha batida de cornetas e tambores. Às 8,30 da manhã os aprendizes, em forma, executaram impecáveis evoluções militares no palco pátio do estabelecimento, percorrendo a seguir, varias ruas em passeio militar sob o comando do mestre Manoel José da Silva.

Durante o passeio militar os futuros marinheiros eram acompanhados por considerável massa de populares e, aproveitando a oportunidade, visitaram as redacções dos jornaes diários de Belem. Tambem estiveram na praça da Republica onde foram prestar os sentimentos devidos, á estatua que symboliza a mais onomástica da democracia brasileira, executando so depois varias manobras e rumando novamente para o edificio da Escola, onde debandaram ao toque de descanso”¹⁶¹.

O percurso realizado pela Escola é um elemento marcante da mudança de perfil da Marinha em relação aos marinheiros: se, nas décadas anteriores, o estigma social dos marinheiros como infratores e desordeiros recrutados à força para as companhias de aprendizes era um elemento introspectivo, isto é, a instituição voltava seus esforços para manter os aprendizes dentro das escolas com um processo de encarceramento, agora os aprendizes eram exatamente o oposto, os símbolos de um processo de disciplinarização bem-sucedido, que deveriam ser apresentados à sociedade como símbolo da própria instituição.

Durante a década de 1910, a Marinha manteve, na Amazônia, três estabelecimentos de ensino principais: as Escolas de Aprendizes Marinheiros do Pará e Amazonas e a Escola de Marinha Mercante do Pará. Embora as duas escolas do Pará fossem geridas pela Marinha, o perfil dos alunos era bastante diferente: enquanto a primeira recrutava jovens quase sempre

¹⁶¹ ESTADO DO PARÁ, Belém, 16 de novembro de 1913, p. 2.

oriundos de camadas pobres, a segunda formou oficiais mercantes oriundos de uma parcela mais ampla das camadas médias e elites, como, por exemplo, o filho do intendente Antônio Lemos, Antônio Pindobussú Lemos, que fora presidente do Club Naval em alguns momentos dessa década, ou alunos com sobrenomes ligados à famílias que compunham a elite política do estado, como Bittencourt e Chermont.

Em ambos os casos, o ofício de professor de uma das duas escolas desempenhava um prestígio social a ser considerado na década de 1910, uma vez que nos festejos mencionados, o discurso de professores era quase sempre presente. No caso dos festejos republicanos de 1913, por exemplo, o jornal Estado do Pará publicou o discurso do professor Said Minenucci, que ocupou quase duas colunas na edição do referido jornal.

Os alunos da Escola de Marinha Mercante, assim como professores como Ignacio Moura e Bento Machado eram frequentemente referidos com pompas nos jornais, inclusive nas colunas sociais, como é o caso do aniversário do “jovem Pauhiny Pinto”¹⁶² ou de Luiz de Moraes Bittencourt¹⁶³, além do quê, o diretor da Escola, que quase sempre acumulava as funções de capitão do porto e, não raramente, de inspetor do Arsenal de Marinha do Pará, era mencionado no referido jornal primeiramente (ou unicamente) pelo seu cargo de direção na escola.

E em junho de 1920, foi fundada, anexa à Escola de Marinha Mercante, a escola noturna Marcílio Dias, inaugurada no dia da Batalha Naval do Riachuelo e cuja função, o capitão de mar e guerra Aristides Mascarenhas, inspetor do Arsenal “fez expedir uma circular aconselhando os operários a aproveitarem os benefícios que lhes advêm dessa utilíssima instituição, que é destinada também aos marinheiros nacionaes e áquelles que della se queiram utilizar”¹⁶⁴.

Por fim, considero um dos caso mais detalhados na documentação sobre a recepção a navios de guerra a visita do cruzador de 2ª ou 4ª classe¹⁶⁵ da Inglaterra HMS Glasgow, a Belém, em dezembro de 1913. Além de detalhado, o caso é também interessante por ter tido alguns elementos de sociabilidade novos em relação aos anteriormente trabalhados.

O referido navio aportou em Belém em 2 de dezembro de 1913, trazendo a seu bordo uma tripulação de 340 marinheiros, tendo partido do Rio de Janeiro, onde também realizara uma visita. A visita foi programada em conjunto com a colônia britânica em Belém, que, assim

¹⁶² O ESTADO DO PARÁ, 13 de maio de 1911, p. 2.

¹⁶³ O ESTADO DO PARÁ, 13 de setembro de 1913, p. 2.

¹⁶⁴ ESTADO DO PARÁ, Belém, 5 de junho de 1920, p. 1.

¹⁶⁵ As edições 873 e 874 do jornal Estado do Pará trazem respectivamente as duas classes diferentes.

como no caso da canhoneira Pátria, organizara um programa de festejos nos três dias que o navio deveria permanecer ancorado na cidade, sendo, por isso mesmo, o cônsul inglês no Pará Geo Michell mencionado em todas as ações da oficialidade do cruzador. Segundo o jornal Estado do Pará:

“Logo que lançou ancoras em Val de Cães, largaram do cães do Port of Pará as lanchas da saúde e da alfandega e os rebocadores Argus, Veloz e Conqueror, este ultimo conduzindo o consul inglez, mr. G. B. Michell, e o vice-consul James Bremmer.

Ao approximar-se o Conqueror da bellonave ingleza, esta salvou com 21 tiros.

Mr. Michell foi recebido ao portaló do Glasgow por toda a officialidade, tendo á frente o commandante, sendo-lhe nessa occasião prestadas as continências da pragmática. A guarnição toda achava-se formada no passadiço.

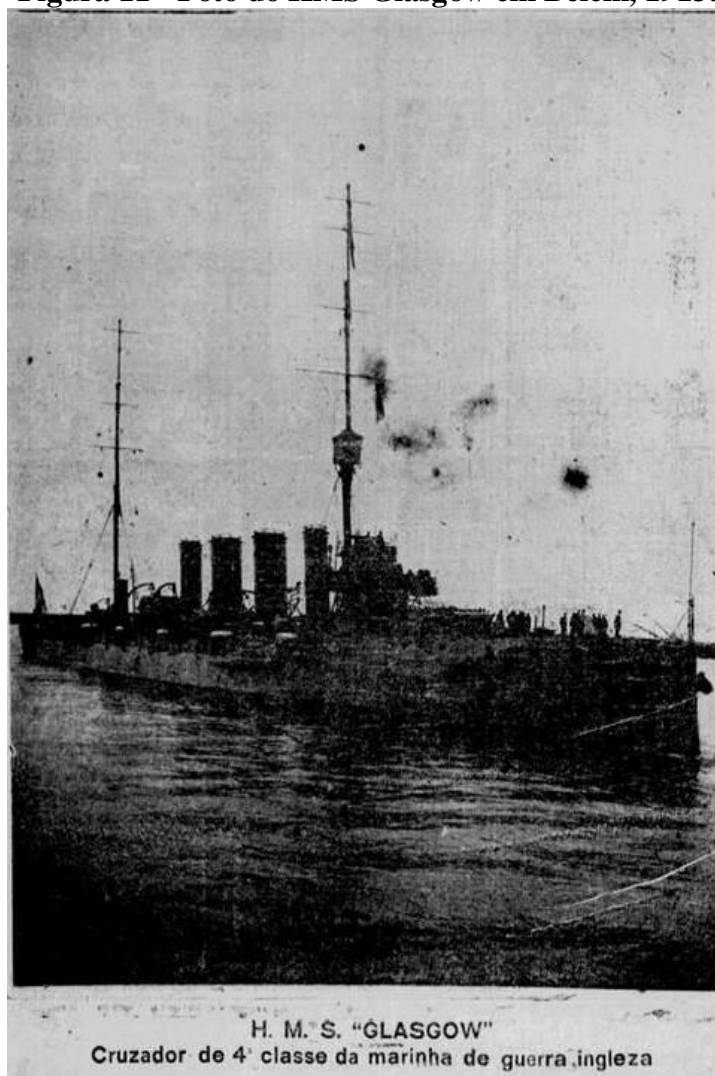
Momentos após, chegaram a bordo os representantes do sr. Governador do Estado, do sr. Intendente, o commandante da canhoneira Missões e o sr. Capitão do porto do Pará, aos quaes também foram feitas as continências devidas.

Hoje, pela manhã, o commandante do cruzador inglez, em companhia do respectivo consul, irá cumprimentar as autoridades do Estado, o commandante da canhoneira Missões, o sr. Inspector do Arsenal de Marinha e outras autoridades”¹⁶⁶.

A partir da década de 1910, a presença de navios de guerra estrangeiros passou a sempre ser acompanhada por oficiais da Marinha, especialmente pelo ajudante de ordens do capitão do porto ou do inspetor do Arsenal. No caso do HMS Glasglow, o primeiro-tenente João Baptista Lauro fora mencionado nas recepções feitas pela Marinha brasileira.

¹⁶⁶ ESTADO DO PARÁ, Belém, 2 de setembro de 1913, p. 1.

Figura 11 - Foto do HMS Glasgow em Belém, 1913.



Fonte: ESTADO DO PARÁ, Belém, 2 de setembro de 1913, p. 1.

Na notícia publicada pelo jornal Estado do Pará, o Glasgow foi caracterizado como “bellonave da mais poderosa marinha do mundo” e sua foto publicada na capa do referido, ao centro em letras maiores que outras notícias. Juntamente, o programa de festejos e recepção incluía:

“Amanhã pela manhã, a officialidade percorrerá as ruas da cidade, em bonds especiaes da Pará Electric; á noite, a colônia ingleza offerecerá aos officiaes britannicos um baile, no salão do theatro da Paz, gentilmente cedido para este fim pelo sr. Dr. Enéas Martins, governados do Estado”.

Quinta-feira – A marinagem do cruzador terá renhido “mach” de “foot-ball”, em Val-de-Cães”.
Sexta-feira – Á todos os marinheiros assistirão no esplendido cinema Olympia, uma sessão que lhes offerece a empreza Teixeira Martins & C^a.

Depois irão ao parque da importante fabrica de cerveja paraense, onde serão obsequiados pela respectiva directoria.

Á noite – Offerecido á distincta officialidade do Glasgow, haverá no Pará Club Bohemian evening e concerto ao ar livre, no qual tomarão parte não só os inglezes como também os smart belemenses.

Durante a estadia do Glasgow, em Belém, todos os edifícios públicos estaduais e logares de divertimento estarão franqueados á officialidade ingleza, de ordem do sr. Governador do Estado. O theatro da Paz, onde se realizará amanhã o grande baile, está recebendo artística ornamentação e illuminação.

Hontem á noite foram feitas experiências desta, exteriormente, produzindo deslumbrante effeito"¹⁶⁷.

Assim, no dia 3 de setembro, a officialidade do Glasgow fora dividida em grupos, sendo um a pé, outro em bondes e outro em automóveis “em visita a varios pontos de Belém, tendo muitos delles feito aquisição de objetos indígenas e exemplares de aves da fauna paraense”¹⁶⁸. Embora o jornal não indique quais tripulantes foram em cada meio de transporte, é coerente presumir que foram hierarquicamente divididos, tendo os oficiais de posto mais alto nos automóveis e assim por diante. A officialidade visitou os palácios do governo do estado e da intendência municipal, tendo convite para um banquete na casa do cônsul inglês pela noite.

No dia 4 de setembro, foi realizado um baile no Teatro da Paz:

“Das festas de salão realizadas este anno em Belém, será por certo uma a marcar data, o baile ante hontem realizado no vasto foyer do theatro da Paz, em honra á briosa officialidade do cruzador Glasgow, da armada britannica.

Logo ás primeiras horas da noite, as immediações do formoso edificio eram litteralmente occupadas por grande massa popular, que aguardava a chegada dos convidados ao luzido festival. Impressionava logo, á primeira vista, a original e polychromica illuminação de bizarro effeito, obtido por pequenas lâmpadas electricas, desenhando as corvas das arcadas do peristilo, janelas e columnas da fachada bellamente architectonica da nossa maior casa d’arte.

A installação electrica esteve a cargo do distincto sr. H. Binus, gerente da companhia dos bonds. Internamente a decoração, a ornamentação caprichosa, era caracterizada por mais sobriedade confortável, typico nas festas inglesas.

Alguns minutos depois das 10 horas da noite, chegava ao theatro, dando entrada no salão, s. exc. o sr. Dr. Enéas Martins, Governador do Estado, acompanhado de sua gentilíssima esposa, madame Cassilda Eirado Martins e dos srs. Dr. Carlos Silva, official de gabinete e capitão Pedro Nolasco, ajudante de ordens.

Em seguida, a primorosa orchestra de 20 professores, sob a competência direcção do musicista R. Castello Branco, deu começo ao magnifico programma, habilmente confeccionado, e que fora executado com a máxima proficiência”¹⁶⁹.

O jornal publicou também o programa das danças, todas valsas, e a lista dos presentes. É interessante ressaltar que a escolha da noite para realização de eventos como esse no Teatro da Paz era direcionada justamente ao tipo de illuminação utilizada, nesse caso, em diversas cores, tendo a illuminação um elemento de modernidade a ser demonstrado para os oficiais, autoridades e membros da colônia britânica convidados.

Ressalto também que a illuminação também fora um elemento importante do tipo de atividades econômicas das quais a colônia britânica se encarregava, uma vez que dentre os

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ ESTADO DO PARÁ, Belém, 4 de setembro de 1913, p. 1.

¹⁶⁹ ESTADO DO PARÁ, Belém, 5 de setembro de 1913, p. 1.

convidados, estava o gerente da Pará Electric, W. Binns, além do gerente da Pará Improvements, mr. Pam, ambos da referida colônia. Além deles, o gerente da Port of Pará, mr. Southgate também pertencia a ela.

Em termos comparativos, a visita do Glasgow se aproximou bastante da visita da canhoneira Pátria no sentido de representar, no contexto econômico e político da região, os elementos característicos das atividades realizadas pelas respectivas colônias: se a colônia portuguesa ressaltara os vínculos históricos entre Brasil e Portugal, a colônia britânica utilizara os ramos industriais de investimento na região através das lanchas de ferro e aço utilizadas pela Port of Pará, pelos bondes e luzes da Pará Electric e Pará Improvements. Os navios de guerra eram, assim, elementos simbólicos em disputa cuja presença engajava a projeção do que esses grupos pretendiam representar na sociedade amazônica.

Nessa mesma perspectiva, fora promovido pelo Pará Club um jantar em homenagem aos oficiais do Glasgow, a fachada do prédio foi igualmente ornamentada e a iluminação colorida também fora ressaltada como um aspecto fundamental:

“As festas inglesas da semana que findou foram brilhantemente coroadas de êxito, pelo serão bohemio decorrido sexta feira no Pará Club, á avenida Nazareth.

Todo o vasto edificio houvera sido elegantemente engalanado para aquelle festival que surtiu divertidamente alegre e prazenteiramente animado.

A fachada do prédio, o jardim parque e o campo de exercícos esportivos e jogo atheticos sito na parte posterior da referida sociedade, foram previamente empavesados a capricho com pannejantes e grandes bandeiras de todas as nacionalidades.

Notava-se ainda alli a instalação cuidada de uma dupla illuminação electrica e a giorno, reveladoras de apurado gosto e obtidas por meio de pequenos foco multiladores, arco-voltaicos poderosos e balões venezianos de varios tamanhos”¹⁷⁰.

A ideia de ornar o prédio com “bandeiras de todas as nacionalidades” também é intimamente relacionada à própria projeção do Estado britânico no contexto internacional, isto é, como potência que se pretendia universal no sentido da hegemonia política, militar, econômica e diplomática, aliando-se a luz elétrica à universalidade, num arranjo micro do plano macro da política internacional e das relações de poder em relação a um navio de guerra, símbolo máximo do poder militar no momento.

A visita do Glasgow também marcou a primeira notícia que encontrei onde a marinagem do navio fora recebida com algum tipo de pompa, no entanto, diferente: se os oficiais foram convidados para bailes, banquetes e grandes celebrações, os marinheiros foram convidados para uma partida de futebol contra o “Scrath Team Paraense” sob o título “Football: Para contra Glasgow – Vence o scratch-team paraense com o score de 3 goals a 0”:

¹⁷⁰ ESTADO DO PARÁ, Belém, 7 de setembro de 1913, p. 1.

“Realizou-se hontem, conforme anunciamos, no vasto field de São Braz, o match de foot-ball entre o scratch team paraense e a equipe ingleza do cruzador Glasgow. Venceu o scratch paraense, com o bellissimo score de 3 goals a 0. Em volta ao ground era enorme a multidão que assistiu áquella pugna sensacional, na qual se salientaram os destemidos players paraenses. O povo fez aos jogadores ingleses e paraenses uma delirante ovação, carregando a braços o goal-keeper brasileiro Aldo, que se portou dignamente na sua difficil posição”¹⁷¹.

A partida demarcou pelo menos três aspectos do poder das embarcações na década de 1910. Em primeiro lugar, nos anos 1910, os marinheiros, mesmo estrangeiros, já não eram necessariamente vistos como elementos estranhos à sociedade civilizada nos jornais, tendo um lugar reservado, à proporção de sua hierarquia, nos festejos e recepções de embarcações de guerra e mercantes e o caso do HMS Glasgow não foi restrito. Em segundo lugar, o futebol e os esportes ganharam maior amplitude e alcance, passando a ser também um ambiente de interação entre diversos setores da sociedade, da qual os militares, mesmo estrangeiros, eram parte constitutiva e, por isso, a presença de práticas esportivas em festas e celebrações passou a ter paulatinamente um lugar importante, inclusive como uma das práticas onde tanto oficiais como marinheiros participava.

Em 9 de dezembro do mesmo ano, oficiais do vapor inglês Pancras, que fazia a descarga de carvão na região do Pinheiro, em Belém, “insistiram” em participar de uma partida de futebol contra o União Sportiva, que tinha jogo marcado contra o Pinheiro Foot-Ball Club, mas cuja partida não podia ser realizada devido às chuvas torrenciais que atingiram a região. Segundo o jornal, “travou-se a lide que transformou-se num sport de novo gênero – o foot-ball aquático. Foram trambolhões a valer e que levantavam verdadeiras cascatas d’agua. Como deopilativo para o fígado esteve magnífico. Resultado: o empate”¹⁷². A curiosa situação é significativa de uma prática que provavelmente era cotidiana e regular, isto é, que tripulantes de navios fossem convidados para partidas contra equipes de futebol da região.

O terceiro ponto diz respeito ao ato de carregar o goleiro do clube paraense na vitória sobre os marinheiros do HMS Glasgow em “delirante ovação”. Embora fosse clara a distinção presente entre os militares prestigiados pelo navio de guerra, símbolo de poder bélico e político dos Estados, pelos oficiais e mesmo praças que constituíam, naquelas celebrações, personagens centrais, havia também a apropriação, por parte da população, desses espaços como expressão de suas aspirações e da própria concepção sobre os papéis ora desempenhados ali: a vitória não fora apenas um ato de futebol, mas também a vitória sobre marinheiros da mais poderosa

¹⁷¹ ESTADO DO PARÁ, Belém, 6 de setembro de 1913, p. 1.

¹⁷² ESTADO DO PARÁ, Belém, edição 973, 10 de dezembro de 1913, p. 1.

marinha de guerra do mundo, talvez não no sentido nacionalista xenofóbico ou utópico, mas de ovação à própria situação colocada pela imprensa, pelas elites políticas e econômicas: se havia prestígio, poder e hierarquia, também podiam ser rompidas e apropriadas, e, portanto, ser espaços de disputa de poder e negociação em um sentido mais amplo.

Dessas questões, ressalto que, em todo o período pesquisado, as embarcações cumpriram papéis para além de transportes de pessoas e mercadorias. Elas foram instrumentos de poder bélico pela demonstração dos canhões, máquinas, metralhadoras, chaminés, pela madeira, ferro e aço de seus revestimentos. As canhoneiras da Marinha foram parte simbólica do aparelho repressor do Estado materializado, sobretudo com a constituição de 1891, no poder de polícia conferido às forças armadas, conforme tratarei no capítulo seguinte.

Os navios foram também os elementos de diálogo com a ideia de modernização expressa na tecnologia por meio da construção naval, da presença de navios mais novos e rápidos e também das inovações que traziam e eram reproduzidas nos jornais. Aliás, a tecnologia naval passou a ser um assunto amplamente tratado pela imprensa na Amazônia, como pretendi demonstrar e cotidianamente, as notícias ligadas aos navios de guerra apareciam seja nas crônicas dos conflitos existentes, seja nas notícias vindas rapidamente de novos lançamentos em estaleiros na Europa, Estados Unidos e Japão.

Enquanto simbologia do poder de Estado pela condição de quartéis flutuantes, os navios de guerra brasileiros e estrangeiros foram instrumentos utilizados para demonstrar o próprio lugar projeto e representado por Estados no momento em que a corrida armamentista parte do imperialismo se expressava no seu mais alto ponto. Assim o foram as chegadas do cruzador Benjamin Constant pelos portos da Amazônia tanto quanto a chegada do encouraçado Minas Gerais no Rio de Janeiro: espaços de pujança e grandeza dos quais poder da República pretendia ser.

E retomando a premissa da epígrafe, os navios de guerra foram verdadeiras exposições flutuantes do ideal civilizatório universalista burguês. A projeção ideológica da riqueza e do progresso do capitalismo internacional eram também expressas pelos conveses que singravam as águas na Amazônia.

Quando pessoas reuniram-se nos portos para ver a chegada do HMS Glasgow, em 1913 ou da canhoneira Pátria, em 1905, ou para observar as canhoneiras fluviais da classe Acre se destacavam ante pequenos botes e barcos de madeira, elas compreendiam na estética dos navios de guerra, os traços de uma universalidade galgada pelo padrão industrial e pelo poder do capital internacional, mesmo nos navios de guerra brasileiros, que no século XX passaram a vir completamente de estaleiros estrangeiros.

As administrações provinciais, mas principalmente os governos estaduais de Pará e Amazonas, dentro da concepção autonomista dos membros da União iniciada pela República já no auge da *exhibitio* burguesa, compreendiam a importância de apresentar-se como aqueles que detinham o poder sobre navios: as visitas de governadores e membros da elite demarcavam uma fronteira da qual os canhões e metralhadoras não disparariam, seriam fortalezas flutuantes para apreciação, do porto, do encontro entre o poder nacional e internacional das armas e o poder nascente desses estados, como no expresso caso onde Lauro Sodré produzira uma série de fotografias ao lado do estado-maior do Benjamin Constant.

Os anos 1910, em particular, conviveram ainda com maior interesse pelos navios de guerra na medida em que esse avanço na tecnologia, como Hardman observou, criou uma espécie de ânimo pela guerra às vésperas da Grande Guerra de 1914. Segundo o autor, com “as guerras mundiais, a civilização moderna alcançou realizar mais uma forma de *exhibitio*; só que agora degradada em sadismo orquestrado desde aparelhos industrial-militares com os plenos poderes”¹⁷³.

A estética dos navios de guerra foi uma das expressões de poder também na Exposição Universal de Chicago, conforme Hardman apontara e cujo tema, Gabriela Jimenes argumentou que representou o próprio espaço dos Estados Unidos como potência imperialista a impor seu poderio sobre todo o continente americano¹⁷⁴.

A Exposição fora feita em homenagem ao quadricentenário da chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano e, assim, a réplica de sua caravela fora feita em contraste ao encouraçado americano USS Illinois, que representava o poder em dois tempos: de um lado, a caravela da era das navegações que projetou a Europa como poder dominante no continente e de outro, o encouraçado a vapor símbolo do poder projetado pela nova potência a ocupar seu lugar.

Nesse processo, entre o exercício da defesa externa e controle interno e da simbologia das belonaves, estavam, na Amazônia, os tenentes comandando e experimentando os privilégios de comandar símbolos materiais que conduziam ritos simbólicos de poder do capital e dos ideias de modernização burguesa que davam ritmo a uma percepção teleológica do tempo pautado no progresso científico e técnico.

¹⁷³ HARDMAN, Op. Cit., p. 78.

¹⁷⁴ JIMENES, Gabriela Xabay. A Exposição Universal de Chicago (1893): reflexões sobre o lugar dos Estados Unidos no mundo na virada do século XIX para o XX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, nº 22, jan. / jul. 2017, p. 147-181.

Dos vasos de madeira, passaram a navegar em canhoneiras de aço movidas a vapor que figuravam entre paquetes e barcos menores nos rios. Eram os artífices e mediadores de um poder em trânsito, apropriado por elites, governadores, intendentess e diplomatas. Nos mares, os grandes cruzadores e encouraçados comandados por almirantes e oficiais superiores demonstravam a grandeza estendida das inovações técnicas da *exhibitio* burguesa, nos rios, os subalternos conduziam a caixa compacta das mesmas inovações.

CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE BUROCRÁTICO-MILITAR, ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA FLOTILHA DO AMAZONAS

Introdução

O processo de profissionalização já debatido no primeiro capítulo parece-me envolver dois níveis diferentes de análise. Um é o mais estritamente do ofício em si, isto é, os elementos que constituem a prática cotidiana dos militares, envolvendo os conhecimentos aprendidos, o manejo das armas, os ritos e procedimentos realizados nos quartéis e que caracterizam o status profissional ante seus pares e a sociedade a que pertencem.

O segundo é um desdobramento lógico: o viés institucional. As forças armadas constituem instituições cujo funcionamento e transformações são importantes para compreensão da profissionalização da categoria militar. E por instituições, quero dizer organizações: as formas de organização profissional dos militares seguindo a lógica de combate, formação ou idealização demarcam um duplo processo histórico – são o produto de experiências com ferramentas distintas (como navios de guerra) e também o curso cotidiano que parametriza novas possibilidades.

O período estudado nesta tese é bastante interessante na história da atuação e organização da Marinha na Amazônia porque percebi algumas diferenças nos padrões de atuação e organização que serão analisados neste capítulo. O mais abrangente é a atuação dos navios soltos ou em conjunto.

Esses dois nichos não eram antagônicos, uma vez que as canhoneiras por vezes realizavam comissões que demandavam apenas uma embarcação durante todo o recorte desta tese. A atuação de navios em conjunto, na verdade, foi bem menos comum do que o contrário. Então, qual o sentido de compreender essa diferença?

A resposta parece-me ter sentido a princípio, quando comparamos as lanchas dos anos 1860 com a Flotilha insurgente de 1924: de um lado, as pequenas belonaves a vapor dando suporte a tropas terrestres; de outro, uma organização militar articulada e atuando em conjunto para fins revolucionários. A experiência dos militares nos rios aperfeiçoou formas de utilização de organizações complexas direcionadas ao combate.

Esse processo acompanhou uma gradativa mudança no papel da Flotilha do Amazonas: nos anos 1860 a parte dos anos 1880, ela era um elemento de suporte às tropas terrestres. O processo de ocupação do território pelo aparelho repressor do Estado imperial pressupunha que

Exército e Guarda Nacional eram as tropas de linha de frente e os navios, a garantia logística de transporte.

O ponto de inflexão foi a existência de poucas tropas na prática, que demandavam a utilização de qualquer elemento da autoridade imperial para esses fins. Daí que o policiamento dos rios pela Marinha ter sido até o final do século XIX, o fator de maior protagonismo assumido pelos militares da Armada na Amazônia. Essa forma de atuação, de ação combativa e de conformação da autoridade burocrática dos tenentes foi característico principalmente da primeira geração de canhoneiras que serviu nos rios.

Exceto pelos aspectos simbólicos estudados no capítulo anterior, as canhoneiras remanescentes da Guerra do Paraguai pouco fizeram em termos de policiamento. Pouco foram direcionadas ao combate. As lanchas a vapor tinham melhor acessibilidade às áreas mais comumente policiadas: ao norte de Manaus, pelo Rio Negro; à oeste, no Solimões em direção a Tabatinga e ao sul, pelo rio Madeira. As lanchas, diferentemente das canhoneiras, não funcionavam como quartéis. Os militares que as guarneciam ficavam em terra no comando da Flotilha e em operações, embarcavam.

A segunda e a terceira gerações de canhoneiras, tendo sido construídas ou compradas para atuação permanente nos rios inauguraram novas formas de organização através de manobras e exercícios feitos em conjunto. Nas fontes, os primeiros registros nesse sentido apareceram somente na década de 1890. Acredito que antes desse período, não tenham sido feitos trabalhos do tipo.

A partir dos anos 1890, a Flotilha do Amazonas deixou de ser apenas a unidade de suporte e compartilhamento de missões com as tropas terrestres e passou também a ser o laboratório de exercício de estratégias voltadas à guerra nos rios. Creio que esse processo acompanhou a própria remodelação da esquadra iniciada nos anos 1884 com a esquadra de evoluções e concomitantemente às novas concepções de guerra com vapores, cruzadores, encouraçados e torpedeiros conforme conflitos internacionais ocorriam e eram analisados por oficiais de Marinha.

A esquadra era o laboratório da guerra naval, da organização total dos meios da instituição ante o cenário das guerras imperialistas. Os exercícios, assim como os festejos e flotilhas, possuíam aspectos simbólicos de apresentação de uma marinha moderna ante as transformações do mundo industrial, das novas armas, máquinas e instrumentos de navegação e comunicação.

A Flotilha era o laboratório da guerra fluvial, da organização dos meios de combate ante um cenário duplo. Em primeiro lugar, a realidade das tensões internas e externas na bacia do

Amazonas. Os exercícios realizados na bacia do Rio Negro ou em outras regiões, consideraram a projeção do poder das canhoneiras pelo menos em duas formas: nos exercícios de tiro e evoluções ou em exercícios de bloqueio.

No primeiro caso, mais genérico, o treinamento era feito por meio tanto da artilharia de bordo, que tinha capacidade de ataque a embarcações de mesmo porte, navios mercantes e alguns alvos em solo e com o armamento da tripulação. O segundo caso pressupunha o combate contra uma cidade bloqueada por navios inimigos, que deveriam mantê-la sem acesso às rotas de comércio e transporte e a flotilha que deveria furar o bloqueio e libertar a cidade.

O segundo cenário foi o âmbito internacional dos combates fluviais. Como já mencionei, as canhoneiras da classe Acre foram baseadas em um conjunto de navios do mesmo tipo empregados pela Inglaterra nas áreas fluviais do Egito principalmente, chamadas de “Canhoneiras do Nilo”¹⁷⁵.

Essas manobras e formas de organização refletiam, pois, a aplicação estratégica das transformações do combate naval que se davam nas guerras e marinhas imperialistas, assim como o uso de navios mercantes acompanhou experiências de cruzadores rápidos, contratorpedeiros com os correlatos espanhóis e encouraçados com as transformações inseridas pelo HMS Dreadnought inglês.

Enquanto os almirantes e oficiais superiores comandavam a esquadra de evoluções e as suas divisões em grandes espaços destinados às águas internacionais, os tenentes comandavam um teatro complexo e bem mais estreito. Ambos exercitavam e construía novos moldes de organização que expandiam as próprias atribuições da Marinha em diferentes contextos: a Marinha que se preparava para as fortalezas flutuantes do mar e a que se constituía em elemento de guerra (e não somente suporte) dos rios.

Metodologicamente, analisei o processo de profissionalização institucional da Flotilha do Amazonas até nos anos 1910 por dois prismas. O primeiro é pela atuação pontual em comissões realizadas e ações de policiamento dos rios. É o processo prático de contato direto com a missão vislumbrada pela Marinha em cada período: de instrumento civilizador de combate (e massacre) aos indígenas à manutenção da autoridade estatal nos espaços de fronteiras e disputas pelo poder.

O segundo é pelos exercícios e manobras realizadas. Esse tipo de ação é interessante porque não havia um inimigo ou missão real. Nas instituições militares, as manobras pressupõem a existência de um conflito ou evento virtual para o qual a preparação é realizada.

¹⁷⁵ Originalmente, Nile gunboats. Há um site dedicado às canhoneiras do tipo Melik no Egito: <<https://www.melik.org.uk/discover/>>. Acessado em 12/09/20.

Entendo que os estudos sobre o objeto devem incluir esses momentos porque neles há pelo menos dois comportamentos que constituem foco nesta tese: o primeiro é o intelectual, isto é, a condução dessas práticas testava elementos de tática e estratégia que faziam parte da formação inicial ou continuada dos militares e os cenários plausíveis de atuação com base na análise das guerras e conflitos naquele mundo.

O segundo é mais especificamente profissional. Os militares na Amazônia a partir dos anos 1890 experimentaram mais ferramentas e meios de desempenho de suas funções. As canhoneiras permanentes e desenhadas para os rios permitiram que eles de fato construíssem competências de uso articulado do poder fluvial. Havia, pois, consciência de que teatros de guerra também envolviam embarcações de menor porte e que os rios eram um ambiente de guerra. Essa afirmação parece óbvia quando consideramos que as batalhas de marinhas na Guerra do Paraguai foram fluviais, mas não o é na medida em que novas tecnologias inseriram navios de características diferentes.

Além disso, ao desenvolverem o uso organizado de navios para o combate, os tenentes também produziam formas próprias de ação: nas novas guerras dos rios, espaço das canhoneiras, eram eles quem asseguravam e mantinham os aprendizados e caminhos para a própria Marinha. Os almirantes nos mares, os tenentes nos rios.

Este capítulo está organizado em três partes. Na primeira, analisei a atuação das canhoneiras nas décadas de 1860 e 1880, período onde as funções das embarcações e dos tenentes predominantemente eram de suporte às tropas terrestres e exercício da autoridade burocrática por meio do policiamento dos rios.

Na segunda parte, analisei o processo de profissionalização organizacional por meio da atuação das canhoneiras da segunda e terceira gerações e de exercícios e manobras conduzidos. Apresentei características dessas formas de atuação ponderando as transformações na esquadra e de marinhas a nível internacional, compondo o ambiente das possibilidades e conceitos da guerra naval e fluvial. Na terceira parte, analisei a atuação dos tenentes e das canhoneiras a partir da década de 1890, isto é, enquanto as manobras e os elementos de solidificação organizacional foram apresentados, a ação prática em comissões e mobilização das forças militares na Amazônia.

É coerente que a construção da autoridade federal dos militares da Marinha, por força da conjuntura tecnológica e das questões práticas, mas também em uma relação dialética, tenha sido anterior ao exercício profissional da organização das canhoneiras na era do vapor. Os tenentes foram simultaneamente os responsáveis pelo funcionamento logístico da estrutura militar da região, transportando tropas para áreas de operações ou guarnições de fortes,

garantindo o pagamento regular das forças ou mesmo movimentando autoridades a um tempo e com a especialização das funções, também os comandantes do poder naval.

3.1. Experiências das décadas de 1860 e 1880

Nas primeiras três décadas de existência da Flotilha do Amazonas, pude perceber algumas características gerais de como seus navios e militares atuaram na região em relação à função principal em termos constitucionais, “sustentar a Independência e integridade do Império e defendel-o dos seus inimigos externos ou internos”¹⁷⁶. A Flotilha fora criada no âmbito das preocupações de defesa contra os países vizinhos à região amazônica e de fiscalização e vigilância da navegação dos rios da bacia hidrográfica, conforme mencionei no Capítulo 2 desta tese.

Comparativamente, esses cerca de 30 anos foram um período bastante abrangente, onde os navios de guerra serviram principalmente como auxiliares às forças terrestres e no desempenho de comissões hidrográficas e de instalação e apoio a faróis gradativamente instalados pela região. Também desempenharam alguns papéis interessantes de apoio às cidades, como condução de jornais entre cidades da Amazônia ou de fora para dentro dela.

Apenas na década seguinte, em 1890, os navios parecem ter tido tanto maior ação prática de combate, no processo de consolidação da ordem republicana pela região e somente entre o final dessa década e início do século XX, encontrei na documentação informações sobre exercícios militares realizados pelos navios da Flotilha. Por que não havia regularidade no processo de preparo e desenvolvimento estratégico da Flotilha na região antes do final do século XIX e início do XX?

A essa questão propus-me a compreender em que medida a esquadra brasileira como um todo realizou os mesmos exercícios e treinamentos, ao que, na realidade, igualmente passaram a ser mencionados nos relatórios ministeriais de forma rara nos relatórios da década de 1870, com uma frequência relativamente maior na década de 1880 e com maior regularidade nas duas décadas seguintes.

A ausência dessas informações não parece ser coincidência, mas uma condição fundamental: os rumos táticos da Marinha não estiveram completamente definidos após o fim da Guerra do Paraguai, isto é, embora a Marinha tenha aumentado progressivamente o número

¹⁷⁶ BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824*.

de navios e diversificado tipos distintos de embarcações, inclinando-se sobretudo aos navios com propulsão híbrida, não havia um padrão de preparo desses navios para situações de combate.

Os exercícios em sentido mais amplo eram raramente realizados na década de 1870. Em 1872, o ministro Manoel Antonio Duarte de Azevedo escrevera no relatório ministerial publicado no referido ano que “evoluções e exercícios geraes não os podem fazer em esquadra os comandantes dos districtos, senão na raríssima oportunidade de reunirem-se navios, capazes não tanto de affrontar as tempestades como até de resistir ao mar em circumstancias comuns da navegação”¹⁷⁷.

Assim, apenas no relatório de 1877 foram mencionados exercícios de evoluções utilizando apenas as corvetas Nictheroy, Trajano e Magé sob comando do chefe de esquadra Barão de Passagem. Mesmo assim, o momento dos anos 1870 foram de readaptação pelo excedente de material, que àquela altura já era defasado, deixado pela Guerra do Paraguai. O ministro Luiz Antonio Ferreira Branco mandara vender parte dos navios à marinha mercante, ressaltando a necessidade de renovação do material, pois:

“Com uma extensa costa e grandes rios a policiar e defender, conforme as emergências que surgirem, e além disso necessitando-se adestrar officiaes e marinhagem, que só na constante navegação e não interrompidos exercícios ganham a pericia, de que a todo o momento carecem, é em minha opinião imprescindível cuidarmos na substituição dos navios que temos, uns que já estão condemnados, outros que não tardarão a sel-o”¹⁷⁸.

E, em linhas gerais, os exercícios mencionados quase sempre eram de prática de artilharia em navios isolados ou ainda na viagem de instrução de aprendizes-marinheiros ou guardas-marinha, mas sendo colocados apenas de forma genérica, sem descrição dos mesmos.

As experiências realizadas na divisão de evoluções reportadas pelo capitão de fragata Luiz Philippe Saldanha da Gama em 1883 e a criação efetiva da esquadra de evoluções em 1884 foram um marco na forma pela qual a Marinha passou a conduzir manobras e exercícios onde os navios eram utilizados em conjuntos e tanto a locomoção como as estratégias de tiro passaram a compor a realidade dos exercícios militares na força naval.

Assim, a ausência de manobras na Amazônia no mesmo período é em parte explicada pela ausência de uma forma geral na própria Marinha de Guerra. Há, também, um outro elemento: não havia padrões bem definidos entre os navios da Flotilha do Amazonas e, na maior

¹⁷⁷ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1872, p. 27.

¹⁷⁸ Idem, 1877, p. 11.

parte das vezes, as canhoneiras semelhantes da primeira geração ou as canhoneiras Manaus, Guarany, Traripe e Cabedello, da segunda, não ficavam estacionadas no mesmo porto, sendo divididas regularmente entre Belém e Manaus, além de algumas outras cidades como São Luís, Óbidos e Santarém. Os navios da primeira geração não tiveram um tempo de serviço regular o suficiente para tal.

As características técnicas eram bastante diferentes também, o que certamente tornava confusas formas de utilização em conjunto desses navios, o que somente foi ganhando regularidade a partir da chegada, no final da década de 1890, dos avisos fluviais Teffé, Tocantins, Jutahy e Juruema. Como reunir navios essencialmente diferentes em uma tática em comum?

A irregularidade do serviço dos navios na década de 1870 levou, na prática à utilização da Flotilha muito mais como instrumento de supressão de atividades que deveriam ser desempenhadas por navios contratados pelas administrações provinciais. Além disso, em 1877, o presidente da província do Amazonas, Domingos Jacy Monteiro, fez diversas críticas à pouca eficiência da Flotilha. Dentre as críticas, dois pontos foram centrais: a ausência de estudo e compreensão da navegabilidade dos rios pelos comandantes e tripulações das canhoneiras, o que é explicável em grande medida pelo fato de elas serem destacadas por serviços que duraram poucos meses ou anos na região e pelas condições técnicas limitantes:

“De pouquíssima utilidade é a flotilha como está composta. Com efeito, não se tendo tratado de habilitar a guarnição na praticagem dos rios, nem de estudar estes par alevantar as plantas e formar os roteiros, na conformidade das disposições vigentes; não havendo navios de que se possa lançar mão em qualquer outra emergência, com vantagem, é evidente que a chamada flotilha não presta os serviços que parece deveria prestar.

Há necessidade de duas ou tres embarcações, ao menos, movidas por vapor, que tenham dimensões muito superiores ás das taes lanchinhas. Constava que uma embarcação desse gênero com o nome de Moema estava em viagem para aqui. A viagem porém tem sido longa e a embarcação ainda não chegou”¹⁷⁹.

A expressão pejorativa “lanchinhas” foi usada pelo presidente da província para menosprezar o papel das lanchas a vapor que compuseram o primeiro conjunto de embarcações da Flotilha ainda no final dos anos 1860 e dado o caráter urgente que os navios desempenhavam, as lanchas nem sempre seriam eficientes, pois, segundo ele:

“Esta província, tendo todas as suas comunicações por agua e sendo fortes as correntes dos rios e lagoas as distancias entre os pontos povoados, carece de navios movidos por vapor para acudir as urgências do serviço. Não os podendo ter seus em consequência da falta de meios, deve pelo menos contar com os de que disponha, uma flotilha regular.

¹⁷⁹ JORNAL AMAZONAS, Manaus, 14 de dezembro de 1877, p. 1.

Por mais de uma vez fui obrigado a recorrer às lanchinhas da flotilha para varios serviços urgentes, não obstante os embaraços que sempre havia provenientes de não ter a flotilha práticos e de outros motivos.

E isto é em grande inconveniente. Das lanchinas que existiam, uma, que passava por achar-se em bom estado, soçobrou no Solimões a dous dias de viagem desta capital, sem que ficasse bem averiguada a causa por que abriu agoa¹⁸⁰.

A esse quadro de experimentações de navios e formas de atuação nos rios paulatinamente de uma década de navios temporários (final dos anos 1860 e a década de 1870) para a década de canhoneiras fixas (1880), a confusão de funções entre Marinha, Exército, Guarda Nacional, forças policiais e forças privadas que eram alinhadas às tropas do Estado ou atuavam no acordo litúrgico com ele, foi uma das características marcantes.

O processo de separação entre as funções de controle interno e defesa externa praticamente só foram definidas no século XX, embora com muitas restrições considerando, por exemplo, a incorporação das polícias à estrutura policial assumida igualmente pelas forças armadas em diversos momentos do século. A cooperação entre os diversos agentes do aparelho repressor do Estado na Amazônia parece ter correspondido a certas necessidades em comum que foram fruto seja dos baixos efetivos, seja do controle social como denominador comum.

Assim, há pelo menos duas grandes categorias de atuação da Flotilha do Amazonas nesse período. Em primeiro lugar, as diretamente relacionadas ao controle social, especialmente como auxílio e suporte militares à forças terrestres em momentos de conflito e patrulhamento, onde houve uma passagem gradativa da forma de atuação de navios puramente de transporte à realização de policiamento de rios de forma exclusiva e mesmo da participação de oficiais da Marinha na condução de diligências policiais.

É evidente que o controle social através do recrutamento militar tem ampla discussão historiográfica e também compôs um dos nichos dessa atuação, embora não me aterei a ela como ponto central por compreender que a absorção de elementos considerados como perigosos ou jovens desvalidos e órfãos não era necessariamente realizado pela Marinha na região amazônica pelo menos até o final do XIX, quando as Capitânicas dos Portos foram modificadas e passaram a desempenhar essa tarefa e alistar os sujeitos que trabalhavam em portos ou embarcações.

A categoria de controle social que lancei maior atenção diz respeito ao serviço policial envolvendo as embarcações da Flotilha e alguns aspectos dela derivados, como por exemplo, a repressão a indígenas dentro de perspectivas civilizatórias da segunda metade do século XX. A essa atuação, pensar como o papel das embarcações e da tática fora aprimorado para o

¹⁸⁰ Idem.

desempenho das funções de controle interno nos rios é condizente ao processo de construção da experiência e consolidação de parâmetros profissionais da Marinha na região.

A segunda categoria diz respeito às funções onde o serviço das armas não era o ponto central nem o exercício da força ou da repressão. Nesse sentido, destaco que não havia um padrão único de atuação, isto é, os navios de guerra não transportavam coisas ou pessoas fora dos casos de atuação policial ou em combate segundo parâmetros estabelecidos em legislação e, por isso mesmo, nem todos os casos que analisarei eram tratados como comissões.

Embora haja uma gama considerável de pequenas ocorrências onde, por exemplo, os navios podiam ficar à disposição de autoridades para transporte, elas compunham um quadro importante do qual os militares da Marinha compreendiam como parte de seu dever na região amazônica.

As missões de suporte militares eram realizadas especialmente nos primeiros anos da Flotilha do Amazonas em áreas onde havia fortificações militares controladas pelo Exército ou de tropas da Guarda Nacional. Nesse sentido, o fator comum a quase todas as missões desempenhadas não parece ter sido a especificidade das lanchas e canhoneiras militares, mas principalmente o fato de serem, àquele momento, os navios mais habilitados ou capazes de realização de tais funções.

A maior parte das comissões de auxílio realizadas entre 1869 e 1870 foram feitas em momentos de intervenção da Guarda Nacional e do Exército em conflitos entre moradores de algumas localidades e indígenas. As lanchas da Flotilha realizavam periodicamente transporte de tropas, mantimentos, armamentos e do soldo das guarnições.

Segundo o relatório do ministério da Justiça, no início de março de 1869, indígenas caripunas teriam atacado uma embarcação boliviana em uma cachoeira denominada Caldeirão do Inferno, assassinando a flechadas Eduardo Montanho e mais quatro índios que estavam na referida embarcação¹⁸¹. A sede principal das forças terrestres na região do rio Madeira era o forte de Santo Antônio, de responsabilidade do Exército, que continham em 1868, 18 praças do Exército comandados por 1 oficial subalterno da Guarda Nacional¹⁸².

O principal problema dos destacamentos em Santo Antônio era o transporte no rio Madeira, realizado, em linhas gerais, por canoas alugadas para este fim, uma vez que os valores dos alugueis cobrados não era fixo e não havia contrato estabelecendo os serviços a serem prestados. Em 18 de fevereiro de 1869, o comando das armas da província considerou que o

¹⁸¹ BRASIL. **Relatório do Ministério da Justiça**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870, p. 1.

¹⁸² AMAZONAS, Manaus, 20 de junho de 1868, p. 1.

valor cobrado era excessivamente alto, mandando devolver o mesmo e, assim, deixando relativamente isolada a guarnição do forte¹⁸³.

Assim, somente no final de março o comando das armas solicitou ao comandante da Flotilha do Amazonas, capitão-tenente José de Queiroz, que preparasse uma das lanchas para auxílio às tropas, conforme ofício publicado no jornal Amazonas em 29 de março:

“Não tendo o comandante da secção de batalhão de infantaria da guarda nacional do rio Madeira sido encontrado na sua residência, por que andava pelo districto do corpo em serviço; e sendo urgente substituir as praças da guarda nacional que já a muito excederão o tempo de serviço que lhes foi imposto no corpo provisório, há mister fazer sahir na noite de 4 deste mez uma lancha a vapor para o município de Serpa, e parochia de Borba afim de conduzir á esta cidade qualquer numero de guardas que os respectivos comandantes apresentem. Sirva-se pois vmc. De mandar apresentar uma das lanchas da Flotilha para essa commissão, a qual deverá transportar até Serpa o major Damazo de Souza Barriga, e d’ali até Borda, o capitão Victor da Fonseca Coutinho, que vão incumbidos de remeter-me maior numero de guardas que lhes fôr possível reunir em um e outro ponto”¹⁸⁴.

E, a partir de abril do mesmo ano, as lanchas passaram a realizar o transporte dos respectivos soldos das guarnições pertencentes ao corpo provisório de praças na fortificação de Santo Antônio. A utilização das lanchas, no primeiro momento, foi recebida como um fator bastante positivo pela administração provincial por conta das economias prestadas.

O presidente da província, João Wilkens de Mattos, em 4 de abril de 1869, falou da Flotilha à Assembleia Provincial afirmando que a mesma seria um “poderoso auxiliar” que “muito hade contribuir para a boa administração da justiça, fiscalisação das rendas públicas, e manutenção da ordem”¹⁸⁵, ressaltando principalmente que o fato das lanchas serem movidas à vapor, vencendo as correntezas dos rios e desaparecendo “as distancias e demais embaraços [...] porque as lanchas são de boa marcha”.

As primeiras experiências bem-sucedidas de emprego das lanchas fizeram com que a chefatura de polícia iniciasse, ainda no mês de abril, a emprega-las em diligências policiais em outras áreas da bacia do Amazonas. Assim, no dia 15, uma das lanchas embarcou 4 praças armadas afim de realizar diligências por três dias pelo “Solimões ao Anamá e logares circunvizinhos”¹⁸⁶.

As lanchas passaram a realizar um auxílio igualmente a comerciantes e proprietários da região atacados por indígenas. Em ofício de agosto, as lanchas foram requisitadas porque o barco Feliz Victoria, dos comerciantes José da Silva e Francisco José Rodrigues de Souza,

¹⁸³ Idem, 6 de março de 1869, p. 2.

¹⁸⁴ Ibid., 29 de março de 1869, p. 1.

¹⁸⁵ Ibid., 10 de abril de 1869, p. 1.

¹⁸⁶ Ibid., 1 de maio de 1869, p. 3.

“tiveram quase toda a tripulação desertada”, requisitando reboque do mesmo até a área do rio Purus, para onde transportava mantimentos¹⁸⁷.

A região compreendida entre os rios Purus e Madeira permaneceu conflituosa, e nesse sentido, no final de outubro, o chefe de polícia solicitou da Flotilha em uma lancha e ao comandante das armas uma força de praças para ficar “à disposição do subdelegado de Manicoré”, além de 6 espingardas e 60 cartuchos de munição. Solicitou também que a lancha realizasse o provimento dos soldos das praças destacadas e o prosseguimento até o forte de Santo Antonio a fim de iniciar diligências¹⁸⁸.

No início de novembro, o chefe de polícia informara que:

“Sendo necessário proteger os habitantes do alto Purús contra os assaltos dos índios bravios da tribo Juma, que ali já tem perpetrados assassinatos e roubos, tenho resolvido, à requisição do dr. Chefe de polícia, que siga na tarde do dia 13 do corrente, o vapor sob seu comando, no qual irá uma força, que se comporá de um alferes e oito praças de pré. Também serão embarcadas vinte espingardas e um conhete de cartuchos embalados. [...] Em outro ofício, darei a vmc, as instruções sobre esta comissão, prevenindo-o, porém, desde já, que requisiite ao sr. Comandante da flotilha, qualquer objeto de que haja necessidade à bordo do vapor sob seu comando, para a viagem redonda que não excederá de quinze dias”¹⁸⁹.

Até o final de 1870, as lanchas já haviam feito diligências e transportado tropas, armamentos, munições e soldos nos rios Madeira e Purus, afluentes ao sul do rio Amazonas, em direção às regiões onde hoje se encontram o estado do Acre; ao forte de S. Joaquim do Rio Branco, na porção norte da Amazônia onde hoje se encontra o estado de Roraima e nas áreas fronteiriças com o Peru, no rio Solimões. Em poucos anos e apesar das dificuldades, lanchas com tenentes e marinheiros já haviam percorrido grande parte dos afluentes do rio Amazonas na porção ocidental.

As ocorrências de diligências conduzidas por lanchas da Flotilha contra ataques indígenas também foram constatadas até pelo menos o início da década de 1880, quando da construção de uma estrada no rio Branco, gerando conflito com índios Waimirys e Jauaperys, que realizavam “correrias” em propriedades na localidade de Moura.

Em agosto, o presidente da província José Lustosa da Cunha Paranaguá requereu à Flotilha que cedesse uma lancha “que alli estacionará até segunda ordem com instruções para cruzar desde a foz do rio Branco até a costa de Ayrão afim de repelir qualquer assalto dos índios Waimirys, e impedir as incursões que constam fazer anualmente durante a vasante do rio”¹⁹⁰.

¹⁸⁷ Ibid., 21 de agosto de 1869, p. 1.

¹⁸⁸ Ibid., 29 de outubro de 1869, p. 2.

¹⁸⁹ Ibid., 7 de novembro de 1869, p. 2.

¹⁹⁰ Ibid., 5 de novembro de 1882, p. 1.

Em dezembro, fora destacada ainda uma força contra os índios Jauaperys composta de 20 praças comandadas pelo capitão do 3º batalhão de artilharia a pé Pedro Guilherme Alves da Silva, permanecendo até 19 de janeiro de 1882.

As comissões realizadas pelas forças militares e a Guarda Nacional no Amazonas contra indígenas tiveram, em todos os casos analisados, a vitória do governo imperial sobre os referidos. As lanchas a vapor se tornaram, assim, um dos instrumentos de repressão e controle mais eficientes no contexto de “civilização” de indígenas na região amazônica.

A repressão, no entanto, não pode ser encarada como uma forma única, isto é, havia nuances específicas que permeavam e davam certos princípios aos ataques realizados pelas forças de mar e terra contra os indígenas. Em exposição do presidente da província do Amazonas Alarico José Furtado passou a administração, em 1882, notei a referência à Exposição Antropológica Brasileira realizada no mesmo ano no Rio de Janeiro. Sobre ela, Furtado informou que remeteu à capital do Império “varios objetos, como remos, flechas etc que foram apprehendidos aos índios Jauaperys nas ultimas occurencias havidas em Moura e roguei à S. Exc. que se dignasse, se assim o julgasse acertado, de remeter esses objetos ao Museu Nacional”¹⁹¹.

Por que os objetos foram apreendidos? Considerando que as lanchas da Flotilha e as tropas terrestres tinham por objetivo repelir os ataques provocados pelos índios, seria coerente supor que quaisquer armas encontradas após a fuga de índios em batalhas ou apreendidas em prisões feitas fossem destruídas. Creio que não o foram justamente porque havia na compreensão da execução das comissões militares, igual entendimento de que esses objetos deveriam ser guardados a bordo das lanchas e remetidos para Manaus.

A Exposição Antropológica de 1882 foi um evento organizado pelo diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, que, em 1881, remetera a diversas autoridades da administração imperial ofícios solicitando “desde vocabulários e lendas indígenas a esqueletos, múmias, colares ou objetos de argila, caça e pesca”¹⁹².

Segundo Marina Cavalcante Vieira, a Exposição demarcou o primeiro “zoológico humano” feito no Brasil. Foram organizadas oito salas de exposição de diversos objetos, mas, segundo a autora, a principal trazia a “exibição” de Índios Botocudos trazidos do aldeamento do Mutum, em Minas Gerais, que teve um público enorme e mesmo D. Pedro II participou.

¹⁹¹ AMAZONAS. **Relatório da Presidência da Província**. 1882.

¹⁹² VIEIRA, Marina Cavalcante. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, ano 25, n. 53, jan./abr. 2019, p. 322.

No mesmo ano, em novembro, os cinco indígenas foram enviados à Inglaterra para exposição, o que gerou uma série de conflitos na imprensa carioca, sendo que a maioria dos jornais “se posicionaram contrariamente ao envio dos índios brasileiros [...], oscilando de argumentos jurídicos e humanitários à preocupação com a imagem do Brasil transmitida pelos índios no Velho Mundo”¹⁹³.

As exposições dos índios, como parte do itinerário internacional de exposições científicas, tiveram o objetivo de projetar a imagem do Brasil do Segundo Reinado como nação moderna na medida em que investia e se voltava ao desenvolvimento científico, incluindo a nascente antropologia como uma de suas vertentes.

Aliás, no mesmo relatório, Alarico Furtado ainda informou que os objetos foram fornecidos à presidência pelo tenente Geraldo José de Abreu, que comandava a força em Moura e que “Por falta de tempo não pude enviar para a Corte, com idêntico destino, uma ubá que se acha na antiga casa dos educandos”, além de uma “igaçaba que remeteu-me o Dr. João Carlos Antony, que a encontrou por ocasião de escavações, na praça que se está construindo o passeio publico, e que parece ter sido antigo cemitério de indígenas”.

No mesmo relatório em que tratou da escravidão indígena como problema e da apreensão de índios menores em alguns dos conflitos na região de Moura, Furtado procurou demonstrar uma preocupação compartilhada com tenentes do Exército e Marinha na região de preservar aspectos da cultura indígena. Evidentemente, essas práticas remetiam a uma forma paralela de apreensão cultural diferente daquela ainda em curso realizada por missões religiosas em catequizar e civilizar índios.

E, mesmo depois da Exposição, é provável que o envio de objetos para o Museu Nacional tenha permanecido como prática, uma vez que, por exemplo, em fevereiro de 1883, o presidente da província do Amazonas enviara uma canoa “dos índios Ipurinans, feita de um só pedaço de casca, mas com cerca de trinta palmos de comprimento, e uma igára dos Pamaris, que, como os Ipurinans, habitam o rio Purus, d’onde trouxe ultimamente o Sr. Dr. Paranaguá”¹⁹⁴.

Se por um lado, o desenvolvimento da cultura universal burguesa se dava na segunda metade do XIX pela reprodução de comportamentos civilizados ao desenvolvimento do mundo industrial, por outro, a catalogação e categorização científica das culturas consideradas inferiores era igualmente uma de suas vertentes. Ela estabelecia uma linha divisória entre o mundo racional e civilizado e o mundo tantas vezes referido pelos jornais do Amazonas como

¹⁹³ Idem, p. 340.

¹⁹⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1883, p. 2.

“selvagem”. No encontro das máquinas à vapor dos navios da Flotilha com os rios amazônicos, havia também o elemento civilizatório presente no combate aos índios e na conquista de suas culturas pelos navios, canhões e armas que vinham de um mundo que se pretendia externo.

Nesse período, o papel policial desempenhado pela Marinha na Amazônia fora também importante. A participação em diligências policiais aumentou gradativamente nas décadas de 1870 e 1880, onde havia pelo menos três perspectivas de participação: dos oficiais como membros de conselhos de guerra (no caso de desertores militares) ou ainda auxiliares no desenvolvimento das diligências policiais, embora estes casos sejam bastante raros nos jornais da época; as guarnições também eram utilizadas em alguns casos como suporte ou força policial em si, o que se consolidou no período republicano; e como prisões ou lugares de custódia de presos. A este último papel, encontrei maior número de ocorrências no período.

Em 13 março de 1874, o fazendeiro e capitão da Guarda Nacional Manoel José de Mello F. Barata, sócio da firma Baratam Paiva & Cia, foi assassinado em uma fazenda chamada Teso, na ilha do Marajó (onde também era fazendeiro), antes de embarcar em um navio para Soure, acompanhado do sogro (outro capitão da Guarda Nacional) e do filho de 18 anos. Segundo o jornal *O Liberal do Pará*, “forão disparados a um tempo, do lado oposto do igarapé, que banha a referida fazenda, dous tiros de espingarda, um dos quaes empregou-se sobre o peito esquerdo do capitão Barata, estendendo-o instantaneamente morto”¹⁹⁵.

Quando realizada a denúncia, o chefe de polícia da província do Pará designou o tenente Nepomuceno, da polícia, como chefe de diligências, que realizou, no dia 20 de março, a prisão dos suspeitos do assassinato. Foram feitas buscas em fazendas da região e perseguido e preso Bento Alves Amador, além de Julião Alves Amador (pai do suspeito) e Justino Alves Amador (irmão do suspeito). No caso, o tenente Nepomuceno, da Guarda Nacional, somente pôde realizar tais buscas quando a canhoneira Henrique Dias fora mobilizada para transportar uma força policial e o próprio chefe de polícia para a região. Os suspeitos foram presos a bordo da Henrique Dias¹⁹⁶.

A utilização das canhoneiras era excepcional, quase sempre em casos mais complexos ou que demandassem maior força policial. O jornal *Diário de Belém* escrevera uma crítica sobre a demora nas diligências no assassinato de Barata, ressaltando as dificuldades do chefe de polícia em realizar isso, consumindo 13 dias para isso, “por isso que teve á sua disposição uma canhoneira e o vapor Vulcano”¹⁹⁷.

¹⁹⁵ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 14 de março de 1874, p. 1.

¹⁹⁶ Idem, 24 de março de 1874, p. 1.

¹⁹⁷ Ibid., 1 de abril de 1874, p. 1.

Após o fim das diligências, a canhoneira Filippe Camarão foi utilizada como prisão dos três acusados à disposição da comarca de Soure, no Marajó. O julgamento dos mesmos foi marcado para maio de 1874, onde o júri iniciou os trabalhos no dia 26 ao dia 28, sendo Julião e Bento Amador condenados à “galés perpétuas”, Justino a 20 anos de degredo e Faustinho, escravo de Julião, absolvido¹⁹⁸.

No início de 1875, em Cintra, o súdito espanhol João Gil Blanco foi assassinado com um tiro de espingarda, que também feriu o vigário da vila João de S. Thomaz de Aquino Carreira. Sobre o fato, o jornal O Liberal do Pará fez críticas ao subdelegado, uma vez que igualmente demorara a realizar as diligências e só cerca de uma semana após o ocorrido apresentou peritos para realização do corpo de delito, além do quê, “prendeu entretanto um oficial da guarda nacional, Januario Antonio Dutra, sem as formalidades legais, querendo metter o official na cadeia sem culpa formada”¹⁹⁹.

Por isso, o chefe de polícia seguiu para Cintra a bordo da canhoneira Mearim. No local, solicitou ainda que a administração provincial disponibilizasse, para a comissão de investigação formada, o vapor Pará, além de um prático da Capitania do Porto para condução do mesmo até a vila com uma força policial à disposição²⁰⁰.

Além das diligências policiais, o papel estratégico desempenhado pela Marinha na região foi importante no processo de construção da administração judiciária para áreas de maior fluxo de migrantes e colonização, como o caso das áreas próximas aos rios Madeira, Purus e Acre, onde a economia da borracha fora ganhando força e as áreas de seringais, aumentando na década de 1880. Delas, as disputas pelo controle de seringais e territórios, envolvendo verdadeiros exércitos particulares de jagunços, índios e trabalhadores, parecem ter sido o ambiente essencial pelo qual se voltou a administração provincial do Amazonas.

No final da década de 1870 e início da década de 1880, a relação das canhoneiras com a migração na Amazônia foi intensa considerando algumas problemáticas específicas envolvendo o Ceará e a região provocadas pelas secas nesta província. Havia duas perspectivas diferentes: elas conduziam migrantes cearenses entre áreas da região e também atuavam, como já referido, na repressão de conflitos envolvendo eles.

Em julho de 1877, a canhoneira Moema chegou ao porto de Belém após ter sido designada para incorporar a Flotilha do Amazonas, passando, no seu itinerário pelo estado do

¹⁹⁸ Ibid., 30 de maio de 1874, p. 1.

¹⁹⁹ Ibid., 26 de janeiro de 1875, p. 1.

²⁰⁰ Ibid., 4 de fevereiro de 1875, p. 1.

Ceará e trazendo a bordo 16 migrantes da província²⁰¹. No percurso, a canhoneira parara no Maranhão para realização de manutenção das máquinas e o jornal *Diário do Maranhão*, ao tratar dos migrantes referidos, afirmou:

“Trouxe a seu bordo 16 emigrantes, que embarcaram no Ceará, e em tal estado de penúria que faz dó vel-os.
Dirigem-se no Amazonas para onde segue a estacionar a referida canhoneira.
Um filhinho de um desses pobres expatriados falleceu hontem, sendo o seu enterro feito á custa de esmolos de algumas pessoas empregadas no trafico da Rampa.
Os emigrantes estão em terra e aboletados em uma casa do becco de Palacio.
A canhoneira demora-se para fazer alguma obra, que precisa”²⁰²

A guarnição da Moema na ocasião era composta pelo primeiro-tenente João Clião Pereira Arouca, comandante, entre dois ou três oficiais presumidamente e, segundo o jornal, 25 praças. Considerando as dimensões da embarcação e o estado de lotação, que como mencionei no primeiro capítulo, quase sempre excedia o número de militares embarcados, é provável que os migrantes ficassem nas áreas da prôa do navio, expostos à condições climáticas variantes e ao relento.

Em Belém, esses migrantes ficaram em um alojamento de Antonio Gonçalves Nunes, juntamente com 4 famílias de 24 pessoas igualmente trazidas pelo vapor *Paraense*²⁰³. Os migrantes conduzidos pelo vapor mercante foram levados para a colônia agrícola de Benevides, enquanto os levados pela Moema para colônias no Amazonas.

No Amazonas, a administração provincial se voltou a conduzir migrantes para a colônia de Santa Izabel, que em 1877, tinha cerca de 231 habitantes divididos em 40 famílias²⁰⁴, e passou a ser administrada no mesmo ano pelo tenente do Exército Leopoldo Francisco da Silva, “ficando ao mesmo tempo obrigado a ensinar os meninos alli residentes”. No mesmo ano, fora formada a colônia de Maracajú, com 647 pessoas divididas em 129 famílias.

As ações de colonização no Amazonas tinham como objetivo principal diminuir a “aglomeração na capital, mas também á facilitar-lhes os meios de subsistência”. Elas convergiam, portanto, os interesses de desenvolvimento de mão-de-obra na agricultura na mesma medida em que buscavam escoar elementos perigosos à cidade principal da província, que foram ainda destinados a áreas como Tauapessassú e Moura, totalizando em 1878 cerca de 4.136 cearenses em diversa colônias²⁰⁵.

²⁰¹ *Ibid.*, 28 de julho de 1877, p. 1.

²⁰² *DIÁRIO DO MARANHÃO*, São Luís, 19 de junho de 1877, p. 2.

²⁰³ *O LIBERAL DO PARÁ*, Belém, 15 de julho de 1877, p. 1.

²⁰⁴ *AMAZONAS. Mensagem à Assembléa Legislativa Provincial*. Manaus: Typ. Do Amazonas, 1878, p. 43.

²⁰⁵ *Idem*, p. 46.

Assim, vapores mercantes e navios de guerra revezavam dois tipos de transporte diferentes: por um lado, conduziam migrantes do Ceará para os dois principais portos da Amazônia (Belém e Manaus) e por outro, também distribuíaam esses migrantes para áreas de colonização, atuando num processo de ordenação do território segundo a lógica de colonização vigente.

No Pará, o discurso do presidente da província José Joaquim do Carmo também tratou da temática, afirmando que:

“Facto lamentável que gera a dôr e suscita affectos de comiserção no espirito de quem o observa; mas que também offerece ao Pará o ensejo de aliar seus legítimos interesses aos sentimentos humanitários que elle desperta.

Si o immigrante Cearense procura terras que lhe retribuem o trabalho, o Pará precisa de braços que lhe fecundem as terras: receba, pois, esta Provincia o Cearense que foge ao sólo ingrato que o repele, dê-lhe bom gasalhado, mitigue-lhe as dôres, conforte-o em sua desgraça e o beneficio do presente, longe de empobrece-la, hade firmar as bases de sua opulência futura.

[...]

Pareceu-me e parece-me de incontestável proveito, para os imigrantes e para o Pará o estabelecimento de núcleos coloniaes formados de Cearenses em diferentes pontos agrícolas da Provincia [...]”.²⁰⁶

Foram designadas comissões em Bragança, Vigia, Capim, S. Domingo, Cameté, Igarapé-Miry, S. Caetano, Santarém, Soure, Muaná, Óbidos, Abaeté, Breves, Anajás, Cachoeira e Chaves. A distribuição desses migrantes em colônias de acesso fluvial no Pará era igualmente realizada em alguns momentos por navios de guerra, o que pressuponho, além do caso citado, por conta de outro caso em que a canhoneira Filippe Camarão recebeu ordens para conduzir migrantes para Bragança em 1878, onde havia, portanto, uma dessas colônias²⁰⁷.

Entre 1882 e 1883, um conjunto de conflitos ocorreu na região do rio Purus. Em junho de 1882, no rio Purus, em localidade denominada Axioma, houve um conflito em torno de um lugar chamado Caipora entre três grupos, liderados por Domingos José de Araujo, José Henrique da Cruz (sogro do primeiro) e Manuel Benedicto Soares Dantas, com diversos mortos. Segundo o relatório de José Lustosa da Cunha Paranaguá, presidente da província, as violências também foram estendidas até o rio Madeira, onde o proprietário Manuel Rodrigues Paes organizara uma força para combater os invasores do seu seringal.

Ainda no rio Madeira, Paranaguá indicou que “Ignacio Velasco, despeitado com o negociante Manuel Maria de Moraes, que o havia despedido do seu serviço, invade-lhe a

²⁰⁶ PARÁ. **Mensagem à Assembléa Legislativa Provincial**. Belém: Typ. Da Provincia do Pará, 1878, p. 6.

²⁰⁷ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 27 de julho de 1878, p. 1.

propriedade para levar d'ella treze índios bolivianos, que o dito Moraes havia legalmente contractado²⁰⁸, relatando ainda raptos, assassinatos e outros conflitos.

Nessa perspectiva, no mesmo mês de junho, a administração provincial formou uma comissão, comandada pelo chefe de polícia e 18 praças da força policial para o Purus a bordo da canhoneira Moema, sendo oficiado ao comandante da Flotilha a preparação de uma lancha municuada de armamentos, munições e comida para dois meses. É importante ressaltar que nesse caso, como em outros, em comissões de duração maior que poucos dias, era prática o reboque das embarcações militares para que suas máquinas se mantivessem sem falhas no início e, assim, fora o vapor Acre conduziu a reboque a lancha em 9 de julho²⁰⁹.

A imprensa do Amazonas foi palco de uma série de cartas que foram publicadas sobre diversos assuntos em relação aos conflitos, de um modo geral, divididas em três grupos: as que buscavam apontar as causas principais dos conflitos, as que denunciavam crimes e agradeciam a atuação da comissão e as que pediam demarcação de terras devido os conflitos.

Sobre o primeiro grupo, em particular, parece ter havido uma reverberação significativa na administração da província, uma vez que o sentido geral era culpar a migração cearense para a região do rio Purus como principal fator desencadeador dos conflitos. Em 12 de julho, o jornal Amazonas publicou uma carta cujo autor apenas inseriu as iniciais A.C.M., onde dissertara sobre os cearenses enquanto categoria social pelo viés raciológico e discriminatório:

“[...] Abrindo a indeclinável excepção a que certamente tem direito a gente instruída, ordeira e a que em melhores condições vem estabelecer-se no Purus, o mais é gente sem princípios, sem religião, sem escrúpulos sociaes e avesada ou com tendência muito pronunciada para o despotismo e o crime.

O emigrante cearense, chegando ao Purus, inicia-se logo pela espontânea indisposição que vota aos filhos da província a quem chama – caboclo do Amazonas – seja ou não seja índio, e com quem não há hypothese de sympathisar, de sorte que vive esta pobre gente sob a feroz pressão d'aquelles a quem muitas vezes cedem os seus próprios commodos e dos quaes são quase sempre esbulhados por uma revoltante extorsão.

Deixamos de fazer outras menções de facto d'esta ordem porque temos de nos ocupar de questão mais grave.

O crime alli dá-se com tanta frequência que já o povo vai-se identificando com elle: ora é um espancamento ora uma facada, uma tentativa de morte e *muitas vezes* o homicídio perpetrado com o aparato da mais cruel barbaridade!

Na vida da Lábrea, o ponto mais populoso do rio Purus, tem-se feito o theatro continuo d'estas e de outras scenas do mais requintado canibalismo.

Vamos citar um facto, e é para elle que de preferencia chamamos as atenções das autoridades da província.

Tem alli, na Lábrea, um individuo cearense de nome Alvaro Justiniano de Souza – pelo não perca – homem de má estatura, e cuja única profissão no Ceará era, segundo elle mesmo cynicamente assevera, espancar, *matar gente* e contratar-se para actos de façanhas; e seu procedimento alli corrobora perfeitamente as jactâncias²¹⁰.

²⁰⁸ AMAZONAS. **Reltório da Presidência da Província**. 1883.

²⁰⁹ AMAZONAS, Manaus, edição 736, 18 de junho de 1882, p. 2.

²¹⁰ Idem, 12 de julho de 1882, p. 3.

Essa ideia permaneceu no relatório apresentado pelo presidente de província, que apontou que o problema essencial era “o aumento da população produzido pela affluencia de gente, que de fora se tem dirigido para o Amazonas, tem operado grande modificação no que antes se observava entre os Amazonenses acerca da segurança individual e de propriedade”²¹¹, o que, no entanto, contrastava com a diversidade de conflitos entre moradores, proprietários e indígenas na região mesmo antes do fluxo de migrantes.

Em termos práticos, o principal problema de segurança pública era o fato de que, com uma população aumentando progressivamente (chegando algumas edições do jornal a mencionar 40 mil migrantes), os autores de assassinatos mudavam facilmente de localidade, saindo da jurisdição da polícia ou entrando em áreas onde basicamente não havia subdelegados ou responsáveis para investigações, assim como embarcavam em diversos navios diferentes que faziam transporte na região do Purus e, assim, havia dificuldades para que um efetivo pequeno conseguisse resolver os casos.

A solução parcial desses problemas veio com o patrulhamento feito pela lancha da Flotilha na região de Lábrea até a “Boca do Acre”, passando pela área de Pauini, onde provavelmente vapores eram vistoriados e, assim, a notícia desencorajaria novos conflitos. Em carta enviada com pseudônimo “O Justus”, o jornal Amazonas publicou, em 6 de agosto que:

“[...] Há poucos dias estive comigo um individuo que veio do alto Purus e deu-me noticias d’alli, de estar com pessoal armado, o celebre assassino Carolino Antonio Dutra do infeliz João Moreira Passos, e o capitão Bacellar, este para se defender da acção e instictos perversos de Dutra, tanto que já bem havido tiroteios da parte de Dutra, e a esta hora não si sabe o que se terá dado.

[...]

Chegou no dia 1 deste mez aqui o Exm. Sr. Carlos Francisco Soares de Brito, digno Chefe de Polícia desta província, que veio a este rio em diligencia.

Há nove dias que este digno magistrado está para o rio Pauhiny, com o incansável Tenente Geraldo José de Abreu, official distincto, que sabe compreender os seus deveres e honrar o lugar que occupa no exercito.

[...]

A vinda do Dr. Chefe de Policia a este rio trouxe-nos um grande melhoramento: os assassinos que vagam constantemente a bordo dos vapores, que sulcam as aguas deste rio, já ficam recciosos de que não venha de novo outra lancha da Flotilha e o Chefe de Policia. [...]”²¹².

Seguindo a estratégia de patrulhamento da área, a lancha da Flotilha tinha dois pontos principais, conforme destaquei com uma estrela vermelha no recorte seguinte, do mapa da região hidrográfica da Amazônia: Lábrea e Boca do Acre, com ponto de apoio em Pauini:

²¹¹ Ibid.

²¹² Ibid., 6 de agosto de 1882, p. 2.

Figura 12 - Recorte da área hidrográfica do rio Purus com espaço delimitado de patrulhamento pela lancha da Flotilha entre 1882-1883.



Fonte: BRASIL. Agência Nacional de Águas. Mapa da Região Hidrográfica do Amazonas.

O mapa, que é atual, destaca ainda as atuais cidades de Rio Branco e Porto Velho como pontos de referência. Em termos estratégicos, como o rio Purus compõe a única grande massa de água entre os pontos, mas com percurso bastante sinuoso, com meandros muito claros e com linhas de navegação bem definidas à época, é provável que a lancha tenha tido um sucesso considerável justamente pela facilidade de enquadramento da região conflituosa.

No entanto, os assassinatos mencionados na imprensa do Amazonas no Purus envolviam, quase sempre, proprietários de terras e pessoas de algum prestígio social, referidas como “cidadão”, “amigo”, “irmão” ou de agregados das propriedades dos mesmos, por isso, o aparente sucesso da comissão não necessariamente cessou conflitos e mortes, mas provavelmente mediou os maiores conflitos entre esses grupos.

Em outubro, o jornal Amazonas publicara, nesse sentido, que mais de 200 índios Parintintins haviam “aparecido na margem direita do rio Purus, na bocca do Paraná-pixuna”, tendo sido avistados pelo vapor João Augusto. A partir disso, segundo o jornal, “moradores d’aquellas imediações estavam empregando todos os esforços para reunirem-se em numero sufficiente afim de oppor resistência ao ataque, e irem-lhes ao encalço depois”²¹³.

Em janeiro de 1883, o presidente da província enviou ofício ao ministro da Justiça solicitando apoio, já que haviam sido cometidos “crimes horrorosos [...] e ainda impunes por falta de meios para a efficaz repressão dos criminosos e pela difficuldade de encontrar-se pessoa habilitada para nesses logares exercer com independência o cargo não remunerado de policia” e que se referia justamente aos conflitos de moradores liderados por Leonel Antonio do Sacramento, ao que, segundo o relatório do ministério da Justiça, teve “resultado a destruição de mais de cinco aldeias e assassinatos de índios em numero superior a 200 entre homens, mulheres e crianças”²¹⁴.

Uma nova força, composta do chefe de polícia e chefiada pelo segundo-tenente José Joaquim Cardoso, na canhoneira Moema com 10 praças de linha e um subalterno das forças terrestres foi enviada, levando ainda promotores públicos e juizes para realização de diligências entre janeiro e março de 1883²¹⁵. A canhoneira conduziu um número de pelo menos 12 presos para a capital no período²¹⁶.

No mesmo mês, fora enviada carta de agradecimento ao chefe de polícia publicada no jornal Amazonas:

²¹³ Ibid., 25 de outubro de 1882, p. 2.

²¹⁴ BRASIL. **Relatório do Ministério da Justiça**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 7.

²¹⁵ AMAZONAS, Manaus, 11 de março de 1883, p. 1.

²¹⁶ Idem, 9 de maio de 1883, p. 1.

“A diligencia que por ordem de S. Exc. aqui veio no vapor de guerra Moêma, não passou do Axioma, residência de José H. da Cruz e por isto pouco fez: mesmo assim, seria ingratidão das pessoas sensatas que aqui residem, se não agradecessem do intimo de seus corações essa medida salvadora da moralidade publica tomada por S. Exc. E tão fielmente executada com todo o zêlo e critério, pelos dignos Drs. Jorge Augusto de Brito Inglez, juiz municipal, Raymundo J. Rebello, promotor publico, capitão João G. de C. e Mello, delegado de policia e 2º tenente da armada Joaquim José Cardoso, commandante do vapor; portanto, não regateamos também a este Sr. Assim como aos seus empregados os nossos justos louvores por bem terem correspondido a confiança neles depositada.

Prossiga S. Exc. o presidente neste proposito, enviando-nos sempre visitas iguaes, que a lei no rio Purus será uma verdade a que todos, ricos ou pobres, prestarão a devida homenagem; os criminosos não admarão afrontando, de cólo levantado, á bordo até dos vapores que navegam este rio, a moral e a justiça publica; os morigerados habitantes deste rio viverão mais tranquilos em suas casas e finalmente o estado gravíssimo a que chegou esta tão importante parte da província mudará de face e como consequência logica de salutar evolução apparecerão o socego e a doce tranquilidade; de bem honrados chefes de famílias que por aqui vivem”²¹⁷.

A vitória sobre os conflitos, que não foram mais mencionados na imprensa do Amazonas, foi alcançada com as duas comissões que acabaram por estabelecer uma reorganização da administração de segurança pública na área, criando um grande número de distritos policiais. A divisão policial do Amazonas em abril, após o fim dos conflitos, tinha 10 delegacias e 73 subdelegacias de polícias e dentre estas, 24 estavam localizadas no rio Purus em Berury, Aiapuá, Guajaratuba, Abufary, Itatuba, Ariman, Jaburú, Jamanduá, Canutama, Vista Alegre, Lábrea, Sepateny, Hyutanaham, Mamoriá, Quician, Guajarraban, Pauhiny, Tiuhiny, Inauhiny, Acre, Riosinho, Santa Anna, Arapixy e Alto Purus²¹⁸.

A realização dessas incursões e a utilização dos navios como prisões não foi, no entanto, uma regra nas duas décadas. Mesmo porquê, em algumas ocasiões, os comandantes das canhoneiras recusavam a utilização dos navios dessa forma ou a limitavam, como em 1885, o comandante da Manaus informou ao brigadeiro comandante das armas do Pará que “não póde alli acomodar com a devida segurança mais de quatro presos”²¹⁹ e, dois dias depois, o comandante da canhoneira Lamego ter negado o mesmo pedido do comando das armas “não só porque esta é de acanhadíssimas acomodações, como porque se acha ella em concerto”²²⁰.

Os serviços realizados mais ao largo do serviço das armas foram, como mencionei no início deste subcapítulo, bastante diversos, no entanto, a identificação de algumas atividades nesse sentido é interessante porque ligavam a Flotilha do Amazonas a algumas necessidades cruciais para as províncias e para as populações fora das duas capitais da região.

²¹⁷ Ibid., 16 de março, de 1883, p. 2.

²¹⁸ Ibid., 11 de abril de 1883, p. 1.

²¹⁹ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 5 de abril de 1885, p. 1.

²²⁰ Idem, 7 de abril de 1885, p. 1.

Em alguns casos na década de 1870, navios de guerra foram mencionados trazendo jornais para a província do Pará a partir do Maranhão. Foi o caso da canhoneira Lamego em novembro de 1878²²¹. Muitas informações publicadas em jornais à época (não apenas na Amazônia) eram transcrições de jornais de outras localidades.

Esse tipo de prática me permitiu inclusive cruzar informações onde não há edições disponíveis de jornais na Amazônia em outras regiões, como no Rio de Janeiro, por onde jornais como a Província do Pará, O Liberal do Pará, Diário de Belém, Folha do Norte, Jornal do Comércio do Amazonas e outros circulavam e tinham notícias transcritas e publicadas pela imprensa carioca.

Até a generalização do uso dos serviços telegráficos na região, parte significativa das notícias era feita através dessa prática e as edições impressas dos jornais eram conduzidas normalmente por navios mercantes, no entanto, navios de guerra também o faziam. No entanto, esses jornais conduzidos por navios de guerra tanto poderiam ser apenas jornais comprados pela tripulação como jornais fornecidos pela imprensa dos locais por onde passavam com a finalidade de serem entregues em outras províncias. Nesse sentido, é importante ressaltar que os comandantes dessas embarcações provavelmente ordenavam que os impressos fossem entregues na sede dos jornais, configurando assim prática usual.

Esse trabalho de transporte e correio não era estranho às canhoneiras. Em 10 julho de 1879, o Administrador do Correio Geral do Amazonas enviou ofício ao comandante da Flotilha do Amazonas pedindo que a canhoneira Moema recebesse “as malas do correio, que são destinadas a diferentes pontos do Rio Negro, as quaes serão entregues por um empregado daquela repartição hoje às 8 horas da noite”²²².

O pedido foi feito aproveitando viagem que a canhoneira iria realizar na madrugada do dia seguinte para a região. Mas não constituindo a função primária da Flotilha, esse tipo de serviço compunha a convergência de necessidades aproveitando-se justamente do fato de que os navios realizavam, com o transporte, parte significativa do serviço de comunicação na região.

Em casos de crise de abastecimento, os navios também eram utilizados para transporte de gêneros ou até mesmo de reses bovinas. Em julho de 1879, o jornal Amazonas informou que:

“Seguiu na madrugada de hontem com destino ao rio Aulás, via Itacoatiara, o vapor de guerra Moêma afim de conduzir para esta cidade, e para consumo da população, as rezes que devem alli

²²¹ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 13 de novembro de 1878, p. 1.

²²² AMAZONAS, Manaus, 25 de julho de 1879, p. 1.

ser compradas de conta da província, em virtude de deliberação tomada pelo Exm. Sr. Barão presidente da província.

S. Exc. pretende manter nesta cidade um deposito permanente de gado, que supprirá a população quando por ventura se renova a crise porque estamos passando, e neste sentido tem expedido suas ordens ao tesouro provincial.

A dificuldade de conseguir-se uma embarcação para condução do gado deu lugar á que só hontem sahisse o Moêma, depois de ser obrigado o thesouro á despeza de compra de um batelão, sem o que ficaria a administração de braços crusados em face do clamor geral da população, que atravessa a epocha da deficiência e carestia dos gêneros de primeira necessidade.

É para sentir que, quando o governo da província tão disposto se mostrava á minorar o sofrimento dos seus governados, se estabelecesse como que uma greve entre os possuidores de embarcações apropriadas para aquelle mister e não se cuidasse delles obter o menor auxilio!”²²³.

É provável, no entanto, que essa prática tenha cessado ou diminuído drasticamente a partir da década de 1880 porque o formato das canhoneiras da primeira geração, da qual pertencia a canhoneira Moema, comportava espaços maiores que os da segunda geração, já produzidos sob a lógica modernizante que diminuía os espaços comuns para maior aproveitamento das máquinas e das metralhadoras e canhões. É importante frisar novamente que o armamento dos navios da década de 1860 era prioritariamente lateral às embarcações, portanto sendo mais interno a elas e dando maior espaço ao convés, diferentemente da artilharia dos navios construídos *a posteriori*.

Nos casos mencionados, no entanto, há um denominador comum importante: os papéis desempenhados de transporte de jornais, correios ou mesmo de bois e gêneros alimentícios foram sendo profissionalmente ocupados pela marinha mercante na medida em que as linhas de navegação e o número de vapores aumentaram, portanto, uma parte sensível da atuação dos navios de guerra era justamente complementar aquilo que regularmente era feito por navios de comércio e que fora ampliado com o desenvolvimento das companhias de navegação comercial. A profissionalização da Marinha de guerra também foi acompanhada do processo de profissionalização gradativa da marinha mercante em uma relação de complementariedade.

Na década de 1880, encontrei a primeira descrição de um exercício realizado fora das circunstâncias gerais de “viagem de instrução” de aprendizes-marinheiros ou de artilharia, a qual era apenas brevemente mencionado em jornais. O caso em questão não fora a descrição de um exercício de combate, mas de sinalização náutica envolvendo as canhoneiras Pedro Affonso e Moema em abril de 1880.

O exercício era a experiência prática de um novo sistema de sinalização por lanternas envolvendo lanternas de três cores diferentes. Segundo o jornal Gazeta de Notícias:

²²³ AMAZONAS, Manaus, 16 de julho de 1879, p. 1.

“Teve logar no dia 9 do andante, á bordo da canhoneira Pedro Affonso, pelas 7 horas da noite, a experiência de um novo regimento de signaes de lanternas para a armada, descobrimento este da lavra do Sr. Piloto Augusto Constancio Roechling.

A simplicidade do systema, no alcance d mais obscura intelligencia, a promptidão com que são feitas as communicações e, finalmente, a economia que resulta da sua adopção, leva-nos a crêr que será em breve aceito, para bordo dos nossos vapores de guerra, tal melhoramento, logo que seu autor sujeite-o á consideração do governo imperial.

Presentes os srs. Capitão de mar e guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, capitão de fragata Salustiano Caetano dos Santos, commandante da flotilha, e de toda officialidade de bordo, deu-se começo á experiência.

O auxiliar Moema, ancorado em distancia conveniente d’aquella canhoneira, reconheceu com presteza todos signaes que sucessivamente lhe foram feitos por ordem do Sr. Commandante da flotilha, e é-nos grato dizer que, findo o exercício, reconheceu-se terem sido traduzidos com justeza.

Com duas lanternas apenas, por esse novo systema, fazem-se todos os signaes do regimento de bandeiras, bem como todos os distinctivos de navios, e portanto de galhardetes.

Usando-se de tres lanternas de cores differentes podem-se effectuar todos os signaes syllabicos de bandeiras.

Mais de uma vez tem sido reconhecido por abalisados profissionaes que o regimento de signaes adoptados na nossa marinha é complicado e enfadonho, não só por jogar com um grande numero de lanternas, facilitando por esse motivo enganos, mas ainda por se ter de fazer dois signaes successivos para a obtenção de uma só syllaba, o que demanda longo tempo para a transmissão de qualquer ordem.

Consta-nos que o autor da idea vai depositar nas mãos do Exm. Sr. Ajudante general da armada o seu trabalho que por certo será considerado na altura de seu real merecimento”²²⁴.

É importante notar que esse período da segunda metade do XIX e início do XX parece ter sido rico em propostas de invenções a cargo de oficiais subalternos da Marinha, que usavam os navios de guerra como verdadeiros laboratórios de novos sistemas e possibilidades a serem usadas. O já citado sistema Trajano fora um desses exemplos.

A lida com o grau de desenvolvimento das forças navais no mundo certamente incentivava a criatividade da engenharia e de técnicas de aperfeiçoamento de navios, embora nesse caso haja igualmente a possibilidade que o sistema não fosse necessariamente uma inovação que despontasse como vanguarda para a tecnologia naval, mas muito provavelmente uma forma de simplificar um trabalho complexo que deveria ser conduzido por marinheiros em um momento em que a formação dos praças e oficiais ainda não contemplava todas as particularidades das marinhas modernas.

No caso dos sinais náuticos, as dificuldades nem eram restritas à Marinha na Amazônia nem à Marinha de Guerra brasileira, inclusive. Em 1889, a Revista Marítima Brasileira, na seção “Revista das revistas”, onde eram publicadas notícias vindas de periódicos militares estrangeiros, citou um conjunto de exercícios navais realizados pela marinha britânica em Spithead em agosto de 1889. A finalidade do exercício era manobrar duas esquadras diferentes em dois portos diferentes da Inglaterra como base de uma proposta de estratégia naval de defesa

²²⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1880, p. 2.

das linhas de comércio através de uma hierarquização de esquadras maiores de ataque e esquadras menores de defesa portuária.

No caso, foram organizadas uma esquadra A de “defeza da Inglaterra sob o commando do contra-almirante Sir. George Tryon com a insígnia no Hercules” e a B para ataque “sob a direcção do Vice-almirante Baird no Nothumbreland com o Contra-almirante D’Arcy-Irvine no Anson”²²⁵. Com a realização dos exercícios, dentre os resultados, “foram reconhecidas insuficientes as de foguista e as de signaleiros (cabos de marinheiros)”²²⁶, sendo neste último caso reconhecida “penúria tão grande que no Mersey havia um único”²²⁷.

Os códigos de sinais internacionais e usados pelas marinhas de guerra e mercantes no mundo eram complexos e, de um modo geral, eram realizados por meios de bandeiras de cores diferentes que, combinadas em posicionamentos, sequências e ordens, produziam as diversas ordens e mensagens que deveriam ser repassadas. Segundo o código internacional de sinais, publicado em 1882, as bandeiras correspondentes às letras e suas cores eram as seguintes²²⁸:

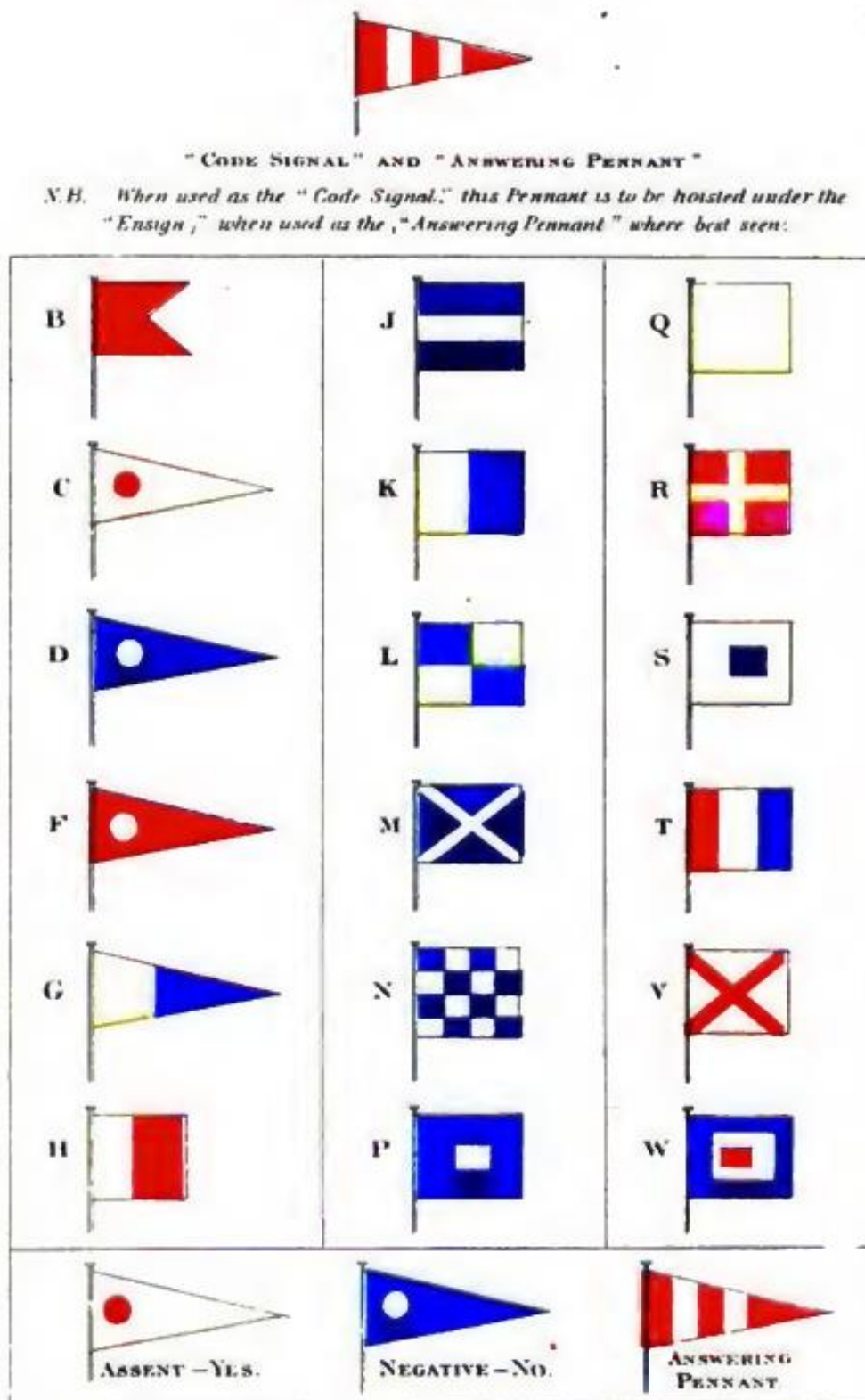
²²⁵ OLIVEIRA, Vidal de. Revista das Revistas. **Reivsta Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, vol. XVII, n. 4, 1889, p. 416.

²²⁶ Idem, p. 422.

²²⁷ Ibid., p. 423.

²²⁸ BUREAU OF NAVIGATION. **The International code of signals**, for the use of all nations. American Edition. Washington: Government Printing Office, 1882.

Figura 13 - Sinais básicos do Código Internacional de Sinais de 1882.



Fonte: BUREAU OF NAVIGATION. **The International code of signals**, for the use of all nations. American Edition. Washington: Government Printing Office, 1884, s.p.

O código foi adotado pelos Estados Unidos, Costa Rica, Grécia, Argentina, Dinamarca, Guatemala, Áustria-Hungria, Equador, Havaí, Bélgica, Egito, Haiti, Bolívia, França, Honduras,

Brasil, Alemanha, Itália, Chile, Inglaterra, Japão, Libéria, Paraguai, Sião, México, Pérsia, Espanha, Marrocos, Peru, Suécia, Holanda, Portugal, Turquia, Nova Zelândia, Rússia, Colômbia, Nicarágua, São Domingos, Uruguai, Noruega, São Salvador e Venezuela.

Para, por exemplo, perguntar a identidade de um navio à vista, o sinaleiro deveria utilizar em ordem, as bandeiras B e D. O código dispunha de mais de 300 páginas de sinais diferentes frutos das combinações dessas bandeiras em várias combinações (inclusive com mais de duas bandeiras sendo utilizadas), o que certamente só poderia ser bem realizado em qualquer marinha com um nível de formação e profissionalização dos praças envolvidos.

Na Marinha de guerra brasileira, os sinaleiros faziam parte do Corpo de Marinheiros Nacionais como uma companhia específica, o que significa que apenas recebiam instrução prática de sinais até a criação da Escola Profissional de Timoneiros, em 1906, que realizava o curso de sinaleiros a bordo de um navio de guerra.

Assim, os exercícios de sinais propostos pelo piloto Rochling certamente foram eficazes, como a notícia apontara, mas também foram um componente vital no desenvolvimento do conhecimento de marinheiros embarcados na Flotilha do Amazonas em um momento em que profissionalmente, os marujos ainda não encontravam totalmente o desenvolvimento e a formação da carreira como um lugar comum na Marinha de Guerra, além de pôr em prática o uso de instrumentos elétricos que foram se tornando, nas décadas seguintes, peças centrais para a sinalização e desenvolvimento dos navios.

3.2. Vias de construção da profissionalização organizacional

A ideia de profissionalização debatida no capítulo 1 sobre os oficiais e praças de Marinha deve considerar um outro aspecto: a profissionalização dos mesmos impulsionou a instituição militar no mesmo caminho. Isto é, se nas décadas de 1860 a 1880 as funções desempenhadas pela Marinha na Amazônia eram difusas, ganhando maior experiência no auxílio às forças terrestres em diligências e complementando funções da marinha mercante, entre o final década de 1880 e a partir da década de 1890, alguns elementos começaram a mudar significativamente.

A década de 1890 teve pelo menos um fator determinante a organização da Marinha na Amazônia: a introdução dos avisos fluviais Teffé, Tocantins, Jutahy e Juruema, em 1891, que se tornaram navios com um tempo de serviço consideravelmente maior, padronizados e que podiam, a partir daí, atuar em conjunto em manobras e exercícios que davam mais força à ideia

de ação de uma flotilha em si, acrescidos de canhoneiras construídas durante a década de 1880 (Manaus, Cabedello, Traripe e Guarany), que também possuíam certas semelhanças e a referência de navios centrais. Era como se na organização dos navios da Amazônia, as canhoneiras citadas fossem como navios capitais (isto é, centro de esquadra) e os avisos compusessem a força de maior mobilidade e proficiência pelas suas características técnicas mais adaptadas à região.

É claro que esse período para a esquadra brasileira em si, organizada em esquadra de evoluções desde 1884, também representou algumas rupturas forçadas, especialmente considerando a revolta da armada, que abreviou o tempo de serviço de vários navios e reduziu o número de navios e de oficiais até a década de 1900, quando os programas navais elaborados em 1904 e 1906 propuseram a aquisição de novos navios. Mesmo assim, esse período foi, para a esquadra, um momento intenso de experiências na esquadra e nos exercícios de evoluções, que passaram a ser feitos com maior regularidade a partir da década de 1900 e com um conjunto expressivo de navios de guerra.

Em 1901, foi feita a “Revista Naval”, um exercício específico de comemoração ao 15 de novembro com exercícios realizados pela esquadra, cuja descrição encontra-se no relatório ministerial publicado em 1902. Essa descrição permite a compreensão de alguns elementos organizacionais da esquadra sobretudo no tocante a evoluções navais que foram realizados e descritos. A Revista Naval fora um ato de celebração com o desempenho do máximo que se havia alcançado em termos de exercícios coordenados por representar ao público, incluindo o presidente da República, a capacidade de combate da esquadra brasileira.

A esquadra de evoluções em exercício foi comandada pelo almirante Eduardo Wandenkolk, chefe efetivo da esquadra e que organizara a sua constituição para o exercício. Um dos aspectos ressaltados pelo ministro José Pinto da Luz fora a rapidez dos trabalhos, uma vez que a solicitação de revista feita pelo presidente Manuel Ferraz de Campos Sales fora publicada sob aviso em 7 de novembro. Segundo Luz:

“As maiores dificuldades foram vencidas com a rapidez e a dedicação de quem se prepara para captar a confiança daqueles que tivessem de testemunhar o movimento da esquadra a 15 de novembro.

O almirante, a quem o Governo confiou o commando dessa esquadra, deu pelo exemplo de sua constante atividade, o incentivo preciso para fazer despertar os sentimentos adormecidos em uma longa época de repouso”²²⁹.

²²⁹ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p. 50.

É evidente, no entanto, que o curto período servira igualmente como teste, uma vez que os exercícios não foram para tal fim preparados, mas representavam uma síntese de manobras realizadas anteriormente. Por outro lado, a ideia presente na retórica de Luz sobre o despertar depois de “uma longa época de repouso” também referia-se ao período onde a efetiva utilização da esquadra fora pouco realizada, isto é, a maioria das comissões realizadas envolvia navios soltos e, assim, é provável que também referisse a uma espécie de rito de passagem, onde a esquadra de evoluções efetivamente fora mobilizada e utilizada.

A esquadra fora organizada em 9 de novembro da seguinte forma:

Tabela 11 - Organização da esquadra na Revista Naval de 1901.

<i>Comando em chefe</i>	Almirante Wandenkolk
<i>Número do navio</i>	Navio
<i>1ª Divisão</i>	Cmte: C-Alte João Justino de Proença
1	Cruzador Barroso, navio almirante
2	Encouraçado Deodoro, navio chefe
3	Encouraçado Floriano
<i>2ª Divisão</i>	Cmte: CMG Francisco Calheiros da Graça
4	Cruzador República, navio chefe
5	Vapor Andrada
6	Navio-Escola Benjamin Constant
<i>3ª Divisão</i>	Cmte: CMG Henrique Pinheiro Guedes
7	Caça-Torpedeiro Tamoyo, navio chefe
8	Caça-Torpedeiro Gustavo Sampaio
9	Caça-Torpedeiro Tymbira
<i>Divisão de Torpedeiras</i>	Cmte: CMG Alexandrino Faria de Alencar
10	Torpedeira Pedro Affonso, navio chefe
11	Torpedeira Pedro Ivo
12	Torpedeira Bento Gonçalves
<i>13, navio auxiliar</i>	Rebocador Audaz

Fonte: Relatório do Ministério da Marinha, 1902.

Além deles, o presidente assistiu a revista a bordo do encouraçado Riachuelo²³⁰. A numeração dos navios é importante por transmitir tanto a hierarquia geral da esquadra como o posicionamento descrito no relato. A base dos exercícios foi feita segundo dois estudos: do próprio Eduardo Wandenkolk quando capitão de fragata, “Tactica naval para uma frota encouraçada” e do capitão de fragata José Guillobel, “Tactica naval” e “3º vol. Do Código de Signaes”.

²³⁰ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1901, p. 1.

“Sendo a primeira vez que a maior parte do pessoal, que guarnecia os navios, ia tomar parte em evoluções com tão elevado numero de unidades de combate, teve o commandante em chefe necessidade de, nas suas instrucções, entrar nos menores detalhes das combinações que se deveriam fazer, quer na parte referente aos signaes, quer na relativa á evolução dos navios, prevendo os casos que, por ventura, se dessem durante o dia e durante a noite. Terminados os últimos preparativos ás 10h a.m. do dia 14 de novembro, depois de içar o navio *Almirante Barroso* o signal de suspender, largou a respectiva amarração, e seu avante, sendo sucessivamente acompanhado, nessa manobra, pelos navios da 1ª divisão, que foi seguida pelos da 2ª e 3ª, indo todos ocupar seus logares indicados em *linha de fila, ordem natural*. A Divisão de torpedeiras, cuja missão era desempenhar o papel de exploradores da esquadra, evoluiu de modo a ocupar o logar que lhe fora assignalado nas Instrucções, formando em *pelotão de ataque, ordem natural* e colocando-se na testa da linha”²³¹.

Enquanto prova de fogo dos exercícios de evoluções em uma esquadra, a ressalva à inexperiência da maioria das guarnições funcionou como uma espécie de comprovação laboratorial às premissas táticas discutidas pelos dois oficiais. É evidente que não haver exercícios em conjunto do total dos navios da esquadra não fora uma escolha, uma vez que esses exercícios representavam um custo considerável de combustível, alimentação e a mobilização de diversas guarnições. E mesmo nos combates entre a esquadra revoltosa e as forças legalistas da Revolta da Armada de 1893, apenas parte dos navios fora utilizada de um e outro lado.

Por que, então, mobilizar tantas unidades diferentes para um exercício? Como já mencionei no capítulo anterior, o poder simbólico dos navios de guerra era um dos aspectos notáveis componentes da afirmação de poder em diversos momentos. No caso em questão, na virada do século XX, a ordem oligárquica da República havia se consolidado pelo pacto do presidente Campos Sales com os governadores (política dos governadores) e destes com as oligarquias locais e “coronéis”.

Em termos políticos, o ambiente brasileiro era de relativa pacificação quando da virada do século e, assim, é provável que os exercícios da revista naval tenham sido um símbolo igualmente utilizado como afirmação de um pacto nacional bem estabelecido entre oligarquias, que só encontraria maiores resistências e rupturas no final dos anos 1910 e durante os anos 1920.

Havia cinco formas de “pelotões” desempenhados por navios de guerra nos exercícios de evoluções: o pelotão de fila, normalmente designado para a navegação em linha seguindo a ordem dos navios “naturalmente” estabelecida ou variada por circunstâncias; pelotão de frente, onde navios saíam da linha de navegação e passavam à área mais avançada da esquadra, ação da qual era normalmente realizada por navios mais rápidos, como cruzadores, para exploração

²³¹ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p. 52.

da vista à procura de navios inimigos; pelotão de ataque, onde os armamentos das embarcações eram preparados para um eventual engajamento com forças inimigas; pelotão de flanqueamento, compondo linhas transversais à linha de navegação dos navios inimigos, de modo que a posição favorecesse apenas o ataque do navio em questão, mas dificultasse o mesmo do inimigo e pelotão de tiro, onde os ângulos de alcance permitissem disparos e o posicionamento dos navios não incorresse em danos colaterais²³².

O posicionamento em pelotões de navios isolados ou de divisões inteiras era importante para que não houvesse um amontoado de navios próximos que facilitassem tanto o acerto balístico da artilharia inimiga como não provocasse danos colaterais ou tiros erroneamente feitos ao mesmo alvo por dois ou mais navios diferentes quando em ataque a múltiplos alvos, já que nesse caso, isso poderia significar deixar livre um dos alvos inimigos.

Seguindo, conforme os navios passavam ao movimento com o rebocador Audaz realizando a escolta armada, o encouraçado Deodoro teve uma avaria no leme, “o que determinou a ordem dada ao cruzador Floriano, para que viesse ocupar o lugar daquele”. A fila de navios chegou à baía de Guanabara às 11h05, “quando foi feito o sinal de virar pela contra-marcha por BE”²³³.

A velocidade considerada parâmetro de marcha a todos os navios foi estabelecida em 9 milhas náuticas, o que era necessário para que a ordem estabelecida não se desfizesse com maior ou menor aceleração de cada navio. Após a transposição da barra do Rio de Janeiro, a esquadra recebeu salva do cruzador Tage, da marinha francesa, que estava na área, e realizou-se o almoço.

“Dado o almoço e competente descanso, começaram, em pleno oceano, os exercícios de evoluções em esquadra, depois de feito o respectivo signal ás 2h25 p.m., determinando o almirante que se fizesse a contra-marcha por BB”²³⁴.

Todas as manobras tiveram por base o cruzador na altura da ilha Rasa, que constituiu-se o ponto de orientação para a navegação a fazer.

Ás 2h30 p.m. determinou o almirante que a esquadra, ainda formada em *linha de fila, ordem natural*, passasse á ordem em *columns por divisões com uma de reserva*”²³⁵

A ordem em linha de fila somente tinha sentido enquanto a movimentação da esquadra até o teatro de operações era feita e, por isso, ao chegar no referido, as divisões, que até então

²³² Essas cinco ordens estão presentes na parte do relatório de viagem da 3ª Divisão Naval em áreas próximas ao Rio de Janeiro. Vd. GUEDES, Henrique Pinheiro. Extracto do relatório de viagem da 3ª Divisão Naval em exercícios geraes do Rio de Janeiro a Buziros, Cabo Frio, Ilha Grande, Santos, S. Sebastião, Angra dos Reis, Ilha Grande e Rio de Janeiro. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, vol. 39, n. 10 e 11, abr.-mai. 1902, p. 1.286.

²³³ BE significa Boreste, ou o lado direito da direção de navegação de uma embarcação.

²³⁴ BB significa Bombordo, os o lado esquerdo da direção de navegação de uma embarcação.

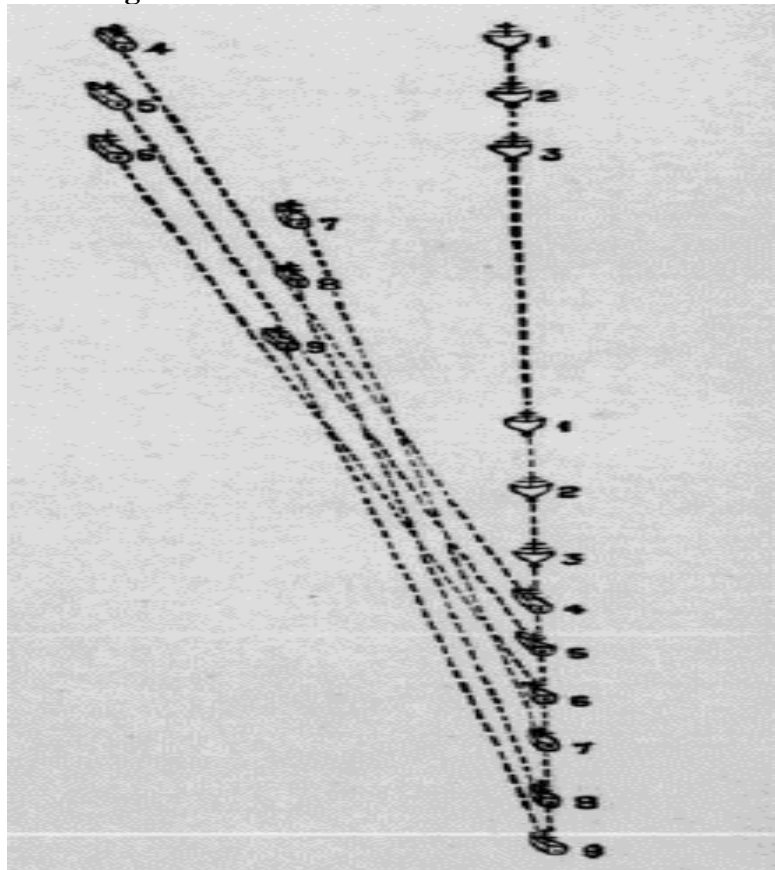
²³⁵ BRASIL, Op. Cit., 1902, p. 53.

não eram bem caracterizadas, passassem a funcionar normalmente. A linha de fila era importante também para evitar possíveis colisões com navios que estivessem na barra ou em áreas próximas ao Rio de Janeiro, uma vez que o espaço virtualmente ocupado sempre seria de apenas um navio. Da mesma forma, a situação de encalhamento em um arrecife era menor se todos os navios percorressem a mesma linha.

A proficiência na movimentação dos navios, todos movidos a vapor, demandava que o serviço de máquinas dessas embarcações fosse bastante coordenado, isto é, além do comando precisar ser claro sobre os momentos de produzir o fogo que alimentava as caldeiras e o oposto (apagamento dos mesmos), os foguistas e auxiliares carvoeiros também precisavam ter a consciência da quantidade de carvão a ser utilizada de modo que os navios mantivessem a mesma marcha sem variações. Uma das características dos navios a vapor era, assim, que os marinheiros empregados nas máquinas tivessem um nível de experiência no tocante à administração das quantidades do vapor que não aumentassem o movimento das caldeiras nem os diminuísse.

A ordem de formação de colunas foi feita segundo o diagrama:

Figura 14 - Diagrama da ordem das colunas da Revista Naval de 1901.



Fonte: BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p. 53.

“A 1ª divisão ou os ns. 1, 2 e 3 seguem o mesmo rumo, diminuindo um pouco a marcha para acelerar o movimento, o n. 4 guina á esquerda, aumenta a velocidade e vae ocupar o lugar que lhe compete na nova formatura, na distancia de columna de 900 metros, pelo travéz do navio almirante; os navios ns. 5 e 6 guinam á esquerda, forçam a marcha, seguem uma direcção paralela e vão buscar as aguas do respectivo chefe de columna, conservando a distancia de 200 metros. A 3ª divisão ou os ns. 7, 8 e 9, obliquam um pouco á esquerda, simultaneamente, seguindo os ns. 8 e 9 nas aguas do navio n. 7 e vão todos colocar-se entre as duas columnas na rectaguarda, marcando o chefe de columna as alhetas dos serra filas da 1ª e 2ª divisões por 30º na distancia de 300 metros. Terminado o movimento o almirante regulou de novo a marcha da esquadra e rectificou as distancias”²³⁶.

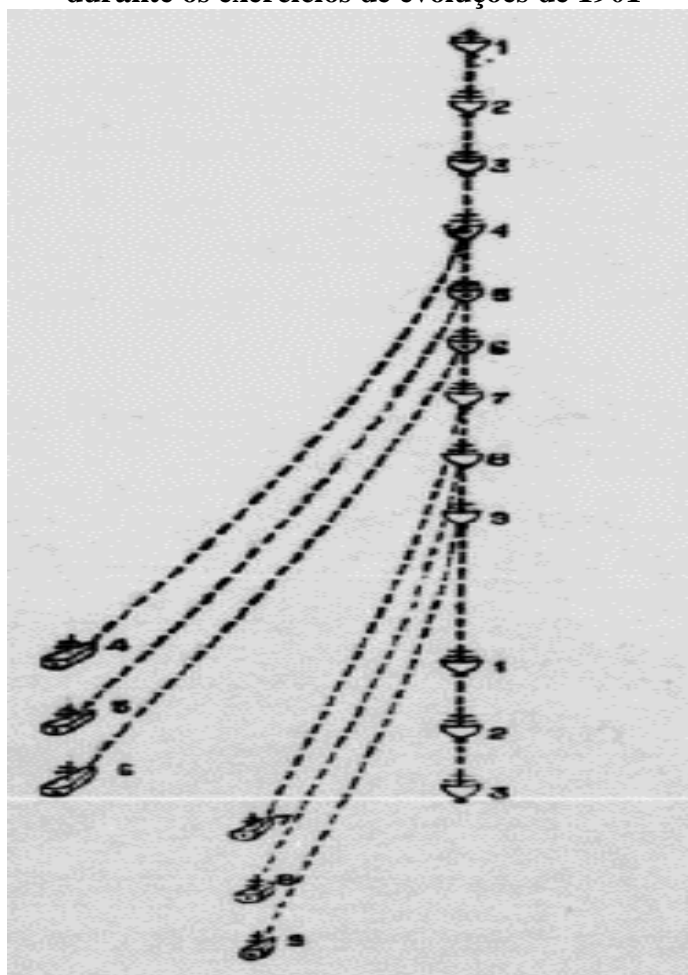
Da mesma forma que a marcha dos navios impactava a formação em questão, o cálculo do controle do leme desses navios, executado pelos marinheiros timoneiros, igualmente deveria ter um nível de precisão considerável, uma vez que as linhas deveriam respeitar rigorosamente a formação paralela tanto em relação aos navios das divisões como em relação aos navios da divisão ao lado.

É de se notar também que a habilidade dos sinaleiros com os holofotes e bandeiras, bem como com os binóculos, fora testada como um dos maiores pontos, uma vez que a distância entre os navios em linha (cada navio a 900 m, totalizando vários quilômetros) exigia o olhar atento às ordens emitidas pelos navios almirante e chefes de divisões para que os demais as seguissem. Mais ainda considerando que ao momento, ainda não havia serviço de telegrafia sem fio a bordo dos mesmos navios.

A divisão de torpedeiras e o rebocador Audaz, que eram a divisão reserva dessa esquadra, receberam, às 4h10 da tarde, ordem para retornar ao porto mais próximo, devendo seguir igualmente em pelotão de divisão em fila de linha pela direita das colunas. 10 minutos depois, a esquadra, que se manteve por cerca de 2 horas em colunas, recebeu a ordem para a retomada da linha de fila, desta vez seguindo a fila da 1ª divisão, conforme o seguinte diagrama:

²³⁶ Idem.

Figura 15 - Retomada à formação de linha após a formação em colunas da esquadra durante os exercícios de evoluções de 1901



Fonte: Idem.

“A primeira columna segue o mesmo rumo e accellera a marcha; a 2^a e a 3^a, diminuem um pouco a velocidade; quando o serra-fila da primeira, tiver passado a prôa do chefe da segunda, este e os navios ns. 5 e 6 seguirão á direita simultaneamente e vão procurar as aguas da primeira columna, seguindo os navios 5 e 6 uma direcção paralela á do respectivo chefe navio n. 4.

Assim também o chefe da terceira columna, regulando convenientemente a sua marcha, vae buscar as aguas do serra-fila da 2^a columna e os ns. 8 e 9 seguem um caminho paralelo ao do respectivo chefe e formam em linha de fila, no logar que lhes compete nas suas aguas com a distancia de 300 metros. Esta columna iniciará o movimento guinando um pouco para BE. Todos os navios, depois de colocados no alinhamento, conservarão entre si a mesma distancia de 300 metros. Desenvolvido o movimento o almirante regulou de novo a marcha da esquadra”.

O movimento dos navios em linha foi seguido em marchas alternadas até a madrugada, quando foram feitos sinais elétricos e queimados foguetes que também sinalizavam mudanças no curso da esquadra. Na manhã do dia seguinte, a esquadra passara pela fortaleza da barra do Rio de Janeiro, encontrando o encouraçado Riachuelo no porto, “Passando em seguida o

cruzador Barroso, navio almirante, saudou com 21 tiros ao chefe da Nação”²³⁷. Após o fim do exercício, o mesmo relatório afirmou que:

“Bem poucos dos officiaes que nella seguiram, conheciam as manobras que são desenvolvidas pelos grandes agrupamentos de navios. Apenas pelas publicações e revistas que filheam, teem conhecimento das evoluções que periodicamente fazem as grandes esquadras que procuram estar sempre prontas para as eventualidades de uma guerra.

[...]

As manobras evolutivas são, por assim dizer, elementares; mas para a sua execução no oceano entram muitas vezes elementos difíceis de superar, como sejam o estado do mar, a marcha dos navios, suas condições de governo, as dificuldades em guardar as distancias, a pouca visibilidade dos signaes, os nevoeiros e muitas outras circumstancias que podem impedir a presteza de uma manobra e falsear uma evolução necessária, determinando lamentáveis desastres em que se perdem navios e vidas preciosas”²³⁸

Enquanto primeiro grande exercício militar do século XX para a Marinha, a revista naval de 1901 foi um passo importante na experiência de organização da esquadra. Na mesma década, além dos programas navais já mencionados, a estrutura administrativa da Marinha fora alterada num período de reformas promovidas pelo almirante Alexandrino Faria de Alencar entre 1906 e 1908.

Além disso, entre os principais resultados negativos dos exercícios, a formação dos marinheiros começara a surgir como uma das soluções básicas, alterando a organização das companhias de aprendizes marinheiros para escolas e a formação de marinheiros especialistas em escolas profissionais.

Pela primeira vez, a Marinha passara a desenvolver a prática de grandes exercícios coordenados que construiu o status de uma força naval estruturada em torno de uma esquadra, a qual passara a impactar diretamente a forma como oficiais e praças trabalhavam e atuavam. É nessa perspectiva que o viés organizacional construído a partir do final do século XIX e início do XX construiu as bases para a experiência de uma força militar organizada em sentido amplo, isto é, cujos princípios administrativos e de formação e desenvolvimento das funções profissionais eram norteados por temáticas mais abrangentes no sentido tático, como a movimentação dos navios, a sinalização náutica, o empenho com a manobra e novos tipos de armamentos que entraram em discussão a partir dos planos de modernização da Marinha no sentido lato.

Para a Amazônia, a década de 1890 foi o momento do início da mudança do status da Marinha enquanto instituição. Ela começou um processo de transformação prático de uma força fluvial auxiliar para uma força de combate, forjada nos combates de consolidação republicana

²³⁷ Ibid., p. 56.

²³⁸ Ibid., p. 58.

e também nos exercícios e comissões desempenhadas a partir dos novos navios que se consolidara na década de 1910.

No caso do processo de construção da ordem republicana nos seus primeiros anos, o aspecto organizacional militar em si não fora o ponto central, mas sim a experiência prática de combate, sobretudo na revolta de 1891 no Pará, e de ampliação do conceito de controle interno já desempenhado pelos militares desde o período monárquico: na República, os tenentes se tornaram também governadores provisórios, chefes de polícia, deputados e responsáveis por outros aspectos de policiamento, vigilância e defesa nos rios amazônicos.

No início do século XX, os exercícios da Flotilha do Amazonas com emprego articulado de navios diferentes e do maior número de unidades possível passou a compor uma realidade. Assim como a esquadra de evoluções criou uma nova perspectiva de emprego dos navios, de unidades dispersas a uma grande unidade militar integrada que exigia de oficiais habilidades de comando, previsão de situações de combate e avarias causadas aos navios e ação coordenada em conjunto e aos praças, uma maior proficiência no desempenho de suas diferentes funções, na Amazônia, esses exercícios igualmente construíram essa perspectiva, mas para a realidade fluvial.

A Flotilha do Amazonas em si, desde sua criação, teve o conceito de unidade militar fixa como uma das premissas analíticas que utilizei para compreender o processo de consolidação da Marinha moderna na região e o lugar da Amazônia nesse processo. As unidades fixas, como já mencionei, sempre deveriam ter um conjunto de navios, ainda que esse conjunto pudesse ser pouco numeroso até o final do período analisado se comparado a outras marinhas no mundo²³⁹.

Nesse sentido, após a esquadra de evoluções ter sido efetivada, há dois pontos de inflexão interessantes para a Flotilha do Amazonas. O primeiro deles, foi a criação da Divisão Naval do Norte, em janeiro de 1903, tendo efetivamente sido incorporada em Manaus apenas em 22 de Março do referido ano²⁴⁰ e a chegada das canhoneiras fluviais Acre, Amapá, Juruá e Missões, em 1905.

A criação da Divisão Naval do Norte foi uma fração da esquadra a ser situada em Manaus para garantir a ocupação do estado do Acre no processo de tensões e negociações

²³⁹ Para fins comparativos, durante a Primeira Guerra Mundial, as potências envolvidas diretamente no conflito possuíam um número de navios engajados que é superior ao número total de navios de guerra que o Brasil teve desde a Guerra do Paraguai até 1924.

²⁴⁰“Ficam incorporados provisoriamente a Divisão Naval do Norte os navios da Flotilha do Amazonas de acordo com o Aviso nº 130 de 2 de Fevereiro de 1903 Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2.491. Ordem do dia nº 34, de 22 de março de 1903.

envolvendo o Brasil e a Bolívia, dando suporte ao Ministério das Relações Exteriores. A Divisão foi formada pelo encouraçado Floriano, cruzadores-torpedeiros Tymbira e Tupy e pelo caça-torpedeiro Gustavo Sampaio e a presença de tais navios implicou no “traslado de táticas de combate naval para a região”²⁴¹, o que significava, em outros termos, o traslado de aprendizados advindos de exercícios da esquadra de evoluções.

A eficácia real da Divisão Naval do Norte é questionável, já que no mesmo relatório ministerial onde o contra-almirante José Pinto da Luz pontuara a necessidade de criação da Divisão e suas funções, também considerou que havia necessidade de ser constituído um programa naval específico, pois os navios da Flotilha tinham dificuldade de alcançar áreas fronteiriças com o Peru na época de vazante dos rios.

Desde a criação da Flotilha do Amazonas, a Divisão Naval do Norte também fora um momento onde a hierarquia militar fora alterada nos rios da região, uma vez que o oficial comandante da Divisão era sempre de posto superior ao comandante da Flotilha e, por isso, a mesma ficou incorporada durante o período de existência da Divisão (até 1905) e, em alguns momentos, o cargo de comandante dela foi extinto e as funções acumuladas com as de comandante da Divisão em si.

Em maio de 1903, a Divisão realizara um de seus primeiros exercícios. Na ocasião, os exercícios foram feitos simulando uma tentativa de desembarque de tropas em solo hostil guarnecido por dois canhões que foram fornecidos pelo encouraçado Floriano, comandado pelo contra-almirante Alexandrino Faria de Alencar. O comandante do regimento militar do estado do Amazonas, coronel Adolpho Lisboa, fora o convidado de honra para assistir a bordo do referido o exercício.

“Às 5 horas e 15 minutos da manhã, depois de ter tomado posição a esquadra assaltante e as forças de desembarque estarem em seus postos de ataque em terra, ao signal de um foguetão de luz encarnada, lançado de bordo do navio almirante, todas as baterias romperam fogo sobre o forte, e as forças de desembarque protegidas por este bombardeiro, avançarão, envolvendo a praça em apertado circulo, intentando iludir o inimigo por meio de assaltos simulados em diferentes pontos, com fracos tiroteios nas linhas de atiradores, tudo de modo a preparar um assalto geral.

Ao signal de um foguetão de luz verde, lançado ás 5 horas e 30 minutos, cesarra o bombardeio dos atacantes e toda a força de desembarque a passo de carga se aproximara do forte, mantendo vivíssimo fogo, afim de garantir o assalto a bayoneta que se effectuara ás 5 horas e 45 minutos da manhã, ao signal de um foguetão branco.

Victoriosa a força atacante, e conquista a posição pelas bayonetas dos heroicos marinheiros, após não menos heroica resistência, um *hurrah!* Geral, envolto as harmonias do hymno nacional, festejará o aniversário secular da pátria brasileira, que todos devemos honrar e servir”²⁴²

²⁴¹ Idem, p. 68.

²⁴² QUO VADIS?, Manaus, 3 de maio de 1903, p. 1.

O exercício, condizente à possibilidade de intervenção de forças terrestres no Acre, simulou igualmente a escaramuça com forças terrestres fortificadas, impondo a artilharia dos navios maiores da esquadra na região como estratégia de ataque em uma guerra de tomada de posições de assalto. Esse exercício provavelmente só teve sentido com o armamento de um navio como o encouraçado, embora as canhoneiras fluviais da classe Acre também possuíssem uma peça de artilharia de 87 mm que possibilitaria, pelo menos, o ataque balístico em direção ao inimigo.

Durante o período de existência da Divisão, a baía de Boiussu foi uma das principais áreas de realização de exercícios fluviais, o que permaneceu até a década de 1910 pelo menos. Embora o nome da baía corresponda a um nome semelhante ao rio Buiucu, situado na região sul do Pará, não considero que se tratasse da mesma região. Na realidade, pelas descrições, é provável que a baía assim denominada fosse uma área mais larga do rio Negro, mesmo porque as viagens dos navios estacionados em Manaus duravam poucas horas até a referida.

Em junho de 1904, por exemplo, ao citar um exercício, o *Jornal do Commercio do Amazonas* afirmou que “O Gustavo Sampaio fez hontem exercícios de tiro ao alvo na bahia do Boiussú. Zarpou do ancoradouro ao meio-dia, desenvolvendo a marcha de 10 a 14 milhas, chegando ao ponto em que fez os exercícios com 2 ½ horas de viagem. No regresso, gastou 2 horas e 15 minutos, desenvolvendo a marcha de 16 milhas”²⁴³.

O segundo ponto de inflexão foi a chegada das canhoneiras fluviais Acre, Amapá, Juruá e Missões. Elas foram compradas junto ao estaleiro inglês Yarrow Shipbuilders, cuja construção foi iniciada em 1904 e chegaram gradativamente ao longo do ano de 1905 à Amazônia. As canhoneiras fluviais foram construídas tendo por base a canhoneira inglesa Melik, que servia em áreas ocupadas pela Inglaterra no Egito.

As experiências realizadas pela Yarrow no Egito foram realizadas desde o final da década de 1880, envolvendo “algumas canhoneiras de roda na popa, que prestaram assinalados serviços a Lord Wolseley durante a sua expedição e que, no anno passado, obtiveram igual successo na expedição ingleza sobre Kharthum”²⁴⁴.

A notícia publicada pela *Revista Marítima Brasileira* dizia respeito às duas primeiras canhoneiras de baixo calado produzidas para as áreas coloniais inglesas no Egito. Segundo ela, as principais limitações dessas canhoneiras era a exposição das máquinas, caldeiras e aparelhos

²⁴³ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 5 de junho de 1904, p. 2.

²⁴⁴ REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, Rio de Janeiro, edição 34, 1898, “Marinhas de Guerra Estrangeiras – Egypto”, p. 255.

de lemes, levando a Yarrow a adotar um “systema de navios de hélices colocados sob abóboda, e que tão bem tem provado nas colônias”.

As novas adaptações, segundo a revista, conseguiram “evitar as dificuldades e as demoras inerentes ao arribamento e ao lançamento do casco inteiro, além de suprimir-se a necessidade de ter sempre no Alto Nilo um corpo de operários experimentados”²⁴⁵. Esse sistema de hélices, que foi presente na Melik e nas canhoneiras da classe Amapá, formado por pequenos túneis com pouca elevação acima da água foram um passo seguinte no sistema de rodas que propulsionava boa parte dos navios fluviais, incluindo canhoneiras como a Cabedello e que produziram resultados interessantes na velocidade dos navios.

A velocidade, no entanto, como um elemento constitutivo do poder fluvial, diferente dos mares não se dava como uma variável pela superioridade. Na verdade, analisando alguns casos de lançamentos de canhoneiras nos noticiários da Revista Marítima, é possível perceber que não se tratava de fazer os navios mais rápidos possíveis para os rios, pelo risco de colisões e afins. No final de 1899, por exemplo, a canhoneira Bramble foi lançada em Liverpool com dimensões superiores as canhoneiras da classe Acre, mas foi salientado que “A velocidade foi sacrificada ao armamento, e com razão porquanto não só não carece como também não é conveniente uma grande velocidade para navios fluviaes”²⁴⁶

Assim como os avisos fluviais também comprados da Inglaterra, as canhoneiras da classe Acre tiveram uma sobrevida bastante extensa no tempo de serviço, além de terem sido, segundo relatórios, as embarcações que melhor se adaptaram ao ambiente fluvial amazônico especialmente pelo baixo calado.

Em grande medida, a chegada delas findou o serviço da Divisão Naval do Norte, exceto pelo caça-torpedeiro Gustavo Sampaio, que permaneceu em Manaus até 1907. A atuação dessas canhoneiras e dos avisos articulou um aspecto organizacional interessante, devido à semelhança técnica dos navios e, assim, a possibilidade de uma maior integração de funções semelhantes. Pressuponho, assim, que diferente das esquadras, as flotilhas fluviais não dependiam, à priori, ou pelo menos até a década de 1910, de uma grande variação de navios de guerra diferentes, mas de navios semelhantes.

A questão das dimensões dessas embarcações era fundamental justamente porque, considerando a ampla gama de funções exercidas, do policiamento à defesa propriamente dita

²⁴⁵ Idem, p. 256.

²⁴⁶ REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, edição 35, 1899, “Marinhas de Guerra Estrangeiras – Inglaterra”, p. 47.

do território, era mais importante manter a possibilidade de realização de todas essas funções do que ter classes diferentes de navios, como na esquadra.

A ideia da arte da guerra nos mares e nos rios, que debati durante a dissertação, assim, é coerente a essa perspectiva. Nos mares, onde teoricamente os campos de batalhas eram extensos e a influência dos efeitos dos oceanos sobre as pequenas embarcações demandavam que esquadras fossem diversificadas. A criação dos encouraçados gigantesco, especialmente das gerações posteriores ao HMS Dreadnought e dos superdreadnoughts, em particular, consolidaram uma forma de fazer a guerra naval centrada em verdadeiras fortalezas flutuantes.

Os elementos fundamentais das esquadras até a Primeira Guerra Mundial giravam em torno de um poder blindado central, com armamento balístico de longo alcance capaz de resumir quase todo o poderio desenvolvido no armamento das marinhas. Além deles, navios rápidos, como cruzadores ou os *scouts*, caso do Rio Grande do Sul e do Bahia, navios advindos para a esquadra do programa naval de 1906, mas com grandes dimensões, armamento bem desenvolvido e baixa blindagem, comporiam também a linha de frente das esquadras, complementados por navios menores que deveriam exercer ataque e defesa de e por torpedos – os contratorpedeiros ou *destroyers* -, mas que não deveriam ser os alvos principais dos ataques.

Os submarinos, que foram, para Hobsbawm, a principal inovação na arte da guerra naval até a Primeira Guerra Mundial, devem ser considerados como armas de grande poder de destruição. No caso deles, há, a meu ver, um ponto problemático a ser pensado: o grande mérito dos submarinos durante esse período e olhando retrospectivamente, era a ausência de instrumentos náuticos capazes de detectá-los, isto é, não havia, até a Guerra, sonares ou radares que permitissem a determinação da posição de submarinos, o que tornava o elemento surpresa notavelmente importante.

Por outro lado, no entanto, os submarinos igualmente não tinham tais instrumentos e, assim, eles não podiam navegar durante longos períodos em águas profundas. Assim, se o elemento surpresa era o ponto chave do ataque deles, por outro lado, precisavam estar mais vulneráveis para encontrar os navios na superfície, e, dessa forma, também tinham um grau relativo de exposição.

Nos rios, não havia grandes *scouts*, encouraçados ou submarinos guerreando largamente, isso porque a estabilidade dos grandes navios de guerra era garantida, entre outros pontos, pelas suas dimensões e deslocamento, ou, no caso dos últimos, pela possibilidade de submersão. Os cruzadores e encouraçados que atuaram nos rios amazônicos durante o período em questão não eram gigantes e, assim, tinham mais sentido, no entanto, em combate

propriamente dito, apenas os contratorpedeiros tiveram algum sucesso contra a Flotilha controlada pelos tenentes em 1924.

Até os anos 1920, quando ocorreu a leva de insurgências tenentistas, foram embarcações pequenas, porém, capazes de realizar uma ampla quantidade de comissões, como já mencionado. Os elementos constitutivos do combate nos rios eram, essencialmente, a capacidade de deslocamento por quaisquer áreas, daí dimensões e velocidade coerentes com as regiões fluviais e afluentes, além de armamentos mistos – capazes tanto de engajamento contra embarcações de mesmas características como pequenos botes ou canoas, como o enfrentamento à canhoneira Guarany em alguns pontos da revolta de 1891, conforme tratarei no capítulo seguinte.

Em 1906, a Flotilha do Amazonas realizou um exercício fluvial na baía de Boiassu convidando setores da imprensa e autoridades do Amazonas. Por essa razão, esse exercício foi descrito com detalhamento interessante e que denotou alguns dos aspectos de evoluções e desenvolvimento das competências da Marinha no sentido da mudança de status em direção a um viés combatente de maior protagonismo.

O exercício foi convocado e realizado em maio de 1906, tendo sido publicada a descrição no dia 31 pelo Jornal do Commercio do Amazonas. Os exercícios foram realizados “com o intuito de dar a seus commandados a necessária pratica na manobra dos navios sob seu commando e bem assim o conhecimento perfeito do poder do respectivo armamento”. Participaram as canhoneiras fluviais Amapá (capitânia), Missões, Acre e a lancha de guerra n. 4. A organização e os estados-maiores, segundo o jornal, foram:

Tabela 12 - Divisão fluvial em exercício, 1906.

Divisão	Cmte: CF Manoel Joaquim Nóbrega de Vasconcellos. Assistente: 1º TEM Marcio Monteiro. Oficial de ordens: 2º TEM João Francisco Velho Sobrinho. Médico: 1º TEM João D. Cerqueira Bião. Comissário: 1º TEM Francisco Manoel Bittencourt.
Canhoneira fluvial Amapá, Capitânia	Cmte: 2º TEM Sergio Bizarro de Andrade Pinto. Imediato: 2º TEM Olavo Machado. Chefe de máquinas: 2º TEM Eduardo José do Nascimento.
Canhoneira fluvial Missões	Cmte: 1º TEM Francisco Estanisláo Przewodowski. Imediato: 2º TEM José Custodio Campos da Paz.

	Chefe de máquinas: 1º TEM João Carlos Alves de Siqueira.
Canhoneira fluvial Acre	Cmte: CT José Paulino Rodrigues. Imediato: 2º TEM José Pereira de Lucena. Chefe de máquinas: 1º TEM Luiz Margarido Rangel.
Lancha de guerra n. 4	Cmte: 2º TEM Alberto Pereira de Lucena.

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 31 de maio de 1906, p. 1.

“No dia 21 do cadente depois do signal ‘suspender’ feito pela capitanea, ás 12h30 da tarde, a divisão largou as boias e seguiu viagem em linha de fila na seguinte ordem: Amapá, Missões e Ache flanqueada por BE pela lancha n. 4. Içado o signal ‘regular a marcha de seu navio pela do navio almirante não desamparando o seu lugar’ toda a divisão conservou mais ou menos a distancia de trezentos metros entre cada navio até a ilha do Saccado onde a Amapá amarrou as 4h20, fazendo o signal ‘seguir as manobras do navio almirante’ que foi cumprido pelos demais navios amarrando todos em boa ordem e precisão. Foi depois dada a ordem de ‘apagar os fogos’ que foi reconhecida”²⁴⁷.

Assim como os exercícios de evoluções da esquadra, a Flotilha se organizava em linha de fila para o deslocamento até o local dos exercícios. Diferente dos exercícios em alto-mar, a distância entre as embarcações não poderia ser, como na esquadra, de próximo de 1 Km, conservando-se a 300 m, assim como quando a esquadra de evoluções adentrou a barra do Rio de Janeiro durante a Revista Naval.

É de se notar também que os sinais utilizados foram pelo sistema de bandeiras, uma vez que eles eram, durante o dia, içados. O desenho das canhoneiras fluviais, uma vez que conservaram o passadiço mais elevado sem grandes caldeiras, como os encouraçados e cruzadores, permitia com maior facilidade que elas assim o fizessem.

E diferente também dos casos citados no final da década de 1870 com a Pedro Affonso e a Moema, já que esses navios, embora fossem movidos a vapor, eram híbridos, possuindo, assim, grandes mastros que certamente dificultariam a comunicação visual por meio das bandeiras. As canhoneiras Cabedello, Guarany, Manaus e Traripe tinham o mesmo problema sendo navios mistos. Os avisos e as canhoneiras fluviais, sendo navios completamente movidos a vapor, mas sem chaminés gigantes, tinham um desenho mais compacto.

A ordem de apagar os fogos referia-se a desligar as máquinas das embarcações, permitindo que as mesmas parassem. No caso de regiões fluviais, os maquinistas e foguistas precisavam ter notável proficiência não apenas para manter as marchas, mas também presumir corretamente o tempo necessário entre apagar os fogos e produzir a parada da embarcação, principalmente porque elas deveriam evitar bancos de areia, as margens do rio e ainda assim

²⁴⁷ Idem.

estacionar dentro da distância ordenada na fila de linha, uma vez que após desligadas as máquinas, a inércia ainda mantinha as embarcações em movimento e não há, nesses casos, menção ao uso de âncoras, então a amarração dos navios devia ser feita com cautela em áreas próximas.

“Às 10h da manhã do dia 22 o tenente Alberto de Lucena recebia ordem do commando da divisão para conduzir, a reboque da lancha de guerra, o alvo adoptado pelo quartel general da Armada para exercícios de artilharia e fundeal-o aproximadamente a 2.000 metros da ponta em que se achava a divisão, seguindo logo depois a rebocar a canhoneira Missões afim de fundeal-a em logar conveniente, dando-se então inicio ao exercício.

Foram feitos inumeros disparos com o morteiro, com diferentes ângulos de inclinação, de 5° a 45° com granadas e sharpnels com espoletas de tempo e percussão, sendo que, alguns com magníficos resultados.

Em seguida atiraram os canhões de 57mm com esplendidas pontarias, sendo, em uma delas, atingido o alvo.

Cumpre salientar como melhores disparos feitos pelo 2° tenente Campos da Paz.

Às 2h da tarde cessou o exercício, regressando a Missões á sua anterior amarração”²⁴⁸.

A primeira parte dos exercícios foi feita com navios individualmente colocados, praticando a artilharia dos mesmos. Saliento que o uso das diferentes formas de armamento foi realizado com as angulações traçadas pelos tenentes, conforme a indicação dos “melhores disparos”, embora os mesmos fossem feitos por marinheiros.

A variação angular foi feita entre os dois graus indicados considerando um ângulo mínimo de alcance balístico (5°) e o ângulo de alcance máximo (45°), acima de 45°. Além disso, foram usados dois tipos de projéteis: os explosivos (granadas) e os que produziam estilhaços (sharpnels), os quais produziam danos em área, o que era bastante eficaz contra embarcações pequenas que trafegavam em regiões fluviais.

Os canhões ou metralhadoras de 57mm não operavam em ângulos balísticos, mas em ataques diretos, de precisão e em todos os casos que encontrei na região até 1924, foram os mais empregados em situações de conflito na Amazônia, provavelmente porque destruir a embarcação inimiga era uma situação a se evitar. Além disso, a eficácia do uso das metralhadoras nos rios é interessante, pois sendo o combate fluvial mais próximo que o mesmo nos mares, elas poderiam ferir membros da tripulação dos navios inimigos que não eram protegidas por blindagens.

Aliás, considerando as manobras, exercícios e conflitos envolvendo canhoneiras pelo mundo, as metralhadoras e canhões de tipos Hotchkiss e Nordenfelt foram amplamente eficientes. Em artigo publicado em 1900 na Revista Marítima Brasileira, o segundo-tenente

²⁴⁸ Ibid.

Raul Tavares, ao analisar a evolução dos torpedos, por exemplo, ressaltou que na guerra Sino-Francesa entre 1884 e 1885, na batalha realizada em 23 de agosto de 1884, as torpedeiras 45 e 46 realizaram uma série de investidas contra os navios chineses, obtendo diversos acertos e, quando a flotilha chinesa contra-atacou, não teve resultados expressivos, “apesar de um hábil ataque levado na noite de 25 para 26 de agosto contra a canhoneira Viper que escapou milagrosamente pela promptidão com que usou os seus Hotchkiss, obrigando as torpedeiras chinesas a abandonar a empreza com grandes perdas”²⁴⁹. O uso, pois, desses armamentos, não constituía apenas um viés de ataque, mas também de defesa.

Nas noites em que os exercícios aconteceram, eram feitos exercícios de sinais usando holofotes. Eles, no entanto, não eram os mesmos propostos pelo sistema Rochling, embora pareçam ter sido um aprimoramento do sistema. Diferente dos sinais comumente usados em cores e combinações, os holofotes usados foram “invento do capitão-tenente Amphiloquio Reis, que a elles adoptou o alfabeto de Morse”.

O código Morse foi a principal forma adaptada de comunicação nos telégrafos com e sem fio no período e, no sistema de holofotes, havia manivelas que regulavam a luminosidade emitida, piscando no mesmo ritmo das letras no referido alfabeto. As experiências com comunicações foram provavelmente um dos maiores focos da Flotilha em termos de organização, uma vez que permitiam a ação coordenada de navios de guerra e também demandavam maior qualificação de suas guarnições, que precisavam deter conhecimento tanto sobre sistemas de cores e bandeiras, como de luzes em cores diferentes e do alfabeto Morse.

Se os vapores trouxeram modernização de cidades pelos rios, as formas de comunicação fluvial certamente foram um dos fatores mais notáveis desse processo, já que o aprimoramento de linguagens próprias pelas embarcações seguiu uma linha diferente das comunicações telegráficas terrestres, isso porque os navios não podiam ter cabeamento que realizasse comunicação direta entre si, precisando, desde sempre, de comunicações sem fio. É por essa razão, inclusive, que no desenvolvimento de comunicações na década de 1910, os navios trouxeram a telegrafia sem fio como uma forma de comunicação que, entre outros pontos, tornara obsoleto o uso das grandes estações telegráficas com fios.

A lancha de guerra, não sendo armada, realizou os serviços de reboque e de transporte de víveres, munições e outros alimentos, além de trasladar autoridades e convidados para assistir as manobras.

²⁴⁹ TAVARES, Raul. A evolução dos torpedos e suas aplicações nas batalhas navaes. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 37, 1900, p. 720.

“No dia 24, realizou-se um exercício de fuzilaria com carabina, sobre o alvo regulamentar e em diferentes distancias, com esplendidos resultados. N’elle tomou parte somente a guarnição da canhoneira Acre.

No dia 26 ás 2h da tarde dava-se inicio ao exercício de tiro ao alvo com carabinas e com os automáticos Vickers, depois de reconhecido o signal feito pelo navio chefe ‘que se vae fazer exercício de fuzilaria ao alvo.

Tomaram parte n’esse exercício os officiaes, officiaes inferiores e as guarnições das tres canhoneiras, sendo obtidos excelentes resultados.

Á noite teve logar exercícius com os holophotes.

No dia 28 ás 7h da manhã o navio chefe içou o signal ‘que se faça exercícius de signaes semaphoricos’ immediatamente obedecido cessando ás 8h30 o commando em chefe passava o seu pavilhão de bordo da Amapá para a Acre.

Poucos momentos depois a Amapá peia licença para suspender, içando a Acre a bandeira afirmativa. Ás 8h45 da manhã suspendia, dando o toque de commando de divisão ao passar pela Acre.

No dia 29 a Acre fazia exercícius de artilhara com os canhões de 57mm e com o morteiro, com magníficos resultados, sendo o alvo por diversas vezes atingido. Foram feitos disparos com este, com ângulos de inclinação de 20° e 25° e espoletas de tempo graduando para 17° e 20° na distancia de 2.000 metros aproximadamente”²⁵⁰.

A partir do dia 24, além da artilharia, começaram exercícius de fuzilaria, isto é, do armamento individual da tripulação em tiros ao alvo. É importante notar que os navios de guerra eram também depósitos de armamentos como fuzis, carabinas, revólveres e armas de contato, como sabres, punhais e espadas. Como tal, os marinheiros eram instruídos no manejo das armas. Esses armamentos, no entanto, eram diferentes, como se pode notar na indicação de carabinas, as quais demandavam disparos únicos em que o cartucho vazio precisaria ser retirado após cada disparo, e as armas automáticas, que envolviam uma maior cadência de disparos.

A informação de que nesse exercício tomaram parte oficiais, inferiores e a guarnição era um indicativo de que havia distinções nos exercícius. No entanto, como já mencionei, o caso das artilharias, embora mencionadas como sendo executadas por oficiais, eram manejadas por marinheiros.

Havia uma diferença quanto à ação intelectual do armamento das embarcações, isto é, o armamento principal só poderia ser usado mediante a ação de comando dos oficiais de bordo, enquanto o armamento individual era de uso mais livre da tripulação como um todo. Isso significa que no serviço das armas, também havia hierarquias presentes e que mesmo não havendo distinção clara entre quem podia ou não operar um canhão, uma metralhadora ou carabinas e fuzis, havia a distinção de como deveria ser usado. A artilharia do navio era um exercício de comando, controlado em todas as suas ações e apenas executado por marinheiros.

²⁵⁰ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 31 de maio de 1906, p. 1.

No dia 30, realizaram-se os exercícios com a maioria dos convidados e autoridades em questão. Eles foram conduzidos parte pela lancha de guerra e parte pela canhoneira Amapá. Segundo o jornal Correio do Norte,

“Hontem, ás 6 ³/₄ horas da manhã, depois de terem sido transportados para bordo os convidados: dr. Constantino Nery, governador do Estado; coronel Ricardo Fernandes, commandante do districto militar; coronel Telles de Queiroz, degelado do estado-maior do exército; capitão de fragata Joaquim José Torres Sobrinho, capitão do porto; major Abilio Noronha, commandante do 36º batalhão de infantaria; capitão Odilon Pratygy; capitão Aurelo Arnaud, secretario do Regimento militar do Estado; tenente Passos, ajudante do sr. Governador; tenente do 15º batalhão, Matheus Marques de Souza; e os representantes da imprensa: Antonio Monteiro de Souza, Silva Ferraz e o nosso companheiro José Soares, suspendeu ferro a canhoneira Amapá, em demanda da bahia do Boiassú”²⁵¹.

Além da ideia de poder simbólico que já discuti, outro aspecto é importante sobre a presença de autoridades nesses exercícios. Uma das premissas do desenvolvimento profissional trabalhados pela historiografia que tratei nos capítulos anteriores é o reconhecimento do status profissional e das funções desempenhadas pela categoria em questão pelos seus pares e pela sociedade. Não se tratava, portanto, apenas de desenvolver a habilidade dos militares da Marinha, mas também de levar ao conhecimento de setores importantes a realização desses acontecimentos.

É nesse ponto que durante o século XX, os exercícios parecem ter sido mais bem descritos e detalhados. Há, assim, a confluência de dois fatores fundamentais para que o tema fosse mais trabalhado pela imprensa: por um lado, a ocorrência de exercícios maiores e mais coordenados, feitos inclusive nos casos de flotilhas de recepção, onde o desenvolvimento de filas e colunas também era utilizado e passaram a ser mais bem evidentes no período em questão.

Por outro lado, o status da Marinha como força que realizava treinamentos e exercícios que denotassem disciplina, conhecimento dos aparelhos mais modernos e das táticas usadas pelas grandes marinhas do mundo também cresceu e os oficiais da Flotilha já compreendiam, nos primeiros anos do século, a necessidade de trazer a imprensa para divulgar os acontecimentos passo a passo.

Dessa forma, o desenvolvimento do status combatente se deu em pelo menos 5 linhas de reconhecimento: entre os próprios militares da Marinha, com o uso de um número considerável de guarnições simultaneamente nos exercícios de evoluções; dos militares de outras instituições, como Exército e Regimento Militar estadual, além da Guarda Nacional,

²⁵¹ CORREIO DO NORTE, Manaus, 31 de maio de 1906, p. 1.

como sendo as instituições que produziam profissionais diretamente ligados ao manejo das armas, defesa externa e controle interno; das autoridades políticas dos estados da região, onde compareciam governadores, intendentess, secretários e por vezes, também diretores de órgãos; de representantes de setores comerciais ligados à navegação, uma vez que as flotilhas de recepção uniam em manobras militares os navios da marinha mercante e, por fim, da imprensa, divulgadora dessas representações para a sociedade em sentido mais geral, inclusive com mais de um jornal sendo convidado em diversas situações.

No seguimento do último dia dos exercícios no dia 30:

“Às 9h10 avistou-se ao longe fumo que anunciava a presença da divisão navegando por barlavento da ilha do Saccado, encontrando-se o navio capitanea às 9h40, sendo prestadas as honras devidas ao sr. Dr. Governador. Em seguido os convidados passaram para bordo do capitanea, que içou o signal – navegar á popa do navio chefe – sendo cumprido pela Missões e a lancha n. 4 voltando para Manaus a Amapá. Às 12 horas no navio chefe foi dado a corneta o toque – guarnição a postos – sendo obedecido com a máxima presteza. Estando a divisão em linha de fila foi dada a ordem: ‘que se faça exercício de metralhadora – atirando as canhoneiras com os automáticos Vickers de B. B. Dado o signal de – cessar fogo – evoluiu a divisão passando de linha de fila a linha de frente, com a proa para o alvo que estava a 2.100 metros. Içado o signal – que se faça exercício de artilharia ao alvo – começaram os disparos com os canhões de caça Hotchiss de 37mm, que trabalhavam com a máxima facilidade e com muita precisão, cahindo os projectis muito próximos do alvo que aliás era muito pequeno. Dada a ordem de cessar fogo, manobrou a divisão para mudar de direcção para B.E., ficaram os navios de popa para o alvo, foi dada ordem de fogo, fazendo diversos disparos de canhão Hotchiss 57mm de retirada. Foram em seguida feitos diversos disparos com os morteiros, empregando-se elevações de 30° e 35° e espoletas graduadas para 12°. Feito signal de cessar fogo, foram executadas diversas conversões sendo a ultima para seguir viagem que foi: passar da ordem de ataque natural de pelotões a ordem de fila natural de pelotões e por ultimo ‘seguir navio capitanea’.”²⁵²

Foram feitos exercícios que combinavam as evoluções e manobras de navios e da divisão como um todo combinados com os tiros de canhões, em um exercício mais complexo relativamente ao realizado pela esquadra na revista naval de 1901 como um processo de amadurecimento desses exercícios. Eles foram significativos, assim, para o percurso de uma Marinha que se tornava proficiente no combate fluvial coordenado em uma organização de navios que não se verifica em décadas anteriores.

O aspecto organizacional fora fundamental para o desenvolvimento de ordens combinadas, isto é, o sinal de mudanças nas linhas e pelotões dos navios deveriam ser apreendidos do capitânia pelos comandantes das embarcações, que ordenavam o início dos exercícios de tiro tanto quando os serviços de máquinas a trabalharem em conjunto.

A esquadra de evoluções, embora tenha sido a impulsionadora das ações de manobras em conjunto nesses moldes, tinha uma característica, no entanto, quando ao exercício do

²⁵² JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 31 de maio de 1906, p. 1.

comando. Como uma unidade militar maior e com um número considerável de navios, os quais eram comandados apenas por oficiais superiores, os subalternos desempenhavam apenas os serviços auxiliares a bordo, de supervisão da tripulação e execução.

Na Flotilha do Amazonas os tenentes tinham comando sobre as evoluções, sobre as máquinas e sobre as manobras exercitadas, bem como sobre como os navios deveriam atacar ou se colocar em conjunto. A Flotilha foi o laboratório de evoluções dos tenentes, que não o faziam no Rio de Janeiro.

Ou seja, houve um duplo processo de experiência organizacional no início do século XX: em sentido amplo, para os oficiais superiores, na esquadra, e em sentido estrito, para os oficiais subalternos na Amazônia, assim, os subalternos que haviam conduzido exercícios na região amazônica já chegavam aos postos superiores não apenas com o conhecimento de evoluções, mas de comando de navios em evoluções e ações combinadas, o que os superiores do início do XX basicamente aprenderam apenas quando atingiram os postos mais altos do oficialato.

Os exercícios, quando reuniam autoridades e reforçavam o status da Marinha, também se revestiam em eventos de sociabilidade desses grupos, realizando banquetes a bordo dos navios e os ritos próprios deles:

“Terminados os exercícios foi servido o almoço que correu animado, sendo os convidados servidos pelos officiaes que se mostraram como de costume de extrema gentileza. Ao champagne o sr. Commandante da flotilha Nobrega de Vasconcellos brindou o Exercito na pessoa do sr. Commandante do districto, coronel Ricardo Fernandes, brinde que este agradeceu depois, bebendo á saúde da Marinha, essa classe que juntamente com a sua formam o esteio em que se apoia a estabilidade da nação. O capitão do porto, capitão de fragata Torres Sobrinho brindou o prospero e futuroso Estado do Amazonas e seu digno governador dr. Constantino Nery. S. exc. agradeceu o brinde saudando a Marinha Nacional que tantas provas tem dado do seu valor. O capitão-tenente Paulino Rodrigues, commandante da Acre levantou um brinde á imprensa amazonense ali representada, pela sua presença aquela festa. O nosso representante em nome dos demais agradeceu brindando as classes armadas do paiz. Por ultimo o sr. Dr. Governador levantou o brinde de honra ao sr. Presidente da Republica”²⁵³.

A sociabilidade durante operações se dava em diversos sentidos. No relato acima, entre autoridades e, por isso, com alimentos e bebidas de maior prestígio, como o champanhe, mas o mesmo jornal informada que durante as folgas, a oficialidade e a guarnição se divertiam caçando e pescando nos rios, “tendo uma das vezes sido morta uma sucuriçu com 3,50 m de comprimento”. Às 16h20, a divisão fluvial chegara em Manaus.

²⁵³ Idem.

Nos anos 1910, outro tipo de exercício foi realizado, o de bloqueio e ataque a cidades. Em abril de 1913, a Flotilha realizou esses exercícios com as canhoneiras fluviais sob comando do capitânia vapor Comandante Freitas. Como um exercício de bloqueio amplo, o comando da Flotilha pediu para que os jornais noticiassem com antecedência para a população que

“durante seis dias [...] fará exercício de fogo, desenvolvendo o thema “Uma cidade em bloqueio”.

Assim, não se deverá assustar a população si, durante o dia, ou mesmo durante a noite, forem ouvidos tiros de artilharia ou de fuzilaria, pois que, sendo o ataque inesperado, não se poderá precisar á hora em que elle se effectue.

Colhemos estas informações, do commadante Raja Gabaglia que nos veio gentilmente procurar, pedindo para que tranquillisassemos a população, visto como as pessoas timoratas naturalmente se assustariam, não estando prevenidas, ouvindo tiros e sabendo do movimento anormal dos navios da Flotilha”²⁵⁴.

Apesar do aviso, não encontrei informações do exercício do referido jornal durante vários dias após o exercício, o que, provavelmente, sendo realizado pela noite (conforme apontou uma edição do jornal), não fora acompanhado de repórteres. No jornal Estado do Pará, no entanto, fora publicado parte dos exercícios:

“O thema escolhido foi o bloqueio de Manaus, que não podia ser bombardeada, por ser uma cidade aberta.

A Acre, cujo commandante estava prevenido, deveria romper o bloqueio para trazer soccorros á cidade situada. Todos os navios do porto ficaram em rigorosa promptidão, aptos para sahirem á primeira ordem e com pessoal todo em completa vigilância, a fim de evitar uma surpresa da canhoneira inimiga. Na primeira noite, pela madrugada, a Acre tentou entrar no porto, valendo-se das trevas da noite. Presentida pela Jutahy, navio de guarda, foi dado o signal combinado a todas as outras, que romperam fogo na direcção do inimigo, tendo este de retroceder rapidamente. As vedetas e holophotes descansaram durante todo o tempo”²⁵⁵.

Há alguns aspectos táticos importantes sobre esse exercício. Em primeiro lugar, a ideia de uma cidade aberta, que foi largamente debatido em vários artigos da Revista Marítima Brasileira e em discussão em marinhas por todo o mundo. O problema era que as cidades portuárias principais, especialmente capitais de estados e países, tendo no mesmo local o movimento dos portos e a sede das forças navais, eram expostas ao ataque de inimigos, uma vez que a capacidade real de defesa se dava com a utilização de navios de guerra ou de fortificações.

Nesses casos, o conflito se daria tendo a cidade em vista e, por isso, o inimigo teria liberdade de bombardeá-la mesmo combatendo navios de defesa, já que a hierarquia de armamentos dos navios modernos, com canhões de alcance maior e outros de alcance menor,

²⁵⁴ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 30 de março de 1913, p. 1.

²⁵⁵ ESTADO DO PARÁ, Belém, 8 de abril de 1913, p. 1.

permitiria combates simultâneos contra navios e contra alvos terrestres. Os próprios exercícios da Flotilha de 1906 demonstraram que os canhões das canhoneiras fluviais tinham eficácia a mais de 2 km de distância de alvos pequenos, o que significa que contra cidades, teriam maior facilidade para tal.

O conceito de cidade aberta no caso da Amazônia, no entanto, tinha algumas particularidades. Manaus fora presumida cidade aberta por conta das suas condições, mas efetivamente, sendo banhada por rios, o ataque de inimigos poderia ser repellido considerando o caminho que navios de guerra opostos. Por essa razão, durante a Primeira Guerra Mundial, a Flotilha fora transferida para Belém, uma vez que os inimigos potenciais só poderiam adentrar pela foz do Amazonas no Pará.

O segundo aspecto que chamo atenção é as cidades abertas permitiam também o bloqueio, isto é, que os navios de guerra formassem uma espécie de linha de contenção que isolaria a cidade. Em um momento onde Manaus não possuía extratas de comunicação o bloqueio fluvial da cidade significaria uma estratégia de desgaste da mesma, impedindo que fossem transportados para ela alimentos, munições e tropas.

Essa estratégia, utilizada nas guerras Sino-Japonesa, por exemplo, e debatida na Revista Marítima Brasileira entre o final do século XIX e início do XX, implicava em um combate prolongado, semelhante às guerras de posições com entrincheiramento de soldados. No caso, além da utilização da artilharia em pontos da cidade, os navios bloqueadores, diferente da mesma, poderiam ter sua linha de suprimentos realizada por via fluvial. Tratava-se de uma estratégia de desgaste, onde a vitória era alcançada não pela destruição dos alvos inimigos, mas pela falta de condições básicas para sustento das tropas.

A fome, a sede e o terror psicológico foram desdobramentos do poder militar na guerra naval que davam sentido a uma mudança na forma de conceber a guerra que seria materializada na Primeira Guerra Mundial como “guerra total”, conforme Hobsbawm apontara, e que, por isso mesmo, os seus alvos principais não eram apenas soldados, mas toda a população civil. Inclusive, mesmo em exercícios, essa população foi envolvida, ainda que involuntariamente.

O aviso do capitão de fragata Raja Gabaglia para evitar maiores pânicos certamente não foi suficiente para que a população de Manaus não tenha se sentido incomodada com o movimento nos rios pela noite, os foguetes lançados e os disparos realizados. Compreendo que a Flotilha passou a exercitar não apenas navios, mas também populações da Amazônia para a guerra moderna.

O terceiro ponto é que a Flotilha dividiu seu poderio em dois. Os navios de bloqueio, comandados por canhoneiras, incorporaram também navios mercantes, que sendo força

auxiliar, foram constantemente utilizados em manobras militares. A Flotilha disciplinava guarnições, navios mercantes e populações.

Os mercantes foram armados e preparados para agir não como se fossem navios de guerra, mas como navios auxiliares armados, o que considero um ponto fundamental, pois o status combatente da Flotilha impulsionou a marinha mercante a desenvolver um status semelhante. Os navios de ataque, Acre e Jutahy, eram as forças aliadas à Manaus, que eram assim, preparadas para lidar com cidades bloqueadas ou sitiadas.

“Na segunda noite, suspeitando-se que a Acre havia-se abrigado no furo de January, as canhoneiras Juruá e Amapá tiveram ordem de alli aprisionarem-na. A primeira ficou na entrada do furo, enquanto a segunda permanecia junto á outra margem do rio Negro, visto não poderem penetrar sem perigo no logar em que se divisava a silhueta da Acre. Esta, informada por uma canoa de pesca, da posição dos navios, iludiu a vigilância estabelecida em veio silenciosamente por entre os mattos do furo de January e, ao chegar ao ancoradouro, iludiu também a vigilância do Commandante Freitas, arvorando as luzes da Juruá e fazendo-se passar por este navio. Dentro do ancoradouro projectou o seu poderoso holofote nos navios do quadro, mostrando-se então vencedora. Todo o pessoal sahiu-se admiravelmente nesta importante manobra, que prova a competência e o zelo inexcedível do capitão de fragata Raja Gabaglia, no commando da nossa flotilha de guerra. Hontem mesmo terminou a promptidão, devendo haver outro exercício geral no dia 10 do corrente, na bahia de Boiussú”²⁵⁶.

O elemento para a vitória da flotilha de ataque ao bloqueio não foi o rompimento dele, mas sim ter conseguido projetar o risco de uma pressão ao bloqueio, fazendo com que os navios bloqueadores Commandante Freitas e Juruá saíssem do posto e fossem para áreas onde ficaram vulneráveis. Notemos que a canhoneira Acre utilizou-se da comunicação com uma canoa de pesca neutra e usou as matas do furo de rio como disfarce. A estratégia de vencer comunicações e enganar os inimigos como ataque surpresa e insurgente delineou um aspecto fundamental que fora inclusive apropriado por tenentes em 1924.

Assim, compreendo que a experiência da Marinha em organizar-se na região hidrográfica da Amazônia pode ser resumida em uma inflexão fundamental que caracterizou a consolidação da Marinha de Guerra como instituição combatente com status próprio: se nas décadas de 1860 a 1880, os navios em linhas gerais pareciam transpor uma área hostil e somente conseguindo atuar como suporte ou desenvolvendo-se na linha do policiamento como principal nicho de atuação, no século XX as canhoneiras e avisos fluviais passaram a usar aspectos da própria região como parte de sua estratégia de combate. A Marinha nos rios se tornou uma Marinha de rios na Amazônia.

²⁵⁶ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 30 de março de 1913, p. 1.

3.3. A missão profissional e a autoridade burocrática federal a partir da década de 1890.

Uma das atribuições interessantes da Marinha na Amazônia no período estudado diz respeito à relação com as fronteiras internacionais que envolveram navios de guerra, oficiais, marinheiros e, em alguns casos, o preparo para eventuais conflitos. Neste subcapítulo, analisarei três linhas categóricas que considero fundamentais para compreender a trajetória da Flotilha do Amazonas nesses casos.

A primeira delas diz respeito a como a dinâmica das fronteiras impactava a ação da Flotilha do Amazonas. Disso, pressuponho compreender as fronteiras não como linhas divisórias no aspecto macro dos Estados apenas, mas como áreas de circulação de pessoas, ideias e mercadorias que representavam tanto as relações políticas, sociais, culturais e econômicas comuns aos países como particularidades.

O período da segunda metade do século XIX até a primeira década do XX, foi marcado por diversas comissões de demarcação de limites entre os países na região amazônica, especialmente com a guinada provocada pela chegada do Barão do Rio Branco ao cargo de ministro das relações exteriores entre 1902 e 1912.

Não será objeto desta tese todas as comissões desempenhadas, mesmo porque em diversos casos, não houve presença da Marinha através de seu material flutuante ou de seu pessoal e, portanto, não faria sentido devido o objeto desta tese. Alguns casos, como a questão do contestado franco-brasileiro no atual Amapá, não contaram com um aspecto organizacional profundo, mas tiveram como delegado da comissão oficiais de Marinha e o uso da canhoneira Guarany ou do cruzador Tiradentes como navio de suporte destacado para serviço da comissão.

Analisando a trajetória de experiências militares na região, os casos que considere mais importantes para este tópico foram os que envolveram uso dos navios para fins bastante específicos e que só poderiam ser desempenhados por militares ou navios militares. Assim, subdividido analiticamente a autoridade burocrática federal de militares na Amazônia em duas faces distintas, embora ambas constem como parte da argumentação desta tese em momentos diferentes: em casos como o contestado franco-brasileiro, o fato de oficiais de Marinha serem autoridades federais em disponibilidade e proximidade à área de tensões diplomáticas, acrescido do pequeno efetivo do corpo diplomático brasileiro, inclinou o governo federal e o Ministério das Relações Exteriores a nomeá-los como membros ou chefes de comissões, casos que considero convergentes a autoridade federal em si, mas não necessariamente militar; por

outro lado, quando situações demandavam que oficiais e navios fossem destacados para o cumprimento de missões em áreas fronteiriças, seja de inquérito, mobilização ou vigilância em possíveis situações de conflito, a forma como a Marinha se portara essencialmente me permitiu averiguar o desdobramento diplomático da autoridade militar em si, mesmo fora de comissões de demarcações de fronteiras.

Nesse sentido, também pressuponho que essa atuação não necessariamente precisasse ser verificada em comissões especificamente voltadas à diplomacia. Pelo contrário, em casos que analisei na fronteira com o Peru, onde a maior parte dessas questões se desdobrava, a dinâmica de conflitos e disputas entre brasileiros e peruanos somente teve a resposta da diplomacia após muitos deles já terem sido resolvidos pelo menos parcialmente ou sequer encontrei a participação do ministério.

As principais questões de fronteira onde encontrei atuação direta da Marinha de Guerra se deram com o Peru, em especial na região do rio Amazonas (Solimões) que opõe a fronteira mais direta, entre Letícia e Tabatinga²⁵⁷ e no Javary. Em linhas gerais, identifiquei duas problemáticas centrais nessa região que motivaram intervenções das instituições militares federais e estaduais na área: o contrabando, referido como um problema constante na região; e as disputas de poder em áreas fronteiriças.

Entre abril e junho de 1898, o aviso Teffé realizou uma comissão a serviço da Capitania do Porto do Amazonas nos rios Solimões e Javary. O relatório do comandante do mesmo, capitão-tenente Arthur José dos Reis Linhares fora publicado em quatro partes distintas no Diário Oficial do Amazonas, o que me permitiu observar, entre outras questões, alguns dos problemas mais notáveis na região de fronteira com o Peru, bem como em que medida os oficiais da Marinha tinham conhecimento da realidade da fronteira e da condução de intervenções no sentido de policiar os mesmos rios.

A disponibilidade do aviso Teffé para a Capitania do Porto fora de certa forma excepcional, isto é, não era atribuição direta dos navios da Flotilha o serviço das capitânicas, mas a falta de lanchas, cruzadores ou outros navios aduaneiros a serviço delas e das alfândegas em grande medida levava a solicitações. Mesmo assim, a experiência na condução de comissões, diligências, apoio e o fato de pertencer à mesma instituição certamente dava às guarnições da Flotilha a maior inclinação de uso por parte das capitânicas.

“Conforme me foi ordenado em ordem do Dia sob nº 1, de 14 de abril do corrente anno, do Commando d’esta Flotilha, suspendi d’este ancoradouro na manhã de 3 de Maio próximo findo,

²⁵⁷ Atualmente, a área constitui-se em uma tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia.

estando o tempo bom e funcionando a machina com oitenta e cinco libras de pressão e cento e noventa e duas rotações por minuto e depois de 11 horas de viagem chegamos á villa de Manacapará, uma das circumscrições d'esta Capitania. Desempenha as funcções de Capatázahi o sr. José Soriano Alves da Silva, de quem me ocupei no meu officio sob nº 11 de 4 de Maio”²⁵⁸.

A menção sempre feita a como o serviço de máquinas da embarcação funcionou é interessante e acompanha quase todos os relatórios que encontrei produzidos a bordo dos navios da Flotilha. Havia a necessidade de destacar os bons serviços prestados inclusive pela eficiência da navegação, indicando o sucesso em manter o equilíbrio da maior velocidade e melhor navegabilidade possíveis.

No trecho, chamo a atenção para um dos aspectos organizacionais do policiamento fluvial feito pelas capitánias: as capatazias. As capitánias dos portos foram criadas por decreto em 1845, permanecendo seu regulamento até o período de 1899-1900, quando fora revisado já sob o sistema republicano.

As capitánias eram órgãos complexos da administração central ou federal sobre as províncias e, posteriormente, estados. Elas continham elementos de atuação exclusiva e compartilhada com outros órgãos. Segundo o Art. 2º do regulamento de 1845, eram competências do capitão do porto:

“1º a policia naval do Porto, e seus ancoradouros, na fôrma dos Regulamentos que organizar o Governo, e bem assim o melhoramento, e conservação do mesmo Porto; 2º a inspecção, e administração dos Pharóes, Barcas de Soccorros, Balisas, Boisas, e Barcas de escavação; 3º a matricula da gente do mar, e das tripolações empregadas na navegação, e trafico do Porto e das Costas, praticagem d'estas, e das Barras”²⁵⁹

Além disso, nas questões de “policia naval, prejuízos, ou damnos causados pelos navios entre si dentro do Porto, serão decididas sumariamente pelo Capitão do Porto”, decisão esta que não caberia recurso. Havia, assim, a interseção entre as funções: econômica, pela fiscalização e recolhimento de impostos estabelecidos e alterados durante todo o período na matrícula das embarcações, o que era compartilhado com alfândegas e delegacias fiscais; administrativa, inclusive com a autoridade para aplicação de sanções da mesma natureza e organização dos navios inclusive por escala de permanência no porto quando de situações específicas, como a Primeira Guerra Mundial; policial, com a autoridade para revistar toda a tripulação, passageiros e carga de navios; auditoria sobre obras e serviços realizados no porto; de autoridade

²⁵⁸ LINHARES, Arthur José dos Reis. Relatório da viagem do aviso Teffé ao Solimões e Javary, em comissão da Capitania do Porto. **Diário Oficial**, Manaus, n. 1.342, 28 de julho de 1898, p. 1. O relatório também foi publicado no mesmo periódico em partes nos dias 30 e 31 de julho e 5 de agosto.

²⁵⁹ BRASIL. Decreto nº 358, de 14 de agosto de 1845.

profissional superior responsável pelos profissionais que trabalhavam com a navegação, inclusive expedindo cartas de práticos ou maquinistas; e militar propriamente dito, sobretudo pela organização do recrutamento militar.

A multiplicidade de funções encontrava, como de um modo geral se percebe como problemático em toda a administração do Estado brasileiro até o final do século XIX e primeiras décadas do XX, uma falta de funcionários civis e militares capazes de realização desses procedimentos. Dessa forma, as capitanias também tinham autoridade para constituírem capatazias, delegacias navais ou outros estabelecimentos subordinados na área jurisdicional para realização do serviço considerando múltiplos ancoradouros.

Assim, há dois pontos importantes dos quais essa situação remete. Em primeiro lugar, ao pacto litúrgico do Estado com elites locais, utilizando-se da autoridade privada reconhecida pelo Estado brasileiro como delegada de tais funções e que José Murilo de Carvalho chamou atenção inclusive sobre o papel repressor também exercido. O caso de José Soriano Alves da Silva é emblemático nesse sentido. Em edições do Diário próximas aos dias da comissão, verifiquei que o mesmo era referido como 1º suplente de juiz municipal de Manacapará²⁶⁰ e que, portanto, acumulava funções de policiamento e judiciária na mesma região. Ainda em Manacapará,

“Na manhã de 4, dei começo ao serviço de matriculas e licenças de embarcações, vistoriando também a lancha Coary, de propriedade do sr. Coronel José Domingues.

O numero de canoas ou montarias licenciadas e de matriculadas durante a minha demora ahi, está muito aquém do real, pois a maior parte já estava em viagem tendo ficado no porto apenas os retardatários.

Há ainda muito a fazer, mas só o Capataz do logar, munido de talões, matriculas e arrolamentos impressos e instrucções mais amplas do que as concedidas pelo regulamento de 1846 poderá produzir uma bôa fiscalização e regular arrecadação. Entretanto, a visitado Aviso teve a vantagem de fazer reconhecer aos remissos o império da lei e prestigiar o Capatáz, cuja auctoridade precisa de inteiro apoio e força da repartição chefe”²⁶¹.

O capitão-tenente Linhares pontuou diversas vezes durante o relatório, não somente para o caso de Manacapará, mas das outras localidades, a necessidade da presença do aviso Teffé e, conseqüentemente, dele como oficial de marinha representando a Capitania do Amazonas como um ponto fundamental para o bom exercício das funções desempenhadas pela Marinha na região.

Creio com o relatório que esses capatazes não eram apenas autoridades administrativas responsáveis pelo serviço de registro e fiscalização, mas como parte de um pacto entre Estado

²⁶⁰ DIARIO OFFICIAL, Manaus, 13 de dezembro de 1898, p. 1.

²⁶¹ LINHARES, Op. Cit.

e interesses privados, eram também agentes das disputas de poder. Nesse sentido, há pelo menos duas questões vitais presentes no relatório de Arthur Linhares: em primeiro lugar, que eles eram vulneráveis ao exercício de um poder privado que também era, evidentemente, coercitivo.

É válido mencionar que com a República, as elites locais passaram por uma realocação dos papéis relacionados com o poder e a política, notavelmente dentro do pacto político oligárquico e sobretudo no coronelismo. As forças de jagunços presentes nas diversas localidades do rio Amazonas eram, por um lado, forças que integravam as tropas federais, provinciais ou estaduais em momentos específicos, mas eram também o poder de combate e de imposição das vontades de grupos locais. Isso significa que o serviço da Capitania, que também incluía a aplicação de multas ou o apontamento de embarcações irregulares que não pagassem impostos, em alguma medida poderia contrariar esses interesses.

O fato da visita de um navio de guerra ter tido “a vantagem de fazer reconhecer aos remissos o império da lei e prestigiar o capataz” era o contraposto de poder militar necessário para equilibrar forças em um cenário marcado pela violência em um período de consolidação da ordem política através do fortalecimento do poder militar da União e dos estados e municípios.

Entendo que diferentemente da Flotilha em décadas anteriores, o status combatente crescente já mencionado fora um elemento que certamente mediava menos do que impunha relativamente a autoridade: não houve nenhum conflito armado no relatório mencionado. O que não quer dizer, também, que outras estratégias não tivessem sido usadas para burlar a fiscalização.

Aliás, um outro ponto ressaltado pelo tenente Linhares foi o fato de que as embarcações já estavam em sua maioria em viagem. Esse ponto é fundamental também porque havia uma espécie de ciclicidade do trânsito de embarcações provavelmente ligados à exploração de gêneros produzidos nas áreas, acompanhando a sazonalidade e os momentos de maior abastecimento.

Uma das necessidades apontadas pelo tenente era atuar nos momentos coerentes com a chegada das embarcações nos ancoradouros, pois assim haveria maior sucesso na fiscalização. É claro também que essa fala demarca uma diferença entre o tipo de fiscalização que acontecia em Manaus, onde a infraestrutura de pessoal e material da Capitania estava presente, e nos diversos lugares menores do estado do Amazonas. E, em consequência, de manter a fiscalização nessas áreas também evidencia que mesmo os dois maiores portos da região (Belém e Manaus) terem um volume expressivo de mercadorias, não eram todas as embarcações que trafegavam

por eles. Havia uma hierarquia portuária conhecida pelos oficiais da Marinha, que também se traduzia em pontos onde as disputas de poder local também se materializavam

“Dadas as instruções para continuação do serviço, mandei activas os fogos e as 5 horas da tarde, prompta a machina a funcionar, deixei aquelle porto. De meia noute em diante não podendo continuar a navegar por se ter desarranjado a válvula de distribuição, encostei-me á costa do Periquito e fundiei em uma pequena enseada denominada Porto Alegre, onde reside o sr. Anicéto Elias Cardozo. Ahi vistoriei uma lancha a vapor de propriedade d’aquelle sr., matriculei e arrolei duas montarias e fiz examinar um candidato a machinista, foguista da mesma lancha, que se destinava á esta Capital para aquelle fim, foi julgado habilitado”²⁶².

É interessante como a realização de serviços provavelmente também fora utilizada como moeda de troca pelos militares da Marinha, uma vez que, no trecho acima, a enseada em questão não parecia estar nos planos da comissão, mas é provável que o conhecimento do local ou pelo menos o fato de haver nela uma residência tenha levado o tenente Linhares a preferir parar ali para aproveitar algum apoio que pudesse ser oferecido.

Por que vistoriar a lancha e as montarias? É evidente que como missão básica e poderes outorgados pela Capitania, havia sentido em realizar esse tipo de fiscalização, no entanto, era prudente assim o fazer com o navio avariado? No caso extremo de as embarcações estarem irregulares, elas não poderiam seguir viagem e, dependendo dos meios dispostos por Anicéto e pelos proprietários próximos, isso poderia gerar alguma investida contra um navio de guerra que, mesmo dispondo de um armamento provavelmente superior, não era desejável por nenhuma das partes.

Se o foguista da lancha teria que realizar o seu exame de máquinas em Manaus e dispunha de uma embarcação já vistoriada para isso, por que o fazer ali? O aviso Teffé tinha oficial de máquinas que poderia realizar o teste técnico, no entanto, essa certamente não era a função principal da comissão nem sequer estava nos planos (caso estivesse, o relatório assim o indicaria).

Em ambos, parece ter havido uma boa disposição do comandante do Teffé em realizar todas essas atividades, ainda que o seu dever o fosse nesse sentido. Essa boa disposição, compreendo, era um dos elementos de mediação importante, pois para Anicéto, proprietário das embarcações, deter a documentação comprobatória da regularidade das embarcações o daria maior liberdade de trânsito e de ancorar, bem como ter o maquinista habilitado o pouparia o custo de transportá-lo até a capital e já garantiria que a lancha possuísse um profissional

²⁶² Idem.

reconhecido (e necessário) para seu uso. Era, assim, uma relação de via dupla, onde ambas as partes saíam ganhando.

O aviso Teffé somente deixou Porto Alegre às 4h15 da tarde, mantendo-se em navegação até Uanamá, saindo às 18h e parando duas horas depois “acima de Uatamury para reparar a bomba de ar que não funcionava por se terem partido as válvulas”. Já no dia 5, o aviso ancorou em Codajás,

“Importante villa do município do Rio Negro e não menos importante circumsperição fluvial. Pela manhã apresentou-se a bordo o sr. Luiz Pinheiro Cavalcante, superintendente da villa e delegado da Capitania do Porto, a quem dei instruções no sentido da minha comissão. Este sr. Ponderou-me que o cargo civil que exercia na villa o incompatibilizava com o de Capataz em virtude da diversidade de funções para com os seus jurisdicionados, com as quaes precisava viver em harmonia e uniformidade de vistas, razão porque desde a sua nomeação não curára dos interesses da Capitania e terminou insistindo pela sua dispensa. Substituiu-o pelo sr. José Colaço Veras, professor da villa, que manifestou viva satisfação em receber a nomeação”²⁶³.

Cavalcante preferiu a dispensa do cargo, que não era incompatível do ponto de vista legal com a função de superintendente, argumentando a necessidade de viver em “harmonia” e “uniformidade de vistas”. Isso significa que o cargo de capataz, se não produzia o oposto, pelo menos dificultava o exercício de sua função. Mas se tanto superintendente como capataz da Capitania deveriam prezar pela observância das leis e boa execução da administração, qual o problema em acumular os cargos?

No seio das disputas locais, havia a necessidade política dos administradores municipais de dar vistas a diversas práticas de transgressão das leis. Mas ainda assim, se na fala é possível concluir que havia necessidade de transgressão dessas normas, todos os grupos não sairiam, de alguma forma, beneficiados? Pela existência desses conflitos, não.

A questão básica, nesse caso, é que a construção do patrimônio por parte de elites na Amazônia quando da economia da borracha, isto é, pressupondo um aumento do produto interno bruto da região crescente até a década de 1910²⁶⁴, as formas de acúmulo não eram iguais e os padrões de investimento variavam entre grupos. Luciana Marinho Batista, ao analisar essa problemática no município de Belém entre as décadas de 1850 e 1870, observou justamente que os investimentos continham variação e, nas categorias utilizadas pela autora como “imóveis”, incluíam-se embarcações²⁶⁵.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 13.

²⁶⁵ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito Além dos Seringais**: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

A autora verificou trajetórias de famílias através do patrimônio acumulado e também das faixas de investimentos realizadas pelas mesmas famílias ou por indivíduos de alto poder econômico na região. Um dos argumentos mais importantes diz respeito a diversificação para mais de um ramo de atividade econômica, isto é, setores de elite tendiam a não se prender apenas em um tipo de atividade, como o extrativismo, inclinando-se em grande medida a setores mercantis. Um dos exemplos por ela trabalhados é do austríaco Nicolo Puglianich, o qual tinha a maior parte do seu patrimônio em imóveis na área do rio Guajará.

Em uma das casas no rio, Luciana Batista afirmou que “provavelmente, servia como ponto de partida para as suas embarcações registradas como sendo utilizadas na atividade pesqueira: quatro canoas”²⁶⁶, possuindo ainda dois batelões e um bote. É provável que embarcações constituíssem uma linha importante de investimentos porque eliminavam ou diminuíaam os intermediários entre o local de produção agrícola ou extrativista, e o local de comercialização.

Isso significa que os grupos que investiram nelas tinham alguma vantagem econômica e política e, possivelmente, o controle sobre eles e elas também modificasse panoramas de disputas locais, pois reprovar as condições das embarcações de um determinado grupo implicava em diminuir o seu fluxo econômico ou em transferir os mesmos produtos a outras fretadas. Daí, o superintendente, que precisava intermediar grupos com interesses distintos, preferir não se envolver nesses casos.

Essa situação parece ter sido reforçada pelo fato de que Codajás tinha um fluxo bastante grande de embarcações, conforme indicou o tenente Linhares:

“Longo foi o meu trabalho para atender a mais de setenta proprietários de canoas ou montarias que se achavão no porto. Todos queriam ser atendidos ao mesmo tempo, mas a falta de impressos atrasava o serviço: prestou-me os melhores auxílios o novo Capatáz.
Todas aquellas pequenas embarcações se empregão no trafego da borracha e comunicação dos pequenos portos visinhos até Teffé e o seu numero vae além de cem”²⁶⁷

O número fora tão grande que o tenente afirmou terem acabados os documentos e talões oficiais, tendo que as matrículas ser feitas a mão. No dia 7, o aviso Teffé partiu passando brevemente em algumas localidades citadas sem que tenham sido prestados serviços, tendo fundeado em Coury, onde segundo Linhares, não havia capataz “nem me foi possível nomear um, porque as duas autoridades principaes, sendo rivalidades politicas, não conseguiram entrar em accordo na indicação de um nome, nem eu poude entender-me com outras pessoas de terra”.

²⁶⁶ Idem, p. 141.

²⁶⁷ LINHARES, Op. Cit.

O papel de intermediação, assim, como uma função praticamente diplomática, demandava um amplo conhecimento sobre as elites locais e como proceder para resolver conflitos, muitos dos quais acabavam por ficar pendentes. A presença do navio de guerra provocava, por isso mesmo, reações diversas. No caso de Coury, Linhares afirmou que a visita do Teffé “não causou bôa impressão aos seus habitantes, pois que sendo domingo e estando bellissimo o dia, raríssimos eram os transeuntes nas ruas ou curiosos no porto, o que muito abunda por ahi acima”.

Essa “má impressão”, provavelmente causada pelas interferências que um navio de guerra significava, mesmo quando não provocava reações armadas, pela assimetria do poder bélico, parece ter vislumbrado outras formas de resistência à Marinha na região. Após a passagem no Coury, o aviso foi a Teffé, onde, segundo o comandante, esperavam conseguir “provermo-nos de carne verde, mas apesar de haver bastante gado vegetando pelas suas, não conseguimos que nos vendessem uma só rez, somente logramos obter nove kilos de péssimo pão por elevado preço”. É provável que com os boatos e notícias da passagem do aviso, grupos pressionassem comerciantes a restringir ou não vender os gêneros básicos para abreviar a passagem do navio de guerra e força-lo a sair da área.

No dia 13 de maio, o Teffé chegou à foz do rio Jutahy, um dos pontos importantes da comissão realizada, que tinha por objetivo levantar informações sobre a cabotagem da área. Segundo Linhares, “Feliz ou infelizmente nada observei que podesse confirmar as suspeitas de descerem ou subirem o rio em serviço de cabotagem lanchas de nacionalidade peruana”. A preocupação da Capitania, nesse caso, era o fato de que lanchas de outras nacionalidades realizarem contrabando e fugirem às autoridades brasileiras.

Realizando investigações, o capitão-tenente afirmou no relatório saber dos nomes de algumas embarcações peruanas. Mas, segundo ele,

“Taes lanchas são bastante conhecidas n’aquellas paragens e no Solimões, de modo que pouco lhes adiantaria uma troca provisória de bandeira, pois seriam immediatamente denunciadas; acresce ainda que tantas não são as lanchas peruanas em Iquitos, Loreto ou Caballo Cocho, que possam ser distrahidas em aventuras tão longiquas, e de êxito duvidoso, quando melhor sucedidas poderão ser em Campos mais próximos si é que se atrevem.

Durante trinta e oito dias que naveguei no Solimões e alguns dos seus tributários apenas vi tres lanchas peruanas: duas no Javary, na margem divisional e uma de guerra – Amazonas – que descia de Iquitos.

Se pois há contrabando no rio Jutahy, sobre o que não tenho a menor duvida, não é elle feito sobre a bandeira peruana”²⁶⁸.

Em termos práticos, a principal estratégia de contrabandistas era, assim, utilizar a bandeira do Brasil, o que chamaria menos atenção nos pontos que passassem. Essa perspectiva, no entanto, não necessariamente significa que os contrabandistas fossem apenas peruanos, isto é, brasileiros em embarcações nacionais também o realizavam. Inclusive, o próprio tenente Linhares levantara essa possibilidade quando falou sobre a extinção de uma recebedoria estadual em Fonte-Boa, o que criticou por haver uma povoação próxima à área que considerava um bom ponto fiscal.

“Accresce que sendo a povoação composta em sua maioria de peruanos, aliás muito ordeiros, e reduzido numero de brasileiros, torna-se depois da safra da borracha, um núcleo de mais de quinhentas pessoas, sem que haja uma auctoridade policial para reprimir os abusos, arbitrariedades e mesmo crimes de que são protagonistas, diga-se com a pezar verdade, uns tres ou quatro brasileiros insolentes, do que eu posso dar testemunho bem como as autoridades de Fonte-Bôa”.

Essa perspectiva é também interessante para a ponderação de que os oficiais da Marinha não somente atuavam como mediadores entre elites, como também enquanto diplomatas dialogando com brasileiros e estrangeiros nas localidades. As fronteiras, compreendo, não devem assim ser consideradas apenas pela verticalidade da visão do Estado, mas também pela dinâmica própria das áreas e do trânsito de pessoas.

Aliás, esse viés diplomático é importante porque em muitas situações, como tratarei mais adiante, as disputas de poder provocavam tensões entre brasileiros e peruanos e a imprensa amazonense por vezes construía argumentações inflamadas por um nacionalismo odioso e que, não poucas vezes, advogava pela solução bélica contra o Peru.

A via diplomática de ação, assim, também se revestia num ponto de equilíbrio: em momento algum do relatório, o capitão-tenente fez alguma menção à superioridade brasileira ou inferioridade peruana ou qualquer tipo de discurso nacionalista, justamente por compreender que as relações sociais transpunham e muito a realidade macro e geopolítica dos Estados sobre suas próprias fronteiras. Considero, aliás, que esses casos são importantes para problematizar em alguma medida os próprios trabalhos das comissões de demarcação de limites entre o Brasil e países vizinhos: a demarcação não limitava o trânsito de pessoas nem alterava substancialmente como as relações sociais se davam nessas áreas.

Nesse sentido, além das áreas citadas, o tenente Arthur de Linhares se deteve a uma descrição minuciosa da área de Remate de Males, no rio Javary, próximo a Benjamin Constant e a Tabatinga, onde, segundo sele, “se concentra toda a atividade commercial do Juruá a Iquitos”:

“Sobre a margem direita do rio, eleva-se a povoação, composta na quase totalidade de casas commerciaes ou aviadoras, como são mais conhecidas.

As principaes firmas são: Marius & Levy, Marques Valente, Bastos, Carvalho & C^a., todos proprietários de lancha e seringaes no alto Amazonas.

Todas essas casas têm succursaes na margem peruana e são dependentes das mesmas firmas em Iquitos, n’esta Capital e na do vizinho Estado, etc”.

A descrição do tenente é importante para a constatação desse ambiente múltiplo, uma vez que o comércio não era setorizado por nacionalidade, da mesma forma que ambas as atividades eram vigiadas por autoridades consulares e pelas Mesas de Rendas “federaes, onde são obrigadas a apresentarem-se as embarcações que procedem do Javary ou a elle se destinão”.

A preocupação maior do tenente, era, pois, delimitar quais posições eram mais fáceis para o desenvolvimento do contrabando. O aviso estacionou em uma localidade chamada Petrópolis, nas imediações do Santo Antônio, próximo na área de fronteira por onde o navio de guerra percorreu alguns dias vistoriando lanchas. Esse local em especial fora escolhido por ser ponto “obrigado de passagem de modo que presta-se perfeitamente á fiscalisação de todo o rio”. A principal competência da comissão, aliás, era ponderar onde os governos estadual e federal poderiam estabelecer pontos de vigilância para que o contrabando não ocorresse, por isso, no relatório há diversos apontamentos a lugares onde deveria haver tais pontos ou por onde e como contrabandistas poderiam passar.

“Cumpre-me dizer, em abono da verdade, que durante os dias que estacionei em Santo Antonio, não vi uma só lancha descer ou subir o Solimões sem apresentar-se a despacho na Meza de Rendas; mas a hypothese que formulei é tão viável quanto notável é o facto de moradores do Caldeirão e pontos mais abaixo virem fazer aviamentos em Islândia, margem peruana, quando mais próximo lhe ficão: Nazareth ou Santo Antonio, no Solimões, não levando em conta o risco de apprehensão das mercadorias ao passarem pelo Capacete, onde há guardas fiscais, que é de presumir, cumprem com o seu dever.

O que se dá no Javary, dá-se na mesma escala em todo o Solimões: duas casas apenas separadas pela vala divisional, têm pautas tão differentes que chamão logo attenção; assim a pólvora custa 30% menos, em uma do que em outra: o phosporo estrangeiro é muito mais barato ali do que n’esta Capital.

Tudo isto é velho, commum e muito sabido de todos que se interessam por taes assumptos.

O remédio que se aponta como efficaz á extirpação do mal é a igualdade de direitos nas duas fronteiras, trazidos com a criação da Alfandega mixta, que, a meu ver, poderá ser instalada em Santo Antonio, onde se acha a Meza de Rendas”.

O diagnóstico do capitão-tenente Arthur de Linhares, assim, não era o fechamento da fronteira, a intensificação da repressão ou o aumento de taxas sobre os estrangeiros, mas sim o oposto: o fortalecimento dos laços comerciais pela igualdade de condições, tarifas e obrigações dos dois lados. Certamente, o elemento central para tal visão fora a percepção de dentro da fronteira, isto é, do fato de que o trânsito de pessoas entre os dois países não era prejudicial a

nenhum dos dois e era, também, inevitável. Do relatório, há três aspectos sobre o viés diplomático da Marinha na Amazônia que ressalto.

Em primeiro lugar, o olhar atento e direcionado do capitão-tenente Arthur de Linhares evidencia o fato de que os oficiais da Marinha tinham uma experiência importante de consideração estratégica sobre pontos importantes do ponto de vista tático para a presença do de órgãos de fiscalização e arrecadação do Estado brasileiro, bem como do conhecimento de rotas por onde se burlavam tais fiscalizações e da consciência de que elites e grupos locais também poderiam conspirar contra.

A comissão foi realizada em um pouco mais de 30 dias e, portanto, o nível de detalhamento das áreas, das rotas presumidas de contrabando e de conhecimento de moradores, firmas, casas e pequenas localidades, não foi adquirido apenas durante o tempo de comissão. Ainda que a Marinha dispusesse de poucos navios e que o trânsito de oficiais e praças fosse grande, portanto eles servindo durante no máximo alguns anos, eles efetivamente percorriam as mais diversas áreas da região hidrográfica do Amazonas.

No entanto, esse acúmulo de conhecimentos provavelmente aumentou na medida em que navios mais adaptados à navegação na região se estabeleceram, particularmente os avisos fluviais, no caso de regiões onde embarcações maiores não acessavam. Por isso, reitero, os anos de 1890 e 1900 demarcaram o início do processo de mudança do perfil da Marinha na região e, em consequência disso, do status dos seus navios de guerra. Notemos que havia atritos entre grupos locais e a Marinha, mas considerando até mesmo as estratégias de resistência e o peso que as intervenções da Flotilha tinham, havia algum medo ou respeito por esses grupos aos navios de guerra.

Aliás, esse tipo de fonte produzida a bordo é interessante porque nos fornece uma visão de dentro. Se a documentação ministerial e mais ampla dos órgãos da Marinha fornecem uma visão do Estado brasileiro sobre a Amazônia em perspectiva, a bordo dos navios se expressavam impressões que não pareciam ser apartadas da realidade ou externas a ela. Não há, nesse relatório, por exemplo, descrições ufanistas, não há relato de tipos sociais ou raciais, nem há discursos genéricos sobre a importância da Amazônia, há realidade e vivência cotidianas, há a compreensão das questões dos rios por dentro deles e, por isso mesmo, é possível inclusive perceber o quanto os tenentes aprendiam nos rios amazônicos, uma vez que em comissões no Rio de Janeiro, os comandantes, em linhas gerais, eram oficiais superiores.

Em segundo lugar, como laboratório, os espaços de disputas dos rios serviam como prática de mediação de conflitos. O tenente Arthur Linhares tentou por algumas vezes dialogar com elites e grupos políticos para conseguir a indicação de um capitão para serviço da

Capitania. E ciente da importância da navegação e da regularidade do serviço, dispunha de ferramentas próprias de negociação, que não necessariamente eram a coerção armada ou a imposição de multas e penalidades, embora as atribuições outorgadas pela Capitania assim o permitissem.

O capitão-tenente compreendia que a mediação era mais eficaz, já que a coerção direta encontrava o problema fundamental que motivou a requisição de um navio da Flotilha pela Capitania, isto é, não havia burocracia federal disponível para contrapor-se como elemento de poder ante as elites locais, portanto, os capatazes eram também pessoas expostas e sem elementos suficientes de imposição por meio da força. Enquanto o aviso Teffé estivesse presente, provavelmente repeliria quaisquer iniciativas contra a capatazia, mas após a sua partida, o mesmo não poderia ser dito.

Os navios de guerra em si, no entanto, eram elementos de interposição de poder, uma vez que o próprio Linhares deixou claro a importância quando da visita a Manacapará para reforçar a autoridade do capataz. Assim, é interessante que o desenvolvimento dos meios da Marinha na Amazônia, ainda que com as limitações sempre descritas, acabava por se constituir também de um elemento de ampliação do poder do Estado central nos mais diversos lugares. Ainda que a ordem oligárquica estivesse presente, o desenvolvimento das instituições militares não pode ser considerado ou pressuposto como sustentáculo de uma só ordem mantida por oligarquias dominantes, mas como um elemento a mais nesse cenário.

Elemento, aliás, que limitava também esferas de atuação: mesmo que esses grupos tivessem forças de jagunços extensas, elas não seriam suficientes para vencer um navio de guerra armado como o era o Teffé, o que também explica o fato de que a mediação de poderes e conflitos ter acontecido, pois considero que a mediação só pode ser feita entre uma parte que detenha a mesma ou mais força que os demais, sendo a variável da força aqui analisada em especial do ponto de vista coercitivo.

Em terceiro lugar, a experiência dos tenentes configurou uma forma de viés diplomático bastante apurada. No relatório, o tenente Linhares não foi apenas um emissário do Estado que teve contato com brasileiros e peruanos e tinha respeito mútuo de ambas as partes, mas também como um verdadeiro analista sobre as possibilidades de cooperação internacional entre os dois países pautado numa vivência concreta.

A ideia da alfândega mista por ele mencionada e recomendada, que reunia autoridades brasileiras e peruanas, ainda que não deva ter sido originalmente proposta por ele, era um artifício de política internacional complexo, que demandava a celebração de acordo bilateral e que tinha sentido em uma avaliação que verificou várias possibilidades diferentes.

Mas esse olhar diplomático, como mencionei no início do tópico, não pode ser desvinculado da característica principal aqui analisada: veio de um oficial de marinha, que conhecia tanto a dinâmica das fronteiras como as possibilidades de intervenção armada nelas, conhecia a localização estratégica de áreas que poderiam ser usadas para vigilância e sabia, com base nas características das embarcações que trafegavam, qual a capacidade real de navegação, ao afirmar quais tipos de lanchas podiam chegar nesse ou naquele lugar. Era uma forma específica de ação diplomática exercida pela autoridade militar, com as competências profissionais próprias deste.

Além do policiamento, as disputas de poder nas áreas de fronteiras também foram o principal elemento de conflitos nas fronteiras que envolveram a intervenção da Marinha e das forças de segurança e militares na região amazônica. Em jornais, principalmente no Amazonas, verifiquei uma série de ocorrências de aprisionamentos de embarcações ou brasileiros no Peru e o conseqüente desdobrar de situações que mereceram a intervenção diplomática dos Estados envolvidos e outros agentes, como as forças armadas e estaduais.

Em termos metodológicos, esse grande número de ocorrências, no entanto, causou alguns problemas. A repercussão nos jornais de Amazonas e Pará nem sempre condizia com a dimensão real dos conflitos, isso porque grande parte dos jornais desses estados era sediada nas respectivas capitais, então boa parte das notícias chegavam por navios que passaram por áreas onde conflitos ocorriam, mas, muitas vezes, eram resolvidos sem que houvesse, efetivamente, uma mobilização articulada para uma possível guerra.

Outro problema é que em alguns casos, tratava-se de “boatos”, conforme os próprios jornais indicavam. A maioria dos casos que envolveu a Marinha na região foi levantada a partir da busca por palavras-chave nos jornais de Amazonas e Pará primariamente, através do sistema de busca por palavras da Hemeroteca Digital Brasileira. Ressalto, no entanto, que embora esse sistema seja bastante eficiente, não foram poucos os casos onde a leitura das palavras pelo sistema não foi feita, o que acabei descobrindo por combinar buscas de palavras diferentes para mais precisão nos resultados.

Quase todos os conflitos que verifiquei foram fruto da busca por duas palavras mais diretamente ligadas à Marinha: “Flotilha” e “Canhoneira”. Evitei, inicialmente, o termo “Aviso”, referente aos avisos da classe Teffé, por conta do grande volume de ocorrências que não tinha relação com os mesmos, utilizando, nesses casos, o próprio nome das embarcações. O problema é que como havia muitos boatos, quando encontrava tais ocorrências, verifiquei em algumas edições antes e depois da ocorrência para procurar mais notícias sobre.

Nos casos em que a notícia só fora divulgada uma vez, pressupus que ou se tratavam apenas de boatos, a situação fora resolvida rapidamente ou o jornal não conseguiu mais informações sobre o ocorrido. Nos casos de seguimento, procurei delinear alguns padrões da ação da Flotilha e da Marinha como um todo.

Em julho de 1888, por exemplo, o jornal *O Liberal do Pará* informou, sob os títulos de “Factos graves em Iquitos” e “Prisão no Peru”, na primeira página da edição do dia 29, que havia “graves notícias vindas do Peru”²⁶⁹. Aliás, normalmente essas situações eram tipificadas como “grave” ou “gravíssimo”, creio que porque poderiam conduzir ou a uma guerra entre os países ou uma invasão. De uma forma ou de outra, havia um imaginário na imprensa que não descartava a ação bélica como uma possibilidade concreta.

No referido caso, o comandante do vapor *Araguary*, da Companhia Pará e Amazonas, Alberto Corrêa, fora preso, “mettido a ferros pelo governador d’aquella republica”. Segundo o mesmo jornal, a prisão foi feita depois que o comandante oferecera um almoço a bordo do navio a agentes da Companhia residentes na área próxima a Iquitos, mas para isso, mandou como presente aos mesmos “dous barris de vinho, pertencentes ao rancho de bordo, no intuito de ser distribuído pelas pessoas que o haviam distinguidos”.

O governador da província peruana, segundo o jornal, declarou que os barris, no entanto, seriam considerado contrabando caso não fossem pagos à alfândega do Peru na região. Ao tentar despachar e encontrando a alfândega fechada, ao que não teria satisfeito a exigência do governador.

Sendo preso e posto a ferros, os agentes Pinto & Irmãos procuraram a autoridade peruana, “que tiveram como resposta a declaração de que se lhe formassem a pedir a sua soltura, que o mandaria fuzilar”. O jornal pedia providências e que a canhoneira *Manaus* fosse enviada para lá “afim de que sejam o nosso consul e compatriotas alli residentes garantidos em sua liberdade e vida”.

A partir daí, não há mais informações sobre o caso em si, apenas em outubro do mesmo ano a notícia de que Alberto já se encontrava em *Manaus* solto²⁷⁰ a informação, no *Diário de Notícias*, de Belém, de que uma matéria fora publicada no jornal *El Registro*, de Iquitos e criticada por Simon Izquierdo. A retórica do jornal em linhas gerais se destinou a considerar caluniosa a postura das autoridades peruanas. Não houve mobilização nem resposta militar, o que indica que o conflito fora resolvido dentro dos limites da diplomacia através dos dois governos.

²⁶⁹ O LIBERAL DO PARÁ, Belém, 29 de julho de 1888, p. 1.

²⁷⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém, 12 de outubro de 1888, p. 1.

Em 1907, no entanto, várias edições do *Jornal do Commercio do Amazonas* foram preenchidas, em grandes notícias na primeira página, sobre “acontecimentos gravíssimos” ocorridos na fronteira com o Peru e que envolveram, em algum ponto, a ação de forças militares do Estado. Não houve efetivamente conflito, mas houve uma mobilização em torno de uma possível solução armada.

Sob o título “*Casus Belii*”, o referido jornal iniciou sua edição de 10 de novembro de 1907²⁷¹ introduzindo a questão, conforme tratei anteriormente. A retórica nacionalista, traçando ainda uma espécie de trajetória de situações em que o território brasileiro foi “violado” pelo Peru, acompanhada do discurso de afirmação hegemônica sobre o país andino deram a tônica da guerra como instrumento de afirmação de poder de Estados-nação apropriado pelo jornal amazonense.

Em linhas gerais, a situação se dera envolvendo dois agentes principais na cidade de Benjamin Constant, no Solimões próximo a Tabatinga: o juiz municipal Juventino Lins Themudo e o superintendente do município, Manuel Honorato de Sousa. Segundo o jornal, Honorato possuía dívidas de vários contos de réis com uma empresa na região, que produziu um processo judicial contra o superintendente. O caso foi julgado por Themudo, que deu parecer favorável à firma, condenando Themudo no final de outubro de 1907.

Após a condenação, Themudo enviou cartas e avisos para o juiz Themudo contendo ofensas e ameaçadas. Em 23 de outubro, às 10 da noite, “Themudo foi despertado pelo estampido produzido por tiros de rifle, que eram disparados do lado do oitão de sua casa”. Apesar das ameaças, o juiz nem parece ter se intimidado nem solicitou qualquer tipo de proteção policial.

No dia seguinte, Juventino Themudo e outro juiz do município, Agesislau Jorge, foram convidados por padres peruanos a participarem de uma quermesse durante a tarde em Nazareth, no lado peruano do rio, para angariar fundos para construção de uma igreja. Os dois e diversas autoridades da área participaram da quermesse e, ao final do dia, os dois juízes voltavam à canoa que os transportaria de volta para Benjamin Constant.

Antes de chegar na canoa, no entanto, “apareceu a frente de ambos o superintendente Manoel Honorato que, munido de um chicote de peixe boi, vergastou o dr. Themudo”, ao que fora iniciada uma luta corporal. Embora Honorato estivesse armado com um chicote, os dois juízes possuíam revólveres: Themudo não conseguiu usar o seu, mas Agesislau “lançou mão

²⁷¹ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 10 de novembro de 1907, p. 1.

do seu revólver e alvejou a pessoa de Honorato contra quem disparou cinco tiros, acertando apenas três”.

Após ser atingido, Manoel fora ferido no braço esquerdo, na coxa esquerdo e nos testículos, que foram “varados” pela bala. Os disparos provavelmente chamaram a atenção de pessoas nas proximidades, e uma canhoneira da marinha peruana foi até o local, comandada pelo tenente Spinosa, “oficial da fazenda peruana e substituto do capitão Cossio – que estava ausente no rio Jaquirana para onde seguiu a bordo da lancha Anastacia”.

Spinosa ordenou a prisão dos dois juízes e, de forma semelhante ao comandante do vapor Araguay, ambos foram presos e “acorrentados pelos peruanos, ficando ambos incomunicáveis e de sentinelas a vista, com armas embaladas”. Nesse ponto, no entanto, o relato, que é ricamente ilustrado pelo jornal, me parece ter um problema: todas as informações foram colhidas por um passageiro de um vapor que passara na área, não sendo claro se participara do ocorrido e, portanto, suscitando a questão: como sabiam com riqueza de detalhes a forma pela qual foram acorrentados e as sentinelas armadas?

A primeira notícia foi publicada no dia 10 de novembro sobre os casos ocorridos a partir de 23 de outubro. Considero que há duas possibilidades para tal questão. A primeira, mais provável, era o viés imaginativo: sabendo do fato, a prisão dos dois juízes sem direito à defesa ou à representação formal, uma das formas encontradas de reiterar a necessidade de uma resposta dura era ilustrar os maus tratos sofridos por ambos com uma adjetivação que caracterizasse os militares peruanos como bárbaros, ou seja, os recursos de linguagem e comunicação preencheriam lacunas nos relatos colhidos à distância do local.

Por outro lado, esse viés imaginativo não necessariamente deveria ser pautado por completo em mentiras. Entre o caso do comandante Alberto Corrêa e a prisão de Themudo e Agesisláu, há um espaço de 9 anos, mas as narrativas são bastante próximas. É provável que a ocorrência de conflitos com prisões semelhantes também colaborasse para essa narrativa. Nesse caso, os redatores e editores do jornal não produziam apenas uma notícia, mas também refletiam parte memória e parte imaginário sobre algo que era recorrente de alguma maneira.

Poucos dias depois, a esposa de Agesisláu fora visita-lo depois que os dois foram transferidos para uma prisão em Letícia, na fronteira com Tabatinga. Segundo o jornal, eles ficaram por dois dias acorrentados “e nesse doloroso martírio foram conservados até o dia 2 do corrente, tendo sido obrigados a pagar, cada um, a diária de uma libra pela alimentação”. Já em novembro, ambos receberam a visita do vice-cônsul brasileiro residente na região, João Campbell, e do comandante da força de Tabatinga, tenente Augusto da Costa Leite.

Ressalto que o jornal não mencionara qualquer contestação feita pelos dois à prisão dos juízes. Isso é significativo porque, mesmo que a imprensa do Amazonas pudesse considerar como injustas, os procedimentos judiciais, administrativos e criminais peruanos foram respeitados e, ao que tudo indica, não foram questionados também.

Alguns dias depois, a reviravolta que agravou os conflitos ocorreu. Em Benjamin Constant, um grupo de moradores se reuniu sob chefia de Menélio Pinto e embarcou na lancha Caçadora, chegando à Letícia já próximo do dia 10 de novembro. “No dia seguinte, pela manhã, o dr. Menélio convidou o tenente Spinosa para um passeio, na Caçadora, que navegou em direção às águas brasileiras”.

Os detalhes desse ponto, no entanto, somente foram publicados alguns dias depois, em 18 de novembro. Em 10 de novembro, o jornal apenas informou que o grupo chefiado por Menélio Pinto conseguiu uma ordem por escrito do tenente Spinosa para soltura dos dois juízes. No segundo relato, no entanto, ficou claro que, na realidade, o tenente fora sequestrado pelos brasileiros. Por negociação, Spinosa somente teria garantido que pediria a soltura quando estivesse em território peruano, mas a bordo da Caçadora, recebera ordem de prisão de um tripulante chamado Francisco das Chagas²⁷².

Segundo o jornal, quando da voz de prisão, “o preto, que servia de criado a Spinosa, revoltando-se contra os presentes, lançou mão de um punhal e avançou para Francisco Chagas, que não foi assassinado em consequência da intervenção de Francisco Barata que, para afugentar o preto lhe dera um tiro”. É importante notar que o referido criado foi preso no porão da lancha, sem que isso tenha sido problematizado pelo jornal.

Com o bilhete autorizando a soltura, Menélio e a esposa de Spinosa, que fora recolhida a bordo, seguiram em uma canoa para Letícia, seguindo a Caçadora para Esperança. Em Letícia, o brasileiro conseguiu a soltura dos dois.

No dia seguinte, já com Spinosa livre, foram feitas ameaças à guarnição no forte de Tabatinga. Depois da alvorada, segundo o tenente Augusto Leite, comandante do forte, “fora esta correspondida por um disparo que partira da margem oposta onde se acha acampado o destacamento peruano”. O mesmo tenente enviara um emissário ao Aramassa, “solicitando o auxílio dos proprietários dos barracões” por considerar que poderia trata-se de uma ameaça.

Ordenou ainda que um dos soldados fosse à praia e, “segundo disse-nos pessoa que de lá veio hontem, ali viu e lêo escripto na areia esta frase: Amanhã morrerás”. Dessa situação, o

²⁷² Idem, 18 de novembro de 1907, p. 1.

tenente Augusto Leite deixara o forte e a guarnição e se deslocara de canoa até Capacete, onde solicitou o fretamento do vapor William para Manaus “em nome do ministro da guerra”.

Essa atitude fora o elemento mais controverso do ocorrido. Após o final de todas as pendências, Augusto Leite foi responsabilizado por abandono de posto em serviço pelo Ministério da Guerra e bastante criticado nos dias seguintes por jornais do Amazonas. Em 12 de novembro, o jornal o acusou de ser doente

“E assim o queremos crêr, porque ao soldado brasileiro, sempre stoico e impávido diante do perigo, não é possível o medo.
O uniforme que passou Itororó sob uma chuva de balas e sobre montões de cadáveres, não recúa jamais diante de pobres chulos palradores e semi-civilizados.
O sr. Tenente Costa Leite não é um covarde, não; o sr. Tenente Costa Leite está doente, mais doente do que se pensa, - e ao soldado doente, ao militar invalido, reforma-se.
Em todo o caso, s. s. está diante de um dilemma: - ou reforma ou expulsão!”²⁷³.

Paralelamente à chegada de Leite em Capacete, três soldados da guarnição de Tabatinga foram procurar nas imediações auxílio e informações sobre as resoluções da questão, uma vez que o forte não fora atacado posteriormente. Os três praças Manoel Francisco de Lima, Manoel Isidoro de Souza e João Francisco de Souza procuraram auxílio na mesa de rendas próxima a Benjamin Constant com o coronel Aristides Calheiros, diretor da mesma.

Com eles, o capitão da Guarda Nacional Pereira de Mello, auxiliou-os,

“Envergando o uniforme do seu posto de capitão da distincta milícia brasileira, cuja dedicação e bravura já tantas vezes foi comprovada, em momentos angustiosos da historia nacional, elle levantou, armou e municiou rapidamente quarenta trabalhadores do seu seringal e, em batelões, dirigiu-se á fortaleza abandonada, afim de assumir o seu commando e transformar aquelles quarenta e quatro peitos valorosos em muralha intransponível á invasão inimiga, em substituição ás do derrocado forte brasileiro.
Era o nosso primeiro grito de alerta a este tão rápido que, pedido aquelle auxilio na noite de 6, no dia 7 pela tarde, seguiam todos em demanda da fronteira, levando munição de bocca e de guerra para um apertado cerco e para uma sangrenta lucha.
Sirva-nos isto de consolo! Fique, pois, de ora avante o estrangeiro tafúl sabendo que o Brasil é um paiz aparentemente desarmado, mas que no momento dado, pelo menos cada hectare de terra povoada no Amazonas representa um pugillo de bons atiradores, armados até os dentes e, em pé de guerra, ao primeiro grito!”²⁷⁴

É interessante observar que as próprias guarnições militares compreendiam a necessidade de auxílio de forças privadas conforme já mencionei sobre o pacto litúrgico do Estado em nome, nesse caso, da Guarda Nacional. Ao que tudo indica, fora a primeira força

²⁷³ Ibid., 12 de novembro de 1907, p. 1.

²⁷⁴ Ibid., 15 de novembro de 1907, p. 1.

que chegou a Tabatinga e reforçou a guarnição no forte, mantendo-se por alguns dias até que a situação já não indicava um conflito.

A mobilização de moradores parece ter sido um dos primeiros aspectos de mobilização armada em caso de conflito. Além do capitão Pereira de Mello, o prefeito do Alto Purus, Candido Mariano, enviou uma carta endereçada ao presidente Affonso Penna informando que a população da cidade estava mobilizada para o caso de uma guerra, “pedindo somente que me seja fornecido armamento e munição para defeza do território da Patria, convindo obtenção nesta cidade de carabinas Winchester, usados habitualmente, com proveito real pelos habitantes da zona”²⁷⁵.

Na sessão do Congresso Nacional do dia 13 de novembro, o capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho fez extenso discurso sobre a situação e, em particular sobre Tabatinga, apresentando algumas anotações de quando fora tenente na região e de alguns apontamentos sobre a defesa da localidade. Segundo Carvalho,

“[...] Tabatinga acha-se num barranco bastante alto. Na época das maiores enchentes, a agua sobe, deixando, entretanto, acima da superfície ainda 10 metros de barranco; quando desce; o rio afasta-se 80 metros, até a beira de um perão, onde se encontra fundo para navios de maior calado. Afóra Tabatinga, só conheço no Amazonas outro ponto que ofereça tanta profundidade: é Obidos, justamente o ponto em que, pelo aperto das margens, a profundidade attinge a 60, 70 e 80 metros.

Pelas observações que fiz, pelas pesquisas a que me entreguei, no sentido de conhecer o valor das enchentes e vazantes do rio Amazonas naquellas proximidades, verifiquei que a diferença entre a vasante e a enchente regula 17 metros, quer pelas observações que fiz durante o tempo em que lá estive, porque justamente chegamos na época da maior vasante e de lá sahimos na de maior enchente, quer pelos vestígios que encontrei nas arvores collossaes que ahi existem e, mais tarde, por signaes ainda feitos pelo grande sábio Agassiz.

Accresço que Tabatinga está fadada a uma situação magnifica, como quartel de fronteira e fortificação.

Tem, por excepção, o beneficio de um regato, chamado Santo Antonio, com agua batida em pedras, límpida como a mais límpida das aguas da nossa bela cidade, fresca e saudável.

Assim, a agua do igarapé de Santo Antonio era a que aproveitávamos para beber.

Nesse igarapé tomávamos banho, lavávamos roupa e tirávamos recursos para a cozinha.

O igarapé de Santo Antonio é, por excellencia, um igarapé de agua magnifica. Alli nos abastecemos durante todo o tempo; ainda hoje os destacamentos que estacionam em Tabatinga ahi se fornecem de agua, e não há noticia de febres nem de outras moléstias consequentes do uso de agua impura.

Esse igarapé de Santo Antonio que tem suas nascentes em fontes pedregosas, que não ficam muito longe da confluência, vem batendo em cachoeiras e, justamente em Tabatinga, fórma um alagado com ilhas, pedras soltas e cataratas admiráveis.

Desse ponto em deante seguem as aguas, mais desembaraçadas, que permitem a frequência mesmo de canôas até a confluência com o Amazonas.

É justamente esse igarapé que nesse lado determina a fronteira do Brazil com o Peru. De uma parte fica a guarda de Leticia, constituída pelas palhoças que aqui indico no desenho e, pela outra, o forte de Tabatinga que si não estivesse arruinado seria uma boa fortificação, sob todos os pontos de vista, na fronteira brasileira. [...]”²⁷⁶.

²⁷⁵ Ibid., 11 de novembro de 1907, p. 1.

²⁷⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Rio de Janeiro, n. 162, 13 de novembro de 1907, p. 2.787-8.

A riqueza de detalhes condiz com o relatório do tenente Linhares, de 1898, sobre as áreas próximas à fronteira com o Peru e também indica que o conhecimento sobre a área era compartilhada por oficiais da Marinha e Exército, embora, como Carvalho reclamou, a Marinha não tivesse nenhuma estação da Flotilha destinada à Tabatinga.

No dia 13 de novembro, uma força militar começou a ser montada para ser enviada, em caráter expedicionário, a Tabatinga. Segundo o jornal, “Hoje pela manhã, zarpar com destino a Óbidos o vapor Independencia, fretado pelo ministério da guerra [...] afim de trazer d’alli seis canhões, Krupp, de 7 ½ e a competente guarnição”²⁷⁷.

No mesmo dia, as canhoneiras fluviais Acre e Amapá e o aviso Teffé foram ordenados a partir pela noite a Tabatinga. Segundo o jornal, o aviso Teffé levou, além dos oficiais, 2 maquinistas inferiores, 1 mestre, 1 armeiro, 1 sargento e 25 praças e as canhoneiras Acre e Amapá, os mesmos valores, mas 30 marinheiros.

A mobilização, enquanto elemento estratégico de preparação para guerra, também foi um espaço de demonstração de força e poder, conforme tratei em capítulo anterior. A força do Regimento Militar do Amazonas, em termos singulares, foi a maior parcela da força expedicionária criada, com 100 praças, 1 médio e 7 oficiais sob o comando do major Adolpho Cavalcanti, além de um oficial do corpo sanitário do Regimento. O jornal publicou até a carreira de cada um desses oficiais na edição do dia 13 de novembro. A força regimental foi embarcada no vapor Rio Manicoré.

No dia seguinte, foram mobilizados dois navios de guerra do Rio de Janeiro para compor com os navios da Flotilha do Amazonas uma força conjunta. As edições dos jornais contradiziam o nome dos cruzadores, mas pelo que pude inferir, trataram-se do Tiradentes e do República, que tiveram ordens de não parar em nenhum porto no caminho e não dar mais informações sobre²⁷⁸.

Nos telegramas publicados do Rio de Janeiro e notícias veiculadas de jornais da cidade indicavam que o presidente Affonso Penna fez várias reuniões fechadas com o ministro da Guerra, Hermes da Fonseca e da Marinha, Alexandrino Faria de Alencar. O Barão do Rio Branco, ainda, enviou uma série de telegramas ao governo peruano comunicando o ocorrido e solicitando informações e providências.

A situação foi resolvida com a chegada do capitão Cosia, comandante da canhoneira peruana em Letícia. No Jornal do Commercio, Cosia foi mencionado como “militar distinto,

²⁷⁷ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 13 de novembro de 1907, p. 1.

²⁷⁸ Idem, 14 de novembro de 1907, p. 1.

educado na Alemanha, muito estimado na fronteira por brasileiros e peruanos”²⁷⁹ que, segundo o jornal, após ter tido conhecimento de como os prisioneiros foram tratados, prendeu o tenente Fanfan, comandante do destacamento de Letícia e iniciou processo contra o tenente Spinosa.

Apesar da solução não conflituosa, fora mobilizada uma força considerável e que não encontrei outra situação parecida no período estudado até 1924. Foram cinco navios de guerra: os cruzadores Tiradentes e República, as canhoneiras fluviais Acre e Amapá e o aviso Teffé. Além deles, pelo menos três vapores mercantes transportaram tropas: o William, que foi fretado pelo tenente Augusto Leite e ficou à disposição do Exército; o Independência, que transportou duas guarnições do forte de Óbidos e as artilharias; e o Rio Manicoré, que transportou o Regimento Militar do Amazonas.

Em termos quantitativos, foram mobilizados 85 marinheiros nos navios da Flotilha do Amazonas; 100 praças do Regimento Militar do Amazonas e praças do 15º batalhão de infantaria e da bateria do Forte de Óbidos; além deles, os jagunços convertidos em guardas nacionais e mais parte da população de cidades nas proximidades de Tabatinga, como Alto Purus. A artilharia mobilizada compunha-se dos canhões dos navios da Flotilha e dos dois cruzadores, além da artilharia de fortificação de Óbidos.

Embora não tenham ocorridos conflitos, até o final do ano navios da Flotilha se revezaram em prontidão em Tabatinga, embora não tenha encontrado a criação de uma estação naval, como Carlos de Carvalho propôs no Congresso Nacional.

Algumas características são interessantes sobre essa mobilização. Em primeiro lugar, não houve uma coordenação central feita para unificar o comando das diversas forças em combate. Isso indica que em caso de conflito, provavelmente levaria algum tempo até que as forças executassem uma estratégia propriamente dita de combate.

Nos boatos que eram publicados, alguns diziam que o forte de Tabatinga já havia sido ocupado e, portanto, a mobilização precisava ser bastante rápida. Aliás, entre a ordem expedida pelo Ministério da Marinha e o envio dos navios de guerra, o tempo decorrido não foi muito grande. Mesmo as forças terrestres, que ainda precisaram fretar o vapor Independência para buscar a artilharia do forte de Óbidos somente demoraram poucos dias para tanto.

Embora não houvesse um plano propriamente dito para o caso de invasão ou conflito, havia uma expectativa de que ele poderia acontecer mesmo com a diplomacia atuando fortemente. É por isso que considero que a mobilização, como competência militar, fora exercida com bastante proficiência nesse e em outros casos de conflitos ou expectativa deles.

²⁷⁹ Ibid., 15 de novembro de 1907, p. 1.

Outro aspecto relevante é que a força privada mobilizável, embora não tenha dados quantitativos, também certamente compunha um dos elementos de poder bélico que tornavam incursões militares entre ambos os países menos prováveis. A primeira força que fora mobilizada foi completamente privada e, embora ela não dispusesse de poderio bélico balístico, isto é, de navios armados ou artilharia de posição, ela chegou rapidamente a Tabatinga e ocupou todo o equipamento presente.

Nesse sentido, a capacidade de mediação de conflitos e poderes feita pelos militares na região certamente foi um componente importante para ter, no momento necessário, o apoio de setores privados, como os proprietários rurais e os vapores mercantes, o suporte para aumentar o poder militar mobilizado.

As forças do Exército em si foram as primeiras a terem contato com o possível teatro de operações considerando a guarnição de Tabatinga, que era comandada por um tenente e algumas dezenas de praças, mas afora ela, não foi clara a quantidade de praças destacadas, o que me parecem ter sido poucas, já que o Regimento Militar do Amazonas enviou quantitativamente uma força numerosa, somente sendo necessário o auxílio da artilharia.

O papel do Regimento Militar é notável em especial considerando o prestígio que as polícias passaram a desempenhar com a República. É importante ressaltar que em 1907, uma força policial já havia vencido uma guerra interna - a força policial do Pará em Canudos - e que, por isso, a própria mobilização da do Amazonas parece ter sido o prenúncio de uma vitória tão gloriosa quanto em um cenário internacional contra as forças peruanas.

Não encontrei relatos sobre o posicionamento dos navios da Flotilha, mas os jornais noticiaram que navios mercantes que foram avistados no caminho foram parados por eles e revistados, tendo a oficialidade do vapor Virginia ainda sido convidada para a bordo da canhoneira Amapá, capitânia na divisão fluvial, para informar o que havia visto até sua passagem no rio Amazonas pelas forças federais. A reunião foi secreta e seu conteúdo não foi divulgado.

Considero, no entanto, que o elemento que deu origem a todo o conflito não foi a prisão de brasileiros em si, mas a prisão de autoridades brasileiras. Quando referi-me ao caso do “preto” que servia de criado a Spinosa, que fora preso no porão da embarcação, curiosamente os jornais não consideraram o fato como barbaridade, embora certamente o mesmo deva ter sido acorrentado e possivelmente, castigado fisicamente dada a luta que se lançara contra os tripulantes da lancha Caçadora.

O caso, portanto, é significativo da consciência do prestígio social que deveriam ter dois juízes municipais: eles que não poderiam ser maltratados. Embora seja questionável se os

procedimentos das forças peruanas condiziam a uma forma civilizada de execução criminal, é fato que eles desencadearam uma bola de neve que poderia ter resultado numa guerra entre dois países. É também fato que o conflito havido entre o superintendente Honorato e os juízes Agesisláu e Themudo configurara uma perturbação à ordem pública e tentativas mútuas de homicídio em solo peruano.

No entanto, nem Honorato nem Themudo ou Agesisláu parecem ter se preocupado em executar sua luta fora da fronteira brasileira, isso porque o trânsito de pessoas e, certamente, os conflitos entre poderosos também aconteciam correntemente em ambos os lados da fronteira. A questão que talvez possa ser discutida, nesse caso, não é sobre os procedimentos em si, mas que essas disputas de poder, embora se dessem na fronteira, não refletiam o mesmo prestígio social entre agentes nos dois lados da fronteira, pelo menos até a repercussão na imprensa de ambos os países de tal problemática.

Não creio que a força que ficou de prontidão por alguns meses em Tabatinga de fato acreditava em um conflito real declarado entre ambos os Estados, mas era consciente de que os conflitos locais poderiam agravar quaisquer situações. O tiro de intimidação ao forte de Tabatinga realmente pode ter sido provocado por soldados peruanos, mas isso não necessariamente refletia a postura das instituições militares peruanas diante do ocorrido.

A mobilização militar tinha um caráter duplo. Em sentido oficial, ela deveria se manter pronta para uma eventual guerra, mas no sentido real, ela impôs a força do poder central para conter disputas entre elites locais. De fato, não encontrei quaisquer outros indícios de ataques feitos entre o superintendente Honorato e o juiz Themudo, portanto, a força federal cumprira o duplo dever de controle interno e defesa externa no caso em questão.

CAPÍTULO 4 – AÇÃO INTELECTUAL: HIERARQUIA, DISCIPLINA E VIDA A BORDO

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo discutir as dimensões da ação intelectual dos tenentes da Marinha no período considerado. Por ação intelectual, pressuponho a ação dos tenentes no sentido de assumir o lugar das atividades intelectuais na Marinha, isto é, a de produção, discussão e circulação de conhecimento técnico, científico e doutrinário. Como parte da ação intelectual, compreendo também a construção de representações e a concepção da disciplina militar e seu papel na hierarquia.

Do ponto de vista historiográfico, este capítulo se baliza nas produções de três linhas principais. Primeiramente, com relação à tese de doutorado de Celso Castro, “Os Militares e a República – um estudo sobre cultura e ação política”²⁸⁰. No trabalho, Castro aliou duas percepções essenciais: o olhar antropológico da descrição dos aspectos de cotidiano, sociabilidade, rotina e da construção do espírito de corpo na Escola Militar da Praia Vermelha, o qual se relacionou diretamente com o seu trabalho de mestrado²⁸¹, onde conduziu a primeira pesquisa de campo em uma instituição militar no Brasil, sendo realizado na Academia Militar das Agulhas Negras, discutindo como o período de formação básico dos oficiais era marcado por uma desconstrução de uma identidade civil para construção de uma identidade militar; e o olhar sobre a ação política dos militares na proclamação da República.

A segunda linha diz respeito ao trabalho no campo da história militar que têm se dedicado em especial à imprensa militar, considerada como objeto tanto de expressão das classes de oficiais como mecanismo de engajamento e formação de linhas de pensamento hegemônico nas instituições militares. Considero como principal expoente dialogado neste capítulo José Miguel Arias Neto, o qual tem uma produção significativa em relação à imprensa militar da Marinha, sobretudo acerca da própria Revista Marítima Brasileira, pontuando suas fases e propósitos.

A terceira linha diz respeito ao campo de história da imprensa ou história social da imprensa, o qual é materializado metodologicamente especialmente pelos apontamentos de Tânia Regina de Luca neste trabalho, onde pensar a imprensa implica muito além da reflexão

²⁸⁰ CASTRO, Op. Cit., 1995.

²⁸¹ CASTRO, Op. Cit., 1990.

do conteúdo produzido, mas também a composição da sua própria estrutura organizacional e seu público-alvo, isto é, quem escreve e para quem se escreve. As reflexões historiográficas sobre o campo da imprensa são de suma importância por considerar pelo menos três dimensões da imprensa periódica: como objeto de estudo (a história dos periódicos); como produção de conhecimento que dialoga com o conhecimento histórico (a história nos periódicos) e como fonte-base para a compreensão de realidades históricas (a história por meio dos periódicos).

Considero ainda que a categoria essencial para refletir o papel intelectual desempenhado pelos tenentes estava presente na maior parte dos discursos analisados nos artigos pela ideia do “dever ser”, isto é, mais que pensar pelo viés cientificista o que fora a realidade, eles apontavam o que a realidade deveria ser. A atividade intelectual pressupunha intervenção nos rumos da instituição.

Metodologicamente, utilizei sobretudo a produção dos tenentes na Revista Marítima Brasileira entre 1881 e 1924, pressupondo a revista como espaço privilegiado da atividade intelectual da força naval e ainda com grande influência e impacto sobre os rumos da instituição. Considerei o conteúdo dos artigos em si e o perfil das publicações no que diz respeito aos seus autores e, do ponto de vista quantitativo, a proporção entre oficiais dos diversos círculos hierárquicos e a quantidade de artigos produzida por eles.

Os artigos publicados na revista contemplavam uma gama considerável de assuntos de interesse da Marinha, tanto no que diz respeito aos aspectos de tática e estratégia militar; as discussões de cunho físico, químico, meteorológico, de náutica e geografia relacionados aos instrumentos de navegação e aos navios de guerra; ao direito militar e internacional, às relações internacionais e à diplomacia, bem como temas relacionados à política; a história naval e ainda doutrinas militares. As edições da revista constam quase todas digitalizadas na Hemeroteca Digital Brasileira²⁸² e na maioria, a revista fora dividida em números, com volumes de edições variando entre pouco mais de 200 páginas até mais de 1.000.

A Revista Marítima Brasileira também publicava relatórios de órgãos da Marinha ou de comissões especiais, como relatórios de comissões e viagens, o que possibilita preencher lacunas de documentos que são mencionados, mas não constam anexos aos relatórios ministeriais da Marinha.

A argumentação do presente capítulo está dividida em três subcapítulos. No primeiro, analiso a Revista Marítima Brasileira em si, verificando os dados relativos à produção e a relação de autores com a produtividade e a análise de alguns trabalhos publicados que

²⁸² Vd. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 25/02/19.

corroboram com a ideia, objetivo central do subcapítulo, de que havia um lugar hierárquico esperado para a ação intelectual na prática histórica considerada entre o final do século XIX e início do XX que era o dos primeiros postos do oficialato, isto é, os tenentes.

No segundo subcapítulo, analiso a construção de aspectos da disciplina e da vida a bordo a partir da produção dos tenentes, sobretudo do primeiro-tenente Arthur Thompson. Considero que o cuidado e a minúcia de detalhes na proposta de regulação da rotina a partir de uma série de ritos, marcos e horários pré-estabelecidos respeitava, como atividade intelectual, o fato de os tenentes também serem em essência os oficiais de quarto dos navios de guerra no Brasil e, como tal, os responsáveis diretos por toda a tripulação e pela garantia da disciplina a bordo. Cruzo a proposta de serviço e disciplina a bordo dos navios de guerra da armada nacional com a rotina descrita nos livros de quartos da canhoneira Guarany.

No terceiro subcapítulo, analiso a construção da concepção do que os marinheiros deveriam ser a partir da produção dos tenentes, considerando ainda que uma das dimensões da atividade intelectual deles era a instrução por meio de conferências realizadas a bordo dos navios de guerra, muitas das quais foram publicadas na Revista Marítima Brasileira. Chamo atenção especialmente à produção e à conferência realizada pelo tenente maquinista Cícero Bernardino dos Santos, à bordo do vapor de guerra Commandante Freitas, enquanto chefe de máquinas do aviso Jutahy na década de 1910.

4.1. Tenentes e o conhecimento técnico, científico e doutrinário na Marinha

Durante parte do século XIX e as primeiras décadas do século XX, entendo que uma das dimensões fundamentais da ação intelectual dos tenentes na Marinha perpassava a produção de conhecimento de cunho técnico, científico e doutrinário²⁸³ através da organização e desenvolvimento de uma imprensa militar, onde o papel de redator e colaborador tornou-se uma função eminentemente ligada a “ser” tenente no que diz respeito ao caso que analisarei da Revista Marítima Brasileira.

O conhecimento técnico, enquanto conjunto de trabalhos produzidos ou traduzidos a fim de direcionar o público-alvo para o uso de ferramentas e instrumentos de navios, navegação

²⁸³ Parte do trabalho em relação a forma de concepção da Revista Marítima Brasileira consta em FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. Revista Marítima Brasileira: entre a Ciência e a guerra (final do século XIX e início do XX). In: SOUZA, Sueny D. O.; FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes (orgs.). **História e Imprensa Periódica na Amazônia**. Belém: Cordovil Ebooks, 2019, p. 55-81.

ou análise física, hidrográfica ou meteorológica, bem como sobre as características de novos modelos de navios ou equipamentos.

Científico ou pretensamente científico, enquanto proposta de pensar a guerra através de uma metodologia analítica sobre o passado ou a realidade presente com a perspectiva de universalização de princípios que deveriam servir como leis, caso da tradução em partes do livro do almirante Alfred Thayer Mahan, *The influence of sea power upon history 1660-1783*.

Também devo ressaltar uma quantidade significativa de artigos traduzidos ou que analisavam trabalhos de físicos, químicos e médicos sobre experimentos e hipóteses científicas como o caso do artigo “Os instrumentos náuticos de Lord Kelvin (sir William Thomson)”, publicado em partes entre 1900 e 1903 pelo 1º tenente Radler de Aquino²⁸⁴, o que é sintomático de que os tenentes da Marinha de Guerra liam e buscavam compreender e aplicar a produção científica no mundo naquele momento.

A ideia de um conhecimento doutrinário que me refiro diz respeito a uma quantidade expressiva de trabalhos – alguns dos quais, analisarei ao longo deste capítulo – que versavam sobre o que a Marinha deveria ser, sobre a essência do ato de comandar, as funções de órgãos da instituição e ainda o que deveria ser a hierarquia e disciplina militares, ou seja, a concepção do ser militar – oficial ou praça – da Marinha de Guerra.

A Revista também constitui lugar de análise historiográfica expressiva acerca do objeto da imprensa militar no Brasil. No âmbito do campo de História Militar, um conjunto significativo de autores tem se debruçado sobre o este tema, tendo como algumas das linhas teórico-metodológicas de entendimento do objeto a análise do conteúdo das revistas sob a ótica do discurso de militares em diversos momentos na história do Brasil, tanto quanto da imprensa militar enquanto ferramenta de expressão da classe militar ou partes dela.

Sobre a imprensa militar organizada pelo Exército, por exemplo, há uma quantidade expressiva de teses e dissertações que tomaram como objeto de estudo a revista A Defesa Nacional, a qual também tem um período longo de atividade, tendo sido criada em 1913 e estando em atividade até os dias atuais.

A dissertação de mestrado de Fernanda de Santos Nascimento²⁸⁵ analisou a revista na década de 1930. A autora dialogou especialmente com José Murilo de Carvalho e Edmundo

²⁸⁴ AQUINO, Radler de. Os instrumentos náuticos de Lord Kelvin (sir William Thomson). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 37, n. 1, 1900, pp. 112-128.

²⁸⁵ NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização no Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

Campos Coelho²⁸⁶ para considerar que A Defesa Nacional fora criada como desdobramento da geração de “jovens turcos” do Exército, os quais foram sobremaneira influenciados pela doutrina germânica. Outro aspecto é o de que os militares possuíam considerável viés de interesse institucional, ou seja, a autora segue a perspectiva historiográfica de que não é suficiente analisar os militares somente como membros de interesses de classes sociais mais amplas, embora considero que deva ser pertinente pensa-los tanto a partir das expressões de classe militar como na inserção enquanto cidadão em si, ou seja, do mundo civil.

Nesse sentido, a autora buscou o discurso na revista para compreender as expressões e aspirações da classe militar do Exército em especial no que diz respeito à ideia de modernizá-lo através de dois pontos principais: a profissionalização, materializada, dentre outras questões, através do serviço militar obrigatório; e do estabelecimento de uma missão militar estrangeira, a qual, segundo Nascimento, deveria ser alemã devido à experiência adquirida por essa geração na Prússia / Alemanha.

A dissertação de Derli Junior Stumpf²⁸⁷ tratou do Exército a partir da revista A Defesa Nacional na década de 1940, não pensando a configuração em si da revista, mas ela como expressão e representação do pensamento dos oficiais do Exército no período. O autor também dialogou com a categoria de modernização no Exército através do que considerou como um dos aspectos fundamentais da instituição no período: a busca por conceitos doutrinários a partir do olhar sobre forças terrestres estrangeiras.

Stumpf dialogou com a tese de Eduardo Svartman considerando que tal olhar estrangeiro se revestiu em um processo de americanização do Exército, ocorrido em três momentos: dos anos 1930 à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o eixo; no período de organização da Força Expedicionária Brasileira e preparo das tropas, com a vigência dos acordos de cooperação entre Brasil e Estados Unidos; e no pós-guerra à década de 1960, com as missões militares e acordos de cooperação militar²⁸⁸. Analisando o discurso dos artigos publicados em A Defesa Nacional, Stumpf propôs a ideia conciliatória de interesses entre o Exército, buscando modelos doutrinários por seguir e os interesses militares dos Estados Unidos, buscando soberania, influência política, dentre outros.

²⁸⁶ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. São Paulo: Record, 2000.

²⁸⁷ STUMPF, Derli Junior. **Encontrando um novo Mefisto**: a americanização do Exército brasileiro e a revista *A Defesa Nacional*, 1942-1950. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2010.

²⁸⁸ SVARTMAN apud STUMPF, Idem, p. 13.

A dissertação de Adelaide Cristina Brandão Baroni²⁸⁹ lidou com a revista *A Defesa Nacional* no tempo presente, a partir dos anos 1990, utilizando-a como ferramenta para verificação do pensamento militar institucional do Exército a respeito do golpe de 1964 e os anos do regime militar. Concordo com a ideia de que o discurso presente nos artigos da revista, mas também a uma estrutura organizacional “cultural e intelectual” do Exército, tanto apontando a trajetória de órgãos criados com a finalidade de ensino, instrução e formação como a trajetória da revista em períodos pela forma abordada.

Nesse sentido, um importante pressuposto trabalhado por Baroni é a não uniformidade de pensamento dos militares, o que não significa que não seja possível observar linhas de entendimento em determinados períodos da revista, como exemplo, ao tratar da década de 1960, a autora indicou uma mudança considerável no padrão de artigos, marcando o período anterior ao golpe de 1964, como de intensas “disputas nacionais em favor da modernização brasileira, e internacionais, consubstanciadas no enfrentamento entre capitalismo e comunismo”²⁹⁰, mas após a instauração do regime militar, ela manteve a “divulgação majoritária de artigos técnicos e profissionais”²⁹¹.

A discussão em questão se inseriu em um processo amplo de disputas internas no âmbito do Exército que João Roberto Martins Filho caracterizou como “antessala do golpe”²⁹², isto é, o período especificamente em que as chapas nacionalista e internacionalista concorreram à presidência do Clube Militar do Rio de Janeiro e da Escola Superior de Guerra entre parte das décadas de 1950 e 1960. A vitória da chapa internacionalista, favorável ao alinhamento com os Estados Unidos e, conseqüentemente, ao anticomunismo, foi essencial para o controle da difusão de um pensamento hegemônico a ganhar força com os militares no poder.

Enfatizo ainda o procedimento adotado por Baroni de verificar tanto a frequência de temas publicados na revista entre 1990 e 2004, chegando a números de 23% temas diversos, 22% temas sobre história, 19% temas profissionais, 15% temas relacionados à política, 12% temas relacionados ao próprio Exército, 4% temas sobre economia, 3% sobre Amazônia e 2% sobre educação e cultura militar²⁹³; chegando a verificação da proporção entre civis e militares

²⁸⁹ BARONI, Adelaide Cristina Brandão. **O discurso sobre o golpe de 1964 e o regime militar**: análise da revista *A Defesa Nacional* (1990-2004). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

²⁹⁰ Idem, p. 58.

²⁹¹ Ibid.

²⁹² Vd. MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano, v. 3), p. 97-126.

²⁹³ Cf. Figura 2, “Proporção de assuntos da revista “*A Defesa Nacional*” (1990-2004)”, BARONI, Op. Cit., p. 64.

(27% e 70% dos autores informados, respectivamente) e ainda a proporção por grau hierárquico: 40% de coronéis, 16% de generais, 15% de tenentes-coronéis, 14% de majores, 11% de militares de outras forças armadas do Brasil ou exterior, 3% de capitães e 1% de tenentes²⁹⁴.

Tais dados são fundamentais para a compreensão dos militares como bloco não-homogêneo e ainda percebido através de concepções hierárquicas que marcam um determinado momento, isto é, o fato da revista, na Nova República, ser dominada em termos de produção por oficiais superiores e generais é, considero, um marco fundamental do lugar intelectual dos círculos hierárquicos no tempo em questão, o que, por exemplo, contrastará com os dados que apresentarei sobre a Revista Marítima Brasileira, onde predominantemente tenentes conduziram tais publicações.

Esses três trabalhos, os quais têm em comum o objeto mais ou menos direcionado à revista A Defesa Nacional, dão conta da possibilidade de traçar a história do Exército a partir de um periódico específico – mas significativo – em grande parte do século XX, como horizonte temático do campo da História Militar.

No que diz respeito à imprensa militar da Marinha, me aterei em especial à segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, em especial acerca da Revista Marítima Brasileira.

A Revista Marítima Brasileira, com essa denominação, foi fundada em março de 1851 e encerrada em julho de 1855. José Miguel Arias Neto fez considerações importantes sobre as fases da revista e também os diferentes significados pertinentes à continuidade e descontinuidade dela²⁹⁵. O autor ressaltou que o discurso institucional, inclusive na atualidade, tende a considerar a mesma revista de 1851-1855 e a fundada em 1881, como se o hiato de 26 anos representasse apenas uma grande lacuna.

Na primeira edição de 1881, o próprio diretor da revista à época, Sabino Eloi Pessoa, o qual fora um dos idealizadores quando tenente na década de 1850, da primeira revista, já apontara que a da década de 1880 se tratava de outra, mantendo a semelhança dos títulos, mas mudando o intuito²⁹⁶. Sobre a questão, Arias Neto ainda colocou que havia diferença nos enunciados sobre a função da revista de 1851 e de 1881: segundo o autor, a primeira tinha como objetivo essencial a recuperação e eternização de feitos heroicos, bem como a construção de

²⁹⁴ Idem, p. 65.

²⁹⁵ ARIAS NETO, José Miguel. Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: a liberdade de pensamento na Marinha Imperial e o projeto de nação no século XIX. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, n° 8, p. 4-29, 2012.

²⁹⁶ Idem, p. 5.

uma legitimidade que permitisse a manifestação de aspirações políticas, inclusive, a divisão da revista em duas partes, sendo uma oficial e a outra de publicações, já denotaria essa tensão entre o viés institucional e a liberdade de pensamento proposta. A revista de 1881 já se revestia com o caráter institucional de interesse da Marinha de Guerra.

Uma crítica feita por Arias Neto sobre alguns aspectos dominantes da historiografia brasileira é em relação ao civilismo dela, “isto é, ela desconhece e desconsidera a existência dos militares, salvo os momentos esporádicos de intervenção da política”²⁹⁷. A crítica é interessante e compreendo a necessidade de reflexão dos militares para além do viés de classe com discurso, manifestação e atuação política.

No caso da revolta da armada de 1893, por exemplo, o autor criticou a percepção da revolta como manifestação da Marinha contra a República, demonstrando a batalha por uma memória republicana por parte da força naval: o Exército, responsável pela proclamação da República e a Marinha, a garantidora do cumprimento da Constituição de 1891, já que o então presidente Floriano Peixoto a teria descumprido²⁹⁸.

A crítica de Arias Neto ainda encontra sentido em um dos problemas historiográficos do campo da História Militar: a presença considerável de militares que produziram, durante muito tempo, de forma quase exclusiva, a história das instituições militares, quase sempre relacionada à guerra, às estratégias e aos líderes e estrategistas.

Ao fazer um balanço sobre a imprensa militar no século XIX, o autor informou que descobriu a existência da Revista Marítima Brasileira de 1851-1855 quando teve um contato com a Divisão de História Marítima da Marinha, onde recebeu encaminhamento da documentação pertinente enquanto buscava as edições da revista de 1881²⁹⁹ e o caminho percorrido de analisar comparativamente e concluir que não se tratava da continuidade do periódico, o autor pôde concluir de maneira semelhante ao trabalho de Celso Castro acerca das tradições do Exército Brasileiro materializadas na criação do militar-modelo através do patrono Duque de Caxias, na antiguidade da força terrestre pela Batalha dos Guararapes (1648) e pela cerimônia de entrega dos espadins da Academia Militar das Agulhas Negras³⁰⁰ em diálogo com os cuidados apontados por Eric Hobsbawm sobre a antiguidade aparente das tradições³⁰¹, isto

²⁹⁷ Ibid., p. 6.

²⁹⁸ Vd. ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um fato “construído”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

²⁹⁹ ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 2013, p. 55-64.

³⁰⁰ Vd. CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

³⁰¹ Vd. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

é, a de que as instituições militares tendem a buscar elementos que configurem a antiguidade das suas tradições e padrões.

Em artigo sobre outros dois periódicos da Marinha no século XIX, as revistas *A Gazeta Naval* (1877) e *Soldado e Marinheiro* (1869), Luiza das Neves Gomes, concordando com o pressuposto de John Schulz acerca da postura dos oficiais contra a ordem imperial, considerou ainda um aspecto importante: a atuação intelectual dos militares deve ser considerada inclusive pelo acesso a informações através da formação e leitura que boa parte da população não teria ao momento, o que, para ambos, é sintomático para a contestação da ordem imperial e engajamento. A autora constata a partir da primeira publicação de *O Soldado e o Marinheiro*, em 9 de outubro de 1869:

“E qual será a causa do abandono de uma classe que só é lembrada para morrer pela pátria, e nunca para viver com Ella? Será a deficiência de conhecimentos que inhabilita para as altas funções do Estado? Não, porque hoje os militares são perfeitamente instruídos não só nas sciencias physicas e mathematicas abstratas e applicadas, como também no direito e na economia política”³⁰²

Especificamente sobre a *Revista Marítima Brasileira* de 1881, André Luiz Melo Tinoco Nogueira³⁰³ trabalhou com a estrutura da revista, indicando alguns momentos importantes, embora seu principal foco tenha sido analisar a produção da revista nas duas guerras mundiais, apontando-a como rede de informações dos militares da Marinha. Um aspecto interessante trabalhado tanto por Nogueira quanto por Misael Henrique Silva do Amaral³⁰⁴ diz respeito à mudança de perspectiva da *Revista Marítima Brasileira* a partir da Primeira Guerra Mundial, com a entrada do Brasil sob influência dos Estados Unidos. Nesse sentido, Amaral apontou dois momentos: a partir de 1914, a chegada de militares estadunidenses para lecionarem na Escola Naval de Guerra e o início da Missão Militar Naval Americana de 1922. A década de 1920, assim, demarcaria o início da influência americana sobre a Marinha, algumas décadas antes do mesmo acontecer com o Exército.

Considerando a historiografia que tem tratado da imprensa militar no campo da História, há alguns aspectos em comum fundamentais os quais ressaltar para a análise proposta neste

³⁰² GOMES, Luiza das Neves. *A Marinha brasileira no pós-Guerra do Paraguai: uma análise a partir da imprensa militar*. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 2013, p. 38.

³⁰³ Há dois trabalhos que ressaltar: NOGUEIRA, André Luiz Melo Tinoco. *A Revista Marítima Brasileira no século XIX: o desenvolvimento de um periódico militar*. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 97-108, 2018; **A Revista Marítima Brasileira: o envolvimento da Marinha de Guerra do Brasil nos conflitos mundiais do século XX, pela perspectiva de um periódico militar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

³⁰⁴ AMARAL, Misael Henrique Silva do. *A influência norte-americana na Marinha brasileira e seus reflexos ao longo do século XX*. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 85-93, 2014.

capítulo. Em primeiro lugar, o fato das forças armadas terem organizado, no século XIX, uma série de periódicos denota um certo nível de engajamento de pelo menos parte do oficialato em direção à mudanças nas instituições, quase sempre sob o discurso de modernizá-las.

Em segundo lugar, considero que a existência de periódicos militares também representam vieses de fortalecimento institucional por meio de, pelo menos, a filtragem de informações produzidas no mundo civil, ou ainda de produções originais feitas por militares com o objetivo de atingir um público predominantemente militar.

Em terceiro lugar, a imprensa militar no Brasil também esteve por vezes relacionada à formas de pensar especificamente os problemas políticos do país como assunto a ser tratado pelo meio militar.

Em quarto lugar, considero que a imprensa militar cumpriu (e cumpre) um papel fundamental na construção de linhas de pensamento hegemônico em diferentes momentos da história do Brasil de acordo com níveis de consolidação das instituições militares.

Em quinto lugar, a organização da imprensa, como meio de difusão cultural, demanda a existência de militares dispostos voluntariamente ou designados mediante corpos, quadros ou serviços para atuar especificamente com a atividade intelectual, ou seja, existe um lugar de ação intelectual a ser preenchido nas instituições militares.

Do ponto de vista teórico-metodológico, observo também algumas estratégias de diálogos com pressupostos e conceitos acerca da comunicação e do pensamento sobre a imprensa em si na produção historiográfica sobre imprensa militar.

Com relação aos cuidados sobre a leitura dos artigos e suas implicações, grande parte dos autores recorreu aos pressupostos de Mikhail Bakhtin e a ideia de discurso do autor³⁰⁵. É interessante a alusão a Bakhtin considerando sobretudo a crítica a Saussure e a alocação do lugar da linguagem ante a relação indivíduo x sociedade. A comunicação em Bakhtin é um ato de dupla importância, considerando-a como fato social, mas também considerando a relação do indivíduo com o todo, não apenas pensando como desdobramento das estruturas presentes na sociedade.

Na análise de Quéré sobre os dois paradigmas comunicativos³⁰⁶, a comunicação em Bakhtin enquadrou-se no paradigma praxiológico, levando-se em consideração o processo constitutivo e não apenas a via de comunicação em si, deixando de pertencer somente “à esfera

³⁰⁵ BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem, tradução de Michel e Yara Frateschi Vieira. 8ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

³⁰⁶ FRANÇA, Vera R. Veiga. L. QUÉRÉ: dos modelos da comunicação. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. V, n. 2, 2003, p. 35-51.

do conhecimento, da episteme, do domínio das apreensões constituídas e adquiridas, e se insere na esfera da ação, da intervenção e da experiência humana – tomada na dimensão social e simbólica”³⁰⁷.

Da mesma forma, os autores também se alinham às preocupações de Roger Chartier ao considerar o conceito de representação³⁰⁸. Em Chartier, a representação, a princípio, “é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é”³⁰⁹. Nesse sentido, as formas de representação também se inserem em um contexto de percepção “enraizado” em estruturas sociais, mas igualmente, compreendo, em tensão, inclusive sob a ótica do poder, entre propostas individuais e de grupos sobre as percepções hegemônicas.

Evidentemente, ao tratar de um tema como a imprensa militar, os aspectos de pesquisa em relação à história social da imprensa como um todo devem ser levados em consideração. Nesse sentido, conforme o capítulo de Tânia Regina de Luca acerca das fontes impressas na obra de Carla Pinsky³¹⁰, algumas questões importam sobremaneira.

Em primeiro lugar, compreender a imprensa não significa somente a reflexão dela enquanto fonte histórica primária, isto é, pelo conteúdo apresentado exclusivamente para a explicação de um determinado objeto, mas também a pensa-la a partir tanto de sua configuração no âmbito da sociedade, daí a pensar o público-alvo, a linguagem relativa aos seus objetivos, a relação do leitor com a leitura, a estrutura organizacional ou empresarial do veículo de comunicação e os interesses daqueles que a compõem, escrevem e selecionam seu conteúdo. É conveniente pensar, ainda, que a imprensa, no sentido gramsciano, também funciona, compreendo, por vezes (ou sempre) como aparelho (inclusive ideológico), ou meio do qual formas de pensamento hegemônico se estruturam e/ou se reproduzem.

A Revista Marítima Brasileira fundada em 1881 constitui lugar de suma importância para análise da ação intelectual na Marinha de Guerra no período analisado, considerando especialmente a longa duração de funcionamento da Revista, estendendo-se até os dias atuais, onde, inclusive, é avaliada do ponto de vista de produtividade científica pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – nas áreas de avaliação:

³⁰⁷ Idem, p. 40.

³⁰⁸ Uma discussão fundamentam consta em CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, 11 (5), 1991, p. 173-191.

³⁰⁹ Idem, p. 184.

³¹⁰ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. 2. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; Ciência Política e Relações Internacionais; Ciências Ambientais; Economia; Engenharias; História e Materiais³¹¹.

Outro aspecto da Revista Marítima Brasileira é o alcance relativo dela na força naval. Em relatórios ministeriais, constam dados de assinaturas com números expressivos para o tamanho da força naval à época. No início do século XX, por exemplo, as assinaturas aumentaram de 100 a 220 até o final de 1901, chegando a 260 em 1902. A principal razão do aumento parece ter sido o fato da Revista ser publicada pela Imprensa Nacional, já que a Marinha não teve condições de manter a eficiência nas impressões. Em 1907, foram impressos 600 exemplares da Revista, dos quais 159 eram distribuídos gratuitamente, tendo ainda 78 permutas com periódicos estrangeiros, tendo número de assinantes entre 146 e 247³¹².

O fato da Revista ter sido permutada com periódicos militares estrangeiros é bastante significativo, já que corrobora uma rede de trocas de conhecimentos entre forças militares no período. Entre o final do século XIX e início do XX, a Revista foi permutada com as seguintes publicações:

Tabela 13 Publicações estrangeiras permutadas com a Revista Marítima Brasileira.

PAÍS	PERIÓDICOS
ALEMANHA	<i>Jahrbücher Für die Deutsche armee und marine, Marineverordnungsblatt, Annalen der hydrographie, International Revue, Archiv Für die artillerie, Südamerika, Annalen der hydrographie und maritimen meteorology, Artilleristische Monatshefte, Die Flotten.</i>
ARGENTINA	<i>Enciclopedia militar, Boletim del Centro Naval, Boletim mensual de Estadística Municipal, Revista Científico-Militar, El Porvenir Militar, La Ingenieria, Boletim de Obras Publicas de la Republica Argentina.</i>
ÁUSTRIA-HUNGRIA	<i>Mittheilungen Aus dem gebiete des Seewesens.</i>
CHILE	<i>Revista Militar de Chile, Revista de Marina (Circulo Naval), Anuario hydrographico de la marina do Chile, Memorial del Estado Mayor del Ejercito de Chile.</i>
FRANÇA	<i>Cosmos, La Marine Française, Revue du Cercle Militaire, Le Yacht, Bulletin de la Societé de geographie, Electricité, Bulletin de la Societé Scientifique, Industrielle de Marseille, Revue des Livres Nouveaux, Revue Maritime Coloniale, Revue Général de Médecine de Chirurgie Etc; Le Brésil; Societé de Geographie (comptesrendus); Annales Hydrographiques; Revue Militaire de l'Etranger, Journal des Sciences Militaires, L'Exploration – Gazette Géographique, Les Nouveaux Remèdes, Archives de Médecine Navale, Bulletin Officiel du Bureau de renseignements du Brésil á Paris</i>
ESPANHA	<i>Revista de la Assciacion de Navieros, Revista General de Marina, Boletim del Circulo de Maquinistas, Revista tecnológico-industrial, Union Ibero-Americana, El Ateneo, Revista General de Marina Militar y Mercante; El Brazil; Boletim de la Assciacion Nacional de Ingenheiros Industriales; Revista de Navegacion y Comercio, Revista general de la Marina Militar y mercante Española</i>

³¹¹ Dados contidos no sistema de avaliação QUALIS, presente na Plataforma Sucupira, disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acessado em 23/02/19.

³¹²BRASIL. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Vice-Almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

INGLATERRA	<i>Proceeding of the Royal Artillery, United Service Gazette, Army and Navy Gazette, Broad Arrow, Nautical Magazine, The Marine Luginser; The Luginer; The Shipping World, The Shipping World and Herald of Commerce, Proceedings of the Royal Artillery</i>
ITÁLIA	<i>Marina e Commercio, Illustrazioni Militare Italiana, L'Esercito Italiano, Bullettino della R. Accademia di Scienze Etc, Bullettino dela Sezioni Fiorentina etc, Rivista di 'artiglieria e gênio, Rivista Marittima, Giornale medico del R. Esercito etc, Revista Nautica, Bollettino dell'Emigrazione, Bollettino Meteorico dell'Ufficio Centrale di Meteorologia</i>
MÉXICO	<i>Revista Militar Mexicana, Boletin mensual del Observatorio Meterologico, Memorias de la Sociedad Cientifica – Antonio Alzate, Revista Maritima – Centro Naval, Revista Militar Mexicana</i>
PORTUGAL	<i>Revista Militar, Annaes do Club Militar Naval, O Exercicio Portuguez, Gazeta Militar, Revista de Portugal, Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa</i>
ESTADOS UNIDOS	<i>Army and Navy Register; La America Cientifica; Proceedings of the United States naval Institute; Proceedings of the R. Artilhery; Monthly Weather review, The Journal, Army and Navy Register, - As publicações oficiais da Livraria Naval Department e do Signal Office of U.S. Army, The American meterological journal, Journal of the United States Artillery</i>
URUGUAI	<i>El Esercito Uruguayo, Bulletin de l'Observatoire e Meteorologique de l'Université, revista del Centro Militar y Naval, Revista Historica</i>
PARAGUAI	<i>El Esercito Nacional</i>
EQUADOR	<i>Revista Militar (Quito)</i>
BÉLGICA	<i>Revue de droit internacional</i>
ROMÊNIA	<i>Revista Armatei, Progresul Medical Roman</i>
COLÔMBIA	<i>Memorial des Estado Mayor del Ejército de Colombia, Boletin del Ministerio de Relaciones Exteriores</i>
CANADÁ	<i>Monthly Weather Review</i>
CUBA	<i>Boletin Oficial de la Secretaria de Sanidad y Beneficencia, Boletin Oficial de la Secretaria de Agricultura, Comercio y Trabajo</i>
PERU	<i>Boletin de la Sociedad Geografica de Lima, Informaciones y memorias</i>
RÚSSIA	<i>Morskoi Sbornik</i>

Fonte: FARIAS; PEREIRA, Op. Cit., 2019, p. 69.

A quantidade expressiva de periódicos e países envolvidos nessa rede de circulação da imprensa militar demonstra ainda alguns aspectos das áreas de interesse da Marinha sobre o pensamento militar e político estrangeiro: há periódicos específicos sobre direito internacional, diplomacia, forças terrestres e navais, marinhas mercantes e ainda náutica, meteorologia e hidrografia e saúde.

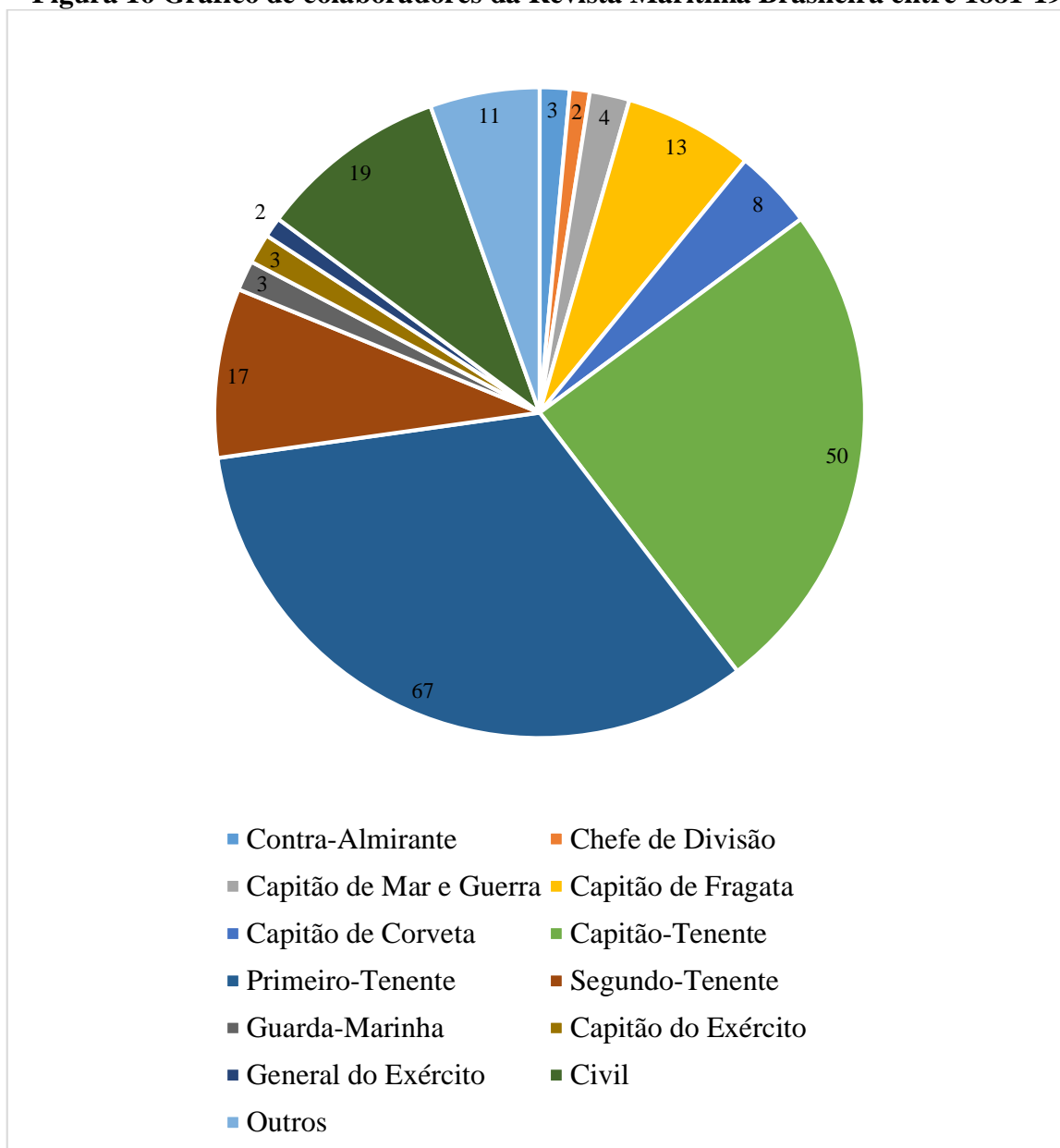
Normalmente, artigos estrangeiros eram comentados na seção “Revista de Revistas”, presente em quase todas as edições analisadas. A Revista Marítima Brasileira, ou melhor, os seus diretores, redatores e colaboradores, construíram uma concepção de produção intelectual que envolvia um grande círculo de trocas que, por um lado, evidencia, como parte da historiografia mencionada aborda, a busca por padrões doutrinários e conceituais de marinhas estrangeiras, mas também delimitava um círculo que recebia produção original brasileira. E dito de outra forma, a atividade intelectual de tenentes incluía, também, a circulação de conhecimento.

Em 1921, no artigo intitulado “Synopsis das publicações d’esta revista”, foram levantados autores e artigos publicados ao longo dos 40 anos de existência da Revista³¹³, levantamento feito pelo primeiro-tenente Oscar L. F. do Pillar. Aproveitando tal levantamento, busquei informações mais detalhadas sobre os artigos mencionados (são mencionados apenas partes dos artigos) e também se os colaboradores que publicaram eram militares ou civis.

No caso dos militares, busquei o nível hierárquico quando de sua primeira publicação, considerando que há colaboradores que fizeram apenas um artigo e outros que publicaram dezenas. É conveniente mencionar que o tenente considerou apenas artigos originais e traduções, ou ainda alguns relatórios (como de viagens de instrução), chegando ao número de 202 colaboradores e 776 artigos publicados nos 40 anos de existência da Revista.

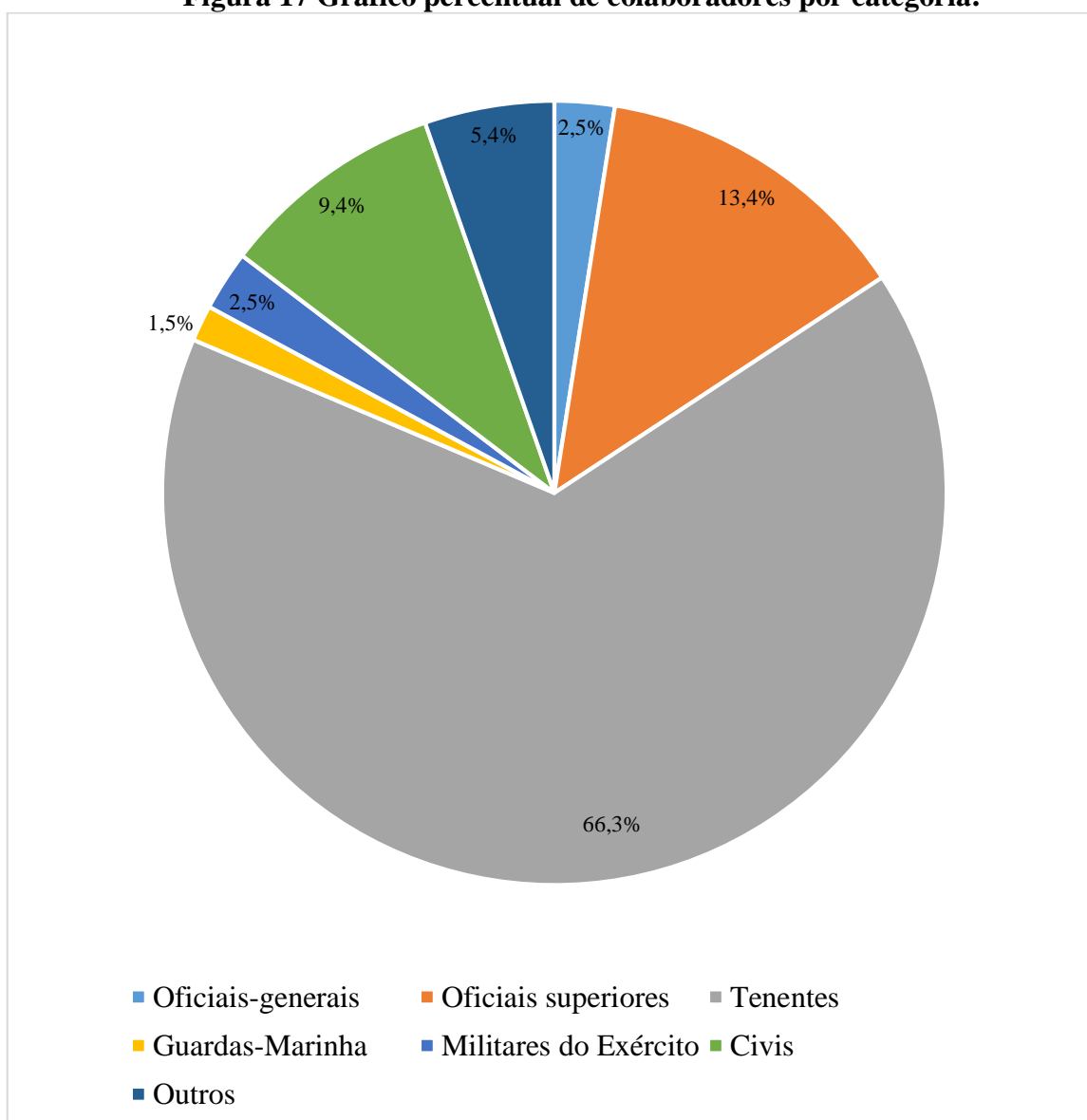
³¹³ PILLAR, Oscar L. F. do. Synopsis dos trabalhos publicados nesta Revista durante os 40 anos de sua publicação. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 87, nº 12, 1921, pp. 899-924.

Figura 16 Gráfico de colaboradores da Revista Marítima Brasileira entre 1881-1921.



Fonte: gráfico construído com dados de PILLAR, Op. Cit.

Figura 17 Gráfico percentual de colaboradores por categoria.



Fonte: Idem.

Os dados relativos de autores de artigos na Revista Marítima Brasileira são significativos para o apontamento de que ela era predominantemente escrita por tenentes, isto é, dos 202 autores desse período, 134 eram segundos-tenentes, primeiros-tenentes ou capitães-tenentes. Comparando esses dados com os que levantou Adelaide Baroni sobre a revista A Defesa Nacional no tempo presente, onde o número de generais, coronéis, tenentes-coronéis e majores é quase absoluto com relação a autoria de artigos, considero fundamental apresentar em perspectiva os seus significados: em termos de importância quantitativa e qualitativa para o Exército, o lugar de produção intelectual da força terrestre atual é demarcado por oficiais superiores e oficiais-generais, isto é, há um viés institucional que indica, ainda que não de maneira formal (já que não é obrigatória a publicação de acordo com determinado posto), que

a tais círculos hierárquicos corresponde o papel de ser autor, produtor ou divulgador de conhecimento.

Ao considerar na Marinha de Guerra no período de 1881-1921, o número de cerca de 66,3% de tenentes (oficiais subalternos e subalternos e intermediários) me permite pensar que aos tenentes era também esperado o lugar de autoria, produção e divulgação de conhecimento, isto é, nem todos os tenentes que serviram à Marinha foram colaboradores ou membros da Revista Marítima Brasileira, no entanto, a eles isso era esperado.

Quando refiro-me ao lugar de atividade intelectual na Marinha do período analisado por esta tese ou no Exército na atualidade, não posso deixar de ressaltar que esse lugar é definido pela prática histórica ou, no caso, pelo momento de compreensão do ser militar, isto é, o tempo presente incorporou aspectos de consolidação da classe militar do Exército seja pelo controle de órgãos e instituições estratégicas para a formação e desenvolvimento do pensamento e conhecimento produzido na força terrestre, como a Escola Superior de Guerra (ESG), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ou mesmo de departamentos como o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), e do Centro de Pesquisa em História Militar do Exército (CENPHIMEX) que derivam em grande medida de um nível de consolidação de pensamentos hegemônicos na força terrestre sobretudo devido à Ditadura Civil-Militar, a qual também condicionou formas de combate a linhas de pensamento divergentes no interior das camadas militares ao longo do processo.

No caso da Marinha de Guerra entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, compreendo que os fatores que levavam tenentes a ocuparem a atividade intelectual foram essencialmente dois.

Por um lado, até a criação e regulamentação da Escola Naval de Guerra em 1915, o único período de formação dos oficiais da Marinha era o inicial, feito na Escola Naval (para oficiais maquinistas e do corpo da armada), sem formação específica para engenheiros, médicos e comissários navais.

Dessa forma, os tenentes eram os oficiais mais próximos do período de estudos e formação, considerando ainda, a colocação de José Murilo de Carvalho sobre a formação na Escola Naval que era muito mais técnica do que militar: “o treinamento de oficiais era apenas parcialmente semelhante ao do Exército Havia também na Escola Naval um excesso de ensino

matemático e teórico. Muitos alunos de lá saíam sem ter dado um tiro de canhão, ou lançado um torpedo”³¹⁴.

Por outro lado, o ritmo de transformações tecnológicas com a era do vapor nas marinhas também implicou uma necessidade considerável de repensar tanto os novos armamentos e técnicas quanto a própria lógica da guerra naval, com navios de proporções maiores cuja organização, tripulação e disciplina igualmente demandaram novas formas de concebê-las.

A era do vapor também trouxe, como discutirei no próximo capítulo, outros arranjos para a convivência a bordo a partir das novas funções ligadas às máquinas do navio. Em suma, a aceleração de mudanças tecnológicas e da forma de concepção da guerra e das marinhas também demandou um lugar de discussões sobre tais parâmetros.

Do ponto de vista quantitativo, como já mencionado, durante os primeiros 40 anos da Revista Marítima Brasileira, foram produzidos 776 artigos, conforme o quadro a seguir:

Tabela 14 Relação de autores e número de artigos publicados entre 1881-1921.

Nome	Grau hierárquico	Número de artigos
Estevam Adelino Martins	Contra-almirante	1
Henrique A. Thedim Costa	Contra-almirante	2
Manoel J. Alves Barbosa	Contra-almirante	3
Arthur Silveira da Motta (Barão de Jaceguay)	Chefe de Divisão	13
Ignacio Joaquim da Fonseca	Chefe de Divisão	2
Eduardo Britto e Cunha	Capitão de Mar e Guerra	13
José Carlos de Carvalho	Capitão de Mar e Guerra	1
Manoel Carneiro da Rocha	Capitão de Mar e Guerra	3
Mario Andrade Ramos	Capitão de Mar e Guerra	7
Alexandre Baptista Franco	Capitão de Fragata	1
Carlos Frederico de Noronha	Capitão de Fragata	1
Eduardo Justino Proença	Capitão de fragata	5
Eduardo Wandenkolk	Capitão de Fragata	1
Emmanuel Braga	Capitão de Fragata	1
João A. Alves Nogueira	Capitão de fragata	1
Joaquim A. Cordovil Maurity	Capitão de fragata	1
José Nolasco Pereira da Cunha	Capitão de Fragata	1
Julio Cesar de Noronha	Capitão de Fragata	1
Luiz Barroso Pereira	Capitão de Fragata	1
Luiz Philippe de Saldanha da Gama	Capitão de Fragata	4
Pedro Cerqueira Lima	Capitão de Fragata	1
Adalberto Menezes de Oliveira	Capitão de Fragata honorário	2
Americo José Cardoso	Capitão de Corveta	2
Aurelio A. Telles	Capitão de Corveta	5
Carlos Pereira Guimarães	Capitão de Corveta	5
Edmundo Rodrigues Pereira	Capitão de Corveta	4
João José da Silva Coutinho	Capitão de Corveta	4
Mario Amaral Gama	Capitão de Corveta	1
Octavio Jardim	Capitão de Corveta	1

³¹⁴ CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006, p. 28.

Thiers Fleming	Capitão de Corveta	3
Alvaro Rodrigues de Vasconcellos	Capitão-Tenente	1
Adalberto Rechsteiner	Capitão-Tenente	3
Alberto de Lemos Basto	Capitão-Tenente	1
Alexandre Coelho Messeder	Capitão-Tenente	1
Americo Brazilio Silvado	Capitão-Tenente	4
Americo Ferraz e Castro	Capitão-Tenente	1
Annibal Amaral Gama	Capitão-Tenente	6
Antonio Bardy	Capitão-Tenente	1
Aristides Fialho	Capitão-Tenente	1
Arthur Britto Pereira	Capitão-Tenente	3
Arthur Carneiro	Capitão-Tenente	2
Arthur Lopes de Mello	Capitão-Tenente	6
Caio P. de Vasconcellos	Capitão-Tenente	1
Carlos A. G. Lavigne	Capitão-Tenente	11
Carlos Accioli	Capitão-Tenente	2
Collatino Marques de Souza	Capitão-Tenente	8
Didio I. A. da Costa	Capitão-Tenente	1
Eduardo A. de Oliveira	Capitão-Tenente	1
Enéas Oscar de Faria Ramos	Capitão-Tenente	3
Firmino Carvalho Santos	Capitão-Tenente	5
Francisco Calheiros da Graça	Capitão-Tenente	5
Henrique Boiteux	Capitão-Tenente	20
J. A. Santos Porto	Capitão-Tenente	9
João F. Azevedo Milanez	Capitão-Tenente	4
João Justino Proença	Capitão-Tenente	2
Francisco Calheiros da Graça	Capitão-Tenente	5
Joaquim Ribeiro da Costa	Capitão-Tenente	2
José Victor de Lamare	Capitão-Tenente	7
Julio P. Porto Carrero	Capitão-Tenente	1
Justino Campos Lomba	Capitão-Tenente	3
Luiz A. Alencastro Graça	Capitão-Tenente	3
Manoel A. Pereira Vasconcellos	Capitão-Tenente	1
Manoel C. Gouvêa Coutinho	Capitão-Tenente	7
Manoel J. Nogueira da Gama	Capitão-Tenente	1
Manoel José Faria e Silva	Capitão-Tenente	1
Manoel P. Pinto Bravo	Capitão-Tenente	2
Mario de Oliveira Sampaio	Capitão-Tenente	1
Mario de Paula Guimarães	Capitão-Tenente	2
Mario Emilio de Carvalho	Capitão-Tenente	1
Mario Rocha Azambuja	Capitão-Tenente	2
Nicanor Proença	Capitão-Tenente	4
Olavo Luiz Vianna	Capitão-Tenente	1
Oscar Assis Pacheco	Capitão-Tenente	2
Raphael Brusque	Capitão-Tenente	2
Renato Bayardino	Capitão-Tenente	1
Rodolpho Fróes da Fonseca	Capitão-Tenente	1
Rodrigo Antonio de Lamare	Capitão-Tenente	1
Verissimo José da Costa	Capitão-Tenente	4
Antonio Julio de Oliveira Sampaio	Capitão-Tenente	6
Manoel Ribeiro Lisbôa	Capitão-Tenente da reserva	2
José Maria da Conceição	Capitão-Tenente honorário	3
Adolpho P. Pinheiro	Primeiro-Tenente	1
Affonso Livramento	Primeiro-Tenente	21
Alfredo Augusto de Lima Barros	Primeiro-Tenente	20
Alfredo Bernard Colonia	Primeiro-Tenente	1

Alfredo Cordovil Petit	Primeiro-Tenente	1
Antonio Alves Camara	Primeiro-Tenente	6
Antonio Alves Ferreira da Silva	Primeiro-Tenente	1
Antonio Sabino Cantuaria Guimarães	Primeiro-Tenente	1
Arthur Fernandes Couto	Primeiro-Tenente	1
Arthur P. Hess	Primeiro-Tenente	1
Arthur Thompson	Primeiro-Tenente	14
Aurelio de Azevedo Falcão	Primeiro-Tenente	1
Benjamin R. de Mello	Primeiro-Tenente	1
Bento B. Machado da Silva	Primeiro-Tenente	3
Carlos A. R. Barroca	Primeiro-Tenente	3
Carlos Vidal de Oliveira Freitas	Primeiro-Tenente	45
Cesar A. de Mello	Primeiro-Tenente	6
Cicero dos Santos	Primeiro-Tenente	1
Conrado Heck	Primeiro-Tenente	8
Domingos Marques de Azevedo	Primeiro-Tenente	9
Eduardo A. V. de Mattos	Primeiro-Tenente	8
Eduardo Midosi	Primeiro-Tenente	1
Eduardo Orlando Ferreira	Primeiro-Tenente	15
Emilio J. Hess	Primeiro-Tenente	2
Ernesto Frederico da Cunha	Primeiro-Tenente	5
Eurico Lafayette D. Lopes	Primeiro-Tenente	14
F. Cotrim	Primeiro-Tenente	1
Feliciano L. do Rego Barros	Primeiro-Tenente	1
Felinto Perry	Primeiro-Tenente	6
Francisco Carlton Otto da Silva	Primeiro-Tenente	4
Francisco Marques Pereira e Souza	Primeiro-Tenente	2
Francisco Radler de Aquino	Primeiro-Tenente	21
Frederico Corrêa da Camara	Primeiro-Tenente	3
Frederico F. de Oliveira	Primeiro-Tenente	1
Frederico Villar	Primeiro-Tenente	9
Gilberto Huet Bacellar	Primeiro-Tenente	1
Guilherme Ricken	Primeiro-Tenente	11
J. C. Pereira Pinto	Primeiro-Tenente	2
Jansen Tavares	Primeiro-Tenente	1
João A. Amorim Rangel	Primeiro-Tenente	3
João Andrade Leite	Primeiro-Tenente	1
João de Lamare S. Paulo	Primeiro-Tenente	4
João Pereira Leite	Primeiro-Tenente	5
Joaquim José Pinheiro Vasconcellos	Primeiro-Tenente	2
José Augusto Vinhaes	Primeiro-Tenente	40
José Egidio Garcez Palha	Primeiro-Tenente	6
José Lemos Cunha	Primeiro-Tenente	1
José Maria da Fonseca Neves	Primeiro-Tenente	4
José Thomaz M. Portella	Primeiro-Tenente	1
Lucas Boiteux	Primeiro-Tenente	1
Mario Ribeiro da Silva	Primeiro-Tenente	4
Olavo Coutinho Marques	Primeiro-Tenente	2
Orlando M. Machado	Primeiro-Tenente	2
Oscar Barbosa Lima	Primeiro-Tenente	5
Oswaldo Osiris Storino	Primeiro-Tenente	1
Oswino Penna	Primeiro-Tenente	1
Paulo Pires de Sá	Primeiro-Tenente	1
Prudencio S. Brandão	Primeiro-Tenente	2
Raul Elysio Daltro	Primeiro-Tenente	1
Raul R. Antunes Braga	Primeiro-Tenente	3

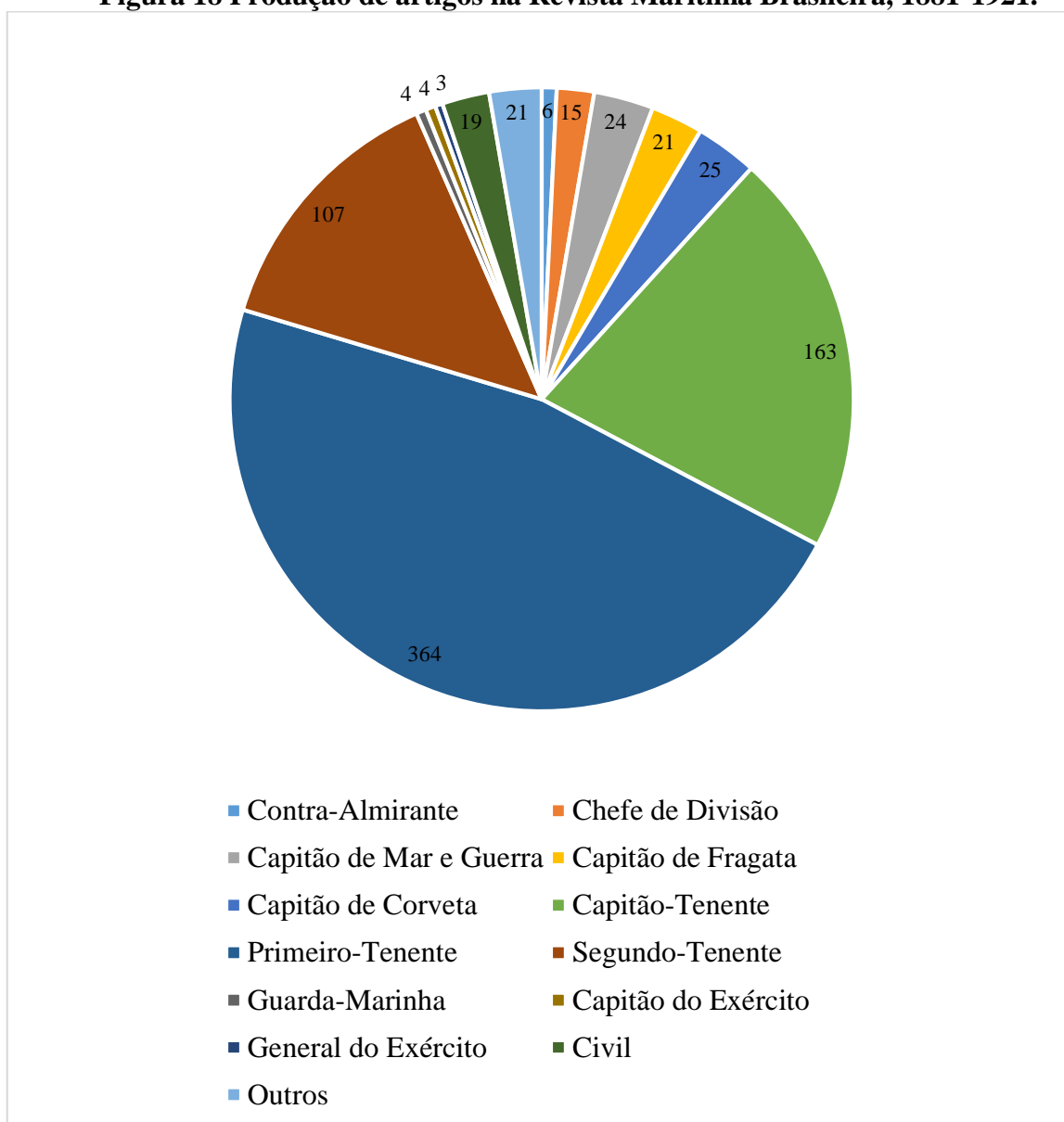
Tancredo Burlamaqui	Primeiro-Tenente	3
Trajano de Carvalho	Primeiro-Tenente	4
Victor Candido Barreto	Primeiro-Tenente	3
Virginius B. de Lamare	Primeiro-Tenente	1
Viriato Hall	Primeiro-Tenente	2
Agapito da Veiga	Primeiro-Tenente	4
Antonio M. Gomes Ferraz	Primeiro-Tenente	4
Alfredo Carvalho Moreira	Segundo-Tenente	1
Alfredo Reginaldo Teixeira	Segundo-Tenente	2
Alvaro Porto	Segundo-Tenente	15
Armando Burlamaqui	Segundo-Tenente	20
Armando Figueiredo	Segundo-Tenente	1
Bartholomeu Souza e Silva	Segundo-Tenente	2
Carlos de Lemos	Segundo-Tenente	4
Edmundo W. Muniz Barreto	Segundo-Tenente	18
José F. Martins Guimarães	Segundo-Tenente	1
José Felix da Cunha Menezes	Segundo-Tenente	2
José Ribas Cadaval	Segundo-Tenente	6
Luiz A. Pereira das Neves	Segundo-Tenente	1
Mario Avellar Nazareth	Segundo-Tenente	2
Mauricio Pirajá	Segundo-Tenente	2
Natal Arnaud	Segundo-Tenente	2
Oscar Dardeau	Segundo-Tenente	1
Raul Tavares	Segundo-Tenente	27
Alvaro Alberto da Motta e Silva	Tenente	2
Flavio Mendes	Cirurgião naval	1
José Caetano da Costa	1º Cirurgião	3
Francisco Souza Pinta	Guarda-Marinha	1
José Franco Caldas	Guarda-Marinha	2
Leonel Santa Cruz Aragão	Guarda-Marinha	1
Eduardo Trindade	Capitão do Exército	1
Liberato Bittencourt	Capitão do Exército	1
Tasso Fragoso	Capitão do Exército	2
Luiz Barbedo	General do Exército	1
Roberto Trompowsky	General do Exército	2
E. Weyl	Primeiro-Tenente da Marinha Francesa	1
Venancio Nogueira da Silva	Comandante estrangeiro	1
Trocme	Estrangeiro	1
Aarão Leal de Carvalho Reis	Engenheiro	1
Guilherme Hoffman	Farmacêutico	7
J. V. Mendonça Filho	Farmacêutico	2
Diogenes B. de Lima e Silva	Professor da Escola Naval	1
Rogério Fajardo	Professor da Escola Naval	1
Joaquim Sacramento	Oficial mercante	1
Antonio Alves da Silva Junior	Médico civil	1
Jayme Silvado	Médico civil	2
João Lopes Rodrigues	Médico civil	1
Antonio Claudio Soido	Civil	1
Antonio Fausto de Souza	Civil	1
F. J. Sadock de Sá	Civil	1
H. Corrêa Moreira	Civil	1
Henrique Midosi	Civil	1
Henrique Morize	Civil	2
Ignacio Apparicio Soares	Civil	1
Jean Platania	Civil	1
José E. de Luna	Civil	1
Luiz Adolpho Corrêa da Costa	Civil	1
Manoel Francisco Corrêa	Civil	1

Ruy Barbosa	Civil	1
Sabino Eloy Pessôa ³¹⁵	Civil	2
Carlos Raja Gabaglia	Civil, Bacharel	4

Fonte: Revista Marítima Brasileira.

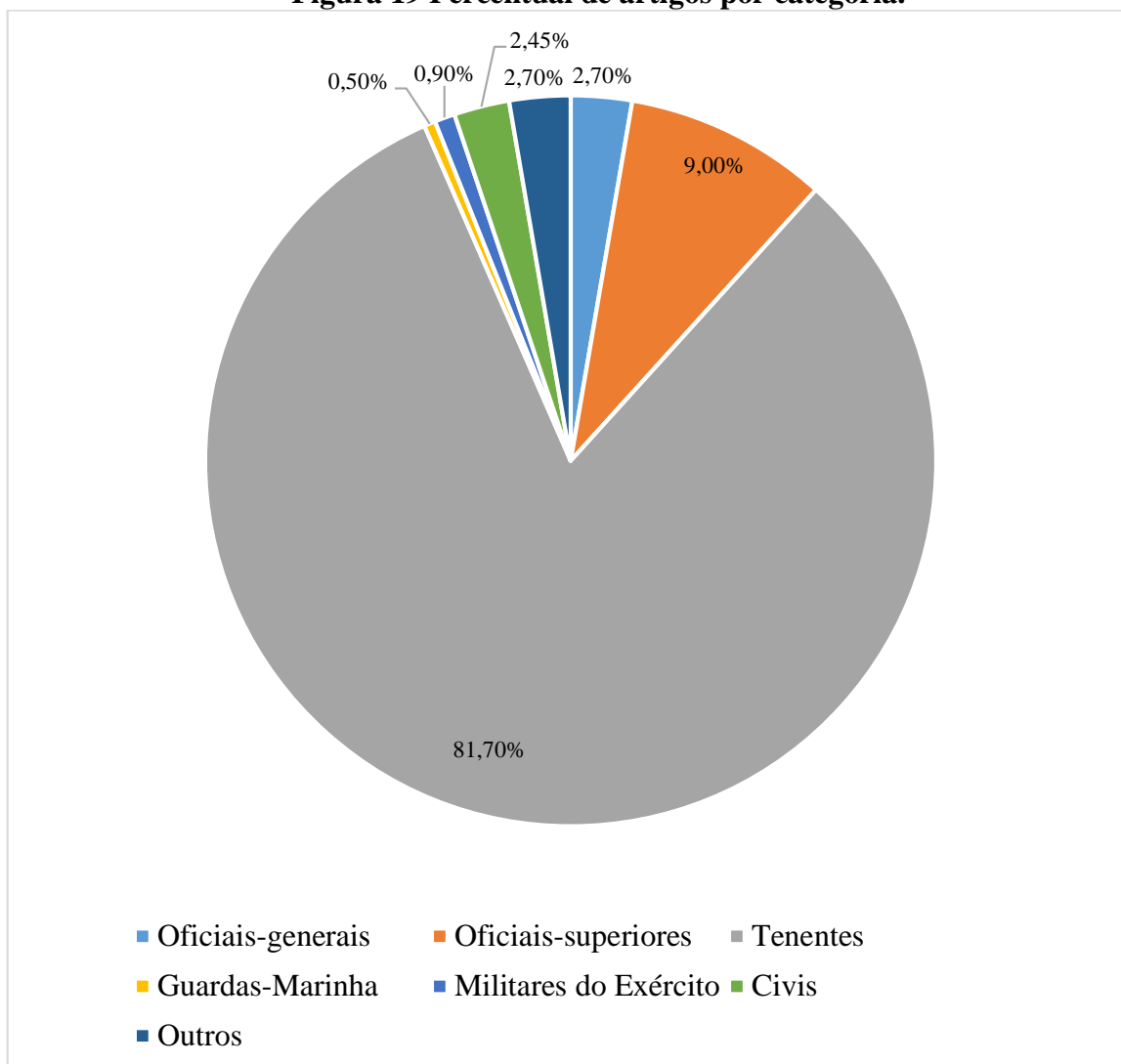
Os dados de produtividade também permitem vislumbrar algumas características relacionadas à hierarquia cruzando-se com os apresentados anteriormente.

Figura 18 Produção de artigos na Revista Marítima Brasileira, 1881-1921.



Fonte: Revista Marítima Brasileira.

³¹⁵ Embora tenha sido oficial da Marinha, era conselheiro de Estado quando do funcionamento da Revista Marítima Brasileira de 1881.

Figura 19 Percentual de artigos por categoria.

Fonte: Revista Marítima Brasileira.

O primeiro aspecto o qual chamo atenção diz respeito a um predomínio de trabalhos de tenentes na Revista Marítima Brasileira, representando 81,70% de todos os trabalhos publicados em 40 anos, o que corrobora com a ideia de que o lugar da atividade intelectual era o momento em que o militar da Marinha ocupava as funções de segundo-tenente, primeiro-tenente e capitão-tenente. Um aspecto interessante sobre a produtividade diz respeito ao fato de que, embora apenas 17 tenentes tenham publicado artigos, eles o fizeram em proporção muito maior do que os demais, considerando especialmente que 4 deles concentraram mais da metade dessas publicações: Raul Tavares, com 27 artigos; Armando Burlamaqui, com 20; Edmundo W. Muniz Barreto, com 18 e Álvaro Porto, com 15. Em termos absolutos, apenas dois primeiros-tenentes publicaram mais do que Raul Tavares: Carlos Vidal de Oliveira Freitas, 45 artigos e José Augusto Vinhaes, 40.

Aa participação de civis na Revista é algo a se considerar. O único artigo publicado por Ruy Barbosa, “Carta de Inglaterra”, que ganhou notoriedade pelo engajamento em favor da modernização da esquadra brasileira, é representativo também do espaço da Revista para o debate nesse sentido, uma vez que o trabalho de Barbosa não fora analisado, e sim escrito diretamente pelo autor. Devemos considerar, inclusive, que a Revista Marítima Brasileira não fora o único espaço de debates sobre o tema da modernização, considerando, por exemplo, que Arthur Dias, um dos principais defensores do projeto, não publicou nenhum trabalho nela.

Chamo atenção também ao fato de que, dos 5 militares do Exército que publicaram na Revista, pelo menos 4 passaram pela Escola Militar da Praia Vermelha, o “Tabernáculo da Ciência”, como discutido por Celso Castro: os capitães Liberato Bittencourt e Augusto Tasso Fragoso e os generais Luiz Barbedo e Roberto Trompowsky.

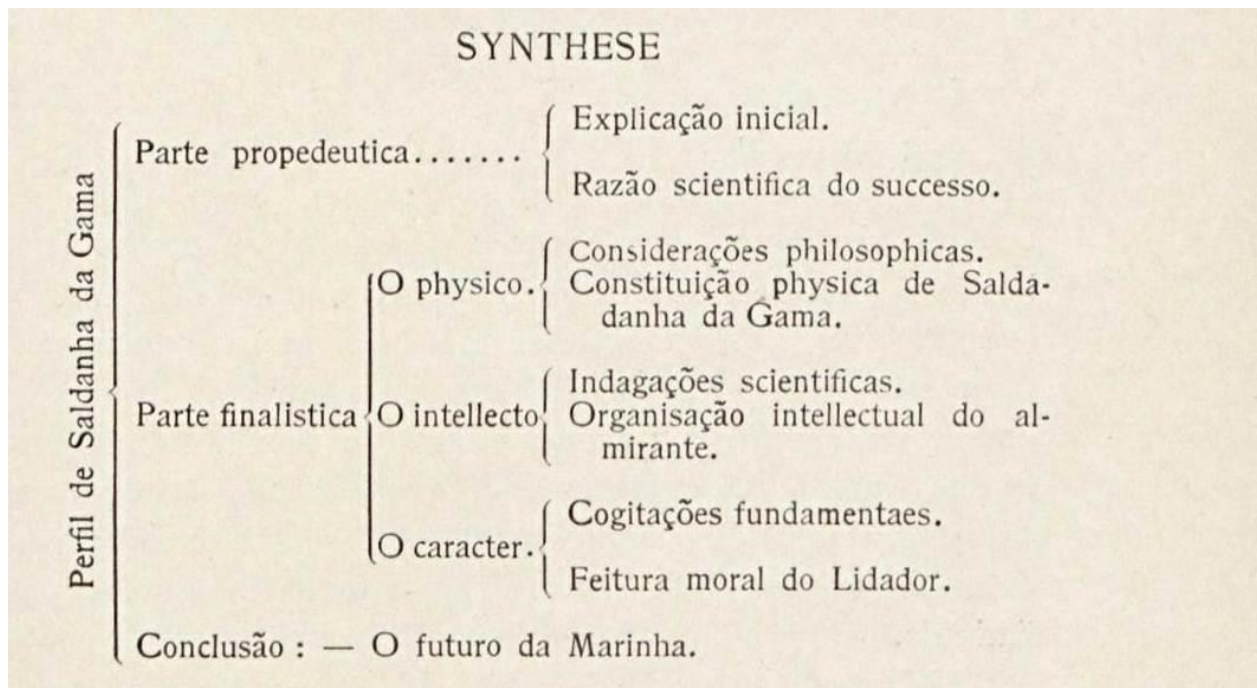
O cientificismo, como Castro argumentou, foi um dos aspectos mais importantes à constituição da “mocidade militar”. A categoria do cientificismo, inclusive, é interessante para uma definição do caráter intelectual dos militares do Brasil na passagem do XIX para o XX, isto é, não se tratava de agentes produtores diretos de um conhecimento científico, pois, “De acordo com a mentalidade cientificista, o mundo dos valores seria redutível ao plano dos fenômenos físicos e naturais, dos quais diferiria apenas por ser mais complexo, e não por ser de outra natureza”³¹⁶, em suma, tudo deveria ser passível a ser analisado por uma lei ou um princípio a ser refletido de forma metódica. É o mesmo caráter, compreendo, que a obra de Alfred Mahan, ao buscar no poder naval, o referencial fundamental para o desenvolvimento das nações, e uma das principais publicações dos primeiros anos da Revista Marítima Brasileira.

Com relação ao que os referidos militares do Exército publicaram, Roberto Trompowsky e Tasso Fragoso produziram artigos sobre teorias matemáticas. Liberato Bittencourt escreveu artigo sobre o almirante Saldanha da Gama³¹⁷, ressaltando suas qualidades e atributos, tendo o feito a partir de conferência realizada na Biblioteca da Marinha, a convite de Raul Tavares, com metodismo interessante, já expresso na síntese presente no início do artigo:

³¹⁶ CASTRO, Op. Cit. 1995, p. 54.

³¹⁷ BITTENCOURT, Libertado. Saldanha da Gama. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 68, n. 3, 1913, p. 291-314.

Figura 20 - Síntese da conferência de Liberato Bittencourt sobre Saldanha da Gama, 1913.



A “razão scientifica do successo”, apontada por Bittencourt, era:

“Do perfeito equilibrio psychologico entre o physico, o espirito e o character é que surgem os gloriosos, qual o bravo almirante Saldanha da Gama, os homens dignos de acções heroicas. Mas os grandes attributos moraes, sobremodo valiosos porque raros devem dominar todos os mais como na jaula o domador a fera que humilha, ou como no campo de batalha o capitão a força que arrebatada e que seduz.

Certo o successo dos grandes homens sempre reclama um forte physico e um intellecto robusto. Verdadeira loucura, porém, para pensar como pensam no Brazil observadores levianos o medióces, que essa mysteriosa entidade social dispensa poderosa, antes e acima de tudo, um grande character, um grande talhado, não no mármore ou no bronze das estatuas, mas no aço duríssimo das torres couraçadas dos nossos possantes *dreadnoughts*”³¹⁸

O artigo de Bittencourt é característico da ação intelectual e do cientificismo nos meios militares do período: buscar leis explicativas para os fenômenos da realidade implicava também em definir o que deveria ser modificado na realidade vivida, isto é, em compreender o sentido teleológico do progresso humano tanto quanto os caminhos mais diretamente ligados a esse sentido. É nessa perspectiva que vislumbro o ponto principal que observei sobre a produção intelectual dos tenentes na Revista Marítima Brasileira: a definição do dever ser ou do que deveria ser.

³¹⁸ Idem, p. 296.

Acompanhando a linha de artigos publicados nesse sentido, chamo inicialmente atenção a três artigos produzidos pelo primeiro-tenente e depois capitão-tenente José Augusto Vinhaes: “Um povo marítimo” (1902), “O espírito militar na Marinha” (1913) e “Educação da coragem militar” (1920). Tendo sido um dos maiores escritores da Revista Marítima Brasileira, com 40 artigos produzidos, o engajamento intelectual de Augusto Vinhaes é bastante interessante.

Augusto Vinhaes é colocado por Ângela de Castro Gomes como uma das lideranças sindicais ligadas ao socialismo, tendo fundado em 1890, o jornal *A Voz do Povo*, “o primeiro jornal que pode ser considerado um instrumento de organização operária no Brasil, com um programa de assumida inspiração socialista”³¹⁹.

A autora situa ainda que ele fora um dos responsáveis pela criação do jornal *O Paiz*, tendo sido um dos redatores, além de ter sido “líder do assalto à Repartição Geral dos Telégrafos” quando do golpe da proclamação da República. Segundo Gomes, os princípios do jornal *A Voz do Povo* eram três em linhas gerais: a sustentação da ideia de que a República deveria ser o inverso da Monarquia e, portanto, da “era do tradicionalismo”; a busca por traduzir os novos tempos em espaços para a visibilidade do trabalhador brasileiro e “dar voz” ao operário brasileiro, até então ignorado politicamente.

Apesar do engajamento político com inspiração socialista, Gomes afirma que a inclinação de Vinhaes e seus apoiadores “também defendia a concepção de um partido operário que devia lutar “de modo pacífico e ordeiro” por uma legislação que protegesse os interesses dos trabalhadores longe “das propostas de vingança e extermínio das classes mais favorecidas”³²⁰.

Os discursos de Vinhaes como deputado federal constituinte entre 1890 e 1891 incluíam duas perspectivas importantes sobre o operário brasileiro. Em primeiro lugar, a dimensão de crítica da repressão do Estado contra a manifestação que ocorreu na Estrada de Ferro Central no período, afirmando que “A ordem publica é perturbada por aquelles que não sabem fazer justiça, quando a têm em suas mãos”³²¹.

Em segundo, a discordância com Lopes Trovão em relação as condições de vida dos estrangeiros e a mendicância, cujas dificuldades este atribuíra aos vícios que os migrantes traziam, afirmando, porém, que os operários italianos em particular viviam até em buracos, ao que Vinhaes discordara indicando que o operário brasileiro não vivia em condições melhores.

³¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 38.

³²⁰ *Idem*, p. 50.

³²¹ VINHAES apud SOARES, Bruno César Prado. **Ordem pública e controle na constituinte republicana: Análise dos discursos parlamentares da Assembleia de 1890-1 sob a perspectiva do nacionalismo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Centro Universitário Unieuro. Brasília, 2016, p. 125.

Em 1902, o primeiro-tenente José Augusto Vinhaes publicou um artigo breve intitulado “Um povo marítimo”, onde exaltava as conquistas recentes do Japão (especialmente considerando as vitórias militares sobre a China entre 1894-1895) ligadas ao atributo de um povo dedicado e que vivia em direção ao mar. O mar territorial japonês seria, segundo ele, um dos mais habitados do mundo, somente perdendo para o da China.

“O sangue dos que, impávidos, se medem com o salso elemento, não póde, á força, ser inoculado em raças affeitas a palmilhar os continentes, longe das costas.

[...]

A grandeza de uma nação não depende, tanto quanto se pensa, da posse de extensos e cultivados territórios, nem do numero de riqueza de seus habitantes, mas especialmente, do espírito emprehendedor que os anima, sejam esses habitantes muitos ou poucos, ricos ou pobres.

Existe, em alguns povos, a natural tendência a afrontar os perigos da vastidão oceânica, de conquista o mar com todas as suas impetuosidades, cruzando-os em todos os sentidos, em busca de aventuras, sendo que só essa predisposição para medir-se com taes perigos é que faz uma nação inconquistável”³²²

O artigo de Vinhaes apontava caminhos em grande parte já traçados por Alfred Mahan no que diz respeito ao controle do mar como fator de desenvolvimento das nações, assim como o preceito de destino-manifesto do mar às nações marítimas. A ideia de uma tendência natural de alguns povos – ou raças, utilizando uma expressão mais diretamente científica da época – é um dos aspectos mais comuns ao viés cientificista do Brasil, e a busca por elementos que distinguíssem povos em essência é, certamente, um dos caminhos a pensar a questão racial.

Por outro lado, o artigo também reflete uma questão interessante ao processo de construção das ideias de nação no final do século XIX, como apontou Eric Hobsbawm³²³, ao refletir a citação de um socialista marxiano em 1900 sobre o sentido de nação como etapa do desenvolvimento dos povos, isto é, era cabível ao universo mental, o pensamento socialista (como pelo que expõe Ângela de Castro Gomes) com o sentimento nacionalista com tal viés.

Em 1913, Augusto Vinhaes traduziu um artigo proveniente de uma palestra realizada pelo capitão-tenente Blot, da marinha francesa, publicada na *Revue Maritime* acerca do Espírito Militar na Marinha. O artigo abordou, inicialmente, a ideia de que o espírito militar era um dos atributos do oficial de marinha, considerando que ele deveria ter como “única razão de ser [...] o preparo constante aos fins da guerra. Deve a todo momento servir de exemplo; mister é possuir o ascendente que dão a instrucção technica e as virtudes militares – commanda, recompensa ou

³²² VINHAES, José Augusto. Um povo marítimo. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 45, 1904, p., p. 470.

³²³ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

pune; tem a iniciativa; é o responsável”³²⁴. O viés paternal, também explorado pelo sentido de vigiar os desvios de marinheiros – cuja agência é quase nula na percepção do artigo, exceto para cometer atos indisciplinados – e de lhes imputar o ensinamento ou a punição.

O oficial deveria ser uma unidade praticamente orgânica com o navio, devendo tombar com a embarcação em caso de naufrágio. Nesse sentido, fora exaltado o caso do capitão Jugan, o qual, ao serem verificados os destroços do navio o qual comandara, fora encontrado “só, rodeado de duzentos e cinquenta cadáveres, o corpo do capitão Jugan foi encontrado revestido de seu uniforme.

Todos os outros cadáveres estavam, na sua grande maioria, completamente nus”³²⁵. A imagem do comandante de uniforme remetia a ideia de que ele não procurou facilitar os meios de fugir nadando (portanto, tirando o uniforme), tendo esperado a morte como “deveria” ocorrer. O mais interessante é que o artigo fora escrito por um capitão-tenente e traduzido por outro.

Em ambos os casos, nenhum estava apto a comandar um navio encouraçado, cuja proporção e tripulações demandavam, pelo menos, a um capitão de mar e guerra. Os tenentes delimitavam aquilo que os oficiais como um todo deveriam ser ainda que a limitação de suas funções não alcançasse toda a esfera de possibilidades de comando de fato, exceto para o caso das flotilhas como a do Amazonas.

Em 1920, após a Primeira Guerra Mundial, o capitão-tenente José Augusto Vinhaes escreveu um artigo intitulado “Educação da coragem militar”. O objetivo do trabalho fora discutir em especial o medo como fator determinante e que ganhou maiores dimensões com a guerra, o que indicava, para ele, que havia maior necessidade do estudo da coragem e do medo sob a ótica científica:

“A guerra, é verdade, tornou-se mais científica: a bravura pessoal, primeiro elemento de sucesso no corpo a corpo em que se rematavam as acções de outr’ora, não foram de todo relegadas ao segundo plano. Na tremenda guerra há pouco finda, aos pavorosos bombardeios seguia-se tremenda carga de bayoneta, arremetida irresistível, ansiosamente esperada pelos bravos infantes que, durante horas, se mordiam de impaciência, á sombra das trincheiras, por avançar contra o inimigo, igualmente protegido por espessa rêde de arame farpado que era mister remover para alcançá-lo, embora, também, entrincheirado.

[...]

Sôb hórrido furacão de fogo, o heroico soldado moderno, resguardado por espesso abrigo, afferrado com desespero á trincheira ou cosido com o solo, encontra, mesmo assim, no fundo do coração, a esperança invencível de ser poupado pela matéria destruidora que ruge em derredor. O contrario dá-se na refrega. Ahi, nada de esperança passiva, nada de refugio de imaginação. A morte lhe está sempre presente: espreita-o, cerca-o, aproxima-se. É mister combater; vencer ou

³²⁴ VINHAES, José Augusto. O Espírito Militar na Marinha. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 67, n. 10, 1913, p. 517.

³²⁵ Idem, p. 522.

succumbir; destruir ou ser destruído; matar ou ser morto; ou... fugir, caso possa. E o combate? É corpo a corpo, a forma mais horrível da pugna. *Matar de longe*, eis o fito de há séculos, da humanidade, eis o ideal da guerra.

No combate moderno a fuga torna-se, por assim dizer, impossível, senão inútil. A zona perigosa é extensa para escapar ao perigo; profundo o espaço a percorrer; inumeros os obstáculos a galgar.

No combate antigo o contrario se dava: a fuga era ou parecia possível. Se a morte temerosa se erguia ante o combatente, o espaço na retaguarda estendia-se livre, tentador. Em vão a experiência adquirida, cem vezes repetida da derrota, esta transformada em massacre, impunha á razão do soldado de se manter a pé firme e affrontar, com garbo, o inimigo. O instinto gritava-lhe, mais alto, despertado pela visão da morte que lhe corria súz, pela carnificina que gradualmente, se lhe aproximava, ameaçando empolgal-o”³²⁶

Vinhaes apontara um aspecto importante do que Hobsbawm denominou “A era da guerra total”³²⁷, isto é, a convergência do desenvolvimento tecnológico sobre os armamentos a tal ponto que os efeitos destrutivos ultrapassassem inclusive o campo de batalha com a percepção do inimigo enquanto ameaça à existência da própria lógica do Estado-nação³²⁸. Por outro lado, o tenente também contrapôs a lógica do combate antigo ao moderno sob a perspectiva do medo da morte visível.

A consciência de superação do passado, ainda que ele servisse de modelo ou inspiração (como os argumentos seguintes demonstraram), é interessante para a postura de soerguimento do mundo moderno sobre outro, ideia também presente na obra de Mahan no que diz respeito ao nascimento do marinheiro moderno com a era do vapor. A concepção de tempo da lógica da modernidade da guerra é interessante por romper com premissas de um tempo cíclico na mesma medida em que a novidade na história, aliada ao sentimento de progresso, também compunham em grande medida o viés intelectual dos tenentes da Marinha de Guerra. Se havia problemas novos relacionados à guerra, à disciplina, à tecnologia, eles deveriam ser pensados cientificamente.

Seguindo a relação entre antigo e moderno³²⁹, Vinhaes buscou identificar na antiguidade clássica elementos componentes do estudo da psicologia militar através dos elementos que formavam a base do sucesso militar romano, bem como da organização e formação da falange dórica. Segundo Vinhaes,

³²⁶ VINHAES, José Augusto. Educação da coragem militar. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 86, n. 9 e 10, 1920, p. 606-607.

³²⁷ Vd. HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o brve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³²⁸ Para uma excelente discussão, Vd. SAINT-PIERRE, Héctor Luís. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: UNESP, 2000.

³²⁹ O antigo aqui, como discutido por Le Goff, não necessariamente representava o oposto do moderno. O antigo também significava o clássico, lugar onde lições deveriam ser extraídas mesmo que os novos tempos modificassem aspectos do passado. Vd. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

“Esta é uma primeira descoberta moral de considerável alcance. Esses ousados exploradores da *psychologia guerreira*, porem, fizeram outra descoberta que lhes abriu, no campo da educação combativa, nova perspectiva de extensão ilimitada. No numero de elementos que compõem o sentimento tão complexo e tão misterioso da coragem, reconheciam o imenso papel do elemento intellectual. Todas as tradições militares e a própria língua latina consideram a coragem como tendo a mesma origem, o centro de energia moral assignalado, também, pelos *psychologos* – o *coração*. *Analystas* seguros tanto quanto *deterministas* audazes, os romanos descobriram um outro núcleo – a *intelligencia*, o *espírito*.

Descoberta de enorme interesse para tão maravilhosos educadores militares. Se, como se allega, a sciencia da causa é o elemento essencial da coragem, esta, no entanto, é um sentimento *innato*. Como toda a faculdade intellectual, como toda a função do *espírito*, há possibilidade de a educar de a crear. De que modo os romanos foram levados a esta *concepção intellectualista* da coragem, concepção essa que inspirou, de modo tão evidente, o seu *systema* de educação militar? Provem, na nossa opinião, da exacta analyse dos estados do *espírito* sucessivos do combate, nas diferentes *phases* da acção”³³⁰.

Considero que a argumentação de Vinhaes encontrava um sentido mais importante do que demonstrar a necessidade de estudo científico da coragem e dos elementos constitutivos de uma *psique* do combater: o de haver um elemento de intellectualidade, de estudo minucioso, no componente militar. A ideia de uma educação militar que desenvolvesse a intellectualidade, bem como a reflexão a respeito dos elementos psicológicos e disciplinares, compõem também, no meu entendimento, argumento favorável à ação intellectual na Marinha, exercida, majoritariamente por tenentes, assim como a concepção dos princípios constitutivos dessa atividade intellectual, de formação e instrução, como também abordarei no próximo subcapítulo.

A argumentação dos artigos de José Augusto Vinhaes, portanto, cumpria dois objetivos em especial. O primeiro deles dizia respeito a justificar a atividade intellectual na Marinha, buscando a legitimidade de tais funções pela análise *cientificista* dos problemas os quais trabalhava através de um veículo importante de difusão de pensamento na força naval brasileira. Em segundo lugar, considerando o seu lugar como tenente e as suas possibilidades de atuação concreta pelo viés hierárquico, ele também escrevia para seus pares, aliás, muito provavelmente os principais leitores da Revista Marítima Brasileira.

Concebo a escrita dos artigos uma produção de tenentes para o todo da Marinha de Guerra no sentido da reflexão e do aprendizado, mas para tenentes no sentido da reafirmação do papel intellectual que eles deveriam desempenhar. Vinhaes não comandou embarcações no período em que analisei, aliás, nenhum primeiro-tenente ou capitão-tenente o fazia na esquadra do Rio de Janeiro, portanto, o comandar, na concepção dos tenentes, não significava apenas o exercer o comando, mas saber exercer o comando através de um olhar treinado intellectualmente.

³³⁰ VINHAES, Op. Cit., 1920, p. 609.

Em 1916, o primeiro-tenente Annibal do Amaral Gama publicou um artigo intitulado “O estado maior sob o ponto de vista doutrinário”, o qual, por sua vez, fora fruto de uma conferência realizada no ano anterior no Club Naval do Rio de Janeiro. É conveniente destacar que uma quantidade expressiva de artigos publicados na Revista Marítima Brasileira era proveniente de conferências realizadas predominantemente por tenentes em associações, clubes e entidades sobre os mais variados temas.

Embora não seja objeto de investigação direto desta tese, pontuo que no final do século XIX e sobretudo, no início do século XX, uma série de agremiações surgiu ligada ou à Marinha de Guerra ou à marinha mercante, como é o caso do Club Naval, mas também devo ressaltar o caso da Federação Marítima Brasileira e de associações de maquinistas, foguistas e oficiais.

No caso do Pará, por exemplo, no período analisado, verifiquei a existência de: Club Naval do Gram Pará (1891), Sociedade Beneficente dos Empregados Marítimos da Alfândega do Pará (1916), Casa de Saúde Marítima da Federação Marítima do Pará, Associação dos Oficiais Aduaneiros do Pará (1908), Clube Beneficente dos Maquinistas do Pará (1888), Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Pará (1905) e a Sociedade Mutua Operaria do Arsenal de Marinha (1895)³³¹. A atividade de conferências, que também trabalharei no subcapítulo 2.3, é uma das dimensões a considerarmos sobre a ação intelectual dos tenentes.

No caso específico da conferência em questão, proferida por um oficial que não poderia compor diretamente o Estado-Maior da Armada, o tenente Gama analisou especialmente as definições de doutrina, utilizando-se da concepção americana de doutrina como “um derivado de princípios, é um conjuncto de ilações imediatas ou remotas”³³² e da francesa, onde o princípio essencial de toda doutrina deveria ser a “extrema centralização do comando, devendo o controle sobre todo o exercito ser effectuado por dois homens que, se supõe, guarda, constantemente, as comunicações entre si e com varios commandantes de destacamentos”³³³, como ideias opostas. Buscou diferenciar os princípios doutrinários para uma força terrestre e para as forças navais, colocando que a função essencial do Estado-Maior deveria ser exatamente instituir a doutrina pertinente à observância dos princípios de cada força para a realidade do país.

Gama trabalhou ainda a vinculação do Estado-Maior a um conjunto que denominou de ligação da doutrina nacional política e da doutrina técnico-militar. Para tanto, propôs um escopo de organização que fora “vencedor no concurso para a obtenção do Prêmio Jaceguay”. O

³³¹ Todos os estatutos constam no Centro de Memória da Amazônia. Para verificar o catálogos dos mesmos, Vd. < <https://www.cma.ufpa.br/series.html>>. Acessado em 25/02/19.

³³² GAMA, Annibal do Amaral. O estado maior sob o ponto de vista doutrinário. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 76, n. 3 e 4, 1916, p. 2.296.

³³³ Idem.

Estado-Maior deveria ter ligação em dois níveis: uma ligação “sintética” com um “conselho de defesa nacional” e uma ligação “analítica” com os demais órgãos da administração da Marinha. Segundo Gama, o conselho de defesa nacional deveria ser composto “pelos ministros representados no schema, os chefes dos estados maiores do exercito e da marinha, e presidido pelo presidente da Republica, tem no seu programma a formação da doutrina nacional”³³⁴. A ideia doutrinária em Gama provavelmente só encontrou reverberação durante a formação da Doutrina de Segurança Nacional com a Escola Superior de Guerra, instituição que não pertence a nenhuma força armada em si na atualidade.

Outro aspecto essencial diz respeito à formação continuada, da qual o tenente Gama apontava como um ponto crucial para o Estado-Maior e a doutrina:

“De maneira que o estado maior é uma escola de applicação da escola naval de guerra e esta é um elemento de divulgação das doutrinas do estado maior. Este cyclo admirável é completado na pratica pela adoção de um systema corollario. Os officiaes que vão ensinar a doutrina na escola naval de guerra devem ser officiaes do estado maior, os mais eminentes, como diz von Schellendorf, isto, porém, “transitoriamente”.

Os officiaes que passam pela escola doutrinaria vão encontrar, de novo, em serviço, isto é na applicação da doutrina os officiaes que foram seus professores na referida escola.

[...]

Com as escolas profissionaes dá-se o mesmo facto: como porém a doutrina a ser mantida se refere, exclusivamente, ao preparo individual, das armas, quer dizer, constitue uma táctica elementar, a tarefa é infinitamente mais fácil. Pelas mesmas razões expostas, as escolas profissionaes, regulamentadas pelo estado maior, não devem estar directamente sob sua alçada. A directoria do tiro não é mais que uma escola de applicação dos alumnos sahidos da escola profissionaal.

Sempre este systema. O estado maior não se afasta nunca de sua função exclusivamente mental. Com o serviço de transporte e abastecimento, pura logística, o mesmo se dá. De um lado o estudo da sua organização; do outro a applicação desse estudo”³³⁵.

Com a ideia de uma função exclusivamente mental, ou intelectual, para o Estado-Maior, o tenente Gama expôs um dos pontos mais importantes da década de 1910 e que, no meu entendimento, demarcou o início de uma mudança sobre o lugar da atividade intelectual na Marinha: a criação e regulamentação da Escola Naval de Guerra, já mencionada.

O ponto em questão é que a partir de sua criação, os oficiais superiores da Armada deveriam voltar a uma formação puramente doutrinária, considerando que o objeto do curso não era mais o aprendizado de náutica ou do que Gama definiu como viés profissional. E isso fora materializado pelas teses que tais oficiais passaram a desenvolver na escola e que foram publicadas paulatinamente na Revista Marítima Brasileira: no final da década de 1910, a

³³⁴ Ibid., p. 2.319.

³³⁵ Ibid., p. 2.320-2.321.

Revista passou a dividir o núcleo de produção de conhecimento da Marinha entre tenentes e oficiais superiores.

É evidente que, ao afirmar isso, não considero estranho essa paulatina mudança, já que é esperado que os tenentes, seguindo a projeção de sua carreira, se tornassem oficiais superiores e eventualmente, oficiais-generais, o que provavelmente justifica esse direcionamento do discurso intelectual aos postos mais altos das forças armadas ao longo do século XX. Não se trata de pensar uma razão inerente à condição de tenente, portanto, mais uma razão que encontrou sentido nas experiências históricas do século XIX e parte do XX.

4.2. A vida a bordo pela perspectiva dos tenentes

Outro aspecto importante da ação intelectual dos tenentes é o fato de terem produzido obras visando a regulação disciplinar da rotina e cotidiano dos navios de guerra. É evidente que tal produção não dizia respeito apenas a uma concepção intelectual baseada em discussões ocorridas em diversas marinhas, mas também ao fato de que os tenentes a bordo dos navios de guerra da Marinha exerciam essencialmente as funções de controle da tripulação, especialmente nos casos dos oficiais de quarto. Ser tenente era ligado intimamente à disciplina, muito mais do que o comando do navio para a guerra. Na Amazônia, tais funções se misturavam, já que tenentes eram os comandantes das embarcações, seus imediatos e oficiais de quartos.

Considero que o ano de 1902 foi um marco administrativo no que diz respeito à regulamentação da vida a bordo dos navios de guerra da Marinha. Pelo decreto nº 4.661, de 12 de novembro, foi aprovada a Ordenança Geral para o Serviço na Armada, o que, segundo Caminha, fora a primeira legislação que regulamentou o serviço de bordo nos navios de guerra, sendo tal serviço pautado até o referido ano pelo Regimento Provisional para o Serviço e Disciplina das Esquadras e Navios da Armada Real, de 20/06/1796³³⁶.

É interessante, entretanto, que pela consulta à legislação, a Ordenança de 1902 parece não ter existido na prática, embora tivesse sido aprovada, ou melhor, autorizada, considerando que na própria Revista Marítima Brasileira, é mencionada a comissão que deveria redigi-la e que até 1904, não tinha finalizado os trabalhos e, especialmente que em 1901, o primeiro-tenente Arthur Thompson organizara uma obra que tratava do serviço e disciplina a bordo dos navios de guerra, a qual partes foram publicadas na Revista Marítima Brasileira e que analisarei

³³⁶ CAMINHA, Herick Marques. Periodização da história administrativa naval luso-brasileira (séculos XIII a XX). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 214, n^os 7, 8 e 9, p. 79, 1983.

a seguir. Aparentemente, a Ordenança para o Serviço da Armada Brasileira só foi aprovada de fato em 1910, utilizando os preceitos apontados por Thompson para verificar as linhas gerais do trabalho.

Nesse sentido, a obra do tenente Thompson funcionou como um projeto minucioso em relação aos ritos da vida a bordo das embarcações de guerra. Compararei a perspectiva de bordo proposta por ele com a rotina a partir dos livros de quartos da canhoneira Guarany, buscando compreender tanto os ritos que deveriam compor o serviço de bordo como seus significados do ponto de vista hierárquico, tentando me aproximar do que Clifford Geertz denominou como uma descrição densa do objeto³³⁷.

A perspectiva de uma interpretação cultural no caso da Marinha, compreendo, diz respeito em especial aos modos de comportamento, pensamento e ação que denotam padrões relacionados tanto ao que os militares trazem da vivência na sociedade civil como suas estratégias de cooperação em comum sobre a vida em um mundo e um cotidiano marcados pela disciplina, ou pelo menos pensados a partir disso. Retomando Celso Castro³³⁸, o poder disciplinar descrito por Michel Foucault deveria produzir elementos de individualidade, embora as estratégias coletivas sejam bastante visualizadas. As forças armadas não são instituições totais, tal como preconizado por Erving Goffman³³⁹, já que a agência dos indivíduos não pode ser descartada e mesmo os espaços de sociabilidade não são plenamente controlados.

Thompson considerava que quatro pessoas são centrais para o funcionamento e execução do serviço de convés: o oficial de quarto, como principal figura perante o comandante; o guardião de quarto; o faxineiro de quarto e o sinaleiro de quarto, sendo os três últimos auxiliares do oficial:

“o oficial de quarto superintende todo o serviço; dá as suas ordens e as suas vozes de mando e verifica depois se ellas foram executadas ao gráo dos seus desejos; o fachineiro é o seu porta-voz, é elle quem alarma o pessoal para a manobra, serviço ou faina; o guardião é quem secunda as ordens dadas pelo official, as fazendo cumprir com presteza e dando parte ao dito official de todo o ocorrido durante e ao finalizar a execução delas. O official deve dar toda a força ao guardião e só entrará em detalhes no cumprimento dessas ordens quando julgar necessário por circumstancia de ordem delicada ou quando deixar de ser – o official de quarto – por efeito de haver o Commandante assumido o mando. Mesmo nestas condições deve agir de tal maneira que não quebre o prestígio do guardião, salvo se este não é digno do seu nome.

[...]

O signaleiro é quem dá parte ao official de quarto e todo o movimento externo, quer do porto, quer de todos os outros navios, bem assim dos signaes e acontecimentos. Bradará

³³⁷ Vd. GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A interpretação das culturas**. 1. Ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

³³⁸ CASTRO, Op. Cit., 1995.

³³⁹ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

do seu posto não só os signaes, como a aproximação de embarcações, indicando as pessoas que trazem a seu bordo”³⁴⁰

Com relação ao faxineiro, Thompson informou que poderia ser substituído, em alguns serviços de faina ou toques gerais ou alguma ação urgente, pelo corneteiro, em toque de corneta. O aspecto simbólico da autoridade também é considerado pelo tenente, que afirmou que “É distintivo do signaleiro de quarto o binóculo, como é o cinturão (talim) o do oficial e o apito o do guardião”³⁴¹.

Embora Thompson não se refira a algum item específico do faxineiro, em grande medida a corneta o representava tanto quanto ao corneteiro, que, nesse caso, agia conforme as ordens de faina ou faxina na maior parte dos casos. O autor comentou em nota de rodapé que a espada em si do oficial de quartos só deveria ser usada “em navios de pavilhão”, já que este precisava “ter movimentos mais desembaraçados”, e por isso, deveria ainda mantê-la apenas para solenidades em que se formava toda a guarnição ou recepções de “pessoas gradadas”, comentando ainda que na marinha italiana, o distintivo de um oficial era apenas um talabarte.

No sentido simbólico, considero ainda importante acentuar que a dimensão hierárquica presente nos acessórios mencionados – o apito, o talim, o binóculo – constitui importante elemento analítico para a compreensão de elementos da complexidade da hierarquia militar do ponto de vista do cotidiano, bem como na construção da disciplina a bordo, tanto quanto com relação a funções orgânicas de todo navio de guerra: ou seja, ao sinaleiro, a função de observação; ao guardião, o alarme da vigilância; ao corneteiro e ao faxineiro, a demarcação do tempo; ao oficial de quarto, o símbolo do comando ante os oficiais inferiores e praças de convés³⁴².

É conveniente destacar que o oficial de quarto, bem como a sentinela, vigia ou plantão, eram protegidos de maneira específica pelo Código Penal Militar em vigor. Segundo o art. 98 do referido código, a pena para acometimentos à mão armada era de prisão com trabalhos forçados, podendo chegar entre 10 e 30 anos³⁴³. O oficial de quarto era responsável por todo o

³⁴⁰ THOMPSON, Arthur de. Serviço e disciplina dos nossos navios de guerra. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 86, julho de 1903, p. 86-87.

³⁴¹ *Ibid.*, p. 87.

³⁴² Evidentemente, a hierarquia militar mantinha-se independente da porção do navio em questão – proa, passadiço, casa de máquinas -, no entanto, refiro-me à autoridade mais direta, já que o comandante, embora exercesse comando sobre todos, não era funcionalmente ligado a todas as partes do navio, daí a existência de oficiais do quarto de convés e de máquinas, além do segundo comandante (imediato) e de funções de fazenda, por exemplo.

³⁴³ Vd. SOARES, Oscar de Macedo. Código Penal Militar. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 58, n. 8, 1911, p. 1.441-1.442.

policiamento do navio e assim, também representava não somente o superior hierárquico aos praças, mas igualmente a autoridade responsável pela manutenção da disciplina.

Após os quatro personagens mencionados, Arthur de Thompson tratou brevemente dos sujeitos relacionados à vigilância interna do navio após o guardião, afirmando que “o cabo da guarda é o auxiliar directo do official de quarto quanto á polícia de sentinelas e rondas; o chamado entre nós – *ronda* – melhor dito – *mensageiro* – é o moço de recados e avisos”³⁴⁴.

É importante ressaltar que o papel da hierarquia a partir de dois dos atores, o guardião e o cabo da guarda, configura uma das contradições entre o que era proposto a partir da legislação, ou no caso, de projetos, e da realidade – sobretudo a amazônica.

A partir das ordens do dia do Comando da Flotilha do Amazonas entre os anos de 1891-1893 e 1900-1904, verifiquei todos os casos de nomeação de guardiões ou de inferiores ocorridos, verificando um total de 32 casos, dos quais em apenas um seguiu a equivalência correta pelos regulamentos, o caso do 2º sargento José Leoncio Ramos, arvorado guardião do cruzador-torpedeiro Tupy em 18 de julho de 1903³⁴⁵.

Entre 1891 e 1892, quatro marinheiros foram arvorados guardiães. Em 13 de outubro de 1891, o marinheiro de 1ª classe Casemiro José Mendes foi nomeado guardião, embora não houvesse menção clara de em qual navio ele serviria, tendo sido nomeado no mesmo dia o marinheiro de 2ª classe Francisco Rei de Dacia, não sendo igualmente especificado o local de serviço³⁴⁶.

Em 2 de janeiro de 1892, o marinheiro de 1ª classe José Soares Gomes e o de 2ª classe Manoel Francisco Bezerra foram arvorados guardiães igualmente sem menção ao navio o qual serviriam³⁴⁷. Já entre 1900 e 1904, dois marinheiros de 1ª classe foram arvorados guardiães: José Carneiro Lima, para o aviso Teffé, em 23 de novembro de 1900³⁴⁸ e Sebastião Guilherme Ferreira, para servir no cruzador-torpedeiro Tupy em 16 de maio de 1904, tendo servido até o dia 12 de agosto do referido ano³⁴⁹.

É interessante ressaltar que esses casos demonstram um distanciamento considerável daquilo previsto nos regulamentos do corpo de oficiais-marinheiros, já que o distanciamento hierárquico entre marinheiros e sargentos era considerável, além do que, nos quatro primeiros

³⁴⁴ THOMPSON, Op. Cit. Grifos do próprio autor.

³⁴⁵ Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2491 – Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. Ordem nº 67, de 18 de julho de 1903.

³⁴⁶ Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2490 – Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. Ordem nº 13, de 13 de outubro de 1891.

³⁴⁷ Idem, Ordem nº 21, de 2 de janeiro de 1892.

³⁴⁸ Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2491 – Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. Ordem nº 38, de 23 de novembro de 1900.

³⁴⁹ Idem, Ordens nº 30 e 17, respectivamente, de 16 de maio e 12 de agosto de 1904.

casos, a ordem justificava o arvoreamento mencionando o art. 49 do regulamento do corpo de marinheiros nacionais para tal.

É bastante curioso que o referido artigo afirmava que “O commandante geral é competente para rebaixar de classe os inferiores e praças”, devendo justificar ao referido corpo os motivos de suspensões, ou ainda, no caso de mais de um ano de prisão, os inferiores deveriam ser rebaixados a marinheiros de 2ª classe, portanto, o fato de a hierarquia militar das praças e inferiores poder ser alteradas sob determinadas situações não típicas – contravenções ou crimes, no caso – foi base para a interpretação dos comandantes da Flotilha do Amazonas de que esses mesmos militares poderiam exercer funções superiores às previstas para o grau hierárquico correspondente.

É nesse mesmo sentido que a maior parte dos casos analisados vai: nos casos subsequentes, 14 cabos foram nomeados para funções estranhas à sua situação hierárquica, aos quais listarei a seguir:

Tabela 15 Cabos com funções diferentes do seu nível hierárquico na Flotilha do Amazonas.

Nome	Função	Data	Local
José da Cunha Torquato	Prático	5 de outubro de 1891	Lancha
		13 de outubro de 1891	Avisto Teffé
José da Silva Carneiro	Guardião	1 de abril de 1892	Canhoneira Traripe
João Roberto Marcelino Ferreira	Guardião	6 de abril de 1903	Cruzador-Torpedeiro Tupy
Manoel Pernambuco	Guardião	17 de agosto de 1903	Encouraçado Floriano
Manoel Jorge Pereira	Guardião	Nomeado em 11 de dezembro de 1903, sustado em 11 de janeiro de 1904	Encouraçado Floriano
Arthur José Gonçalves	Fiel de 2ª classe	9 de dezembro de 1903	Aviso Teffé
Gustavo Monteiro da Silva	Guardião	22 de dezembro de 1903	Caça-Torpedeiro Gustavo Sampaio
Pedro Alexandrino de Trindade Mattos	Guardião	Nomeado e 27 de fevereiro para comissão e arvorado definitivamente em 30 de abril	Aviso Jutahy
Libanio Dias da Silva	Guardião	Nomeado em 4 de março e destituído em 17 de junho	Encouraçado Floriano
Paulo Muniz	Guardião	Nomeado em 18 de março e destituído em 16 de maio	Cruzador-Torpedeiro Tupy
Bernardo Leopoldo Salgado	Guardião	16 de maio de 1904	Cruzador-Torpedeiro Tupy
Manoel Joaquim Raymundo	Guardião	12 de agosto de 1904	Aviso Tocantins
Francisco das Chagas Nascimento	Guardião	18 de agosto de 1904	Encouraçado Floriano

Fonte: Ordens do dia da Flotilha do Amazonas.

O primeiro caso, do cabo José da Cunha Torquato, é justificável pelo conhecimento que deveria possuir sobre a navegação na região, considerando ter sido nomeado na mesma semana duas vezes prático para comissões na Flotilha. Não havia carreira militar para práticos, exceto pela menção eventual ao “corpo de práticos do rio da Prata e afluentes”, em relatórios do Ministério da Marinha entre 1905-1908, embora sem correspondência hierárquica.

Mesmo assim, existia uma equivalência funcional não formalizada em lei entre pilotos e oficiais marinheiros, inclusive, considerando que os soldos de ambas as categorias foram previstos no mesmo decreto nº 5.363, de 30 de julho de 1873, onde pilotos possuíam soldos maiores apenas que guardiães (504\$000 para os primeiros e 480\$000 para os segundos), o que poderia justificar de maneira plausível a opção por cabos ou 2ºs sargentos para tal. A partir de 1892, no entanto, todos os pilotos na Amazônia deveriam ter uma licença específica, emitida após exame realizado com o curso de formação de náutica da Escola de Machinistas e Pilotos do Pará, consistindo em dois anos teóricos e um prático.

A exceção do cabo Arthur José Gonçalves, o qual serviu de fiel de 2ª classe, todos os outros referem-se a cabos que foram arvorados guardiães. Considerando as dificuldades de se encontrar inferiores nos navios da Amazônia, provavelmente, os cabos arvorados guardiães também serviam como cabos de guarda, portanto, acumulavam pelo menos duas funções a bordo de navios de guerra, além do que, praticamente todos os navios que serviram à Flotilha do Amazonas no período tiveram pelo menos um cabo arvorado guardião. A conclusão de que esses cabos de guarda acumulavam funções quando arvorados é exatamente devido à tripulação do aviso Juruema, mencionada na ordem nº 20 de 7 de novembro de 1891.

O referido navio, cuja tripulação era idêntica aos irmãos Jutahy, Tocantins e Teffé. No caso mencionado, havia 3 oficiais e 22 praças, das quais 3 não faziam parte da carreira militar (os do rancho). Pela ordem nº 29, de 19 de novembro de 1903, a tripulação para cada um dos avisos foi estipulada de maneira semelhante, extinguindo-se, entretanto, o grau de marinheiro de 3ª classe, acrescentando o número pertinente aos de 2ª classe³⁵⁰.

A referida ordem tornou obrigatório o comando por parte de primeiros-tenentes. A única exceção no comando de navios da Flotilha dizia respeito ao navio-capitânia, que comumente era comandado por um capitão-tenente³⁵¹. É conveniente ainda ressaltar que a ordem de 1903

³⁵⁰ Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2431 – Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. Ordem nº 29, de 19 de novembro de 1903.

³⁵¹ Foi o caso da canhoneira Traripe; das canhoneiras fluviais Acre, Amapá, Juruá e Missões; do aviso Ajuricaba e mesmo dos avisos quando não havia outro navio de maior porte.

tornou obrigatório que os guardiães exercessem funções de mestre, o que era recorrente também entre os navios da Flotilha.

Além do caso mencionado, onde não obtive acesso ao nome ou hierarquia do guardião do aviso Juruema, encontrei outros 6 casos. Em 19 de fevereiro de 1892, o primeiro-sargento Pedro Ventura dos Santos foi substituído da função de mestre do aviso Teffé por estar doente e precisar ser transferido ao Rio de Janeiro pelo segundo-sargento José Correia de Lima³⁵².

No mesmo ano, Francisco Justino de Oliveira, o qual não fora referido se sargento ou cabo, foi substituído por ser internado em Manaus pelo cabo José da Silva Carneiro, já mencionado, que assumiu as funções de guardião e, provavelmente, mestre, já que Francisco acumulava ambas as funções na canhoneira Traripe³⁵³. O segundo-sargento Francisco da Costa Sampaio foi transferido do aviso Tocantins para a canhoneira Traripe em 15 de agosto do mesmo ano para servir de mestre³⁵⁴. Em 26 de fevereiro de 1902, o guardião Carlos Pinto foi transferido do aviso Teffé para o Jutahy para servir de mestre.³⁵⁵

O caso de Carlos Pinto é interessante por ter ele sido contratado como guardião extranumerário, tendo sido promovido a guardião efetivo em 26 de março de 1901. Foi transferido como mestre quase um ano depois. Em 22 de outubro de 1892, o extranumerário Crispim da Silva foi contratado para servir de guardião na canhoneira Traripe, mas foi designado mestre pela ausência por doença do titular³⁵⁶. Considero esse o caso mais discrepante em relação à legislação, considerando que pelos regulamentos já mencionados, qualquer extranumerário só poderia exercer funções de guardião. A função mais importante dos inferiores de um navio de guerra foi exercida por um militar contratado, não de carreira.

Outros dois casos atípicos dizem respeito ao segundo-sargento Rozario de Assumpção, o qual acumulou as funções de mestre com a de fiel do aviso Juruema a partir de 7 de julho de 1892, já que o fiel foi internado por motivos de doença³⁵⁷ e do provável segundo-sargento José Maria dos Santos, enfermeiro da canhoneira Traripe, que acumulou a função com a de fiel de 2ª classe em 15 de agosto pelas mesmas razões do anterior³⁵⁸.

³⁵² Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2490 – Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. Ordem n° 19, de 19 de fevereiro de 1892.

³⁵³ Idem, Ordem n° 41, de 1 de abril de 1892.

³⁵⁴ Ibid., Ordem n° 43, de 15 de agosto de 1892.

³⁵⁵ Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2491 – Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. Ordem n° 16, de 26 de fevereiro de 1902.

³⁵⁶ Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2490 – Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. Ordem n° 69, de 22 de outubro de 1892.

³⁵⁷ Idem, Ordem n° 31, de 7 de julho de 1892.

³⁵⁸ Ibid., Ordem n° 40, de 5 de agosto de 1892.

Caso consideravelmente estranho, já que as duas funções não tinham afinidade, sendo o fiel responsável por todos os objetos e mantimentos do navio, sendo ainda o embarcado responsável por comprar as rações de pão e outros alimentos frescos todas as manhãs para o rancho da guarnição, enquanto que o enfermeiro deveria estar de prontidão para atender não somente os militares que ficassem doentes ou machucados do próprio navio, mas também dos avisos, que não contavam com enfermeiros.

Um dos aspectos que sustentava esse desvio de funções era a pequena quantidade proporcional de oficiais inferiores na Marinha. Pierre Paulo Castro apontou ainda que o grau de primeiro-sargento era bastante escasso. Ao verificar a composição dos quadros de inferiores, que tiveram poucas mudanças ao longo do final do século XIX e início do XX, constatei que os valores eram ainda menores que os previstos na regulamentação dos corpos mencionadas anteriormente, tendo a maior parte dos inferiores sido composta por extranumerários (guardiães, em tese).

Sobre a argumentação de Castro, é conveniente destacar que o papel dos guardiães e sargentos relacionado à punições é bastante complexo de ser analisado, já que, como aponta o autor, os sargentos já foram marinheiros e, portanto, a proximidade pela compreensão das dificuldades da trajetória diluiria o rigor demandado pelos oficiais³⁵⁹.

Com relação aos quartos de serviço, o tenente Thompson vislumbrou a divisão do dia em seis quartos, todos eles demarcados por toques de corneta e tambor, quando houvesse ambos. São eles: o quarto d'alva, quarto de 8 horas ao meio dia, quarto de meio dia às 16 horas, quarto das 16 às 20 horas, quarto das 20h à meia noite e quarto da meia noite às 4 horas da manhã.

Na canhoneira Guarany, a qual tomarei por exemplo de rotina da Flotilha do Amazonas considerando o acesso aos seus livros de quartos, havia cinco quartos, isto é, o de 8h ao meio dia, de meio dia às 18h, de 18 horas à meia noite, de meia noite às 4h e das 4h às 8h. Portanto, o expediente de meio dia à meia noite era realizado em dois quartos, ao contrário do que provavelmente acontecia nos navios da esquadra, onde três eram ou deveriam ser realizados conforme o artigo de Thompson.

O quarto d'alva seria demarcado pelo despertar, delimitando de fato o início do serviço, sendo iniciado pelo toque de alvorada ou "toques da Diana" poderia começar: em climas quentes, às 4 horas (verão) ou 4h30 (inverno); em climas temperados, às 4h15 (verão) ou 4h40 (inverno); nos climas frios, poderia ser às 4h30 (verão) ou às 5h15 (inverno). Segundo ele, os

³⁵⁹ Vd. CASTRO, Op. Cit., 2013, p. 210.

corneteiros ou tamboreiros “percorrerám as cobertas em passo grave, devendo ser despertados 10 minutos antes pelo cabo da guarda”³⁶⁰.

O guardião de quarto deveria acordar 45 minutos antes da alvorada o cozinheiro da guarnição, meia hora antes o cabo da faxina e os ajudantes, 15 minutos antes o cabo da guarda e o próximo guardião de serviço e 10 minutos antes, os cozinheiros dos outros ranchos e demais ajudantes. Guardião (segundo-sargento), cabo da guarda e cabo da faxina seriam, juntamente com o corneteiro, os elementos essenciais para despertar da guarnição e organização das atividades do referido quarto.

É importante destacar que o serviço e a rotina não eram iguais para navios e estabelecimentos terrestres, embora alguns dos aspectos fossem praticamente iguais, como no caso da sequência alvorada-faxina-uniformes. Na dissertação de Wagner Luiz Bueno dos Santos, por exemplo, o autor buscou compreender a rotina dos aprendizes-marinheiros no Rio de Janeiro no século XIX, ponderando que “A rotina começava cedo, às 5 horas da manhã em ponto; a alvorada anunciava mais um longo dia de atividades na Companhia, e todos os aprendizes deveriam estar de pé prontos para iniciar a faxina, que se prolongava até a mostra de uniformes”³⁶¹.

Para o quarto d’alva, sete atividades principais eram programadas: a formatura, revista, ablução e café matutino, esfregação e baldeação, banho, mudança de uniforme e juramento à bandeira, todos igualmente delimitados por toques ou comandos específicos.

O guardião deveria percorrer “a passos lentos as cobertas e dará tres apitos intervalados de “despertar”, após o qual o cabo da faxina bradaria “formar”, devendo a guarnição formar posição de continência ao lado das respectivas macas. A formatura do navio deveria ocorrer ou na coberta do navio ou na tolda, dependendo do clima. O cabo da faxina deveria acompanhar ainda os presos que cumprissem penas exclusivas de dormir no xadrez da embarcação. Após a guarnição formada, o guardião deveria informar ao tenente oficial de quarto sobre.

O tenente iniciaria a revista na medida em que os “cabeças de quarto” (guardião, faxineiro, corneteiro e sinaleiro) se apresentariam a ele. Sob a ordem de “signaleiros às trincheiras”, do oficial ou guardião, era realizada a chamada nominal da guarnição, seguida pelo recolhimento das macas pelos próprios marinheiros, entregando-as ao sinaleiro. Os doentes eram dispensados da formatura e da revista, além dos que estiveram em serviço ativo durante a

³⁶⁰ THOMPSON, Op. Cit., p. 89.

³⁶¹ SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. Acessando o passado e redescobrimo a Marinha Imperial: o projeto descrição dos documentos da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha no século XIX. **Revista Acesso Livre**, n. 5, jan.-jun. 2016, p. 189.

madrugada. O cabo de faxina ainda deveria despertar todos os marinheiros que não acordaram com o toque de alvorada, guardando as macas respectivas “com a devida presteza”.

Conforme a revista findava, a guarnição se dirigiria à proa, buscando os banheiros ou “logares destinados a fazerem as suas abluções”, e sob o apito de “rancheiros”, eles deveriam iniciar o banho de água doce. Após as abluções, as guarnições de serviço e do quarto anterior seriam autorizadas a tomar o café matutino alternadamente, sob comando de “rancho avançar” específico para cada um dos quartos. Ao final de um grupo, o comando de “suspender rancho” seria dado.

O café da manhã variava de acordo com o lugar onde a embarcação estava ancorada, bem como se estacionada ou em viagem. Embora não haja o horário definido nem por Thompson nem nos livros de quartos da canhoneira Guarany, provavelmente o fiel da embarcação era despertado um pouco antes da guarnição em si e saía para comprar mantimentos para limpeza e pão ou outros gêneros frescos.

Os gêneros que compunham a alimentação da Marinha na Amazônia variavam conforme ordens. No final de 1903, por exemplo, o art. 3º da ordem nº 48 do comando da Flotilha do Amazonas determinou tabela para alimentação, estipulando, daquela data em diante, que o municionamento de carne deveria ser feito em metade carne verde e metade em conserva. Por essa ordem, cada tripulante deveria comer, no café:

Tabela 16 Gêneros distribuídos no quarto de acha na Flotilha do Amazonas

<i>Gênero</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Em viagem</i>	
<i>Açúcar</i>	40 gramas
<i>Bolacha</i>	100 gramas
<i>Pão</i>	200 gramas
<i>Café</i>	20 gramas
<i>Navio estacionado</i>	
<i>Açúcar</i>	40 gramas
<i>Café</i>	20 gramas
<i>Pão</i>	200 gramas

Fonte: Ordem da Flotilha do Amazonas nº 48, de 30 de dezembro de 1903.

Embora teoricamente em viagem a quantidade de alimento prevista seja maior, é importante destacar que durante os dias em que o navio apenas navegava, o pão não era comprado, assim como em comissões onde não houvesse um mercado confiável por perto ou autorização do comando da comissão para que o fiel realizasse as compras de mantimentos frescos, a alimentação no quarto d’alva era feita apenas com bolachas, café e açúcar.

Enquanto o quarto de serviço tomava café da manhã, seria dado apito de “baldeação”, para que o pessoal de folga iniciasse a limpeza, sendo acompanhado do pessoal de serviço logo após o fim da refeição. A esfregação e baldeação do navio “serám feitas todos os dias nos climas quentes, todos dois dias nos climas temperados e todos tres dias de meio dia a 1 1/2 p.m. nos climas frios, no inverno”³⁶².

De fato, em todos os livros de quartos analisados, a limpeza era feita diariamente na Amazônia. As cobertas do navio, segundo Thompson, só deveriam ser baldeadas todos os dias quando a ventilação delas fosse feita por portinholas, o que, até onde pude perceber, só deveria haver em navios maiores. No caso de não haver portinholas para ventilação, a esfregação de cobertas deveria ser feita “com areia aquecida ao fogo e esta retirada por meio de lambax molhado e vassoura”.

Após o final do serviço, os cabos de faxina deveriam recolher todo o material utilizado. O tenente afirmou que não havendo serviço de baldeação, os marujos “serám ocupados em aula de gymnastica, de corpo livre, trapesio, halteres e maças”, no entanto, em nenhum dos livros analisados da canhoneira Guarany ou mesmo nas ordens do dia da Flotilha do Amazonas verifiquei as guarnições realizando exercícios.

É importante ressaltar que a baldeação era uma das atividades que mais mobilizaria o trabalho simultâneo de quase toda a guarnição:

“A baldeação será activada pelo guardião e cada gageiro com o pessoal de sua gávea se encarregará da parte do navio adjacente ao seu mastro colhendo nas malaquetas e bonecas aos cabos respectivos, esfregando e baldeando amuradas, trincheiras, convés, trincaniz, mesas de enxarcias e de malaquetas; os signaleiros do passadiço, tombadilho e logares reservados aos instrumentos de navegação, se incumbirám desses logares; os ajudantes do mestre de armas e rancheiros se encarregarám das cobertas; os cozinheiros, das cozinhas respectivas e os taifeiros das despensas, devendo cada criado cuidar do aceio de tres camarotes; os serventes da enfermaria e paióes farám igualmente a limpeza dos seus compartimentos; os fachineiros baldearám e limparám as privadas; os patrões dos escaleres (que tirarám os guardas para os ditos) fiscalisarám a baldeação dessas embarcações.

O official nada mais deve fazer do que notas as faltas havidas na baldeação e limpeza geral e fazer ver ao guardião que as corrija, indo mais tarde se certificar se as suas ordens foram cumpridas”³⁶³

Após o fim da esfregação, seria dado apito de “banho” ao pessoal de folga,

“devendo ser interno em tinas, se for em porto estrangeiro e na estação calmosa e podendo ser externo em porto nacional, também em época de calor; ainda assim só será permitido se o porto não tiver grande correnteza e nem for infestado de peixes perigosos.

³⁶² THOMPSON, Arthur, Op. Cit., p. 91.

³⁶³ Idem., p. 93.

As precauções a tomar são as seguintes: quem não souber nadar não deve cair n'agoa; será arriado a beijar agoa o páo de corriola; será guarnecido o escaler de promptidão da noite, que ficará ao largo com boias salva-vidas e apetrechos necessários de salvação; os marinheiros se lançaram ao mar vestidos de calções de banho e ao apito do guardião de “avançar”. Retiram-se d'agoa também pelo apito de “retirar”, sendo então desfeitas as precauções tomadas”³⁶⁴.

Os foguistas poderiam ainda tomar outro banho doce ou salgado ao final de cada quarto, devendo tal fato ser informado ao oficial de quarto pelo cabo da faxina. É plausível que os foguistas tivessem permissão para mais de um banho por dia considerando o trabalho em ambientes mais quentes e menos salubres com o carvão e próximos às caldeiras das embarcações.

No dia anterior após o pôr-do-sol, o cabo de faxina deveria deixar tudo pronto para o banho das praças, “tinhas, baldes, mangotes, esguichos para a baldeação etc”³⁶⁵, além de deixar bombas e comunicação de água preparadas. Após o banho, os praças deveriam retomar aos exercícios físicos ou continuar a baldeação do navio.

O comando para retorno à baldeação do navio, segundo o tenente, seria o toque de “mudança de uniforme” do dia. O uniforme o qual a guarnição deveria vestir seria determinado pelo navio-chefe da Flotilha, Divisão ou Esquadra os quais o navio poderia estar subordinado, embora a ordem do dia publicada pelo órgão superior, como o Comando da Flotilha do Amazonas, também pudesse ser feita por escrito pela manhã quando o comandante da respectiva embarcação a deixava para recebe-la³⁶⁶.

A última atividade oficial do quarto d'alva se iniciaria com o “signal para bandeira”, cuja cerimônia era realizada com o içar da bandeira do Brasil. É importante destacar que a posição da bandeira no mastro delimitava o caráter ordinário ou extraordinário do dia, considerando que em diversas situações, como momentos comemorativos, a bandeira deveria ser içada em arco. O hasteamento da bandeira também delimitava o momento em que os escaleres do navio poderia ser arriados para saírem.

O quarto de 8 horas da manhã ao meio dia é o segundo descrito por Thompson, sendo descrito por quatro atividades principais: limpeza, inspeção diária, almoço e concessão de licenças.

³⁶⁴ Ibid., p. 92.

³⁶⁵ Ibid., p. 89.

³⁶⁶ É conveniente esclarecer que o comando de uma unidade poderia partir de terra ou a bordo do navio-chefe ou navio-capitânia. Pelo cabeçalho dos livros de ordens do dia da Flotilha do Amazonas, por exemplo, por vezes o comando era feito a partir do prédio da Capitania do Porto de Manaus (já que o comandante geralmente acumulava as funções da Flotilha e de capitão do porto), de bordo da canhoneira Traripe, de bordo do encouraçado Floriano (quando da Divisão Naval do Norte) e do Arsenal de Marinha do Pará (já que quando a Flotilha fora sediada em Belém, o comandante acumulava funções da Flotilha com a inspetoria do Arsenal).

O içar da bandeira também demarcava o início do quarto de 8 horas ao meio dia. Além de arriar os escaleres, também deveriam ser descobertas as artilharias e desencapados os canhões, sendo feito toque de “limpezas”, ao qual esses armamentos deveriam ser limpos. Com o toque, o guardião também deveria verificar se todos da guarnição estavam em seus lugares, assim como o cabo da faxina deveria “descobrir o paradeiro de alguns que por acaso queiram fugir desse serviço”³⁶⁷.

Nesse momento, igualmente, os mastros deveriam ser arranjados; os guardas do turno, rendidos e seria iniciada a limpeza do costado da embarcação. Os toldos da embarcação também deveriam ser esticados às 8h30 e abarracados às 9 horas, com a ressalva que “serám conservados no vergueiro para abrigo da guarnição, nos navios de ferro, em viagem quando, pela acção do vento, não venham prejudicar a marcha do navio”³⁶⁸.

Segundo Thompson, neste quarto, os oficiais e suboficiais que estivessem de licença ou fora do navio, deveriam voltar à bordo. Nesse sentido, a segunda condução ao navio deveria sair às 8h50 da manhã, sendo a condução exclusiva do comandante saindo às 9 horas em climas quentes ou às 11 horas em climas frios.

A inspeção diária foi pouco descrita por Thompson no artigo mencionado³⁶⁹, no entanto, em linhas gerais ela se destinava a verificar desde o estado dos uniformes ao devido cumprimento das atividades anteriormente descritas. A inspeção não tinha um tempo estabelecido de duração.

A atividade programa para depois da inspeção, a acontecer a partir de 11h15 da manhã, seria o rancho geral à guarnição, ou almoço. Diferente do quarto de achá, onde as guarnições de diferentes quartos se alternavam, no almoço, todos poderiam estar presentes, já que não havia uma atividade programada logo após, como o caso da baldeação. A alimentação durante o almoço não divergia muito, em termos de comida, da servida durante o café matutino, aumentando um pouco a quantidade de todos os gêneros mencionados no quarto anterior e acrescentando a manteiga, conforme é possível observar pelo quadro de 1903:

³⁶⁷ Ibid., p. 95.

³⁶⁸ Ibid., p. 97.

³⁶⁹ O autor trata de maneira abrangente já que afirmou ter tratado em outro artigo o qual a parte anterior da obra foi publicada, no entanto, a parte fora publicada em uma das poucas edições que não constam na Hemeroteca Digital Brasileira, por isso, não foi possível acessar seu conteúdo.

Tabela 17 Almoço da Flotilha do Amazonas.

GÊNERO	QUANTIDADE
EM VIAGEM	
AÇÚCAR	70 gramas
BOLACHA	200 gramas
PÃO	250 gramas
CAFÉ	40 gramas
MANTEIGA	15 gramas
NAVIO ESTACIONADO	
AÇÚCAR	70 gramas
CAFÉ	20 gramas
PÃO	250 gramas
MANTEIGA	15 gramas

Fonte: Ordem do dia da Flotilha do Amazonas nº 48, de 30 de dezembro de 1903.

O quarto de meio dia às 16 horas (4 p.m., na escrita do tenente) é o primeiro que divergia quanto ao tempo de duração entre o praticado na canhoneira Guarany e o previsto pelo serviço e disciplina à bordo de Thompson. Na Guarany, o referido quarto tinha duas horas a mais de duração, terminando apenas às 18h. Foram descritas duas atividades para o referido quarto: a concessão de folgas e licenças e a realização de exercícios e aulas.

Ao meio dia, todo o serviço básico de bordo deveria ser rendido, sendo pois concedidas folgas e licenças. Considero importante aqui ressaltar a diferença dos dois termos: teriam direito a folga o “pessoal maior e menor”, portanto, do estado-maior da embarcação (oficiais) e do estado-menor (oficiais inferiores ou suboficiais), já as licenças deveriam ser apenas para “praças permissionárias de baixar á terra”³⁷⁰.

A diferença de denominação tem um caráter interessante de definição do nível de autonomia conforme a hierarquia: os praças, na prática, pertenciam aos navios ou quartéis aos quais estavam embarcados ou vinculados; aos demais, era permitido tirar folga. Em outras palavras, e aproveitando expressão usada com relação à licença no regulamento do Corpo de Marinheiros Nacionais de 1890, a licença era um “favor”. Por essa mesma lógica, a folga era um “direito”.

A discussão sobre o pertencimento dos marinheiros ao navio, compreendo, não pode ser desvinculada da reflexão maior sobre o papel desempenhado pelo serviço militar na força naval durante o período de vigência da escravidão e naquilo que um número expressivo de autores trata como o período pós-abolição na Marinha, isto é, da decretação da Lei Áurea, em 1888, à revolta dos marinheiros em 1910.

Em grande medida, a revolta da chibata não é o marco apenas simbólico pela libertação, mas também um momento do grito de “Viva a Liberdade”, conforme Álvaro Pereira do

³⁷⁰ THOMPSON, Op. Cit., p. 96.

Nascimento argumentou compreendendo que ele também representava a insatisfação com o 13 de Maio³⁷¹, já que os marinheiros se viam como escravos de oficiais da Marinha.

Às 13 horas, o pessoal que estivesse de bordo deveria realizar aulas ou fazer exercícios físicos, permanecendo até às 14h30, no caso de oficiais e suboficiais de “retém”³⁷², podendo baixar à terra. Às 15 horas³⁷³, enquanto que o pessoal de serviço deveria permanecer nas atividades até às 16 horas. Sobre as aulas a bordo, tratarei melhor no próximo subcapítulo.

O horário das aulas também era o último para que o navio-chefe da unidade em questão enviasse ordens do dia. Respectivamente, as ordens poderiam ser dadas às 9 horas, caso tivessem sido impressas no dia anterior, às 11 horas da manhã ou às 13h30 para ordens emitidas pelo navio-chefe. Embora esse horário estipulado tenha sido mencionado como possibilidade, comumente erratas ou aditamentos às ordens eram feitas, portanto, se uma ordem era expedida às 11 horas, às 13h30 poderia ser corrigida ou acrescida.

O quarto de 16h às 20h era o segundo com divergência de período em relação à canhoneira Guarany, a qual tinha quarto de 18h à meia noite. Pelo tratado de Thompson, havia quatro atividades previstas para este quarto: a lavagem de roupas com faxinas extraordinárias, o arriar da bandeira, o jantar geral da guarnição e a troca para o uniforme noturno.

A partir de 16h30, a guarnição deveria se ocupar ou em lavagens de uniformes, roupas e macas, caso houvesse tabela que indicasse a atividade para um determinado dia, ou em faxinas extraordinárias, ainda podendo ser “exercício de panno ou de escaleres”, isto é, a limpeza de velas, escaleres ou outras partes da embarcação não inclusas nas faxinas e baldeações anteriores. Segundo Thompson, o rito específico para lavagem de roupas e macas foi assim descrito:

“A roupa lavada é presa às adriças estendidas no convez previamente, sendo içadas ao anoitecer; no dia seguinte, quando enxuta e ao signal do navio-chefe, é arriada ás vozes de “adriças de roupa” (pausa) “arria” o corneteiro tocará “fachina de roupa” e após a gente formarâ ao apito do guardião e o sargento passará a revista.

As maccas serám postas a seccar no vergueiro do toldo”³⁷⁴

Ao pôr-do-sol, seria realizada a cerimônia de arriar da bandeira nacional, sendo seguida dos atos de encapar a artilharia e içar os escaleres. Todos os paióis deveriam ser fechados,

³⁷¹ Vd. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 72, 2016, p. 151-172.

³⁷² Presumidamente, o pessoal de prontidão em relação ao de serviço.

³⁷³ É válido destacar que baixar à terra não era o mesmo que estar de folga.

³⁷⁴ THOMPSON, Op. Cit., p. 97.

exceto a cozinha do navio. Embora o tenente Thompson não tenha discorrido sobre no referido artigo, tal momento delimitava o fim de grande parte das atividades comuns do convés das embarcações, embora ainda não determinasse o fim de todas as atividades internas dos navios, além do quê, as luzes da parte externa das belonaves deveriam ser apagadas, exceto as de sinalização e as de orientação, caso o navio permanecesse navegando durante a noite.

De um modo geral, as entradas e saídas na embarcação não eram permitidas. A simbologia da bandeira nacional nos mastros das embarcações de guerra se relacionavam com o fato de representarem a autoridade estatal enquanto quartéis flutuantes, na mesma medida em que, enquanto a bandeira estivesse hasteada, ainda ocorriam atividades ordinárias e externas ao navio, considerando que os escaleres deveriam ser recolhidos, exceto os que fossem usados nos dois quartos seguintes ou para eventualidades e emergências. Destaco ainda que o arriar da bandeira deveria ser ordenado pelo navio-chefe, quando houvesse.

Por volta de 18h, deveria ser dado o jantar geral da guarnição. O jantar e a ceia eram as refeições com maior variedade de gêneros alimentícios na Flotilha do Amazonas, sendo também as duas refeições (ranchos) com maior variedade de tabelas, isto é, havia distribuição diferente de alimentos conforme o dia da semana, conforme apresentarei no quadro a seguir em relação ao jantar:

Tabela 18 Jantar na Flotilha do Amazonas.

Gênero	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
Em viagem							
Açúcar	30g	30g	30g	30g	30g	30g	30g
Arroz	-	-	-	-	-	-	100g
Azeite doce	-	-	-	-	20mL	30mL	100mL
Bacalhau	-	-	-	-	200g	30g	100g
Batatas comprimidas	60g	60g	60g	60g	60g	600g	600g
Café em grãos	30g	30g	30g	30g	20g	20g	20g
Carne seca	-	300g	-	300g	-	-	200g
Carne em conserva	100g	-	100g	-	-	100g	-
Lombo de minas	100g	-	100g	-	-	100g	-
Farinha de mandioca	-	150mL	-	150mL	150mL	-	150mL
Farinha de milho	100mL	-	100mL	-	-	100mL	-
Feijão	100mL	100mL	100mL	100mL	100mL	100mL	-
Toucinho	30g	30g	30g	-	10g	30g	30g
Vinagre	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL
Sal	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL
Estacionado							
Açúcar	30g	30g	30g	30g	30g	30g	30g
Arroz	-	-	70g	-	-	-	70g

Batata inglesa	120g	120g	120g	120g	120g	120g	120g
Café em grão	20g	20g	20g	20g	20g	20g	20g
Carne verde	350g	350g	350g	350g	350g	350g	350g
Farinha de Mandioca	-	150mL	-	150mL	150mL	-	150mL
Farinha de Milho	100mL	-	100mL	-	-	100mL	-
Feijão	100mL	100mL	100mL	-	100mL	100mL	-
Toucinho	30g	30g	30g	30g	30g	30g	30g
Vinagre	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL
Sal	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL

Fonte: Idem.

O jantar, ao final da tarde e início da noite, era a primeira refeição em que havia de fato a inclusão de proteínas. No caso, as diferenças entre a alimentação em viagem e com o navio estacionado se acentuavam. A maior parte dos gêneros definidos para viagem eram em conserva, como as batatas comprimidas e a carne em conserva ou salgados, como a carne seca, o lombo de minas e o bacalhau. É interessante observar ainda, que os temperos da comida se limitavam a toucinho, vinagre e sal, sem a inclusão de frutas, verduras e legumes, embora isso constasse apenas em ordens expressas, considerando que há, nos livros da canhoneira Guarany, uma variedade considerável de gêneros presentes em despesas que eram diferentes da ordem de 1903.

Em 17 de maio de 1899, por exemplo, nas despesas anexas ao quarto de 8h ao meio dia, constam 1,5L de aguardente, 1kg de chocolate e uma dúzia de ovos³⁷⁵. No dia seguinte, constam 500g de marmelada, 400g de “bolachinhas” e 18 ovos. No dia 19 de maio, constam 24 ovos e duas garrafas de vinho do Porto. No dia 20, além de mais 500g de marmelada, há 100g de chá verde, três potes de extrato de carne, uma dúzia de ovos e 2kg de peixe³⁷⁶.

Não se deve considerar, no entanto, a partir desse exemplo, que se repete em diversas ordens de compras na Guarany, que todos esses gêneros fossem destinados a toda a tripulação do navio. As tabelas de rações que constam em documentos como o citado e em relatórios ministeriais eram, de fato, a alimentação dos praças. É bastante provável, assim, que a aguardente fosse um componente das rações de praças, mas que o vinho do Porto e o chocolate, por exemplo, fosse destinado aos oficiais, cuja alimentação não é clara e detalhada nessas fontes.

Após o jantar, o uniforme noturno deveria ser colocando, o qual “será o de mescla no verão e o de flanela no inverno”. Basicamente, a diferença de tecido era dada pela temperatura

³⁷⁵ Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM 2353, Registro de Bordo da Canhoneira Guarany.

³⁷⁶ Idem.

ambiente de acordo com as estações do ano, também considerando que as “macas”, onde os marinheiros dormiam eram redes atadas, portanto, que permitiam maior circulação de ar. Nos livros de quartos da canhoneira Guarany, não havia indicação clara se havia mais de um tipo de uniforme utilizado, pois apenas se indicava como “uniforme noturno” em todos os quartos analisados, no entanto, considerando a baixa amplitude térmica da região amazônica, é possível que se utilizasse apenas um tipo de uniforme.

Para o caso de embarcações com bandas de música, após o jantar, deveriam ser conduzidos ensaios e estudos até o início do próximo quarto. De um modo geral, apenas cruzadores, encouraçados e navios de maior envergadura possuíam músicos em sua tripulação, assim sendo, na Flotilha do Amazonas, apenas nos momentos em que a Marinha interviu com divisões navais externas, essa atividade deveria acontecer.

O penúltimo quarto descrito por Thompson foi o de 20h a meia noite, o qual ocorria de 18h a meia noite na canhoneira Guarany. Em linhas gerais, havia três atividades a serem executadas: a leitura do serviço do dia seguinte, a faxina de macas e a ceia. Este deveria ser o último quarto com atividades teoricamente, demarcado pelo toque de silêncio, onde permaneceria apenas o serviço de vigilância da madrugada.

A leitura do detalhe dos serviços do dia seguinte deveria ser feita ao longo da limpeza de máquinas, às 20h30. A leitura deveria elucidar à tripulação

“[...] uniforme; nomes dos dispensados e os motivos; numero do quarto de serviço, dando taes escaleres para o dia e o de promptidão da noite, rondas e vigias de o pessoal de serviço externo; numero das secções de folga retem, de promptidão e de serviço (segundo a tabella), guardas que se rendem, exercícios e aulas a executar, nomes dos alunos; qual a banda de ensaio, em summa tudo quanto diz respeito a todo o serviço do navio e tudo quanto possa interessar ao marinheiro, taes como promoções, premios, punições, prohibições, etc.”³⁷⁷

A faxina de macas era apenas a atividade de preparo das referidas e, suponho, não dizia respeito a uma limpeza completa, posto que a guarnição dormiria pouco depois, no entanto, a ideia de faxina presente no serviço dos navios da Marinha era ampla, incluindo desde o ato de distribuição das macas como também a organização e preparação delas. Thompson ressaltou que elas só deveriam ser armadas após a ceia, já que a guarnição deveria descer para tal.

A ceia deveria ser dada às 21h15, sendo, como já mencionei, a refeição com maior variedade de alimentos juntamente com o jantar, conforme indicarei na tabela de 1903:

³⁷⁷ THOMPSON, Op. Cit., pp. 98-99.

Tabela 19 Ceia na Flotilha do Amazonas.

Gênero	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
Em viagem							
Açúcar	40g	40g	40g	40g	40g	40g	40g
Arroz	-	-	-	-	-	-	40g
Azeite doce	-	-	-	-	20mL	20mL	40mL
Bacalhau	-	-	-	-	150g	150g	40g
Malte em pó	200g	200g	200g	200g	200g	200g	200g
Carne seca	-	150g	-	150g	-	-	150g
Carne em conserva	100g	-	100g	-	-	-	-
Lombo de minas	100g	-	100g	-	-	-	-
Farinha de mandioca	-	100mL	-	100mL	100mL	100mL	100mL
Farinha de milho	100mL	-	100mL	-	-	100mL	-
Legumes secos	30g	30g	30g	30g	30g	-	30g
Manteiga	-	-	-	-	-	50g	-
Feijão	50mL	50mL	50mL	50mL	50mL	-	-
Toucinho	100g	100g	100g	100g	-	50g	10g
Vinagre	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL	10mL	5mL
Sal	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL	5mL	10mL
Estacionado							
Açúcar	40g	40g	40g	40g	40g	40g	40g
Malte em pó	200g	200g	200g	200g	200g	200g	200g
Carne verde	250g	250g	250g	250g	250g	250g	250g
Farinha de mandioca	-	100mL	-	100mL	100mL	-	100mL
Farinha de milho	100mL	-	100mL	-	-	100mL	-
Feijão	50g	50g	50g	-	50g	50g	-
Toucinho	10g	10g	10g	10g	10g	10g	10g
Vinagre	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL	5mL
Sal	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL	10mL

Fonte: Ibid.

Da mesma forma que o jantar, as rações em viagem eram alimentos salgados, secos ou em conserva. Outro aspecto importante é a alternância entre a farinha de mandioca e de milho como acompanhamento da refeição principal, carne seca ou em conserva com lombo de minas, para viagem, ou carne verde (fresca) para quando o navio estivesse estacionado. Assim como no jantar, os temperos continuavam como toucinho, vinagre e sal. A inclusão de legumes aparecera apenas no caso de viagem e tratava-se de legumes desidratados.

Às 21h30 ou 22h00, dependendo da alvorada, deveria ser tocando o “toque de silêncio” a bordo “apenas com um corneteiro e o apito do guardião”. Segundo Arthur de Thompson, as cozinhas deveriam ser fechadas nesse momento, ou, como referido frequentemente nos livros de quartos da canhoneira Guarany, os “fogos” da cozinha deveriam ser apagados. “O mestre

d'armas começará a sua maior policia”, procedendo o oficial de quarto igualmente a uma revista em todo o navio.

O último quarto seria o de meia noite às 4 horas da manhã, o qual “é apenas de silencio e vigilância”³⁷⁸. Os movimentos de embarcações de bordo só funcionariam para trazer ao navio oficiais que morassem nele ou praças, “obrigadas a vir dormir a bordo após os divertimentos da noite, salvo aquellas que tiverem família em terra ou prévio consenso do Immediato para esse fim”.

Em resumo, considerando os horários e atividades descritas pelo primeiro tenente Arthur de Thompson, a rotina a bordo de uma embarcação de guerra da Marinha na Amazônia deveria seguir essa agenda:

Tabela 20 Rotina de bordo dos navios de guerra.

Atividade	Toque	Horário
Quarto d'alva (4h-8h)		
Alvorada	Toque de alvorada / Despertar	4h00 no verão ou 4h30 no inverno
Formatura	Formar	4h30 a 5h20
Revista	<i>Signaleiros às trincheiras</i>	
Ablução	Rancheiros	5h20 a 6h50
Rancho	Rancho avançar e suspender rancho	
Esfregação e baldeação	Baldeação	
Banho	Banho	
	Avançar	
	Retirar	
Saída da 1ª condução para retorno de licenças	-	6h50
Mudança de uniforme	Mudança de uniforme	7h30 a 8h00
Retorno à baldeação		
Juramento	<i>Signal para bandeira</i>	7h55
Cerimônia de içar da bandeira		8h00
Quarto de 8h-12h		
Limpezas	Limpezas	8h00
	Descoberta a artilharia	
Esticar dos toldos		8h30
Saída da 2ª condução para retorno de licenças		8h50
Abarracamento dos toldos		9h00
Ordem do dia impressa		9h30
Inspeção diária	Inspeção	
Sinal de ordem do navio-chefe		11h00
Almoço geral	Rancho	11h15
Quarto de 12h-16h		
Licenças		12h00
Condução de licenças para terra		12h15
Exercícios e aulas		13h00-16h00
Sinal de ordem do navio-chefe, última		13h30
Saída do pessoal de retém		14h30

³⁷⁸ Idem, p. 99.

Quarto de 16h-20h		
Saída do pessoal de serviço		16h00
Lavagem de roupa ou faxina extraordinária	Adriças de roupa	16h30
	Arria	
Arriar da bandeira nacional		Por volta de 17h30
Condução de oficiais e licenças		
Jantar	Rancho	
Mudança de uniforme		19h00
Estudo de música para a banda		
Condução para oficiais		
Quarto de 20h-0h		
Fim do estudo de música para a banda		20h15
Detalhe do serviço para o dia seguinte		20h30
Faxina de macas		
Ceia	Rancho	21h15
Silêncio geral	Toque de silêncio	21h30
Quarto de 0h-4h		
Condução aos moradores de bordo		0h00

Fonte: Ibid.

O controle do tempo, a demarcação simbólica com toques, apitos ou comandos de voz, eram aspectos fundamentais de uma racionalização do tempo proposta por Thompson e cuja verificação da aplicação devia ser feita pelos tenentes enquanto oficiais de quarto. Ser tenente significava, portanto apreender o sentido de disciplinar e conceber, na teleologia do progresso humano baseada em princípios gerais científicos, exercendo a disciplina não como uma atividade meramente punitiva, mas legitimada pelo discurso de funcionamento racional da força naval, por um viés intelectual.

4.3. Marinheiros na concepção intelectual dos tenentes

Um aspecto interessante ainda sobre o artigo de Arthur de Thompson trabalhado no subcapítulo anterior é que, em algumas das colocações sobre o detalhamento do serviço, há três comentários do autor sobre a execução e os problemas para que ela ocorresse de maneira satisfatória, além de outro comentário ao longo do corpo do texto que chamo atenção.

Ao tratar do guardião, afirmou que quando o comandante precisasse assumir o mando das funções de quarto ou em situações extraordinárias onde o oficial de quarto não pudesse

exercer suas funções, nem um nem outro deveriam “agir de tal maneira que não quebre o prestígio do guardião, salvo se este não é digno do seu nome”³⁷⁹.

A isso, completou em rodapé “Infelizmente não raro na nossa marinha”. Embora não tenha justificado o motivo de considerar que de forma frequente o guardião nos navios da Marinha não fosse digno de tal função, é possível considerar que para o tenente, o bom guardião devesse ser rigoroso com a disciplina de seus subordinados, e certamente nem todos o eram, seja porque o guardião já fora marinheiro, como no diálogo com a obra de Pierre Castro, seja porque muitas vezes, o guardião era, de fato, um praça, não um inferior ou suboficial. Considerando que Thompson não se referiu a atos “indignos” em si cometidos pelos guardiões, desprestigiar o mesmo deveria significar assumir, como oficial responsável, o rigor que o guardião não conseguira demonstrar.

Ao comentar sobre a troca do uniforme da noite para o do dia, o autor afirmara que o uniforme poderia ser trocado “perfeitamente” em 15 minutos, mas os marinheiros não o fariam em menos de meia hora. Ao afirmar que esse atraso era “balda antiga” entre os marinheiros brasileiros, Arthur de Thompson também pareceu afirmar uma espécie de estigma, como se a lentidão, o atraso, fossem um sinal da indisposição ou indisciplina dos marinheiros. Há um outro sentido plausível para esse discurso.

O artigo foi publicado em 1903, mas escrito em 1901, se situava na transição da forma de considerar os marinheiros recrutados para a Marinha: de infratores recrutados à força para seguir um rumo diferente na vida, das Companhias de Aprendizes-Marinheiros a alunos de Escolas de Aprendizes-Marinheiros que formariam verdadeiros profissionais empenhados com a sua própria Marinha. É de se supor que ao considerar um problema antigo, o primeiro tenente Thompson também considerasse marinheiros classes que deveriam ser disciplinadas, pois não o eram.

No âmbito da história da Marinha no Brasil, uma atenção considerável tem sido dada pela historiografia às escolas de aprendizes-marinheiros, oriundas das companhias, como fatores essenciais tanto ao fortalecimento e consolidação do Estado-nação no Brasil, incluindo como um grande projeto das elites sobre a população mais pobre para disciplina, instrução e trabalho. Aliás, mesmo a perspectiva para além das escolas referidas, também acompanhou a produção historiográfica acerca de tal projeto.

Em Ilmar Mattos, uma das características importantes à formação e consolidação do Brasil imperial no Tempo Saquarema foi justamente a ideia de instruir e educar o povo por

³⁷⁹ THOMPSON, Op. Cit., p. 86.

parte das administrações provinciais³⁸⁰. Mattos ainda considera que a instrução, priorizada aos homens brancos livres e pensada de forma indistinta para o povo “miúdo” era uma forma de conceber uma sociedade civilizada com a difusão das hierarquias sociais vigentes.

Na tese de Robert Moses Pechman, a dimensão do condicionamento das classes que deveriam ser disciplinadas fora materializada pela criação, em 1808, da Intendência Geral de Polícia, com a formação das entidades de policiamento cujo objetivo principal era, de fato, “polir” uma sociedade colonial de modo a transformá-la em uma sociedade de Corte. De fato, a polícia, em sentido mais amplo, teria surgido exatamente para combater os comportamentos desviantes aos considerados civilizados para os ideias de civilização, como o vagar (e, portanto, o vagabundo)³⁸¹.

Em termos historiográficos, além do trabalho de Wagner Luiz Bueno dos Santos citado, ressalto que outras perspectivas das escolas de aprendizes-marinheiros sob o ponto de vista do poder tem sido abordadas. Na dissertação de Thiago de Oliveira Aguiar, o tema das companhias de aprendizes-marinheiros representou a perspectiva de repensar a estrutura do Estado Imperial no Brasil, com a perspectiva de múltiplos projetos de monarquia, incluindo a ideia de que a Companhia e o Conselho Naval representara também a diluição das decisões do conselho de Estado sobre a Marinha. Aguiar se apoiou em Marcello Basile para considerar que essas instituições funcionaram como “laboratórios da nação”³⁸².

No relatório ministerial de 1900, o contra-almirante José Pinto da Luz afirmou que um dos maiores problemas para a entrada de menores “dotados de educação civil mais apurada” nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros era justamente o fato de que “o preconceito antigo, ainda enraizado nas autoridades, de que as escolas de aprendizes são companhias correccionaes para castigo dos menores apanhados nas ruas em pleno exercício de vagabundagem”³⁸³.

Segundo Silvia Capanema de Almeida, dentre as alternativas pensadas para o suprimento de praças para a Armada ao longo do século XIX, estiveram presentes a criação das Companhias de Aprendizes Marinheiros (1840), com o intuito de inscrever menores entre 10 e 17 anos de idade ou ainda de órfãos e crianças abandonadas ou delinquentes, além do sorteio

³⁸⁰ Vd. MATTOS, Ilmar Rohloff. A Teia de Penélope. In: **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

³⁸¹ Vd. PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

³⁸² AGUIAR, Thiago de Oliveira. **Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina**: um sobrevoosobre as coalizões de poder em torno da instituição no século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017, p. 57.

³⁸³ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 42.

militar proposto em 1874, mas que só passou a ser executado – de forma fracassada – em 1903³⁸⁴.

A República não alterou de forma concreta esse problema, afirmando que muitos dos voluntários alistados eram coagidos por autoridades policiais tendo em vista que o Código Penal de 1890 ainda punia as práticas de vadiagem e capoeiragem nos termos dos artigos 399 a 404, embora não expressem como alternativas diretas o serviço militar.

É ainda conveniente ressaltar que o grande processo de transição dessa forma de conceber os aprendizes-marinheiros enquanto contraventores e enquanto futuros marinheiros não pode ser restrito ao século XX. Em um artigo publicado na primeira edição da Revista Marítima Brasileira, o capitão de mar e guerra Manoel Carneiro da Rocha chamava a atenção justamente à necessidade de se preparar também instrutores com capacidade de formar jovens marinheiros, pois “Dêem á marinagem a melhor e maior machina de guerra, e não a instruem convenientemente, a derrota será infalível”³⁸⁵.

O oficial também reconheceu a dificuldade em se conduzir tal trabalho, chegando a ser mais complexa do que determinadas funções, pois, “É fácil exercer o emprego de Capitão do Porto; mas é difficil instruir e disciplinar meninos, que tirados da classe proletária, alguns de má índole, com muito trabalho chegam a se amoldar aos rigores impostos pela profissão, a que se destinam”³⁸⁶

No relatório ministerial de 1901, o mesmo ministrou ressaltou que “o marinheiro de hoje não pode ser mais o marinheiro d’outrora”, indicando assim que o preparo da criança deveria ser inclinado tanto aos trabalhos na vida do mar como “incutindo-lhes no espirito as noções de patriotismo e do dever militar, desenvolvendo-se a educação intelectual”³⁸⁷, inclinando-se como a mesma autora apontou, a uma outra visão que dominaria os discursos no século XX sobre as escolas onde elas deveriam se preocupar mais em formar do que em recuperar os indivíduos recrutados. A dificuldade, portanto, se dava pelo exercício daquilo que, na concepção de Carneiro da Rocha, certamente não era ainda tão comum aos oficiais da Marinha: o esforço intelectual estrito.

O último comentário de Thompson diz respeito à expressão já citada quando do regresso a bordo, isto é, que as praças deveriam dormir na embarcação “após os divertimentos da noite,

³⁸⁴ Vd. ALMEIDA, Op. Cit., 2010, p. 156.

³⁸⁵ ROCHA, M. Carneiro da. Aprendizes Marinheiros. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 1, n. 1, 1881, p. 286.

³⁸⁶ Ibid., p. 283.

³⁸⁷ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p. 66.

salvo aquellas que tiverem família em terra ou prévio consenso do Immediato para esse fim”³⁸⁸. É interessante que para oficiais e suboficiais, só é referido o termo “folga”, bem como, a não-obrigatoriedade de dormir a bordo para os oficiais também é ressaltada, na medida em que o autor delimita apenas os que “moravam a bordo”, portanto, existem duas questões importantes.

Em primeiro lugar, o marinheiro, pelo discurso de Thompson, era o único que tinha “divertimentos”, ao que, logo em seguida, deveria voltar para o lugar de disciplina – o navio. Por outro lado, não estava desobrigado de vir a bordo o marinheiro que morasse fora do navio, mas que tivesse família na cidade em que o navio estivesse estacionado.

Família e Navio de Guerra, ambos, assim, lugares de disciplina, onde o divertimento não deveria se estender. Dentro ou fora do navio, a disciplina deveria acompanhar os marinheiros.

Em 6 de agosto de 1914, foi realizada uma palestra a bordo do vapor de guerra Commandante Freiras, então capitânia da Flotilha do Amazonas, sediada na ocasião em Belém, pelo segundo tenente engenheiro maquinista Cícero Bernardo dos Santos, chefe de máquinas do aviso Jutahy, intitulada “O álcool como fator da indisciplina”, a qual foi publicada na Revista Marítima Brasileira dois anos depois.

O discurso em si fora destinado aos marinheiros da Flotilha, embora a própria Revista não indique quantos estiveram presentes. Em grande medida, a palestra justificava-se pelo fato de que “a bordo, o marinheiro alcoolico é o supplicio dos seus superiores e a infelicidade dos seus camaradas, depois de ter sido a de si próprio”³⁸⁹, centrando-se em três eixos argumentativos: os problemas que o álcool causava para a própria honra, a associação do marinheiro embriagado com a Marinha e a parametrização com Marcílio Dias, colocado como uma espécie de marinheiro-modelo.

“Para vós, marinheiros, não é preciso mostrar estatísticas, opiniões de cientistas e o resultado das experiências feitas, para provar que a bebida alcoolica conduz o homem á mais desgraçada existência. Contemplai na rua cambaleante, olhado com desprezo pelos transeuntes e vaiado pelos moleques o **bebedo**, que o povo maliciosamente chama: **páo d’agua**”³⁹⁰

Cícero dissertou sobre um conjunto de comportamentos que considerava ridículos e grotescos característicos do marinheiro ébrio: atropelar as pessoas dizendo palavras obscenas; esbarrar com um “burro” ou um “boi” e “humildemente” tirar o chapéu para lhe pedir desculpas;

³⁸⁸ Idem, p. 100.

³⁸⁹ SANTOS, Cícero Bernardino dos. O alcool como factor da indisciplina. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, ed. 77, nº 10, 1916, p. 554.

³⁹⁰ Idem., p. 552. Grifos do próprio documento.

agarrar-se a um poste achando que se está em um bonde e reclamar com um condutor imaginário porque o carro não sairia do lugar ou ainda fazer discursos aos cachorros “vadios” da rua.

Aliado a esse argumento, colocou como problema ainda maior o fato de que um marinheiro embriagado também exporia ao ridículo a própria Marinha de Guerra, ao que seguiu:

“Perguntae depois ás vossas consciências, como pode um colega que se alcoolisa todos os dias cumprir com os seus grandes deveres de homem e de soldado!

Como pode a Patria confiar a sua effigie, o seu retrato, que é a nossa Bandeira, a um marinheiro que não saiba o que ella exprime do mesmo modo que desconhece o valor e o significado da farda que veste?!

[...]

Poupae também a vossa degradação e a de toda a Marinha, dando occasião para seres conduzidos, no meio de reguzilo dos desocupados, ao posto policial, onde ficareis na mais abjecta situação em que podem ficar os que indignamente vestem a farda da Marinha Brasileira”³⁹¹

Acerca da questão, compreendo que há dois pontos importantes debatidos pelo tenente Cícero dos Santos. O primeiro deles diz respeito a um processo mais amplo de instrução das praças da Marinha, mas de maneira mais instrumentalizada. Em artigo publicado pelo mesmo em 1945, intitulado “Álcool, imoralidade e indisciplina”, ele retomou a ideia apresentada em 1914, deixando claro que o recurso de fazer palestras aos marinheiros foi de iniciativa do capitão de mar e guerra Arthur Lopes de Mello, indicando que todos os domingos pela manhã deveriam ser realizadas palestras dos oficiais com a guarnição de cada navio a bordo do capitania, “com o objetivo de modificar-lhes os hábitos tornando-os cidadãos úteis à Pátria e à Marinha”³⁹².

Nesse sentido, a justificativa para tais palestras seria o fato de que grande parte dos marinheiros enviados às flotilhas do Amazonas e Mato Grosso seriam de elementos “indesejáveis” no Rio de Janeiro, os quais teriam como uma das principais razões, a embriaguez. Segundo Cícero, “tornavam-se assim os navios daquelas Flotilhas um viveiro de criaturas que necessitavam muito mais ser reeducadas do que punidas”³⁹³. A contraposição entre a punição e a educação se coadunam com um processo maior de mudanças no discurso da própria instituição com relação aos marinheiros.

E nesse sentido, um recurso usado por Cícero dos Santos fora a comparação a um modelo ideal de marinheiro, materializado em Marcílio Dias, “sempre que se dirige a palavra

³⁹¹ Ibid., p. 552-556.

³⁹² SANTOS, Cicero dos. Alcool, imoralidade e indisciplina. **Revista Marítima Brasileira**, ed. 149, n. 7, 8 e 9, 1945, p. 744.

³⁹³ Idem, p. 743.

ao marinheiro, nunca é demasiado repetir o nome de Marcílio Dias”³⁹⁴. O fator que mais qualificava Marcílio Dias, segundo o tenente, era o fato de não beber bebidas alcoólicas:

“Marinheiro que não bebia, elle vio na confusão de uma abordagem levada a efeito a ferro e fogo, que a Bandeira Brasileira estava metralhada pelas balas adversarias; reflectio que maior ultraje não poderia ser lançado nosso Pavilhão.

Abraçou-se então com elle no momento em que tentavam arrebatá-lo e de alma heroica e corajosa, recebe as balas que lhe partem os braços e os lançaços que o reduziram à morte, mas tendo a suprema gloria de recompor, à custa do seu sangue e do seu denodo, a Bandeira Brasileira feita em pedaços!

Hoje, esta acção do vosso companheiro revive ainda, reviverá sempre e a sua memoria é acatada com enthusiasmo, porque Marcilio Dias jamais nodou a sua blusa de vinho, nem encharcou o seu cérebro com cachaça!”³⁹⁵

A apropriação da imagem de um herói marinheiro é interessante na argumentação. Em primeiro lugar, porque Cícero não considerou apenas o heroísmo na Batalha Naval do Riachuelo, mas de um comportamento de vida que se associava ao ato heroico: como no último parágrafo aponta, não fora o ato no Riachuelo, mas sim o fato de nunca ter se embriagado que o fez ser acatado com entusiasmo.

Provavelmente, tal informação não fosse precisa – isto é, de que Marcílio Dias se abstinhasse de álcool -, no entanto, o teor instrucional ou pedagógico da imagem do herói apropriada para fins de uma palestra sobre o álcool e a indisciplina, é evidente, ainda mais considerando que falar dele nunca seria demais ao dirigir palavras aos marinheiros, assim como a construção dos heróis da Marinha no Riachuelo em grande medida foram essenciais para a construção de uma tradição naval ligada a isso, bem como, da imagem dos modelos – o do comandante, em Barroso; o de guarda-marinha, em Greenhalgh; o do marinheiro, em Marcílio Dias -, mesmo com os significados construídos desde o primeiro reinado até a República sobre³⁹⁶.

Álvaro Pereira do Nascimento, em artigo sobre a o marinheiro Marcílio Dias, dialogando com a ideia de invenção das tradições de Hobsbawm, analisou o processo de construção da imagem dele. Em primeiro lugar, é interessante que o relato do comandante do Parnahyba, Aurélio Garcindo de Sá, fora essencial para a construção da narrativa de Marcílio Dias como herói de guerra, ao afirmar que este somente abandonou o posto para enfrentar paraguaios em luta corporal, sendo atacado e morrendo apenas no dia seguinte, configurando

³⁹⁴ SANTOS, Op. Cit., 1916, p. 552.

³⁹⁵ Idem, pp. 552-553.

³⁹⁶ Para uma interessante discussão sobre a Batalha Naval do Riachuelo, Vd. ARIAS NETO, José Miguel. Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória. *Navigador*, Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, 2015, pp. 35-53.

ato de bravura. Outro ponto levantado por Álvaro é o fato de que o corpo de Marcílio Dias fora recolhido “piedosamente”. Em grande medida, Marcílio Dias fora coroado com a eternização de seus atos não somente por ser um herói de guerra, mas também porque “[...] tornou-se o homem negro comum esperado após a escravidão (disciplinado, trabalhador e subserviente às regras)”³⁹⁷

O tenente Cícero ainda afirmou na palestra que o ato de beber era contrário ao próprio patriotismo esperado dos marinheiros:

“[...] Tendes ouvido falar de “Patria”, “Pavilhão”, e “Disciplina”. Nas conferências passadas havereis notado muitas referencias a estas tres palavras. Não desejo fazer-vos a injuria de pensar que ignoraes o que ellas exprimem e de que seja ainda preciso tentar sobre ellas a mais pallida e ligeira explicação. O que eu quero porem fresar com toda a energia que me for facultada, o que eu quero que todos ouçam e jamais esqueçam é que “Patria”, “Pavilhão” e “Disciplina” não têm significação para o marinheiro que bebe.
[...] Máo cidadão e máo patriota, o marinheiro alcoolico será fatalmente um máo companheiro; e nos dias poucos prováveis, mas não impossíveis, de afflicção, pelas tormentas de uma guerra, os destinos do nosso Brazil dependerão unicamente das qualidades e defeitos, vícios e virtudes que tiverdes adquirido nos momentos venturosos da paz.
De vista enfraquecida, a mão vacilante e o coração sem animo, pela nefasta intoxicação alcoolica, pobre de nós se a nossa victoria depender da efficiencia de taes atiradores!”³⁹⁸

O discurso do tenente Cícero ia de encontro a uma realidade onde beber a bordo ou em terra era um fato bastante difundido. Como Álvaro Nascimento discutiu, uma das principais atividades dos marinheiros licenciados era justamente beber. Nesse sentido, o autor analisou uma quantidade expressiva de processos policiais onde marinheiros foram presos por estarem embriagados, vagabundeando ou cometendo “desordens”.

Em um artigo do campo da psicologia em 2013, Elizabeth Espindola Halpern e Ligia Costa Leite, ambas militares do quadro de psicólogos da Marinha, realizaram uma série de entrevistas com pacientes do Centro de Dependência Química da Marinha (CEDEQ), sendo todos militares da instituição. O trabalho é interessante por trazer à tona, no tempo presente, uma problemática cujo espectro de duração parece atravessar mais de dois séculos.

O referido centro foi criado em 1997 com o objetivo de melhor auxiliar o tratamento multidisciplinar de militares com algum tipo de dependência química. Segundo as autoras, o corpo de pacientes é praticamente todo composto por praças, já que os oficiais com o mesmo problema realizariam tratamentos particulares³⁹⁹.

³⁹⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar. *Navigador*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2015, p. 90.

³⁹⁸ SANTOS, Op. Cit., 1916, p. 553.

³⁹⁹ As autoras não ponderaram as razões disso.

No trabalho de entrevistas, concluíram que o envolvimento com o álcool fazia parte das experiências do trabalho na Marinha⁴⁰⁰. Disso, o pressuposto mais importante que considero na pesquisa é que mesmo quando o fato de beber surgisse como válvula de escape a uma realidade difícil, o ato de beber e de se tornar dependente era estreitamente relacionado com oportunidades de beber a bordo das embarcações da Marinha, ou seja, havia uma espécie de incentivo não oficial a isso.

No primeiro caso mencionado, do 3º sargento Américo, o relato é interessante por atrelar a bebida a um rito importante de bordo: o “salva terra”. Segundo ele, no dia anterior à chegada de um navio em terra, era realizada uma comemoração, mas que muitas vezes, já começava em dias anteriores com bastante bebida. Aliás, em diversos casos citados, a ênfase dada pelos militares era que o próprio navio possuía bebidas alcoólicas a bordo. Inclusive, no caso do sargento Américo, houve problemas por ele ter a preferência de beber sozinho, o que levou o comandante a reclamar de sua conduta não por beber, mas por não o fazer junto com toda a tripulação.

Nesse sentido, há um amplo horizonte de possibilidades diferentes ligadas ao consumo de álcool a bordo: desde a sociabilidade necessária ao bom convívio de toda tripulação à sociabilidade específica entre praças em serviço que bebiam sem o conhecimento dos oficiais. O fato é que mesmo no final do século XIX e início do XX, quando Cícero realizou suas palestras na Flotilha do Amazonas, as próprias embarcações também incluíam cachaça ou aguardente nas suas despesas, mesmo não constando em tabelas de rações como a de 1903 trabalhada no subcapítulo anterior.

A linha entre consumir álcool a bordo com o consentimento do comandante, que autorizava a compra da bebida e estar embriagado era, portanto, um problema concreto, embora nesse caso, direcionado a necessidade de disciplinar marinheiros, já que os oficiais também consumiam e isso não é questionado pelo tenente, que concluiu a relação entre o alcoolismo e o cumprimento do dever afirmando que “A bordo, o marinheiro alcoolico é o supplicio dos seus superiores e a infelicidade dos seus camaradas, depois de ter sido a de si próprio”⁴⁰¹.

Seguindo a argumentação, Cícero dos Santos partiu para as questões relativas ao corpo, saúde e higiene militares, buscando apontar alternativas ao álcool:

⁴⁰⁰ HALPERN, Elizabeth Espindola; LEITE, Ligia Costa. Oportunidades de beber a bordo: características do labor naval. **PHYSIS Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 23[4], 2013., p. 1.278.

⁴⁰¹ SANTOS, Op. Cit., 1916, p. 554.

“Bebei se tiverdes vontade, preferindo os refrescos de fructas aciduladas, de elementos tónicos e laxativos, que, a sêdde ajudam a digestão e facilitam os intestinos que todos nós, mais ou menos, possuímos em péssimo estado de conservação.

O solo brasileiro, rico na posse de fructos desta natureza, como: o limão, a laranja, a lima, o abacaxi e tantos outros que se tornaria enfadonho enumerar, pois todos vós os conheceis sobejamente, é tratado com um desprezo digno de lastima. Pois estes productos constituem a perpetua cobiça dos estrangeiros que os conhecem”⁴⁰²

Evidentemente, seria interessante saber como seria aplicável aos marinheiros da Flotilha do Amazonas esse tipo de dieta considerando que a variedade de gêneros alimentícios por eles consumidos era determinado pelo comando da mesma. Ao apontar em uma conferência essas ponderações, Cícero transpunha a responsabilidade de oficiais aos próprios praças.

A higiene militar no Brasil à época teve como base os trabalhos de José Muniz Cordeiro Gitahy, o qual fez parte do Corpo de Médicos militares na Guerra do Paraguai como 1º Cirurgião-Mor de Brigada do Corpo de Médicos militares⁴⁰³, e tendo também escrito a obra “Da Higiene Militar do Brasil”, analisada na tese de doutorado em Rachel Motta Cardoso. Segundo a autora, a concepção de higiene do século XIX era voltada à prevenção de doenças. A higiene militar em si fora pouco abordada em publicações no período, mas a obra de Gitahy se tornou referência acrescentando a ideia de que ela “se funda sobre o princípio da perfectibilidade physica e moral do homem”⁴⁰⁴. O discurso de Cícero, portanto, também era um discurso no sentido da higienização.

A última parte da argumentação da palestra contra o álcool a bordo do Commandante Freitas dizia respeito a como o marinheiro embriagado também poderia afetar a imagem da própria instituição, ao afirmar que

“Poupae também a vossa degradação e a de toda a Marinha, dando occasião para seres conduzidos, no meio de regozijo dos desocupados, ao posto policial, onde ficareis na mais abjecta situação em que podem ficar os que indignamente vestem a farda da Marinha Brasileira”⁴⁰⁵

Embora a “farda” tenha um conjunto de significados, já que refere-se à pertencer e servir à força naval brasileira no período, ela certamente também significava o vestir literalmente o uniforme da Marinha: para além da degradação individual de ser preso pela polícia, estava o fato de que o marinheiro era preso trajando o uniforme militar, ou seja, do momento em que

⁴⁰² Idem, p. 555.

⁴⁰³ Vd. CARDOSO, Rachel Motta. *A Higiene Militar: um estudo comparado entre o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro e o Cuerpo de Sanidad do Exército Argentino (1888-1930)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2013, p. 56.

⁴⁰⁴ GITAHY apud CARDOSO, Rachel idem.

⁴⁰⁵ SANTOS, Op. Cit., 1916, p. 556.

fosse detido e em todo o caminho até o posto ou delegacia, os cidadãos veriam um marinheiro, representante da instituição, naquela situação. Simultaneamente, Cícero discursou em sentido de se preocupar em resguardar a imagem da Marinha na mesma medida em que ele mesmo parecia considerar que os marinheiros eram potenciais depredadores de tal imagem.

O mesmo tenente Cícero, enquanto maquinista e chefe de máquinas do aviso Jutahy, escreveu também um artigo, em 1915, intitulado “O carvão como combustível na Marinha de Guerra”, o qual discutirei os aspectos técnicos sobre o carvão no capítulo seguinte. Chamo a atenção para os comentários que ele fez acerca dos foguistas, seja pela sua condição, seja pelo trabalho desempenhado com o carvão ao fazer pressão:

“Apenas dois casos existem para que esta operação seja levada a cabo: no primeiro caso, o foguista conhece bem a sua profissão, alliando á robustez indispensável ao desempenho dos seus misteres, intelligencia, embora medíocre, e boa vontade para trabalhar.

O segundo caso consiste no foguista bisonho, incapaz pela nenhuma teoria ou pela falta absoluta de pratica, de compreender os fenômenos que se realisam no interior de uma caldeira, quando em atividade. D’este foguista só se deve exigir passiva obediência ás ordens emanadas do official engenheiro machinista, director do quarto, e ficando sempre sob as vistas do mecânico de serviço.

O foguista do primeiro caso, ao assumir a direcção do fogo sem examinar logo o estado do mesmo, sabe si o trabalho o trabalho do colega a quem rendeu foi ou não proveitoso e consciente”⁴⁰⁶

Do excerto, há duas considerações que julgo fundamentais para a discussão. A primeira questão diz respeito ao público ao qual o artigo fora dirigido. Embora a palestra acerca do álcool e sua relação com a indisciplina tivesse sido igualmente publicada na Revista Marítima Brasileira, é importante considerar que o horizonte de leitores dela era quase que exclusivamente composto por oficiais da Marinha brasileira, como já demonstrado anteriormente.

Considerando que o conhecimento técnico envolvido sobre os diversos tipos de carvão mineral com as especificidades acerca do uso nas embarcações, o artigo foi escrito por um maquinista para ser lido especialmente por outros oficiais maquinistas dos navios de guerra da Armada, embora não necessariamente, tenentes. O trabalho, portanto, não se embasava exclusivamente no caráter informativo, científico ou tecnológico que os dados remetiam, mas também a um processo de vivência nas máquinas de navios de guerra com foguistas sob sua subordinação: entre outras palavras, os maquinistas não deveriam apenas conhecer o

⁴⁰⁶ SANTOS, Cícero Bernardino dos. O carvão como combustível na Marinha de Guerra. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 75, nº 19, 1915, p. 2.040.

combustível, mas também estar atentos aos seus subordinados, os quais deveriam ser objeto de minuciosa análise, como, aliás, Cícero seguiu afirmando:

“O foguista inteligente e cuidadoso é justamente o que tira do menor esforço o maior proveito e rendimento, não só cumprindo á risca o que aqui se acha exposto, como mostrando particular interesse pelo desempenho das suas funções. Assim, por exemplo, o seu cuidado será também o de abrigar o combustível da humidade proveniente das aguas da chuva e das baldeações, arejando as carvoeiras, aproveitando o estacionamento do navio, para proceder a limpeza dos fogos, e sobretudo graduar de tal modo a alimentação e a ventilação do gerador de vapor, que se possa conseguir com facilidade, em qualquer momento, a pressão que se ordenar. Si bem que tudo isso seja inerente ás suas obrigações, é sempre com particular agrado que os superiores notam o comprimento do dever.

Vem a proposito, a seguinte observação que sempre fizemos, para apreciar devidamente o trabalho dos foguistas. Em geral na nossa Marinha, no serviço pesado do fogo, o maior rendimento útil é apresentado pelos foguistas, já não dizemos *abstinentes*, mas *temperantes* no uso das bebidas alcoolicas.

Além da miséria moral que o alcoolismo offerece, como sendo a origem básica da indisciplina e da desobediência, elle ainda proporciona prodigamente a miséria orgânica do individuo, preparando-lhe um physico de aspecto doentio e enfraquecido, absolutamente incompatível com as necessidades de um serviço que exige saúde, força e robustez.

Cêsse de uma vez para sempre a ilusão de que a cachaça é um *alimento* e um *tonico*: a força que ella dá é fictícia; pois a reacção se manifesta logo após por um estado de *fraqueza* absoluta e duradoura.

Os exemplos diários que a pratica e a observação nos oferecem a cada passo são testemunhos eloquentes do que acabamos de dizer.

Com a convicção portanto, inabalável, destas verdades aqui transcriptas, podemos afirmar categoricamente como conclusão a este insignificante estudo sobre os combustíveis: *Que todo o carvão é bom para o foguista que não se embriaga...*

Trabalho dedicado a esta classe operosa e diligente, anciamos por vol-o lido e praticado por todos que a compõem. Belém do Pará, Maio de 1915”⁴⁰⁷

A segunda questão em relação ao exposto diz respeito a uma hierarquia de conhecimentos que, na concepção do tenente maquinista Cícero dos Santos, havia entre os oficiais da casa de máquinas e os praças que atuavam no mesmo local. Mesmo um bom foguista deveria ter inteligência medíocre, o que não tem sentido completo sem o parâmetro de comparação: medíocre em relação ao conhecimento de um maquinista.

A constituição do serviço de máquinas na Marinha teve, ao longo do século XIX, um efeito profundo sobre a hierarquia nos navios da Marinha. Inicialmente, o grande problema era que os maquinistas eram civis contratados nos primeiros navios a vapor da Armada, o que dificultava, dentre outros, a disciplina a bordo, já que caso o comandante exercesse punições, prisões ou expulsasse o maquinista, havia o risco de não haver controle sobre a locomoção do navio, considerando que formação dos oficiais do corpo da armada, que comandam até a atualidade as embarcações, não contempla essa gama de conhecimentos. Nesse sentido, o Corpo

⁴⁰⁷ Idem, pp. 2.045-2.046.

de Maquinistas foi criado em 1857 para suprir tal demanda com oficiais formados pela Escola Naval.

O problema do convívio de um novo grupo de oficiais a bordo das embarcações de guerra foi tema de uma questão historiográfica da qual Castro discordou de Herick Marques Caminha⁴⁰⁸, já que este afirmara que os maquinistas não poderiam participar do convívio com os outros oficiais na praça d'armas durante o Império, formando um grupo distinto. Segundo Castro, apenas o caso de maquinistas de 1ª e 2ª classes deveriam ter tido algum problema real em relação aos outros oficiais devido às restrições, considerando que com relação à disciplina, dois dos oficiais a bordo eram fundamentais: o primeiro-maquinista e o chefe de máquinas⁴⁰⁹.

A crítica de Castro ainda é fundamentada pelo fato de que Caminha se baseou no relatório ministerial da Marinha de 1923, onde o ministro almirante Alexandrino Faria de Alencar indicara tais argumentos. É conveniente destacar, no entanto, o teor do discurso do ministro em 1923 já que, ao tratar do tema, ele propunha a criação de uma Escola Profissional de Máquinas, já que estava em execução a fusão dos cursos de Marinha e Máquinas da Escola Naval. Segundo Alexandrino:

“Quando appareceram na Marinha os primeiros navios a vapor, surgiram também os machinistas encarregados da conducção das machinas, a principio estrangeiros contractados e, depois em lenta evolução, os officiaes machinistas, organizados em quadros, com posto terminal em Capitão de Mar e Guerra. Na maioria dos casos, os machinistas provinham das classes mais humildes da sociedade, e não raro dos inferiores de Marinha, sem instrucção adequada e sem outros conhecimentos, além dos que lhe davam a pratica do serviço de machinas e outras funcções correlativas. Nas praças d'armas, durante o Imperio, não tinham entrada, formando rancho a parte e vida independente do official de convez. A regulamentação de 1892, do Governo Provisorio, que conferiu pela primeira vez as honras de Capitão de Mar e Guerra ao mais graduado da classe, até então apenas limitadas ás de Capitão-Tenente, permitiu a vida em commum a bordo, que progrediram tão intensamente quanto as applicações da mecânica e da electricidade em todas as partes do navio.

As funcções do machinista cresciam de importância e emmaranhavam-se com as dos officiaes de cata-vento, que já não podiam dispensar os conhecimentos imprescindíveis ao manejo dos complicados mecanismos com que se aparelhavam os novos barcos. Os comandantes, para o bom desempenho de seus deveres, passaram a depender em grande parte da pericia dos seus subordinados de machinas e estes, compreendendo a importância adquirida pela profissão, sentiram a injustiça da situação inferior em que se encontravam.

Surgiram os choques inevitáveis. Qualquer desarranjo nas machinas era levado em conta da opposição systematica dos officiaes machinistas ao officiaes de convez; qualquer ordem do commando a respeito dos serviços de machinas era considerada como de character deprimente, e com este proposito, pelos officiaes encarregados. Não convergiam os esforços para um fim commum, a eficiencia do material e do navio entregues pela Nação aos seus servidores; a rivalidade surda entre profissionaes na direcção de tão importantes e vitaes partes do navio, impedia-lhe o funcionamento harmônico, em prejuízo da Marinha”⁴¹⁰

⁴⁰⁸ CAMINHA, Herick Marques. Evolução da estrutura administrativa do ministério de Marinha no Império. In: MARTINS, Helio Leoncio (Coord.). **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002, v. 3, tomo 1, p. 9-32.

⁴⁰⁹ Vd. CASTRO, Op. Cit., 2013, p. 89.

⁴¹⁰ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1923, pp. 57-58.

A questão colocada pelo almirante Alexandrino é sintomática de uma questão essencial com relação à hierarquia na Marinha: conforme o desenvolvimento tecnológico ampliou os horizontes do poder dos navios, produzindo o que Alfred Mahan considerava como o marinheiro de fato, dedicado unicamente ao navio em suas diversas especialidades, o núcleo de comando da embarcação passou a ter um distanciamento fundamental de conhecimentos, algo diferente do que ocorria com o Exército.

Na força terrestre, cada arma detinha seus próprios oficiais, generais e a forma de comandar as unidades militares dependiam, no que diz respeito as classes combatentes, do comandante ser da arma em questão, ou seja, uma unidade de cavalaria será comandada por um oficial dessa arma, o mesmo servindo para a artilharia e infantaria, compondo as três armas do Exército entre o final do XIX e início do XX. Na Marinha, o comando de todas as unidades combatentes (navios de guerra, fortalezas militares, capitania dos portos, arsenais de Marinha) era exercido por oficiais do Corpo da Armada.

Os limites do conhecimento técnico representavam também limites da hierarquia: sendo ou não comandante do navio, o comandante não tinha condições de assumir as máquinas da embarcação. Poderia até assumir o comando do quarto de serviço, na falta de um imediato e um oficial de quarto, como o primeiro tenente Arthur de Thompson apontou no artigo trabalhado anteriormente, mas o próprio tenente reconheceu, em observação, que além das peças fundamentais ao comando, estavam o maquinista de quarto e o oficial do quarto de máquinas, o qual deixou claro que não trataria por não serem do convés. O próprio sumário da proposta de Thompson, embora bastante detalhado com relação à vida a bordo, não indicou nenhum capítulo para tratar das máquinas⁴¹¹. Não incluiu porque mesmo com a vivência na Marinha, seu conhecimento sobre isso era certamente limitado.

Entre os praças, as diferenças de vencimentos eram sensíveis, tendo os praças que trabalhavam com as máquinas valores superiores aos que trabalhavam no convés, incluindo, o superior hierárquico do Corpo de Marinheiros Nacionais:

Tabela 21 Vencimentos do Corpo de Marinheiros Nacionais.

Hierarquia	Efetivo	Vencimento mensal
Sargento-ajudante	1	120\$000
Companhia de auxiliares especialistas		
Primeiro-Sargento	75	90\$000
Segundo-Sargento	75	72\$000

⁴¹¹ THOMPSON, Arthur de. Serviço e disciplina dos nossos navios de guerra. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ed. 41, setembro de 1902, p. 376.

Companhia de músicos		
Mestre, Primeiro-Sargento	2	90\$000
Contramestre, Segundo-Sargento	4	72\$000
Músico de 1ª classe, Cabo	65	54\$000
Músico de 2ª classe, Marinheiro de 1ª classe	65	36\$000
Músico de 3ª classe, Marinheiro de 2ª classe	44	27\$000
Companhia de corneteiros e tambores		
Marinheiro de 1ª classe	60	27\$000
Marinheiro de 2ª classe	45	18\$000
Grumete	45	15\$000
Companhia de Marinheiros Nacionais		
Primeiro-Sargento	45	90\$000
Segundo-Sargento	92	72\$000
Cabo	323	36\$000
Marinheiro de 1ª classe	1.517	27\$000
Marinheiro de 2ª classe	1.640	18\$000
Grumete	902	15\$000
Companhia de foguistas – Marinheiros Nacionais		
Primeiro-Sargento	10	196\$417
Segundo-Sargento	20	163\$250
Cabo	100	112\$000
Foguista de 1ª classe	250	87\$000
Foguista de 2ª classe	420	66\$667
Foguista de 3ª classe	600	55\$500
Companhia de Foguistas – Contratados		
Cabo	60	130\$000
Foguista de 1ª classe	225	120\$000
Foguista de 2ª classe	230	100\$000
Foguista de 3ª classe	285	80\$000

Fonte: Lei nº 4.242 / 1921.

Basicamente, os foguistas recebiam vencimentos muito superiores aos equivalentes das companhias de marinheiros nacionais. Um cabo de foguistas recebia quase o mesmo que o sargento-ajudante do corpo de marinheiros nacionais. É interessante, pois provavelmente, a remuneração dos praças que deveriam servir junto às máquinas do navio representava um elemento de atração ao serviço militar.

É conveniente lembrar que foguistas não eram oriundos de recrutamento forçado, pois não era qualquer cidadão que detinha os conhecimentos técnicos necessários, portanto, o elemento do preparo técnico justificava, por exemplo, que um foguista de 3ª classe, equivalente ao posto de grumete, ganhasse quase quatro vezes mais do que um grumete das escolas de aprendizes-marinheiros ou ainda mais de cinco vezes mais no caso de um foguista contratado.

Considero importante ainda diferenciar, pelas denominações que usei, as ideias de preparo técnico e intelectual. Os foguistas da Marinha, embora estivessem numa ótica de hierarquia inferior de conhecimentos, tinham profundas noções sobre o funcionamento das máquinas e dos navios como um todo.

Em 1906, quando do naufrágio do encouraçado Aquidaban, o que trabalhei no capítulo “O naufrágio do encouraçado Aquidabã: à paligenesia thalassocratica (1906)”⁴¹², verifiquei que os relatos de foguistas sobreviventes da tripulação sobre as causas da explosão que destruiu o navio foram muito mais próximos ao que apontou o relatório técnico das razões do naufrágio do que os relatos dos oficiais maquinistas envolvidos.

A questão, portanto, não diz respeito ao conhecimento técnico em si, mas ao fato de que os oficiais aliavam, pela hierarquia militar, o conhecimento técnico a uma ação que os permitia igualmente alterar as formas de concepção da Marinha, e que não permitiriam que os praças tivessem o exercício de tal ação. A ação intelectual, portanto, era um aspecto constitutivo da hierarquia, pois não se tratava de constatar que os praças tivessem um conhecimento inferior, mas eles deveriam assim o ter sob a ótica da cadeia de comando.

Em outros artigos na Revista Marítima Brasileira, o tema da disciplina e da concepção dos marinheiros que deveriam ser moldados a partir dela é recorrente. Em 1899, o primeiro-tenente Vidal de Oliveira, um dos que mais produziu artigos na Revista, escrevera trabalho intitulado “A disciplina”, onde afirmou que a disciplina, como cumprimento do dever, deveria ser o fator essencial para a vitória, definindo-a como

“A obrigação de se consagrar o mais indefectível respeito ás leis e regulamentos militares;
A perfeita observância das ordens legaes e preceitos regulamentares;
A inteira dedicação ao serviço militar;
A constante applicação de todos e de cada um na aquisição da máxima instrucção technica e da mais perfeita educação militar”⁴¹³

O artigo do tenente Vidal de Oliveira associava, de maneira interessante, três aspectos: em primeiro lugar, que o almirante deveria ser a encarnação da disciplina, servindo de modelo. O marinheiro, por sua vez, se sentindo protegido pelos oficiais pelo bom cumprimento dela, “torna-se exacto cumpridor de seus deveres” e que a Monarquia deixou como legado à República uma marinha viciada em indisciplinas.

Os três aspectos se cruzavam, pois, na materialidade do exercício intelectual: a disciplina como conhecimento, dedicação e cumprimento daquilo que era refletido como melhor para a instituição e positivado na legislação, era atribuição primária daqueles que a pensavam, e, como já mencionado, os tenentes foram os principais produtores do conhecimento doutrinário nesse sentido. A República era construída, dentre outros pontos, pela

⁴¹² PEREIRA, Pablo Nunes. O naufrágio do encouraçado Aquidabã: à paligenesia thalassocratica (1906). In: SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; FARIAS, William Gaia (orgs.). **Militares, poder e sociedade na Amazônia**. Belém: Açaí, 2017, p. 135-162.

⁴¹³ OLIVEIRA, V. de. A Disciplina. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 35, 1899, p. 264-265.

intelectualidade dos tenentes, os almirantes deveriam ser modelos inspirados no conhecimento produzidos por tenentes e os marinheiros deveriam se sentir protegidos pelos tenentes que cumpriam, na prática a vigilância do serviço da disciplina.

Em 1910, o capitão-tenente Oscar Assis Pacheco publicou artigo intitulado “O marinheiro moderno”, onde, utilizando o mesmo pressuposto de Alfred Mahan sobre as diferenças entre os marinheiros dos navios a vela para os vapores, teceu considerações sobre eles, indicando que

“Antigamente exigia-se do marinheiro, como qualidades essenciaes e talvez únicas, robustez physica e aptidão orgânica para a vida no mar. O marinheiro era uma espécie de machina animada, cujo dever principal consistia em pôr os seus músculos ao serviço do aparelho de bordo. Tirando disso, uma noção vaga sobre artilharia, certa pratica de signaes e governo de navio. Dahi, a facilidade em se conseguir bons marinheiros. A escola, ou melhor – aquillo que se tornava necessário para se fazer de um leigo um marinheiro – encontrava-se no próprio navio: algumas viagens, algumas noções praticas adquiridas pela observação – e obtinha-se um bom marinheiro”⁴¹⁴

Em contraposição ao marinheiro antigo, cuja proficiência provinha dos músculos, o capitão-tenente Pacheco apresentara o marinheiro moderno como “operário inteligente e ilustrado”, embora em seguida afirme que a ilustração dele era “relativa”. Relativa em relação à ilustração dos oficiais.

O artigo tinha como ponto central a exaltação à criação das escolas profissionais de formação continuada dos marinheiros na década de 1900. E, portanto, um projeto intelectual com tenentes instrutores, fora responsável por concluir um ciclo que deveria ter se encerrado com os navios a vela: na concepção dos tenentes, eles foram agentes transformadores dos elementos incultos em verdadeiros marinheiros modernos. O marinheiro moderno, portanto, era o que fora instruído segundo os moldes intelectuais da Marinha de Guerra.

⁴¹⁴ PACHECO, Oscar Assis. O marinheiro moderno. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 56, n. 8, 1910, p. 1.313.

CAPÍTULO 5 - AÇÃO INSURGENTE: A REVOLTA DOS TENENTES DE 1924

Introdução

No ano de 1924, explodiram as revoltas tenentistas por todo o Brasil. Embora não se tratasse de um movimento articulado de maneira única, os focos de insurgência estabeleceram combates contra forças estabelecidas e, de um modo geral, fazem parte de um rol de elementos de contestação ao Brasil oligárquico e de crise da década de 1920 “cujas rupturas mais drásticas se concretizaram a partir do movimento que ficaria conhecido como revolução de 1930”⁴¹⁵.

Segundo Mário Cléber Lanna Júnior, há dois tipos de tenentismo vislumbrados na historiografia. O primeiro é como ideologia, “pois remete a questões específicas, relacionadas aos ideais e objetivos que moveram a jovem oficialidade na década de 1920 e no início de 1930, e as questões gerais, relacionadas ao papel das forças armadas, em específico do Exército, na política brasileira”⁴¹⁶; o segundo como movimento em si e, portanto, como processo histórico datado, com espaço de ações entre 1922 e 1934.

O autor propôs ainda a periodização do movimento segundo expressão da ação política, compreendendo o período de 1922 a 1930 como conspiração e de 1930 a 1934 como governo. Neste último, é destacada a criação do Clube 3 de Outubro por Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Afrânio de Melo Franco. A natureza do Clube era partidária e de apoio à Revolução de 1930, onde a preocupação fundamental era delimitar com clareza a distinção entre a ação política dos militares e a política nos quartéis, “no lugar da política no Exército, seria feita a política do Exército”⁴¹⁷.

Nesse sentido, há pelo menos três linhas explicativas sobre o tenentismo. A primeira diz respeito à percepção do movimento como expressão de camadas médias no Brasil, inaugurada por Virgílio Santa Rosa. Há uma tendência em trabalhos dessa linha em considerarem dois fatores: a representatividade de classe como elemento característico no tenentismo e o papel de classes / camadas médias ante o Brasil oligárquico.

⁴¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. 11. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 314.

⁴¹⁶ LANNA JR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 234.

⁴¹⁷ CARVALHO, 1985; COELHO, 1985, *apud* LANNA JR, Idem, p. 235.

Sobre o primeiro ponto, as análises tendem a ser exteriores às instituições militares e, por isso, predominam o olhar delas como parte da sociedade civil e da sociedade de classes em diferentes graus. O risco do olhar genérico sobre as instituições militares, ou pelo menos sobre o baixo oficialato envolvido no tenentismo é a leitura determinista das estruturas econômicas sobre os indivíduos. Assim, mesmo que os tenentes fossem provenientes de camadas mais baixas ou médias e a sua posição econômico-social seja no mesmo sentido, é como se a revolta contra as oligarquias fosse o resultado inevitável de tensões sociais e, assim, é tomada como uma espécie de tipo ideal da expressão de classes.

Já sobre o papel da classe média⁴¹⁸, o pressuposto incutido nessa análise tende a considera-la como artífice do Brasil “moderno”, situando-a, pelo menos sob a lógica revolucionária ou ideológica, como oposto ao “atraso” representado pelo Brasil oligárquico, expressa tanto no modernismo como no tenentismo. Essa é, creio, um dos elementos da distinção na história do Brasil explícita por Nelson Werneck Sodré entre o Brasil autônomo e o Brasil nacional⁴¹⁹, entre a simples ruptura do passado colonial à construção de um país olhando para si e para os próprios problemas.

A luta de classes expressa nessa perspectiva social em Santa Rosa seria materializada na vitória da Revolução de 1930 no choque entre a burguesia nacional e a pequena burguesia, respectivamente formadas pelos industriais, comerciantes e fazendeiros de café, unidos por interesses de dominação em comum, de um lado, e por outro setores dos funcionários públicos, empregados do comércio, proletariado urbano e rural unidos por “critérios de padrão de vida presumidamente semelhantes”⁴²⁰.

A segunda linha diz respeito aos estudos da instituição militar em si ou do tenentismo como movimento militar, “que interpretam o fenômeno do ponto de vista institucional, dentro da lógica interna das forças armadas, em especial do Exército”⁴²¹. Em Boris Fausto, “os oficiais rebeldes saíram de classes menos favorecidas, mas o Exército falava mais alto como instituição que guardava certa autonomia com relação ao conjunto da sociedade”⁴²².

A representatividade de classes para Fausto era bastante problemática considerando dois fatores. O primeiro diz respeito à heterogeneidade das classes médias do Brasil ao tempo do

⁴¹⁸ Uma crítica interessante a essa conceituação no período em questão feita por Boris Fausto é digna de nota. As classes médias são, em última análise, classes médias urbanas e, ao analisar autores dessa linha interpretativa, Fausto também afirmara que os camponeses aparecem unicamente como massa de manobra. Cf. FAUSTO, Boris. 2. Revolução de 1930 e classes médias. In: **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 74.

⁴¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁴²⁰ FAUSTO, Idem.

⁴²¹ LANNA JR, Op. Cit., p. 263.

⁴²² Idem.

tenentismo dos anos 1920 e, por isso mesmo, da própria possibilidade de sistematização dos seus interesses e de uma perspectiva ideológica única. Por outro lado, na própria “ideologia tenentista”, a premissa dos tenentes como “responsáveis pela salvação nacional, guardiães da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme”⁴²³, expresso também na “inexistência de laços organizatórios mais sólidos entre os militares rebeldes e os meios políticos civis”⁴²⁴.

Nessa linha, o viés institucional também ganhou os contornos do tenentismo como ideologia ou expressão ideológica a partir dos militares. Em José Murilo de Carvalho, essa expressão também seria o sinônimo da intervenção militar e do intervencionismo como tônica dos militares enquanto tuteladores da República em um círculo vicioso: “as Forças Armadas intervêm em nome da garantia da estabilidade do sistema político; as intervenções, por sua vez, dificultam a consolidação das práticas democráticas”⁴²⁵.

Há nessa linha também uma ampliação das categorizações do tenentismo. Pelo seu aspecto ideológico, Carvalho subdividiu, na Primeira República, dois tenentismos, sendo o primeiro de 1889 a 1904 e o segundo, na década de 1920, ambos com um sentido de continuidade na construção do intervencionismo militar⁴²⁶. Em Edmundo Campos Coelho, há também a divisão entre duas faces do movimento: o tenentismo profissional e o político.

Para Coelho, o tenentismo político continha, em si, os elementos do tenentismo profissional. O fundamento básico do autor para análise dos fatores internos à organização estão na liderança institucional, entendido por ele, em sentido estrito, como capacidade de formulação de políticas oposta ao oportunismo no curto prazo, segundo o autor: “Ao formular políticas, a liderança institucional leva em conta o estado futuro da organização, avalia corretamente os altos custos do oportunismo e provê os valores que transformem a organização em instituição na consciência de seus membros”⁴²⁷ e, portanto, a análise do autor buscou se afastar da representatividade de classe considerando os fatores que deram sentido ao movimento político tipicamente militares.

As duas linhas, embora metodologicamente opostas, são constituídas de lugares de análise diferentes, uma a partir da sociedade em direção às forças armadas e outra a partir do próprio Exército. Nesse sentido, a terceira linha é conciliatória e convergente entre as duas

⁴²³ FAUSTO, Op. Cit., p. 81.

⁴²⁴ Idem, p. 84.

⁴²⁵ CARVALHO, José Murilo. 1. Uma república tutelada. In: **Forças Armadas e política no Brasil**. Edição revista e ampliada [versão para Kindle]. São Paulo: Todavia, 2019, pos. 241.

⁴²⁶ LANNA JR, Op. Cit., p. 264.

⁴²⁷ COELHO, Edmundo Campos. A Ascensão Militar. In: **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 81.

abordagens pelo menos em premissa a partir de Oliveira Bello e Maria Cecília Spina Forjaz, “para quem, na conjuntura da década de 1920, com a dependência estrutural das camadas médias em relação às oligarquias cafeeiras, o “tenentismo assumiu o papel de porta-voz das aspirações das camadas médias urbanas”⁴²⁸.

A convergência das linhas tem a perspectiva interessante de procurar um panorama geral da sociedade brasileira sobre o processo. Há a importância de se considerar o tenentismo como parte de um todo, logicamente, e com uma semântica historiográfica bastante cautelosa, ao situar, por exemplo, estrato social no lugar de classes sociais. Segundo Décio Saes, “Os tenentes tenderiam a comportar-se não como membros da classe média, mas como um grupo com posição nuclear no aparelho do Estado, atento sobretudo às suas necessidades como corporação profissional [...] e às necessidades do Estado no seu processo de consolidação”⁴²⁹.

O pressuposto básico da ideia de estrato sobre classe nesse sentido é o de que “certos grupos sociais não constituem classes sociais distintas, mas apenas frações de uma mesma classe social”⁴³⁰. No âmbito da própria trajetória da História Social, é evidente, no entanto, que a questão da posição no quadro da sociedade de classes é problemática pelos pressupostos nela envolvido.

Nesse sentido, creio que o principal fator de divergência seja concernente ao problema levantado por Luiz Claudio Duarte da relação entre o “ser” e a “consciência”, “isto é, da relação entre os seres humanos organizados em determinadas formações econômico-sociais e as formas de consciência neles presentes”⁴³¹. Para Duarte, embora na teoria marxiana o ser social é ontológico e anterior à consciência, essa premissa é “analítica, epistemológica, mas não factual”⁴³², isto é, à luz da realidade histórica, não existe e não existiu um ser social desprovido de consciência.

Um exemplo interessante desenvolvido pelo autor para salientar isso diz respeito ao fato de que os pensadores iluministas, embora tenham produzido um instrumental intelectual que foi abraçado pela burguesia na condição de ideologia dominante e “foi aos seus interesses concretos, ainda que apresentados como universais, que as novas ideias se ajustaram [...]

⁴²⁸ LANNA JR, Op. Cit., p. 266.

⁴²⁹ SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República Brasileira (1889-1930)**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 21.

⁴³⁰ Idem, p. 22.

⁴³¹ DUARTE, Luiz Claudio. Reflexões sobre o conceito marxiano de representação de classe. **Trabalho Necessário**, ano 10, nº 14, 2012, p. 1.

⁴³² Idem, p. 2.

legitimando as ações políticas da fração mais ativa da classe e dos seus *representantes* políticos e intelectuais, ainda que estes nem sempre fossem burgueses *stricto sensu*⁴³³.

É importante salientar que a análise do autor teve como pano de fundo a reflexão sobre o regime militar iniciado em 1964 e, portanto, a representatividade ideológica de classe se relaciona apenas à classe dominante e à dominação em si. Não seria cabível necessariamente a replicação do mesmo raciocínio a um momento histórico em que os tenentes não eram exatamente os representantes de uma classe dominante considerando as linhas historiográficas mencionadas. A correspondência da representatividade, no entanto, é importante por referir a convergência de interesses não como um alinhamento original, automático, natural ou ontológico, mas que aconteceu em algum momento.

Essa convergência de interesses é também expressa em outros termos se considerarmos a semântica da ação política organizada sob a ótica de partidos políticos. Décio Saes considerou, nesse sentido, que o Exército, como segmento das camadas médias urbanas, preencheu o lugar na representação delas como substituto a “partidos políticos como centro de agregação de interesses e vanguarda”⁴³⁴.

A reflexão das forças armadas como substituto teórico, mas como atuante prático de partidos é, também, uma perspectiva interpretativa interessante nos estudos sobre os militares. O elemento variante, no entanto, é o ponto de divergência das análises. Se em Saes o Exército preencheu uma lacuna, por outro lado, o papel político dos militares nos estudos que partiram das instituições também definiram a existência de partidos militares formados a partir da lógica organizacional das instituições.

Nessa etapa de reflexão aqui proposta, o tenentismo me parece ganhar um sentido abrangente e não exclusivo da história brasileira por alguns parâmetros de análise estabelecidos no mesmo período do final do XIX às primeiras três décadas do século XX sobre os papéis exercidos por forças armadas em diversas regiões do planeta.

Há dois aspectos que devem ser considerados aqui. O primeiro está nas origens do tenentismo como movimento em si. Há um consenso em diversos dos autores citados aqui em considerar que entre as décadas de 1910 e 1920, foram estabelecidos elementos de profissionalização do Exército que foram cruciais para o tenentismo na instituição. Para Edmundo Campos Coelho, foram três fatores fundamentais para isso: a influência da Primeira Guerra Mundial ao Brasil, “onde o exército prussiano fora considerado como o modelo a imitar,

⁴³³ Idem, p. 8, grifos do autor.

⁴³⁴ SAES, Op. Cit., p. 29.

a ascendência francesa resultou em estímulo para o conhecimento das novas formas de organização e de estratégia militares”⁴³⁵.

O segundo fator foi a influência dos oficiais do Exército que fizeram estágio no Exército alemão entre 1906 e 1912, os “jovens turcos” sobre a “consciência profissional dos militares”. Segundo José Murilo de Carvalho, um dos principais elementos para tal foi a fundação da revista *A Defesa Nacional* e a luta pela regulamentação do serviço militar obrigatório⁴³⁶, o qual retomarei adiante. O terceiro fora a tese aceita da relação entre a profissionalização militar e o apolitismo militar. No estabelecimento da Missão Militar Francesa, o pressuposto básico seria dotar a força terrestre de doutrinas militares profissionais e, por isso mesmo, focadas na atuação estrita dos militares.

O segundo fator de ação política das forças armadas diz respeito à regularidade e semelhança entre as revoltas militares (em grande parte produzidas por oficiais subalternos) em diferentes realidades. O ponto de partida dessa leitura diz respeito à Revolta dos Jovens Turcos de 1908. Sobre ela, Elie Kedourie considerou que a revolta se tornou um arquétipo que “estabeleceu um padrão moderno e comum de intervenções militares na política – intervenções planejadas e realizadas por jovens oficiais que acreditavam que as ideologias europeias que os inspiravam poderiam fornecer soluções para os seus problemas políticos e sociais”⁴³⁷.

O exército turco moderno, segundo o autor, foi formado na primeira metade do século XIX sob um modelo europeu baseado na conscrição. O pressuposto da conscrição, o serviço militar obrigatório temporário, demandou que oficiais fossem enviados à Europa em estágios para o estabelecimento das bases burocráticas de administração de exércitos de grandes contingentes centralizada. A centralização do exército também fora desenvolvida com o sistema de ferrovias e comunicações telegráficas levados adiante pela força terrestre, caso semelhante ao brasileiro sobre as comunicações considerando o papel da Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas do Mato Grosso e Amazonas (Comissão Rondon) e das experiências de telegrafia sem fio realizadas pela Marinha, às quais trabalharei adiante.

O entendimento dos militares ao final do XIX, segundo Kedourie, inclinou-se a também modernizar a administração política do país e o primeiro grupo de jovens turcos que levou adiante a premissa de transformações na sociedade turca foi liderado por Midhat Pasha, e

⁴³⁵ COELHO, Op. Cit., p. 96.

⁴³⁶ CARVALHO, Op. Cit., pos. 417.

⁴³⁷ Tradução livre, original “They establish a modern and now familiar pattern of army intervention in politics – intervention planned and carried out by Young officers into belief that the European ideologies which inspire them can provide remedies for their political and social ills”. Vd. KEDOURIE, Elie. *The Middle East 1900-1945*. In: MOWAT, C. L. (org.). **The New Cambridge Modern History** Volume XII – *The shifting balance of world forces 1898-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968, p. 272.

conseguiu, através de ameaças de golpes e convergência de forças políticas, impor uma constituição em 1876 ao sultão Abdul Hamid II, formando um parlamento e um gabinete ministerial para condução do governo e formação de um poder legislativo de fato. O primeiro parlamento turco, formado por 120 deputados se consolidou em 1877, mas fora dissolvido em 1878.

A Revolta dos Jovens Turcos explodiu em 1908 no Terceiro Corpo do Exército em Salonica, que se espalhou no Primeiro e Segundo corpos em Edirne demandando a renúncia do sultão no início de julho e cuja tropa destacada para repressão do movimento aderiu a ele, estabelecendo um consenso na força terrestre que resultou na capitulação de Abdul Hamid e no restabelecimento da constituição de 1876.

O autor, no entanto, ponderou que embora um governo autocrático tenha sido derrubado, na prática o governo constitucional não se consolidou e o poder do sultão passou aos oficiais que o derrubaram. “É verdade que passaram a existir eleições e um parlamento, mas não eram os deputados que controlavam o governo; pelo contrário, o governo é quem manipulava as eleições e controlava o parlamento”⁴³⁸.

Ao avaliar os governos militares e a ação política dos militares na América Latina, Alain Rouquié e Stephen Suffern também consideraram em perspectiva que em quase todos os países da região, os militares exerceram, no século XX, formas diferentes de poder e, em muitos momentos, controle do Estado. Estabeleceram uma proposta de cronologia baseada em três períodos para compreensão do papel dos militares na política latino-americana: o primeiro, entre as décadas de 1860 e 1920, da criação dos exércitos modernos; o segundo, entre as décadas de 1920 e 1930, quando as forças armadas profissionais começaram a exercer um papel na vida política e o terceiro, a partir da década de 1960, quando o papel dos militares “adquiriu um tom internacional” com a hegemonia dos Estados Unidos na Guerra Fria⁴³⁹.

Para Rouquié, o Estado na América Latina acabou por iniciar sua modernização burocrática através do braço armado. O pressuposto do autor, compartilhado também por José Murilo de Carvalho, é também o elemento de compreensão do papel da burocracia nos Estados capitalistas modernos, isto é, de que a burocracia autônoma e profissional era o elemento de

⁴³⁸ Tradução livre. Original: “True, there were elections na there was a parliament, but it was not the deputies who controlled the governmet; on the contrary, it ws the government who manipulated elections and controlled the parliament”, Cf. KEDOURIE, Idem, p. 271.

⁴³⁹ ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. Los militares en la politica latinoamericana desde 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **Historia de América Latina**. 12. Política y Sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997, p. 284.

limite das tensões políticas e de garantia da estabilidade administrativa ante a existência de grupos políticos divergentes⁴⁴⁰.

A modernização pressuposta pela profissionalização dizia respeito a um processo complexo de estabelecimento do modelo institucional como organização pautada na utilização da violência legítima como missão, além de uma proposta de autossuficiência como “capacidade de não precisar recorrer à sociedade civil, da qual são testemunhas os capelães, médicos, músicos, cabeleireiros e veterinários militares” que daria sentido à valorização de autonomia durante as batalhas, mas que “também tem uma outra função, agora simbólica, que é a de fazer aceitar, através de rituais e mitologias, imagens e procedimentos de identificação, o monopólio da violência e a necessidade de um aparelho defensivo”⁴⁴¹, o que compartilha da visão de instituição total (ou quase total, como Rouquié afirmou) da qual parte das análises sobre o tenentismo igualmente partiu.

A profissionalização do Exército com a vigência da Missão Militar Francesa, para Rouquié, foi alcançada, dentre outros fatores, pela autonomia da carreira em relação à política “principalmente no domínio das promoções que, a partir de então, serão estritamente codificadas por uma lei e pelo sacrossanto almanaque das promoções, agora subtraído às influências políticas locais. O mérito e a formação profissional passam a dirigir as carreiras”⁴⁴².

O serviço militar obrigatório, já referido como um dos anseios militares que motivou debates e embates, assumiu um papel fundamental, na medida em que ele definia de maneira mais direta a relação do Exército com a estrutura de classes da sociedade, segundo Carvalho⁴⁴³; em Coelho, onde os embates civilistas x militaristas de formação patriótica e do risco de constituição dos oficiais como um estamento na sociedade brasileira eventualmente se satisfariam⁴⁴⁴ e em Rouquié, onde “A força de socialização ou de ressocialização específica dispensada pela instituição aumenta não apenas o espírito de corporação dos quadros, mas também seu sentimento de pertencer ao ramo militar do Estado”⁴⁴⁵.

E, daí decorrente, o acúmulo de funções cívicas que, para Rouquié, fora a motivação de instituição de um pensamento de participação política, intervenção e cidadania que deu sentido ao militarismo do século XX na América Latina. Há um outro aspecto que considero crucial na

⁴⁴⁰ Cf. CARVALHO, José Murilo. “capítulo 6 A burocracia, vocação de todos” e “capítulo 7 Juizes, padres e soldados: os matizes da ordem”. In: **A construção da ordem: a elite política imperial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 143-198.

⁴⁴¹ ROUQUIÉ, Alain. A modernização através do Exército. In: **O Estado Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984, p. 93.

⁴⁴² Idem, p. 101.

⁴⁴³ CARVALHO, Op. Cit., pos. 276.

⁴⁴⁴ COELHO, Op. Cit., p. 89.

⁴⁴⁵ ROUQUIÉ, Op. Cit., p. 106.

obra de Rouquié. A manifestação sociopolítica das forças armadas não se deu por um viés único, isto é, seguindo um bloco único de ideias e de expressões. Embora o nacionalismo seja evocado pelo autor como o lugar-comum dos militares na política no período, as formas de ação variaram significativamente, da conspiração ao governo, da participação nas eleições aos acordos de estabilidade.

Independentemente da forma de ação, na Argentina e no Brasil, “[...] essa hegemonia militar duradoura que, na maioria dos casos remonta a década de trinta, frequentemente faz do “estado de exceção” – em relação aos preceitos constitucionais jamais abolidos – a regra da vida política”⁴⁴⁶, ao que José Murilo de Carvalho se referiu como tutela ou como uma espécie de poder moderador ou desestabilizador para a Primeira República. De uma forma ou de outra, o controle ou os acordos com a categoria militar profissional eram um fator de estabilidade relativa, aliás, cujo contrário (a instabilidade política) pelos desentendimentos da categoria com o governo Artur Bernardes, são igualmente referidos pela historiografia trabalhada como uma das causas das revoltas tenentistas.

Assim, a lógica pretoriana parece uma perspectiva metodológica interessante para a reflexão e compreensão do tenentismo também. O pretorianismo pressupunha, em Rouquié, apropriando-se da perspectiva de Samuel Huntington, de que “todos os grupos esforçam-se para obter apoio dos militares e aumentar, dessa forma, seu próprio poder”⁴⁴⁷ e, como afirmou José Miguel Arias Neto, apoiado em Sérgio Buarque de Holanda e Suely Robles Reis de Queiroz, sobre a passagem do Império à República, “[...] no processo de lutas sócio-políticas [...] os militares adquiriram uma consciência e identidade próprias”⁴⁴⁸.

Dessa maneira, o tenentismo, embora possa ser concebido como movimento e como ideologia, expressou diferentes formas de ação política sob a ótica das ações revolucionárias. O caso de Manaus, por exemplo, foi emblemático por características muito próprias do governo revolucionário sobre as questões sociais. E onde as reivindicações populares, o pagamento dos vencimentos do funcionalismo público e concessão de créditos aos mais pobres, assumiu uma forma mais autônoma e de mais abrangência em relação ao de São Paulo, segundo Mário Lanna Jr. Apoiado em Forjaz, o autor apontou ainda que os rebeldes de Manaus foram menos elitistas, “chegam até a incorporar ao governo revolucionário elementos das classes populares”⁴⁴⁹.

⁴⁴⁶ Idem, p. 321.

⁴⁴⁷ Ibid., p. 330.

⁴⁴⁸ ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania**: praças da Armada Nacional 1867-1910. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001, p. 13.

⁴⁴⁹ FORJAZ apud LANNA JR, Op. Cit., p. 246.

Quais os lugares-comuns na forma de ação política? Há dois aspectos que considero fundamentais para tal. O primeiro diz respeito ao uso da violência. Para Anita Prestes, o tenentismo consolidou uma forma particular de reivindicação política através do uso da violência visto como forma legítima de transformação social e política⁴⁵⁰. A forma de ação, nesse caso, seja pela insurgência de 1924, seja pela Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, assumia o uso racional da violência como linguagem revolucionária.

Longe das generalizações, nesse caso, como linguagem revolucionária, ela também é, segundo Héctor Saint-Pierre, “um meio legítimo de expressão política com o qual as classes dominadas contam para responder à força institucional que as oprime”⁴⁵¹. O autor ainda considerou que a violência, como a guerra, não é apenas um meio, mas também uma definição de conflito político. A violência, nesse caso, não é apenas uma expressão de forma de ação por também ser um elemento característico e das sociedades contemporâneas desde “o abuso tributário até o feroz encontro bélico, da agressividade incontida das torcidas de futebol até os massacres perpetrados por grupos de “justiceiros”, da punição “pedagógica” até a violência sexual”⁴⁵².

No decurso da reflexão do autor, as categorias de força e violência são, em alguma medida, contrapostas nas correntes filosóficas que escreveram sobre o tema. Em linhas gerais, a força é relacionada com o exercício da autoridade e a violência, ou como instrumento ou como, na ótica revolucionária, a destruição da ordem. Isso não significa, no entanto, que a violência contrária à ordem seja, por isso mesmo, irracional, “ela pode ser a *canalização estratégica* dessas forças com o objetivo meridianamente claro e *racionalmente* deliberado da tomada do poder do Estado”⁴⁵³.

É evidente que, nessa leitura, revolução signifique, em sentido estrito, não apenas uma sublevação contra um tipo de ordem política ou social estabelecida, mas também uma ruptura sistêmica e profunda nas estruturas da sociedade, o que, em termos das revoltas tenentistas, não creio que seja o caso, embora nesta tese não tenha a preocupação em ponderar se os tenentes representavam as classes oprimidas, mesmo porque considero que já há uma historiografia sobre o tema (e que foi apresentada) cuja inclinação não parece ser essa.

⁴⁵⁰ PRESTES, Anita Leocadia. Brasil (Década de 1920): o tenentismo e o papel da violência na História. In: BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; MOURA, José Francisco (orgs.). **Violência na História**, v. 1. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X e FAPERJ, 2009, p. 113-122.

⁴⁵¹ SAINT-PIERRE, Héctor. Luis. 3. Violência, moral e revolução. In: **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 81.

⁴⁵² Idem, p. 82.

⁴⁵³ Ibid., p. 92. Grifos do autor.

Há, no entanto, uma questão fundamental sobre a forma, tal como o autor considerou, da violência instrumentalizada de modo revolucionário ou, como creio que seja mais pertinente para o caso do tenentismo em geral e mais especialmente na Amazônia, insurgente. Em todos os levantes tenentistas, não se tratava de toda a instituição militar, quer de terra, quer de mar, se revoltando, mas de uma parte dela que dispunha de meios muito mais limitados que o todo para consecução dos objetivos, eram, portanto, focos menores de um movimento desarticulado a nível nacional com os meios que eram possíveis de serem utilizados.

Disso, decorrem duas questões: como os tenentes revoltosos utilizaram os meios que dispunham? E, considerando isso, o que esses meios representaram ante diferentes expressões de insurgência em São Paulo, Sergipe, Pará, Rio Grande do Sul ou no Amazonas, onde tais revoltas foram inicialmente realizadas?

É, na resposta dessas questões, que considero pensar a revolta tenentista de 1924 na Amazônia em duas dimensões temporais distintas. A primeira delas é no espaço próprio dos acontecimentos, de 23 de julho ao final de agosto do referido ano, marcada pelas ações realizadas principalmente pelos tenentes da Marinha, analisando as que considero centrais para o nexo da insurgência. A segunda, conseqüente à primeira, é que essas ações não expressaram apenas o imediatismo dos acontecimentos, mas também do conhecimento e da prática adquirida pela Marinha na Amazônia e das transformações que a força passou, especialmente em direção ao uso da telegrafia sem fio.

O que quero com isso dizer é que no rol das ações que propus nesta tese para compreensão dos elementos que caracterizaram os tenentes como personagens centrais da Marinha na Amazônia, a insurgência tenentista, a ação política revolucionária, não pode ser pensada sem considerarmos simultaneamente que ela é distinta de todas as anteriores e, portanto, ela representou uma nova forma de ação dos tenentes na Amazônia e, portanto, como novidade histórica e, por outro lado, pela continuidade, isto é, pelos elementos nela contidos que não necessariamente se apresentam como ruptura.

O pano de fundo dessa perspectiva de duplicidade temporal sobre a expressão revolucionária, creio, é um dos pontos fundamentais às concepções de Hannah Arendt e a crítica Eric Hobsbawm sobre revolução. Para Arendt, a revolução precisa romper historicamente ao que fora combatido e produzir algo novo⁴⁵⁴. O problema fundamental dessa premissa, e de um

⁴⁵⁴ Cf. ARENDT, Hannah. Capítulo 1. O significado de revolução. In: **Da Revolução**. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 17-46.

modo geral, da concepção de revolução da autora, é que ela se constitui em uma “espécie de tipo ideal”⁴⁵⁵ e que, portanto, isoladamente não encontra realidade prática e factual.

A insurgência assim, também não pode ser desvinculada do próprio nível de aperfeiçoamento profissional das forças armadas, da experiência de ação política, das formas de ação intelectual, do exercício efetivo da autoridade, do poder simbólico e, portanto, compreendo a insurgência tenentista de 1924 na Amazônia como uma linguagem própria de ação das forças armadas através não apenas das inquietações e anseios contra a ordem estabelecida, mas dos meios e conhecimentos que eles dispunham. O uso racional da violência, da guerra, do conflito por parte das forças armadas na política passaram por uma transformação a partir da década de 1920.

Nas décadas anteriores, logicamente, militares utilizaram da instituição ou de meios específicos como forma de ação, seja com a Revolta da Armada, seja com a Revolta dos Marinheiros de 1910, mas em nenhuma delas compreendo que o nível de racionalização estratégico das competências profissionais utilizados tenha sido tão considerável como 1924.

Outra consideração sobre isso é que, se não foram as instituições militares em si que se revoltaram, por outro lado, em Manaus, toda a estrutura da Marinha assim o fez. Os tenentes da Flotilha do Amazonas, de um modo geral, não apenas conspiraram, eles a utilizaram como ferramenta insurgente. Em linhas gerais, os oficiais superiores (comandante da Flotilha, da Capitania dos Portos e do navio capitânia, o aviso *Ajuricaba*) foram presos por não aderirem, no entanto, considero que a participação da Marinha tenha sido a mais expressiva na Amazônia que em outras partes do Brasil pela convergência entre a revolta dos tenentes e a região onde eles exerciam centralidade.

Considerando a insurgência como forma de ação dos militares da Marinha enquanto categoria, neste capítulo são analisadas as principais etapas que a compõem através da trajetória da revolta no Pará e no Amazonas. São três aspectos fundamentais para tanto: o primeiro diz respeito às ações da composição organizacional da Flotilha revoltosa, incorporando alguns navios mercantes, bem como da tomada de Óbidos utilizando-a para tal. A tomada de Óbidos é duplamente simbólica por conta de seu posicionamento estratégico no rio Amazonas e pelo fato de um conjunto de navios sem capacidade real de bombardeio terem feito render uma fortaleza de artilharia fluvial sem utilização de combate.

O segundo aspecto foi o papel das comunicações nesse processo. Considerando os contingentes revoltosos insuficientes para exercer uma dominação militar sobre cada uma das

⁴⁵⁵ HOBSBAWM, Eric. Hannah Arendt on Revolution. In: **Revolutionaries**: Contemporary Essays. London: Phoenix Paperback, 1994, p. 202.

idades da bacia do Amazonas e o trânsito de informações como elemento crucial, os tenentes tomaram as estações radiotelegráficas e de telégrafo com fio; as instalações do Jornal do Commercio do Amazonas, transformando-o em um diário oficial do governo revolucionário e isolaram o território do Acre. O conhecimento de tais militares sobre o fator estratégico das comunicações certamente foi considerado e, sobretudo com a telegrafia sem fio, os militares da Marinha compreendiam o potencial tático do seu emprego, ao que verifiquei, na Revista Marítima Brasileira as discussões sobre o tema objetivando apreender como oficiais da Armada articularam estrategicamente esse processo.

Essas dimensões estão presentes na estrutura dos tópicos, organizados sequencialmente em três pontos: o primeiro sobre a revolta em Manaus e a configuração organizacional das forças tenentistas; no segundo, sobre a vitória contra o forte de Óbidos e o desdobramento do controle efetivo das áreas da bacia do rio Amazonas através do uso estratégico das comunicações; no terceiro, um aspecto particular da força revoltosa, que fora a pintura de preto do paquete Baía e como isso impactou a sua passagem pelas áreas onde os tenentes realizaram ações, sobretudo a partir de alguns relatos nos jornais de ribeirinhos e passageiros de navios mercantes, que o batizaram de o “Fantasma Negro”.

5.1. A revolta em Manaus e a perspectiva das forças revoltosas na Amazônia

A revolta em Manaus foi iniciada no dia 23 de julho de 1924, tendo como frente duas forças federais, o 27º Batalhão de Caçadores, do Exército, e a Flotilha do Amazonas, da Marinha. Em um curto espaço de tempo, o movimento revolucionário conspirou, se levantou em armas, venceu e iniciou o governo.

Deste ponto, há uma consideração importante sobre as fases do tenentismo descritas por Lanna Jr, embora o ano de 1924 esteja no que o autor considerou como fase conspiratória, compreendo que o mesmo partiu de uma visão retrospectiva para situar a fase de governo apenas após 1930 pelo fato deste movimento ter se efetivado e perdurado, embora não devamos deixar de ponderar que durante cerca de um mês, houve uma experiência de governo autônomo dos tenentes no Amazonas, embora de outra natureza, não sendo o processo, portanto, de via única. Assim, subdividi, para fins analíticos, em três momentos o processo de revolta no Amazonas: a conspiração, o levante e o estabelecimento do governo revolucionário.

O processo de conspiração pelo qual tenentes tramaram os motivos e as estratégias da revolta são diversos em termos historiográficos. Francisco Carlos Pereira Cascardo e Eloína

Monteiro dos Santos, cujas obras considero fundamentais para a análise, apontaram em comum o papel das lideranças do movimento, os quais eram “suspeitos”.

Efetivamente, a suspeição dos tenentes fora citada pelo almirante Alexandrino Faria de Alencar como um fator importante, para ele, os tenentes da Marinha do Amazonas eram suspeitos desde 5 e 6 de julho de 1922⁴⁵⁶. Entre os dois autores citados, há alguma divergência com relação aos líderes em geral do movimento. Em linhas gerais, são cinco nomes citados como centrais para a conspiração e o levante em si, sendo, pela Marinha, os primeiros-tenentes José Baker Azamor, José Lemos Cunha e Aurélio Linhares e, pelo Exército, Joaquim Cardoso de Magalhães Barata e o capitão José Carlos Dubois. Além deles, o tenente Alfredo Ribeiro Júnior, que se tornou o governador revolucionário, são as figuras mais centrais no processo.

Em 28 de abril 1922, segundo Cascado, José Baker Azamor, oficial aviador da Marinha, foi preso “sob a acusação de ser participante em tentativa de ataque aéreo contra Epitácio e a sua comitiva, que naquele dia regressava de Petrópolis”⁴⁵⁷. No dia 29, o presidente Epitácio Pessoa regressaria ao Rio de Janeiro após um período de “veraneio” em Petrópolis⁴⁵⁸, o que fora organizado segundo programação de festejos e críticas e agitações políticas.

Na noite do dia 28, o Ministério da Marinha expediu ordem de prisão aos primeiros-tenentes aviadores Belisário de Moura, Fábio Sá Earp, Flávio dos Santos e o então segundo-tenente José Baker Azamor. O motivo oficial da prisão seria o fato de que “os referidos officiaes [...] não quiseram se prestar a effectuar evoluções sobre a cidade por ocasião do desembarque do sr. Presidente da Republica”⁴⁵⁹. As evoluções consistiriam em “despejar pétalas de rosas á passagem do cortejo que acompanhará o Chefe do Estado até o Cattete”⁴⁶⁰. Segundo o Jornal do Brasil, na mesma noite, no Club Naval, houve “indignação e revolta”.

Os jornais analisados, em linhas gerais, apontaram apenas a recusa do procedimento de homenagem, mas Cascado, utilizando-se das memórias do então ministro da Marinha João Pedro da Veiga Miranda, afirmou também haver um plano de ataque ao cortejo, o que condiz o estado de prontidão referido pelos jornais emitido pelo Ministério da Marinha “achando-se parte da officialidade e da marinhagem impedida nos navios e fortalezas, desde as primeiras horas da noite”⁴⁶¹.

⁴⁵⁶ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1925, p. 19.

⁴⁵⁷ CASCADO, Francisco Carlos Pereira. O levante da Flotilha do Amazonas. In: **O Tenentismo na Marinha**, Os primeiros anos 1922-1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 293.

⁴⁵⁸ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1922, p. 2.

⁴⁵⁹ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1922, p. 7.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1922, p. 2.

Magalhães Barata fora detido em dezembro de 1923 por ter sido parte do movimento conspiratório em São Paulo que pretendeu a prisão do ministro da guerra marechal Setembrino de Carvalho e generalizar o movimento de revolta para o país. Nessa perspectiva, Cascardo e Santos concordaram que a transferência dos oficiais revoltosos para o Amazonas seria uma forma de isolar tais lideranças da capital federal, o que promoveu tanto o encontro de ambos como o compartilhamento de “experiências pessoais em atentados contra o poder estabelecido”⁴⁶².

O estado de suspeição também fora configurado pelas desconfianças do comandante da 8ª Região Militar do Exército, sediada em Belém, coronel Raymundo Barbosa quando de seu relatório pessoal ao marechal João de Deus Mena Barreto, chefe da força expedicionária que combateu os tenentes, indicando que os Batalhões de Caçadores 26 (sediado em Belém) e 27 (em Manaus) não inspiravam confiança e “não apresentava condições de segurança de sua fidelidade a lei e de respeito aos poderes constituídos”⁴⁶³.

Esse ambiente de desconfianças fora parte de um processo maior de crises que caracterizaram o rompimento do consenso do pacto do café-com-leite tanto no âmbito das oligarquias, com a configuração da Reação Republicana entre o final da década de 1910 e o início dos anos de 1920, dos embates entre civis e militares e entre militares que detinham entendimentos diversos do processo. Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, um dos aspectos de acirramento da crise fora a indicação de civis para os ministérios militares sob a presidência de Epitácio Pessoa. Além disso, o ponto culminante se dera com a publicação das “cartas falsas” enviadas por Artur Bernardes a Raul Soares “contendo referências desrespeitosas aos militares”⁴⁶⁴ durante as eleições presidenciais de 1922 e pela eclosão do movimento tenentista com a marcha dos 18 do Forte de Copacabana.

O início da revolta de 5 julho em São Paulo foi o momento de início efetivo das conspirações que resultaram no levante em Manaus. Há duas razões efetivas para tanto: primeiramente, o movimento provavelmente serviu de exemplo prático da possibilidade de sublevação, além do mais, a partir do referido dia, o Ministério da Guerra passou a expedir ordens e comunicados às diversas regiões militares a fim de mobilizar as forças e movê-las para o espaço de operações no sudeste do país.

Dessa forma, foram mobilizados os BCs 26 e 27, além do 4º Grupo de Artilharia, no Forte de Óbidos, o 24º BC (de São Luís) e o 25º (de Teresina), os quais foram ordenados de

⁴⁶² SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: Editora Valer, 2001, p. 61.

⁴⁶³ CASCARDO, Op. Cit., p. 295.

⁴⁶⁴ FERREIRA; PINTO, Op. Cit, p. 318.

seguir para o Rio de Janeiro no dia 7 de julho, o que fora tornado sem efeito pelo próprio Ministério no dia 13 após a revolta tenentista em Sergipe. Segundo Cascardo, entre os dias 5 e 13 foram realizadas duas reuniões entre os conspiradores de ambas as forças com o objetivo de discutir a revolução. Nos dois casos, havia consenso na inclinação a realizar o processo, embora não houvesse clareza na data em questão⁴⁶⁵.

O estopim da revolta fora a ordem ministerial de Setembrino de Carvalho do embarque dos batalhões de Manaus e Belém no vapor Baía, do Lloyd Brasileiro, que estava em Manaus, para o Rio de Janeiro no dia 20 de julho, marcando a data da saída das tropas para 23 de julho. Se embarcassem, as forças não teriam meios suficientes para realização do movimento e, assim, o mesmo fora marcado para as 18h30.

A Flotilha era composta, naquele dia, dos avisos Teffé, comandado pelo primeiro-tenente Aurélio Linhares; a canhoneira Missões, comandada pelo primeiro-tenente José Lemos Cunha e pelo aviso Ajuricaba, cujo comando era do capitão de corveta Leopoldo Gomensoro. No plano dos tenentes, José Baker Azamor assumiria o Ajuricaba. O comandante da Flotilha, capitão de mar e guerra Hormidas Maria de Albuquerque; o capitão do porto, capitão de fragata Cyro Menezes e Gomensoro foram presos para que a unidade fosse completamente utilizada.

É importante notar que nas fontes, em momento algum fora mencionada resistência das guarnições ao aprisionamento dos oficiais superiores. Considero que os suboficiais e marinheiros, tanto quanto os tenentes, compartilhavam da perspectiva intervencionista e de sublevação à ordem constituída que os tenentes detinham. Nesse sentido, a abordagem do movimento a partir dos tenentes teve, em termos historiográficos, evidente relação ao aspecto de liderança exercido por esses oficiais, o tem sentido partindo da premissa de que a profissionalização das forças armadas pressupunha a profissionalização dos oficiais como sendo detentores do poder hierárquico em última instância conforme tratei no primeiro capítulo.

Ocorre, no entanto, que se os conceitos de liderança militar utilizados por Edmundo Coelho como elemento básico para a compreensão do tenentismo como movimento militar e como pressuposto para situar os oficiais Azamor, Barata, Dubois, Ribeiro Jr e Lemos Cunha como peças-chave, teremos uma questão teórica com relação aos subordinados a meu ver: mesmo que as intenções e o planejamento tenham sido feitas exclusivamente por oficiais, por que as guarnições iriam aderir a eles e não aos superiores da Marinha em Manaus?

A resposta a essa questão é complexa e, compreendo, o compartilhamento de interesses e aspirações com a revolta pressupõe que os subordinados também detinham o interesse em

⁴⁶⁵ CASCARDO, Op. Cit., p. 300.

pensar as instituições militares, o ser militar e os deveres militares a partir da perspectiva de transformação política. Concordo, nesse sentido, com a análise de José Miguel Arias Neto sobre a Revolta de 1910, a qual forneceu elementos para esse nexos.

O autor partiu em especial de uma fonte: o manifesto feito pelos marinheiros interceptado pelo deputado José Carlos de Carvalho produzido em 22 de novembro de 1910 demandando as reformas na Marinha que o levante dos marinheiros considerava essenciais, “não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá”⁴⁶⁶.

Arias Neto criticou a forma pela qual o movimento fora tratado apenas como uma revolta, ou seja, somente como um ato de indisciplina, inclinando-se a trata-lo como uma revolução pela efetiva perspectiva de transformação social do qual ele teve em essência. Era um movimento não apenas político, mas de cidadania, e “na associação cotidiana, reverteu-se na decisão de empreender um movimento por uma causa comum, na formação dos comitês de organização – uma república onde os homens se encontram, se reconhecem como livres e iguais e constroem a si e a seu espaço político, o espaço da revolta”⁴⁶⁷.

A busca era que “o Estado os tratasse como cidadãos fardados em defesa da Pátria, proporcionando-lhes proteção, estendendo-lhes os direitos sagrados prometidos pela República, acabando com a desordem e reconhecendo-lhes a plenitude da cidadania”⁴⁶⁸, inclusive atentando a rigidez da disciplina e da observância dos princípios disciplinares da Marinha de Guerra aos oficiais que o descumpriam. A revolta dos marinheiros de 1910 não foi um ato contra a Marinha, mas em prol da sua transformação.

Dito nesses termos, os marinheiros utilizaram dos meios que dispunham em seu conhecimento profissional militar e com a disciplina hierárquica mantida na guarnição revoltosa no Minas Gerais. E dessa forma, esses movimentos embora tivessem tido uma quebra imediata da hierarquia, isto é, no caso de 1910, contra os oficiais em si e, no caso da revolta de Manaus, com os três oficiais superiores citados, em especial o comandante da Flotilha, a hierarquia através da lealdade aos comandantes de fato e legítimos reconhecidos pelas guarnições se concretizou.

Os tenentes sem as referidas guarnições não eram artífices de qualquer movimento. O ato dos marinheiros não se tratou apenas em aderir, portanto, mas o respeito disciplinar e hierárquico aos tenentes enquanto atos de lealdade pela legitimidade de suas ideias era tão

⁴⁶⁶ ARIAS NETO, Op. Cit., p. 352.

⁴⁶⁷ Idem, p. 356.

⁴⁶⁸ Ibid., p. 360.

revolucionário quanto os levantes de 1924 em si. Se, portanto, o uso racional das relações militares (através da hierarquia) e dos conhecimentos profissionais como ferramentas de insurgência não fora fruto apenas de um processo de profissionalização dos oficiais, mas das instituições em si. A tomada de consciência dos deveres cívicos e de contestação da ordem, a proeminência do uso das instituições armadas do Estado não foram exclusivos de oficiais.

E, por outro lado, se a lealdade pressupunha o compartilhamento ideológico do intervencionismo, a legitimidade do poder dos tenentes era também um fato concreto naquelas unidades. Não apenas conspiraram por reunirem elementos “suspeitos”, mas também porque eles comandavam os meios para realização dessa ação política. Eles eram os superiores e os comandantes de fato, os que comandavam as tripulações nos exercícios, mobilizações e no serviço de bordo nas canhoneiras e avisos da Flotilha do Amazonas. Eles eram os tenentes e os almirantes da força fluvial.

Nessa perspectiva, a tomada da Flotilha se deu por duas vias. Os tenentes Lemos Cunha, Linhares e Baker Azamor deveriam tomar ou confirmar a adesão das guarnições dos navios estacionados na baía do Rio Negro e os oficiais do Exército Magalhães Barata e Euclides Lins deveriam prender os oficiais superiores, exceto o comandante do Ajuricaba (que seria preso por Azamor). A prisão dos oficiais superiores seria confirmada pela explosão de três foguetes, o que daria início a tomada das canhoneiras.

Após as prisões e tendo o comando da Flotilha e da Capitania dos Portos sido enviado para o quartel do 27º BC, Aurélio Linhares relatou a tomada do aviso Teffé:

“Tendo prompto o revolver, mandei formar a guarnição e declarei-a revoltada. Há silêncios trágicos; conheci um destes. Um homem que dissesse. Com licença de V.S., seu commandante; eu desconcordo... e não sei o que haveria de. É triste matar-se um homem que está cumprindo um dever. Felizmente nada disto houve: o silêncio foi curto. Durvalino Pinheiro, sub-official mecânico declarou-se prompto a cumprir todas as ordens que eu lhe desse. O resto veio por si: larguei a coronha da arma”⁴⁶⁹.

Na canhoneira Missões, também não houve resistências, tendo o tenente Lemos Cunha formado a guarnição, convocado os praças licenciados para bordo, ordenado o desligar das luzes e disparos de pólvora seca na direção do quartel da Força Pública como sinal de adesão ao movimento. No caso do Ajuricaba, Cascardo argumentou que embora o capitão de corveta Gomensoro fosse o elemento de resistência por ser comandante, a peça-chave para a anulação

⁴⁶⁹ LINHARES, Aurélio. As Grandezas e Misérias das Revoluções. Apud CASCARDO, Op. Cit., p. 303.

de resistência foi a prisão do mestre do navio, Raymundo da Silva Braga, “sabido como também contrário ao movimento e reconhecido como um homem decidido”⁴⁷⁰.

Com a Flotilha levantada, o destacamento do 27º BC formado por infantaria e artilharia iniciaram o ataque ao quartel da Força Pública às 19h20, segundo relato de Idelfonso Marinho:

“O movimento sedicioso rebentou no dia 23 de julho ultimo, ás 7:20 d anoite, inesperadamente, com o ataque pelo 27 BC ao quartel da policia amazonense.

A milícia estadual, mesmo atacada de chofre pelos revoltosos, e desprevenida, no momento, para uma acção vigorosa á turba amotinada dos soldados em numero e armamento superiores ao seu, resistiu ainda assim, por espaço de 35 minutos, sob comando do coronel Pedro de Souza, seu commandante.

Do alto do quartel atacado, 16 praças da policia, guarnecendo metralhadoras, tentavam repelir o inimigo com um fogo vivo sobre os rebeldes do 27 BC, enquanto o coronel Pedro de Souza, sem desanimar e sem receio, ora subia ora descia as escadas do quartel, dando ordens e determinando rapidas providencias.

Numa das vezes, recebeu, na sacada, dois ferimentos de bala, numa das côxas, que o impossibilitaram de locomover-se. Os revoltosos haviam acertado no melhor alvo dessa reacção heroica.

E logo, sem comando e o desanimo a lavrar naquela pugilo de lutadores fieis ao governo do Amazonas, o quartel, sem mais resistência e sem o disparo de fuzis, foi invadido e ocupado pelos atacantes.

A tropa traidora da União, sem grande luta, conseguiu sufocar o único reduto de resistência que o defrontava.”⁴⁷¹

Embora a força estadual fosse a resistência em potencial, o seu efetivo era menor do que a tropa federal do Amazonas. Em 1924, o efetivo da polícia estadual fora fixado para 344, mas na prática, em julho do mesmo ano, ela era composta por apenas 115 policiais⁴⁷². Segundo Paula Dantas, até 1912, o policiamento urbano de Manaus era comandado pelo Exército e, conseqüentemente, os seus efetivos eram preenchidos mediante alistamento militar que, no caso, durava no máximo 3 anos para os praças, sendo dissolvida em 1913 e tornada Batalhão de Segurança e Companhia de Bombeiros pelo decreto estadual nº 1.009 do referido ano⁴⁷³.

Comparando o estudo de Dantas, que fora centrado para 1905-1915 e os dados de 1924, é possível perceber uma diminuição sensível no efetivo policial do Amazonas. Segundo a autora, em 1901, o contingente era de 711 homens, passando a 667, chegando a 1.100 homens em 1905, ao que ela atribuíra ao contexto da Revolta da Vacina⁴⁷⁴. A função prática da força pública no estado, argumentara Dantas, se relacionava com a profilaxia urbana. A crise

⁴⁷⁰ CASCARDO, *Ibid.*, p. 304.

⁴⁷¹ PACOTILHA, São Luís, 12 de agosto de 1924, p. 1.

⁴⁷² AMAZONAS. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Amazonas**. Manaus, 1924, p. 39.

⁴⁷³ DANTAS, Paula. **Desordem em progresso: crime e criminalidade em Manaus (1905-1915)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014, p. 48.

⁴⁷⁴ *Idem*, p. 50.

econômica que diminuiu a arrecadação estadual seria a justificativa básica para que as forças estaduais fossem transferidas ao controle do Exército.

O controle federal sobre as forças de segurança pública se manteve até 1922, quando a força policial se tornou autônoma e deixou de ser auxiliar do Exército. Apesar disso, a composição das tropas ainda se manteve por alistamento com serviço temporário de 2 anos. Turiano Meira, em mensagem à Assembleia Legislativa estadual em julho de 1924, ressaltou que o serviço regular de 3 anos não era cumprido, uma vez que sendo o alistamento voluntário, não havia quem o quisesse⁴⁷⁵.

O efetivo militar do Exército no Amazonas, especificamente no 27º Batalhão de Caçadores, era de 428 militares em 1920, quando foi iniciada a reorganização territorial do Exército. No referido ano, a tropa do Amazonas era o 45º Batalhão de Caçadores, subordinado a então I Região Militar, transformado respectivamente no 27º e na 8ª Região Militar e mantendo relativamente o mesmo efetivo até 1924⁴⁷⁶.

Diferentemente de Belém, não há menção nas fontes a resistência por parte dos bombeiros ou de qualquer guarda municipal em Manaus, portanto, a vitória sobre o quartel da Força Pública com um pequeno espaço de combate foi suficiente para que, na prática, não houvesse qualquer outro foco de resistência. Além disso, ela também significava, como apontado por Marinho, o aumento logístico do armamento disponível para as forças revoltosas.

Seguindo à tomada dos meios policiais, os tenentes iniciaram a tomada do governo e consolidação do governo revolucionário do Amazonas:

“Acto continuo, dirigiram-se os revolucionários para o Palacio Rio Negro, onde apossaram do governo, ante a fuga precipitada do governador interino, dr. Turiano Meira, que, sabedor já daquelas graves ocorrências, se refugiara num sitio distante meia hora da capital, acompanhado de sua família.

Os revoltosos intimaram, a seguir, o desembargador Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, presidente do Tribunal Superior de Justiça, a assumir o governo, ao que se recusou terminantemente aquele magistrado, alegando ser partidário do presidente Artur Bernardes e declarando preferir a prisão a cometer semelhante deslealdade.

[...]

E assim o movimento sedicioso de Manaus, levado a efeito ali pela indisciplina dos militares do país, num golpe de audácia e de truculência vesania assenhorou-se do organismo administrativo do Amazonas.

[...]

A revolução de Manaus teve como principais cabecilhas o capitão José Carlos Dubois, que serviu no 26 BC ali há pouco; tenente Joaquim Magalhães Cardoso Barata e 1º tenente Aluizio Pinheiro Ferreira, do grupo de artilharia de Obidos.

Tomaram parte no movimento os demais oficiais da guarnição de terra e mar, que são os seguintes: capitão médico dr. Francisco Batista de Almeida, 1os. Tenentes José de Lemos Cunha, Aurelio Linhares, José Baker Azamor, Raimundo Vilaronga Fontenele, Loé Guitterres Simas,

⁴⁷⁵ AMAZONAS, Idem, p. 40.

⁴⁷⁶ BRASIL. **Relatório do Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1919, p. 5.

Osmundo Anequim, Sebastião Mendes de Holanda, José Dias Vieira, Pedro Alves da Cunha, 2os. Tenentes Abilio Costa, Antonio Mendes da Silva e Euclides Joaquim Lins.⁴⁷⁷

É interessante notar que a formação de um governo revolucionário não parecia necessariamente estar no plano dos tenentes, uma vez que procuraram o desembargador Sá Peixoto a fim de assumir o governo do estado. Além dele, também foram procurados Antônio Aires de Almeida Freitas, vice-presidente em exercício da Assembleia Legislativa. Com as recusas e o fato do governador deposto Turiano Meira ter se ausentado mesmo antes de os tenentes o prenderem, foi organizado um governo revolucionário com consenso dos militares envolvidos em nomear o primeiro-tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior como governador:

“Deliberação. Tendo os abaixo assignados – Commandante e Officiaes do 27º B. C. e Commandante e Officiaes da Flotilha do Amazonas, deliberado, após a victoria decisiva da Revolução e atendendo aos interesses imediatos e superiores do Povo Amazonense, investir o 1º Tenente do Exército Alfredo Augusto Ribeiro Junior no cargo de Governador do Estado, assim o fazem, pelo intermédio d’este publico instrumento, tanto se acham, todos, seguramente convicto de que a honradez, dedicação e compentencia desse nosso companheiro de arma o inspiraram, sempre, no conduzir os destinos deste rico e nobre Estado à prosperidade e segurança resultantes do esforço ablegado e honesto de seus laboriosos e dignos filhos. Capitão Carlos Dubois, Capitão-médico dr. Francisco Baptista de Almeida, Primeiro tenente José Lemos Cunha, Primeiro Tenente Aurelio Linhares, Primeiro Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Primeiro Tenente José Baker Azamor, Primeiro Tenente Raymundo Villaronga Fontenelle, Primeiro Tenente Lopez Gutierres Simas, Primeiro Tenente Aluizio Pinheiro Ferreira, Primeiro Tenente Osmundo Annaquim, Primeiro Tenente Sebastião Mendes de Hollanda, Primeiro Tenente José Dias Vieira, Primeiro Tenente Pedro Alves da Cunha, Segundo Tenente Abilio Costa, Segundo Tenente Antonio Mendes da Silva, Segundo Tenente Euclides Joaquim Lins.⁴⁷⁸

Na formação do governo, tanto militares como civis foram nomeados, no entanto, Eloína Santos apontou que as decisões cabiam aos militares:

Tabela 22 - Cargos do Governo Revolucionário do Amazonas

Nome	Cargo
Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, primeiro-tenente EB	Governador do Amazonas
Crisanto Jobim	Secretário-Geral do estado
Antonio José Guimarães, tenente de 2ª linha	Ajudante de ordens
Francisco das Chagas Aguiar	Superintendente de Manaus
Carlos Dubois, capitão	Comandante da Força Pública
Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, primeiro-tenente EB	Chefe de Polícia ⁴⁷⁹
Olegário da Luz Castro	Chefe de Polícia
Antonio Lopes Barroso	Inspetor do Tesouro
Antônio Cavalcanti de Oliveira Lima	Delegado auxiliar
Washington de Mello	Secretário da Junta Comercial

⁴⁷⁷ PACOTILHA, São Luís, 12 de agosto de 1924, p. 1.

⁴⁷⁸ Publicada no Jornal do Povo. A REFORMA, Rio Branco, 12 de outubro de 1924, p. 1.

⁴⁷⁹ Magalhães Barata exerceu apenas até a tomada de Óbidos.

José da Silva Castanheiro	Oficial de Registro de Títulos e Documentos
Marciano Armond	Diretor-Geral de Instrução Pública
Carlos da Silva Mesquita	Diretor do Ginásio Amazonense
Raimundo Nicolau da Silva	Diretor da Secretaria de Estado
João Franklin de Alencar Araripe	Procurador Fiscal da Fazenda
Domingos Alves Pereira de Queiroz	Subprocurador de Fazenda
Albertino Dias de Souza	Diretor da Recebedoria
Pedro Barbosa de Amorim	Ajudante da Recebedoria
Jayme Marques Brasil	Delegado de Polícia de Boa Vista do Rio Branco
Arthur Franklin de Mendonça	Diretor da Casa de Detenção
José Furtado Belém	Administrador da Mesa de Rendas de Parintins
Ladislau Lourenço de Sousa	Tesoureiro da Mesa de Rendas de Parintins

Fonte: SANTOS, Op. Cit., p. 103-104; PACOTILHA, São Luís, 12 de agosto de 1924, p. 1

Eloína Santos afirmou que todos os civis que foram nomeados para cargos administrativos tinham vinculações político-partidárias com a “facção Nery”⁴⁸⁰, isto é, com o grupo político que se uniu em torno da candidatura de Silvério Nery em 1923 contra o grupo encabeçado por Rego Monteiro, então intendente de Manaus quando da vitória dos tenentes. Embora a vinculação partidária seja um aspecto a ser considerado, não creio que a identificação dos tenentes tenha sido com uma “facção” política em si, mesmo porque não considero pertinentes a redução da dinâmica política à liderança carismática ou de qualquer natureza de políticos mesmo que tenham tido domínios de certos cargos⁴⁸¹.

A convergência de interesses, nesse caso, provavelmente se deu tanto por contar com posturas de oposição a um poder constituído como pelo fato de muitos desses civis serem funcionários dos respectivos órgãos. Essa questão é importante, uma vez que mesmo que as decisões finais recaíssem sobre os tenentes, eles reconheciam não deter de competência suficiente para administrar qualquer setor do Estado e, assim, a administração não era exclusivamente aos quartéis.

Destaco também que a escolha de Ribeiro Jr para o governo foi bastante elucidativa sobre a relação dos militares com a política, pelo menos na Primeira República. Ainda que o cargo político de governador fosse militarmente estratégico para a consolidação do controle sobre a Amazônia, não foram os líderes iniciais da revolta que se investiram dele. Essa decisão tem sentido na medida em que os líderes da revolta assumiram para si os cargos e o comando dos meios efetivos para o combate, isto é, da Flotilha, das forças de terra, da Força Pública e, posteriormente, do Forte de Óbidos, mas ela também é representativa do fato que, nos momentos em que os militares exerceram o controle político do Estado, a estrutura

⁴⁸⁰ SANTOS, Op. Cit., p. 114.

⁴⁸¹ A crítica também é presente em FARIAS, Op. Cit., 2017, o qual buscou a complexidade das disputas políticas no Pará diferentemente da historiografia que convencionou a dar sentido a elas pelo alinhamento a duas lideranças políticas no Pará: Lauro Sodré e Antônio Lemos.

administrativa estatal não necessariamente era o âmbito último da esfera de decisões e, portanto, do poder político.

Dois conjuntos de ações me parecem fundamentais para compreender o governo dos tenentes em Manaus e no Amazonas do ponto de vista de políticas desenvolvidas no curto espaço em que governaram: os aspectos simbólicos e a manutenção de uma institucionalidade.

Um governo estabelecido em meio a uma guerra civil no país sem a existência de um plano concreto de governo tinha condições de exercer alguma forma de poder simbólico? A questão, tomada de forma genérica, provavelmente impõe a dificuldade objetiva, pelo menos, na definição de “prioridades” de um governo formado em tais circunstâncias. Decorrem, no entanto, que as ações dos tenentes no sentido simbólico tinham pelo menos duas matrizes: o conjunto do que os oficiais de Marinha já praticavam há décadas, como tratei no capítulo 2 e as contidas nos atos específicos em torno do caráter “moralizante” que, de Bóris Fausto a Eloína Santos era, em última análise, o lugar comum das ações políticas dos tenentes no Brasil.

A rápida confecção de um jornal com objetivo de divulgação das ideias dos tenentes, o *Jornal do Povo*, foi uma das principais ações nesse sentido e sobre os aspectos estratégicos, tratarei nos tópicos seguintes. No entanto, a difusão do discurso provavelmente teve um peso simbólico importante. Isso porque, sendo a língua um sistema simbólico, a utilização de expressões e termos seria emblemática para as finalidades da revolta:

“‘Ressurreição’: A esperança de melhores dias... sempre a mesma ilusão, sempre essa resignada confiança no futuro, eram o consolo de todos nós... Soffriamos as maiores vicissitudes, todos os desesperos e todas as perfídias. A miséria atroz, a vilania espesinhavam virtudes e sentimentos. Lealdade era a palavra vã; o ser honrado e recto era comprometer-se. A integridade das boas acções prodigalizava desconfianças e uma perspectiva de ameaças. A eloquência da verdade – velharia incommoda e tão nociva ao manejo dos interesses inconfessáveis, - clamava em vão! Quem ousaria aconchegar intenções ou propósitos alevantados acerca dos homens e das cousas sob a forte pressão desse ambiente social? Veio a reação necessária, chegou-nos enfim a *Redepmção*. Uma ânsia de liberdade incontida fez levantar-se a mocidade do Exército e da Marinha em prol das supremas reivindicações de civismo. O gesto heroico e sobranceiro desse punhado de bravos, salvando-nos o animo e o idealismo de cidadãos, o esforço e a tenacidade do character, fez o exemplo magnifico: a victoria do movimento revolucionário é a lição mais alta do patriotismo brasileiro! As bênçãos de Deus e o applauso da população desta terra são para o esplendor de tão nobre empreendimento: a figura intengível do soldado, apostolo irradia, em plethora, o bem que nos é dado almejar!... Faltava-nos a segurança para o labor costumeiro e a tranquilidade espiritual: a Revolução deu-nos a liberdade de agir e de pensar. Aspiravamos receber a justiça dos homens: a Revolução é o reivindicador consciente das garantias e dos direitos pessoas. Queiramos o socego dos momentos de paz e de conforto moral: a Revolução distribue equitativamente favores idênticos a todos nós. É o abençoado paradoxo: no Amazonas a legalidade é a Revolução, porque nada nos perturba e nada nos confrange. À consciência do que somos corresponde a satisfação da alma. Coragem para a lucta, porque a victoria final nos sorrirá... Oremos. O espirito em contricção roga em silencio: a prece é uma convicção de ideaes. Esperemos confiantes. A fé nos arrastará ao triumpho absoluto. Não é possível que a Providencia nos abandone. Washington Mello (Do *Jornal do Povo*, de Manáos)”⁴⁸².

⁴⁸² A REFORMA, Rio Branco, 12 de outubro de 1924, p. 1. Grifos da fonte.

Uma das primeiras publicações do Jornal do Povo, o manifesto em questão foi feito na mesma edição em que anunciou-se a declaração de Augusto Ribeiro Jr como governador do Amazonas. É interessante que os dois excertos apresentam o elemento excludente da própria revolta: expressa as indignações sofridas por todos (no “nós”) sob a autoria de um civil embora a decisão de empossar o governador coubesse apenas aos oficiais que assinaram.

Há uma perspectiva temporal no manifesto da ressurreição interessante. Primeiramente, porque é feito um amálgama ordenado entre o passado das ilusões, do sofrimento, do desespero e da perfídia, o presente da “reação necessária”, da “*Redempção*” e da revolução vitoriosa e o futuro aberto por ela. Entre todos, o elemento do tempo cristão deu o tom do eterno para o eterno: o “sempre” dos sofrimentos passados contrastado com o “sempre” da fé no futuro melhor que a Providência não haveria de abandonar. Há um contraste também, nesse sentido, da mocidade do Exército e da Marinha, tidos como “apóstolos” do bem e da segurança e, conseqüentemente, dos oligarcas da insegurança e das explorações. Eles representavam bênçãos de Deus e a ressurreição de um bem contra o mal nessa linguagem.

O elemento civil, nesse caso, tinha uma dupla importância. Na imprensa militar, de um modo geral, o tom patriótico e nacionalista estava presente, mas não o viés religioso da nação ou da pátria, o que não significa que os militares fossem necessariamente anticristãos ou ateus. Na perspectiva positivista, no entanto, há sentido em compreender as razões pelo culto à ciência e à técnica do agir intelectual dos militares, conforme tratei no capítulo 3. Mas vindo de um elemento civil, essa linguagem atingia outras perspectivas.

Aliás, Washington Mello também não era qualquer elemento civil no governo revolucionário. Ele também era um intelectual no sentido duplo: era bacharel em Direito formado em 1920⁴⁸³ e na condição de advogado, também frequentava eventos onde estavam as principais autoridades do Amazonas no período. Em 1922, foi o presidente do Comitê das Festas do Centenário do Amazonas no clube Luso Brasileiro do mesmo estado⁴⁸⁴. Por outro lado, era também um intelectual ligado à imprensa periódica, sendo um dos redatores do periódico O Monóculo, fundado em 1921⁴⁸⁵.

A convergência de discursos e interesses entre os elementos civis e militares no discurso revolucionário formou, assim, as imagens de um governo pautado nas liberdades, no patriotismo e na religião cristã. O lugar-comum daqueles os quais a revolução se direcionava

⁴⁸³ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 24 de dezembro de 1920, p. 1.

⁴⁸⁴ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 21 de agosto de 1922, p. 1.

⁴⁸⁵ EL HISPANO-AMAZONENSE, Manaus, 25 de março de 1922, p. 2.

era o sofrimento. Havia uma redução da realidade social em um mesmo bloco homogêneo, onde oficiais e praças, intelectuais e analfabetos, bacharéis e operários poderiam estar.

Ao analisar o integralismo e as expressões do autoritarismo no Brasil, Marilena Chauí apontou um elemento bastante semelhante nesse sentido: há uma superposição de identidades, isto é, as identidades de classe eram menores porque havia uma noção generalista e universal a ser considerada. A visão ideológica, assim, “tem a peculiaridade de fundar uma separação entre as ideias dominantes e os indivíduos dominantes de maneira a impedir a percepção do “império dos homens sobre os homens” graças à figura “neutra” do império das ideias”⁴⁸⁶.

O caso de Manaus, entretanto, não é a visão acabada do que os integralistas produziram anos depois, e mesmo considerando a adesão de operários e trabalhadores e os atos em prol do “povo” e das questões sociais envolvidas, havia uma separação clara entre os que governavam, onde não havia operários, e os governados. Não houve, considerando as fontes e a historiografia, um esforço em democratizar o Estado em si, mas em sanar os problemas concretos por meio de um Estado estruturalmente semelhante sem, no entanto, a representatividade total da sociedade de Manaus.

O elemento nacionalista nesse caso, além de unir de alguma maneira todas as vertentes militares da América Latina, como apontou Rouquié, também expressava uma concepção de nacionalismo que Eric Hobsbawm apontou como uma das mudanças do nacionalismo a partir dos anos 1880-1914 dentro dos sentimentos nacionais dos próprios Estados-nações estabelecidos, isto é “no direito político a nação e bandeira”⁴⁸⁷.

Essa premissa, que associava inclusive os movimentos operários de esquerda na Europa, se referia, entre outras, à noção de cidadania presente em um nacionalismo militante que se transformou em autoritário nas décadas seguintes. A questão social e a questão nacional, assim, não eram dois elementos diferentes, embora no caso de Manaus estivessem muito mais conectados que, aparentemente, em outras experiências de revolta de 1924 e não se diferenciavam em minha compreensão, das interpretações da “moralização” da política, ainda que tais expressões não tenham sido iguais em todos os cantos do país.

No esteio das ações simbólicas, o novo governador realizou visitas em órgãos públicos e associações de trabalhadores e do comércio. Não se tratava apenas de conhecer as condições materiais desses espaços para realização de políticas, mas também de demonstrar, através da

⁴⁸⁶ CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Edição do Kindle. Escritos de Marilena Chauí, vol. 2. Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, pos. 1453.

⁴⁸⁷ HOBBSAWM, Op. Cit., 1990, p. 126.

presença, a autoridade do tenente Augusto Ribeiro e dos propósitos legais da revolução. Nesse sentido,

“Uma das primeiras visitas feitas pelo governador revolucionário foi ao Instituto Benjamin Constant, educandário de meninas orfãs, dirigido pelo desembargador Gaspar Guimarães, director da Faculdade de Direito de Manaus e membro, em exercício, do Superior Tribunal de Justiça no Amazonas.

Constando a saída de alunas em massa, explicou o director que o facto se prendia a férias e á suposição de que não haveria recursos para manter o estabelecimento.

O tenente Ribeiro Junior ordenou imediatamente que fosse pago o custeio do Instituto, pelo Tesouro, e visitou o edificio de que recolheu boa impressão”⁴⁸⁸

Da mesma forma que os governadores militares dos primeiros anos de República, como Lauro Sodré e os advindos da mocidade militar da Praia Vermelha, tiveram no olhar sobre o ensino uma das expressões do cientificismo militar e da ideia de “libertação espiritual”⁴⁸⁹ através da educação, os tenentes de 1924 igualmente buscaram garantir, em uma das primeiras ações simbólicas do “governo salvador”, como o *Jornal do Povo* referia, a continuidade do funcionamento do Instituto Benjamin Constant, especialmente às alunas do curso normal e, portanto, futuras professoras.

Além disso, Augusto Ribeiro proferiu, segundo Eloína Santos, pelo menos dois discursos públicos que foram transcritos para o *Jornal do Povo*. O primeiro quando da investidura do cargo de governador e o segundo em 25 de agosto, quando “essa rebelião já indicava sinais de fracasso diante da ação regressiva das forças legalistas do Destacamento do Norte na região de Óbidos”⁴⁹⁰. Para Santos, a linguagem do primeiro discurso era semelhante à dos tenentes de São Paulo em torno da ideia de que havia medidas corruptas na administração derrubada e a retórica seguia a lógica de busca pelas soluções do roubo do Tesouro principalmente pela devolução no pagamento do funcionalismo público.

Para além da retórica, no entanto, resalto a forma: os discursos foram feitos pelo governador de forma aberta à população. A aproximação entre o governador e o “povo” era um elemento simbólico de diluição das hierarquias contidas na autoridade e de uma espécie de solidariedade às causas populares: o governador Ribeiro Jr não governaria apenas no gabinete do Palácio Rio Negro, mas também de sua sacada, no seio da população. Era uma linguagem social de contraposição à distância da oligarquia destituída e da autoridade indiferente.

⁴⁸⁸ PACOTILHA, São Luís, 13 de agosto de 1924, p. 1.

⁴⁸⁹ Recomendo um interessante trabalho sobre o governo republicano do Pará nesse sentido: CARDOSO, Lucas Ayres. **O Lyceu de Arte se Offícios Benjamin Constant e a formação de trabalhadores no alvorecer republicano no Pará (1891-1897)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2020.

⁴⁹⁰ SANTOS, Op. Cit., p. 104.

Aliás, as aglomerações públicas em diversos atos do governo revolucionário é citada em diversos jornais, o que provavelmente significa que outros discursos foram feitos na medida em que eram feitos. No caso da visita ao Instituto Benjamin Constant, Ribeiro Jr igualmente pode ter proferido palavras no sentido de demonstrar a preocupação dos tenentes com a educação e o sentido republicano da mesma.

Os manifestos do *Jornal do Povo* e os discursos eram aspectos simbólicos de uma mesma ação. A retórica utilizada e as expressões impactantes no sentido da indignação e da necessidade de transformar a política eram ideias a serem faladas. Como Marialva Barbosa ressaltou, os jornais eram um material impresso lido por uma pequena parte da população que teve acesso à alfabetização, mas igualmente eram escritos para serem lidos para outras pessoas: “[...] lido em voz alta nas rodas noturnas familiares e pelo menos quatro pessoas tomam conhecimento do conteúdo de um único número”⁴⁹¹, as retórica revolucionária deveria ser ouvida pelas ruas de Manaus quer pelos tenentes, quer pelos leitores.

No manifesto “Ressurreição”, é interessante também a passagem “É o abençoado paradoxo: no Amazonas, a legalidade é a Revolução”. O paradoxo se traduzia numa perspectiva conservadora diante das revoluções: assim como em grande parte dos jornais que pesquisei, na semântica de Washington Mello, as revoluções eram, antes de mais nada, desordem, indisciplina e rebeldia. A legalidade era o princípio da ordem, nessa perspectiva e, necessariamente, boa. Evocar um paradoxo, nesse sentido, não era estabelecer uma separação real entre a revolta em curso e o sistema civilizado das leis, mas resgatar o sentido da própria legalidade, e, portanto, embora um movimento revolucionário, ele não existiria para promover a indisciplina e a desordem social, mas para resgatar o que havia sido perdido com o próprio poder constituído. Não era, pois uma revolução contra o Estado, e sim o seu próprio fortalecimento.

Os tenentes trocaram pessoas, mas não acabaram com cargos nem funções da Administração estadual. Eles mantiveram um nível de funcionamento das instituições existentes. Além do próprio governo estadual e da superintendência municipal de Manaus, da chefatura de polícia, a administração do Tesouro se manteve em funcionamento de uma maneira interessante.

Uma das reivindicações mais relevantes para os tenentes advinha dos atrasos nos vencimentos dos funcionários públicos:

⁴⁹¹ BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 48.

“O 1º tenente Ribeiro Junior, governador militar do Amazonas, determinou, ao assumir o governo, que o inspector do Tesouro pagasse um mez de vencimentos a todo o funcionalismo publico, obedecendo ao critério de pagar primeiramente aos mais necessitados. Procurado por um representante da viúva do coronel Serafim Leopoldino de Carvalho, falecido a 26 de julho, o tenente Ribeiro Junior ordenou que o tesoureiro pagasse áquela viúva a importância de... 1:516\$668, correspondente a 2 meses de vencimentos, e mais... 200\$000 de montepio, quantitativo necessário para o enterro daquele antigo oficial da Força Policial do Amazonas e que foi, há tempos, ajudante de ordens do governador Antonio Bittencourt.”⁴⁹²

O comportamento dos tenentes em relação aos cofres públicos foi, assim, interessante. Primeiramente, porque eles efetuaram diversos pagamentos ao longo do tempo em que administraram o estado, mas também porque quando a Flotilha partiu de Manaus para conquistar as demais cidades do rio Amazonas até Belém, em todos os postos de abastecimento de combustível, víveres e outros produtos, realizaram pagamentos imediatos. A Flotilha partira carregada com munições, armamento e dinheiro.

Realizaram seguidamente saques junto ao Banco do Brasil. Ainda no dia 23 de julho, após a tomada do quartel da Força Pública, parte da tropa mandou que o gerente e os empregados saíssem e realizou um “exame de escrituração”, onde “verificaram que o chefe de polícia dr. Mario do Rego Monteiro, tinha um depósito no valor de trezentos contos de réis. Efetuaram então a captura do chefe de policia e forçaram-no a assinar um cheque contra a agencia no valor dessa importância”⁴⁹³, valor que utilizaram para pagamento dos vencimentos de todo o funcionalismo, o que gerou “aplausos dos interessados e certa simpatia de toda a população”. No dia 25 de julho, os tenentes requisitaram por meio da delegacia fiscal duzentos contos de réis, o que se repetiu no da 26, “renovada a requisição, de maior quantia, diretamente ao Banco, que a entregou sob protesto”⁴⁹⁴.

Além disso, os tenentes criaram o “Tributo da Redenção”, criado especificamente para reposição dos vencimentos do funcionalismo que teriam sido usurpados ao longo do período anterior. O déficit se deu porque “o funcionário público assignava um cheque e entregava ao [...] Thesouro, que dava ao seu legitimo dono apenas 10% dos vencimentos, sendo os 90% restantes rateados entre a irmandade, senhora da terra”⁴⁹⁵ através de um sindicato chefiado por Lobato Faria e que retira grande parte dos salários em questão, que não eram devolvidos.

Daí o motivo para confisco do depósito de Mario do Rego Monteiro, além do mesmo ter ocorrido com outros ligados ao governo anterior do Amazona. O Tributo arrecadaria valores confiscados, espontâneos e pelo pagamento de dívidas atrasadas com o estado para repassar aos

⁴⁹² PACOTILHA, São Luís, 13 de agosto de 1924, p. 1.

⁴⁹³ PACOTILHA, São Luís, 15 de agosto de 1924, p. 1.

⁴⁹⁴ PACOTILHA, São Luís, 12 de agosto de 1924, p. 1.

⁴⁹⁵ CUNHA, Themistocles apud CASCARDO, Op. Cit., p. 310.

funcionários públicos. A companhia Amazon Market, que administrava o mercado público e o matadouro de Manaus, teve o contrato cancelado e as dívidas cobradas. Além disso, o próprio governador contribuía com 175 contos para a Redenção, como o Jornal do Povo noticiou e “Os ‘caras que pagaram o pato, esses estão caladinhos, sentindo resignados a dôr da facada. Porque em Manaus, a liberdade é um facto!”⁴⁹⁶.

Além disso, houve controle sobre alguns gêneros. Segundo o jornal Pacotilha, entre os dias 14 e 17 de agosto, verificando a possibilidade de desabastecimento de açúcar, o governador Ribeiro Jr determinou a proibição “aos confeitores de doces, os quais não puderam mais condimentar os bolos de guloseima, que rapazolas imberbes, dos muitos que temos em todas as capitais brasileiras, apregoavam á preferencia do apetite devorador da criançada”⁴⁹⁷.

Considerando as fontes, não é possível estimar valores precisos do quanto o Tributo da Redenção arrecadou, no entanto, há informações de que quando a Flotilha partiu de Manaus para Óbidos, em 27 de julho de 1924, o fez com 3.200:000\$000 retirados do Banco do Brasil da referida capital⁴⁹⁸. Todo esse valor, no entanto, não serviu apenas para o pagamento dos funcionários, mas para a própria mobilização da força insurgente que partiu de Manaus.

5.2. A Flotilha insurgente e o Fantasma Negro

Após a concretização da tomada de Manaus, os tenentes realizaram um amplo processo de mobilização de civis para composição dos quadros insurgentes. É curioso que esse processo se deu de forma muito rápida. No dia 24 de julho, o capitão José Carlos Dubois realizou a convocação dos reservistas do Exército “no praso máximo de 24 horas” para que se apresentassem na sede do quartel do 27º BC⁴⁹⁹. A convocação teve efeito expressivo, uma vez que a força que saiu de Manaus em 27 de julho para atacar Óbidos era composta, entre outros, de 700 reservistas.

A mobilização das reservas das forças armadas se constituiu, assim, em uma das mais importantes ações dos tenentes. Considero haver três aspectos importantes para a compreensão da mobilização como aspecto estratégico dos tenentes: a importância desenvolvida desde a década de 1910 sobre as reservas, a finalidade da incorporação e a composição dos seus

⁴⁹⁶ PACOTILHA, São Luís, 13 de agosto de 1924, p. 1.

⁴⁹⁷ PACOTILHA, São Luís, 9 de setembro de 1924, p. 1.

⁴⁹⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924, p. 3.

⁴⁹⁹ Idem.

quadros. De todas as formas, é importante lembrar que as reservas do Exército e da Marinha não eram as mesmas, diferiam nos critérios e na sua composição (inclusive social).

Os reservistas das forças armadas, a rigor, eram civis que prestaram o serviço militar obrigatório e, portanto, não eram necessariamente leigos nas funções combatentes demandadas pelas forças armadas. Em termos práticos, no entanto, a maior parte das discussões sobre o tema se voltou ao serviço militar temporário no Exército, assim, explicarei separadamente as duas lógicas.

Em 1908, foi estabelecida a obrigatoriedade do serviço militar a todo cidadão brasileiro entre 21 e 44 anos, mediante alistamento e sorteio para serviço ativo no Exército. Embora a premissa do serviço militar temporário seja anterior a 1908 e à Constituição de 1891, o serviço obrigatório a qualquer cidadão dentro das condições previstas dava sentido à distinção entre o núcleo profissional do Exército, isto é, aquele que detinha direito à carreira e, conseqüentemente, a possibilidade de aposentadoria remunerada⁵⁰⁰.

O serviço militar também expunha com maior clareza a diferença entre os “Exércitos” no país. Pela regulamentação da lei no decreto 6.947/1908, os cidadãos que prestassem o serviço militar na 1ª linha (a profissional), o fariam dos 21 aos 80 anos; na 2ª linha, dos 30 aos 37 e na 3ª, prevista inicialmente para a Guarda Nacional, dos 37 aos 40 anos.

Como já mencionado, nos anos 1910 que as discussões no âmbito do Exército e por intelectuais como Olavo Bilac e Alberto Torres levaram adiante a problemática do serviço militar. Foi, no entanto, a partir do reconhecimento do estado de guerra com a Alemanha⁵⁰¹, em 1917, que as regras claras para preenchimento do serviço militar e seu cumprimento se deram, uma vez que era necessário mobilizar as reservas e estabelecer a preparação para o envio de tropas caso necessário, embora a ajuda aos Aliados tenha se dado pela formação de uma esquadra em operações que deveria auxiliar no teatro do Atlântico Sul e, posteriormente, com Divisão Naval em Operações de Guerra, o estreito de Gibraltar⁵⁰².

Em 1917, o Exército passou a ser composto apenas por 1ª e 2ª linhas, sendo a primeira ativa e a segunda formada pela Guarda Nacional com as respectivas reservas e, na prática, toda a força incorporada ao Exército principal para o teatro de guerra. A 2ª linha foi alocada em quatro funções distintas: “reforçar o da 1ª linha e as guarnições das fortalezas e pontos

⁵⁰⁰ Não necessariamente, os militares inativos eram da reserva, mesmo porque o sentido de reserva para o núcleo profissional das forças armadas foi moldado ao longo de décadas, como no caso da Marinha tratei no Capítulo 1.

⁵⁰¹ O reconhecimento do estado de beligerância exigiu que fossem adotadas medidas de defesa nacional e segurança pública com a abertura de créditos orçamentários para tal.

⁵⁰² Para uma discussão da entrada do Brasil na Guerra de um modo geral, Vd. DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016.

fortificados”; “contribuir para a organização e funcionamento dos serviços de retaguarda”; “defender localidade se pontos estratégicos no teatro de operações” e “missões e serviços outros de acção menos activa, intressando a defesa geral do paiz”⁵⁰³.

Os reservistas eram convocados nos jornais e examinados por oficiais e sargentos em quartéis em dias específicos. Os reservistas passavam por instrução de manejos de armamentos de acordo com o local, isto é, em fortes, passavam por instruções de artilharia e, no caso de batalhões de caçadores, de infantaria. Um aspecto interessante é que na Amazônia, assim como o caso da Marinha, eram tenentes do Exército os oficiais que realizavam os exames e a instrução dos incorporados.

Havia prioridades nos exames e os cidadãos matriculados nas sociedades de Tiro. Baseadas na Confederação Brasileira do Tiro, cuja criação se deu em 1896, mas a efetividade ocorreu a partir de 1906, segundo José Murilo de Carvalho, as sociedades de Tiro eram uma tentativa de aproximação do Exército com jovens de classe média e alta⁵⁰⁴. Com base na documentação, não é possível definir se os 700 reservistas atendidos em Manaus foram provenientes de uma ou outra categoria, mas considerando o pouco tempo de mobilização, é provável que fossem ou provenientes das sociedades de Tiro ou os que de fato já haviam cumprido o serviço na força terrestre.

Considerando que o objeto desta tese é a Marinha, chamo atenção à Reserva Naval, pouco citada pela historiografia que tratou sobre o tema e que compreendo ter tido uma participação interessante em 1924. Ela era fundamentalmente diferente da reserva do Exército, embora a própria estrutura de carreira dos praças também o fosse, na medida em que as tripulações dos navios, em linha geral, provinham de um processo de formação específico pelas Escolas de Aprendizes Marinheiros.

Diferentemente do Exército, o serviço militar obrigatório não abrangia diretamente a Marinha, isto é, o alistamento de cidadãos quaisquer não se destinava à força naval, pelo menos considerando críticas feitas no âmbito da Revista Marítima Brasileira até 1920 sobre o tema, as quais tratarei adiante. Na Constituição de 1891, segundo o artigo 87, concorreria para o serviço na Armada a marinha mercante, que era a força auxiliar, e o pessoal empregado com a “vida no mar”. O preceito básico da reserva para a Marinha era o domínio de conhecimentos específicos à navegação ou pelo menos o conhecimento de bordo de embarcações, de rios, costas e assuntos relacionados, daí empregados da marinha mercante serem em todas as discussões que verifiquei nos anos 1910 sobre o tema a primeira categoria de reserva.

⁵⁰³ Segundo o decreto nº 13.040/1918.

⁵⁰⁴ CARVALHO, Op. Cit., 2019, pos. 410.

Como tratei em minha dissertação, o alistamento desses indivíduos era realizado pelas capitâneas dos portos, que remetiam contingentes para o Corpo de Imperiais Marinheiros / Marinheiros Nacionais e cujo processo de registro se dava com as respectivas funções exercidas em navios mercantes ou no comércio fluvial ou marítimo⁵⁰⁵. Mesmo assim, em 1916, foi designada uma comissão com a finalidade de estudar a organização da reserva:

“Os sócios dos clubs filiados à Federação Brasileira das Sociedades do Remo formarão a reserva naval especial subordinada diretamente ao Ministerio da Marinha e dependente do Estado Maior da Armada.

A instrucção militar ficará a cargo do Commandante do Batalhão Naval que, de accordo com o Estado Maior, empregará todos os seus esforços para que esta instrucção seja feita precisa e regularmente, de forma que no menor prazo possível possam os instruídos provar as suas aptidões e capacidades militares, recebendo, então, suas carteiras de reservistas navaes.

[...]

Por occasião das manobras da esquadra, a reserva naval especial embarcará nos diversos navios, por turmas, segundo a sua especialização, não lhes sendo de fórma alguma atribuídos serviços que cabem obrigatoriamente aos marinheiros e forem considerados incompatíveis com a classe a que pertencem os reservistas.

Por occasiao destas manobras os patrões, chefes de escriptorios, casas commerciaes e repartições publicas serão punidos com as penalidades estipuladas na lei do sorteio militar, caso queiram se oppôr ao embarque dos seus subordinados ou não lhes garantam os seus empregos e respectivos ordenados.

A idade mínima para os reservistas é, como nos Clubs de Regatas, de 16 annos, não ficando estabelecida a idade máxima.

Não serão acceitos na reserva naval especial senão os sócios dos Clubs de Regatas que fazem parte da Federação das Sociedades do Remo, assim como serão della eliminados os que o forem da Federação, nos termos dos seus regulamentos e códigos, cassando-lhes o Estado Maior as respectivas carteiras”⁵⁰⁶

Havia lógica no recrutamento de pessoas que praticassem esportes náuticos na medida em que detinham algum conhecimento sobre natação e de certos princípios relacionados a navegação presumidamente. É, no entanto, conveniente ressaltar que já havia aproximações relevantes entre os oficiais de Marinha e as competições de regatas, inclusive no caso de festejos nos rios, como tratei anteriormente, que também convergiam interesses.

Essa reserva naval “especial” era mobilizável com algum grau de conhecimentos, mas precisaria passar por um processo de instrução militar mínimo. O Batalhão Naval, que reunia os militares de infantaria da Marinha, não realizava instrução de serviço de bordo em si, navegação, manejo com o equipamento dos navios ou qualquer especialidade que os marinheiros poderiam cursar. Tratava-se, portanto, de formar reservistas para os serviços de guarda e vigilância de instalações costeiras e não para as guarnições dos navios.

⁵⁰⁵ PEREIRA, Op. Cit., p. 92-99.

⁵⁰⁶ PERRY, Felintho. Noticiário Marítimo. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1-2, ed. 78, julho-agosto de 1916, p. 88.

Quando foram estabelecidos critérios para aproveitamento para reserva naval, em setembro de 1916, os reservistas foram classificados em duas categorias: na primeira, os funcionários da marinha mercante e na segunda, o pessoal da reserva naval especial. O regulamento fora criado durante a Guerra e, por isso, priorizava em seus termos, a capital da República: o comandante de qualquer embarcação brasileira que chegasse ao Rio de Janeiro deveria comunicar ao Estado maior da Armada o tempo de permanência e a lista com nome, filiação, idade, naturalidade, estado, emprego e sinais característicos para realização da inscrição e escrituração da guarnição e consequente inspeções e exames para “iniciar as lições da Escola de Recrutas nos logares e horas mais convenientes”.

Todos os inscritos passariam a ter “conferencias sobre os diferentes assumptos relativos aos conhecimentos geraes indispensáveis ao serviço da Marinha de Guerra, sendo no correr do mez de abril para os de segunda categoria, em épocas previamente determinadas para os de primeira”. Os exercícios seriam feitos nos arsenais ou nos clubes os quais fossem filiados.

A instrução militar originalmente a cargo do Batalhão Naval e, na prática, a cargo de oficiais através das Sociedades de Tiro Naval, abrangiam o ensino com e sem arma individual, por esquadras e companhias, direcionada ao uso de espadas e tiro com fuzis Mauser. O conhecimento técnico se dirigiria a “navio em geral e sua classificação”, “meios de comunicação, governo e aparelhos de navegação”, “machinarias”, “artilharia”, “armas submarinas” e “regras do cerimonial marítimo”. A instrução de caráter náutico compreendia natação e socorros a afogados, remo e “gymnastica e hygiene pessoal”.

É importante destacar que a reserva naval pressupunha um conjunto simbólico de elementos que aproximavam o reservista do status militar: além do ensinamento de cerimonial naval e consequente disciplina com marchas e ordem unida, havia uniformes específicos previstos na legislação tanto para os de primeira categoria, que mantinham os uniformes do Lloyd Brasileiro, como os de segunda⁵⁰⁷, além de terem o direito de marchar em celebrações militares e cívicas. Além disso, os mercantes também passaram a ter direito a equivalência de postos e graduações na Marinha de acordo com sua categorização:

⁵⁰⁷ Não localizei os modelos.

Tabela 23 Equivalências entre a marinha mercante e a de guerra pela reserva naval

Posto militar	Serviço na marinha mercante	Observação
	Capitães de longo curso	-
Capitão-tenente	- Capitães de cabotagem; - Médicos mercantes; - Maquinistas.	Que já tenham prestado serviços de guerra
Primeiro-tenente	- Capitães de cabotagem; - Primeiros-pilotos; - Maquinistas; - Comissários.	Com 10 anos de embarque
Segundo-tenente	- Primeiros-Pilotos; - Segundos-Pilotos; - Maquinistas; - Comissários.	-
Sargento-ajudante	- Oficiais inferiores; - Cabos; - Marinheiros; - Foguistas.	Com serviços de guerra ou 10 anos de embarque
Primeiro ou Segundo-Sargento	- Oficiais inferiores.	-
Marinheiro de 1ª ou 2ª classe	- Marinheiros; - Foguistas.	-

Fonte: Decreto nº 12.376/1917.

As Sociedades do Tiro Naval, que foram mencionadas de forma breve no decreto em questão, cumpriram a maior parte das funções de treinamento da reserva naval na Amazônia. O Tiro Naval Paraense foi fundado em 1911, com a presidência do advogado Antonio Gomes de Souza no “palacete n. 119 a avenida de Nazareth”⁵⁰⁸. No dia da fundação, o instrutor referido foi o segundo-tenente Manoel de Magalhães Barata, incumbido de comunicar “às autoridades” da fundação. Barata era professor de primeiras letras da Escola de Aprendizes Marinheiros do Pará⁵⁰⁹ e tanto no caso de Belém como de Manaus, foram tenentes que participaram do processo de fundação e não os oficiais superiores em cada estado.

Em Manaus, o Tiro Naval foi fundado no ano seguinte por iniciativa do capitão-tenente Raul Daltro, comandante da canhoneira Missões, que realizou convocações para essa finalidade na imprensa amazonense a uma palestra de fundação na Associação Comercial do Amazonas para “fazer rápida exposição do regulamento [...]” e “[...] o preparo da defesa nacional”⁵¹⁰. As instruções nas duas sociedade se dava aos domingos.

O principal crítico da forma como a reserva naval foi organizada dentro da própria Marinha parece ter sido o capitão de corveta Frederico Villar. Ele escrevera em 1917 um artigo para a Revista Marítima Brasileira chamado “As Reservas da Armada”, tecendo críticas aos

⁵⁰⁸ ESTADO DO PARÁ, Belém, 29 de maio de 1911, p. 2.

⁵⁰⁹ **Almanack Laemmert**. Rio de Janeiro: Typographia do Almanak Laemmert, 1911, p. 654.

⁵¹⁰ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 26 de março de 1912, p. 1.

diversos elementos que compunham o entendimento de como organizar a reserva material e de pessoal no país.

O primeiro problema apontado por Villar estava no uso da marinha mercante. Primeiramente, se os navios mercantes deveriam ser a reserva da Armada, isso significa que o Estado Maior deveria “exigir que as companhias de navegação não se arroguem a liberdade de traçar planos de navios sem o seu consentimento e ingerência na determinação dos respectivos característicos”⁵¹¹.

Em parte, a existência do Lloyd Brasileiro como companhia estatal de subvenção de linhas permitiria algum tipo de controle, no entanto, como a maior parte dos navios eram construídos fora do Brasil, no contexto de guerra certamente isso não seria possível. Por essa razão, Villar não achava possível utilizar de forma coerente os navios mercantes como cruzadores auxiliares ou qualquer classe de navio previamente estabelecida nas classificações de marinhas militares.

No entanto, o maior problema para ele sobre isso é que a marinha mercante era o elemento garantidor do comércio e assim, a utilização indiscriminada de paquetes e das tripulações em operações militares restringia a circulação de produtos estratégicos no país. Villar acreditava que a marinha mercante deveria estabelecer as linhas de suprimento dos gêneros estratégicos para a defesa das costas e para as forças expedicionárias em combate.

Quanto ao pessoal, ele possuía restrições ainda maiores: quanto a “possível mobilização e emprego do pessoal civil a bordo dos navios de guerra, para a utilização das armas, confesso as minhas dúvidas, não só sobre a sua conveniência, mas principalmente, sobre a sua necessidade”. Além da desproporção dos efetivos, que no Brasil ultrapassavam inclusive o previsto para cada navio, Villar argumentou que mesmo com as instruções, esse pessoal não seria instruído nem disciplinado o suficiente para aproveitamento nos navios de linha, pois “official e marinheiro exercem hoje uma função especializada, exigindo qualidades que não podem ser adquiridas senão no serviço effectivo a bordo, por melhor que seja a boa vontade das autoridades e a intelligencia e dedicação patriótica dos homens”⁵¹².

E não considerava que o Tiro Naval fosse suficiente, porque “Em geral, esses nossos concidadãos são estudantes, empregados no commercio e, alguns, funcionários públicos: não dispõem de tempo nem da necessária folga para serem instruídos”⁵¹³. Ele criticou, assim, o

⁵¹¹ VILLAR, Frederico. As Reservas da Armada. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 79, n. 7-8, janeiro-fevereiro de 1917, p. 433.

⁵¹² Idem, p. 434.

⁵¹³ Ibid., p. 437.

serviço militar de sorteio único, que somente preenchia os claros do Exército. Considerava que se o serviço militar ocorresse da mesma forma na Marinha, mas com um tempo de serviço maior do que ocorria na força terrestre, havia melhores possibilidades.

Frederico Villar sistematizou as críticas e escreveu uma “these” para o concurso Almirante Jaceguay do Club Naval, vencendo o prêmio principal. A tese do capitão também foi publicada no ano seguinte na Revista Marítima Brasileira⁵¹⁴. Ele realizou um estudo baseado nas premissas doutrinárias das marinhas e no que era realizado sobretudo na marinha dos Estados Unidos:

“Para que a Marinha se mantenha devidamente eficiente, para a conservação do material e como medida de economia; não havendo, ao mesmo tempo, necessidade de manter-se toda a esquadra “mobilizada”, em “estado de guerra”, com os “effectivos completos”, divide-se o seu material em grupos – de atividade relativa – e organizam-se as “reservas”⁵¹⁵.

A reserva material seria composta de navios armados em “perfeito estado” de conservação que seriam o espaço de instrução concreta dos reservistas em serviço militar obrigatório por tempo definido. A entrada de serviço da reserva seria uma consequência da mobilização de uma marinha em si. O efetivo profissional da 1ª linha deveria ser “fartamente suficientes para as guarnições e serviços da Esquadra Activa e para constituir uma parte – “o núcleo” – da guarnição dos navios da “reserva”. Villar vislumbrava para a Marinha o que, na prática, os jovens turcos e as campanhas pelo serviço militar para o Exército: que grupos de oficiais exercessem um período longo de serviço de fato e formassem cidadãos qualificados para eventuais mobilizações.

A tese de Villar situava numa distinção fundamental entre a primeira categoria de reserva, que deveria ser exclusiva para os que cumpriram em sua totalidade o serviço militar obrigatório e ela seria a fonte exclusiva de “gente para a esquadra”. Todos os outros casos, como membros de esportes náuticos e sociedades de tiro somente poderiam ser qualificados para fazer defesa dos portos e vigilância da costa através de suporte administrativo ou, no melhor dos casos, na qualificação para serviços de telegrafia.

Destaco duas críticas bastante coerentes à realidade do autor. A primeira sobre como a reserva naval refletia uma pobreza na compreensão das qualificações necessárias para servir à bordo de um navio de guerra moderno: para Villar, havia uma dificuldade em compreender

⁵¹⁴ VILLAR, Frederico. Reservas Navaes. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 81, n. 11-12, maio-junho de 1918.

⁵¹⁵ Idem, p. 816.

“quão diferente é hoje um “homem do mar” de um “Marinheiro Militar”, que os “homens públicos” lamentavelmente confundiam⁵¹⁶.

A segunda era um elemento social. O Tiro Naval Brasileiro, para ele, “Não tem razão de existir” exceto em casos muito pontuais, pois “as nossas condições financeiras nos não permitem sortear e recolher a quarteis, regular e sucessivamente, a totalidade das “classes” para o serviço militar obrigatório”⁵¹⁷. Ele era consciente de que essas sociedades eram recantos de pessoas específicas.

Sobre esse assunto, lembro que fundação de ambas as sociedades de Tiro Naval do Pará e Amazonas teve dois aspectos em comum: o primeiro é que a iniciativa partiu de tenentes da Marinha, que eram os responsáveis práticos pelo contato direto com os reservistas e sua instrução; a segunda é o espaço onde foram fundados, isto é, o paraense em um palacete e o amazonense na sede da Associação Comercial do estado. Ainda que os reservistas navais fossem recrutas (curiosamente, não soldados ou marinheiros) e, portanto, inferiores hierárquicos ao núcleo profissional da Marinha de Guerra, havia prestígio em fazer parte da reserva naval.

Embora para Villar esse prestígio fosse um problema técnico, já que a reserva naval não cumpriria o papel patriótico do serviço militar de desenvolver percepções cívicas, ele teve um desdobramento específico: os militares da reserva, como a historiografia citada tratou, eram também a expressão dos ideias militares na sociedade civil e o serviço militar obrigatório foi o elemento difusor. No caso da reserva naval na Amazônia, ele se tornou em grande medida o elemento difusor da insurgência, pois parte dos civis que compuseram o governo revolucionário adveio justamente dela.

O caso mais emblemático é o de Washington Mello, que se tornou membro do Tiro Naval de Manaus em 1921⁵¹⁸. Quando ele redigira o manifesto da “ressurreição”, não trazia apenas elementos de uma adesão, mas também de vínculos já existentes com os tenentes e as tripulações, já que parte das instruções de tiro eram feitas a bordo das canhoneiras da Flotilha. Se o Exército promovia um processo de difusão da ideologia moralizadora ou do intervencionismo na sociedade civil por meio do serviço militar obrigatório, o mesmo se dava a partir da Marinha, mas em um conjunto mais específico da sociedade formado por bacharéis, funcionários públicos e setores de classes médias e altas com a reserva naval especial.

⁵¹⁶ Ibid., p. 829.

⁵¹⁷ VILLAR, Op. Cit., p. 436.

⁵¹⁸ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 16 de março de 1921, p. 1.

A marinha mercante e o seu pessoal foi também significativa na revolta. Em linhas gerais, os tenentes utilizaram de alguma forma vários navios mercantes ao longo de todo o processo da tomada de Manaus até a derrota. Foram três relações distintas ocorridas: apropriação direta, com incorporação do navio e tripulação; uso de navios como reboque das forças insurgentes e como fonte de informações.

O principal navio mercante efetivamente incorporado para combate à Flotilha foi o paquete Baía⁵¹⁹, do Lloyd Brasileiro. O Baía foi incorporado no dia 26 de julho pelos tenentes mediante requisição formal do mesmo para compor a Flotilha do Amazonas e, assim como todos os outros navios incorporados, a sua tripulação foi paga segundo não a remuneração da marinha mercante, mas como reservistas da Marinha de acordo com a legislação vigente. É interessante notar que segundo os jornais, o comandante do Baía não aceitou inicialmente a requisição:

“O capitão Dubois requisitou oficialmente o paquete Baía, do Lloyd Brasileiro, que se achava na baía do Rio Negro, ao respectivo agente, sr. Luiz Felipe de Sena, o qual autorizou o comandante daquela embarcação, sr. Benedicto Julião Perequê Brasil, a entrega-la aos sediciosos.

O comandante Perequê Brasil fez lavrar um protesto e uma acta no livro de bordo, sobre o extraordinário caso, indo no dia seguinte a estas graves ocorrências ao juízo federal, rectificar o seu protesto, acompanhado dos drs. Ildefonso Marinho e Pedro Pereira da Silva.

A seguir, o dr. Sadí Tapajoz, juiz substituto federal, submeteu a interrogatório, não só o comandante como os demais oficiais do Baía. Ouvido depois o procurador da Republica, foram os autos conclusos ao respectivo juiz, que afinal julgou por sentença.

Para essa formalidade, o dr. Ildefonso Marinho, na manhã referida, foi buscar o comandante do Baía, levando-o, ao juízo federal, onde já o aguardavam o agente do Loide e o seu advogado, dr. Pedro Paulo da Silva.

Facultado ao comandante Perequê Brasil ficar ou sahir do navio arbitrariamente apossado pelos revoltosos, esse oficial preferiu permanecer no seu navio, gesto esse que foi acompanhado por toda a officialidade e guarnição de bordo”⁵²⁰.

O Baía também estava equipado, àquela altura, com dois hidroplanos que compunham uma missão americana de estudo do canal de Cassequire entre as bacias do Amazonas e Orinoco (missão Rice), pilotados pelo aviador americano Walter Hinton. Segundo Cascardo, os dois foram apropriados pelos tenentes, uma vez que o tenente Baker Azamor era aviador⁵²¹, embora em nenhuma fonte haja qualquer menção ao uso desses aviões. Provavelmente, mesmo que eles tenham se apossado, os hidroplanos não tinham aplicação militar direta porque eram desarmados, ficando em Manaus estacionados até a derrota dos insurgentes.

⁵¹⁹ A historiografia sobre o tema utilizou a nomenclatura Bahia, já que ele se referia ao estado brasileiro, no entanto, manterei Baía por ser a grafia utilizada nas fontes pesquisadas na Amazônia.

⁵²⁰ PACOTILHA, São Luís, 12 de agosto de 1924, p. 1.

⁵²¹ CASCARDO, Op. Cit., p. 301.

Cruzando as informações contidas nos jornais, é possível depreender que os tenentes formaram duas colunas a partir de Manaus. A primeira delas é de Manaus em direção ao rio Madeira, onde depuseram os superintendentes até Porto Velho, “onde tomaram o telégrafo e todas as posições do governo do Estado” e para onde deportaram o chefe de polícia do Amazonas Mario Rego Monteiro⁵²². Pela documentação, não é claro quais embarcações foram usadas pelos tenentes para tanto.

Há duas considerações importantes sobre a coluna que atingiu Porto Velho, embora nem na historiografia nem nas fontes consultadas haja informações suficientes. Primeiramente, considerando que os navios armados Missões, Ajuricaba e Teffé participaram da tomada de Óbidos, que foi quase simultânea à coluna do rio Madeira, provavelmente não foram usados navios militares nem foram armados navios mercantes e isso ocorreu porque os tenentes tinham consciência de não haver resistência nessa área ao movimento.

O segundo ponto é que o militar apontado como líder dessa coluna que se dirigiu ao rio Madeira foi o capitão Luiz Marinho de Araújo, do Exército. Marinho não foi citado na documentação como tomado parte da revolta em Manaus e desde pelo menos 1923, era comandante do 27º Distrito Telegráfico, que era sediado na vila de Santo Antônio, perto de Porto Velho⁵²³. Marinho foi membro da Comissão Rondon em anos anteriores e em 1920, foi chefe de polícia do Amazonas⁵²⁴. A revolta nesse caso partiu de Santo Antônio do Madeira e tomou Porto Velho no dia 4 de agosto, tendo a guarnição do Exército das vilas vizinhas aparentemente feito parte e nomeando o engenheiro da Intendência de Santo Antônio como superintendente de Porto Velho⁵²⁵.

O forte de Óbidos representava aos tenentes o principal foco de resistência a ser enfrentado para controle da bacia do Amazonas. Conforme argumentou Cascardo, as notícias da tomada de Manaus chegaram a Itacoatiara em pouco tempo e pelo telégrafo, a intendência comunicou ao comando do forte, que se manteve com a legalidade e comunicou à 8ª Região Militar sediada em Belém dos movimentos no Amazonas. A necessidade de uma preparação para vencer Óbidos representou um atraso das forças de Manaus em rumar a Belém e unificar as tropas dos tenentes na Amazônia⁵²⁶.

A arte da guerra nos rios representada pelo poder das canhoneiras tinha como principal inconveniente para essa situação um baixo poder de bombardeio, por isso, o combate direto

⁵²² A REFORMA, Rio Branco, 5 de outubro de 1924, p. 1.

⁵²³ ALTO MADEIRA, Porto Velho, 3 de junho de 1923, p. 2.

⁵²⁴ ALTO MADEIRA, Porto Velho, 7 de março de 1920, p. 1.

⁵²⁵ ALTO MADEIRA, Porto Velho, 2 de agosto de 1925, p. 1.

⁵²⁶ CASCARDO, Op. Cit., p. 322.

com um forte fluvial não era desejável pelos tenentes. O armamento principal de Óbidos era composto por 4 canhões navais Armstrong de 152 mm retirados do cruzador Tiradentes quando descomissionado⁵²⁷ e, portanto, qualquer ação direta não possuía vantagens táticas.

O forte de Óbidos situava-se na porção mais estreita do rio Amazonas e pela sua própria configuração física, com alcance de 9.600 metros, era o ponto estratégico fundamental tanto para o controle do Amazonas como para a defesa contra forças externas. Mesmo que os tenentes considerassem como prioridade tomar Belém e assim ter toda a região amazônica sob controle direto ou indireto, certamente ponderaram a possibilidade da insurgência falhar em outras partes do país e a necessidade de resistir com os meios que dispunham, mesmo porque os combates de São Paulo iniciaram antes e os jornais não noticiavam seu avanço ou vitória entre o final de julho e início de agosto.

Dessa forma, a vitória sobre Óbidos se deu sem combate, mas por um apelo estratégico interessante do aviso Ajuricaba:

“O QUE FIZERAM OS REVOLTOSOS EM MANÁUS E NO BAIXO AMAZONAS

Ao aportarem em Obidos, deperaram com uma lancha, que da cidade demandava a costa fronteira, cheia de famílias. Com um tiro de pólvora seca, fizeram parar a embarcação, a que se encostou o Ajuricaba. O capitão Dubois, que se achava a bordo, mandou que a canoa, posta ao reboque da lancha, regressasse á cidade, com intimação ao capitão Oscar Bastos Nunes, comandante do grupo de artilharia ali estacionado, para que não oferecesse resistência alguma, e ao contrario entregasse o forte aos revoltosos, sob pena de meterem no fundo a lancha com todas as senhoras e creanças que levava. Consta que, mercê dessa terrível ameaça, o capitão Oscar Bastos Nunes, decidiu aquiescer á intimação, e entregou o forte, o que aliás não obstou a que fosse preso e guardado por eles. A informação que nos chega é a de que os revoltosos conhecem o paradeiro do dr. Corrêa Pinto, intendente de Obidos”⁵²⁸.

Curiosamente, as “senhoras e creanças” das lanchas estavam em fuga de Óbidos segundo recomendações do próprio comandante do forte, capitão Oscar Bastos Nunes, para evacuar a cidade em virtude de possíveis bombardeios e, assim, as famílias deveriam embarcar em batelões rumo a Oriximiná e o Ajuricaba aprisionou a embarcação nesse momento de exposição à força insurgente.

Com a rendição do comandante Bastos Nunes, o tenente do grupamento de artilharia, Saint-Clair Leme gritou para o Ajuricaba “E os soldados, como por uma só voz, gritam: Viva a Revolução!”⁵²⁹. O capitão Nunes fora preso no próprio forte e a adesão provavelmente indicara que caso houvesse menção a combate, a guarnição de Óbidos não cumpriria as ordens.

⁵²⁷ Idem, p. 320.

⁵²⁸ PACOTILHA, São Luís, 15 de agosto de 1924, p. 1.

⁵²⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924, p. 3.

Isso não quer dizer que o ambiente em si tenha favorecido um levante no próprio forte, pois a adesão somente ocorreu quando o Ajuricaba já estava presente nos arredores da cidade.

Aliás, uma das características mais marcantes da insurgência é esse perfil de adesões ao movimento. Havia uma espécie de binômio implícito em todo o processo revoltoso composto por “iniciativa” e “adesão”, isto é, a iniciativa em alguns processos, como a revolta em São Paulo motivou adesões em sentido amplo que por sua vez tiveram iniciativas diversas em cada contexto. Não é possível determinar nem é conveniente dissertar se haveria a iniciativa da revolta em Manaus, por exemplo, caso não houvesse notícias da revolta em São Paulo, a primeira do ano de 1924, mas cabe considerar que havia ambiguidades e indefinições sobre os rumos a serem tomados em guarnições, cidades e realidades espalhadas em todo o país.

Não creio que necessariamente isso nos deva levar a ponderar se as adesões à insurgência na Amazônia se deram por conveniência das conjunturas ou por alinhamento claro ou orgânico às ações dos tenentes. O que me parece claro é que em todos os casos, escolhas foram feitas: os grupos políticos que aderiram ao movimento em Manaus, como a “facção Nery” referida por Eloína Santos; a guarnição de Óbidos ou a tripulação do Baía e o aceite à participação deles no processo foi igualmente uma escolha tomada pelos tenentes.

As adesões, pois, não eram um elemento enfraquecedor, mas que fortalecia o poder dos militares revoltosos e, considerando o aumento exponencial de uma tropa insurgente que controlou por um breve período diversas cidades e quase toda a bacia do rio Amazonas, elas eram provavelmente almeçadas por eles. Elas, no entanto, dependiam de ações com impacto suficiente para que houvesse segurança ou vantagens claras a aderir. No caso de Óbidos, se a força não houvesse saído de Manaus, haveria a tropa aderido? Se o Ajuricaba não estivesse presente próximo do forte, haveria adesão? Creio que em ambos os casos, é mais provável que não e, portanto, uma tropa aparentemente leal não era por si só livre de suas próprias dúvidas ante o contexto de instabilidades.

Após a tomada do forte, os tenentes telegrafaram para Manaus comunicando da vitória e as forças insurgentes se organizaram para a principal empreitada: partir para Belém. Do forte de Óbidos, foram retirados 8 canhões de 77 mm Krupp e 75 mm Schneider, embarcados no paquete Baía⁵³⁰ e na noite do dia 29 de julho, a Flotilha partiu para Alenquer e Santarém.

Santarém foi a última cidade onde, a rigor, os tenentes depuseram a intendência e tomaram as estações telegráficas, sendo a partir desse ponto até Belém feito outro tipo de

⁵³⁰ Idem.

intervenção nas comunicações que analisarei no tópico seguinte. O aviso Ajuricaba aportou na cidade na manhã do dia 30:

“[...]”

Lá vem o “Ajuricaba”!...

A novidade temida logo se espalhou. O barco abicou à praia fronteira à estação da “Amazon Telegraph” e dele desembarcou o tenente Barata, acompanhado de homens armados. Rápidos, dirigiram-se à estação, fazendo paralisar os serviços de transmissão. William Mardock, inglês pé-de-boi, gerente local da empresa, ainda conseguiu transmitir para Belém uns últimos despachos:

“O navio revoltoso vem entrando no porto... Encostou... Homens armados se encaminham para a estação...”

Pára!... gritou o oficial. Mardock, teimoso ia continuar, quando foi violentamente arrancado do manipulador. Os outros telegrafistas pararam também, e se levantaram mas tinha tido tempo de avisar as estações de Prainha, Monte Alegre e Gurupá. Ainda houve uma alteração com Mardock, que esteve a pique de ser preso e conduzido para bordo.

Daí seguiram a ocupar o “Sem fios” e logo depois o “Ajuricaba” atracou à ponte do trapiche. Uma metralhadora pesada no toldo, apontando ameaçadoramente para a terra.

Somente a 30 de julho de 1924, pela manhã, já em Santarém, souberam os revoltosos, (mas não acreditaram) que a polícia e Souza Castro, no dia 28 de julho de 1924, ocupara o quartel do 26º BC.”⁵³¹

No *modus operandi* dos tenentes, a tomada das estações do cabo subfluvial telegráfico e do telégrafo sem fio pertencentes à Amazon Telegraph e à Amazon Wireless eram fundamentais e justificavam a escolha das cidades onde pararam. Outro ponto importante é que os tenentes sabiam onde havia focos de resistência e buscaram silenciá-la, como ocorreu em Óbidos, mas onde não estavam assentados destacamentos da Força Pública (realidade da maioria das cidades da Amazônia), o principal elemento era a comunicação, pois sabiam que os boatos em torno da Flotilha circulavam em todos os meandros dos rios.

Isso não significa que os tenentes preferissem a furtividade de suas ações, pelo contrário, eles faziam questão que as vitórias táticas fossem tornadas públicas para todos os cantos da Amazônia:

“O tenente Barata convocou o intendente para comparecer a bordo. Queria, portanto, que ele, Dr. Santos, telegrafasse ao governador, comunicando-lhe a ocupação de Santarém, e sugerindo-lhe não oferecer resistência por ser inútil enfrentar as poderosas forças revolucionárias do Amazonas. O intendente recusou-se. Foi levado preso para bordo, e alojado em camarote.

O chefe da estação dos “Sem fios” local, Antonio Sampaio, conseguiu, desde o início, dar um “prego” na aparelhagem, iria instalar outra, clandestina, nas moitas próximas, pela qual transmitia e recebia notícias, que logo chegavam ao nosso conhecimento. Por isso mesmo Sampaio estava sendo “caçado” pelos revolucionários, mas nunca o puderam apanhar”⁵³².

⁵³¹ SANTOS, Paulo Ribeiro. Tapuilândia. Apud CASCARDO, Op. Cit., p. 327.

⁵³² Idem.

O relato citado por Cascardo, do secretário da municipalidade de Santarém, Paulo Rodrigues dos Santos, é interessante por duas razões: em primeiro lugar, a publicização para o governo do estado do Pará da ocupação de Santarém seria um fator importante para a demonstração do poder das forças revolucionárias que pressionaria o mesmo no caso da resistência do 26º BC em Belém estar em curso e isso somente seria feito de maneira eficiente se a própria autoridade reconhecida o fizesse, já que a preocupação com o uso de mensagens falsas e da autenticidade das notícias preocupava os tenentes e as forças legalistas.

A outra razão diz respeito a quais autoridades os tenentes se dirigiram: nesse caso, como em Manaus, o foco central era apenas o intendente e as autoridades ligadas ao telégrafo, não se tratava, pois, de toda a burocracia municipal. Havia a necessidade de explicitar as ações revolucionárias apenas aos dirigentes e abrir uma espécie de solidariedade aos demais funcionários para que eles aderissem ou não se mostrassem resistentes.

Foi formado um pequeno contingente militar pelos tenentes em Santarém e a intendência foi designada para o cabo Anacleto⁵³³, deixado na cidade com mais seis praças⁵³⁴ e a Flotilha composta pelos navios militares Ajuricaba, Teffé, Missões, pelo paquete Baía, além de menções nas fontes aos navios União e Andirá, seguiu em direção a São Francisco da Jararaca, no atual município de Muaná.

É interessante notar que durante o percurso, o Teffé e o Ajuricaba paravam navios mercantes que encontravam e revistavam os passageiros e a carga, como é o caso do vapor Walter, do Lloyd Brasileiro, do qual alguns passageiros foram entrevistados pelos jornais do Pará e que formaram a base de parte dos relatos publicados. Em Breves, os tenentes ainda incorporaram a lancha Itacoatiara. Segundo o coronel Eustorgio Miranda, intendente do município:

“Na manhã de 2 do corrente ao acordar, foi surpreendido com a noticia que lhe dava o dr. Demetrio Martins, juiz substituto daquele distrito, de que á 1 ¼ da manhã estivera no porto daquela cidade um aviso de guerra, que mais tarde soube ser o Ajuricaba, que ali aportou ao sabor da corrente e sem movimento nas maquinas, fazendo desembarcar, num escalar, um oficial e duas praças do exercito, armadas de carabinas, os quis intimaram o mestre da lancha Itacoatiara, que se achava no porto, a leva-los á estação telegrafica. Uma vez ali, os emissários do Ajuricaba apossaram-se do aparelho telegráfico e demais papeis da estação, tudo conduzindo para bordo. Enquanto isso ocorria em terra, o aviso manobrou e fez amarrar ao seu costado o rebocador Itacoatiara, que estava de fogos acesos, prestes a seguir viagem para o rio Macacos, onde são estabelecidos os seus proprietários, srs. Alvaro Faira e Comp. A esse tempo, o rebocador Itacoatiara apitava insistentemente, chamando os seus empregados e o coronel Eustorgio Miranda, que estava em sua residência, acordando, nenhuma importância ligou ao facto, por saber previamente que aquela hora o Itacoatiara deveria seguir viagem para o ponto acima referido.

⁵³³ Ibid.

⁵³⁴ PACOTILHA, São Luís, 2 de setembro de 1924, p. 1.

Conhecedor dos factos, o coronel Eustorgio mandou convidar o telegrafista a vir á sua presença afim de melhor informar-se do que havia de positivo.

Presente que foi aquele funcionário, explicou que recebera ordens de seus superiores para estar alerta no aparelho e avisar a passagem de todos os navios que baixassem, supondo que essa ordem seria extensiva ás demais estações e que, por isso, não dormira, cumprindo o que lhe havia sido recomendado.

Disse mais que fora ameaçado de ser retido a bordo se houvesse comunicado qualquer coisa a Belém e bem assim intimado a entregar todos os papeis da estação, notadamente telegramas oficiais que, deante da ameaça, entregou alguns papeis, inclusive as fitas dos telegramas recebidos, dentre os quais, aliás, nada havia que interessasse aos atacantes⁵³⁵.

A lancha Itacoatiara foi incorporada como rebocadora da canhoneira Missões, que estava com as máquinas avariadas e que fora rebocada, durante todo o percurso de Manaus até Breves, pelo paquete Baía e por outros navios intimados para esse fim. Diferentemente das cidades anteriores, não há relatos de que Miranda tenha sido deposto, provavelmente porque não havia mais contingente suficiente para ser deixado no local.

“Disse-nos mais o coronel Eustorgio que, ás 11 horas do dia 3, aportou áquela cidade o vapor fluvial Simão Bitar, ido de Belém, e que, sendo o primeiro que ali havia entrado após os sucessos desenrolados nesta capital, alias desconhecidos em absoluto naquela localidade, onde todos já se achavam apreensivos pela falta de navios, que eram esperados desde 28 do mez passado, foi invadido por grande numero de pessoas, ansiosas por novas de Belém. Só então, em Breves, tiveram sciencia de que fora aquele navio intimado pelo aviso Ajuricaba, próximo a Jararaca, a voltar para esse porto e dar noticias de Belém e jornais.

O comandante do Simão Bitar, deante da força, obedeceu, pois levava a bordo sua família, que fora presa de pânico por ocasião da intimação, resultando disso a esposa daquele oficial ser acometida de um ataque.

Dadas as noticias ao comandante dos insurrectos, então a bordo do paquete Baía, capitão José Carlos Dubois, notou o comandante do Simão Bitar o desgosto que as noticias, dadas através da leitura rápida dos jornais, a todos causaram.

Isto feito, o oficial a quem falava o comandante do Simão Bitar mandou que este prosseguisse sua viagem.”

O desgosto citado pelo comandante do Simão Bitar era motivado pela confirmação da derrota da revolta em Belém feita por Dubois na leitura dos jornais, já que os boatos em Santarém não foram suficientes para tal. Embora o Itacoatiara tenha sido “intimado” a fazer parte da Flotilha, segundo os jornais, havia alguma preocupação dos tenentes em não exercer a coerção completa e os comandantes dos navios se reuniram no dia 4 na ilha do Joroca, onde fora decidido o ataque a Belém chefiado pelo Ajuricaba e pelo Baía e que o Itacoatiara somente seria considerado “solto” após terminar a revolta, devendo rebocar a canhoneira Missões de volta para Breves⁵³⁶.

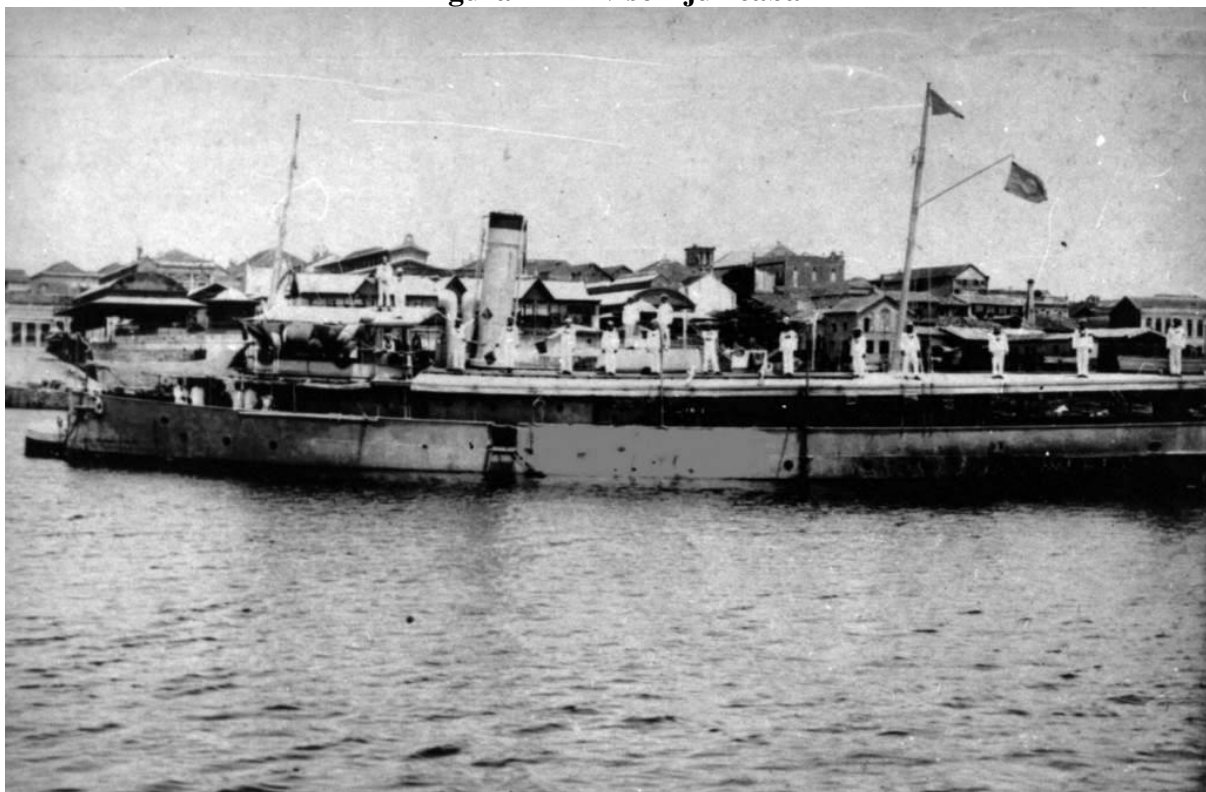
⁵³⁵ PACOTILHA, São Luís, 13 de agosto de 1924, p. 1.

⁵³⁶ Idem.

O que é curioso, pois o reboque seria feito sem uma “escolta” de fato, já que a canhoneira não tinha condições de navegação e, por isso, nos relatos do comandante da lancha ressaltou “que fora bem tratado por todos os oficiais, encontrando a bordo pessoas amigas, por isso que já fora praça da Armada e do Exército; na flotilha todo mundo era promovido, sendo que a ele chamavam-no patrão, fazendo-lhe a diária, bem como a sua guarnição, de soldo e meio”⁵³⁷.

Como já mencionei, os tenentes faziam questão de que suas ações fossem conhecidas e não ocultadas. Havia uma outra dimensão dessa perspectiva que considero fundamental: o quanto a Flotilha insurgente também era reconhecida por onde passava. Sobre isso, dois símbolos parecem ter sido importantes: o aviso Ajuricaba, citado de forma recorrente nos relatos de jornais por ter sido o navio que abria o caminho para os demais, que venceu Óbidos e aportava primeiro nas demais cidades e o paquete Baía, que como fora relatado em Jararaca, “estava todo pintado de preto, inclusive a chaminé”⁵³⁸.

Figura 21 - Aviso Ajuricaba



Fonte: <<https://www.naval.com.br/ngb/A/A016/A016.htm>>. Acessado em 19/08/20.

Não ficaram claras as razões para que o paquete Baía tivesse sido totalmente pintado de preto, especialmente porque isso foi feito num espaço de tempo muito curto e cuja iniciativa

⁵³⁷ Ibid.

⁵³⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924, p. 3.

provavelmente não foi outra senão ser reconhecido como navio insurgente, isto é, os navios militares, por si só, eram reconhecidos de forma diferenciada por serem parte da Armada nacional, mas um mercante só o seria se se destacasse de alguma forma. Não encontrei qualquer paralelo nas experiências de revoltas que estudei durante todo o período nem em descrições históricas de batalhas navais na Revista Marítima Brasileira que me permitissem precisar razões simbólicas premeditadas, mas o impacto disso no imaginário das populações ribeirinhas ocorreu e ele foi chamado de “Fantasma Negro”.

No relato de Paulo Rodrigues dos Santos mencionado, o silenciamento telegráfico de Óbidos foi a certeza de que os revolucionários haviam vencido, mas as informações de chegada da Flotilha em Santarém que chegaram à municipalidade vieram por boatos feitos por crianças que avistaram o Ajuricaba e passaram a gritar pelas ruas da cidade:

“Assim, quando Óbidos deixou de falar, o nervosismo tomou conta da “Pérola do Tapajós”. Telegrafistas descobriram que o “navio vedete” era o aviso Ajuricaba; era ele o espantalho que precedia os revolucionários amazonenses, e todos esperavam a chegada do famoso naviozinho. - Lá vem o Ajuricaba!... berravam os garotos do alto da ponte, a qualquer sombrinha escura que boiava além, ao nível da água. Não era o navio; apenas uma touceira de canarana que descia na correnteza. - Lá no horizonte, acima da Ponta Negra, uma fumacinha de pescador, fazendo o seu café matutino, pintava de leve o céu azulado: - Lá vem o Ajuricaba!... – guinchava o moleque praiano, e logo outros faziam coro: - Lá vem o Ajuricaba!... Os curiosos corriam para o trapiche, a ver o barco fantasma. E a fumacinha se esgarçava no ar... A noite era pior. Havia gente que não dormia, a fazer plantão pela margem do rio. Às vezes, uma luzinha a tremeluzir distante, um vagalume a riscar as trevas, qualquer estrelinha pisca piscando na fímbria do horizonte negro, era motivo para o já famoso grito de alarme: - Lá vem o Ajuricaba!... E a cidade, frenética e nervosa, se engolfava na expectativa angustiada, do desconhecido, de ansiedade... E, a medida que passavam as horas, depois a escuta da expedição, demorava nos Pauxis, a aguardar a aproximação da “esquadra baré”, cujo capitânea era o 23 de Julho – aumentavam os boatos e o nervosismo geral”⁵³⁹

O tom depreciativo usado pelo secretário ao citar no diminutivo o “famoso naviozinho” e a forma como Santos tentou relatar o exagero da população demonstra uma espécie de linha divisória entre ele, parte do grupo efetivamente temeroso com os revolucionários e que provavelmente esperava a resposta das forças legalistas, e a população referida, cujo “nervosismo geral” era muito mais uma expectativa da chegada do que propriamente medo. Mas o que geraria tanto interesse em ver o Ajuricaba, navio militar que fora incorporado em 1923 e, portanto, já havia passado antes pelo município?

⁵³⁹ SANTOS, Paulo Rodrigues apud CASCARDO, Op. Cit.

A resposta a essa questão, em meu entendimento, é complexa, pois creio que houve uma convergência de diferentes imagens que compunham uma representação sobre as forças insurgentes. A representação, como trabalhada por Roger Chartier, associa três elementos no caso da história da leitura: no “estudo crítico dos textos”, na “história dos livros” e nas práticas de apreensão “dos bens simbólicos, produzindo assim usos e significações diferenciadas”⁵⁴⁰, do que decorre que a operação mental contida no processo de significação através do qual um objeto abstrato (simbólico) era preenchido (representado) por uma forma concreta derivava dos elementos simbólicos em si, dos meios de divulgação dos símbolos e do processo reflexivo de significação.

O caso da euforia em torno da chegada do Ajuricaba me parece permear essas dimensões, que nesse caso, também eram três: o elemento factual, o simbólico de divulgação e o horizonte interpretativo dos acontecimentos. Sobre o factual, os tenentes já haviam tomado Manaus e ela não era a única cidade onde os jornais espalhavam as notícias de revoltas, além disso, o Ajuricaba, navio relativamente novo e cujo poderio militar era superior aos demais, havia vencido um forte, intendentess foram depostos, funcionários pagos e navios revistados por uma força que galgava aparentemente os passos da tomada completa da Amazônia.

A narrativa das vitórias corria sob boatos na medida em que ribeirinhos e passageiros de embarcações circulavam e levavam consigo diferentes relatos que se somavam a uma espécie de visão heroica (positiva ou não) do processo e é aí que creio que a força insurgente se amalgamava em uma só imagem: se o Ajuricaba já era um navio conhecido nos rios, o maior impacto certamente era o Fantasma Negro, única referência de um navio pintado totalmente de preto a navegar pelas águas do Amazonas.

A vitória do Ajuricaba era a vitória de uma canhoneira que impunha seu poderio nas águas barrentas, mas também era a vitória simbólica do Ajuricaba indígena que não aceitara a escravização e dominação portuguesa nos tempos coloniais⁵⁴¹. Era um Ajuricaba sob a forma de um Fantasma Negro que navegava vencendo fortes e conquistando cidades. O navio fantasma, portanto, era a sobreposição do Ajuricaba navio militar, do simbólico indígena e do “barco fantasma” que era, na verdade, o paquete Baía pintado de preto.

O navio fantasma era também, simultaneamente a belonave negra que impressionava os observadores ao cabotar no rio-mar e a representação da própria insurgência, do navio que

⁵⁴⁰ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, 11(5), 1991, p. 178.

⁵⁴¹ Sobre o tema, Vd. VIANA, Wania Alexandrino; POMPEU, André José Santos. Ao longo do sertão: guerra, fronteira e espaço indígena na Amazônia colonial. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, vol. XIII, nº 1, 2015, p. 99-133.

poderia estar em qualquer lugar e por isso, confundido com a luz de um vagalume, com a fumaça de um navio de pesca, a touceira de uma canarana flutuando, como a insurgência singrando a imensidão limnológica da Amazônia.

Nesse sentido, outro relato é igualmente interessante, feito por João dos Santos Nogueira, filho do coronel Francisco Monteiro Nogueira, proprietário dos armazéns em São Francisco da Jararaca, onde a Flotilha aportou antes de rumar para Belém:

“Contou-nos, então, o seguinte: Que, á 1 hora da tarde de 2 do corrente, sábado, aproximou-se de Jararaca, sem dar o conveniente sinal, que é o apito, um aviso de guerra, que logo se reconheceu ser o Ajuricaba. Acompanhando-o a certa distancia, vinham o paquete Baía, todo pintado de preto, a canhoneira Missões e a lancha Itacoatiara, que, segundo informações, fora aprisionada pelos revoltosos.

Os moradores e empregados dos armazéns, tomados de surpresa, apreensivos, foram interpelados de bordo do Ajuricaba: - Ô gente, a lenha é boa?

Sendo a resposta dada afirmativamente, pularam para terra varios soldados, alguns incumbidos de recolher a lenha – porque os caboclos acostumados áquele mister se haviam escafedido – e outros para fazerem varias compras, pagas, aliás, sem hesitação.

Numa preocupação que deixava transparecer algum receio, os amotinados indagavam das disposições das autoridades paraenses em recebe-los, si havia algum vaso de guerra em Belém, enfim, si algo de anormal teria ocorrido em nossa cidade.

[...]

De bordo, acenando adeus, diziam aos que ficaram no trapiche: - Acalmem-se, com vocês não é a nossa escrita. É com a gente do Pará, que daqui a poucas horas ajustaremos contas.

E de lá se afastou a caravana heroica...”⁵⁴².

A parada, feita em 2 de agosto, feita sucessivamente pelo Ajuricaba e depois pelo Fantasma Negro para abastecimento de lenha causou bastante medo entre os “caboclos” citados por Nogueira quando o paquete Baía atracou:

“Ás 9 horas da noite de sábado, os habitantes de Jararaca tiveram novo contato com os insurgentes.

Dessa vez, era a Missões, que lhe visitava as aguas, mas numa carreira douda de caça fugitiva... E já na manhã de 3, domingo, ás 11 horas do dia, atracava no trapiche o Baía, - o fantasma negro...

Recebeu lenha novamente.

Tomados de surpresa, foram agarrados seis empregados do coronel Nogueira, levados a recolher e arrumar lenha no bojo do Baía.

A situação obrigou-os a obedecer. Quase ao porão, entretanto, uma voz amiga, de um empregado do paquete do Loide, avisou-os de que fugissem, pois o intuito dos revoltosos era aliciar gente. De um salto, os caboclo paraenses abandonaram a reclusão em que se veriam mais tarde, sendo perseguidos por soldados, que armados de fuzis, e aos berros de “pega! pega!”, corriam em sua perseguição.

Mas dextros, os pobres homens conseguiram refugiar-se, fugindo assim á sanha feroz dos seus agressores.

Não passou de meia hora a permanência do Baía, que desatracou, navegando com a velocidade possível.”⁵⁴³

⁵⁴² PACOTILHA, São Luís, 12 de agosto de 1924, p. 1.

⁵⁴³ Idem.

Note-se que a nomenclatura de Fantasma Negro era conhecida largamente seja por moradores de Santarém seja por funcionários do armazém de Jararaca, o que, creio, reforça a premissa de que ele se tornou a imagem da Flotilha insurgente de maneira rápida e assim como ele provocava a ansiedade e expectativas, também provocava medo. É provável que o medo fosse um dos objetivos almejados pelos tenentes, embora não necessariamente intencionassem que as populações ribeirinhas se afastassem por isso, já que buscavam a adesão ou o consentimento de diversas formas, inclusive fazendo os pagamentos e não pilhando ou tomando posse das áreas de abastecimento.

A fala de “Acalmem-se, com vocês não é a nossa escrita” é bastante emblemática, pois ela evidencia a consciência do temor provocado pela força fluvial, quer o Baía tenha sido pintado por essa razão, quer não, e de alguma forma, ela também abria espaços de poder, pois em todos os lugares onde houve compra de gêneros para os navios, não ocorreu resistência nem recusa, no máximo, a fuga de algumas pessoas.

Quando do retorno da Flotilha, que desistiu de atacar Belém, conforme tratarei em tópico posterior, o Ajuricaba novamente atracou em Jararaca para receber lenha, e “beliscado de curiosidade, um caboclo calmo e patusco, indagou a um dos revoltosos o que os fizera voltar tão rapidamente”, seguindo o relato de João Nogueira, ao que fora respondido:

“- Fomos até o quadro e nada vimos. Ficou combinado entre nós que o Baía devia estar às 8 horas do dia de domingo em frente á fortaleza da Barra; caso contrario, era sinal evidente de que [...] teria sido aprisionado.

O pratico do Ajuricaba, intrometendo-se na conversa, disse:

- A nossa gente ficou esmorecida de verdade. A Missões vai a fugir, ao que parece, do Baía, este do Ajuricaba, e nós nós... nem sabemos de quem...

- E o que os brancos vão fazer agora? – indagou, finoriamente, o caboclo, mal escondendo a sua perversidade irônica...

- Vamos guarnecer Obidos. Ali sera o nosso ultimo reducto...

E foram-se, desolados, ouvindo-se no silencio da noite o horror da desventura, que se traduzia por entre o tumulto de vozes e a rebelião das águas que a hélice do Ajuricaba provocara”.⁵⁴⁴

Há duas coisas importantes nesse excerto final do relato. A primeira delas é que a imagem trazida era diferente das anteriores, pois o retorno em tais condições adiantava uma percepção da Flotilha derrotada, ainda que não tenha se engajado em combate em Belém e o relato contrasta o medo anterior dos caboclos com o diálogo de “perversidade irônica” e, por

⁵⁴⁴ Ibid.

isso mesmo, a narrativa se inclina a supor que ela não provocava mais o mesmo medo, o Fantasma Negro e o Ajuricaba estavam derrotados.

Por outro lado, a fala de Nogueira também era carregada de juízos negativos sobre os caboclos por ele citados, e as ações eram descritas com adjetivos como “prurido”, “perversidade”, “patusco” que também buscava separar dois horizontes civilizatórios distintos. E, curiosamente, essa separação também era clara na fala do caboclo: “e o que os brancos vão fazer agora?”, ou seja, havia a demarcação dos insurgentes, que eram brancos, e ele, mas a perversidade irônica narrada por João parecia ser também reflexiva: não eram apenas os brancos das guarnições, revoltosos e que tinham o “horror da desventura” e o último reduto, eram os brancos que se achavam em uma guerra civil ante um fervor revolucionário que, no entanto, não representava nem incluía todas as populações em suas fileiras e reivindicações.

5.3. A comunicação como elemento estratégico

Um grupo específico de ações chamou-me atenção pela forma recorrente da qual era referido tanto pela historiografia como pelas fontes, a “tomada” dos telégrafos. Em Porto Velho, como já mencionado, a revolta partiu do comando do distrito telegráfico e se considerarmos que a preocupação dos tenentes em navegar para Belém era grande, já que precisavam se unir ao movimento do 26º BC e garantir o controle sobre as duas maiores cidades da Amazônia, e que o tempo para isso era curto, por que parar em quase todas as cidades para ocupar as estações telegráficas?

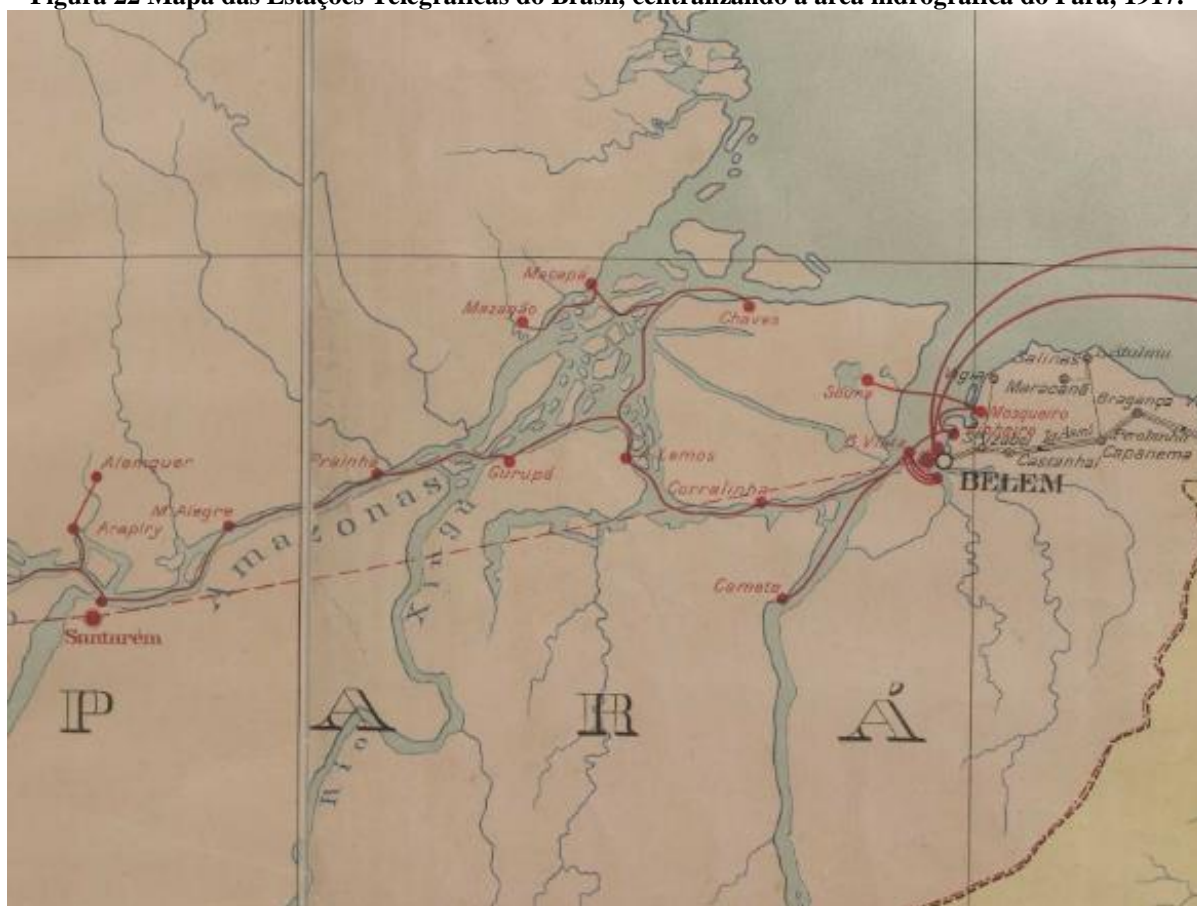
Para responder a essa questão, creio ser necessário responder uma outra: o que significava deter o controle sobre as estações telegráficas? A primeira resposta lógica a essa questão em minha compreensão era deter algum tipo de controle sobre as comunicações naquele momento, o que significaria tanto ter condições de repassar mensagens em tempo real à força insurgente, como ocorreu logo após a tomada de Óbidos em que os tenentes comunicaram Manaus e, também como fora citado, evitar que apoiadores das forças legalistas repassassem informações para os lugares ainda não ocupados, notadamente, Belém.

Podemos subdividir as comunicações entre as cidades na Amazônia por três grandes matrizes no período: através dos telégrafos com fio, através de postes com linhas aéreas (também chamadas de pneumáticas nas fontes) ou do cabo subfluvial instalado paulatinamente desde a década de 1870 ou sem fio, através de estações emissoras e receptoras de ondas de rádio instaladas em estabelecimentos terrestres e em alguns navios mercantes e militares; pelo

transporte de materiais escritos, como as malas postais de telegramas ou mesmo de periódicos que eram levados por navios mercantes do Lloyd Brasileiro; e por pessoas que viajavam tanto nos paquetes como nas pequenas embarcações e que levavam os “boatos” para todas as áreas, muitas das quais eram entrevistadas por jornais e que formaram parte das informações constantes na imprensa que pesquisei sobre.

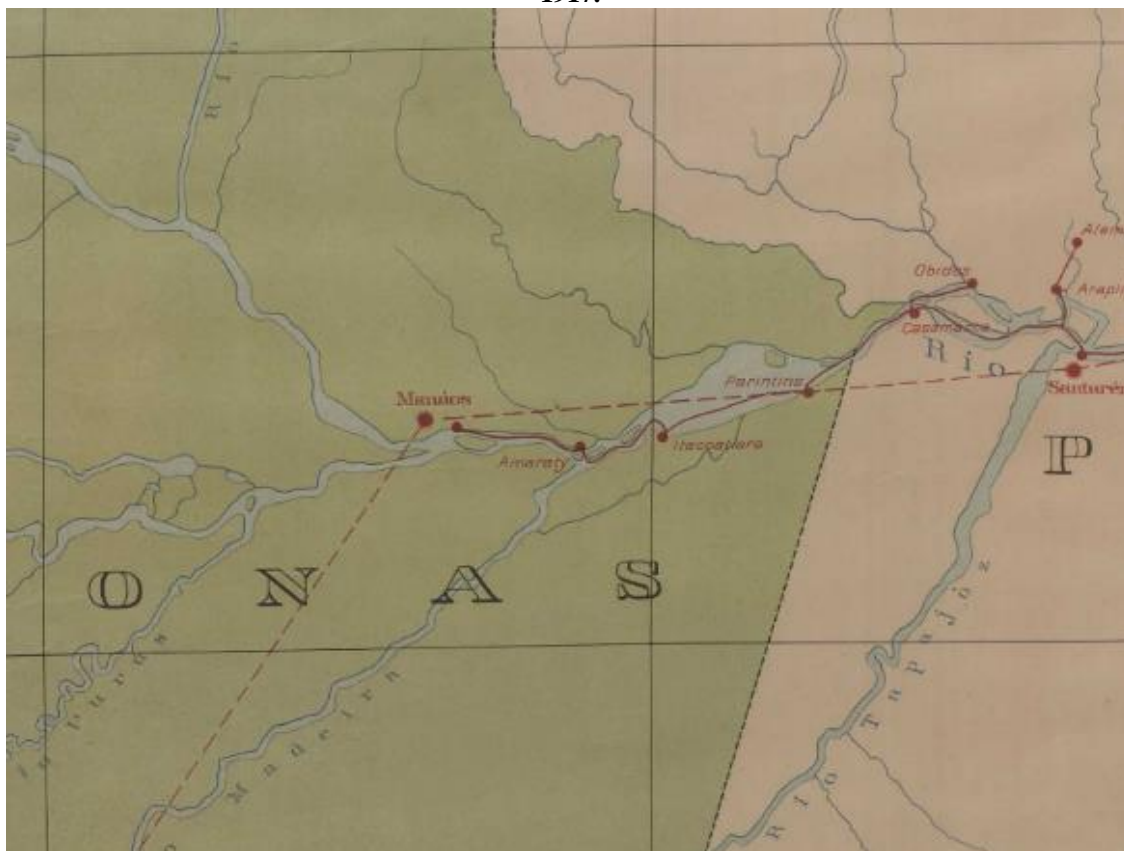
Partindo dessa premissa, é possível definir onde os tenentes efetuaram controle efetivo e o principal se deu sobre a comunicação telegráfica, inteiramente tomada. A circulação de navios que cumpriam linhas de navegação, embora tenha sido restringida em alguma medida, como tratarei adiante, não foi totalmente suprimida. Nos recortes dos mapas a seguir, constam as estações telegráficas nas cidades amazônicas à época:

Figura 22 Mapa das Estações Telegráficas do Brasil, centralizando a área hidrográfica do Pará, 1917.



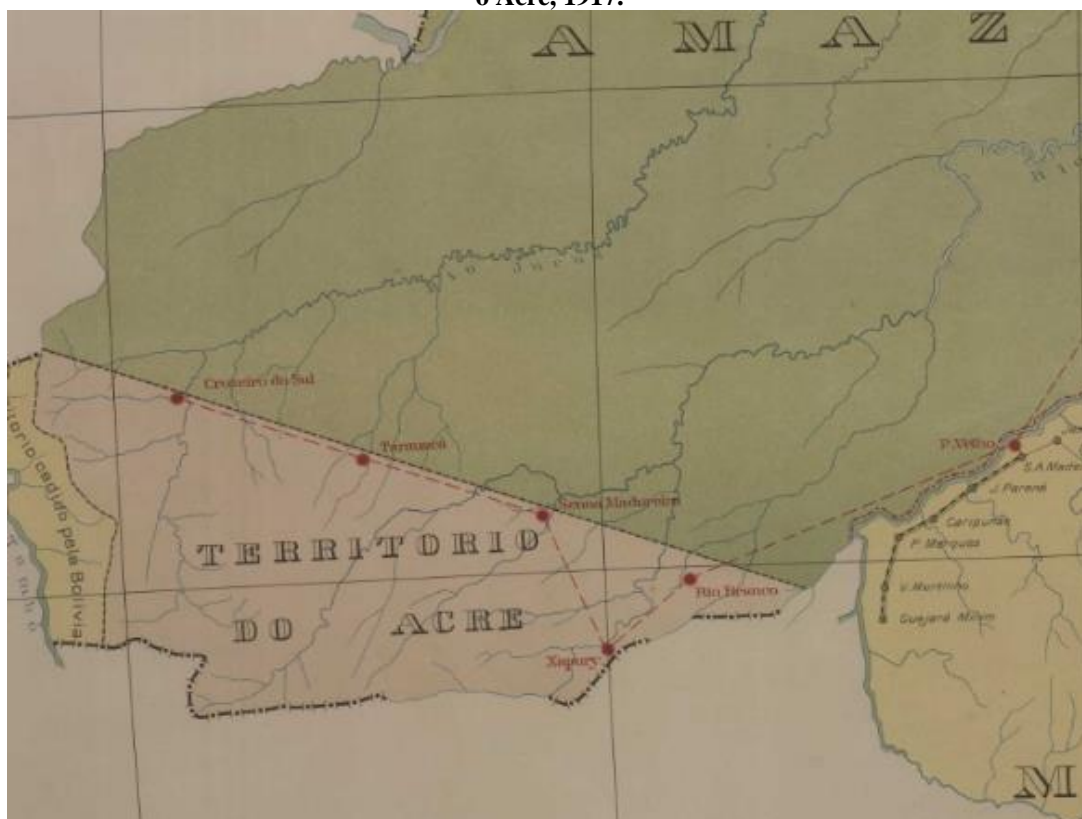
Fonte: BRASIL. Schema das linhas telegraficas do Brazil. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Cia. Lith. Ypiranga, 1917. 1 mapa.

Figura 23 Mapa das Estações Telegráficas do Brasil centralizando a área hidrográfica do Amazonas, 1917.



Fonte: Idem.

Figura 24 Mapa das Estações Telegráficas do Brasil centralizando a área de telégrafos em projeção sobre o Acre, 1917.



Fonte: Ibid.

Todas as linhas avermelhadas eram subfluviais e as pretas, que nessas representações indicadas somente aparecem no atual estado de Rondônia e no nordeste paraense, eram estações terrestres com postes aéreos. As linhas sólidas eram de comunicação telegráfica com fios e as linhas pontilhadas representam as linhas de comunicação sem fios. Para a compreensão da expansão e da importância dessas comunicações, analisarei dois aspectos diferentes: a trajetória de expansão das vias telegráficas desde a década de 1910 e o conhecimento dos oficiais de Marinha em particular sobre a radiotelegrafia, que cumpriu um papel fundamental no processo e também na derrota dos tenentes.

Em termos historiográficos, a influência da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, Comissão Rondon, é uma das principais referências na discussão das comunicações às áreas centrais e de parte da Amazônia, especialmente considerando a partir de 1907, quando se dirigiu ao noroeste do Mato Grosso, levando, em 1915, à composição da linha principal de comunicação de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira⁵⁴⁵, próximo a Porto Velho, que passou a cumprir uma via de comunicação telegráfica de conexão do Amazonas com Cuiabá e, por conseguinte, com a capital federal.

A Comissão Rondon, no entanto, teve um papel secundário na composição das comunicações pela bacia hidrográfica do Amazonas. Ela instalava predominantemente postes com linhas aéreas e para efeitos de comparação, observemos a distribuição de linhas telegráficas dessa matriz em 1921 em todo o Brasil:

Tabela 24 Comparativo de linhas telegráficas terrestres no Brasil, 1921

Estado	Linhas em metros	Estações
Território do Acre	0	5
Amazonas	0	5
Pará	735.656	14
Maranhão	2.125.952	44
Piauí	2.575.189	35
Ceará	2.407.842	64
Rio Grande do Norte	1.514.311	40
Paraíba do Norte	1.594.603	53
Pernambuco	2.237.534	56
Alagoas	805.122	25
Sergipe	621.393	23
Bahia	3.927.542	78
Espírito Santo	937.332	22
Rio de Janeiro	2.488.643	58

⁵⁴⁵ LIMA JUNIOR, Luiz Gustavo de Souza. **Por uma geodésia dos acontecimentos**: a operação cartográfica na obra de Cândido Rondon (1890-1952). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2010, p. 19.

Distrito Federal	116.470	36
São Paulo	3.376.139	45
Paraná	1.574.186	31
Santa Catarina	1.402.402	46
Rio Grande do Sul	5.158.250	92
Minas Gerais	5.937.573	161
Goiás	1.226.916	19
Mato Grosso	4.459.950	49
Total	45.233.005	1.001

Fonte: BRASIL. **Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 330.

Como é possível observar, a quantidade de linhas terrestres nos estados do Acre, Amazonas e Pará eram ínfimas se comparado ao território brasileiro como um todo. Embora a Comissão Rondon tenha feito a conexão do Amazonas, a última estação, em Santo Antônio do Madeira, não estava no Amazonas e sim distrito telegráfico de Mato Grosso, por isso, a quantidade no estado era nula.

As linhas terrestres do Pará somavam pouco mais de 1,6% de todo o Brasil e se compunha apenas no nordeste do estado. O distrito telegráfico do Pará tinha como linha-tronco principal Belém-Maracaçumé (Maranhão), que era a via de comunicação desse meio com o restante do país, tendo ramais de Capanema-Salinas, Santa Izabel-Vigia e Igarapé-Açu-Maracanã e o único sub-ramal de Salinas à região do Atalaia⁵⁴⁶. Os cabos subfluviais, diferentemente das linhas terrestres, foram instalados na Amazônia pela companhia inglesa Amazon Telegraph mediante concessão dos estados do Pará e Amazonas e sob fiscalização da Marinha de Guerra, como tratei brevemente em capítulo anterior.

Os cabos subfluviais constituíam uma rede importante, mas as maiores inovações em comunicações na Amazônia foram feitas pela telegrafia sem fio (radiotelegrafia ou, como era conhecida igualmente, radiografia). Se o Exército havia construído as frentes de expansão do telégrafo com fio e a iniciativa privada sob supervisão construía uma pequena rede submersa nos rios, os horizontes da radiotelegrafia foram construídos pela Marinha e é nesse ponto que considero o conhecimento desenvolvido pela instituição como crucial para entendimento na expansão das comunicações.

A quantidade de artigos e traduções produzidos na Revista Marítima Brasileira apenas entre 1910 e 1924 é expressiva: foram cerca de 20 relacionando a natureza dessa forma de comunicação, a natureza das ondas eletromagnéticas de rádio (hertzianas), a história da descoberta e desenvolvimento e suas diversas aplicações.

⁵⁴⁶ BRASIL. **Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, p. 368.

A telegrafia sem fio foi patenteada pela primeira vez pelo italiano Guillermo Marconi em 1896, compondo o primeiro “systema de telegraphia sem fio baseado na criação e percepção das ondas do ether”⁵⁴⁷. O pressuposto básico para a telegrafia sem fio derivava da percepção sobre a propagação de ondas eletromagnéticas no éter (vácuo) cujo comportamento físico era diferente das ondas sonoras conforme as experiências realizadas por Heinrich Hertz na década de 1880, que constatou que, utilizando determinadas correntes elétricas, as oscilações produziam perturbações perceptíveis em aparelhos para este fim designados que foram chamadas de ondas hertzianas.

As ondas hertzianas são ondas eletromagnéticas de frequência muito baixa e alto alcance, classificadas como ondas de rádio. A proposição de Marconi tinha como base dois componentes: estação transmissora e estação receptora. Na tradução de um artigo publicado na revista Memorial de Artilharia, do exército espanhol, o primeiro-tenente Gouvêa Coutinho descreveu a transmissora como uma bobina de indução elétrica conectada por um fio vertical e isolado, a antena, e um sistema de condensação entre a antena e o aterramento. A descarga elétrica oscilante seria produzida e traduzida em um manipulador no sistema Morse intercalado aos circuitos elétricos. A estação receptora era composta por um “revelador de ondas” aterrado e com uma antena. O revelador era “um aparelho destinado a acusar a presença das ondas electro-magnéticas”⁵⁴⁸. Sobre o funcionamento:

“Si se baixar a alavanca do manipulador Morse, na estação transmissora funcionará a bobina de indução, o excitador ou o oscillador por-se-á em actividade, partindo da antena ondas electro-magneticas, fenómeno que persistirá enquanto a alavanca estiver abaixada. As ondas propagam-se em todas as direcções e encontram a antena da estação receptora na qual imprimem oscilações que originam variações de potencial, análogas ás da antena transmissora; isto é, estas variações serão máximas na extremidade superior e mínimas na proximidade do solo e, como consequência delas, o revelador de ondas fará funcionar o receptor telegráfico, si se empregar o cohesor ou o telefone, tratando-se dos detectores.”⁵⁴⁹

O artigo se referia tanto à telegrafia como à telefonia sem fio que funcionavam sob o mesmo princípio de propagação de ondas eletromagnéticas. No caso radiotelegráfico, o “descohesor” respondia às oscilações elétricas, formando batidas que eram traduzidas na alavanca do manipulador, e “si a alavanca do manipulador se baixar apenas um instante, registrar-se-á na fita do Morse um risco muito curto, que equivale a um ponto no alfabeto

⁵⁴⁷ OLIVEIRA, A. Menezes de. Telegraphia sem fio. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, agosto de 1911, p. 191.

⁵⁴⁸ COUTINHO, M. C. Gouvêa. A telegraphia e a telephonia sem fio. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 7, janeiro de 1910, p. 1.147.

⁵⁴⁹ Idem, p. 1.150.

Morse, mas si a alavanca continuar abaixada durante um certo tempo, a emissão de ondas se prolongará e o risco será maior”.

A telefonia sem fio a que se referia o artigo de 1910 não era necessariamente a possibilidade de transmissão de palavras completas pelo sistema de transmissão e recepção, mas de alguns sons que, àquela altura, eram produzidos com muito ruído e poucas possibilidades de compreensão completa. A telefonia sem fio nesse sentido não cumpriu um papel decisivo no caso de 1924 e por isso, não me aprofundarei nela.

Embora as primeiras proposições da telegrafia sem fio de Marconi tenham sido feitas em terra, as principais experiências conduzidas por ele foram feitas com o auxílio da marinha italiana a bordo do cruzador Carlos Alberto e algumas no encouraçado americano Philadelphia, entre 1896 e 1897, quando testou diferentes receptores e transmissores e produziu observações sobre efeitos da comunicação a longas distâncias e sob efeitos físicos distintos⁵⁵⁰.

Um dos primeiros problemas das ondas eletromagnéticas observados e respondidos por Marconi nesse sentido foi a influência da luz solar sobre essas ondas, considerando que foram notadas interferências maiores durante o dia que durante a noite. Marconi afirmou que a hipótese para esse fenômeno seria “a absorção das ondas electricas causadas pela luz solar devida á ionização das moléculas gazosas do ar sob a acção dos raios ultravioletas”⁵⁵¹, por isso, quanto mais espaçadas as ondas, menor seria a influência da luz solar (e por conseguinte, de alguns fatores atmosféricos), o que levou o físico a investir na construção de estações de transmissão de ondas de maior comprimento e, conseqüentemente, de maior alcance, de “comprimento superior a oito mil metros”.

Pela possibilidade de comunicação a longas distâncias Marconi concluiu que o maior potencial da radiotelegrafia estava justamente nos navios:

“Em terra firme, onde é fácil erigir e manter os postes e fios do telegrapho ordinário, a telegraphia sem fio encontrou sempre difficuldades, ao passo que sobre o mar, onde é essencial que os navios se communicem entre si, no interesse da própria segurança, e onde o uso dos postes e fios telegraphicos é absolutamente impossível, essa circumstancia nos proporciona especiaes facilidades para utilizarmos immediatamente esse meio que é em geral o único possível de comunicação entre os navegantes.

O mesmo se pode dizer do grande inimigo da segurança dos navios – a cerração –que, enfraquecendo o effeito da luz, parece favorecer as communicações radiotelegraphicas, que em geral são mais necessários aos navios com tempo de nevoa do que com elle claro”⁵⁵².

⁵⁵⁰ A Revista Marítima Brasileira publicou uma tradução da conferência feita por Marconi ao rei da Itália em 1897. Vd. Os recentes progressos da radiotelegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, vol. 72, n. 2, agosto de 1914, p. 335-358.

⁵⁵¹ Idem, p. 336.

⁵⁵² Ibid., p. 350-351.

Marconi se tornou um dos principais investidores e industriais das comunicações patenteando a radiotelegrafia e diversos modelos de estação com o seu nome dentre os quais foram também utilizados na Marinha brasileira. O sucesso de suas vendas foi difundido principalmente pelas marinhas mercantes, e segundo o italiano, em 1897, já havia 1.500 vapores no mundo com aparelhos radiotelegráficos instalados⁵⁵³.

As primeiras experiências de radiotelegrafia no Brasil foram iniciadas em 1902 por uma equipe constituída de cinco membros: “os professores Baptista, Morize, os engenheiros Weiss, Bhering”⁵⁵⁴ e o capitão-tenente Mario de Andrade Ramos, consistindo em “comunicação a pequena distancia usando o cohesor de Branly, a limalha de nickel e os relais polarizados Siemens-Pofoffo – aparelhos para pequenos alcances, cerca de 10 kilometros” e, no ano seguinte, foram ampliadas as distâncias e instalado o primeiro aparelho de radiotelegrafia da Marinha na fortaleza de Santa Cruz, conseguindo comunicação “para Ponta de Castelhanos, cerca de 65 milhas, com excelentes resultados”.

Em 1909, a estação definitiva foi transferida para a Ilha das Cobras e no mesmo ano, alguns navios da esquadra já dispunham de aparelhos: o encouraçado Riachuelo de uma estação do sistema Marconi e duas instaladas nos encouraçados Deodoro e Floriano do sistema Telefunken. A primeira manobra da esquadra no sentido de organizar as comunicações foi feita com a transferência da estação do Riachuelo para o cruzador Primeiro de Março e vice-versa “ficando assim uniformizados, por divisões, os dois systemas – a de cruzadores com o Marconi, e a de couraçados com o Telefunken”⁵⁵⁵, provavelmente porque havia maior harmonia entre os aparelhos de mesmo sistema e, assim, os navios de classes afins teriam melhor coordenação nos exercícios.

Andrade Ramos também apontava que havia tido algumas soluções iniciais para o maior problema da radiotelegrafia: a sintonia. A rigor, quando concebido o sistema de transmissão e recepção de ondas de rádio e a expansão no número de estações foi feita, qualquer receptora poderia receber qualquer sinal e, portanto, qualquer mensagem poderia ser recebida por alguém que detivesse o equipamento pertinente já que as ondas se difundiam em todas as direções, o que era preocupante em termos militares devido ao sigilo de ordens e mensagens.

Decorrente desse problema, havia outro: a ressonância, ou a superposição de ondas que gerava interferências e variações de frequência, chamado nas fontes de amortecimento das

⁵⁵³ Ibid., p. 353.

⁵⁵⁴ RAMOS, Mario de Andrade. Radiotelegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, vol. 63, n. 12, junho de 1912, p. 2.055.

⁵⁵⁵ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 129.

ondas, portanto, “Si se obtivessem ondas hertzianas pouco amortecíveis, seria mais fácil conseguir que não fossem activadas por estas todas as estações receptoras, sinão aquellas em que previamente se houvesse adaptado para seu circuito oscilatório um período determinado”⁵⁵⁶. Esse problema foi chamado de sintonia ou sintonização e Marconi realizou os primeiros ajustes no sentido de produzir estações com apenas alguns tipos de frequência, chamadas estações radiotelegráficas sintônicas.

Assim como Marconi, Mário de Andrade Ramos, em 1912, quando capitão de fragata, escreveu que considerava o mar o “campo por excellencia da telegraphia sem fios”⁵⁵⁷ e, em consequência, que a telegrafia “para trafego ordinário e commercial intenso de muito pequeno valor em face da telegraphia de conductores terrestres e submarino”, ponderando que a radiotelegrafia tinha um valor militar, oficial e postal de alta importância, por isso propondo um “anteprojeto” complexo de estabelecimento da rede costeira e fluvial complementar ao já existente à época no Rio de Janeiro, Fernando de Noronha, Olinda, Amaralina, São Thomé e Mont Serrat e em construção em Florianópolis e Rio Grande do Sul. Pelo projeto, seriam as seguintes estações:

Tabela 25 Proposta da rede radiotelegráfica nacional de Mario de Andrade Ramos, 1912

Estação	Alcance da estação
Manaus	200 a 400 milhas
Óbidos	200 a 400 milhas
Belém	400 a 600 milhas
São Marcos (Maranhão)	400 milhas
Mucuripe (Ceará)	400 milhas
Reis Magos	400 milhas
Aracajú	240 milhas
Abrolhos	240 milhas
Vitória	240 milhas
Rio de Janeiro, estação central	370 a 1.200 milhas
Ilha do Mel	240 milhas
Santa Martha Grande	600 milhas
Iguassú	200 a 400 milhas
Porto Murinho	600 a 800 milhas
Corumbá	240 milhas
Barra do Rio Grande	-

Fonte: RAMOS, Op. Cit.

⁵⁵⁶ COUTINHO, Op. Cit, 1910, p. 1.154.

⁵⁵⁷ RAMOS, Op. Cit., p. 2.072.

O serviço de instalação poderia ser realizado, segundo Ramos, em 18 meses, pois no anteprojeto já constam o modelo, a potência e o custo das respectivas instalações. Além disso, o governo federal deveria estabelecer uma Repartição Central de Radiotelegrafia, estabelecer a homogeneidade entre os aparelhos e tornar permanente os serviços experimentais existentes em Belém, Rio de Janeiro, Santa Martha e Porto Murtinho.

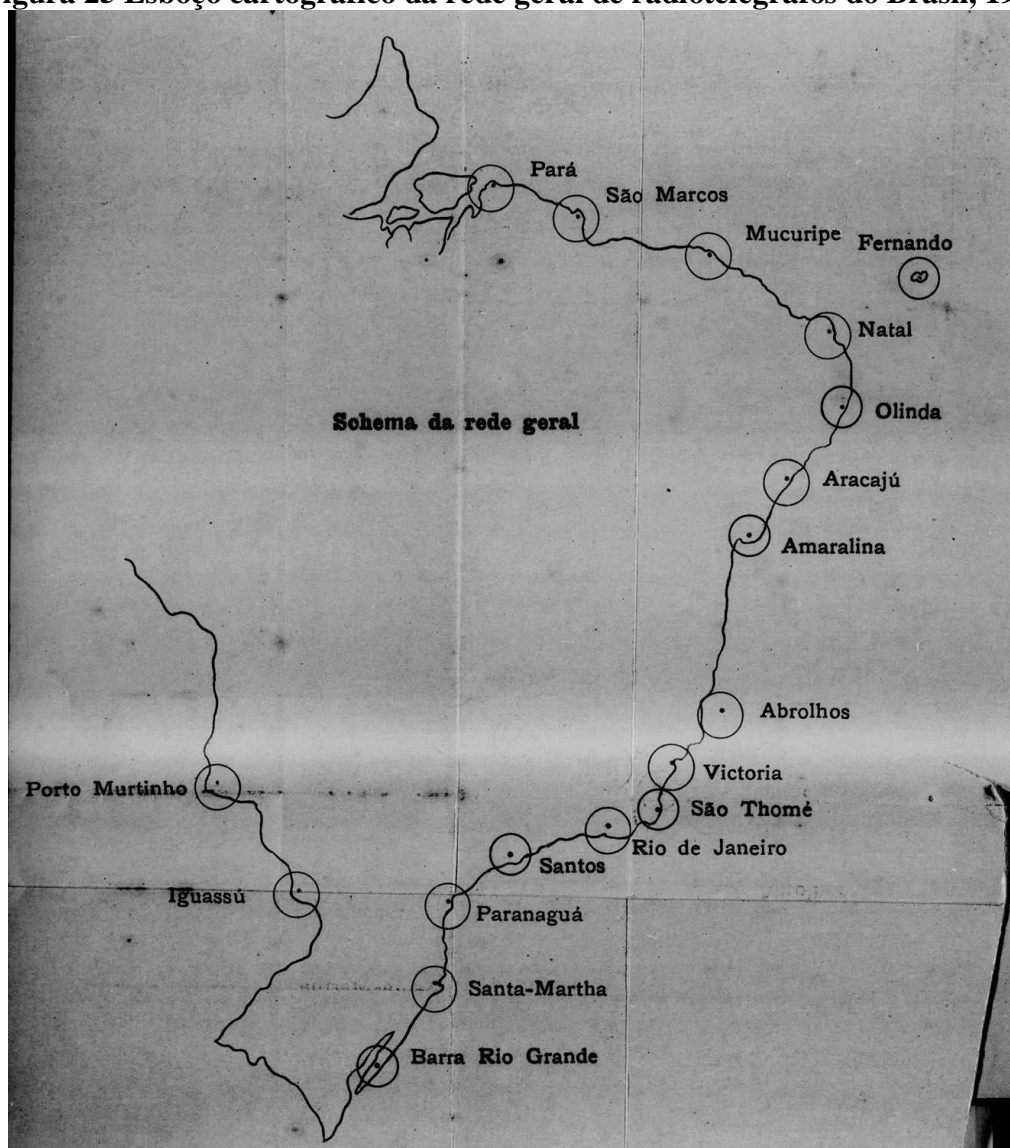
Além disso, Ramos também considerava que deveriam ser tornada obrigatória a instalação de aparelhos radiotelegráficos em todos os navios nacionais de transporte de passageiros com alcance mínimo de 100 milhas náuticas, em todos os navios estrangeiros que entrassem nos portos do Brasil e que o país participasse de resoluções internacionais com a Europa e o continente americano sobre o tema.

Aliás, Ramos considerava que o serviço radiotelegráfico deveria ser permanente em todas as estações e navios, isto é, durante 24 horas deveria haver prontidão de telegrafistas competentes pelo potencial de salvamento e resposta a emergências que o serviço traria. Argumentou com um exemplo interessante, o do Titanic. Segundo Ramos, o navio Californian estava a 19 milhas do Titanic quando houve o naufrágio e “só pelas 6 horas da manhã quando despertado o telegraphista justamente para indagar do que por acaso tivesse sucedido durante a noite, recebeu do *Moount-Temple* a funesta comunicação do grande desastre do *Titanic*”⁵⁵⁸, portanto, se houvesse serviço permanente, “as 1.700 vítimas do *Titanic* teriam sido salvas”.

O projeto do capitão de fragata Ramos, professor catedrático de eletricidade da Escola Naval, serviu como base para a proposta encaminhada pelo Ministério da Marinha de estabelecimento da rede radiotelegráfica nacional com algumas alterações conforme a imagem a seguir:

⁵⁵⁸ RAMOS, Op. Cit., p. 2.076, grifos do autor.

Figura 25 Esboço cartográfico da rede geral de radiotelégrafos do Brasil, 1913



Fonte: BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913, p. 24-1.

Na Amazônia, em 1912, havia: duas estações em Manaus, sendo uma da Madeira-Mamoré Railway e uma da Amazon Wireless; uma em Belém, da Amazon Wireless; uma em Santarém da Amazon Wireless; uma em Porto Velho, da Madeira-Mamoré Railway e três no território do Acre do Ministério do Interior transferidas para o Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo uma em Cruzeiro do Sul (Juruá), uma em Sena Madureira (Alto Purus) e uma em Rio Branco⁵⁵⁹.

É importante notar que a competência pela radiotelegrafia era cruzada em um grande conjunto de setores da administração pública. Em linhas gerais, o Ministério da Viação e Obras

⁵⁵⁹ BRASIL. **Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 389.

Públicas era o responsável por todo o serviço telegráfico nacional e o Ministério da Marinha, pela radiotelegrafia de defesa costeira do país.

Além deles, em tese, os estados poderiam estabelecer linhas de comunicação telegráfica livremente em seus territórios, o problema é que o alcance das estações de telegrafia sem fio extrapolava quaisquer fronteiras interestaduais, conforme apontou o ministro da Viação e Obras Públicas José Barboza Gonçalves em aviso-circular de 17 de julho de 1912 dirigido aos procuradores seccionais da República com o objetivo de procurar soluções para resguardar a jurisdição de cada ente federativo.

Outro ponto da circular de Gonçalves que apontava aos procuradores era buscar formas de garantir o sigilo da correspondência particular na medida em que no Brasil se multiplicavam postos “creados por particulares, mediante concessão, quer pelos governos, uma vez que a capacidade de deslocação das ondas aéreas e a conseqüente apreensão pelos aparelhos radiotelegraphicos não sejam limitadas ao território nacional”⁵⁶⁰.

O problema em questão era o território do Acre, cujas estações tinham alcance suficiente para as ondas serem captadas na Bolívia e, portanto, haver a fuga de informações oficiais e sigilosas. Em parte, a solução para o problema foi posta no Regulamento Radiotelegráfico Nacional, publicado no início de 1914, que hierarquizou a correspondência produzida pela comunicação sem fio em dois níveis: as estações do Ministério da Viação e Obras Públicas e dos estados teriam por objeto a correspondência pública geral; as estações do Exército e da Marinha teriam por objeto a correspondência oficial e a correspondência particular da guarnição ou tripulação.

A partir de 1917, todo o serviço radiotelegráfico realizado em território brasileiro e nas águas jurisdicionais passou a ser competência exclusiva do governo federal, subdividindo a competência entre as aplicações de caráter civil ao Ministério da Viação e Obras Públicas e as destinadas à defesa nacional aos ministérios da Guerra e da Marinha, bem como os respectivos serviços internos.

Apesar dos usos compartilhados, havia também uma tensão interessante em torno do controle da radiotelegrafia pelas forças armadas. Em 1922, o ministro da Marinha, João Pedro da Veiga Miranda teceu extensa argumentação reclamando a necessidade de se retirar do Ministério da Viação e Obras Públicas a competência sobre. Segundo Miranda, “a radiotelegraphia interessa de modo vital a defesa do Paiz, e assim torna-se quase impossível

⁵⁶⁰ Aviso-circular n. 190, de 17 de julho de 1912. In: BRASIL. Idem, 1913, p. 264.

determinar com exactidão onde acaba o aspecto propriamente industrial do seu emprego [...] e o de aplicação á satisfação daqueles interesses a cargo dos Ministérios Militares”⁵⁶¹.

Veiga Miranda argumentou ainda que até 1922, a única escola regularmente organizada que formava telegrafistas aptos a operar o equipamento sem fios era a Escola de Radiotelegraphia da Marinha e que todo o serviço radiotelegráfico costeiro e marítimo deveriam estar inteiramente sob responsabilidade do seu ministério, pois haveria melhor policiamento do litoral; eficiência na prestação de socorros no mar; melhor fiscalização do serviço radiotelegráfico executado pelos navios mercantes nacionais e estrangeiros; pessoal especializado; radiogoniometria e o fator estratégico de planejamento e controle do território⁵⁶².

É nessa perspectiva de um setor de comunicações profundamente militarizado, cuja origem e funcionamento em grande medida derivaram da atuação da Marinha e cuja formação se dava quase que unicamente pela Armada que vislumbro a ação dos tenentes em 1924. Os oficiais da Marinha tinham consciência que o controle das estações telegráficas e radiotelegráficas era de fundamental importância para controlar a correspondência entre as cidades e o potencial estratégico do seu uso.

Retomando, pois, as estações telegráficas, havia duas possibilidades de comunicação via telégrafo com o resto do país teoricamente: através de Porto Velho e Belém. Em Porto Velho, os tenentes já haviam tido controle sobre as estações, portanto, a outra via estava a leste. Partindo de Manaus, os tenentes ocuparam, além do radiotelégrafo da capital amazonense, as estações fluviais de Amaraty, Itacoatiara, Parintins, Casamarca, Óbidos (que também tinha uma estação telegráfica sem fios mantida pelo 4º Grupamento de Artilharia de Posição), Arapiry e Alenquer, onde depuseram os intendentes e estabeleceram a ocupação mediante a indicação de novos administradores municipais e possivelmente, nem todas tiveram destacamentos militares, já que as estações do cabo subfluvial somente se comunicavam com as conectadas diretamente.

Santarém foi a última cidade onde houve a preocupação de ocupar as estações, “mantendo o serviço sob censura”⁵⁶³, mas também foi a cidade onde eles confiaram um pequeno destacamento não para garantir a ordem pública, mas para proteger especificamente a estação de radiotelégrafo e onde designaram um homem de confiança, o cabo Anacleto, que se manteve a seu posto mesmo quando as forças do Destacamento do Norte já haviam empurrado a Flotilha para Óbidos. Tratava-se de uma peça-chave na circulação de ideias e notícias.

⁵⁶¹ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1922, p. 144.

⁵⁶² Idem, p. 146.

⁵⁶³ PACOTILHA, São Luís, 15 de agosto de 1924, p. 1.

Caberia, evidentemente, uma questão: por que nenhum “tenente” ficou em Santarém, uma vez que havia a estação sem fios? A resposta é relativamente simples: embora as estações terrestres fossem vitais, os navios da Marinha tinham estações móveis⁵⁶⁴ e, portanto, uma vez controlada a Pérola do Tapajós, o Ajuricaba, de onde provinha a principal estação de bordo da Amazônia, poderia manter comunicação direta se necessário.

A partir de Santarém, os tenentes passaram a avariar ou mesmo tomar peças importantes das estações a fim de impossibilitar qualquer comunicação. Pelas fontes, as estações em que eles realizaram esse procedimento foram de Monte Alegre, Prainha, Gurupá, Antônio Lemos e Currealinho, não havendo menção ao procedimento para as estações de Chaves, Macapá e Mazagão, na porção norte do estuário do Amazonas, provavelmente porque o contorno da ilha do Marajó seria longo demais na cruzada de chegar a Belém e no caso da estação de Soure, igualmente não houve menção provavelmente pela mesma razão.

Além do controle sobre as comunicações telegráficas, os tenentes também tiveram uma relação interessante com a imprensa. Em linhas gerais, foram duas ações diferentes, mas convergentes: eles tomaram as oficinas de alguns jornais em circulação em Manaus e Porto Velho e também produziram periódicos próprios. Há, portanto, uma perspectiva dupla: controlar a circulação de ideias impressas e, por outro lado, difundir e circular as próprias.

Como já salientei no capítulo 3, a ação intelectual através da imprensa militar foi uma das mais notáveis dos militares da Marinha no Brasil e, conforme trabalhos apontam, no caso do Exército a situação não era diferente considerando a revista *A Defesa Nacional*⁵⁶⁵. Há coerência em pensar que quando insurgentes, as letras também fossem utilizadas.

Três jornais foram tomados pelos tenentes ainda no dia 23 de julho: o *Jornal do Commercio*, dirigido por Vicente Reis; *A Imprensa*, do deputado Alcides Bahia e *Gazeta da Tarde*, de Raymundo de Moraes⁵⁶⁶. A *Gazeta de Notícias* chamou esses três de “situacionistas”. De um modo geral, parece-me haver uma tendência de associar, pela conjuntura dos acontecimentos, a imprensa em questão como “oposicionista” aos governos de Turiano Meira e de Rego Monteiro, “situacionista” para os que teriam afinidade e “adesista” a alguns jornais que “assumiram o lado” da revolta.

⁵⁶⁴ Em 1919, por exemplo, o relatório ministerial apontou que havia 30 instalações a bordo de navios da Armada. Vd. BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1919, p. 84.

⁵⁶⁵ Vd. NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

⁵⁶⁶ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924, p. 3.

Eloína Santos, por exemplo, ao analisar o comportamento dos civis em relação ao movimento de 1924 em Manaus, lançou a atenção principalmente à adesão da “facção Nery”, como já mencionei, e, por consequência, a adesão ao movimento do jornal *A Liberdade*, de Júlio Benevides Uchôa, foi motivado igualmente pela identificação contrária à oligarquia Rego Monteiro, e a “posição de *A Liberdade* refletiu a *visão* do grupo de civis que prestaram apoio ao movimento rebelde e o visualizavam como *movimento redentor do Amazonas*”⁵⁶⁷.

Nos editoriais do jornal, eram ratificadas as denúncias de corrupção do governo deposto e a autora vislumbrou uma espécie de busca de legitimidade pela construção de ideias com objetivo de “obter o apoio da opinião pública” mesmo quando da repressão do Destacamento do Norte.

O problema dessas análises, como já mencionei, é considerar apenas as conjunturas políticas locais e, portanto, submeter a imprensa a uma relação dicotômica entre reforçar o poder do grupo que detém o controle do Estado ou tecer críticas contra ele. Isso desconsidera a existência de múltiplos olhares e da imprensa como, ela mesma, um elemento de poder e debates que não necessariamente passavam pelo Estado.

Em outros termos, é crível que as motivações políticas fossem algum componente do qual os tenentes tenham optado pelo ataque a alguns veículos. Mas é também importante considerar que o alcance desses jornais como veículos de imprensa certamente impactaria o volume de informações circulantes nas cidades, uma vez que edições dos jornais também eram transportadas para outras regiões que não necessariamente Manaus.

Dessa perspectiva, decorrem duas questões a considerarmos: primeiramente, que os tenentes se preocupavam com quais jornais circulariam enquanto eles tinham controle sobre Manaus, mas não necessariamente porque eles os criticariam, e sim porque eles detinham alguma capacidade de mobilização de pessoas a resistir aos próprios tenentes.

Essa questão é perceptível na medida em que foram 3 jornais ocupados conforme as notícias indicavam e quando analisamos as notícias publicadas no território do Acre, onde os tenentes não realizaram nenhum tipo de incursão militar, eram recorrentes as menções a falta de informações ou, no máximo, boatos sobre o que possivelmente estaria acontecendo em Manaus.

A 17 de agosto de 1924, o jornal *A Reforma*, de Rio Branco, noticiou, em sua coluna destinada a telegramas e outras informações obtidas pelo telégrafo (como era comum em quase todos os jornais que verifiquei), que não estava com qualquer comunicação com Manaus. E

⁵⁶⁷ SANTOS, Op. Cit., p. 122. Grifos da autora.

cientificavam que a comunicação telegráfica com outros estados estava mantida normalmente⁵⁶⁸. O radiotelégrafo de Manaus estava ocupado pelos tenentes, mas nos navios que chegavam à região, também não se achavam nenhuma edição de qualquer jornal, que era um dos elementos informativos mais comuns⁵⁶⁹.

O jornal *A Reforma*, como vários outros de cidades da Amazônia, frequentemente transcreviam notícias do *Jornal do Commercio*, de Vicente Reis. Este jornal tinha um alcance considerável tomando como base apenas a imprensa, mas também era uma das publicações de maior sobrevivência e circulação. Segundo Priscila Ribeiro, o jornal teve três fases principais: a primeira desde a sua fundação, em 1904, por Joaquim Rocha dos Santos, já obtendo uma das maiores circulações na cidade e no interior por ser voltado aos interesses comerciais do estado. Em 1907, foi comprado por Vicente Reis, sendo, em 1912, o “terceiro jornal da América do Sul a implantar máquinas do estilo Linotipo” e, nos anos 1940, passou a fazer parte da rede *Diário e Emissoras Associadas*, de Assis Chateaubriand⁵⁷⁰.

Ribeiro argumentou que o *Jornal do Commercio* não cumpriu somente o papel de informativo das notícias relevantes ao pacto formado pelas elites, governo e grande imprensa do Amazonas, mas ele mesmo, como essa imprensa, desempenhou uma espécie de papel civilizador através de discursos alinhados ao projeto de modernidade que se pretendia implementar. A escolha das notícias a serem publicadas, dos editoriais e da forma como eram apresentados funcionaram como o elemento de ressonância às ações civilizadoras feitas pelo Estado e pela elite e por isso, a autora investigou em particular os temas de higiene, educação, habitação, segurança pública, corpo, moda, cultura e lazer.

Quando os tenentes ocuparam esses jornais e os tiraram de circulação temporariamente até que o Destacamento do Norte os venceu, havia, pois, uma perspectiva de mudar os próprios sentidos e discursos de modernização, civilização e transformação das cidades e das sociedades. Pelo que ficou exposto nas edições dos jornais ocupados, os tenentes danificaram o maquinário para que não fosse possível imprimir os jornais, como dito na primeira edição do *Jornal do Comércio* desde o início do processo⁵⁷¹.

⁵⁶⁸ A REFORMA, Rio Branco, 17 de agosto de 1924, p. 1.

⁵⁶⁹ Metodologicamente, o fato de jornais usarem outros como fonte ou correspondência e frequentemente realizarem transcrições foi o que possibilitou o acesso a diversas notícias de jornais que não constam digitalizados na Hemeroteca Digital Brasileira.

⁵⁷⁰ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do norte: o Jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014, p. 23.

⁵⁷¹ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 5 de agosto de 1924, p. 1.

Em Porto Velho, o jornal Alto Madeira também foi interrompido quando da ocupação, conforme editorial comemorativo do aniversário do mesmo apontou em 1926:

“Fazendo não raro, sacrifícios de monta, jamais abandonamos o posto que ocupamos e durante o período de nove annos, nos dias determinados, a nossa folha circulou sem falha de um só numero, excepção feita da phase excepcional que atravessamos, por occasião da revolta de 1924, pelo sr. Capitão Luiz Marinho de Araujo”⁵⁷².

Dadas as ocupações, as ideias dos tenentes foram levadas adiante e preencheram parte do papel da imprensa amazonense pelo Jornal do Povo. Há uma pequena divergência entre Eloína Santos e algumas fontes sobre o jornal. Dada a rapidez com que os tenentes elaboraram o primeiro manifesto, já no dia 24 de julho e supracitado, o jornal já existia ou foi produzido por eles? A lacuna diz respeito ao fato de o Jornal do Povo ter tido, como a autora mencionou, muita atuação no período e estar como uma espécie de “adesista” ao movimento.

Para responder essa lacuna, dois elementos me pareceram fundamentais: os jornais analisados citavam de forma recorrente o Jornal do Povo como jornal dos tenentes, portanto, como sendo manifesto das ideias e não como suporte de outros grupos; ele também não era produzido, aparentemente, em um local próprio, pelo contrário, foram usadas as oficinas do Diário Oficial do Amazonas para sua confecção, o que reforça a ideia de que ele fora feito exclusivamente para a revolta⁵⁷³.

Rapidamente, o Jornal do Povo se espalhou inclusive para as áreas que não estavam sob controle dos insurgentes, como em São Luís, onde o jornal Pacotilha publicava boa parte de suas edições a partir do dia 13 de agosto:

“Temos em mãos o n. 28 de julho do Jornal do Povo de Manaus. É ele, segundo se lhe lê no cabeçalho, o órgão reivindicador das liberdades nacionais. Isto, em linguagem cristã e pratica, quer dizer: é a gazeta dos revoltosos. Para bem afirmar a reivindicação das liberdades, o actual governo proibiu a circulação dos outros diários.

O Jornal do Povo está todo escrito num tom bombástico e empanturra-se de proclamações. Fala a cada passo na “beira do abismo”, no “precipício em que nós todos despenhamos”, na “Cruzada do patriotismo”, na “Redenção da Republica” e em outros tropos já cansados e bolorentos, a que nem ao menos deram uma rápida escovadela, afim de parecerem novos. E, por cima de tudo, enumera os actos patrióticos do governo salvador... Tem-se a impressão de que os redtores olham tudo pelos olhos tropicais de Tartaria. O herói de Tarrascon faria figura bem mofina junto destes paredros de Offenbach. Aquela viagemzinha a Belem, de onde voltaram murchos e abatidos, é uma expedição memorável, “a serviço da Redenção Nacional” (com maiúsculas). O “Baía” não é mais um simples navio do Loide, mas um “transporte de guerra”, que eles, para meter medo aos caboclos das margens amazônicas, pintaram tetricamente de preto. E o Baía ás 2 horas da tarde, zarpu para Belem, rumo da Victoria! A Victoria, com V grande, saiu-lhes tão ás avessas que não sabemos como Tartarin a explicará no seu otimismo...”⁵⁷⁴.

⁵⁷² ALTO MADEIRA, Porto Velho, 15 de abril de 1926, p. 1.

⁵⁷³ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924, p. 3.

⁵⁷⁴ PACOTILHA, São Luís, 13 de agosto de 1924, p. 1.

O tom irônico com que o Pacotilha e todos os outros jornais que citaram em algum momento o Jornal do Povo referiram-se tinha em perspectiva tanto as derrotas da Flotilha insurgente a partir da batalha de Belém como a crítica à forma pela qual o Jornal tratava a própria revolta em relação às oligarquias em tom de redenção também colocava em contraste os próprios interesses divergentes com os temas abordados em cada veículo de imprensa no Amazonas.

É nesse sentido que a “adesão” de setores de imprensa não necessariamente significava o apoio natural ou orgânico à causa, como argumentou Luciano Teles. O autor explicara que parte da imprensa anarquista apoiou o movimento dos tenentes por partilhar das críticas às oligarquias, como o caso do jornal *A Lucta Social*⁵⁷⁵, que publicara que “Echoou em todos os corações proletários e de maneira vibrante o nosso protesto de adesão ao movimento libertário victorioso”⁵⁷⁶.

Tratava-se, pois, de construir um amplo controle sobre o que era dito, as notícias que circulavam e sobre as repercussões de cada ação dos tenentes. Ainda fazendo críticas, o jornal Pacotilha chamou atenção ao fato de que derrotas dos tenentes não constavam no Jornal do Povo, especialmente quando o 26º BC foi derrotado em Belém, ao contrário, o Jornal trazia imagens a informações de otimismo e que, com isso, “a mais absoluta concordia dominava os espíritos”⁵⁷⁷ em Manaus para a incursão da Flotilha a Belém. Controlar as comunicações significava simultaneamente o controle dos ânimos, a garantia da coesão da população com a vitória da revolta, a possibilidade de saber o que se falava pelos telégrafos, a restrição de informações estratégicas que pudessem ser usadas pelas forças legalistas e a inserção de informações estratégicas para a vitória da insurgência.

⁵⁷⁵ TELES, Luciano Everton Costa. “O desmoronar do velho castelo”: o jornal *A Lucta Social* e a adesão a rebelião tenentista de 1924 em Manaus. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016, p. 78-94.

⁵⁷⁶ Idem, p. 88.

⁵⁷⁷ PACOTILHA, São Luís, 9 de setembro de 1924, p. 1.

6. A DERROTA DA INSURGÊNCIA, A VITÓRIA DA INTERVENÇÃO

Introdução

O capítulo anterior foi voltado ao estudo e análise das ações insurgentes dos tenentes de Manaus ao controle do rio Amazonas. Esses eventos caracterizaram onde e como os tenentes venceram durante a revolta de 1924 na região. Onde, portanto, a insurgência foi bem-sucedida enquanto forma de expressão da guerra revolucionária.

Pelas fontes, há diversos relatos que apontavam a pressa dos tenentes em mover a Flotilha insurgente em direção a Belém. Ainda que nenhum documento me permita afirmar que articularam a revolta em conjunto, eles sabiam do levante do 26º Batalhão de Caçadores na capital do Pará e esforçaram-se em levar o apoio das forças vindas do rio. A tomada de Belém seria estratégico para o controle completo do rio Amazonas em seu curso principal e de todos os seus afluentes em consequência.

A derrota da revolta em Belém foi a última possibilidade concreta de vitória dos tenentes, pois eles não teriam mais nem o controle da bacia amazônica nem do principal acesso ao comércio internacional da região. Há duas dimensões diferentes da derrota: a primeira é a ação da Força Pública do Pará na batalha de Belém acontecida após os militares comandados pelo capitão Augusto Assis de Vasconcelos e as forças legalistas prepararam-se para uma guerra de posições nas ruas da capital paraense.

A segunda dimensão é pela ação do Destacamento do Norte, a força expedicionária enviada pelo governo federal e composta por um grande contingente do Exército e uma frota naval comandados pelo general João de Deus Menna Barreto para repressão ao movimento no norte.

Neste capítulo, analisei as ações de ambos os lados envolvidos no processo que vai da batalha de Belém à ocupação final de Manaus. Aqui há uma inflexão em relação à metodologia realizada até então: não serão apenas os tenentes como categoria, mas o comportamento das forças insurgente e legalista o foco da análise. Estudar o quadro da guerra civil é mais coerente que apenas um de seus lados por uma razão: foi uma guerra predominantemente de militares contra militares, a articulação da instituição naval (Flotilha do Amazonas) contra a instituição expedicionária da própria Marinha.

Disso, decorrem três elementos para reflexão nos estudos que versam sobre o tenentismo no Brasil. O primeiro e mais importante deles é não compreender as revoltas tenentistas apenas

pelo protagonismo dos oficiais de patente mais baixa nas forças armadas. O tenentismo era uma via de mão dupla. Não porque as tropas federais fossem comandadas por tenentes no sentido estrito da palavra, mas porque as instituições militares já vinham sendo gradativamente transformadas pelos próprios tenentes, como propus desde o início desta tese.

Falei inicialmente que a linha divisória que caracterizava a condição de oficial subalterno de um lado e os superiores e generais de outro não era um antagonismo suficientemente forte a fim de contrapor a velha Marinha nos altos galões da farda à Marinha moderna dos tenentes mesmo que o tenentismo estrito tenha sido feito por uma geração específica de subalternos.

O arquétipo dos jovens turcos, como tratei no capítulo anterior, não me parece ser apenas de gerações de oficiais, mas de instituições militares com um nível de engajamento político motivado, lembrando Rouquié, pelo acúmulo de funções cívicas em instituições com um nível alto de profissionalização e aperfeiçoamento burocrático. Ainda que seja cabível discutir o porquê, então a revolta foi dos tenentes e não do alto comando com a maior parte das tropas, como o foram os golpes militares de décadas posteriores, este não é o enfoque aqui.

A questão central para mim é que se o tenentismo criou na prática uma nova linguagem do comportamento sociopolítico das forças armadas baseada no uso revolucionário da guerra como instrumento de transformação ou intervenção de maneira mais específica, não foram apenas os tenentes que se valeram disso.

As ações do Destacamento do Norte não foram somente a repressão de uma quartelada. Não foram o abafamento da rebeldia. Foram igualmente expressões de uma guerra revolucionária que pressupunha a vitória total embora não de forma insurgente porque dispunham de maiores ferramentas institucionais para o combate.

Se os tenentes construíram um sistema estratégico de controle das comunicações, o Destacamento utilizou as mesmas comunicações para vencer Óbidos. Se a Flotilha insurgente usou o Fantasma Negro como símbolo do seu poder, os aviões do Destacamento, ao mesmo tempo que atacavam, realizavam manobras aéreas em um verdadeiro espetáculo nos céus da Amazônia com a mesma finalidade. Se os tenentes marcharam com suas tropas pelas ruas de Manaus de maneira triunfante, o Destacamento marchou pelos caminhos derrotados dos tenentes de Belém com igual triunfo. Se os tenentes criticaram as oligarquias e interviram na estrutura estatal por meio de um golpe e construíram um governo militar, o Destacamento não devolveu o poder aos civis, mas igualmente formou um governo marcial até o funcionamento normal daquela realidade no Amazonas.

Considero fundamental a reflexão de José Murilo de Carvalho da ideologia intervencionista dos militares na Primeira República, embora voltando-se ao Exército. Havia, em linhas gerais, duas formulações básicas da ideologia militar no Brasil: a primeira, do soldado-cidadão, que nascera de um processo de afirmação militar como categoria social na República onde o militar devia “assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar”⁵⁷⁸. A segunda, do militar profissional que deveria afastar-se da política e manter-se focado nas funções de defesa do país sob comando do Estado-Maior e das instituições republicanas.

Essas duas formulações se amalgamaram com o tenentismo dos anos 1920 a partir da perspectiva dos militares profissionais da segunda formulação ideológica aperfeiçoarem a concepção de “função conservadora e estabilizante dos elementos sociais”⁵⁷⁹. A guerra civil opôs a intervenção reformista dos tenentes e a intervenção moderadora dos “profissionais” legalistas.

O amálgama se deu principalmente com a Revolução de 30 e elevação do tenentismo de conspiração a governo “era uma combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais da organização militar promovidas pelos jovens turcos e seus aliados. [...] o intervencionismo de Generais, ou do Estado-Maior, [...] da organização como um todo e não apenas de setores subalternos”⁵⁸⁰.

Entendo que Carvalho voltou-se para o Exército por uma combinação de fatores: numericamente, foi a força com mais participantes no processo; olhando-se a partir da capital republicana, a esquadra pouco atuou; estudou a formação dos oficiais das forças armadas. Lendo-se 1924 pelas ações no teatro da guerra, esse amálgama já era uma realidade porque é na apreensão da guerra revolucionária por ambas as partes que o reformismo ou o controle moderador tornam-se apenas dimensões diferentes do mesmo comportamento social.

Os tenentes gestaram o uso institucional da guerra revolucionária no laboratório amazônico assim como produziram as mudanças no comportamento dos militares no Brasil. A guerra civil na Amazônia começou e terminou com intervenções. Ela foi o prelúdio das experiências de intervenção organizacional das forças armadas sobre o Estado no século XX.

Este capítulo está organizado em duas partes demarcadas cronologicamente. Na primeira, analisei a batalha de Belém do levante do 26 BC à derrota dos tenentes pela Força

⁵⁷⁸ CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da civilização brasileira**, t. 3, v. 9. O Brasil republicano, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 229.

⁵⁷⁹ KLINGER apud CARVALHO, Idem, p. 233.

⁵⁸⁰ Idem.

Pública do Pará. Analiso o teatro da guerra por meio das ações combativas feitas por ambos os lados, especialmente do entrançamento das ruas pelos tenentes e das colunas de ataque formadas pela polícia paraense.

Na segunda parte, a ação do Destacamento do Norte a partir de Belém nas etapas de atuação. Analisei a correspondência de ações que caracterizaram a guerra revolucionária de combate à insurgência, ponderando portanto as estratégias utilizadas pela força expedicionária, o controle sobre as comunicações e as ações simbólicas do mesmo processo. Como última etapa, analisei a retomada de Manaus e efetivação da intervenção militar no estado.

6.1. A batalha de Belém

Poucos dias após a revolta em Manaus, o 26º Batalhão de Caçadores, sediado em Belém próximo à praça Justo Chermont, também se levantou contra a ordem instituída no estado. Ao contrário de Manaus, no entanto, os insurgentes foram derrotados principalmente porque a Força Pública do Pará, diferentemente da do Amazonas, dispunha de contingentes e meios muito mais sólidos para oferecer uma resistência.

Apesar de a revolta e a batalha de Belém ter durado apenas alguns dias, a riqueza de informações sobre como os combates se deram por toda a região central da cidade é bastante interessante para a compreensão das estratégias insurgentes em terra. Nesse sentido, há duas perspectivas que analisarei: as ações dos tenentes e da Força Pública.

Como referi-me anteriormente, o contraponto à insurgência, nesse caso, não necessariamente pode ser chamada de contra insurgência porque considero que a perspectiva estratégica pronta e desenvolvida somente surgiu no contexto da Guerra Fria quando os exércitos efetivamente se prepararam para combater guerrilheiros com base nas experiências do Vietnã, Cuba, China e outras de caráter comunista. Por quê, então, as ações de combate aos tenentes são significativa para compreensão da insurgência?

A resposta, para mim, está em uma das principais características do uso do poder militar no Brasil, especialmente desde a Proclamação da República: as forças armadas foram empregadas muito mais em território nacional reprimindo movimentos de contestação de diferentes níveis do que em confrontos ou mobilizações contra exércitos ou esquadras regulares. Havia, pois, uma experiência prática de confronto a forças irregulares. É verdade, no entanto, que as proporções de 1924 em todo o Brasil foram diferentes que quaisquer eventos anteriores.

A revolta de 1891 em Belém fora o mais próximo de um combate desse tipo no estado do Pará no período republicano até então. A força revoltosa era composta majoritariamente pelo Corpo Militar de Polícia e o teatro de operações foi tanto uma parte da cidade, especialmente na região do Cacaolinho como nos rios que banham Belém e a região do rio Capim. Naquela ocasião, a Flotilha do Amazonas cumpriu papel de repressora ao movimento e, nos dias que seguiram, as forças de cavalaria e artilharia do Exército e da Polícia, Bombeiros e Marinha venceram os rebeldes⁵⁸¹.

Segundo Cascardo, após a revolta em Manaus e pela desconfiança depositada pelo comandante da 8ª Região Militar, coronel Raymundo Barbosa, a tropa do 26º Batalhão de Caçadores foi dividida entre o quartel sede e o Forte do Castelo, onde havia o depósito de armas e munições do Exército. A suspeição por parte de Barbosa para o autor tinha um duplo aspecto, isto é, tanto a tropa federal terrestre como a Força Pública, que àquela altura, dispunha de muitos meios conforme apresentarei adiante.

Após a confirmação da vitória dos tenentes sobre o 4ª GAP, no Forte de Óbidos, o Ministério da Guerra ordenou que a 8ª Região Militar formasse uma força para combater os tenentes no Baixo Amazonas e tendo em vista isso, Cascardo apontou que a canhoneira Amapá, único navio da Flotilha do Amazonas em Belém (e que não aderiu à revolta) passou a montar prontidão para evitar que o paquete Baía, que deveria trazer a tropa do 27º BC para Belém não atracasse em Belém, o rendendo até que fosse confirmada a situação do mesmo favorável às forças insurgentes ou às legalistas.⁵⁸²

O paquete Rodrigues Alves, do Lloyd Brasileiro, foi comissionado pelas forças federais no Pará como o transporte de guerra para levar a força do 26º BC para Óbidos a fim de retomar Óbidos. No mesmo dia 26 de julho, o Rodrigues Alves deveria partir pela noite com toda a força destacada para esse fim escoltado pela canhoneira Amapá:

“Tratava-se de preparar um navio de grande tonelagem e boa marcha, para conduzir a Óbidos os elementos de defesa que pudéssemos reunir. Ficou assentado que o navio seria o *Rodrigues Alves*, a ser armado com dois canhões que o Commandante Braga conseguiria no Arsenal de Marinha. Para commandante foi escolhido o Capitão de Corveta Joaquim Ribas de Faria, cunhado do governador, levando a bordo um contingente do 26º BC, sob commando do primeiro-tenente Josué Justiniano Freire, e que este navio seria acompanhado pela canhoneira Amapá, sob o commando do primeiro-tenente Plínio Cabral. Combinamos que achando-se o navio prompto para empreender viagem pouco faltava para pô-lo em estado de desobrigar-se da empresa de que se tratava. Carecíamos apenas de por a bordo os canhões que iriam do arsenal, mas isto, no dizer

⁵⁸¹ Para duas discussões importantes sobre a revolta, Vd. FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Açaí, 2017; PEREIRA, Op. Cit., 2017.

⁵⁸² CASCARDO, Op. Cit., p. 314.

do commandante Braga, seria cousa para pouco tempo, de modo que o navio poderia iniciar a deligencia as 16 horas desse dia”⁵⁸³

Da mesma forma que a partida do 27º BC no paquete Baía fora o estopim da revolta em Manaus, o embarque no Rodrigues Alves o foi para a revolta em Belém. Até às 22 horas do dia 26, não havia resposta das forças destacadas sobre o embarque. É importante notar que foram feitas tentativas de comunicação com o quartel do 26º BC e com o Hospital Militar via telefone por parte do comandante da Região Militar, mas ambos eram inoperantes⁵⁸⁴.

Os revoltosos, antes de tomarem o quartel do Batalhão de Caçadores, danificaram os aparelhos telefônicos do mesmo e tomaram a empresa responsável pela telefonia. Considerando os relatos nas fontes, provavelmente eles cortaram toda a comunicação desse tipo na região central da cidade. E por isso, somente os telégrafos e radiotelégrafos funcionavam para comunicação. Aliás, a “última pessoa a servir-se do telefone do quartel do 26, comunicando-se diretamente com o comandante da região, foi o capitão Assis de Vasconcelos, que momentos depois assumiu o comando da soldadesca indisciplinada”⁵⁸⁵.

No início da noite, “grande numero de praças se dirigia com frequência ao botequim e mercearia do sr. Maximiliano Lopes, que fica á praça Justo Chermont, próximo ao quartel”. A saída dos praças começou após um cabo ter saído “contra ordem expressa do superior”, o tenente Josué, responsável pelo destacamento que embarcaria no Rodrigues Alves, que fora preso pelos revoltosos.

“Assume a chefia da rebelião o capitão Assis de Vasconcelos, que é acompanhado pelo tenente Edgar Eremta. Em acção, começam a sair grupos armados, estabelecendo sentinelas em todos os sentidos, até grande distancia do quartel, e levantam barricadas e trincheiras na praça Justo Chermont. Os disparos começam a ser ouvidos em varias direções, causando o alarme natural”⁵⁸⁶.

Ao mesmo tempo em que o primeiro-sargento Delcídio Palmeira saiu de automóvel para a companhia telefônica a fim de verificar as razões do não funcionamento do mesmo. Segundo o jornal, “quando voltou ao quartel, ainda de automóvel, soube, antes de chegar à praça Justo Chermont, que o batalhão inteiro estava revoltado, retrocedendo então para o Quartel General, onde se apresentou”⁵⁸⁷ e onde provavelmente fora o responsável pelas primeiras informações concretas ao coronel Barbosa do levante.

⁵⁸³ BARBOSA, Raymundo *apud* CASCARDO, Op. Cit., p. 315.

⁵⁸⁴ CASCARDO, Op. Cit., p. 316.

⁵⁸⁵ PACOTILHA, São Luís, 6 de agosto de 1924, p. 1.

⁵⁸⁶ Idem, 7 de agosto de 1924, p. 1.

⁵⁸⁷ Ibid., 6 de agosto de 1924, p. 1

Quando da revolta, o coronel Barbosa estava na residência do governador do Pará, Antonio de Souza Castro, que relatou ter recebido aviso por volta das 21 horas ter recebido a comunicação do levante, indo o coronel para o Quartel General e o governador para a sede do Comando Geral da Força Pública⁵⁸⁸. Segundo Souza Castro, foram aguardadas as providências por parte do comandante da força terrestre.

O coronel Barbosa se dirigiu à praça Justo Chermont para constatar a revolta e, segundo seu relato, “os soldados postavam-se externamente ao quartel, e um fuzil metralhador alinhava-se com o eixo da Avenida Nazareth”⁵⁸⁹. Constatada a revolta, a única companhia que restava sob ordens do Exército era a do Forte do Castelo aderiu à insurgência e levou o armamento e munições do depósito para o quartel dos tenentes. Segundo Souza Castro,

“Estavam exgotados os seus recursos e os meus intactos – cumpria-me a mim, portanto, agir sem delonga.

Mas, havia a considerar que, nessa oportunidade, se tornava já mais difícil a tarefa, porque os revoltosos tinham tomado posições estratégicas nas imediações do quartel, construindo trincheiras e reunido numerosos combatentes, alliciados entre reservistas do Exército, estivadores, motorneiros de bondes e populares”⁵⁹⁰

É interessante que a adesão civil com a incorporação inclusive de reservistas se deu de maneira muito rápida. Diferentemente de Manaus, os tenentes de Belém não tiveram tempo de fazer convocações, mesmo assim, nas poucas horas em que iniciaram o levante, a adesão foi feita. É importante ainda notar no relato do governador que foram citados estivadores, motorneiros de bondes e populares, o que sugere ter a adesão inicial sido semelhante à adesão operária e de trabalhadores em Manaus.

Noto também que a principal estratégia insurgente dos tenentes em Belém foi o estabelecimento de um combate de posições por meio do entrincheiramento de pontos importantes daquela área. Esse combate pressupunha duas formas de ação distintas: a tomada de posições, como já estava consumado no entorno do quartel, e a resistência.

Pela manhã do dia 27, seguindo Castro, foi feito o reconhecimento das posições e recursos dos tenentes “por um piquete de 30 praças de cavallaria, sob o commando do bravo 1º tenente Henrique Ferreira da Silva, morto, horas depois, em lucta encarniçada”. Com o recuo da cavalaria, foi elaborado um plano de ofensiva da força, composta majoritariamente pela Força Pública do Pará com marinheiros da Flotilha e da Capitania.

⁵⁸⁸ PARÁ. **Mensagem do Governador ao Congresso Legislativo**. Belém: Oficinas graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1924, p. 5.

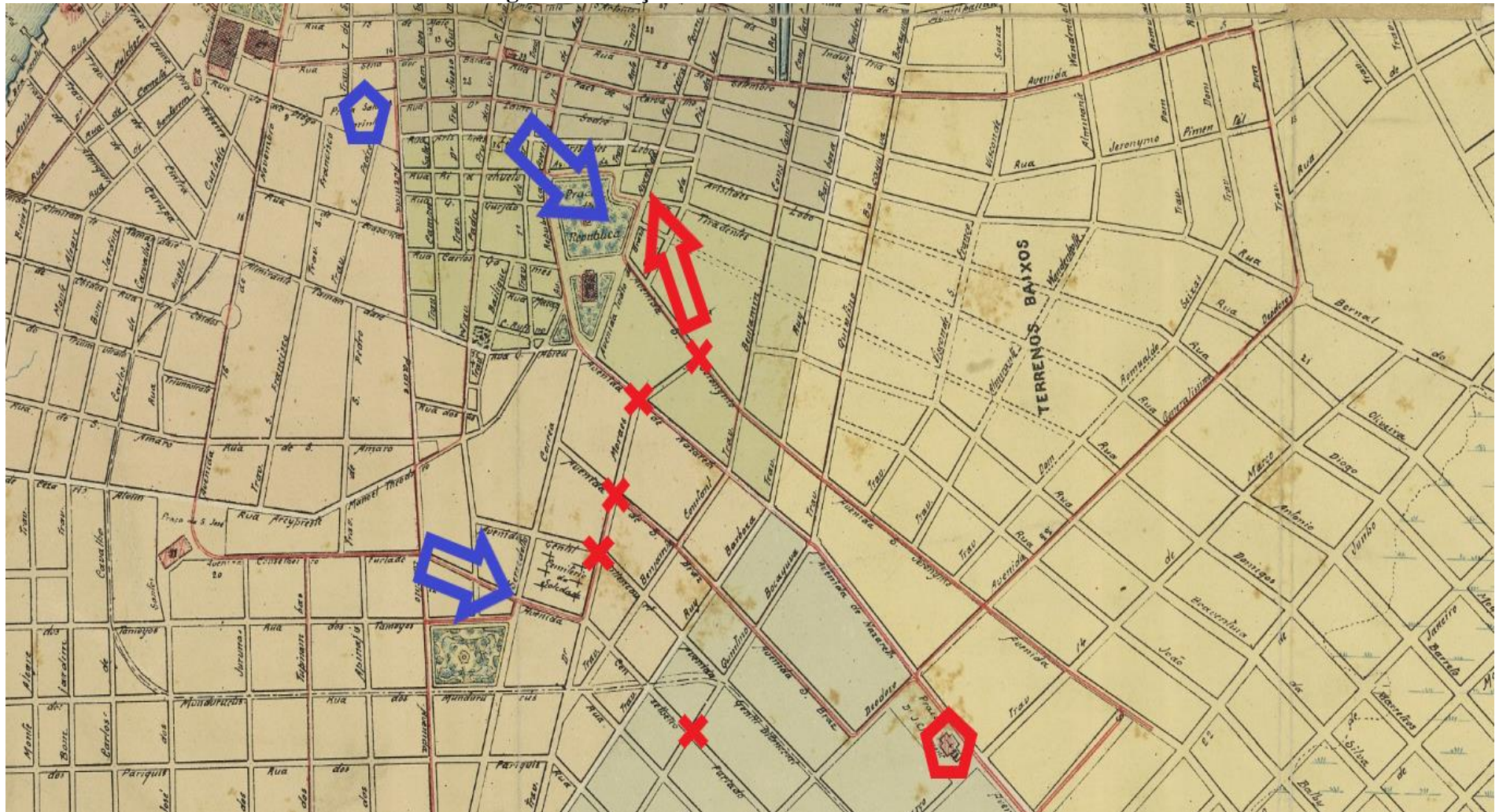
⁵⁸⁹ CASCARDO, Op. Cit., p. 317.

⁵⁹⁰ PARÁ, Mensagem... Op. Cit., p. 6.

O combate de posições inicialmente foi feito mediante trincheiras montadas pelos tenentes e de duas colunas da Força Pública. Considerando as fontes, marquei no mapa a seguir os pontos prováveis de entrincheiramento inicial dos tenentes e as duas colunas⁵⁹¹:

⁵⁹¹ O mapa foi construído com base nas informações constantes nos jornais levantados. Há algumas informações sobre o caso no Blog do Museu da Polícia Militar do Estado do Pará com um croquis semelhante. Vd: <<http://museudigitaldapmpa.blogspot.com/2020/07/movimento-tenentista-no-para-parte-1.html>>. Acessado em 26/08/20.

Figura 26 Posições iniciais da batalha de Belém.



Fonte: Recorte de SYDRIM, José. **Planta da cidade de Belém com a primeira légua patrimonial demarcada.** 1905. Marcações minhas.

As posições em vermelho eram os locais onde haviam trincheiras e o pentágono, o quartel do 26º Batalhão de Caçadores. A seta vermelha indica a posição de avanço e ataque da força dos tenentes. As duas setas azuis foram as colunas formadas pela Força Pública, as quais explicarei mais adiante, e o pentágono, o Quartel-General da 8ª Região Militar. O entrenchamento respondia à perspectiva de defesa insurgente. “Qual é o conceito de defesa? Conter um golpe. Qual é então o seu sinal característico? A expectativa desse golpe”⁵⁹². Segundo a acepção de Clausewitz, a defesa pressupõe a existência do conhecimento e representação de um ataque concreto.

Por essa perspectiva, uma das dimensões modernas da guerra e também característica da era da guerra total diz respeito não à qualidade dos ataques desferidos, mas essencialmente pela forma como a defesa e, por consequência, a expectativa do ataque, é feita. Clausewitz, por essa razão, argumentou em seu *Da Guerra*, que o conceito de guerra não surgia portanto, do ataque, já que a finalidade dele não era de forma plena o combate, mas sim a defesa. O caráter da previsibilidade filosófica do combate é que impõe, assim, a necessidade da reflexão estratégica profunda para o general prussiano⁵⁹³.

Os tenentes, ao defenderem posições, aguardavam o ataque às mesmas. O caráter defensivo de suas ações desde a manhã do dia 27 de julho justificava-se na medida em que vislumbravam um adversário poderoso que iria avançar assim que possível. A visão estratégica sobre formar trincheiras ao longo das avenidas Nazareth e São Jeronymo, bem como das posições na avenida Conselheiro Furtado foi uma escolha tática que garantiria, em última análise, a sobrevivência e o prolongamento do combate em relação ao seu ponto central.

Não havia forças policiais na direção oposta na avenida de Nazareth que justificassem barricadas e a escolha das ruas em questão também relacionava-se ao fato de serem bastante importantes, na medida em que, por exemplo, eles teriam o controle até mesmo das linhas dos bondes, constantes em vermelho no mapa.

O que mais profundamente caracterizava a defesa na guerra moderna era o que Clausewitz chamou de “posição fortificada”, composta em sentido amplo pelas fortalezas e muralhas ou posições estratégicas em pontos altos em relação ao terreno ou posições mais versáteis e móveis, como as trincheiras⁵⁹⁴. A existência de linhas defensivas aperfeiçoadas e de alto poder de resistência foi um dos principais fatores que caracterizaram a guerra total

⁵⁹² CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução Maria Teresa Ramos. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 465.

⁵⁹³ *Idem*, p. 501.

⁵⁹⁴ *Ibid.*, p. 562.

moderna, isto é, o combate prolongado e desgastoso, que mobilizava uma grande quantidade de pessoal e meios e que no caso de conflitos longos, como a Guerra de Secessão, a Guerra do Paraguai e a Primeira Guerra Mundial, motivaram anos de conflito pela tomada de posições estratégicas.

Ainda que a batalha de Belém tenha se organizado de forma rápida, ambos os lados lançaram um extenso planejamento estratégico verificável por meio dessas ações. É importante acrescentar que ante as defesas de posições, a Força Pública também realizara ataques de posições, isto é, não se tratava de um avanço contínuo e desenfreado, mas de avanços e recuos paulatinos. Para ambos os lados, o teatro do conflito não eram territórios estranhos a serem conquistados, mas a mesma cidade que importava intacta para insurgentes e legalistas. Pelos relatos, não havia a intenção de nenhuma das forças em destruir as casas ou estabelecimentos comerciais.

Outro ponto importante sobre a linha defensiva diz respeito à consciência sobre como a revolta se dava no resto da Amazônia e em todo o país. É coerente que a revolta do 26º BC tenha tido como motivações tanto a de São Paulo como os sucessos dos tenentes em Manaus e Óbidos. Para as forças legalistas, as vitórias das tropas federais e da Força Pública sobre os tenentes em São Paulo significava que em algum momento, havia possibilidade de reforçar os contingentes na Amazônia. Para ambos os lados, a batalha não se resumia, pois, à cidade e às ruas, mas ao próprio andamento de uma complexa guerra civil.

Para ambos os lados, havia a expectativa de virem pelos rios outros contingentes. Para os tenentes, resistir significava garantir a integridade da tropa até a vinda da Flotilha insurgente. Para a Força Pública do Pará, resistir significava garantir a vitória das forças legais contra os tenentes. Para ambos, portanto, os ataques precisariam ser feitos de forma cautelosa. A defesa de posições não pressupunha a defesa de espaços, mas fundamentalmente, das próprias tropas.

As forças insurgentes saíram às 14 horas da posição central e rumaram em pelotões pela avenida Nazaré sob comando do capitão Augusto Assis de Vasconcellos, tendo se dividido em três colunas na travessa Rui Barbosa⁵⁹⁵: uma seguiu pela avenida Nazareth fortificando-se nas proximidades da travessa Doutor Moraes; outra partiu para a avenida São Jeronymo, onde uma parte fortificara a resistência provavelmente no mesmo perímetro e outra seguiu pela avenida Ferreira Penna, a qual tratarei mais detalhadamente adiante; a última seguiu para a avenida Conselheiro Furtado, onde a principal posição fortificada se situou próximo à travessa Quintino Bocaiúva, mas também foram feitas trincheiras na Gentil Bittencourt e na Brás de Aguiar.

⁵⁹⁵ PACOTILHA, São Luís, 7 de agosto de 1924, p. 1.

A Força Pública do Pará foi reorganizada da Brigada Militar do Estado em 1922, quando foi adaptada para funcionar como auxiliar do Exército de 1ª linha, compondo-se de três partes: um batalhão de infantaria nascido com a fusão de dois batalhões que compunham a Brigada, formado por quatro companhias e um pelotão extranumerário, companhias essas responsáveis pelo serviço de policiamento; o Regimento de Cavalaria, formado por três esquadrões e um pelotão extranumerário e um grupo misto formado por uma companhia de metralhadoras e uma de administração. O contingente total da Força Pública em 1922, mantido para os anos anteriores era formado por 71 oficiais, 5 aspirantes e 760 praças, dos quais 459 no batalhão de infantaria e 188 no Regimento de Cavalaria⁵⁹⁶.

A Força Pública montou seu contingente aparentemente partindo do Quartel-General. Foram formadas duas colunas, sendo uma chamada pelas fontes de coluna da esquerda, responsável por atacar diretamente os tenentes na avenida Nazareth e S. Jeronymo, “buscando a travessa Piedade” para tal⁵⁹⁷ e a outra rumou pela travessa São Matheus (no mapa, chamada Padre Eutíchio), atingindo a Conselheiro Furtado e montando acampamento na Praça Batista Campos, formando a segunda coluna ou coluna da direita, que tinha por objetivo a avenida Conselheiro Furtado, sendo que ambas tinham por objetivo a avenida Generalíssimo Deodoro.

Em termos estratégicos, a coluna da direita funcionou como a força principal de ataque e de posição de avanço, já a coluna da esquerda funcionou como uma força de contenção, cujo objetivo era conter o avanço dos tenentes principalmente porque o horizonte das avenidas Nazareth e S. Jeronymo permitiam o acesso ao Quartel-General da 8ª Região Militar, os órgãos da administração estadual e municipal, o setor comercial e as instalações telegráficas.

A coluna da direita foi formada pelas “metralhadoras, cavalaria ligeira e infantaria, contingente dos bombeiros, se dirigia pela travessa de S. Mateus e avenida Conselheiro Furtado, sob o comando do capitão Antonio José do Nascimento. Havia duas metralhadoras

“a cargo do 1º tenente José Albino Menezes e 2º tenente Manoel Pinto do Bomfim e 2 pelotões de infantaria para constituir a linha de atiradores sob o comando do primeiro tenente Antonio de Oliveira Machado, e segundo tenente Hernani de Oliveira Gomes. Como reserva, recebi mais um contingente de 30 bombeiros armados a fuzis.”⁵⁹⁸

Cerca de um quarteirão antes da Praça Batista Campos, segundo o capitão Nascimento, a tropa desconfiara de uma “sortida” por parte de pelotões dos tenentes e por isso, foi

⁵⁹⁶ PARÁ. **Mensagem do Governador ao Congresso Legislativo**. Belém: Oficinas graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1922, p. 61-62.

⁵⁹⁷ PACOTILHA, São Luís, 7 de agosto de 1924, p. 1.

⁵⁹⁸ Relato do comandante da coluna da direita. Idem, 8 de agosto de 1924, p. 1.

estabelecida uma cobertura pela cavalaria que se manteve até o assentamento da praça. Marcharam para a rua Mundurucus e dela para a Serzedelo Corrêa, iniciando pequenos combates nas proximidade da travessa Dr. Moraes. Seguindo:

“Dispuzemos então a força para o combate e marchamos pela linha férrea, afim de ganhar a Avenida Conselheiro Furtado. Foi difficillima a passagem nesse trecho, de profundos acidentes de terreno para a marcha de artilharia, e tanto mais perigosa essa passagem se considerarmos que ahi nesses esconderijos entrámos em combate. Mas não fomos surpreendidos. Depois de ligeiras escaramuças, fizemos fugir o inimigo e chegamos a Conselheiro Furtado. Ahi recebemos um contingente de praças de infantaria, sob comando do 1º tenente do BI José Martins do Nascimento.”⁵⁹⁹

É interessante notar que no relato de Antonio Nascimento, pelo menos em duas ocasiões ele afirmou que já tinham informações do que iriam encontrar pela frente, embora não diga a fonte de tais informações. Considerando, no entanto, que havia residências em todas as áreas, é provável que nos reconhecimentos, os policiais as tenham coletado. Igualmente importante é o fato de que os insurgentes adiantaram bastante seus pelotões para além das trincheiras de modo a ter apoio logístico para um eventual recuo, mas também de aproveitar do “terreno acidentado” para realizar os primeiros combates.

Da Praça Batista Campos até a confluência da Conselheiro Furtado com a Quintino Bocaiúva, apenas as forças de cavalaria e infantaria haviam atacado, provavelmente porque nas dimensões das áreas anteriores e os acidentes de relevo relatados, não havia espaço suficiente para que as metralhadoras Hotchkiss fossem montadas e utilizadas. Em todos os relatos, os oficiais da Força Pública sempre afirmavam que eram atacados “de todas as direções”, já que parte das forças revoltosas utilizava as árvores mangueiras presentes ao longo das principais avenidas de Belém como escudo e camuflagem. Sobre a artilharia, prosseguiu:

“Esta só se manifestou na travessa Quintino Bocayuva, quando do meio de um capinzal as descargas nos dizimavam. Rechassado o inimigo nesse ponto, tratamos de ganhar terreno para a frente, guardados devidamente os flancos e a retaguarda. Dahi para diante mudamos de tática, tal a impetuosidade do fogo contrario, e atacamos vigorosamente o inimigo até chegarmos á avenida Generalissimo Deodoro. Entretanto, quase nenhum mal tínhamos feito ao adversário devido a este se acharem tocaia em toda a avenida Conselheiro Furtado”⁶⁰⁰.

Pelo relato, é possível inferir que na posição em que a coluna se encontrava, não havia visão de onde exatamente partiam as descargas. A posição dos tenentes nesse sentido foi pensada a partir da vantagem da visão sobre o inimigo sem a recíproca, o que denotava um

⁵⁹⁹ Idem.

⁶⁰⁰ Ibid.

conhecimento profundo sobre as áreas que guarneciam. O tiroteio prosseguiu até o final da tarde com a coluna avançando lentamente apesar do fogo que recebia e “quase 18 horas quando alcançamos a Generalíssimo Deodoro e o inimigo nos deu uma trégua”⁶⁰¹.

Com o pequeno intervalo entre os combates, foi feito o levantamento de mortos, dentre os quais o tenente Menezes, morto juntamente com a peça de artilharia que manejava, o que indica que, apesar dos disparos em um ambiente com árvores e mato, o canhão era o principal alvo, evidentemente, por ter uma capacidade de disparos muito maior. É possível presumir, afóra isso, que os disparos também funcionavam como uma espécie de fogo supressor para impedir o avanço das forças policiais.

O capitão Nascimento também afirmara que durante toda a empreitada, estivera em ligação com o comando geral das forças, embora não seja especificado qual meio fora utilizado para esse fim. Considerando, no entanto, os meios disponíveis, é provável que uma estação de radiotelegrafia portátil (como os utilizados em navios) tenha sido usada conjuntamente, já que as fontes apontam que os telegrafistas durante todo o processo realizaram trabalhos de forma incessante.

Por informações do comando geral, o capitão disse “haver o inimigo cortado a ligação que parte da cavalaria deveria fazer conosco para o serviço de exploração, etc.”⁶⁰². Essa informação não é explicada nos relatos, embora seja coerente supor que a exploração fosse feita entre as duas colunas, observando as ruas paralelas entre a avenida Nazareth e a Conselheiro Furtado, que pelo entrincheiramento dos pontos da Gentil Bittencourt e Brás de Aguiar e o avanço mais lento da coluna da esquerda teriam sido cortadas. No avanço, a coluna

“[...] destroca os entrincheirados pela Gentil Bittencourt e S. Braz, ficando apenas os mais fortes nos trilhos da E. F. de Bragança que correm por traz do quartel. Fuzilaria, metralhadoras e canhão não cessam do lado legalista, enquanto se enfraquece a cada momento a resistência dos soldados revoltosos. Um destacamento da infantaria, enviado do respectivo batalhão, sob o comando do capitão Synesio Carvalho, ataca o quartel pela frente, quando os últimos amotinados fogem, e ocupa o edifício do 26 conjuntamente as forças da ala direita, cuja acção expulsara o tropa indisciplinada”⁶⁰³.

Após a retirada dos feridos de combate, as posições conquistadas pela coluna também foram entrincheiradas, de modo que a Força buscou conservar cada quarteirão que avançava. Nesse ponto, os tenentes atacavam de vez em vez, o que permitia o avanço gradativo em direção à retaguarda do quartel do 26º BC. Pelo relato do oficial, a força foi guarnecida com mais

⁶⁰¹ Ibid.

⁶⁰² Ibid.

⁶⁰³ Ibid., 7 de agosto de 1924, p. 1.

canhões-revólveres e cada um seria colocado em um ponto conveniente na parte externa do quartel para realização do ataque.

O serviço de ataque foi feito pelo capitão Artur Fernandes de Sá e o segundo-tenente Manuel Campelo de Miranda e “posto tudo em ordem, o canhão rompeu fogo eficientemente, às 4 horas da manhã de 28, em combinação com a artilharia de nossa tropa. Foi uma surpresa tremenda para o inimigo”⁶⁰⁴.

“Entretanto, depois de ½ hora do canhoneio, num desespero titânico, tentaram os sediciosos assaltar a potente arma com intensa fuzilaria na qual se destacava o troar característico de fuzis-metralhadoras. O bravo oficial que acionava o Hotskiss, entanto, não se deixou desanimar, enquanto que receberia contingente de fuzileiros de nossa força e de bravos oficiais do R. de Cavalaria, também feitos fuzileiros, os quais puzeram em debandada os revoltosos, que avançavam loucamente. Estes oficiais eram os tenentes Manoel Santiago de Sousa, Anibal Freire e Floriano Barbosa de Amorim. Nestas condições, mas depois de muitas horas, o inimigo foi obrigado a recuar.”⁶⁰⁵

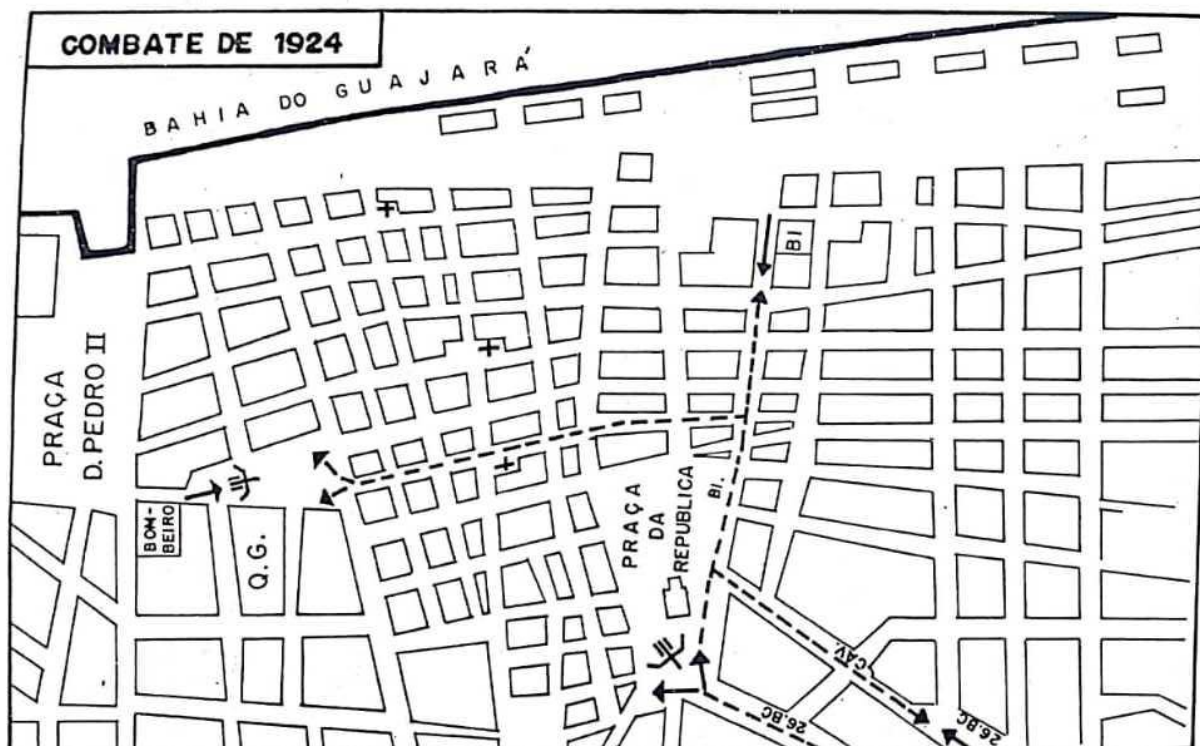
No lado esquerdo, a coluna foi comandada pelo major Taciél Cilleno, e se engajou no combate inicialmente ao longo da avenida Ferreira Penna, por onde a força comandada pelo capitão Assis de Vasconcelos avançou “ladeado por duas praças e por um corneteiro, que, de vez em quando, dava o toque de avançar”⁶⁰⁶. Essa coluna dos tenentes avançou em duas direções distintas, uma pela própria avenida Ferreira Penna e outra em direção ao QG da 8ª RM. Ao estudar o combate, Orlando Rego apresentou o seguinte croquis:

⁶⁰⁴ Ibid., 8 de agosto de 1924, p. 1

⁶⁰⁵ Idem.

⁶⁰⁶ Ibid., 7 de agosto de 1924, p. 1.

Figura 27 Croquis de Orlando Rego sobre a batalha da coluna da esquerda com os tenentes



Fonte: REGO, Orlando L. M. de Moraes. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1930)**. Belém: Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1981, p. 157.

É importante notar, no entanto, que essa coluna dos tenentes não se dirigiu de forma organizada para as duas áreas de confronto, isto é, o prédio do Batalhão de Infantaria da Força Pública (BI)⁶⁰⁷, e um grupo que seguiu para o QG. O principal teatro de confronto foi a Praça da República e a avenida Ferreira Penna. O início da batalha nesse teatro se deu “ao desembocarem os revoltosos no canto da avenida S. Jeronymo com a 29 de Agosto”, o que durou até as 16 horas, cerca de 2 horas de confronto⁶⁰⁸.

Assim como em todos os cenários, as mangueiras que haviam sido plantadas nas grandes avenidas como parte de um processo de reordenação urbana de Belém entre o final do século XIX e início do XX⁶⁰⁹, foram os principais escudos utilizados. Nesse teatro, segundo o jornal Pacotilha, a coluna da Força Pública fora acrescida de civis reservistas, perfazendo cerca de “350 homens, armados de fuzis Mauser e metralhadoras”⁶¹⁰.

⁶⁰⁷ A título de esclarecimento pela comparação do mapa apresentado com o croquis de 1924. O mapa é de 1902 e não consta a rua onde o prédio do BI funcionava, sendo a seguinte à travessa 28 de setembro.

⁶⁰⁸ PACOTILHA, São Luís, 7 de agosto de 1924, p. 1.

⁶⁰⁹ Para uma discussão sobre o processo, Vd. SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

⁶¹⁰ PACOTILHA, São Luís, 8 de agosto de 1924, p. 1.

Nos relatos de jornais e na bibliografia, os avanços e recuos foram apresentados de maneira um tanto confusa, no entanto, o consenso entre as fontes indica que a primeira investida foi da própria coluna da esquerda pela avenida São Jeronymo, mas nas proximidades da primeira posição dos tenentes, na Dr. Moraes, receberam o ataque das forças insurgentes e precisaram recuar. Ao recuar, no entanto, a coluna legalista teria tentado atrair os tenentes para as proximidades do quartel do BI a fim de estabelecer um confronto fortificado.

A ideia de que a coluna recuou e atraiu a tropa insurgente me parece incoerente. Ela foi publicada pelo jornal República (transcrito no Pacotilha) e não é condizente com a disposição de posições da Força Pública. Não havia vantagens estratégicas em trazer o combate para o quartel, já que ele não dispunha de artilharia para impor algum tipo de força, pelo contrário, haveria uma facilidade em cercar a tropa que fizesse uso do quartel e a render, como aconteceu, por exemplo, com o próprio do 26º BC. A única justificativa plausível seria manter a posição para esperar o avanço de outras forças legalistas, mas considerando a diferença numérica apresentada, com a coluna dos tenentes referida com cerca de 60 homens, não me parece que fora a decisão, e sim que de fato a força dos tenentes conseguiu avançar em um campo mais aberto tendo um contingente menor.

No confronto, o capitão Assis de Vasconcelos foi baleado na coxa direita e no peito, “e mesmo assim, prosseguia, dirigindo ataque dos revoltosos”⁶¹¹. É interessante como o discurso dos jornais era ambíguo com relação a Assis de Vasconcelos e os tenentes. Ao mesmo tempo em que eles eram referidos por qualificações negativas, como “indisciplinados”, “rebeldes”, “insubordinados”, “mashorqueiros” e até mesmo como perversos, os atos de Vasconcelos eram enaltecidos pela “bravura”, “coragem” e liderança. Na coluna tenentista, ele era o protagonista dos relatos:

"Ao chegar á esquina da rua Lauro Sodré, viu cair ao seu lado uma das praças que o acompanhavam.
Incutindo coragem aos revoltosos, o capitão Assis descarregava a parábélum com que estava armado, quando foi ferido no peito, gravemente, tombando ao solo.
As ruas Aristides Lobo, Lauro Sodré, Paes de Carvalho e 28 de Setembro foram invadidas pelos revoltosos, que, após o fogo legalista, abandonaram aquela artéria”.

A “parábélum” era a pistola que o capitão portava. Aliás, em todas as fontes o armamento em bom estado era exaltado: havia fuzis Mauser frutos da modernização de armamento promovida pelo Exército no final dos anos 1910 com a Missão Militar Francesa e parte das armas era de repetição, algumas das quais automáticas ou semiautomáticas, isto é,

⁶¹¹ Idem, 7 de agosto de 1924, p. 1.

diferentemente das carabinas antigas que somente disparavam um projétil por vez, demandando a retirada do cartucho e nova recarga, elas podiam disparar rajadas em um espaço de tempo muito menor.

Uma parte dos insurgentes, por volta das 16 horas, rumou em direção ao QG, ganhando “a avenida 15 de agosto e, reunindo as forças, tomaram pela rua Riachuelo, a fim de, uma vez na praça da Trindade e na travessa S. Mateus, atacarem a residência do governador e o quartel-general da 8ª região”. Desse grupo, cerca de 30 soldados “tirotearam a residência do dr. Souza Castro, sendo valentemente repelidos pela guarda ali destacada, composta de oito soldados de policia”.

O grupo que se dirigiu ao QG, na Praça Saldanha Marinho, confrontou a guarnição que tinha por objetivo defender o comando da 8ª Região Militar composta de parte do Grupo Misto da Força Pública, com a Companhia de Administração, com cerca de 5 oficiais e 60 praças com quatro metralhadoras Nordenfelt e 16 bombeiros. O confronto se deu até a noite, quando os insurgentes recuaram de volta à avenida Nazareth⁶¹².

Uma das mais interessantes ações utilizadas pela Força Pública foi manter as ruas escuras ao anoitecer, “a escuridão da noite, pois as lâmpadas electricas não funcionaram, permitiu que as tropas legais avançassem com bravura, conquistando o terreno que os rebeldes abandonavam”⁶¹³.

Compreendo tal tática por dois prismas. Em primeiro lugar, ele denotava uma vantagem das forças legalistas sobre os tenentes, o controle sobre alguns serviços de funcionamento da cidade, como a iluminação elétrica, o fornecimento de gás encanado para algumas áreas, as linhas de bonde, as instalações telegráficas; em segundo lugar, como força de ataque contra uma tropa diluída em trincheiras, árvores, muros, entradas de casas, postes e outros obstáculos que formavam pequenos mas múltiplos pontos de rajadas, a iluminação favorecia muito menos à Força Pública concentrada.

Aliás, é importante também destacar que guarnecer as avenidas e não a Praça da República foi uma ação tática fundamental para a resistência dos tenentes: mesmo que as ruas fossem amplas, elas formavam um campo de combate muito mais estreito que a praça. Com um contingente muito maior de 350 homens, era mais plausível concentrar fogo neles, que não podiam formar uma única fileira e necessariamente apenas uma parte se mantinha à frente atacando um número menor de militares do 26º BC espalhados. A escuridão, portanto, equilibrava o fator de camuflagem e dispersão e possivelmente, também fornecia algum

⁶¹² REGO, Op. Cit., p. 156.

⁶¹³ PACOTILHA, São Luís, 7 de agosto de 1924, p. 1.

impacto na moral das tropas, considerando que a principal liderança já havia morrido e o fogo cruzado não apresentava resultados tão bons até pelo menos sua posição central.

Durante a madrugada, a coluna da esquerda avançou até a praça Justo Chermont pela avenida Nazareth e manteve fogo com um canhão manejado pelo tenente Campelo sobre o quartel. Aqui, “redobra-se o vigor do ataque dos soldados rebeldes, a que as forças do estado resistem com galhardia e superioridade”.

Por volta de 5 horas da manhã, as duas colunas se uniram e intensificaram o ataque, fazendo “debandar os adversários”, configurando a vitória à posição central às 8h30 da manhã do dia 28 de julho, quando o quartel do 26º BC foi ocupado por um contingente comandado pelos capitães Sinésio Paulo de Carvalho, Antonio de Matos Viana Dutra e primeiros-tenentes João Bonifácio Filho e Olímpio Pinto Pamplona”. A partir desse ponto, o comandante da Força Pública, coronel Raimundo Leão passou a acompanhar o avanço da tropa por automóvel para a próxima etapa do plano de ataque. A coluna da esquerda rumou sob comando do tenente Campelo pela 27 de Junho e a avenida da Independência e a coluna da direita, pela Gentil Bittencourt, tendo avançado até o início da avenida Tito Franco, quando a força insurgente restante ou foi presa ou fugiu pelas matas.

No panorama da batalha pelas ruas de Belém, foram gastos 18.000 balas de fuzil pela força do 26º BC⁶¹⁴. Foram mortos em combate, pela Força Pública: primeiro-tenente Henrique Ferreira da Silva, segundo-tenente Plácido Martins Pereira, cabos Raymundo Pedro da Costa e João Horácio da Silva Filho e os soldados Claudio de Castro Pereira, Gemino Ferreira Gomes e Raymundo Alicerio da Silva. Pela força insurgente: capitão Augusto Assis de Vasconcelos, cabo Joaquim da Silva Pantoja, músicos Benedicto Epihanio dos Santos e Belarmino Ribeiro (que avançaram ao lado de Vasconcelos) e os soldados Abel Baía e Armino do Mello Valle⁶¹⁵, além de dezenas de feridos.

6.2. O (auto)bloqueio fluvial e a derrota da Flotilha

Com a vitória das forças legalistas sobre o 26º Batalhão de Caçadores em Belém, há duas perspectivas da guerra civil. Por um lado, a Flotilha insurgente organizou um ataque à cidade ciente pelos jornais da derrota provável dos tenentes para a Força Pública e, após a

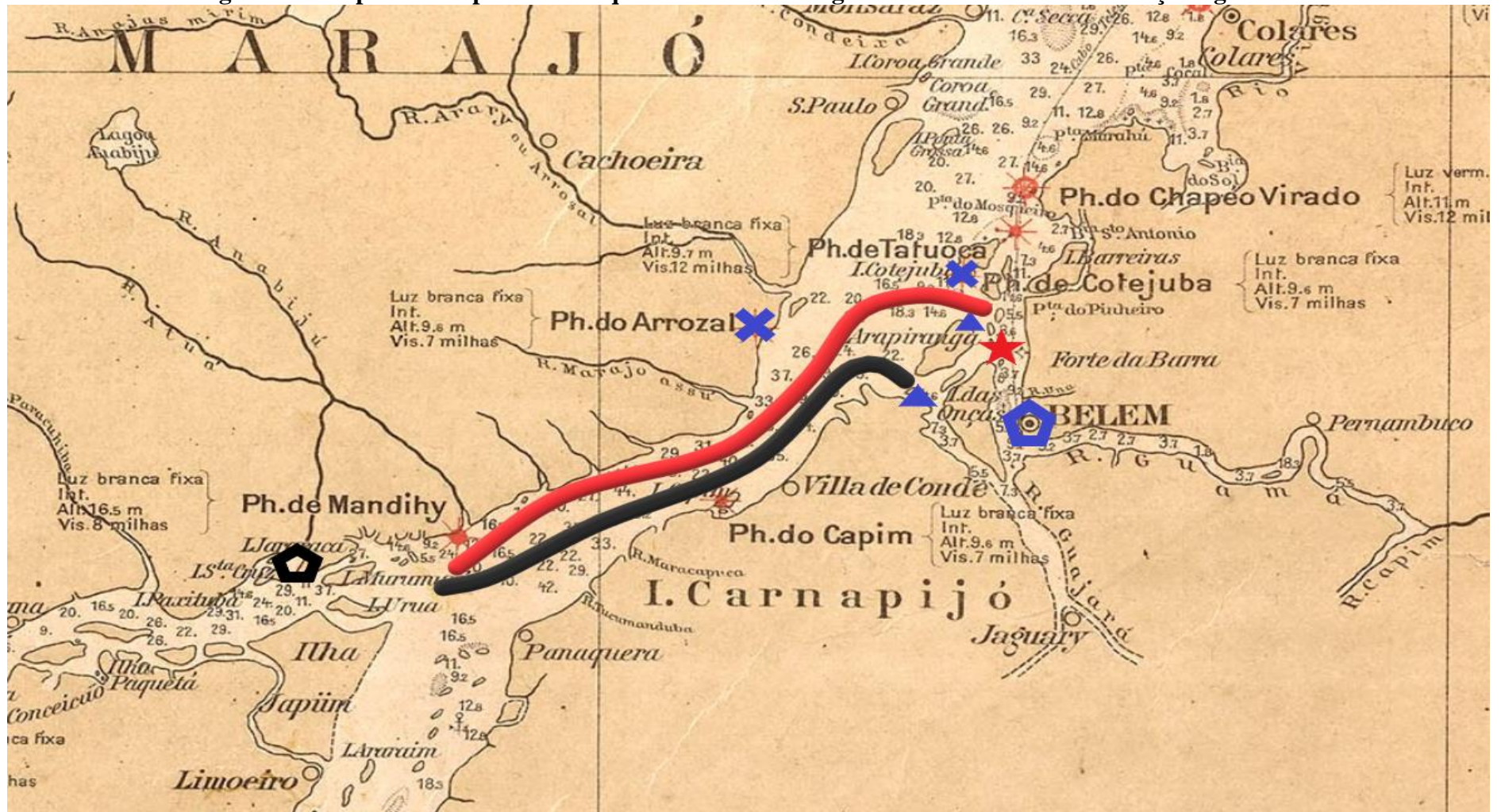
⁶¹⁴ PACOTILHA, São Luís, 6 de agosto de 1924, p. 1.

⁶¹⁵ REGO, Op. Cit., p. 160.

vitória, o governo do Pará, o comando da Flotilha e da 8ª Região Militar lançaram seus olhares para a estratégia de contenção das forças fluviais.

O plano de ataque a Belém foi concretizado em Jararaca, como mencionei anteriormente e formado apenas pelo Fantasma Negro e pelo aviso Ajuricaba, já que a canhoneira Missões foi recuada a Óbidos pela avaria das máquinas. Cruzando as informações constantes nos relatos transcritos nos jornais, delimitei o seguinte panorama de ataque da Flotilha insurgente e defesa das forças legais:

Figura 28 Perspectiva do plano de ataque da Flotilha insurgente e defesas iniciais das forças legalistas.



Fonte: Recorte de BRASIL. Superintendência de Hidrografia da Marinha. **América do Sul – Brazil – Oyapock ao Maranhão.** 1909. Marcações minhas.

O pentágono preto demarca o ponto de partida da Flotilha, em São Francisco da Jararaca, no dia 2 de agosto de 1924 e o azul, demarca Belém, objetivo dos tenentes. A linha negra é o percurso do Fantasma Negro, que deveria estacionar em Arrozal (não representei no mapa para demonstrar apenas o início e o fim) e, presumidamente, seguir pelo respectivo canal. A linha vermelha é o percurso do aviso Ajuricaba, que deveria contornar o canal de Cotijuba, de modo a se encontrarem aproximadamente onde consta a estrela vermelha, às 9 horas da manhã do dia 3 de agosto.

Ambos os lados tinham desconfianças e suspeições em relação à capacidade de ataque ou resistência. Em Belém, segundo o governador Souza Castro, um medo dos navios e da artilharia embarcada no Bahia. Aliás, na mensagem apresentada ao Congresso estadual em setembro, ele também fez críticas à Flotilha como um todo:

“A sinistra Flotilha do Amazonas, a despeito de quasi imprestável para a missão normal, que lhe está affecta, tem-se, entretanto, celebrisado como instrumento de mashorca.

Ao bombardeio de Manáos, em 1910, seguem-se as ameaças de 1922, em Belem e agora foi o elemento constitutivo do “Governo Militar das Forças de Mar e Terra dos Estados do Amazonas e Pará”, em cujo nome empreendeu famoso *raid* em aguas paraenses, tomando cidades, depondo e aprisionando autoridades, depois da façanha miraculosa da fazer capitular a poderosa fortaleza de Obidos, com a simples ameaça do canhão de um modestíssimo aviso de Guerra!

[...]

Entretanto, Belem, cidade aberta, á margem de vasta bahia, accessivel por todos os lados, continuava á mercê dos canhões de Obidos, transportados no vapor Bahia, armado em cruzador, além dos da canhoneira Missões e dos avisos Teffé e Ajuricaba”⁶¹⁶.

O medo traduzia-se por três formas. A primeira era o bombardeio da cidade com a artilharia de Óbidos. Lembremos, como mencionei, que os principais canhões do forte, em número de 4 (2 dos quais provavelmente foram embarcados), tinham calibre de 152 mm e alcance de 9.600 metros⁶¹⁷. Ambos os prédios da intendência e do governo do estado distavam apenas algumas centenas de metros até a baía do Guajará⁶¹⁸. Na prática, o Bahia teria alcance em qualquer quartel militar de Belém ou prédios das administrações estadual e municipal e conforme Castro afirmou no mesmo documento, não havia nenhum canhão disponível com capacidade balística suficiente para contra-atacar um possível bombardeio exceto pela canhoneira Amapá, que teria pelo menos duas embarcações na prática a enfrentar, ambas com armamento superior.

⁶¹⁶ PARÁ. Mensagem... Op. Cit., 1924, p. 8.

⁶¹⁷ CASCARDO, Op. Cit., p. 320.

⁶¹⁸ Usando uma projeção de distância aproximada em linha reta com o Google Maps, tomando um ponto da posição média do Palácio Antônio Lemos atual até o ponto mais próximo na margem esquerda da doca do Ver-o-Peso, a distância é de cerca de 355 m; até o Forte do Castelo, de cerca de 390 metros; até o Arsenal de Marinha, aproximadamente 890 metros.

O segundo problema seria o controle de todas as margens da cidade, formando um bloqueio fluvial, um cordão que impediria embarcações de entrar ou sair dos portos. É evidente que esse problema não se sustentaria, pois o governo estadual já aguardava àquela altura a força naval enviada pela Marinha e que teria superioridade estratégica sobre a Flotilha. Analisando à distância, entretanto, o Destacamento do Norte chegou a Belém quase uma semana depois e tanto Souza Castro como Raymundo Barbosa e o capitão de mar e guerra Emmanuel Braga, comandante virtual da Flotilha e inspetor do Arsenal de Marinha, sabiam que ela poderia demorar dias para chegar.

O terceiro problema, como apontado pelo governador, é que sendo Belém uma cidade voltada aos rios, havia vários pontos que a Flotilha poderia efetuar o desembarque de suas tropas. É verdade que nesse ponto, a possibilidade de uma resistência era melhor devido ao poder da Força Pública, no entanto, A tropa embarcada no Bahia era quantitativamente semelhante a todo o efetivo da força estadual paraense com apoio fluvial.

Considerando os meios existentes, Castro concluiu que a resistência “se limitaria a evitar o desembarque, a fuzis e metralhadoras”⁶¹⁹. O inspetor Emmanuel Braga determinou a “barragem” dos canais do Arrozal e Cotijuba⁶²⁰, “com o objetivo de restringir os pontos de acesso á cidade”, conforme indico no mapa com triângulos azuis. Pelas fontes, não é totalmente claro em que consistiu a barragem, mas é possível presumir que tenham sido utilizados obstáculos, como boias sinalizadoras.

Além disso, os faróis do Arrozal e de Cotijuba, que constam marcados com um “X” azul no mapa, foram apagados para dificultar a orientação dos navios. Foram também convocados reservistas da Marinha, além de incorporados civis e bombeiros e foram formadas trincheiras ao longo de todo o litoral de Belém com as metralhadoras e canhões do Arsenal, artilharia da Força Pública e do Exército, dispersando todo o contingente em áreas estratégicas e retiradas todas as embarcações do entorno provavelmente para que não fosse feito o mesmo procedimento que Óbidos (aprisionamento de uma embarcação em troca da renúncia das forças).

Não há clareza pelas fontes se o paquete Baía recuou antes do Ajuricaba pela desistência ao ataque ou se de fato recuou porque o Ajuricaba não estava no local indicado no horário marcado. Apenas o Ajuricaba, portanto, seguiu para Belém e, tendo em vista a cidade, realizou uma mensagem radiotelegráfica demandando a vitória em nome do governo independente:

⁶¹⁹ Pará, Mensagem... Op. Cit., 1924, p. 10.

⁶²⁰ Outro termo usado foi obstrução. GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924, p. 3.

“Felizmente, tudo correu ali melhor do que se esperava. A flotilha desceu, efetivamente. Mas em matéria de bombardeio, limitou-se a um, profuso, mas inofensivo: o de retórica. Em vez do canhão, agiu o telégrafo sem fio. O dr. Souza Castro, porém, respondeu-lhe com laconismo muito mais eficaz:

- Olhem, moços, a esquadrilha de guerra vêm aí!...

Foi como se houvesse hipnotizado os atacantes. O entusiasmo regelou-se. O telegrafista, cujo braço já estava fatigado de tanto transmitir, ficou imediatamente sem serviço. O mecanismo do rádio, que já se aquecia de tanto trabalho, esfriou, como o entusiasmo dos independentes. E a flotilha afastou-se, murcha, silenciosa...

Não havia, portanto, motivo para alarma. A flotilha podia vir. Mas o governador sabia o meio de os reduzir ao silêncio...”⁶²¹

A tropa federal formada para combater os tenentes na Amazônia, sob o nome de Destacamento do Norte, foi criada em 31 de julho de 1924. Como lembrou Cascardo, a guerra civil de 1924 implicou duas frentes diferentes de grande combate: uma ao sul, centralizada em São Paulo com movimentação do combate em direção ao Paraná e no norte, com ocupação principal em Manaus e Óbidos⁶²².

Às especificidades das forças insurgentes no norte do país, o Destacamento foi montado estrategicamente sob comando do general João de Deus Menna Barreto. Havia duas dimensões dele, uma terrestre e outra naval. A força de terra, em linhas gerais, tinha o objetivo de ocupar as áreas sob controle dos tenentes e estabelecer, se necessário, um combate. O efetivo total da tropa de terra teve números divergentes na historiografia e nas fontes: segundo Cascardo, foram 69 oficiais e 1.474 praças do Exército, acrescidos de uma quantidade indeterminada de praças da Força Pública do Pará e o Grupo de Artilharia de Montanha; segundo dois periódicos, a tropa era composta cerca de 3.000 homens sem contar as tripulações dos navios⁶²³.

A força naval que compunha o Destacamento do Norte foi comandada pelo capitão de fragata Adalberto Nunes composta do cruzador Barroso (capitânia), dos contratorpedeiros Sergipe e Mato Grosso, do aviso Amapá, do rebocador armado Ernestina, dos transportes de guerra (paquetes do Lloyd comissionados) Curityba, Cuyabá, Poconé (quartel-general do Destacamento) e do Campos Salles, além dos navios auxiliares Bello Horizonte e Sobralense, sendo também incorporados dois hidroaviões M.F.⁶²⁴

Em termos estratégicos, a missão da divisão naval tinha importância central, uma vez que o desembarque das tropas somente poderia ser feito mediante a vitória sobre o Forte de Óbidos e da Flotilha. Embora houvesse artilharia embarcada no Destacamento, ela não fora

⁶²¹ PACOTILHA, São Luís, 9 de agosto de 1924, p. 1.

⁶²² CASCARDO, Op. Cit., p. 336.

⁶²³ Vd. JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 30 de agosto de 1924, p.1, PACOTILHA, São Luís, 6 de agosto de 1924, p. 1.

⁶²⁴ BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha** Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1925, p. 20.

utilizada para esse fim, provavelmente por não deter alcance para atacar o Forte de nenhuma posição terrestre.

Assim como havia simbolismo na ação dos insurgentes, as forças federais também se utilizaram de alguns elementos interessantes. O Destacamento do Norte foi formado por forças de 4 batalhões de caçadores, uma companhia de metralhadoras, um grupo de artilharia e o pessoal da Força Pública do Pará que embarcou e os embarques, assim como as conquistas e deflagração da vitória foram acompanhados de marchas em algumas das principais avenidas das cidades em questão.

Figura 29 Marcha do 1º Batalhão de Caçadores na Avenida Rio Branco (RJ) para o embarque no Destacamento do Norte



Fonte: O MALHO, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1924, s.p.

A imagem acima é bastante representativa do quanto os desfiles militares compunham um elemento simbólico estratégico. Mesmo que o embarque no dia 1 de agosto do 1º Batalhão de Caçadores tenha se dado em caráter urgente, com a ameaça de bombardeio de Belém pelo Fantasma Negro e conquista da cidade pelas tropas revolucionárias, ele não prescindiu de uma marcha de seu batalhão até o local. Na imagem, o general Menna Barreto conduziu a marcha à frente.

Quando o Destacamento chegou a Belém, no dia 9 de agosto, os batalhões seguiram para ocupação do quartel do 26º e guarneceram também o Quartel-General da 8ª Região e, presumo, os da Força Pública para a elaboração do plano de ataque. O planejamento seria feito

mediante exploração do rio até Óbidos para obtenção de informações. O ponto de acantonamento principal do Destacamento seria a cidade de Santarém, ponto mais próximo do Forte.

A força expedicionária partiu de Belém no dia 16 de agosto e seguindo a mesma linha até aqui tratada, realizou um grande desfile de embarque nos transportes de guerra. Provavelmente, o principal ato dessa tropa foi a escolha para o principal local de partida: o quartel do 26º BC, com uma marcha que seguiu pela avenida Nazareth até o cais do porto:

“O cais do porto apresentava pela manhã de ontem, um aspecto animado. Era grande a aglomeração de famílias e populares ali, levados todos pela curiosidade de assistirem a partida da expedição militar para o Amazonas.

Não se conhecia ao certo a hora da partida das belonaves e dos demais vapores que lhes vão nas águas; sabia-se, apenas, que a frota estava de fogos acesos pronta para largar.

O vai-vem de militares era incessante no cais e adjacências.

Pelas 9 horas da manhã a curiosidade geral foi despertada pelo rufar das bandas dos tambores e pelo estridor dos clarins.

Era o 3º de caçadores que se aprestava no quartel do 2 BC, á Avenida Conselheiro Furtado, e que demandava o porto, puxado por aquelas bandas. Grande massa popular acompanhava essa briosa unidade do exercito”⁶²⁵.

Creio que Menna Barreto compreendia, assim como os tenentes, que a vitória de uma guerra revolucionária ou contra uma guerra insurgente não era alcançada somente pela força das armas, nem ocupação dos territórios nem a capitulação e prisão dos líderes da revolta. Ela também era alcançada gradativamente mediante demonstrações do poderio bélico, das condições de vitória.

A era da guerra total, para tomar a expressão de Eric Hobsbawm⁶²⁶, se manifestava de múltiplas formas. Não creio que as batalhas da guerra civil de 1924 tenham tido todas as características de uma guerra total, já que o tempo de conflito e desgaste, com exceção à cidade de São Paulo, não foi tão prolongado como, por exemplo, episódios da Guerra do Paraguai ou da Primeira Guerra Mundial. A batalha de Belém, maior combate terrestre do processo, não produziu tantos danos à cidade e à população como os casos citados e isso porque: os tenentes não objetivavam atacar a população em si, pelo contrário, buscava seu apoio; não foram utilizadas, na prática, meios de destruição à semelhança do poder dos encouraçados, por exemplo.

A guerra civil de 1924 teve, entretanto, alguns aspectos de uma guerra total em sentido material, como as ações de fortificação e preparo para uma resistência mais prolongada o

⁶²⁵ PACOTILHA, São Luís, 28 de agosto de 1924, p. 1.

⁶²⁶ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

possível. É possível afirmar que os tenentes e os legalistas concebiam aquela guerra como uma guerra total possível. Em consequência, a vitória também deveria ser total: os desfiles das tropas tinham por objetivo demonstrar que havia capacidade de uma vitória total, não deveria restar, da insurgência, nem a memória do que os tenentes fizeram. Marchar sobre a avenida Nazareth era também marchar sobre a memória das trincheiras lideradas pelo capitão Augusto Assis de Vasconcelos, a força naval sobre as águas do Guajará e a euforia induzida pelo anúncio do embarque no cais do porto também deveria pôr à pique o rastro revolucionário da rebeldia das águas e do Fantasma Negro.

O embarque das tropas, aliás, não se deu somente no dia 16, ele começou cerca de dois dias antes:

“O embarque do 2º BC, do coronel Francisco Severiano Ribeiro effectuou-se á noite de quinta-feira ultima.

O batalhão partiu do quartel do 26º de caçadores ás 7,26, depois da continência ao pavilhão nacional, sob as notas vibrantes do hino brasileiro.

Saindo da praça Justo Chermont, onde se juntou verdadeira multidão, seguiu pela avenida de Nazaré, praça da Republica e avenida 15 de Agosto, até o cais, dirigindo-se logo para bordo do Belo Horizonte, que se achava atracado entre os galpões 3 e 4.

A 2º companhia de metralhadoras pesadas, sob o comando do capitão Antonio Bricio Guilhon, que se recolhera ao quartel do regimento de cavalaria da força publica, também embarcou antontem, á noite, no transporte de guerra Poconé, onde se encontrava o 1º BC, que desde a chegada permaneceu ali”⁶²⁷

O general Menna Barreto partiu do QG da 8ª Região no dia seguinte para bordo do Poconé e, presumo, também o fez com marcha da tropa que o acompanhava. Três dias de revolta do 26º BC, exatamente três dias de desfiles de embarque do Destacamento do Norte. A marcha para a demonstração da superioridade das forças expedicionárias sobre os tenentes também fora apresentada no referido jornal, após a descrição do cais, da seguinte charge:

⁶²⁷ PACOTILHA, São Luís, 28 de agosto de 1924, p. 1.

Figura 30 Charge satírica representativa da expedição do Destacamento do Norte contra os tenentes no Amazonas



Fonte: PACOTILHA, São Luís, 28 de agosto de 1924, p.1.

A charge é composta por um homem fardado com o uniforme do Exército, com a roupa cor de cáqui, coturno e o quepe, representando genericamente um dos tenentes revoltosos no Amazonas apontando, consternado, para uma faixa com os dizeres “te prepara pra apanhá bolacha hein!”, presente logo abaixo das três colunas em que o embarque das tropas do Destacamento era descrito.

O Destacamento seguiu para Santarém, chegando à cidade no dia 19 de agosto, que era protegida, àquela ocasião, apenas pela lancha Luiz Bastos, armada pelos insurgentes, que foi aprisionada pelo cruzador Barroso⁶²⁸. Segundo o mestre Bernardo de Souza Brito, assim que aportou em Santarém, às 5 da manhã, um destacamento comandado por oficiais da Marinha desceu do capitânia para tomar a estação radiotelegráfica, prendendo o cabo e as seis praças que guarneciam o ponto⁶²⁹.

Na noite do dia 20, os tenentes enviaram, de Óbidos, o aviso Teffé para Santarém. Tanto a Luiz Bastos como o Teffé foram enviados inicialmente para busca do vapor inglês Viking,

⁶²⁸ BRASIL. Relatório... Op. Cit., 1925, p. 20.

⁶²⁹ PACOTILHA, São Luís, 2 de setembro de 1924, p. 1.

que pertencia à Amazon Telegraph encarregado da manutenção do cabo subfluvial e que seria, nesse caso, uma das possíveis fontes de informações sobre as ações da esquadra expedicionária. É importante ressaltar que em vários anúncios de jornais dos dias em que o Destacamento agiu, o general Menna Barreto emitia avisos pedindo que não fossem feitas manifestações por parte da população e, por conseguinte, das tripulações de embarcações, durante as operações. É provável, por isso, que as lanchas e vapores que cruzavam o Amazonas não tivessem nesses dias edições de jornais que os tenentes pudessem usar para saber qual a composição da esquadrilha de guerra enviada.

“Enquanto isto se passavam em Santarem, os sediciosos que se achavam em Obidos faziam descer o aviso Teffé, que, como já referi, foi aprisionado pelo cruzador Barroso. Após a descida do Teffé, os revoltosos guarneceram o Jary, de propriedade do senador José Julio de Andrade, embarcação essa que fora por eles apresada e armada em guerra, e fizeram-no descer para Santarem, cheio de tropa rebelde. A esse tempo, os destroyers Sergipe e Mato Grosso saíram de Santarem, rumo de Obidos em serviço de reconhecimento”⁶³⁰.

O aprisionamento do Teffé foi um marco interessante, pois a informação da ida do aviso de Óbidos para Santarém foi coletada pelo telégrafo sem fio. Desde a ocupação da cidade, a força expedicionária manteve uma comunicação ambígua com o Forte de Óbidos, sempre que possível, fazendo se passar pelas forças revoltosas. A comunicação era feita pelo capitão Mendes de Moraes, chefe da 2ª seção do estado-maior do Destacamento se passando pelo cabo Gomes.

Após a prisão do Teffé, o capitão Mendes enviou mensagem a Óbidos, comandado pelo tenente Magalhães Barata informando falsamente que o vapor Viking fora tomado pelos revoltosos e solicitou uma guarnição para embarcar nele a fim de utilizá-lo contra as forças legalistas. Barata ordenou o envio do vapor Jary com a tropa para realizar tal embarque⁶³¹. Com a proposta de atrair o Jary, os destroyers mencionados pelo mestre da Ernestina saíram em reconhecimento para encontra-lo.

“Cerca de 1 hora da manhã de 21 para 22, na altura da ilha das Marrecas, apareceu o Jary. Divisado pelos destroyers, dele se aproximou o Sergipe, que o intimou a parar, por meio de um tiro de pólvora seca. Não sendo atendido e tendo o Jary reagido, o Sergipe foi obrigado a bombardeá-lo, vendo-o, minutos depois, desaparecer, tragado pelas águas. Feito isso, surgiram a tona os naufragos do Jary, gritando por socorro, indo imediatamente prestalos os botes dos destroyers, que conseguiram pescar cerca de quarenta pessoas, muitas das quais feridas. Entre esses constava-se uma praça do 27 BC, que foi atingida por um estilhaço de granada, que lhe feriu a perna direita.

⁶³⁰ CASCARDO, Op. Cit., p. 345.

⁶³¹ Idem, p. 348-349.

Esse soldado, juntamente com outros feridos, foi recolhido a bordo do Cuiabá, transformado em navio hospital”⁶³².

A tripulação foi resgatada por escaleres dos contratorpedeiros e recolhida a bordo dos transportes. Com a vitória sobre o Jary, os contratorpedeiros regressaram a Santarém, partindo dois dias depois, às 9 horas de 24 de agosto, com o cruzador e os contratorpedeiros à frente e os demais transportes de guerra, acrescidos da lancha Cabrita. Os dois hidroaviões, que até Santarém foram rebocados, partiram em voo ao meio dia, estacionando cerca de “oito milhas, mais ou menos, fazendo posicionamento, até o dia 27”.

Entre a derrota do Jary e a de Óbidos, o Destacamento manteve comunicação com o Forte, oferecendo a possibilidade de rendição incondicional. A resposta do capitão Carlos Dubois exigia, para tanto, que fosse concedida uma anistia ampla. Na mensagem, Dubois lembrou que “companheiros da revolução Matto Grosso tiveram garantias oferecidas e no entretanto ainda sofrem hoje nos cárceres / não almejamos luta com nossos irmãos mas temos bem evidentes o que sofreram ainda hoje os nossos companheiros de 5 de julho”⁶³³.

Foram concedidos três dias para a rendição. A análise de Cascardo sobre a situação é pertinente quando o autor argumentou que na avaliação de Dubois, a rendição era possível, mas as condições não eram necessariamente favoráveis e não havia garantias, embora nem o autor, nem as fontes analisadas por ele nem as que utilizei nesta tese permitam com total clareza definir as razões pelas quais Óbidos não se rendeu.

Cascardo seguiu uma linha de argumentação que associou uma espécie de solidariedade militar entre ambas as partes e um apelo emocional existente. Segundo ele, “a guerra civil, não sendo contra o inimigo estrangeiro, e sim entre habitantes do mesmo país, repete situações em que os adversários relacionam-se intensamente, quer por laços de parentesco, quer pelos de amizade”⁶³⁴.

A principal razão para o autor ter concluído isso é o fato de que Adalberto Nunes, comandante da força naval do Destacamento, e Oscar Bastos Nunes, capitão do grupamento de artilharia de Óbidos que aderiu em algum momento aos tenentes, eram irmãos e entre os telegramas, Adalberto pediu que uma mensagem fosse enviada especificamente ao irmão, dizendo que havia superioridade de recursos, dizendo “muitas vezes na vida tenho sido um teu pae”, além de questionar “Para que tanto sacrifício inútil? Mamãe está em uma cama e tu sabes o desgosto que vae dar-lhe. É capaz de ser fatal”. O prazo encerrara no dia 24 de agosto e a

⁶³² PACOTILHA, São Luís, 2 de setembro de 1924, p. 1.

⁶³³ DUBOIS apud CASCARDO, Op. Cit., p. 355.

⁶³⁴ Idem, p. 356.

esquadrilha chegou nas proximidades de Óbidos no dia 26, atacando-a no dia seguinte. A vitória sobre Óbidos foi alcançada com a utilização dos hidroaviões para bombardeio.

Os dois aviões Curtiss M.F. fizeram sobrevoo de reconhecimento e ataque sobre o forte. Houve tentativa de acertá-los com fuzilaria por terra, mas tal armamento não era suficiente para abater duas aeronaves. Segundo Cascardo, foram lançadas cinco bombas sobre a área, sendo que três não explodiram, uma detonou cerca de 200 metros do Ajuricaba, uma explodiu nas matas próximo a fortaleza. O ataque aéreo provocou a fuga de boa parte da guarnição que compunha o Forte e das tropas na cidade utilizando canoas⁶³⁵.

Os “sediciosos desapareceram e ao que consta, em demanda de Manaus, a bordo do Ajuricaba, a única embarcação vista pelos aviadores do porto de Óbidos, no dia 24 quando faziam suas observações”⁶³⁶. Após o bombardeio, o desembarque foi feito pelas tropas do Destacamento. Segundo um telegrama:

“Obidos apresenta um aspecto desolador. Há grande quantidade de armamentos e munições espalhados por toda parte deixados pelos revoltosos que fugiram precipitadamente á aproximação das forças leaes. Existem grandes depósitos de viveres retirados doutros centros para a cidade de Obidos e que se destinavam á sua manifestação. Os officiaes prisioneiros desistiram de resistência por terem sido abandonados pelas guarnições. A cidade acha-se completamente abandonada não existindo uma só autoridade com quem o commandante das forças leaes pudesse entender-se. Por este motivo o general Mena Barreto determinou o arrolamento geral da cidade, tendo deixado alli um batalhão de caçadores afim de providenciar sobre a reposição das autoridades”⁶³⁷.

A grande quantidade de armas, munições e víveres indica que os tenentes compreendiam ser Óbidos o último ponto de resistência e, concretamente, onde se estabeleceria um combate prolongado de posições. Esse combate fundamentou uma nova configuração estratégica da insurgência: a certeza do fracasso das revoltas nas outras partes do país e da existência de uma força fluvial cujos meios os tenentes conheciam demandavam a perspectiva de uma batalha defensiva.

Clausewitz, ao analisar as características da defesa moderna, considerou que as fortalezas antigas tinham como objetivo único a defesa dos habitantes de uma determinada localidade, formando uma espécie de axioma militar do qual a guerra defensiva somente se fundamentava em impedir o ataque inimigo. Essa visão sustentava-se nas fortificações

⁶³⁵ Ibid., p. 360-361.

⁶³⁶ PACOTILHA, São Luís, 2 de setembro de 1924, p. 1.

⁶³⁷ DIÁRIO DE S. LUÍZ, São Luís, 2 de setembro de 1924, p. 1.

formadas por elementos puramente defensivos, como muralhas e a construção de trincheiras e obstáculos ao acesso⁶³⁸.

A transformação dos meios de ataque moldou novas importâncias das fortalezas. Se na batalha moderna a defesa não era um elemento estático de espera, mas de previsibilidade e preparação à expectativa do ataque inimigo, os meios ofensivos da batalha defensiva assumiriam um viés, que, combinado, dava outros contornos a ele: não se tratava, pois, apenas de repelir um ataque, mas de efetivamente destruir o inimigo mantendo-se defensivo. Por isso, o entrincheiramento, a posição e influência das fortificações e os seus meios de ataque (guarnição, canhões e o aviso Ajuricaba, no caso de Óbidos), teriam também a ideia de atrasar ao máximo o avanço inimigo enquanto a ofensiva tratava de dizimá-lo.

Como a historiografia argumentou, Óbidos situa-se na porção mais estreita do curso principal do rio Amazonas, e no estreito de poucos quilômetros, a artilharia do Forte tinha alcance em uma ampla porção. Do ponto de vista defensivo, os tenentes esperariam o ataque de uma posição fixa com vantagem territorial, já que não havia outras rotas a serem utilizadas pelo Destacamento adiante. Ele era a posição defensiva de toda a porção ocidental do Amazonas que estava, assim, sob controle.

O fundamento moderno das fortalezas, considerando a vantagem territorial do alcance das artilharias e do estreito, que impedia a passagem e o espalhamento total da força fluvial ou mesmo da esquadra, também era a destruição de um número maior de inimigos com uma pequena força defensiva. Aliás, o elemento defensivo também caracterizava uma espécie de axioma, do qual “o defensor é em geral o mais fraco dos dois, não só pela quantidade das suas forças, mas também sob todos os outros pontos de vista”.

Clausewitz analisou as fortalezas sob dois componentes: o passivo, estritamente relacionado às suas estruturas de contenção do inimigo e o ativo, para ele representado sobretudo pelos destacamentos e guarnições presentes em um forte capazes de atacar o inimigo em áreas de influência entrincheiradas. Para o autor, o aspecto defensivo delas não residia somente em seus próprios limites, mas até onde o fator ativo tinha condições de atacar. Quanto maior a fortaleza e o contingente, melhores as condições de vitória.

Uma fortaleza fluvial não estava na teoria da guerra do general prussiano. Seja porque o seu universo explicativo prático e as referências históricas para ele eram fundamentalmente o teatro europeu e as batalhas terrestres, seja porque ele não assistiu o advento dos navios de

⁶³⁸ CLAUSEWITZ, Op. Cit., p. 527.

guerra modernos que produziram uma arte da guerra nova, conforme Alfred Mahan tempos depois apontou.

Ao contrário das batalhas em cidades que os insurgentes se defrontaram, a resistência em Óbidos tinha características bastante diferentes. Em primeiro lugar, porque os meios de resistência eram maiores. A Marinha e o Exército não lançaram um ataque único contra o Forte pelo que se convencionou a chamar durante o século XX de “dissuasão”, ou a capacidade de desencorajar os inimigos pelo poderio apresentado⁶³⁹. Além disso, a linha ocidental, com controle de Manaus virtualmente dava aos tenentes acesso à alimentos e suprimentos de diversas partes do rio, além de eventualmente, o acesso ao comércio internacional via Peru e Bolívia.

Em segundo lugar, a defesa dos tenentes em Óbidos não era apenas da própria tropa, mas de um governo montado pelo movimento revolucionário que já havia inclusive mobilizado reservistas. Havia uma institucionalidade por trás do Forte assumida pelas forças rebeldes e os meios de manutenção das estruturas militares. Como já tratei nesta tese, os tenentes eram os principais instrutores de reservistas na Amazônia e, portanto, havia possibilidade de aumento nos contingentes caso o conflito se prolongasse. Eles ainda controlavam as comunicações naquela porção do rio e tinham trânsito de telegramas com Manaus com facilidade.

O teatro de combate dos rios é importante porque a vitória do Destacamento foi alcançada com a utilização de alguns dos meios mais importantes da guerra moderna e que se tornaram, no decorrer do século XX, centrais. Pelo menos três deles estiveram presentes nesse cenário: os contratorpedeiros (ou destroyers), os aviões e as comunicações.

Os encouraçados foram os elementos centrais na representação do poderio das marinhas modernas e seu uso esteve relacionado à uma concepção de poder quase total centralizado em verdadeiras fortalezas flutuantes. Por isso mesmo, eles tinham uma capacidade de bombardeio do mar em direção à terra que os tornou provavelmente a principal arma do combate naval e que desenhava as linhas de uma arte da guerra em que as forças navais não seriam mais limitadas ao auxílio e segurança no transporte de tropas para desembarque.

A relação com os encouraçados provocava uma ambiguidade interessante nos outros meios das esquadras. Como Philippe Masson analisou para a Segunda Guerra Mundial, os submarinos foram fatores essenciais para a explicação da predominância naval da Alemanha sobre os outros beligerantes, mas ao início do conflito, eles eram subestimados. Masson

⁶³⁹ A rigor, a dissuasão como parte da linguagem político-militar se consolidou com o advento das armas de destruição em massa, especialmente a bomba atômica.

destacou que os submarinos de 1939 não eram muito diferentes dos de 1917⁶⁴⁰ e por isso mesmo, as mudanças tecnológicas entre os navios de superfície e os armamentos representavam uma assimetria. O que tornou a Alemanha uma potência nesses meios foi o uso de “alcateias” de submarinos em ataques coordenados com poucas possibilidades de defesa por parte das esquadras e dos navios mercantes.

Dessa perspectiva, entendo que as esquadras em torno dos encouraçados tinham nele posições fortificadas flutuantes e a crença na invulnerabilidade deles somente foi repensada pelas experiências diversas onde eles foram destruídos em detrimento do ataque de meios bem menores cuja eficiência consistia na projeção do poder de ataque e mobilidade. O torpedo e a velocidade superaram em alguma medida, o poder de defesa de esquadras. Os porta-aviões, diferentemente dos encouraçados, se tornaram no decorrer do século XX os elementos centrais das esquadras por projetar muito mais ataque do que resistência.

Os destroyers e os aviões, dois elementos que venceram o conflito fluvial na insurgência de 1924, traziam justamente essa característica: em linhas gerais, os contratorpedeiros tinham por função defender embarcações maiores, como os couraçados ou, no caso, o cruzador Barroso, e eles continham elementos de bombardeio razoáveis (mas não suficientes para a destruição de fortes e cidades), mas o elemento ofensivo essencial dos torpedos. Os hidroaviões que atacaram Óbidos possuíam a capacidade de bombardeio de alvos em superfície, enquanto que modelos semelhantes se desenvolveram também para disparar torpedos contra navios na primeira metade do século XX. Combinados, a força de ataque de uma nova forma de combate venceu um dos principais elementos de uma forma de defesa (o Forte) que tinha condições de vencer os maiores e mais blindados meios da Marinha, mas não essas pequenas nuances subestimadas.

A rendição de Óbidos, as forças fluviais avançaram e o contratorpedeiro Sergipe alcançou o Ajuricaba, a Missões e o Bahia no dia 28 de agosto, com igual rendição por parte dessas embarcações na área do rio Trombetas nas proximidades de Oriximiná⁶⁴¹. A chegada do Destacamento a Manaus ocorreu em partes. Durante todo o percurso da força naval, os contratorpedeiros foram adiante e assim, o contratorpedeiro Mato Grosso aportou na cidade no mesmo dia, às 17 horas, enviando um pequeno descatamento para o palácio Rio Negro,

“O guarda-mor dirigiu-se ao Palácio Rio Negro, convidando o governador militar, primeiro tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior para se apresentar a bordo do Matto Grosso. Ele enviara os dois ajudantes de ordens (Couto e Dias Vieira), que se apresentaram e permaneceram no

⁶⁴⁰ MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial: história e estratégia**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 185.

⁶⁴¹ CASCARDO, Op. Cit., p. 370.

destroyer. Um cabo da guarnição do Matto Grosso levou ofício ao governador, que imediatamente teria se deslocado para o *Harbour* com uma “massa popular onde havia grande numero de senhoras”. Às 22h, assumiu o governo do estado o capitão de mar e guerra Hormidas Albuquerque. Teria acontecido grande manifestação popular ao tenente Ribeiro Jr”⁶⁴².

Figura 31 "Aspecto da manifestação ao tenente Ribeiro Junior, prisioneiro"



Fonte: REVISTA DA SEMANA, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1924, p. 27.

A prisão do tenente Ribeiro Jr, da qual a imagem acima registrou parte do público presente, foi feita de maneira igualmente simbólica, pois inicialmente conduzido ao contratorpedeiro supracitado, sua detenção definitiva se deu pouco depois para bordo do paquete Bahia. Apesar da grande quantidade de embarcações onde o tenente poderia ser conduzido sem maiores problemas, o general Menna Barreto ordenou que fosse levado, ante o público, para o interior do Fantasma Negro, já tomado pelas forças legalistas para que, na sua saída de Manaus para o Rio de Janeiro, compactasse em si o símbolo de um governo derrubado, deixando apenas os rastros espectrais de uma revolução derrotada.

⁶⁴² JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 30 de agosto de 1924, p. 1.

Figura 32 "O general Menna Barreto e o governador militar do Estado, coronel Raymundo Barbosa, agradecendo uma manifestação popular no palácio Rio Negro".



Fonte: REVISTA DA SEMANA, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1924, p. 26.

Em Santarém, pouco depois da derrota de Óbidos, “os hidro-aviões da expedição do general Menna Barreto, fizeram belíssimos voos sobre a cidade e adjacências, tendo a população assistido com vivo prazer às evoluções das possantes maquinas aéreas”⁶⁴³. O Destacamento do Norte conduziu para Manaus o governador depósito Turiano Meira, mas empossou como governador provisório o coronel Raymundo Barbosa.

Na imagem da posse de Barbosa, os vencedores de fato proclamaram para si a vitória dos militares sobre outros militares. Carregando a cesta de louros, o general Menna Barreto foi citado em todas as fontes analisadas de maneira central e sua autoridade, celebrada de forma mais importante que do próprio governo restabelecido.

À posse, marco simbólico da vitória, o governo provisório emitiu, como um de seus primeiros atos, boletim “informando que os direitos e liberdades públicas estariam assegurados, mas esperando que a população se abstinhasse de qualquer manifestação, comício, meetings ou reuniões que pudessem prejudicar essas medidas”⁶⁴⁴. Era a vitória material do poder militar legalista sobre o poder militar revoltoso.

Em todos os atos, o Destacamento do Norte manteve simultaneamente os movimentos estratégicos que o conduziram a vencer os tenentes e a exibição de seu próprio poderio como representação da capacidade de vencer totalmente o inimigo. Não creio que tenha sido a derrota do tenentismo em seu sentido amplo. Foi, por outro lado, a consolidação da linguagem

⁶⁴³ PACOTILHA, São Luís, 26 de agosto de 1924, p. 1.

⁶⁴⁴ JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 30 de agosto de 1924, p. 1.

insurgente ou do uso revolucionário das armas por partes diferentes de uma mesma categoria – a dos militares – no cenário político brasileiro.

A vitória sobre os tenentes não foi, aliás, fechada com a devolução do poder aos civis depostos inicialmente. Segundo Eloína Santos, diversos grupos políticos de oposição ao governo anterior de Rego Monteiro protestaram contra a volta aos mesmos personagens ao poder⁶⁴⁵. No meio da crise, fora apresentado e mandado executar o projeto de Intervenção Federal feito pelo senador Barbosa Lima sob a justificativa dos problemas do governo deposto na mesma linha argumentativa dos tenentes, isto é, atrasos nos pagamentos ao funcionalismo, “instituído-se governo de família, impedindo-se sem justa causa a liberdade de pensamento, a liberdade profissional, a liberdade mora e física do cidadão, espancando e ameaçando agentes de polícia e adversários do Governador”⁶⁴⁶.

Pelo decreto de intervenção, o interventor assumiu o governo e a administração até que um novo fosse eleito e a Assembleia Legislativa voltasse a funcionar. O interventor Alfredo Sá foi nomeado em 4 de setembro, permanecendo o estado na situação até 15 de dezembro de 1925. Um movimento de características insurgentes, formando um governo autoritário do ponto de vista administrativo (por não haver possibilidade de oposição organizada nem participação direta da população) foi derrubado e uma intervenção, alterando os poderes da República no estado, foi decretada após a expedição de uma força militar ter restabelecido o governo nomeando um coronel como governador interino.

Considerando em termos historiográficos que a revolução de 1930 foi um movimento que consagrou a chegada do tenentismo ao poder, Mena Barreto e o tenente Magalhães Barata, outrora em lados opostos, participaram do governo autoritário, em 1931, quando o primeiro era interventor no Rio de Janeiro⁶⁴⁷ e o segundo, no Pará⁶⁴⁸.

É interessante perceber que nas diversas fases do movimento tenentista, houve também mudanças importantes de discurso. Como argumentou Walter Pinto de Oliveira, em 1932, quando da revolução constitucionalista, a guarnição do Forte de Óbidos aderiu ao movimento e foi reprimida pelas forças do interventor Magalhães Barata.

⁶⁴⁵ SANTOS, Eloína. Op. Cit., p. 129.

⁶⁴⁶ Idem, p. 131.

⁶⁴⁷ Embora tenha passado pouco tempo no cargo. Vd. CPDOC. **João de Deus Mena Barreto**. Dicionário de verbetes biográficos. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/joao-de-deus-mena-barreto-1>>. Acesso em 27/08/20.

⁶⁴⁸ Mantendo-se até 1935 e retornando em 1943. Vd. CPDOC. **Joaquim Cardoso de Magalhães Barata**. Dicionário de verbetes biográficos. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/joaquim-de-magalhaes-cardoso-barata>>. Acesso em 27/08/20.

Uma das principais razões para a investigação do autor sobre a revolta diz respeito ao que chamou de “silêncio”, isto é, ao fato de que durante décadas, o movimento foi suprimido das discussões historiográficas e mesmo memorialísticas no Pará. O silenciamento, para Oliveira, foi uma construção justamente do governo de Barata.

Diante da revolta do Forte em solidariedade aos paulistas, sublevando o mesmo quartel que seis anos antes o tenente Barata (major desde 1931), Walter Pinto apontou que foram feitas associações entre os dois movimentos e o interventor buscou dividi-los, buscando deslegitimar a causa do levante, afirmando que “Em Óbidos, nada mais houve que roubo, e o pior: à mão armada”, afirmando ainda que “[...] nós, revolucionários de 1924, nunca procedemos assim”⁶⁴⁹.

Retomando a ideia inicial, embora o objeto desta tese seja, em linhas gerais, os militares a partir dos tenentes, não creio que eles formaram um grupo à parte do conjunto maior das forças armadas. Foram, entretanto, protagonistas de um conjunto de mudanças e transformações. Na Amazônia, da conspiração à intervenção, a insurgência de 1924 trouxe à tona novos comportamentos sociopolíticos dos militares, seja pelos instrumentos revolucionários e o uso do conhecimento estratégico militar, seja pelo poder político e simbólico por eles exercidos ou ainda pela forma como os legalistas produziram a vitória e as bases da intervenção, não eram apenas uma mashorca, rebeldia ou insubordinação.

Os marinheiros de 1910 promoveram o uso de suas ferramentas profissionais militares sob a forma revolucionária para lutar por cidadania, como José Miguel Arias Neto pontou. Em 1924, os militares, que desde a instauração da República tomaram para si a ideia de tutelar o Estado e a sociedade, iniciaram um processo mais consistente de uso da instituição como elemento de transformação, controle e poder. A ideologia das intervenções, a qual José Murilo de Carvalho remeteu para compreensão das diversas fases do tenentismo, tomou a guerra em suas várias formas insurgente e “contra insurgente” como o *modus operandi* dos militares brasileiros no século XX.

⁶⁴⁹ OLIVEIRA, Walter Pinto de. **1932. A Revolução Constitucionalista no Baixo Amazonas**. Belém: Paka-Tatu, 2013, p. 180.

CONCLUSÃO

O que esta tese tem a contribuir com os estudos históricos e o campo da história militar?

Retomando a inspiração de escrita em Caio Prado Junior que mencionei na introdução, acredito que a pesquisa desenvolvida nesta tese tenha um caráter abrangente sobre o objeto específico dos tenentes na Amazônia, mesclando a macro e a microanálise, mas também um caráter explicativo que, pretendi, transponha as próprias fronteiras dos recortes que estabeleci.

É claro para mim que não pretendi escrever uma história total dos militares nem que as ferramentas metodológicas que utilizei devam ser simplesmente transportadas para estudos do campo historiográfico em outros espaços, tempos e objetos. De fato, “toda reflexão metodológica enraíza-se, com efeito, numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico”⁶⁵⁰, como lembrou Roger Chartier nessa frase que marcou minha compreensão sobre a escrita da história.

Por essa prática histórica, a análise sobre o que escrevi contida nesta conclusão é também o estudo sobre os limites de minha própria escrita e dos usos e diálogos realizados com métodos, conceitos e premissas. Pensando progressivamente, acredito ter estudado relações entre sujeitos que não se atêm apenas a esses limites.

A primeira conclusão lógica diante disso que chamo atenção e para o recorte espacial desta tese. Tratando-se de uma instituição federal, nunca quis que os resultados de uma pesquisa sobre a atuação dos militares da Marinha na Amazônia servisse única e exclusivamente para a compreensão da história dela.

Aliás, se há um problema a ser superado na historiografia brasileira é quanto ao uso do termo “história do Brasil”. Em grande parte dos trabalhos, ainda parece-me haver a associação à administração federal do país, seja sob o período imperial seja sob a República, à história de todo o território brasileiro. É claro que as decisões tomadas pelo Ministério da Marinha, pelo Estado-Maior da Armada ou pelo governo federal afetavam o universo político e administrativo diretamente e por isso, há sentido em pressupor que haja uma relação direta entre uma parte do país (a capital ou as áreas próximas) e as demais impactadas por elas.

Entendo que esta tese possa contribuir a reflexão dessa questão por duas razões. A primeira delas diz respeito às especificidades tantas vezes ratificadas da experiência dos tenentes da Marinha na Amazônia: o fato de aqui estabelecerem relações a um nível de protagonismo que não experimentavam em outras partes do Brasil justifica que conduzam-se

⁶⁵⁰ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, 11 (5), 1991, p. 178.

pesquisas com a cautela de não transferir de maneira simplista as mesmas análises e aplicar os mesmos resultados de forma indiscriminada.

Não se trata nem de um universo à parte da realidade social brasileira como todo nem somente de entender cada parte como se elas fossem somente peças diferentes de um grande quebra-cabeça, mas de perceber que na reconstituição dos acontecimentos e na explicação desses processos, os sentidos se processam na perspectiva macro e micro de formas distintas.

Também não é prudente concluir disso que tenhamos a história em migalhas. É necessário compreender e ter clareza de que os sentidos mais abrangentes da explicação das ações dos militares no Brasil e os sentidos da atuação concreta na Amazônia não podem ser apreendidos sem que tenhamos em mente os dois horizontes e, por isso, a segunda razão a qual a análise contribui à questão proposta é exatamente a história da Amazônia ser também história do Brasil, a história da Marinha na Amazônia é também a história da Marinha em sentido geral não por mera dedução tautológica ou metonímica, mas porque as duas faces só têm sentido se tomadas conjuntamente.

Os militares da força naval não viveram encastelados no Rio de Janeiro nem os diversos navios que foram palco de grande parte dessa história ficaram estacionados lá. Nem os tenentes que serviram à Amazônia foram exclusivos dessa região. A enorme rotatividade ocorrida pela força das circunstâncias da relação entre o efetivo da Armada e os postos de trabalho reais dos oficiais constituiu uma história em movimento de diferentes realidades.

Essa mesma reflexão é importante para que tomemos consciência de que a história militar não é formada pelo antagonismo de trajetórias entre os sujeitos do Exército e da Marinha. Pelo contrário, creio que os agentes entendiam que cumpriam a mesma missão dispondo de ferramentas diferentes, ainda que a vivência fosse distinta mesmo porque não trabalhavam nos mesmos locais.

A historiografia que estudou os militares pelo Exército tem tanto a colaborar em estudos sobre a Marinha quanto as pesquisas sobre esta podem permitir interpretações novas e reflexões valorosas àquela. Por isso, não tive problemas em tomar expressões e conceitos do campo que se referem às forças armadas como um todo quando escrevi sobre meu objeto.

Grande parte dos medos da escrita da história parecem residir na necessidade de colocar as coisas em seu devido lugar – o que ocorreu na Amazônia é da Amazônia, o que diz respeito à Marinha é estrito à ela ou mesmo que as questões do mundo atual devem não deveriam influenciar o juízo do historiador sobre um processo que ocorreu há mais de um século. Esses medos são derivados do anacronismo.

A escrita, no entanto, pressupõe a existência de um recorte epistemológico que contrapõe as duas categorias mencionadas de reconstituição da realidade e de explicação⁶⁵¹. Na primeira, é necessário pensar as coisas em seu devido lugar. Na segunda, o anacronismo não é apenas uma condição, mas o fato de sermos filhos de nosso tempo e que não estamos lidando com um objeto estático, nem apenas o contemplando, motivam o fazer historiográfico a ser, como toda produção científica, um processo em movimento, pensado e repensado, produzido e falsificável (para utilizar o termo de Thomas Kuhn).

Aliás, se o recorte lógico ou explicativo é o espaço onde operacionalizamos essas competências de escrita e interpretação, também o é ao nível da interdisciplinaridade. Um dos autores que mais colaboraram na forma como lidei com os militares em meu trabalho foi Alain Rouquié e sua escrita sociológica sobre os militares na América Latina, em especial na escolha de parte do objeto, isto é, o comportamento sociopolítico das forças armadas que fora o principal tema estudado pelo autor.

O diálogo com a obra de Rouquié é também conveniente nessa linha argumentativa porque aproxima experiências distintas, porém semelhantes: em toda a América Latina, a profissionalização dos militares foi acompanhada de um ativismo político proeminente. Essa relação tanto para a leitura de Rouquié como para os próprios Estados latino-americanos era paradoxal, uma vez que a profissionalização garantiria uma espécie de prussianismo, da disciplina rigorosa e respeito ao poder constituído.

Na América Latina, o Estado se modernizou primeiramente pelo seu braço armado, concluíra Rouquié, com uma análise que teve no seu núcleo, a ideia de que os militares tomaram consciência de suas funções e ocuparam os espaços frágeis da administração, do funcionalismo público ou, como a historiografia apontou sobretudo no caso do tenentismo, até mesmo dos interesses de classes, camadas e estratos dessas sociedades.

A história aqui escrita, ainda que adstrita pelos limites da ação concreta dos sujeitos, não tem nas fronteiras nacionais o seu limite. Ela também é uma história que se conecta a sentidos do comportamento dos militares na história da América Latina. O ativismo militar e o uso revolucionário da guerra se conecta ao arquétipo dos jovens turcos e dá sentido ao intervencionismo que foi a ideologia das forças armadas na Primeira República para José Murilo de Carvalho.

O intervencionismo, tomado em seu sentido mais amplo de intervenção das forças armadas na política, pode-se dizer que é também uma ideologia internacional dos militares sob

⁶⁵¹ Essas expressões foram utilizadas por Fernando Novais ao afirmar que a obra de Caio Prado Junior foi a primeira a utilizar o corte epistemológico na historiografia brasileira. In PRADO JR, Op. Cit.

manifestações muito diversas no mundo. Desde a era dos impérios, quando as forças armadas dos países centrais ocuparam e administraram diversas colônias ou nas faces do imperialismo moderno do século XX, com a ideologia da Segurança Nacional compartilhada pelos militares americanos com os do Cone Sul durante as Ditaduras.

Creio que o estudo sobre o desenvolvimento das competências profissionais militares através do combate, aqui analisada sob várias óticas, colabore à melhor compreensão do papel das forças armadas sob essa percepção ideológica pelo mundo. A história do desenvolvimento da arte da guerra desde a era do vapor é também uma história do caráter internacional do capitalismo e suas manifestações sobre o poder militar na realidade de um país periférico, dependente ou de uma potência secundária, como os próprios militares da Marinha se referiam ao Brasil quando comparavam o poder naval da esquadra ao outras forças navais.

Nesta tese, houve coexistência de análises macro e micro sobre o objeto. Busquei explicar tanto sentidos contidos nas cinco décadas estudadas como as problemáticas contidas em casos e momentos específicos. Considero de fundamental importância metodológica que uma temática complexa seja desenvolvida nesses dois sentidos, pois também entendo que as múltiplas percepções sobre o tempo histórico permitam que esquadriremos a história das relações sociais humanas com sentidos mais claros.

Os riscos mais evidentes da análise macro é o que Edoardo Grendi definiu como “entificação da estrutura”⁶⁵², ou o desaparecimento dos sujeitos em uma narrativa que pode acabar por se tornar completamente externa a eles. Isso relaciona a uma apreensão apriorística da dialética marxista que diminuiu as ações dos sujeitos ao determinismo das próprias estruturas ou das relações estudadas.

A cautela com a qual conduzi o olhar macro foi no sentido de evitar que ele se sobrepusesse à realidade micro, entendida em vários casos estudados, mas principalmente a partir dos dois últimos capítulos, que voltaram-se ao horizonte de eventos de cerca de dois meses. O sentido mais específico das escalas estudadas esteve contido no aspecto geracional dos tenentes, isto é, no fato de as dimensões de estudo serem válidas para diversas gerações diferentes.

O uso das duas escalas de análise foi o recurso mais importante de compreensão das mudanças e permanências e, conseqüentemente, o universo micro não deve ser pensado como a hierarquia inferior ou a escala de teste das análises feitas em sentido macro. As contribuições da micro-história são importantes para o estabelecimento dos limites entre essas análises.

⁶⁵² GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 20.

Primeiramente porque o micro é o nível mais coerente de compreensão do mundo sincrônico, isto é, da realidade concreta e do alcance do presente contido no momento e na memória do sujeitos. É onde as próprias ações e relações adquiriam significado para eles, onde o lugar dos militares acontecia e as tensões se processavam.

A escala micro também é onde mais diretamente o excepcional também ocorre e se processa. Sob a ótica da metodologia indiciária, seria o lugar da exceção e, conseqüentemente, onde a regra e a exceção estão contidas. Onde a sincronia encontra a diacronia e onde o alcance explicativo das análises pode ser delimitado com clareza.

O encontro do macro com o micro, portanto, foi o que me possibilitou definir as transformações sociais que compõem o movimento da história do qual os tenentes foram artífices. Esse encontro entre as escalas, sintetizando as críticas de Edoardo Grendi, é ponto onde podemos concretizar o princípio de que “a história social é a história das relações entre pessoas e grupos”⁶⁵³.

Um dos esforços que tive desde os primeiros passos na pesquisa sobre os militares foi de compreender os aspectos técnicos que envolvem a profissão, principalmente as questões colocadas durante o período. Esse exercício pressupôs duas operações distintas. A primeira, de apreender os códigos que caracterizam as relações entre militares, operação bastante ligada ao método antropológico de aproximação dos grupos estudados, onde cito particularmente a influência de Celso Castro.

A segunda operação, decorrente dela, é um exercício de alteridade que entendo ser parte essencial do ofício do historiador: pensar como os sujeitos estudados, ser capaz de pelo menos produzir questionamentos que seriam coerentes a eles. Pensar como um oficial subalterno da Marinha durante o período analisado implica em identifica-lo a partir do grupo socioprofissional a qual fazia parte e, por isso, um dos métodos usados foi a análise atenta às produções dos tenentes, aos conhecimentos por eles aprendidos e também pela forma como se relacionavam entre si e com civis a partir de fontes produzidas por diferentes sujeitos.

Esse exercício implica, aliás, em reconhecer que as fontes contém em si a própria complexidade do mundo social que foram produzidas. Em última análise, isso quer dizer que o cruzamento de fontes não permite apenas a obtenção de maiores detalhes, mas também o entendimento de grupos e sujeitos distintos sobre os mesmos eventos.

A crítica às fontes, elemento básico do método de investigação histórica, também significa procurar situar as vozes nessas teias de relações e uma das formas mais eficientes é

⁶⁵³ Idem, p. 36.

perceber o próprio aspecto cronológico derivado do tipo de fonte. No caso dos relatórios ministeriais, por exemplo, sendo documentos anuais, eram feitos seguindo um olhar retrospectivo sobre os eventos cobertos e prático na medida em que direcionavam-se a um público bastante restrito e que avaliaria o próprio desempenho do ministério por ele.

Os jornais, como fontes cotidianas e produzidos por uma grande variedade de grupos, foram as fontes com melhor alcance no cotidiano pelo caráter periódico com que eram escritos. Eles também constituíram lugares interessantes de circulação de ideias, quase sempre de civis, sobre militares, já que a maioria absoluta da imprensa estudada não era produzida por eles.

Essa perspectiva levou-me a situar a Revista Marítima Brasileira como principal repositório do conhecimento que os oficiais de Marinha tinham ou deveriam ter e, em alguns casos, também das concepções desses oficiais (principalmente dos tenentes que escreviam) sobre as transformações e tensões existentes.

Pensar como os sujeitos estudados pensava significou, portanto, partilhar de noções sobre guerra, política, ciência, tecnologia, técnica e alguns conhecimentos sobre náutica, funcionamento das embarcações, a física e a química envolvida e o lugar desse conhecimento para a prática intelectual deles.

Essa operação, situada na reconstituição histórica dos processos, contrasta com o olhar retrospectivo e interpretativo que tenho como pesquisador civil cerca de um século adiante do horizonte de acontecimentos investigado. Há um desafio contido na pesquisa sobre militares que se processa, em linhas gerais, em pensar como os sujeitos não através de seus olhos, mas sobre seus ombros, isto é, perceber a compreensão de mundo e o mundo em si.

O desafio da pesquisa nesse sentido implica ao pesquisador civil aprender os códigos que são cotidianos aos militares e certamente os estudos de antropologia militar são vitais a qualquer historiador. É preciso decodificar a hierarquia, a disciplina, os valores e as diversas ramificações hierárquicas que compõem o eixo vertical e horizontal da lógica organizacional militar que não significa a reprodução de seus estatutos e regulamentos. Ao pesquisador militar que se debruça sobre o mesmo tema, o desafio implica em se reconhecer como sujeito e perceber esses mesmos códigos.

Essa relação dialógica entre pesquisadores civis e militares que lidam sobre o objeto somente tem sentido sob duas perspectivas. Primeiramente, por conta do domínio de certos conhecimentos técnico-profissionais por parte de militares que pode produzir uma falsa sensação de entendimento automático das relações estudadas.

Em segundo lugar, o domínio sobre esse saber somente tem sentido quando o conhecimento histórico é colocado à luz da ciência histórica. A forma científica de escrita e

estudo do saber histórico o pressupõe como uma das dimensões da racionalidade humana e expõe as múltiplas possibilidades de lidar com ele, dentre as quais, uma sistematizada e mais exclusiva dessa ciência⁶⁵⁴.

Com isso também quero dizer que o saber histórico cumpre funções específicas nas instituições militares. Elas são ligadas à noção de tempo que permeia a construção de tradições e a própria lógica da hierarquia (tomada como antiguidade). Tomada de forma acrítica, ela tem por objetivo reforçar a linha de continuidade entre os heróis do passado e os militares do presente ou de reforçar as narrativas nacionalistas e corporativistas com a finalidade de prestígio institucional.

O resultado dessa operação metodológica para mim foi bastante claro: o que caracteriza o trabalho como parte do campo de história militar, entre outras questões, é a forma pela qual o objeto – os militares – é abordado. A existência de sujeitos militares não é suficiente para que um trabalho constitua uma investigação concreta sobre eles nem que dialogue com o conhecimento produzido por autores nesse horizonte investigativo.

Foi na compreensão de conhecimentos de ordem técnica e profissional que pude situar a maior parte das transformações em sentido concreto. Sem esse conhecimento, a tendência da pesquisa é de reproduzir os discursos presentes nas fontes. O que a modernização do material flutuante queria dizer? O que a organização da esquadra de evoluções alterou na mobilização de navios para o combate?

A rigor, essa operação de caráter antropológico / historiográfico, é o que permite estabelecer uma linha clara entre o universo discursivo de ideias debatidas e a dimensão real delas. É o que também permite vislumbrar o caráter político das fontes para a realidade e é onde a crítica às fontes melhor caracterizou o que Jacques Le Goff contrapôs na relação monumento x documento⁶⁵⁵.

As fontes são monumentos na medida em que são erguidas para a perpetuação (ou esquecimento) de certas ideias, de certas concepções do passado sobre ele mesmo. E, assim como monumentos, as fontes podem nos encantar e apaixonar. As fronteiras existentes entre esse caráter e a dimensão real de memória do passado que são visualizáveis através da crítica nos permitem atribuir o caráter documental a elas.

A última dimensão de contribuição que penso ser importante diz respeito ao tempo presente do próprio pesquisador. Retomando as questões inicialmente propostas por Alain Rouquié, sobre a relação entre o profissionalismo e o ativismo político e, mais recentemente,

⁶⁵⁴ Vd. RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

⁶⁵⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

de José Murilo de Carvalho sobre os riscos atuais de um novo tipo de intervencionismo militar⁶⁵⁶, creio que a principal colaboração desta tese na problemática esteja em refletir não apenas a relação entre o desenvolvimento profissional com o militarismo, mas na dimensão política da ação dos militares e o uso da guerra como ferramenta revolucionária a partir das instituições inaugurado em 1924.

Essa colaboração não quer dizer que, ante a conjuntura atual do mundo pós-Guerra Fria, a guerra revolucionária ainda seja o caminho natural da intervenção militar. Aliás, se a existência de governos militares produziu marcas e traumas nas sociedades da América Latina, elas também diminuiram sensivelmente as atribuições profissionais das forças armadas, como argumentou Rouquié.

De fato, a colonização do Estado por militares em cargos civis e a ampliação dos orçamentos e atribuições cruzadas sobre o meio ambiente e a segurança pública, devem colocar em evidência a questão de qual papel as forças armadas devem desempenhar na atual democracia brasileira.

E a esses papéis, acrescentaria, devem ser exorcizadas as obsessões em torno da segurança nacional. Não quero dizer que não haja problemas concretos que demandem a atenção do braço armado do Estado sob a forma específica de instituições militares federais, mas que as representações, inclusive acadêmicas, sobre esses problemas não devem alimentar um medo virtual de inimigos potenciais que somente servem à ampliação do aparato repressivo sobre as outras dimensões do Estado e da sociedade. A segurança e o medo não devem e não podem devorar a própria sociedade civil.

Por outro lado, a compreensão das dimensões das relações de militares e entre militares, espero, devem colaborar à desconstrução de falsas dicotomias como a contraposição entre civis e militares ou a ideia de que eles sejam outra coisa que não parte da própria sociedade civil, de onde vieram e onde se especializaram profissionalmente em algum momento da vida.

De uma forma ou de outra, a escrita da história só tem sentido quando ela pode contribuir à historiografia, à universidade e à sociedade. Compartilho da ideia de que o agir intelectual não pode existir “se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), [...] sem sentir as

⁶⁵⁶ CARVALHO, José Murilo. Uma república tutelada. In: **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Todavia, 2019.

paixões elementares do povo, compreendendo-as e [...] justificando-as em determinada situação histórica”⁶⁵⁷.

A realidade social da qual escrevi e continuo escrevendo não é ausente nas motivações subjetivas que nortearam o olhar metodológico objetivo pelo qual produzi esta tese. Como historiador, as reflexões que propus estão intimamente vinculadas às concepções que nutro como sujeito e intelectual do mundo o qual faço parte.

⁶⁵⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**, escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 202.

LISTA DE FONTES

ARQUIVO DA MARINHA

Série: Livro do Navio

Livro do Aviso Ajuricaba – Histórico e Descrição Geral (1923).

Livro da Canhoneira Fluvial Missões – Histórico e Descrição Geral (1904).

2º Livro do Cruzador República – Histórico e Descrição Geral (1922).

Livro do Cruzador-Torpedeiro Tamoyo – Histórico e Descrição Geral (1915).

ARQUIVO NACIONAL

Série: Marinha

Roteiro da navegação do rio Amazonas do Pará até Iquitos. Lisboa: Typographia de J. H. Verde, 1878.

Notação XVII-M 1989. Livro de Socorros de Marinheiros. Maço 232. Anno 1890.

Notação XVII-M 5181. 3º Livro de Socorros de Oficiais da Canhoneira Guarany. 1888-1890.

Notação IVM 2432. Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. 1903-1904.

Notação IVM 2490. Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. 1891-1893.

Notação IVM 2491. Livro de Ordens do Dia da Flotilha do Amazonas. 1898-1903.

Notação IVM 813. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1885-1886.

Notação IVM 822. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1889-1890.

Notação IVM 831. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1891-1892.

Notação IVM 842. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1891.

Notação IVM 869. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1890-1891.

Notação IVM 978. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1890.

Notação IVM 979. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1890.

Notação IVM 1118. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1893-1894.

Notação IVM 1120. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1892.

Notação IVM 1141. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1897-1898.

Notação IVM 1144. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1895.

Notação IVM 2353. Livro de Quartos da Canhoneira Guarany. 1899-1900.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES: GLOBAL RESOURCES NETWORK⁶⁵⁸

Relatórios ministeriais

- Marinha.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1869.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na decima sessão da decima quarta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1870.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima quarta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1871.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão na decima quarta legislatura pelo ministro e secretario de Estado interino dos negócios da Marinha dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1872.

⁶⁵⁸ Toda a documentação disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/brazil>>. Acesso em 15/09/20.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quinta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1872.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima quinta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1873.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima quinta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima quinta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Luiz Antonio Pereira Franco. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1877.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Luiz Antonio Pereira Franco. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1877.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima sétima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Eduardo de Andrade Pinto. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima sétima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha João Ferreira de Moura. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima sétima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Dr. José Rodrigues de Lima Duarte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima oitava legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Dr. José Rodrigues de Lima Duarte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima oitava legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Antonio Carneiro da Rocha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima oitava legislatura pelo ministro e secretario dos negócios da Marinha Antonio de Almeida Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima nona legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Luiz Filippe de Souza Leão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1886.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Carlos Frederico Castrioto. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Luiz Antonio Vieira da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Barão do Guahy. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório pelo Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório pelo ministro e secretario de Estado dos negócios da Marinha Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal em junho de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro d'Estado dos negócios da Marinha Contra-Almirante Custodio José de Mello em maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro d'Estado dos negócios da Marinha Contra-Almirante Custodio José de Mello em abril de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro d'Estado dos negócios da Marinha Contra-Almirante João Gonçalves Duarte em 1894. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Sr. Presidente da Republica Dr. Prudente José de Moraes Barros pelo Almirante Elisiario José Barbosa Ministro da Marinha em abril de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Almirante Elisiario José Barboza ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1896. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante Manoel José Alves Barbosa ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante Manoel José Alves Barbosa ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Almirante reformado Carlos Balthasar da Silveira ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante J. Pinto da Luz ministro de Estado dos negócios da Marinha em maio de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante J. Pinto da Luz ministro de Estado dos negócios da Marinha em maio de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante J. Pinto da Luz ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante Julio Cesar de Noronha ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Vice-Almirante Julio Cesar de Noronha ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Julio Cesar de Noronha ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1905. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Julio Cesar de Noronha ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Contra-Almirante Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1910. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Joaquim Marques Baptista de Leão ministro de Estado dos negócios da Marinha em maio de 1911. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Manoel Ignacio Belfort Vieira ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1913. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, 1913.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1914, segunda parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1916, primeira parte. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1916.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1916, segunda parte. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1916.

BRASIL. Ministério da Marinha. Anexo ao relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante reformado Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1917.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante reformado Alexandrino Faria de Alencar ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha Vice-Almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira em maio de 1919. Rio de Janeiro: Imprensa Naval / Arsenal de Marinha, 1919.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Raul Soares de Moura em julho de 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1920.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pedro da Veiga Miranda Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em outubro de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1922.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante Alexandrino Faria de Alencar Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em maio de 1923. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1923.

BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante Alexandrino Faria de Alencar Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em maio de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1925.

- Outros ministérios:

BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra em maio de 1919. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1919.

BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pandiá Calogeras, Ministro de Estado da Guerra em junho de 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920.

BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pandiá Calogeras, Ministro de Estado da Guerra em julho de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921.

BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pandiá Calogeras, Ministro de Estado da Guerra em outubro de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.

BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Fernando Setembrino de Carvalho, Ministro de Estado da Guerra em setembro de 1923. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1923.

BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, Ministro de Estado da Guerra em novembro de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1925.

BRASIL. Ministério da Justiça. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima quarta legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos negócios da Justiça Joaquim Octavio Hevias. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

BRASIL. Ministério da Justiça. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos negócios da Justiça Conselheiro João Ferreira de Moura. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. José Barboza Gonçalves. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. Augusto Tavares de Lyra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. José Barbosa Gonçalves. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. Augusto Tavares de Lyra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. Augusto Tavares de Lyra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. Augusto Tavares de Lyra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. José Pires do Rio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. José Pires do Rio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Dr. Epitácio Pessoa pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas J. Pires do Rio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. [Há dois relatórios com o mesmo título, sendo um referente a 1920 e outro a 1921].

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Exmo. Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. Francisco Sá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Exmo. Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. Francisco Sá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. [Há dois relatórios com o mesmo título publicado nesse ano, um referente a 1923 e outro a 1924].

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Dr. Olyntho de Magalhães em 23 de maio de 1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA⁶⁵⁹

Revista Marítima Brasileira (1881-1924)

A composição das esquadras de guerra. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 28, 1896, p. 389-386.

A divisão Frontin. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 83, n. 11 e 12, 1919, p. 729-730

A supremacia naval da Inglaterra. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 33, 1898, p. 84-87.

AQUINO, Radler de. Os instrumentos náuticos de Lord Kelvin (sir William Thomson). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 37, n. 1, 1900, pp. 112-128.

BITTENCOURT, Libertado. Saldanha da Gama. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 68, n. 3, 1913, p. 291-314.

BOITEUX, Henrique. As operações militares e a preponderância marítima. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 49, 1906, p. 14-32.

BOITEUX, Henrique. Regoa cryptographica. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 63, n. 11, 1912, p. 1.833-1.838.

BURLAMAQUI, Armando. O problema operário nos arsenais de marinha. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 56, n. 7, 1910, p. 1.035-1.038.

⁶⁵⁹ Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 26/02/19.

- CADAVAL, José Ribas. A higiene naval brasileira. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 69, n. 4, 1913, p. 481-496.
- CARVALHO, Mario Emilio de. Pró-marinha. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 69, n. 5, 1913, p. 574-586.
- CARVALHO, Trajano de. Idéas sobre a reorganização do material fluctuante. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 40, 1902, p. 1.063-1.077.
- COLONIA, Alfredo. A educação physica na Marinha. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 57, n. 1, 1910, p. 7-16.
- Comparação dos poderes navais da Inglaterra e Estados Unidos. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 28, 1896, p. 353-358.
- COSTA, Thedim. Os engenheiros nas principais marinhas militares. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 53, n. 8, 1908, p. 303-356.
- COSTA, Thedim. Relatório da viagem do couraçado Minas Geraes aos Estados Unidos da América do Norte. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 71, n. 10, 1914, p. 1.625-1.666.
- COURDREAU, Henrique. O litígio franco-brazileiro – Historico sobre os limites da Goyana franceza com o Brazil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 20, n. 7 e 8, 1891, p. 14-40.
- COUTINHO, Manoel Caetano Gouvêa. A telegraphia e a telephonia sem fio. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 56, n. 7, 1910, p. 1.133-1.164.
- _____. Radiotelephonia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 56, n. 9, 1910, p. 1.531-1.542.
- _____. Telegraphia sem fio à corrente continua e por emissão atonica systema Lepel, da companhia radiotelegraphica dos engenheiros Carpentier, Galff e Rochefort. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 63, n. 10, 1912, p. 1.677-1.686.
- _____. Radiotelegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 64, n. 1, 1912, p. 61-68.
- CUNHA, Eduardo de Brito e. Psychologia do alto commando. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 85, 1920, p. 271-299.
- CUNHA, Eduardo de Brito e. Serviços de estado maior. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 78, n. 5 e 6, 1916, p. 251-268.
- FERREIRA, Arthur Fontes. Reserva de pessoal para o serviço da armada. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 79, n. 11 e 12, 1917, p. 775-788.
- FERREIRA, Orlando. Os municípios e a Marinha. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 49, 1906, p. 322-323.
- FORTES, Diogo Borges. Radiotelegraphia: estudo elementar da regeneração ou reação simples. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 95, n. 8, 1924, p. 647-660.
- FOURNIER, F. E. A esquadra necessária. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 28, 1896, p. 239-246.
- GABAGLIA, Carlos. O medico da escola de aprendizes marinheiros. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 63, n. 11, 1912, p. 1.839-1.850.
- GAMA, Annibal do Amaral. Breves ideias sobre a nova doutrina da guerra. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 73, n. 5, 1914, p. 799-820.
- GAMA, Annibal do Amaral. O estado maior sob o ponto de vista doutrinário. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 76, n. 3 e 4, 1916, p. 2.293-2.322.
- GOMENSORO, T. de. Qualidades de comando. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 87, n. 9, 10, 11 e 12, 1921, p. 839-850.
- Graves defeitos dos cruzadores rápidos. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 27, n. 2, 1895, p. 85-92.

- Instrucções para o serviço da armada. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 20, janeiro-junho de 1891, pp. 10-13.
- LAFAYETTE. Cúpulas encouraçadas. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 23, n. 1, 1891, p. 27-52.
- LAFAYETTE. Política futura na construção dos navios de guerra. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 20, n. 19, 1891, p. 258-262.
- LEITE, João Pereira. A cidade de Conquista e o seu projecto glorioso. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 49, 1906, p. 313-321.
- LIMA, Oscar Barbosa. Moral militar. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 78, n. 5 e 6, 1916, p. 293-312.
- LIMA, Oscar Barbosa. O campo, a escola e a caserna. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 83, n. 7 e 8, 1919, p. 603-620.
- O 20º anno da Revista Maritima Brasileira. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 37, n. 1, 1900, p. 1-3.
- Observações sobre a táctica naval moderna. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 27, n. 2, 1895, p. 17-42.
- OLIVEIRA, A. Menezes de. Telegraphia sem fio. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 60, n. 2, 1911, p. 187-196.
- OLIVEIRA, Carlos Vital de. A disciplina. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 35, 1899, p. 264-269.
- OLIVEIRA, Carlos Vital de. Contribuição para o curso de História naval. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 37, n. 1, 1900, p. 4-21.
- O marinheiro de ontem e de hoje. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 93, n. 12, 1923, p. 1.701-1706.
- Os submarinos nos Estados-Unidos. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 28, 1896, p. 423-430.
- PACHECO, Oscar Assis. O marinheiro moderno. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 56, n. 8, 1910, p. 1.313-1.316.
- PAULO, Lamare S. A telegraphia sem fio e a meteorologia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 70, n. 7, 1914, p. 985-988.
- _____. Um resumo histórico da radio-telegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 76, n. 1-2, 1915, p. 2.235-2.254.
- _____. Um resumo histórico da radio-telegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 76, n. 3-4, 1915, p. 2.385-2.400.
- _____. Um resumo histórico da radio-telegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 76, n. 5-6, 1915, p. 2.509-2.526.
- _____. Um resumo histórico da radio-telegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 77, n. 7, 1916, p. 125-136.
- _____. Um resumo histórico da radio-telegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 77, n. 8, 1916, p. 265-280.
- _____. Um resumo histórico da radio-telegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 77, n. 9, 1916, p. 423-440.
- _____. Uma nova applicação da telegraphia sem fio. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 69, n. 5, 1913, p. 607-616.
- PILLAR, Oscar L. F. do. Synopse dos trabalhos publicados nesta Revista durante os 40 annos de sua publicação. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 87, nº 12, 1921, pp. 899-924.
- PORTO, Álvaro Santos. A guarnição de um canhão. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 49B, 1906, p. 721-725.

- _____. A instrucção do pessoal de artilharia. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 49B, 1906, p. 779-784.
- _____. A Marinha mercante e a defesa nacional. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 41, 1902, p. 307-313.
- _____. Os exercícios a bordo. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 51, 1907, p. 142-159.
- RAMOS, Mario de Andrade. Radiotelegraphia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 63, n. 12, 1912, p. 2.055-2.076.
- RAMOS, Mario de Andrade. A radiotelephonia à curta distancia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 72, n. 3, 1914, p. 483-488.
- REYS, Napoleão. A guerra sino-japonesa no ponto de vista do Direito Internacional. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 37, n. 1, 1900, p. 56-84.
- RICKEN, Guilherme. O navio mercante armado. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 73, n. 4, 1914, p. 677-696.
- ROCHA, M. Carneiro da. Aprendizes Marinheiros. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 1, julho-dezembro de 1881, pp. 283-286.
- RODRIGUES, João Francisco Lopes. Idoneidade physica militar. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 57, 1910, p. 509-527.
- SANTOS, Cicero Bernardino dos. Alcool, imoralidade e indisciplina. **Revista Marítima Brasileira**, ed. 149, n. 7, 8 e 9, 1945, p. 744
- _____. O alcool como factor da indisciplina. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 77, nº 10, 1916, pp. 551-556.
- _____. O carvão como combustível na Marinha de Guerra. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 75, nº 19, 1915, p. 1.233-1.246.
- _____. O carvão como combustível na Marinha de Guerra. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 75, nº 19, 1915, pp. 1.233-1.246.
- SAVIO, Themistocles. Novos e velhos moldes. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 49B, 1906, p. 583-593.
- SILVADO, Américo. Um projecto de reorganização da nossa marinha. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 62, n. 7, 1911, p. 1.143-1.168.
- STORINO, Oswaldo. Radiotelegraphia. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 91, n. 6, 1922, p. 843-852.
- T. C. Os recentes progressos da radiotelegraphia (Conferência de G. Marconi). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 72, n. 2, 1914, p. 335-358.
- TAVARES, Raul. A estação radiográfica de Eberswalde na Allemanha. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 62, n. 9, 1912, p. 1.481-1.490.
- TEIXEIRA, Alfredo Reginaldo. As vantagens do petróleo como combustivel. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 40, 1902, p. 1.222-1.226.
- TEIXEIRA, Alfredo Reginaldo. Em prol da marinha. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 40, 1902, p. 1.365-1.370.
- THOMPSON, Arthur de. Estudo comparativo das marinhas militares. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 43, 1903, p. 226-252.
- _____. Reorganisação da nossa marinha militar. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 39, 1902.
- _____. Serviço e disciplina dos nossos navios de guerra. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 41, setembro de 1902, pp. 376-379.
- _____. Theoria do navio. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 51, 1907, n. 1, p. 33-48.
- VINHAES, José Augusto. Educação da coragem militar. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 86, n. 9 e 10, 1920, p. 605-618.

_____. O domínio do mar. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 50, 1907, p. 1.230-1.258.

_____. O Espírito Militar na Marinha. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 67, n. 10, 1913, p. 517-526.

_____. Telegraphia sem fio nos submarinos quando submersos. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, ed. 93, n. 12, 1923, p. 1.707-1.714.

_____. Um povo marítimo. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 45, 1904, p. 468-472.

Periódicos pesquisados

- Acre:

A Reforma, 1918-1924;

Folha do Acre, 1910-1924;

O Alto Purus, 1908-1918;

O Cruzeiro do Sul, 1906-1917.

- Amazonas:

A Federação, 1895-1900;

Amazonas, 1868-1900;

Commercio do Amazonas, 1870-1912;

Diario Official, 1893-1900;

El hispano-amazonense, 1918-1922;

Jornal do Amazonas, 1875-1889;

Jornal do Commercio, 1904-1924;

O Correio do Purus, 1900-1916;

Quo Vadis?

- Maranhão:

Diário de S. Luiz, 1920-1924;

O Combate, 1906 e 1909;

Pacotilha, 1880-1924;

Publicador Maranhense, 1868-1885.

- Pará:

A Constituição, 1876-1886;

A República, 1886-1900;

Almanach do Diário de Belém, 1878-1880;

Correio do Norte, 1882-1883;

Diário de Belém, 1868-1889;

Estado do Pará, 1911-1921;

Folha do Norte, 1896-1903;

Gazeta de Notícias, 1881;

Jornal do Pará, 1868-1878;

O Democrata, 1890-1893;

O Liberal do Pará, 1869-1889;

O Jornal, 1900;

O Pará, 1897-1900.

Rio de Janeiro:

Almanak Laemmert, 1891-1924;
 Correio da Manhã, 1901-1924;
 Diário do Congresso Nacional, 1900-1924;
 Gazeta de Notícias, 1875-1924;
 Gazeta Naval, 1877;
 Jornal do Brasil, 1890-1924;
 O Fluminense, 1906;
 O Malho, 1924;
 O Paiz, 1884-1924;
 Revista da Semana, 1906-1924;

Rondônia:

Alto Madeira, 1924.

São Paulo:

Correio Paulistano, 1924.

LIVROS⁶⁶⁰

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history 1660-1783**. Boston: Little, Brown & Co, 1890.

MENDONÇA, Mario F.; VASCONCELOS, Alberto. **Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1943.

PHILLIPPS, H. Cranmer. **A code of universal naval signals**. Londres: Longman, Rees, Orme, Brown, Green & Longman, 1835.

ROE, F. A. **Naval Duties and Discipline with the policy and principles of naval organization**. Nova Iorque: D. Van Nostrand, 1865.

LEGISLAÇÃO CITADA⁶⁶¹

- Decretos:

BRASIL. Decreto nº 185, de 20 de Junho de 1842. Organizando o Quadro que marca o numero de Officiaes da Armada, que deve haver em cada Posto, na conformidade do Art. 1º do Decreto nº 260 de 1º de Dezembro de 1841. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842, p. 324.

BRASIL. Decreto nº 379, de 20 de Agosto de 1844. Permite que possam embarcar em navios de guerra estrangeiros, oficiais e guardas-marinha da Armada Imperial. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, tomo VI, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1844, p. 193.

BRASIL. Decreto nº 358, de 14 de Agosto de 1845. Autorisa o Governo a estabelecer Capitancias de Portos nas Províncias marítimas do Império. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, t. 7º, pt. 1, s. 23. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845, p. 45-47.

BRASIL. Decreto nº 667, de 26 de Janeiro de 1850. Designa a Força naval do Imperio. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850, p. 13.

BRASIL. Decreto nº 783, de 24 de Abril de 1851. Approva o Regulamento para o Corpo de Saude da Armada Nacional e Imperial. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p. 107.

BRASIL. Decreto nº 1.067-A, de 24 de Novembro de 1852. Determina que o Corpo de Fusileiros Navaes passe a denominar-se Batalhão Naval, e Manda observar o respectivo

⁶⁶⁰ Os livros em inglês constam disponíveis em: <<https://archive.org/>>. Acessado em 27/02/19.

⁶⁶¹ Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em 15/09/20.

Regulamento. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, p. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852, p. 424.

BRASIL. Decreto nº 1.104, de 3 de Janeiro de 1853. Dá novo Regulamento para os Hospitales da Armada. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853, p. 3.

BRASIL. Decreto nº 1.465, de 25 de Outubro de 1854. Manda observar varias disposições relativas ao Corpo de Imperiaes Marinheiros. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854, p. 348.

BRASIL. Decreto nº 2.109, de 20 de Fevereiro de 1858. Dá nova forma ao Corpo de Officiaes Marinheiros da Armada Nacional e Imperial. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. 99.

BRASIL. Decreto nº 2.359, de 19 de Fevereiro de 1859. Reforma a Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859, p. 90.

BRASIL. Decreto nº 2.536, de 25 de Fevereiro de 1860. Organisa o Quartel General da Marinha. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, p. 20.

BRASIL. Decreto nº 2.583, de 30 de Abril de 1860. Reorganisa os Arsenaes de Marinha do Imperio. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 183.

BRASIL. Decreto nº 3.186, de 18 de Novembro de 1863. Dá novo Regulamento ao Corpo de Machinistas dos Vapores da Armada. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863, p. 367.

BRASIL. Decreto nº 3.208, de 24 de Dezembro de 1863. Dá novo Regulamento ao Corpo de Officiaes Marinheiros da Armada. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863, p. 417.

BRASIL. Decreto nº 4.173, 6 de Maio de 1868. Reorganisa o Corpo de Fazenda da Armada. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868, p. 284.

BRASIL. Decreto nº 4.174, de 6 de Maio de 1868. Reorganisa a Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868, p. 295.

BRASIL. Decreto nº 4.182, de 13 de Maio de 1868. Manda adoptar o plano para a construcção dos navios, de que se deve compor a Armada Nacional. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868, p. 355.

BRASIL. Decreto nº 4.214, de 20 de Junho de 1868. Reorganisa a Contadoria de Marinha. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868, p. 409.

Brasil. Decreto nº 5.363, de 30 de Julho de 1873. Eleva os soldos dos Pilotos, Mestres e Guardiaes da Armada Nacional e Imperial. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, v. 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

BRASIL. Decreto nº 6.847, de 2 de março de 1878. Estabelece as condições em que navios armados passam a não poder navegar para contagem do tempo de embarque que a Lei de promoções exige dos Officiaes da Armada; bem assim revoga o Decreto nº 6.363 de 3 de Novembro de 1876. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 94.

BRASIL. Decreto nº 10.385, de 5 de Outubro de 1889. Manda revogar o Decreto n. 2700 de 19 de Dezembro de 1860, relativo às nomeações dos commandos e dos logares de administração militar da Armada. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, vol. 2, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889, p. 451.

BRASIL. Decreto nº 108-A, de 30 de Dezembro de 1889. Altera o quadro dos officiaes da Armada, estabelecendo regras pelas quaes devem os mesmos ser reformados voluntaria ou compulsoriamente. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889, p. 342.

BRASIL. Decreto nº 673, de 21 de Agosto de 1890. Deroga o decreto n. 411A de 5 de janeiro de 1845, e manda pôr em execução o regulamento para o Corpo de Marinheiros Nacionaes. **Coleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil**, v. fasc. VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 1.890-1.919.

BRASIL. Decreto nº 1.388, de 21 de Fevereiro de 1891. Approva as instruções para execução do decreto n. 1.351 de 7 do corrente. **Coleção de Leis do Brasil**, vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891 p. 475.

BRASIL. Decreto nº 640-B, de 31 de Outubro de 1891. Regula o interstício para a promoção dos officiaes da Armada e torna-lhes extensivo o disposto no art. 13 o decreto n. 1351 de 7 de fevereiro de 1891. **Coleção de Leis do Brasil**, vol. 2, pt. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 640.

BRASIL. Decreto nº 1.351, de 7 de Fevereiro de 1891. Regula o acesso aos postos de officiaes das differentes armas e corpos do Exercito. **Coleção de Leis do Brasil**, vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 408.

BRASIL. Decreto nº 29, de 8 de Janeiro de 1892. Manda considerar no posto immediato, com a graduação do subsequente, a reforma, compulsória ou voluntaria dos officiaes de terra e mar que contarem mais de quarenta annos de serviço. **Coleção de Leis do Brasil**, vol. 1, pt. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 6.

BRASIL. Decreto nº 34, de 12 de Janeiro de 1892. Faz extensiva aos officiaes do exercito e da Armada, eleitos membros dos Congressos dos Estados, a disposição do art. 1º do decreto n. 1388 de 21 de fevereiro de 1891. **Coleção de Leis do Brasil**, vol. 1, pt. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 13.

BRASIL. Decreto nº 102, de 13 de Outubro de 1892. Crea um curso de náutica no Estado do Pará. **Coleção de Leis dos Estados Unidos do Brasil**, v. 1, pt. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 108.

BRASIL. Decreto nº 3.238, de 28 de Março de 1899. Estabelece regras para as nomeações de commandos, administração militar e tempo de duração dessas commissões. **Coleção de Leis do Brasil**, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

BRASIL. Decreto nº 3.417, de 27 de Setembro de 1899. Explica como deve ser executado o decreto n. 108-A, de 30 de Dezembro de 1889, na parte que se refere á transferencia dos officiaes da Armada para o quadro da Reserva. **Coleção de Leis do Brasil**, vol. 2, pt. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 1.240.

Brasil. Decreto nº 4.661, de 12 de Novembro de 1902. Approva e manda executar a ordenança geral para o serviço na armada. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, p. 663.

BRASIL. Decreto nº 5.975, de 18 de Abril de 1906. Crea as escolas profissionaes de artilharia, de foguistas e de timoneiros, sondadores e signaleiros e manda executar os respectivos regulamentos. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 359.

BRASIL. Decreto nº 6.947, de 8 de Maio de 1908. Approva o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. **Diário Official**, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1908, p. 3.147.

BRASIL. Decreto nº 8.290, de 11 de Outubro de 1910. Approva a Ordenança para o serviço da Armada Brasileira. **Diario Official**, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1910, p. 8.399.

BRASIL. Decreto nº 9.446, de 20 de Março de 1912. Dispensa, temporariamente, o tempo de embarque para a promoção dos officiaes do Corpo da Armada e classes annexas aos postos

imediatamente superiore até que o Congresso Nacional resolva sobre o assumpto. **Coleção de Leis do Brasil**, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 610.

BRASIL. Decreto nº 10.374, de 2 de Agosto de 1913. Suspende a execução do decreto n. 9.446, de 20 de março de 1912. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 11.625, 12 de agosto de 1913.

BRASIL. Decreto nº 10.689, de 14 de Janeiro de 1914. Approva o regulamento radiotelegraphico nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 1.106, 1914.

BRASIL. Decrto nº 11.517, de 10 de Março de 1915. Approva e manda executar o novo regulamento para a Escola Naval de Guerra. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, 1916, p. 2.793.

BRASIL. Decreto nº 12.188, de 6 de Setembro de 1916. Dá regulamento provisório para instrução e aproveitamento da reserva naval. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1916, seção 1, p. 10.352.

BRASIL. Decreto nº 3.361, de 26 de Outubro de 1917. Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil. **Coleção de Leis do Brasil**, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 169.

BRASIL. Decreto nº 12.376, de 25 de janeiro de 1917. Estabelece graduações militares para os officiaes da Reserva Naval. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, Seção 1, 1917, p. 1.065.

BRASIL. Decreto nº 12.801, de 8 de Janeiro de 1918. Manda fixar em cada posto a idade para a reforma compulsória dos officiaes combatentes da Marinha Nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 469, 10 de janeiro de 1918.

BRASIL. Decreto nº 13.040, de 29 de Maio de 1918. Organiza o Exército Nacional de 2ª Linha. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1918, seção 1, p. 7.395.

BRASIL. Decreto nº 4.860, de 29 de Setembro de 1924. Autoriza a intervenção do Governo Federal no Estado do Amazonas e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, Seção 1, 1924, p. 21.074.

- Leis:

BRASIL. Lei nº 874, de 23 de Agosto de 1856. Crea na Capital do Imperio hum Conselho Naval. **Coleção de Leis do Império do Brasil** vol. 1, pt. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856, p. 34.

BRASIL. Lei nº 2.709, de 19 de Dezembro de 1860. Manda executar o Regulamento, estabelecendo regras, segundo as quaes devem ser feitas as nomeações para os commandos dos navios da Armada. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, vol. 1, pt. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, p. 1.122.

BRASIL. Lei nº 2.296, de 18 Junho de 1873. Estabelece as regras pelas quaes devem ser feitas as promoções no Corpo da Armada. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, vol. 1, pt. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p. 207.

BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de Janeiro de 1908. Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 11.

BRASIL. Lei nº 2.290, de 13 de Dezembro de 1910. Modifica as tabelas de vencimentos dos offiicaes e praças do Exercito e da Armada e dá outras providencias. **Coleção de Leis do Brasil**, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 44.

BRASIL. Lei nº 3.296, de 10 de julho de 1917. Declara serem da exclusiva competência do Governo Federal os serviços radiotelegraphico e radiotellephonico no território brasileiro. **Coleção de Leis do Brasil**, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 124.

BRASIL. Lei nº 4.242, de Janeiro de 1921. Fixa a Despesa Geral dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, 1921, p. 237.

MAPAS

BRASIL. Agência Nacional de Águas. Mapa Digital da Região Hidrográfica do Amazonas. Disponível em: < <https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-spr/mapas-regioes-hidrograficas/amazonica-para-site-ana-a0.pdf>>. Acesso em 15/09/20.

BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria de Hidrografia e Navegação. Catálogo de cartas e publicações – 12. Ed. Niterói (RJ): Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2011-2015, p. 49. Disponível em: < https://www.cartasnauticasbrasil.com.br/media/catalog/catalogo_completo.pdf>. Acesso em 15/09/20.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral dos Telegraphos. Schema das linhas telegraficas do Brazil. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Cia. Lith. Ypiranga, 1917. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart171174/cart171174.html> . Acesso em 15/09/20.

SYDRIM, José. Planta da cidade de Belém com a primeira légua patrimonial demarcada. 1905. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168803/cart168803.html> . Acesso em 15/09/20.

BRASIL. Ministério da Marinha. Superintendência de Hidrografia da Marinha. América do Sul – Brazil – Oyapock ao Maranhão. 1909. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168898/cart168898.html> . Acesso em 15/09/20.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Thiago de Oliveira. **Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina: um sobrevoo sobre as coalizões de poder em torno da instituição no século XIX**. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.
- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **A imagem do herói Horatio Lorde Nelson (1758-1805) na História Naval segundo sir John Knox Laughton (1830-1915) e Alfred Thayer Mahan (1840-1914): uma análise comparada**. 2013. Tese (Doutorado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Riachuelo: uma batalha de controvérsias. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, 2015, pp. 54-73.
- ALMEIDA, Silvia Capanema P. de. Corpo, saúde e alimentação na Marinha de Guerra no período pós-abolição, 1890-1910. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, p. 15-33.
- _____. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 61-84, 2011.
- _____. Os marinheiros nacionais e a ideia republicana: circulações, revolta e apropriações (anos 1910). **Antíteses**. V. 7, n. 13, p. 47-59, jan.-jul. 2014.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.
- AMARAL, Alexandre et al. **Do lado de cá**: fragmentos de história do Amapá. Belém: Editora Açáí, 2011.
- AMARAL, Misael Henrique Silva do. A influência norte-americana na Marinha brasileira e seus reflexos ao longo do século XX. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 85-93, 2014.
- ANTUNES, Edna Fernandes. **Marinheiros para o Brasil**: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822-1870). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- ARANHA, Patrícia Marinho. **O esquadrinhamento do noroeste do Brasil**: o saber geográfico e os engenheiros militares da Comissão Rondon (1907-1915). 2011. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011.
- ARAÚJO, Johny Santana de. A construção do Poder Naval brasileiro no início do século XX: dos programas navais à grande guerra (1904-1917). **Navigator**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 69-86, dez. 2005.
- ARAÚJO, Johny Santana de. Entre a vela e o vapor, entre a madeira e o ferro: a transição, a construção e a ação dos Ironclads na Marinha Imperial Brasileira 1850-1865. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, 2015, pp. 9-22.
- ARAÚJO NETO, José Carlos de. **A estratégia naval brasileira na geopolítica comparada do Atlântico Sul no início do século XX (1902-1914)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2008.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- _____. **Da Revolução**. Nova York: Penguin Books, 1963.
- _____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um fato construído. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.
- _____. **Em busca de cidadania**: praças da Armada Nacional, 1867-1910. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo. São Paulo: 2001.

- _____. Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 2013, p. 55-64.
- _____. Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: a liberdade de pensamento na Marinha Imperial e o projeto de nação no século XIX. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, n° 8, agosto de 2012, p. 4-29.
- _____. Uma batalha concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória. **Navigator**. Rio de Janeiro, v. 11, n° 21, 2015, pp. 35-53.
- AVELINO, Alexandre Nogueira. **O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2008.
- BARONI, Adelaide Cristina Brandão. **O discurso sobre o golpe de 1964 e o regime militar: análise da revista A Defesa Nacional (1990-2004)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BRAGA, Camila Ferreira. **Economia, Ciência e a Imagem do Amazonas: Articulações e Propaganda em Tempos de Crise Econômica (1920-1930)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas; Manaus, 2015
- CAMINHA, Herick Marques. Periodização da história administrativa naval luso-brasileira (séculos XIII a XX). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 214, n°s 7, 8 e 9, pp. 75-86, 1983.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, n° 1, 2002.
- CANDIDO, Roberto Gomes. A Divisão Naval em Operações de Guerra (A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 238, v. 115, 3° tomo, pp. 127-144, 1995.
- CARDOSO, Rachel Motta. **A Higiene Militar: um estudo comparado entre o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro e o Cuerpo de Sanidad do Exército Argentino (1888-1930)**. 2013. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 143-168.
- _____. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da civilização brasileira**, t. 3, v. 9. O Brasil republicano, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 197-257.
- _____. **Cidadania no Brasil – O longo caminho**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.
- _____. **Forças armadas e política no Brasil**. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Todavia, 2019. [Edição do Kindle].
- CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O tenentismo na Marinha: os primeiros anos (1922 a 1924)**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CASER, Arthur Torres. **O MEDO DO SERTÃO**. Doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009.

- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.
- CASTRO, Celso. **Os Militares e a República** – um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. **Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta Trajano**: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873 e 1879. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, 11 (5), 1991, p. 173-191.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra** [tradução Maria Teresa Ramos] – 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (Clássicos WMF).
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. São Paulo: Record, 2000.
- COUTO, Felipe Rabelo. A Questão do Acre e a solução nacional de Rui Barbosa. **Veredas da História**, [online], v. 8, n. 1, 2015, p. 54-85.
- DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a longa travessia. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. 2. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Mundo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **A abertura para o mundo 1889-1930**, História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.
- DUARTE, Luiz Claudio. Reflexões sobre o conceito marxiano de representação de classe. **Trabalho necessário**, nº 14, p. 1-24, 2012.
- ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. **Mana**, Rio de Janeiro, 7(1), 2001, p. 92.
- FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Tenentista: um debate historiográfico. **Revista Espaço Acadêmico**, Rio de Janeiro, n. 108, Maio de 2010.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2012.
- FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará**. Belém: Açaí, 2017.
- FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. A Marinha de Guerra na Amazônia republicana: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do XX). **Navigator**, Rio de Janeiro, n. 20, vol. 10, 2014, p. 55-69.
- FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. Revista Marítima Brasileira: entre a Ciência e a guerra (final do século XIX e início do XX). In: SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes (orgs.). **Imprensa Periódica na Amazônia**. Belém: Cordovil Ebooks, 2019, p. 55-81.
- FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 (O Brasil Republicano; v.1)

- GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. **“Football suburbano e festivais esportivos”**: lazer e sociabilidade nos clubes de subúrbio em Belém do Pará (1920-1952). 2016. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará. Belém, 2016
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. Ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GOMES, Luiza das Neves. A Marinha brasileira no pós-Guerra do Paraguai: uma análise a partir da imprensa militar. **Navigador**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 35-42, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura** tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 19-38.
- GUEDES, Max Justo. O Barão do Rio Branco e a Modernização da Defesa. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p. 307-330.
- HALPERN, Elizabeth Espindola; LEITE, Ligia Costa. Marinha do Brasil: uma trajetória do enfiamento. **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 158-183, jan./jun. 2014.
- HALPERN, Elizabeth Espindola; LEITE, Ligia Costa. Oportunidades de beber a bordo: características do labor naval. **PHYSIS Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 23[4], 2013, pp. 1.277-1.296.
- HERMES, Mário Jorge da Fonseca. Os militares e a política durante a República (parte XVVIII). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 245, v. 119, 2º tomo, pp. 39-55, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- _____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IZECKSOHN, Vitor. Experiência miliciana norte-americana: antimilitarismo ou pragmatismo? **Anos 90** (UFRGS, Impreso), v. 22, p. 83-111, 2015.
- KEDOURIE, E. Chapter X - The middle east 1900-1945. In: POTTER, George R. (Ed.). **The New Cambridge Modern History volume XII: The shifting balance of world forces 1898-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968, p. 269-296.
- LACERDA, David Patrício. **Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (c. 1860- c. 1890)**. 2016. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 313-349.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. **Paper do NAEA**, Belém, n. 170, maio de 2004.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A diplomacia dos porta-aviões. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. VI, n. 9, p. 97-109, 1999.

- _____. **A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1885-1910**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- _____. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano, v. 3), p. 97-126.
- MATOS JR, Admarino Gonçalves de. **A educação dos meninos desvalidos na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará (1871-1880)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.
- MEI, Eduardo. A guerra de Machiavelli a Clausewitz. **Caderno Premissas**, Campinas, nº 13, p. 65-83, 1996.
- MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. A Marinha Imperial – 1870 a 1889. In: GUEDES, Max Justo (Coord.). **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001, v. 4.
- MOURA, Daniella de Almeida. **A República paraense em festa (1890-1911)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, nº 72, 2016, p. 151-172.
- _____. **Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- _____. Entre o convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 315-342.
- _____. **Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Campinas, 1997.
- _____. O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, 2015, pp. 84-95.
- NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização no Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2010.
- NOGUEIRA, André Luiz Melo Tinoco. **A Revista Marítima Brasileira: O envolvimento da Marinha de Guerra do Brasil nos conflitos mundiais do século XX, pela perspectiva de um periódico militar**. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- NOGUEIRA, André Luiz Melo Tinoco. A *Revista Marítima Brasileira* no século XIX: o desenvolvimento de um periódico militar. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 97-108, 2018.
- OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Entre o Prata e Mato Grosso: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930 (Buenos Aires, Montevideu, Assunção e Corumbá)**. 2006. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.
- OLIVEIRA, Walter Pinto de. **1932: a revolução constitucionalista no Baixo Amazonas**. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. **Para além das chaminés. Memória, trabalho e cidade – a navegação a vapor no Amazonas (1850-1900)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

- PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. 1999. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.
- PEREIRA, Pablo Nunes. **A Marinha de Guerra na Amazônia: segurança e modernização (1890-1918)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.
- _____. O naufrágio do encouraçado Aquidabã: à palingenesia thalassocratica (1906). In: SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; FARIAS, William Gaia (orgs.). **Militares, poder e sociedade na Amazônia**. Belém: Açai, 2017, p. 135-162.
- _____; SILVA, Joana D'Arc Moreira da. O tempo das canhoneiras: organização e atuação dos navios de guerra nos rios amazônicos. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 14, nº 28, pp., 2018.
- PINHEIRO, Maria Luiz Ugarte. **A cidade sobre os ombros: Trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: FUA, 2015.
- PIRES, Livia Claro. **Intelectuais nas trincheiras: a Liga Brasileira pelos Aliados e o debate sobre a Primeira Guerra Mundial (1914-1919)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- PRESTES, Anica Leocadia. Brasil (década de 1920): o Tenentismo e o papel da violência na História. In: BUSTAMANTE, Regima Maria de; MOURA, José Francisco de (orgs.). **Violência na História**. Rio de Janeiro: FAPERJ / Mauad X, 2009, p. 113-122
- RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.
- ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. Los militares en la política latinoamericana desde 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina 12. Política y Sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1995, p.281-341.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luís. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: UNESP, 2000.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. 3ª edição. Manaus: Editora Valer, 2001.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. **A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
- SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. Acessando o passado e redescobrimo a Marinha Imperial: o projeto descrição dos documentos da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha no século XIX. **Revista Acesso Livre**, n. 5, jan.-jun. 2016.
- SCAVARDA, Levy. **História da Flotilha do Amazonas**. Duque de Caxias: Imprensa Naval, 1968.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Ciência, nação e região**: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas (1890-1930). Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, Carlos André Lopes da. **A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha**: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- SILVA, Carlos André Lopes da. Aspectos do desenvolvimento dos monitores na Guerra da Tríplice Aliança: um diálogo entre a História Naval e a História da Tecnologia. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 14, n° 27, 2018, pp. 19-30.
- SILVA, Raimundo Nonato da. **Um intrépido paraense**: Veiga Cabral nos jogos políticos no Pará (1884-1905). 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.
- SOARES, Bruno César Prado. **Ordem pública e controle na constituinte republicana**: 2016. Análise dos discursos parlamentares da Assembleia de 1890-1 sob a perspectiva do nacionalismo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Centro Universitário Unieuro. Brasília, 2016.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- STUMPF, Derli Junior. **Encontrando um novo Mefisto**: a *americanização* do Exército brasileiro e a revista *A Defesa Nacional*, 1942-1950. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, 2010.
- TAVARES NETO, João Rozendo. **A República no Amazonas**: disputas políticas e relações de poder (1888-1896). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011.
- TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. **A Primeira Guerra do Paraguai**: a expedição naval do império do Brasil a Assunção (1854-5). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2012.
- TELES, Luciano Everton Costa. “O desmoronar do velho castelo”: o jornal *A Lucta Social* e a adesão a rebelião tenentista de 1924 em Manaus. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 78-94, jan./jun. 2016.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da construção naval no Brasil parte III. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 244, v. 118, 2º tomo, pp. 147-162, 1998.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da construção naval no Brasil parte IV. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 245, v. 118, 3º tomo, pp. 159-190, 1998.
- VILHENA, Anderson Alexandre Cruz. **AGENTES DA ORDEM E DA DESORDEM**. Polícia, política e sociedade no Pará de 1879 a 1904. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ed. 248, v. 120, 4º tomo, pp. 131-197, 2000.